2º CONGRESSO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL FIP

ESTADO, DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES:

Os (des)caminhos e alternativas do Serviço Social no Brasil

18 A 21 SETEMBRO

REALIZAÇÃO FIP SERVIÇO SOCIAL

APOIO ABEPSS CRESS PARAÍBA CASS

ISBN: 978-85-68196-19-9

ANAIS

18 a 21 de setembro de 2018.

Centro Educacional de Ensino Superior de Patos - Ltda
Patos-PB, 2018.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca Central - FIP

C749a Congresso Regional de Serviço social das FIP (2.:2018: Patos-PB).
Anais do II Congresso Regional de Serviço Social das FIP: estado, democracia e luta de classes: os (des)caminhos e alternativas do serviço social no Brasil, 18 a 21 de setembro de 2018. – Patos, PB: FIP, 2018.
547 fls.
ISBN: 978-85-68196-19-9
Faculdades Integradas de Patos - FIP

1. Congresso 2018. Serviço Social. 3. Anais.
I. Título II. Faculdades Integradas de Patos – FIP

FIP/BC CDU: 364.442.2(058)
Francisco C. Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

2018 © Copyright
Congresso Regional de Serviço Social das FIP

https://doity.com.br/iicongressoregionaldeservicosocialdasfip/

Lidiane Cavalcante Tiburtino
Anarita de Sousa Salvador
Coordenação Geral

Liélia Barbosa Oliveira
Projeto Gráfico

Liélia Barbosa Oliveira
Thomas Bruno Oliveira
Editoração

Jaciara dos Santos Silva
Lidiane Cavalcante Tiburtino
Liélia Barbosa Oliveira
Revisão

Anarita de Souza Salvador
Ana Paula Ferreira Agapito
Antonia Gomes Furtado
Arnaldo Sucuma
Bruna Massud de Lima – UFRN
Carmen Silva Alves – FIP
Fabiana Alcântara Lima - FIP
Fernanda Meneghini Machado - UERJ
Jaciara dos Santos Silva – FIP
Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro - UERJ
Káttia Gerlânia Soares Batista - FIP
Lidiane Cavalcante Tiburtino - FIP
Liélia Barbosa Oliveira - FIP
Lucas Bezerra – UEPB
Marta Simone Vital Barreto – IFPB
Roberta Trindade - FIP
Sebastião Rodrigues Marques – FIP
Vamberto Fernandes Spinelli Junior - FIP
Pareceristas

* * *

Solicitamos permuta
Rogamos scambio
Nous solicitons l'echange de numéro
Exchange requested
Wir bitten um Austausch

ORGANIZAÇÃO GERAL

Anarita de Souza Salvador
Lidiane Cavalcante Tiburtino

Comissão Organizadora

Anarita de Souza Salvador
Ana Paula Ferreira Agapito
Antonia Gomes Furtado
Arnaldo Sucuma
Carmen Alves Silva
Elaine Pegado
Fabiana Alcântara Lima
Jaciara dos Santos Silva
Jessica Maria Lira
Káttia Gerlânia Soares Batista
Liélia Barbosa Oliveira
Lidiane Cavalcante Tiburtino
Sebastião Rodrigues Marques
Elder Kansen Lacerda de Madeiros

Monitores

Ana Patrícia Viana da Silva
Alice Karoline Soares de Lacerda
Edvaldo de Sousa Costa Neto
Thaina Dantas Vieira
Mariana Gomes de Lima Costa
Raynne Horácio de Sousa
Camila Sofia Alves Ramos
Pastoura Marques Pimentel
Iris Vieira de Assis
Samuel Lopes dos Santos
Bruna Karine Sousa Araújo dos Santos
Izabelly Lacerda
Juliana Simplício
Maria José Batista
Maria do Socorro Batista

Realização

Apoio

APRESENTAÇÃO

O II Congresso Regional de Serviço Social das FIP, que irá ocorrer entre os dias 18 e 21 de setembro do ano de 2018, têm como tema central: Estado, democracia e luta de classes: os (des)caminhos e alternativas do Serviço Social no Brasil. O Congresso irá contar com publicação online de artigos completos na revista COOPEX, discussões em Grupos de Trabalho, mesas redondas, palestras, conferências e minicursos, bem como exposição de filmes e fotografias, relacionados à temática do Congresso.

Ademais, a escolha da presente discussão responde ao momento conjuntural que se coloca no movimento societário. De antemão discutir Estado, democracia e luta de classes se faz necessário, tendo em vista os rumos que o movimento societário vem desenhando e redesenhando, movimento em que se inscreve a história da profissão e as mais diversificadas expressões da questão social, em suas múltiplas facetas, sendo este o objeto de intervenção profissional.

Desse modo, a temática do II Congresso, tem como fio condutor a reflexão sobre a consolidação dos direitos sociais, mediante os imperativos da reestruturação neoliberal, abarcando a amplitude e a profundidade das mudanças societárias datadas especialmente a partir da década de 1990 até o tempo presente, especificamente após o impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff, descrito pela esquerda como mais um processo de Golpe, na jovem democracia brasileira, evidenciando a sua fragilidade.

Tem-se como pano de fundo, diante desses processos as recentes mobilizações da direita, suas bandeiras e apelo à afirmação e consolidação de uma forte onda conservadora, bem como a rearticulação da esquerda brasileira.

Salienta-se que para a compreensão do Estado e da Democracia, é necessário considerar a luta de classes, enquanto um motor que move a história, questão eminentemente complexa, vez que, o próprio conceito de classe social, enquanto práxis, um fazer histórico, responde ao movimento da luta de classes. Sendo assim, o conceito de classe social não é simplificável apenas ao movimento da economia e poder aquisitivo da população, como se coloca no apelo da chamada classe média - grande protagonista nas movimentações políticas de 2016, mas tem também uma dimensão política, moral, cultural, que age, e se constitui, interpreta a si mesma e se transforma nos processos de luta.

Nesse sentido, em meio a esse novo desenho da luta de classes, em sua diversificação de protagonistas e bandeiras, salienta-se, dentre as transformações - como expressivas para a nossa análise no âmbito internacional - a expansão dos mercados, a retração do Estado e da democracia, indo de encontro à retenção dos direitos, com destaque para o cenário brasileiro. A partir desse contexto, surge a necessidade de buscar, ao longo da história, elementos que indiquem a dimensão das transformações trazidas pelo capitalismo contemporâneo de forma a apontar questões para a compreensão da atual face do Estado brasileiro e da dominação da classe que vive do trabalho na atualidade, questão essa que repercute no movimento interno e externo do Serviço Social.

.

PROGRAMAÇÃO

18/09 - TERÇA-FEIRA
14h às 18h - Credenciamento
18h e 30 minutos - Mesa de Abertura:
ESTADO, DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES: OS (DES)CAMINHOS E ALTERNATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL – Organização Geral do Evento/Conselho Regional de Serviço Social CRESS-PB/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS;
19h – APRESENTAÇÃO CULTURAL
19h e 30 minutos - Conferencia de Abertura:
ESTADO, DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES: A REALIDADE BRASILEIRA.
Profº. Drº. Roberto Veras - UFPB
Profº. Drº. Marcelo Sticovsky - UFPB

19/09 – QUARTA-FEIRA
8h - Mesa Redonda: NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS - Representação do MTST, MST, Movimento de Juventude, Movimento Negro, Movimento de Mulheres e Frente Sindical.
14h às 17h - APRESENTAÇÃO DE BANNERS.
19h às 21h - A ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA E OS RUMOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: QUESTÕES ÉTICAS POSTAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – Profª. Ma. Leidiane Oliveira – UFPB / CRESS/PB;
Assistente Social Me. Iago Fernandes - UFPB

20/09 – QUINTA-FEIRA
9h Às 12h – APRESENTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES ORAIS
15h às 17h - EXIBIÇÃO DE FILMES E FOTOGRAFIAS
19h às 21h - ESTADO E SUAS MÚLTIPLAS FACES: AS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL FRENTE AOS ORDENAMENTOS DE AJUSTES À ORDEM BURGUESA
Profº. Me. Alison Cleiton - UFG
Profº. Dr. Adilson Aquino Silveira Junior - UFPE

21/09- SEXTA-FEIRA
9h às 12h – MINICURSOS
14h às 17h – MINICURSOS
18h - APRESENTAÇÃO CULTURAL
19h às 21h – A DIMENSÃO TÉCNICO OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: OS DESAFIOS POSTOS A AÇÃO PROFISSIONAL.
Profº. Drª. Sheila de Souza Backx – UFRJ

MINICURSOS

MINICURSO 1 (08:00 - 12:00): O PAPEL DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS NA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA.
Ministrante: Profº. Drº. Arnaldo Sucuma.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 2 (13:00 - 17:00): A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL.
Ministrantes: Profa. Ma. Carmen Silva Alves (Curso de Serviço Social FIP) e Glaucia Thais Justiniano (Psicóloga do Serviço Escola de Psicologia (SEP/FIP).
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 3 (08:00 - 12:00): CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS NA SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A).
Ministrantes: Profa. Me Fabiana Alcântara Lima (Curso de Serviço Social/FIP) e Profa. Ma Jaciara Santos (Curso de Serviço Social/FIP).
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 4 (13:00 - 17:00): VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES NA PUBLICIDADE COMERCIAL: CONEXÕES E TENSIONAMENTOS.
Ministrante: Ma. Leonísia Moura Fernandes.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 5 (08:00 - 12:00): REFORMA TRABALHISTA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: PRECARIZAÇÃO E OPRESSÕES DE SEXO E SEXUALIDADE NA ANÁLISE SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016.
Ministrante: Jéssica Juliana Batista.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 6 (13:00 - 17:00): INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL.
Ministrante: Profª. Ma. Ana Paula Agapito.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 7 (08:00 - 12:00): O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO IFPB.
Ministrante: Marta Simone Vital Barreto (IFPB – Campus Catolé do Rocha).
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 8 (13:00 - 17:00): POLÍTICAS SOCIAIS URBANAS E DIREITO À CIDADE NO BRASIL.
Ministrante: Bruna Massud de Lima.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 9 (08:00 - 12:00): ENFRETAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: SUCATEAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE.
Ministrante: Ma. Luísa Câmara Rocha.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 10 (08:00 - 12:00): TRABALHO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.
Ministrante: Lucas Bezerra (Assistente Social, mestre em Serviço Social, professor substituto do Departamento de Serviço Social da UEPB).
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 11 (13:00 - 17:00): FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL: APROXIMAÇÃO TEÓRICA AOS PRINCIPAIS INTELECTUAIS.
Ministrante: Prof. Me. Ademir Vilaronga Rios Junior.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

MINICURSO 12 (13:00 - 17:00): DESAFIOS A DEMOCRATIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL.
Ministrante: Profa. Ma. Darlania Pinheiro Leandro.
(Bloco H - Serviço Social - Faculdades Integradas De Patos).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....6

PROGRAMAÇÃO.....7

MINICURSOS.....8

GT 1 - ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL 14

DESAFIOS NA GARANTIA DO SIGILO PROFISSIONAL: o trabalho do Assistente Social em equipe interdisciplinar no CREAS Chico Bocão, Patos/PB - Sabrina Sousa Gomes; Aline Rayanne de Sousa Campos; Ana Raquel Dantas de Azevedo; Djailma Maria Lemos Taveira.....14

DIREITO A CIDADE E DIREITO A SAÚDE: corpos, marginalização e a experiência da extensão popular - Luysa Gabrielly de Araujo Morais; Ana Patrícia Viana da Silva; Janice Alves Trajano; Lidiane Cavalcante Tiburtino; Vamberto Fernandes Spinelli Junior.....26

GT 2- POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL.....38

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: Uma contribuição sobre a atuação do/a assistente social no 2º BPM da Paraíba - Djailma Maria Lemos Taveira; Thaísa Simplício Carneiro Matias; Aliceane de Almeida Vieira; Genize Pereira dos Santos.....38

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E SEUS DESAFIOS - Ana Patrícia Viana da Silva; Celian Araújo Nóbrega de Sousa; Cláudia Rodrigues de Medeiros; Bruna Karine Sousa Araújo dos Santos; Antônia Gomes Furtado.....51

EXTENSÃO E POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: um debate acerca da relação entre universidade, comunidade e poder público no município de Sousa Paraíba - Mônica Almeida Barbosa; Fernanda Valentim Dantas; Hellita Fernandes Nascimento.....59

O AUTISMO NO CAPSI DE CAJAZEIRAS – PB: limites e possibilidades - Cristiany Keroly Gonçalves Pereira; Ana Maria Magalhães de Sousa; Mayéwe Elyênia Alves dos Santos.....68

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: a influência social-liberal - Palloma Maria Gomes Jácome; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.....81

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: um estudo de caso - Roberta Cléfia Malaquias de Oliveira; Anarita de Souza Salvador; Káttia Gerlânia Soares Batista.....93

OS REFLEXOS DA CRISE DO CAPITAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: demandas e desafios para os/as assistentes sociais - Adriana Teotonio Borges; Geany Leite Pereira; Darlania Pinheiro Leandro.....105

A INEXISTÊNCIA DA CULTURA DE DOAÇÃO DE SANGUE NO BRASIL E O PÚBLICO JOVEM COMO POTENCIAIS DOADORES - José Ilson Lourenço dos Santos; Diogo Marcio

Gonçalves dos Santos; Silas Santos Carvalho; Josimeire de Omena Leite.....118

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS NECESSIDADES BÁSICAS HUMANAS: uma análise a partir de pesquisa desenvolvida com beneficiários no município de Teixeira-PB - Jéssica Maria de Lira Batista; Anarita de Souza Salvador.....129

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2010: o estado da arte das dissertações de mestrado vinculado à área de Política Social - Lucicleide Cândido dos Santos; Angela Kaline da Silva Santos; Bernadete de Lourdes Figueiredo De Almeida.....142

DEMOCRACIA E ESTADO NO BRASIL: considerações após o golpe de 2016 e seus impactos no Serviço Social com o avanço (neo)conservador / (neo)liberal - Clairí Madai Zaleski Rebuá.....154

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALAR: uma análise a luz dos(as) seus(as) usuários(as) - Mylena Christiê Santos Menezes; Jaciara dos Santos Silva.....165

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a importância dos serviços de atenção as vítimas - Edjavane Da Rocha Rodriques De Andrade; Felicidade Dayana Monteiro Dias; Luís Eduardo Lima; Jailma Da Costa Batista; Ranyellen Félix De Souza.....176

ANÁLISE ACERCA DA SAÚDE DA MULHER: em uma maternidade pública do Sertão Paraibano - Thaís de Oliveira Lima; Jaciara dos Santos Silva.....189

OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Francielly Jácome Gonçalves; Juliana de Lacerda Sousa; Lidiane Rodrigues da Nobrega; Vanusa Nunes de Oliveira.....201

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - CAPACITÁ SAÚDE MENTAL: socialização de uma experiência exitosa - Carmen Silva Alves; Glaucia Thais Justiniano; Joanne Days de Sousa Nóbrega; Mariana Montenegro Leitão; Ana Thamyres Gouveia Diniz de Souza.....214

AS NOVAS TENDÊNCIAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DE CONTRA REFORMA DO ESTADO - Mônica Almeida Barbosa; Fernanda Valentim Dantas; Hellita Fernandes Nascimento.....227

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO BRASILEIRO - Ana Manoela da Silva Lima; Cláudia Maria Costa Gomes.....239

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: o estado da arte das dissertações de mestrado vinculado à área de Política Social - Ângela Kaline da Silva Santos; Lucicleide Cândido da Silva; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.....251

DESMISTIFICANDO O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - Liliane Gomes de Abrantes Andrade; Sonaly Nunes Sena; Maria Romilda Coelho Fernandes.....263

GT 3- TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL.....275

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA - Jessica Pereira Cosmo da Silva; Bernadete De Lourdes Figueiredo De Almeida; Larissa dos Santos Ferreira.....275

ESCOLA: ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL - Maria do Socorro Batista; Maria José Batista de Sousa; Valeska Alves; Ana Paula Ferreira Agapito.....287

A "QUESTÃO SOCIAL" E O ENCARCERAMENTO FEMININO: uma análise a partir do Centro de Reeducação Feminino "Maria Júlia Maranhão" em João Pessoa/PB - Camila Luana Teixeira Freire; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.....296

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS NA ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS, PÓS DÉCADA DE 1970 – Guilherme Silva Sousa; Lidiane Cavalcante Tiburtino.....308

A RELAÇÃO ENTRE A NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O COMPROMETIMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DATRABALHADORA FABRIL: uma análise a partir dos usuários do CEREST/JP - Jessica Pereira Cosmo da Silva; Bernadete De Lourdes Figueiredo De Almeida.....321

O SERVIÇO SOCIAL E A CATEGORIA TRABALHO NO CONTEXTO NEOLIBERAL - Michelle da Silva Sousa; Millana da Nóbrega e Souza.....334

PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB ENTRE OS ANOS 1980 A 2010 - Lucicleide Cândido da Silva; Angela Kaline da Silva Santos; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.....343

GT 4 - MOVIMENTOS SOCIAIS, SUJEITOS E PROCESSOS COLETIVOS.....356

ESTADO CAPITALISTA E REVOLUÇÃO PASSIVA: uma análise gramsciana do caso brasileiro - Ana Karoline Nogueira de Souza; Cláudia Maria Costa Gomes.....356

GT 5 – SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL.....369

CONSERVADORISMO ANALÍTICO: pós-modernidade e Serviço Social - Palloma Maria Gomes Jácome; Bernadete de Lourdes, Figueiredo de Almeida.....369

NEOCONSERVADORISMO PÓS-MODERNO E A CRISE DE MATERIALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: análises introdutórias - Hadassa Nyedja Elias Duarte; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.....377

A CATEGORIA TRABALHO NAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO SERVIÇO SOCIAL: análise dos eixos temáticos - Ingridy Lammonikelly da Silva Lima; José Rangel de Paiva Neto; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.....389

GT 6 – SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES E GERAÇÃO.....401

MULHER NA POLÍCIA: um estudo em Campina Grande/PB - Djailma Maria Lemos Taveira; Thaísa Simplício Carneiro Matias; Ana Raquel Dantas de Azevedo; Ana Paula Ferreira Agapito; Aliceane de Almeida Vieira.....401

RESUMOS 414

GT 1 - ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL – RESUMOS.....415

A EFETIVAÇÃO DA REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: desafios para a garantia do direito à convivência familiar - Mirelly Martins de Souza; Antônia Gomes Furtado.....415

GT 2 - POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL – RESUMOS.....421

CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIO COM DESTAQUE NO MELHORAMENTO DA DEPRESSÃO EM CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS - Edvaldo de Sousa Costa Neto.....421

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: de Colônia a Republica - Clara Gerônimo de Freitas.....425

LIMITES E DESAFIOS ENFRENTADOS POR PACIENTES RENAIS CRÔNICOS: reflexões numa perspectiva social - Bruna Nunes Guedes Liberal; Ana Paula Ferreira Agapito.....432

GT 5 – SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL –
RESUMOS.....435

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: os impactos na formação e trabalho dos assistentes sociais - Edvânia Teieira dos Santos; Mariana de Lucena Felipe; Lidiane Cavalcante Tiburtino.....435

PROJETO DE INTERVENÇÃO: grupo de estudos e discussão em saúde - Samuel Lopes dos Santos; Tatianne Alves Xavier.....441

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA - Mairla Formiga de Araújo; Ana Paula Ferreira Agapito.....446

O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA DE TARIFA SOCIAL DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - José Ilson Lourenço dos Santos; Julianna Maria Andrade Sutareli; Claritiana Janaína dos Santos Pereira; Fátima Maria Pimenteira Thomaz; Maria Helena Cavalcanti de Holanda.....451

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo sobre o movimento de reconceituação. Géssica da Nóbrega Pereira; Eliene Nair de Araújo Dantas; Francisca Marta Sousa Firmino Alves; Larissa Ferreira Santana e Maria do Socorro Mascêna.....457

GT 1 - ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL

DESAFIOS NA GARANTIA DO SIGILO PROFISSIONAL: o trabalho do Assistente Social em equipe interdisciplinar no CREAS Chico Bocão, Patos/PB

Sabrina Sousa Gomes[1]
Aline Rayanne de Sousa Campos[2]
Ana Raquel Dantas de Azevedo[3]
Djailma Maria Lemos Taveira[4]

RESUMO

Este trabalho é resultado da execução de um Projeto de Intervenção das estagiárias de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos – FIP com apoio da professora Ma. Ana Paula Agapito da instituição mencionada. O projeto constituiu requisito obrigatório para conclusão do Estágio Supervisionado em Serviço Social desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS "Chico Bocão", da cidade de Patos/PB. O interesse pelo tema se deu conforme observada sua importância no exercício profissional do assistente social na instituição, neste caso, no CREAS "Chico Bocão" e teve como objetivo identificar os desafios na garantia do sigilo profissional do Assistente Social no trabalho em equipe interdisciplinar no CREAS Chico Bocão, Patos/PB. A execução do projeto se realizou no espaço do CREAS "Chico Bocão", em de agosto de 2017, onde foi desenvolvida por meio de roda de conversa e dinâmicas que propiciaram a reflexão sobre o tema e buscaram apresentar uma melhor compreensão sobre a importância do sigilo profissional, tendo em vista os desafios na garantia desse no trabalho do Assistente Social em equipes interdisciplinares, assim como os impactos das condições de trabalho no resguardo do sigilo profissional. A execução do projeto nos permitiu apreender que tal prerrogativa é de extrema relevância e que o profissional deve refletir cotidianamente suas ações sobre o sigilo como algo inerente ao Projeto Ético-Politico da profissão para assim possamos fortalecer e reafirmar nosso compromisso com a classe trabalhadora. Assim, diante dos desafios identificados para garantia do sigilo profissional, os quais se relacionam com questões estruturais da instituição, os encaminhamentos vislumbrados pela equipe foram de comunicar a situação ao gestor e aos Conselhos de Classe Profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Sigilo profissional; Código de Ética Profissional; equipe interdisciplinar, CREAS Chico Bocão.

[1] Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP . Email: sabrinasg14@hotmail.com;
[2] Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP . Email: Alinersc95@hotmail.com;
[3] Assistente Social do CREAS Chico Bocão, Patos-PB. Pós-graduada em Políticas Públicas e Gestão do Sistema Único de Assistência Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. Email: raquel-kel25@hotmail.com
[4] Assistente Social do CREAS Chico Bocão, Patos-PB. Pós-graduada em Gestão de Política Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Email: djailmamaria_mima@hotmail.com

ABSTRACT

This work is the result of the execution of an Intervention Project of the Social Service trainees of the Faculdades Integradas de Patos - FIP with the support of the Master Ana Paula Agapito of the same institution. The project is part of a mandatory requirement for completion of the Supervised Internship in Social Work, developed at the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS "Chico Bocão", in the city of Patos/PB. The interest in the topic was given by the importance in the professional practice of the social worker in the institution, in CREAS "Chico Bocão" and had as objective to identify the challenges in insuring the professional secrecy of the Social Worker in the interdisciplinary teamwork in CREAS Chico Bocão, Patos/PB. The project was performed in the CREAS's space, in August 2017, where it was developed through a round of conversation and dynamics activities that provided a reflection on the theme and sought to present a better understanding of the importance of secrecy professional, in view of the challenges in insure this secrecy, in the work of the Social Worker in interdisciplinary teams, as well as the impacts of working conditions in the protection of professional secrecy. The execution of the project allowed us to understand that this prerogative is extremely relevant and that the professional must reflect daily his actions on secrecy as something inherent in the Ethical-Political Project of the profession so that we can strengthen and reaffirm our commitment to the workpeople. So, faced with the challenges identified to insuring professional secrecy, which relate to structural issues of the institution, the referrals envisaged by the team were to communicate the situation to the manager and the Councils of the Professional Class.

KEYWORDS: Professional secrecy; Code of Professional Ethics; interdisciplinary team, CREAS Chico Bocão.

1 INTRODUÇÃO

Diante das transformações sociais, econômicas, políticas e ideológicas provocadas pelo modo de produção capitalista, sobretudo, no que diz respeito às relações de produção e reprodução da força de trabalho, o Serviço Social foi chamada a atender as demandas provenientes dessas transformações e também se modificou, ao longo dos anos, enquanto profissão no direcionamento do trabalho e da perspectiva de projeto societário.

Nesse sentido, os Códigos Éticos da categoria são exemplos das transformações da profissão e a inserção de Assistentes Sociais nas Políticas Públicas trouxe à tona o desafio de garantir o sigilo profissional no trabalho em equipes interdisciplinares.

O presente trabalho resulta do Projeto de Intervenção do Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado pelas estagiárias do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas

de Patos – FIP no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS "Chico Bocão", localizado no município de Patos/PB.

O tema foi escolhido pela sua relevância no exercício profissional cujo objetivo foi identificar os desafios na garantia do sigilo profissional do Assistente Social no trabalho em equipe interdisciplinar no CREAS Chico Bocão, Patos/PB.

A intervenção foi realizada no espaço do CREAS Chico Bocão, em agosto de 2017 e as ações foram desenvolvidas pelas estagiárias de Serviço Social com apoio da professora Ma. Ana Paula Agapito das FIP por meio de roda de conversa e dinâmicas que propiciaram a reflexão sobre a temática com recorte para o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

As ações buscaram apresentar a importância do sigilo profissional no trabalho do Assistente Social em equipes interdisciplinares e como as condições de trabalho impactam o resguardo do sigilo profissional.

2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

No ano em que o Código de Ética Profissional vigente completa 25 anos torna-se de extrema importância o debate acerca do sigilo profissional do assistente social ante a realidade da ampliação do mercado de trabalho, consequentemente, a inserção em equipes interprofissionais em espaços de trabalho precarizados.

O Serviço Social tem sua origem americana no século XX, sendo estruturado por organizações religiosas, em especial da Igreja Católica Apostólica Romana, cuja prática era fundamentada e inspirada na "providência divina", reforçando a moral e os bons costumes que a classe burguesa apregoava as mulheres escolhidas para ingressar na referida profissão, as quais tinham como referencial teórico as encíclicas papais.

No século XIX com a introdução das indústrias nas cidades, surge uma nova forma de organização social, o Sistema Capitalista, que institui a sociedade de classe e um novo modo de produção nas relações sociais, ocasionando o agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista visa o lucro, a extração de mais-valia através da exploração da força de trabalho. A partir dessa relação capital x trabalho que surge o objeto de trabalho do Assistente Social: a "questão social[5]".

[5] A Questão Social pode ser compreendida como (...) conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no

Com o agravamento das expressões da questão social, qualquer forma de enfrentamento da classe trabalhadora no que diz respeito as suas condições de vida e trabalho passou a ser vista pela classe burguesa dominante como uma afronta ao sistema e não como uma consequência da tomada de consciência da "classe em si" para "classe para si".

No final do século XIX e início do século XX, o mundo passou por grandes transformações sociais e econômicas, sobretudo, no mundo do trabalho. Fatores como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a Queda da Bolsa Nova York em 1929, impulsionaram a tomada diversas medidas voltadas para o crescimento do capital, consolidando a ascensão do capitalismo monopolista, a partir a inserção do modo de produção taylorista/fordista[6].

Esses movimentos tiveram reflexos importantes para o Brasil. A exploração da força de trabalho aumentou a precariedade das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora que iniciou uma luta em busca de garantia e ampliação de melhores condições de vida.

Esse cenário forçou o Estado e a Igreja a se posicionar em face da "questão social". Ao Estado coube o reconhecimento da necessidade de implementar políticas sociais, que atenderam seus interesses com políticas assistencialistas e clientelistas.

No Brasil, as protoformas do Serviço Social começaram a emergir nos anos 1930 na era varguista, como departamento especializado da Ação Social com viés de atuação conservadora, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país, sendo este articulado entre a classe burguesa detentora dos meios de produção do processo referido, a igreja e o Estado. Assim, o Serviço Social operava na lógica contencionista, moralizante, trabalhando as mazelas de cada indivíduo de modo único.

Segundo OLIVEIRA (2011) no decorrer das décadas de 1920 e 1930, a pressão feita pelo movimento operário permaneceu como pedra de toque através da qual as frações de classes sociais desenvolveram políticas distintas para o enfretamento das questões levantadas pelo proletariado. Tais políticas delimitaram os limites de atuação do Serviço Social: a repressão e a caridade.

2.1. O Assistente Social e as relações de trabalho interdisciplinar

caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008 (p. 16-17).

[6] Para melhor compreensão sobre este debate ver em: Mioto, 2011, Capitalismo em crise, política social e direitos.

As transformações da profissão no que diz respeito aos posicionamentos frente ao atendimento da questão social e a inserção da profissão nas Políticas Públicas e Sociais pelo Estado trouxe à tona o desafio de garantir o sigilo profissional no trabalho em equipe, nesse caso específico, interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é para Salgado (2015, pág. 02-04) a superação da fragmentação das ações profissionais, onde os profissionais de uma equipe precisam conhecer a sua área de atuação contribuindo com o trabalho do outro compondo um só saber. Ainda, Salgado (2015) *apud* Gattás *et al* (2006) complementa o conceito de interdisciplinaridade quando

> Uma postura profissional que permite transitar o "espaço da diferença" com sentido de busca e de desvelamento das diferentes formas de se abordar a realidade. [...] a interdisciplinaridade é um princípio constituinte da diferença e da criação. É uma alternativa para transpor as fronteiras das profissões, sem perda de autonomia.

Assim, o assistente social quando inserido em equipes interdisciplinares tem a autonomia de realizar suas atividades conforme as normativas e legislações regentes, mas também deve observar as posturas dos outros profissionais no sentido de complementar a atuação do outro e vice-versa.

Com a inserção do Governo Neoliberal nos anos de 1990, o quadro de precarização do mundo do trabalho se ampliou e trouxe desafios estruturantes como a informalização no trabalho e rebaixamento de salários, deixando como consequência um avassalador aumento das desigualdades sociais.

Os cortes de recursos, a privatização e o sucateamento de políticas públicas, tornam-se um desafio constante para a qualificação e continuidade dos serviços públicos que venham a sanar as necessidades de seus usuários.

Nesse sentido, a realidade do CREAS Chico Bocão não difere do cenário atual das políticas públicas: à exemplo de inexistência de arquivo com chave para guardar o material, salas inadequadas, por vezes dividida com outros profissionais, entre diversos outros, mesmo com a regulamentação das resoluções postas pelo CFESS[7] e as diretrizes contidas no Código de Ética profissional de 1993.

[7] Conselho Federal de Serviço Social - CFESS.

Segundo Oliveira (2011) no que diz respeito à produção teórica do Serviço Social e a ética profissional, esta é reflexo do humanismo cristão, qualidade necessária aos que pretendiam se inserir na profissão de Serviço Social. O Assistente Social deveria ser uma pessoa íntegra moralmente, com capacidade de devotamento e amor ao próximo, simplicidade, sociabilidade, calma, simpatia e com poder de convencimento.

3 SERVIÇO SOCIAL E OS CÓDIGOS DE ÉTICA PROFISSIONAIS DA CATEGORIA

O Código de Ética de 1947 é segundo Brites e Sales (2000) uma das primeiras formulações éticas do Serviço Social brasileiro. Representa ainda conforme a autoras, uma resposta à exigência de explicitar um arcabouço de valores com os quais a categoria se comprometia para fins de regulamentar o exercício profissional.

O supracitado é reflexo da ideologia que sustentava a atuação do Serviço Social na época, a exemplo do Art. 1º que coloca como dever do Assistente Social "Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus" (ABAS, 1947, p.1).

Nas décadas de 1940-1950, "há uma significativa mudança na regulamentação econômica e política mundial com advento da hegemonia norte-americana no mundo ocidental" (FALEIROS, 2005 p. 14). A economia brasileira mostra taxas de crescimento, no entanto, neste processo há consequências negativas, como o crescimento da dívida externa.

Para os profissionais de Serviço Social é um momento de consolidação importante de posições e campos de atuação, no âmbito do aparato social e assistencial. A atuação dos Assistentes Sociais volta-se cada vez mais para o tratamento, na linha da psicologia e psiquiatria, fundamentadas na ideologia positivista – que exaltava a coesão social e a harmonia dos indivíduos em sociedade – através da atuação do Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

Ainda no campo da construção de uma direção ética, em 1965 é instituído o Segundo Código de Ética da Profissão, também como reflexo dos valores tradicionais de caráter conservador e cristão. Em seu Capítulo II, são demonstrados os deveres fundamentais, entre eles os Artigos 6 e 8 apontam:

> O assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade (...) art. 8 o assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa (CFAS, 1965, p.2).

No que diz respeito ao sigilo profissional, o Código de Ética de 1965, em seu Capitulo III, art. 15 coloca o sigilo como dever relacionado ao Código Penal brasileiro, conforme exposto abaixo:

> O assistente social é obrigado pela Ética e pela Lei (art. 154 do Código Penal) a guardar segredos sobre todas as confidências recebidas e fatos de que tenha conhecimento ou haja observado no exercício de sua atividade profissional, obrigando-se a exigir o mesmo segredo de todos os seus colaboradores.

Nesta mesma época a profissão passa por algumas renovações de seus traços conservadores, condicionadas pelo contexto socioeconômico da época, sendo esta marcada pela opressão do sistema político e ditatorial.

O Terceiro Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1975 foi formulado e debatido em pleno período de Ditadura Militar no Brasil, onde se vivenciava um contexto totalmente opressor, voltando o Serviço Social a reatualizar suas práticas conservadoras, suprimindo as referências democráticas e liberais do Código de Ética anterior, a qual, irá retomar elementos do projeto tradicional de sua vinculação com a igreja católica, sob perspectivas neotomistas.

> No Código de Ética de 1975, aprofundaram-se, sobretudo, os vínculos teóricos metodológicos do Serviço Social com o estrutural-funcionalismo, expressando o adensamento da lógica racionalista, cientificista, asséptica e a-histórica, como parâmetros técnico-operativos ao desencadeamento da prática profissional (BRITES, SALES, 2000, p.34-35).

Mas mesmo diante de todo contexto ditatorial e de práticas voltadas à igreja católica, sendo as mesmas dentro da lógica conservadora da profissão, o Código de Ética referendado continuou garantindo a proteção a confidencialidade do cliente, o sigilo profissional, a inviolabilidade de seu domicílio.

De acordo com o Código de Ética de 1975, o Assistente Social deveria observar o segredo profissional no seu exercício, sobre todas as confidências recebidas, fatos e observações

escolhidas no seu exercício, abstendo-se de transcrever informações de natureza confidencial, e tal como previsto no Código de Ética anterior.

Ou seja, no Código de 1965, somente era admissível à quebra de segredo profissional quando pudesse causar danos graves ao "cliente", ao assistente social ou ao bem comum. Como também não se configurava quebra de segredo (termo utilizado no lugar de sigilo, no Código de 1975) profissional os casos como atentado ao pudor, de sevícias, entre outros. Casos estes vistos totalmente dentro de uma perspectiva moralizante.

No que tange o sigilo interdisciplinar o Código de Ética de 1975 impunha no §1° que: O sigilo estender-se-á à equipe interdisciplinar e aos auxiliares, devendo o Assistente Social empenhar-se em sua guarda. No caso de depoimento judicial, o Assistente Social também estaria totalmente assegurado no que tange seu segredo profissional, pois tal prerrogativa estava conformada, além do Código de Ética vigente, à época, nos termos do Código Civil.

Caso não cumprisse o que está imposto em seu Código de Ética o profissional de Serviço Social era tomadas as seguintes medidas:

> a. Advertências em aviso reservado; b. Censura em aviso reservado; c. Censura em publicação oficial; d. Suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e. Cassação do exercício profissional "ad-referendum" do Conselho Federal. (CÓDIGO DE ÉTICA DE 1975)

A ditadura militar correspondeu o período de 1964 a 1985, marcado por um contingente de questões que desencadearam a ruptura dos direitos humanos, além de embates ideológicos e políticos. Segundo Pereira (2000) tal período se caracterizou pelo modelo autoritário e tecnocrático, e expressou explícita modificação no conteúdo estatal, deixando de ser populista/desenvolvimentista, para tornar-se tecnocrático e centralizado sob o apoio da classe média e burguesa e dominado pelas elites civis e militares.

No que tange o Serviço Social brasileiro os rebatimentos foram imensos, a vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi sufocada pela repressão, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, fazendo com que dezenas de profissionais e estudantes de Serviço Social lutassem contra o regime militar. Ainda, a profissão passou a questionar o sistema e as condições vigentes daquela época, levando a tentativa de rompimento da profissão com Estado ditador no final da década de 1970.

Nesta perspectiva, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, levou a categoria a assumir o compromisso com a classe trabalhadora e seus interesses e a ruptura com

práticas conservadoras através de uma perspectiva crítica, levando a revisão do Código de Ética de 1975 e a formulação do Código de Ética de 1986.

Em contrapartida, o surgimento dos movimentos sociais de trabalhadores, em oposição à ditadura, emerge com mais força as reivindicações para a implementação de políticas sociais para o atendimento de suas necessidades. Para o Serviço Social, esse terreno foi extremamente favorável ao movimento de reconceituação das práticas profissionais conservadoras, havendo maior proximidade da teoria social marxista no Serviço Social.

Em 1986 é instituído o quarto Código de Ética do Serviço Social, fruto de uma construção coletiva que envolveu toda a categoria profissional desencadeado a partir de 1983, por meio de suas entidades representativas.

O conjunto de conquistas efetivadas no Código de Ética referendado está no rompimento com as práticas conservadoras dos Códigos anteriores, a recusa da neutralidade, a negação de valores a-históricos, a recusa ao sistema capitalista, entre outros fatores, buscando a legitimação da profissão. Assim sendo, essa busca "não se reduz a um movimento "interno" da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade" (IAMAMOTO, 1992, p.37).

No que tange o sigilo profissional, o mesmo não se difere muito do Código anterior, colocando aos profissionais a observância das informações confiadas perante seu exercício profissional, sendo permitida a quebra do sigilo apenas na situação que trata capítulo III, Art. 4º §1°. Dessa forma, torna-se notório o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora e o despertar da categoria com a consciência ética política crítica.

A aproximação do Serviço Social ao marxismo fez com que os profissionais adquirissem uma visão crítica da realidade, relacionando-se com a perspectiva crítico-dialética e outras perspectivas teóricas críticas.

O Código de Ética de 1993 reafirma os avanços conquistados pelo Código anterior, expressando o amadurecimento teórico e profissional dos assistentes sociais, o abandono da base filosófica conservadora e o reconhecimento pelo Serviço Social dos direitos de seus usuários. Entretanto, ainda é notável, por parte de alguns profissionais, práticas conservadoras da gênese do Serviço Social no exercício da profissão.

No que tange o sigilo profissional o Código de Ética vigente em seu Art. 15 coloca que é direito do Assistente Social manter seu sigilo profissional, enquanto que o Art. 16 aponta que o sigilo protege os usuários de todas as informações que o assistente social tome conhecimento em seu exercício profissional.

Se tratando do trabalho em equipe, só será permitido prestar informações dentre dos limites necessários, ou seja, não será toda e qualquer documentação que não poderá ser consultada por todos profissionais da Instituição de trabalho, na qual, a/o Assistente Social esteja inserida/o.

De acordo com o Art. 18, em seu parágrafo único, a quebra do sigilo profissional só será permitida ao se tratar de circunstâncias de extrema gravidade, dentro do estritamente necessário, que possa envolver ou não fato delituoso, sem trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

O sigilo profissional em depoimentos judiciais ou policiais é dever do Assistente Social conforme a alínea "b" do Art.19 como também, na alínea "a" do Art. 20 que veda o Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa que tenha conhecimento durante o exercício profissional, mesmo quando autorizado.

Em caso de infração ética as penalidades são as descriminadas no Art. 24 que vão desde pagamento de multa a cassação do registro profissional. Além do Código o CFESS publicou duas resoluções[8] que tratam do sigilo profissional para dar respaldo aos assistentes sociais quanto a essa questão.

4 APLICAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO CREAS CHICO BOCÃO

A intervenção foi voltada para a questão do sigilo profissional nas relações de trabalho na equipe interprofissional do CREAS Chico Bocão. A mesma foi realizada na instituição cujo tema titula este artigo.

As ações foram conduzidas pelas estagiárias de Serviço Social e a Professora Ma. Ana Paula Agapito, a partir de uma dinâmica intitulada "telefone sem fio", buscando demonstrar que quando as informações são repassadas para terceiros, pode-se chegar ao seu destino final totalmente fora do contexto real, podendo acarretar sérios riscos a garantia do sigilo profissional e até por em risco a vida dos usuários.

Em seguida iniciou-se uma roda de conversa expondo a importância do sigilo profissional entre todas as profissões, trazendo um debate sobre o que seria Ética e Moral, exibindo legislações que se tratam de sigilo em uma dimensão ampliada e o quão se torna

[8] Resolução nº 493/2006 que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social e Resolução do CFESS nº 556/2009 que trata dos procedimentos da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social.

importante para a qualificação do serviço, para usuários e para sua própria postura como profissional a preservação do sigilo.

No decorrer da roda de conversa foram debatidas as especificidades do Código de Ética Profissional do Assistente Social, dando ênfase a questões do sigilo no trabalho em equipes interdisciplinar. Em todas as ações desenvolvidas buscou-se proporcionar a equipe interdisciplinar, uma melhor compreensão sobre a importância do tema, para que o mesmo seja efetivamente garantido pela instituição e pelos profissionais para com seus usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do Sigilo Profissional para o Serviço Social vem sendo demonstrada em todos os Códigos de Ética profissionais da categoria, não podendo ser separado da reflexão ética, restringindo-o à mera atribuição técnico-operativa.

Durante a intervenção, foi perceptível a aproximação dos profissionais com o tema, mas que o resguardo do sigilo, às vezes, não era garantido. Não por displicência dos profissionais, mas por questões estruturais da instituição que não oferece condições necessárias para que o mesmo seja garantido pelos profissionais e para os seus usuários.

O projeto teve adesão da equipe interdisciplinar, produzindo debates que trouxeram à tona os desafios cotidianos para o resguarda do sigilo profissional, conforme os respectivos Códigos de Ética profissionais.

Nesse sentido, os desafios apontados pela equipe para garantia do sigilo profissional foram relacionados à precariedade das condições de trabalho; inexistência armários e/ou arquivos com chave para guardar os materiais, documentos e processos, entre outras.

Dessa maneira, a equipe vislumbrou como encaminhamentos a comunicação aos responsáveis pelo órgão gestor e aos respectivos Conselhos de Classe com vistas a atenuar ou, até mesmo, adequar as estruturas do serviço para buscar garantir, efetivamente, o sigilo profissional.

REFERÊNCIA

ABAS. Associação Brasileira de Assistentes Sociais. Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais, São Paulo, 29 de setembro de 1947. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 07 Agos. 2018.

BRITES, Cristina Maria. SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional. In: Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores.** v. 2. Brasília: CFESS, 2000.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Concelho Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social, 30 de janeiro de 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 07 Agos. 2018.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética profissional do Assistente Social, 09 de maio de 1986. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 07 Agos. 2018.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 07 Agos. 2018.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. RESOLUÇÃO CFESS nº 556/2009 de 15 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/wp-content/uploads/2009/08/Resolucao_CFESS_556-2009-Lacra__o-e-deslacra__o.pdf>. Acesso em: 07 Agos. 2018.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão em movimento. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 84, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Rayanne Danielle Costa Cardoso. O Sigilo Profissional dos assistentes sociais: Um estudo dos Códigos de Ética e da concepção de profissionais. Rio das Ostras, 2011.

PEREIRA, Potyara. Políticas de Satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

SALGADO, Flavia Franco. O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EM UM CRAS DE NITERÓI - RJ. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política Social. Santa Catarina, 2015.

DIREITO A CIDADE E DIREITO A SAÚDE: corpos, marginalização e a experiência da extensão popular

Luysa Gabrielly de Araujo Morais[1]
Ana Patrícia Viana da Silva[2]
Janice Alves Trajano[3]
Lidiane Cavalcante Tiburtino[4]
Vamberto Fernandes Spinelli Junior[5]

RESUMO

A materialização dos direitos sociais é apresentada a sociedade de forma normativa, atrelada às leis, e ao Estado, que regula as condições necessárias para se viver em sociedade, tornando-se sua aplicabilidade controversa quando comparada a realidade vivenciada pelos indivíduos que tem seus direitos negados ao não se enquadrarem nas normatizações, imposta pelo movimento societário. Desse modo, o presente estudo objetiva apontar, a partir da experiência do Projeto de Extensão Direito à Cidade, Direito à Saúde, vinculado as Faculdades Integradas de Patos-FIP, materializado junto aos habitantes do Residencial Itatiunga, situado na cidade de Patos – PB, como os Direitos sociais, especificamente o Direito à Cidade e Direito à Saúde, são negligenciados e a marginalização que esses indivíduos sofrem em seu cotidiano, expressas em violências simbólicas e institucionais, por não se enquadrarem nas normativas sociais, impostas pela sociabilidade do capital. Ademais, tratamos aqui de um estudo inicial da referida temática, apresentando primeiramente uma revisão bibliográfica, das categorias expostas no estudo e relato de experiência, com recurso a abordagem qualitativa dos referencias utilizados. Ademais, utilizaram-se os descritores: Extensão Popular, Direitos Sociais e Marginalização e Corpo.

PALAVRAS - CHAVE: Direitos Sociais. Extensão Popular. Marginalização.

ABSTRACT

The materialization of social rights is presented to society in a normative way, linked to the laws, and to the State, which

[1]Acadêmica do curso de Bacharelado em Medicina pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: luysaaa@gmail.com.
[2]Acadêmica do curso de Bacharelado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: anapatricia201614@gmail.com.
[3]Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará- UFC. E-mail: janicetrajano@live.com.
[4]Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Docente nas Faculdade Integradas de Patos – FIP. E-mail: lidianetiburtino@fiponline.edu.br
[5] Doutor em Sociologia. Docente nas Faculdades Integradas de Patos nos Cursos de Medicina e Serviço Social

regulates the necessary conditions to live in society, becoming its controversial applicability when compared to the reality experienced by individuals who have their rights denied by not complying with the norms, imposed by the corporate movement. Thus, the present study aims to point out, from the experience of the Extension Project Right to the City, Right to Health, linked to the Faculdades Integradas de Patos - FIP, materialized with the inhabitants of the Residencial Itatiunga, located in the city of Patos - PB, as Social Rights, specifically the Right to the City and the Right to Health, are neglected and the marginalization that these individuals suffer in their daily lives, expressed in symbolic and institutional violence, because they do not fit into the social norms, imposed by the sociability of capital. In addition, we present an initial study of this subject, presenting first a bibliographical review of the categories exposed in the study and report of experience, using the qualitative approach of the references used. In addition, the following descriptors were used: Popular Extension, Social Rights and Marginalization and Body.

KEYWORDS: Rights. Popular Extension. Marginalization.

1. INTRODUÇÃO

O fio condutor que deu origem a construção desse trabalho, parte da análise de como o Direito à Cidade e o Direito à Saúde se interligam e são negados a determinada parcela da população, mais especificamente, aos sujeitos que residem no Residencial Itatiunga, situado na cidade de Patos - PB, local onde é desenvolvido o Projeto de Extensão Direito à Cidade, Direito à Saúde, vinculado as Faculdades Integradas de Patos - FIP. Ademais, faz-se necessário situar que os direitos sociais se constroem em um campo de disputas, resultado da luta histórica da classe trabalhadora, bem como das concessões do Estado, mediante os imperativos do capital, afim de regular as relações sociais e condicionar uma convivência harmônica entre os sujeitos que constituem a sociedade.

Desse modo, cabe ressaltar também que tudo aquilo que segue a lei (normatização social legitimada e determinada por um Estado soberano para seus cidadãos) e que pode ser exigido através dela é Direito, sem, contudo, desconsiderar as contradições expressas na definição e aplicação do mesmo, já que construídos em uma arena de correlação de forças, onde classes sociais disputam, expressam discrepâncias de interesses antagônicos, no sentido do seu acesso e constituição.

Nesse sentido, com relação ao contexto das correlações de forças, surgem os seguintes questionamento: quais são os corpos válidos para o acesso aos direitos sociais? A qual classe social[6] esses corpos pertencem? Essas indagações possuíram respostas diferentes a depender do período histórico em que foram realizadas, Corpos negros, devido a escravidão, Corpos "pobres", devido ao escalonamento social com base no capital, Corpos LGBTTs, pela heterossexualidade compulsória, Corpos "bruxos" ou "macumbeiros", pela necessidade de dominação das Igrejas e do Estado, ou qualquer outro Corpo, que não se adapte ao socialmente determinado, foi e, ainda é, passível de negação de direitos.

Os Direitos Humanos (DH) surgem nesse cenário, em que corpos são marginalizados e tem seus direitos negados por não se adequarem à um padrão. Eles surgem na tentativa de propor garantias inerentes à condição humana, surgem para amparar os "desamparados". O Direito à Cidade e o Direito à Saúde, por sua vez, são considerados Direitos Humanos, e, como tal, deveriam estar disponíveis a todos, conforme está instituído no Artigo II, da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

> Artigo II. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS,1948)

Eles também estão contidos na Constituição Federal de 1988, o que os torna invocável por todo e qualquer cidadão brasileiro. Esses dois direitos, portanto, são de responsabilidade Nacional (por serem constitucionais) e Internacional (por estarem normatizados em tratados internacionais de DH) devendo ter sua aplicação plena no cenário prático.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende se debruçar sobre os conceitos práticos do Direito à cidade e como a negação deste interfere no acesso ao Direito à Saúde, bem como quais são os Corpos que estão tendo esse direito negado pelo processo de segregação que vem ocorrendo, principalmente nas cidades em desenvolvimento. A análise é fundamentada em critérios da pesquisa bibliográfica, usando como descritores as categorias: Extensão popular, Direitos Sociais, Marginalização e Corpo. A pesquisa terá como cenário e ponto de partida o Residencial Itatiunga na Cidade de Patos-PB e será fruto da experiência vivida por estudantes

[666] É importante destacar o poder explicativo da categoria Classe Social sobre os fundamentos do Modo de Produção Capitalista – MPC, sendo que a mesma só adquire e reafirma esse sentido, quando apreendida em interligação com a categoria Consciência de Classe e Luta de Classes (MONTAÑO; DURIGUETTO (2011), perspectiva que adotamos no presente trabalho.

dos cursos de Serviço Social e Medicina no Projeto de Extensão Direito à Cidade, Direito à Saúde, desenvolvido nesse conjunto habitacional.

2. CORPOS ABJETOS E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

Corpos não podem ser entendidos como mero conjunto de órgãos e sistemas que trabalham em harmonia para garantir a manutenção da vida, esta definição, embora correta não engloba a totalidade do enlace na construção dos corpos humanos. Nesse sentido, com base na perspectiva foucaultiana, podemos entender os corpos como conjuntos de forças em combate por determinação, como materialização de conceitos reguladores e disciplinares. Para o autor, não devemos adotar uma concepção puramente biológica, mas sim um conceito de corpos como produção histórico-social, cultural e política, que é passível de construção, desconstrução, naturalização e desnaturalização.

Para Foucault (1985), o corpo não deve ser considerado algo terminado, mas sim, uma materialidade provisória, mutante e mutável, algo passível de intervenções, sejam elas científicas, tecnológicas, eclesiásticas, transgressivas, políticas ou culturais. O autor traz um conceito variável e flexível, dependente e produzido a partir dos processos de socialização e da coletividade.

A produção dos Corpos pode ser considerada através de uma perspectiva histórica de troca, em que o período histórico modifica ao mesmo tempo em que é modificado. Essa produção, por sua vez, segue as linhas de subjetificação, que podem ser: singularizadas, dando origem a movimentos de resistência ao poder de materialização padrão, ou normalizadoras, que são as responsáveis pelo poder de criação de identidades fixas, homogêneas, heteronormativas e que funcionalidade ao Capital. Ou seja, o corpo é decorrente de processos de construção subjetivos[7], podendo estes reproduzirem de modo fabril indivíduos em série ou construírem indivíduos e consequentemente corpos de forma artística, singular e diversa (GUATTARI e ROLNIK, 1985).

O dilema da construção dos Corpos através da subjetificação singular é que esses corpos são passíveis de rejeição social, uma vez que não seguem o modelo fabril normatizado e,

[7] Não apreendemos aqui a categoria da subjetiva deslocada da objetividade, percebem-se as mesmas dentro de um enlace dialético, de uma interdependência, conforme demonstra o materialismo histórico dialético. Contudo, consideramos a contribuição dos autores citados, para a apropriação do objeto de estudo, mesmo que pese suas limitações de ordem metodológica na apreensão das relações sociais.

portanto, funcionam como marginais ao padrão social. Almeida (2000) investigou textos jornalísticos nas seções policiais e sociais para analisar a relação da percepção dos corpos com a midialização. Ela constatou que existem "categorias sociais" propensas a esses atos (criminosos) e definidas segundo linhas de classe, "raça", "género e sexualidade" sendo essas categorias sociais determinadas pela construção social dos Corpos e acrescento do desenvolvimento estrutural da sociabilidade do capital. Nas pesquisas da autora, corpos negros, trabalhadores, periféricos ou de "sexualidade duvidosa[8]", eram os mais propensos e que apareciam em maior porcentagem nas páginas policiais.

Essa criminalização dos Corpos singulares representada na obra de Almeida (2000), torna esses corpos vítimas da marginalização social e passíveis de abjetificação. Butler (2002) e Bataille (1987) trazem conceitos semelhantes para Corpos/vidas abjetas, a primeira coloca que o abjeto é um corpo que se torna invisíbilizado em sua existência, uma vez que o fato deles existirem já configura a transgressão da norma corporal imposta. O segundo, traz uma sociedade reguladora e que busca a homogenialização, sendo tudo aquilo que está fora do padrão, excluído e, portanto, abjeto.

Buttler em sua obra *Bodies that matter, on the discursive limits of "sex"* (1993) apresenta de forma definitiva o que é Abjeto: é aquilo que não é considerado significativo, que não importa, que é rechaçado. É válido salientar que a autora considera esse processo uma construção sociocultural e não algo intrínseco a natureza humana. Sendo assim, existem corpos socialmente aceitos e louvados, ou seja, corpos que se adaptam a todos os padrões estabelecidos pela sociedade a qual estão atrelados, na maioria das culturas, esse corpo é prioritariamente macho, masculino, heterossexual, branco e rico. Os Corpos Abjetos, por sua vez, são construções subjetivas particularizadas que sofreram morte social por suas diferenças e que se tornaram, portanto, corpos silenciados e com seus direitos negados em uma perspectiva de reafirmação dessa abjetificação. Dentre esses direitos, vale destacar a negação do direito à cidade e do direito à saúde.

O processo da negativa de direitos historicamente corrobora com o panorama de marginalização social, o exemplo mais pertinente são os corpos negros. Historicamente abjetos principalmente devidos os períodos escravagistas, essa parcela populacional passou décadas sendo considerada como objeto de pertencimento dos proprietários de terra. Após a Abolição (teórica) da escravidão, esses indivíduos foram marginalizados nos processos de urbanização

[8] Os corpos aqui descritos são os que não se encaixam na heteronormatividade, mediante a quebra do alinhamento descrito por Butler (2002) das categorias: sexo, gênero e desejo.

por serem considerados como Corpos sujos e doentes, incompatíveis com o processo de "purificação e higienização" que estavam passando os grandes centros urbanos. Esse processo visava garantir o aumento nas exportações uma vez que as grandes economias mercantilistas tinham "medo" de aportar seus barcos devido à quantidade de doenças que assolavam as cidades brasileiras (BERTOLLI FILHO, 2011).

Oswaldo Cruz e Pereira Passos, médico e engenheiro respectivamente, transformaram a saúde em questão de polícia no Rio de Janeiro, que, por ser um grande centro urbano, serviu de exemplo e espelho para as demais cidades brasileiras. Os dois são historicamente apontados como os responsáveis pelas políticas higienistas e urbanísticas que culminaram com a Revolta da Vacina em 1904, dentre as políticas adotadas destacam-se a vacinação compulsória e a expulsão dos Corpos de trabalhadores e trabalhadoras em sua maioria negros/as e pardos/as, dos cortiços e casas que habitavam no centro da cidade. Esses indivíduos, ao serem expulsos, acabavam se agrupando com os "ex-escravos" e formando conjuntos habitacionais que ocupavam a periferia e a margem das cidades brasileiras. É o início do processo de favelização.

É importante destacar a relação da construção dos corpos singulares como "criminosos", apontada por Almeida (2000), com o tratamento dado à saúde das populações marginalizadas, uma vez que ao serem consideradas como corpos singulares e abjetos, estes passaram a ser considerados como corpos criminosos e, portanto, passíveis de tratamento "policial", como o que foi empregado no período higienista. Outro ponto importante é que o processo de favelização ocorreu prioritariamente com os corpos singulares, ou seja, as regiões periféricas tornaram-se historicamente ocupadas por aqueles que a sociedade geral "não queria ver" ou "não queria saber da existência", mesmo que esses indivíduos sejam a mão de obra principal que movimenta todo o sistema capitalista.

Sendo assim, os corpos singulares são criminalizados e abjetificados sofrendo um processo de marginalização social que culmina com a negativa de direitos. O Residencial Itatiunga é um exemplo desse processo e é nesse cenário que a extensão popular ganha força, uma vez que tenta aliar a universidade às comunidades na busca pela articulação e reinvindicação dos direitos negligenciados.

3. A EXTENSÃO POPULAR UNIVERSITÁRIA

O projeto de extensão Direito à Cidade, Direito à Saúde, vinculado às Faculdades Integradas de Patos-FIP é um exemplo de extensão popular universitária com intencionalidade

política. O projeto tem como viés o diálogo horizontal através de ações educativas, sistemáticas à comunidade, onde executam-se atividade como: a exibição de documentários e filmes, rodas de conversa e confecção de material artístico com viés político (como faixas e cartazes). A extensão também apoia e estimula iniciativas em que se desenvolva o protagonismo popular (a exemplo, hortas comunitárias e assembleias de bairro) e a identificação com o território, em que ocorra a sensibilização para os direitos existentes e os possíveis caminhos de busca-los, onde se destaca a organização e protagonismo dos sujeitos.

Um dos objetivos mais latentes do projeto é o auxílio à formação do Conselho comunitário de saúde, uma vez que o residencial sofreu durante cerca de 2 anos com a falta de uma estrutura física para à Unidade Básica de Saúde (UBS), que funcionava em uma casa cedida por um morador e não contava com os profissionais que são necessários para à efetivação do Direito Universal à Saúde (com ausência de odontólogos, psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais, destacando ainda que o NASF não realizava a cobertura da área por dificuldades objetivas de acesso devido à distância).

Apresentada minimamente as problemáticas do Residencial, destaca-se a importância da metodologia da Educação Popular (EP), ressaltando que essa tem se articulado de diversas práticas, não tendo uma teoria conceituada única e universal. Essas diferentes visões ocasionam ações ditas educativas populares com particularidades próprias, distintas e, às vezes, antagônicas. Entretanto, ha princípios que constituem o arcabouço da Educação Popular sistematizada por Freire, quais sejam, a existência do diálogo, das relações horizontais, da problematização, da aproximação com a população e os espaços marginalizados e do compromisso de transformação social, linhas pelas quais se baseia e se materializa o projeto supracitado.

Desse modo, de acordo com Vasconcelos, podemos destacar que:

> A Educação Popular se constituiu fortemente vinculada à vida universitária, não como uma ação oficial das políticas acadêmicas universitárias, mais como inspiração de muitas das práticas sociais que estudantes, professores e intelectuais mais inquietos iam tentando implementar nos espaços livres de seus trabalhos. Antes do golpe de 1964, que implementou a ditadura militar no Brasil, houve uma grande agitação universitária, inspirada na Educação Popular, que ainda não tinha recebido esse nome. Diziam-se, naquela época, ações de cultura popular. Foram organizadas muitas atividades culturais de grande repercussão, por meio das quais se buscavam parcerias com os movimentos sociais em expansão [...] (2011, p. 17).

Nesse sentido, Freire (2011) a define como uma práxis educativa libertadora que apresenta funcionalidade política, que viabiliza a superação por intermédio da conscientização, da análise crítica da realidade, do reconhecimento cultural e do exercício da capacidade de direção política dos oprimidos.

3.1 O Itatiunga

O Residencial Itatiunga tem como "nome oficial": Conjunto Habitacional Edmilson Motta, uma referência à um ex-prefeito e médico da cidade de Patos-PB. O nome Itatiunga foi dado pela própria comunidade desde à sua inauguração, este foi o primeiro nome da cidade de Patos e na língua indígena quer dizer "pedra branca", uma referência as características ambientais do território. O residencial é fruto de um projeto do Governo Federal chamado Minha Casa Minha Vida (MCMV) que prevê a distribuição de casas financiadas por bancos como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil com menores taxas e melhores parcelamentos às famílias consideradas "carentes" (na teoria o financiamento é para aquelas famílias que tem renda de até três salários mínimos). Acredita-se que inicialmente cerca de 770 famílias tenham tido acesso à casa própria através do residencial.

Segundo Marcio Machi (2015) o espaço urbano brasileiro é formado por inúmeros processos de fragmentação, segregação e periferização, neste contexto o programa Minha Casa Minha Vida se coloca como uma das respostas do Estado a tal problemática. Contudo, ao mesmo tempo em que o programa se desenvolve como forma de tentar combater às consequências do processo de segregação sócio espacial, manifesto na ausência de moradias ou moradias precárias, se presencial contrariamente uma representação visual e concreta da referida questão, manifesto na localização dos conjuntos habitacionais, bem como nas condições que se colocam aos habitantes dos mesmos para o acesso ao direito à cidade.

Outrossim, a segregação urbana e consequentemente a negativa do direito à cidade a esses sujeitos está representada na distância e nas condições de habitação que se colocam nos conjuntos, como a exemplo do Itatiunga, podemos citar que o mesmo fica a cerca de 4,5 quilômetros do centro da cidade, onde se apresenta a dificuldade de locomoção tanto pela pouca e/ou ausência de transporte coletivo público, bem como ausência de praças, serviços públicos básicos como: Unidade Básica de Saúde, escola, creches, emprego e uma rede de serviços próximo a localidade.

Nesse sentido, destaca-se que o Direito à Cidade por ser um direito interligado aos demais direitos sociais, tendo um conceito totalizante, compreendido como um dos direitos humanos, acaba por gerar interferência no acesso à outro, que se apresenta como objeto de estudo, isto é, o Direito à Saúde. Nesse sentido, o Comentário Geral número 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU discorrem:

> Um alojamento adequado deve situar-se num local onde existam possibilidades de emprego, serviços de saúde, estabelecimentos escolares, centros de cuidados infantis e outras estruturas sociais. (...). As habitações não devem ser construídas em lugares poluídos, nem na proximidade imediata de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos seus ocupantes. (ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, 1966)

Desse modo, cabe destacar que a segregação vivenciada pelos moradores faz referência a todo o processo de construção dos corpos, uma vez que corpos pobres, periféricos e miscigenados (maioria dos habitantes do Itatiunga) não são dignos de convivência com o restante da sociedade, tipicamente formada (no imaginário) por corpos "ricos, centrais e brancos".

Ademais, Harvey (2012) considera que para além do aspecto tipicamente social essa separação urbana é fruto de uma tentativa de valorização dos espaços urbanos de que são retirados os "corpos e construções favelados" uma vez que ao serem retirados, esses locais passam a ter maior valor financeiro. Para o mesmo autor, essa intervenção especulativa é marcada pelo binômio remoção e reassentamento, sendo este último normalmente em locais distantes e de acesso prejudicado.

Sendo assim, o processo de criminalização das comunidades periféricas é outro dilema que também está presente no Itatiunga e que repercute na negação os direitos desses indivíduos. A percepção dos corpos marginalizados como corpos criminosos, tão bem abordado por Almeida (2000) em seu estudo, é atrelada à ideais conservadoras de combate desumano à um banditismo restrito e designado à determinada parcela da sociedade, fazendo com que essa parcela passe à não ter direitos e à ser deslegitimada dentro de um contexto de abandono estatal.

Em suma, as condições ambientais (localização distante e a margem de uma estrada, rodeada por terrenos não habitados, pouca iluminação e ausência de policiamento) favorecem determinados atos criminosos (principalmente furtos e vendas de drogas ilícitas) que, ao invés de serem atribuídos às condições que aqueles indivíduos são obrigados à viver, são atribuídos à "natureza" daquelas pessoas, condenando àqueles Corpos ao estigma social de Corpos criminosos e, consequentemente ao abandono social e estatal.

É válido salientar que o abandono do Estado acaba resultando no surgimento de um pluralismo jurídico e, consequentemente, estados paralelos, alguns, dominados pelo crime organizado. Já é possível observar no residencial, alguns escritos em muros com os nomes das facções que atuam no Estado da Paraíba - PB.

A falta de infraestrutura dessas localidades também corrobora com a negativa de direitos. O Itatiunga, por exemplo, foi inaugurado bem antes da Escola e da Unidade Básica de Saúde (UBS), ficarem prontos, o que implicava em deslocamento diário dos alunos para um bairro próximo e no atendimento à saúde realizado em instalações precárias e pouco efetivas.

A UBS do bairro funciona em uma casa cedida por um dos moradores (que é líder de uma das associações do bairro) e conta, normalmente, apenas com atendimento médico. Sendo assim, a unidade não conta com os demais profissionais pertencentes ao atendimento multidisciplinar, a exemplo, muitos moradores reclamam da ausência de odontólogos e psicólogos. O NASF, que poderia tentar suprir temporariamente essa falta de profissionais, alega impossibilidade em realizar atendimentos no local pela ausência de transporte, pela distância e por não existir uma estrutura física para a unidade.

O Itatiunga é o retrato da negativa do direito à saúde e da ilusão que o acesso à casa própria é proporcional ao direito à cidade. Essas pessoas foram, na verdade, excluídas do processo de urbanização e de convivência urbana, relegadas à um cenário de negativa e violação de direitos, silenciadas e abjetificadas por diferenças socioeconômicas, culturais e raciais.

A extensão, nesse cenário, é apenas figurante, auxiliar, ela tem como cerne apoiar a comunidade à lutar pelos seus direitos, vem ajudar à comunidade a organizar seus anseios e orientar às melhores formas de se reivindicar. A extensão, na verdade, mais aprende do que ensina ao Itatiunga, reafirmando uma perspectiva metodológica de horizontalidade.

Nesses termos, o Projeto de Extensão Direito à Cidade, Direito à Saúde, tem a finalidade de apresentar à população do conjunto habitacional Itatiunga, as informações necessárias para a busca dos seus direitos, já que estes são privados, ressaltando o potencial organizativo da comunidade que vai além dos problemas sinalizados, fomentando e fortalecendo ações que já são efetivas pelos moradores do residencial de forma a se apropriar e dar cara ao território que ocupam.

4. CONCLUSÃO

De acordo com a constituição, é direito de todo ser humano o acesso às condições urbanas, que envolve a habitação, a segurança, a educação, lazer e principalmente a saúde. Contudo, ressaltamos que esses preceitos apresentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como na Constituição de 1988 do Brasil, não vem sendo efetivados. Ainda aqui, podemos citar a materialização do programa Minha Casa, Minha Vida, que apesar de dar acesso à moradia aos indivíduos que se encontram marginalizados, pelas condições sociais, culturais, politicas e econômicas que estruturam seu cotidiano, essa materialização não ocorre sem contraditoriedade, afirmando ao mesmo tempo o acesso à moradia, em negativa ao Direito à Cidade, aqui nos deparamos com a seguinte indagação: O que é ter acesso à moradia?

Essas questões e outras se colocam nos espaços construídos coletivamente pela prática da extensão popular com os lideres da comunidade, de modo que podemos destacar assim, que tais contradições encontram nuances de resistência, que vai desde a mudança a afirmação de um nome diferente do estabelecido pelos órgãos responsáveis, a inciativa de construção de hortas comunitárias e desenvolvimento de festas coletivas, como a festa das crianças e festival de cultura do Itatiunga, sendo que esse ultimo ocorreu apenas no ano de 2016.

Ademais, pode-se concluir que o desenvolvimento das cidades fortalece o processo de segregação sócio espacial, onde os corpos atingidos frontalmente por tal problemática tem cor, sexo, raça e classe social.

REFERÊNICAS

ALMEIDA, MV. Corpos marginais: notas etnográficas sobre páginas de polícia e páginas de sociedade. **Cadernos Pagu** 14. 2000.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Antônio Carlos Viana, tradução de. Porto Alegre: L&PM,1987.

BERTOLLI FILHO, Claudio. História da saúde. 5.ed. São Paulo: Ática, 2011

BUTLER, Judith. Bodies that Matter: on the Discursive Limits of ‘Sex’. New York and London: Routledge,199

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan:sobre los limites materiales y discursivos del sexo. 2 ed. Buenos Aires: Paidós,2002 b.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. 2015.

FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V. 1.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo, 2011.

HARVEY, David. O direito à cidade**. Revista Lutas Sociais**, São Paulo: PUCSP, 2012.

Marchi, Marcio A produção contemporânea do espaço urbano e o Direito à Cidade : um estudo sobre a inserção do programa Minha Casa Minha Vida na área conurbada de Florianópolis / Marcio Marchi ; orientador, Elson Manoel Pereira - Florianópolis, SC, 2015.

MONTAÑO, C.; DURIGUETHO, M.L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez. 2011.

NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Adotado pela Assembleia das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor em 3 de janeiro de 1976. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1992

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado em 16 de setembro de 1966.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. Coleção Cartilhas de Direitos Humanos – V. 6. Direito Humano à Cidade. Paraná: DHESCA, 2010.

ROLNIK, S.; GUATTARI, F. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1985.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular na Universidade, A Educação Popular. In: Vasconcelos EM, Cruz PJSC, organizadores. Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; 2011. p. 15-24.

GT 2 - POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: Uma contribuição sobre a atuação do/a assistente social no 2º BPM da Paraíba

Djailma Maria Lemos Taveira[1]
Thaísa Simplício Carneiro Matias[2]
Aliceane de Almeida Vieira[3]
Genize Pereira dos Santos[4]

RESUMO

Este texto discute a Política de Segurança Pública adotada no Brasil revelando como esta foi desenvolvida e as formas existentes no país. Em seguida, faremos algumas considerações históricas sobre a Polícia Militar da Paraíba, especificamente, do 2º BPM/PB em Campina Grande-PB, apresentando sua estrutura e funcionamento e a atuação dos/as profissionais do serviço social. Este estudo baseou-se na revisão de literatura a partir do recorte da pesquisa de campo "Mulher e Polícia Militar: um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º batalhão de Polícia Militar da Paraíba". A segurança pública emerge como requisito à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres dos cidadãos, na qual necessita de atuação do Estado e demais organizações da sociedade, nesse sentido, as instituições estatais apresentam como mecanismo político estratégico a Política de Segurança Pública como forma de garantir a segurança individual e coletiva. O 2º BPM/PB configura-se como espaço de atuação dos/as profissionais do serviço social marcada por uma prática profissional que visava à garantia das funções institucionais, passando para a construção de sua identidade profissional crítica, na garantia dos direitos sociais da população atendida pautada em princípios democráticos indispensáveis ao exercício da cidadania, igualdade e a justiça social.

[1] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Patos/PB. E-mail: djailmamaria_mima@hotmail.com
[2] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UEPB. E-mail: thaisasimplicio@hotmail.com
[3] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alicealvieira@gmail.com
[4] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Assistente Social do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB. E-mail: genizeps@yahoo.com.br

Palavras Chave: Estado. Política de Segurança Pública. Questão Social. 2º BPM/PB. Serviço Social.

ABSTRACT

This text discuss the Public Security Policy installed in Brazil revealing how it was developed and the existing shapes in the country. Then, we will make some historical considerations about the Military Police of Paraíba, specifically, the 2nd BPM/PB (Second Battalion of Military Police) in Campina Grande-PB, Showing their structure and functioning, and the performance of social work professionals. This study was based on the literature review from the field research "Mulher e a Polícia Militar: a study about the entering motivations of the professionals in the 2nd Battalion of Military Police of Paraiba". Public safety emerges as a requirement for ensuring rights and fulfilling the duties of citizens, in which it needs action from the State and other organizations of society, in this sense, the state institutions present as a strategic political mechanism the Public Security Policy as a way to ensure individual and collective security. The 2nd BPM / PB is defined as a space of action of social work professionals recognized by a professional practice that aimed at ensuring institutional functions, passing to the construction of their critical professional identity, in ensuring the social rights of the population attended, based on democratic principles indispensable to the exercise of citizenship, equality and social justice.

Keywords: State. Public Security Policy. Social issues. 2nd BPM / PB. Social Work

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender as configurações da Política de Segurança Pública no país, particularmente, o trabalho desenvolvido do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB (BPMPB) e a atuação profissional do serviço social frente aos ditames da segurança pública.

É crucial que entendamos quais foram, historicamente, os conceitos e paradigmas que nortearam a segurança pública no Brasil com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988 no trato com algumas expressões da questão social. Inicialmente, o Estado assume a questão social como caso de polícia, posteriormente, a sua intervenção incidirá por medidas políticas. Neste sentido, compete ao Estado prestar segurança à população,

garantindo a sua integridade física e moral, permitindo uma convivência "harmoniosa" onde os cidadãos possam exercer sua cidadania livre dos perigos advindos da criminalidade e da violência. Em seguida, faremos algumas considerações históricas sobre a Polícia Militar da Paraíba e do 2º BPM/PB, apresentando sua estrutura e funcionamento, assim como, a atuação dos profissionais do serviço social na instituição.

A metodologia empregada baseou-se na revisão de literatura a partir do recorte da pesquisa de campo intitulada "Mulher e Polícia Militar: um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º batalhão de Polícia Militar da Paraíba" (TAVEIRA, 2012) destacando contribuições importantes de autores como Behring (2008); Cerqueira Filho (1982); Freire (2009); Iamamoto (1998; 2011), entre outros.

2. **SEGURANÇA PÚBLICA:** os paradigmas do caso brasileiro

A questão da segurança é uma preocupação que acompanha a trajetória do país desde a sua conquista pelos portugueses. Na época da Colonização, a preocupação principal da Província Portuguesa era a defesa do território de suas colônias, inclusive a das terras brasileiras, contra as ameaças dos povos estrangeiros. A segurança das cidades e vilas era realizada de forma privada por quadrilheiros e capitães-do-mato (especializados em capturas de escravos fugitivos) pagos pelos senhores de terras para fazer a proteção da mesma (GONÇALVES, 2009).

Com o passar dos anos (mais precisamente, em 1831), criam-se as Guardas Municipais de Voluntários. No entanto, em virtude do avanço da sociedade e do aparato que envolve a questão da segurança, em 1947, através da Constituição Federal aquelas foram denominadas de Polícias Militares (PM) (LIMA, 2000 apud ARAÚJO, 2011).

A partir da institucionalização da PM (1947), surge uma nova ideia de segurança: não focada apenas na defesa do território, mas na manutenção da ordem pública com vistas a defender o patrimônio, o direito individual da população, bem como prevenir o avanço da criminalidade e da violência (ARAÚJO, 2011).

É necessário, contudo, que façamos uma ressalva sobre como se dava a relação da segurança no trato com algumas expressões da questão social[5] antes da institucionalização da PM (em 1947) e da introdução dessa nova ideia de segurança.

[5] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado

Naquela época, o crescimento industrial da economia brasileira emergia imbricado a um complexo de relações mercantis em dissolução. Antes de 1930, as relações econômicas do país ocorriam entre importadores e consumidores. O desgaste desse modelo possibilitou, por um lado, a ação do empresariado e, por outro, a organização da empresa e do comportamento do operariado (CERQUEIRA FILHO, 1982).

É na abertura de uma relação construída entre importadores e empresários que aparece o entendimento da questão social como expressão concreta da relação capital x trabalho no interior do processo de industrialização capitalista. A princípio (1890/1930), a questão social não fazia parte do discurso da classe dominante, ao contrário, esta buscava ocultá-la, silenciá-la através dos aparelhos repressivos do Estado (CERQUEIRA FILHO, Ibidem).

No entanto, a partir de 1930, no governo Varguista, a questão social passa a ser reconhecida, ganhando legitimidade perante o Estado, que dará um novo tratamento a esta problemática social. Portanto, para Cerqueira Filho (1982), a partir daquela década, o Estado assume a questão social como caso de política, retirando-a da lógica repressiva (de polícia).

Neste sentido, compete ao Estado prestar segurança à população, de maneira a garantir a sua integridade física e moral, permitindo uma convivência "harmoniosa" onde os cidadãos possam exercer sua cidadania livre dos perigos advindos da criminalidade e da violência (JUCÁ, 2002, *apud* ARAÚJO, 2011).

Nesta perspectiva, é crucial que entendamos quais foram, ao longo do tempo, os conceitos que nortearam a questão da Segurança no Brasil, como forma de identificarmos os objetivos contidos no uso de cada paradigma (FREIRE, 2009).

O primeiro paradigma utilizado foi o da Segurança Nacional, que de acordo com Freire (2009, p. 103), trata-se da "habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e manutenção de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais [...]".

Na ditatura militar (1964/1985) a Segurança Nacional primava pela defesa do Estado e da coesão social, isto é, fundava-se na lógica da supremacia inquestionável do interesse nacional. Este momento da história brasileira foi caracterizado pela supressão dos direitos constitucionais, sobretudo, a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (FREIRE, 2009).

e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 77).

Com o fim do período ditatorial e com a promulgação da Constituição Federal de 1988[6] (CF1988), tem-se uma nova concepção de segurança, sob a adoção do paradigma da Segurança Pública (FREIRE, 2009). Para Araújo (2011), esta consiste em um conjunto de ações repressivas, preventivas, judiciais e sociais necessárias para que a sociedade conviva de forma pacífica, zelando por sua segurança.

Podemos constatar, portanto, que enquanto a Segurança Nacional diz respeito às ameaças dos inimigos externos e internos, a Segurança Pública transfere seus esforços para o combate à violência no âmbito interno do país (FREIRE, 2009).

Conforme Cristino (2008), com a promulgação da CF de 1988, a Segurança Pública passa a ser considerada dever de todo cidadão, retirando a exclusividade dos órgãos policiais. Essa prerrogativa é verificada no Capítulo V, Art. 144 da referida Constituição a qual afirma que "a Segurança Pública, dever do Estado direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 2011, p. 63).

Neste sentido, Santos (2006 apud ARAÚJO, 2011 p. 14-15), com relação ao papel do Estado no trato com Segurança Pública aponta que

> A Segurança Pública enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos. As instituições responsáveis por essa atividade atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente responsáveis, assegurando a proteção coletiva e, por extensão dos bens e serviços [...] Atualmente as funções de prevenção do crime, policiamento ostensivo e ressocialização dos condenados estão divididos entre o Estado, a sociedade e a iniciativa privada.

Apesar de se constituir em um elemento de extrema importância para a democracia brasileira, a referida Lei Magna apresentou uma carência correspondente à realidade nacional, posto que, historicamente, o país adotou e reproduziu modelos e conceitos oriundos de outros países (não só na Política de Segurança, mas também na saúde, educação, dentre outras). Isto fez com que muitas determinações legislativas e comportamentais disciplinadas não fossem efetivamente incorporadas por não se adequarem a realidade social do país (CRISTINO, 2008).

[6] A Constituição Federal de 1988 foi um marco para a sociedade brasileira, pois, naquele contexto, o país vivenciava uma década de forte presença dos movimentos sociais, de luta pela redemocratização do Brasil, obrigando o Estado a responder a esses movimentos de maneira satisfatória.

Destarte, segundo o autor, mesmo levando em consideração a abertura política promovida pela Constituição, houve a legitimação de garantias sequer questionadas na época, de maneira que se tornou imprescindível o planejamento de sua implementação. O vazio gerado pela ausência dessa etapa resultou na atuação incoerente dos órgãos atingidos por essa mácula.

Daí decorre a concepção que se tem até o presente de se compreender que os órgãos que compõem a Segurança Pública são eminentemente repressivos e opressores. Essa a ideia, também, alimenta a noção de segurança como função exclusiva da polícia, onde a redução da violência e da criminalidade só é possível através do aumento do contingente policial e de sua manifestação invasiva e rigorosa (CRISTINO, Ibidem).

Essa concepção de segurança nos reporta àquele determinado período histórico do país, onde as expressões da questão social foram duramente reprimidas. Nestes termos, a questão social seria vista e tratada novamente como caso de polícia, desconsiderando assim, que tais fatos estão dentro de uma lógica macrossocial, decorrente do modo de produção capitalista.

No início dos anos 1990, o país começa a vivenciar profundas transformações no campo político e econômico, os quais interferiram diretamente no agudizamento das expressões da questão social marcado pela introdução da política neoliberal no país, a partir da abertura econômica, com programas de privatizações de estatais, com reestruturações na produção e no mundo do trabalho, aumento da inflação e do desemprego, dentre outras práticas (BEHRING, 2008).

Em 1997, a SEPLANSEG foi transformada na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)[7], ampliando suas competências e atribuições (PRONASCI, 2007 apud CRISTINO, 2008).

Após a promulgação da CF de 1988 (mais precisamente, a partir dos anos 2000), teoricamente, a segurança brasileira passa a adotar um novo paradigma, o da Segurança Cidadã. Este paradigma surgiu na América Latina, em meados da década de 1990, abordando como princípio a implementação integrada de políticas setoriais a nível local (MARTIN et al, 2004 apud FREIRE, 2009).

[7] A SENASP tem o intuito de assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da Política Nacional de Segurança Pública, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio de diversas ações. Em suma, a SENASP é responsável pela qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações (BRASIL, 2008).

O conceito de Segurança Cidadã origina-se através das diversas facetas que envolvem a questão da violência. Assim, busca atuar tanto no controle quanto na prevenção da violência, através de políticas públicas integradas no âmbito local (FREIRE, 2009).

Para tanto, essa nova concepção de segurança procura se adequar ao modelo democrático, com vistas a "resgatar a [ideia de] cidadania, a solidariedade e o respeito aos direitos humanos no cerne dos órgãos estatais envolvidos na efetivação da segurança, bem como em toda a sociedade" (CRISTINO, 2008, p. 4).

Tendo tais considerações como horizonte, podemos apreender que a Política de Segurança Pública, em especial, pautada no paradigma da Segurança Cidadã, não corresponde apenas a medidas de vigilância e repressão, mas a um sistema que envolve justiça e busca a garantia dos direitos individuais e sociais, a partir da prevenção, na reparação do dano por meio da participação da população.

Não basta apenas investir em Segurança Pública. É necessário reorganizar as legislações do país, visto que, de acordo com Ricardo e Caruso (2007, p. 105), "a nossa lei [...] não consegue acompanhar e dar conta de todos os eventos, porque o seu conteúdo é reflexo de um contexto sócio-histórico específico".

A Constituição tida como Cidadã, representou um avanço jurídico para a sociedade brasileira da época, primando pelo exercício da cidadania, garantindo liberdades políticas e diversos direitos sociais. Todavia, a realidade social é dinâmica e se diversifica com tal rapidez que não pode a legislação brasileira ficar à margem dessa realidade. Faz-se necessário, portanto, que as leis avancem, na medida em que se avance a realidade do país.

Diante da intensificação do processo de desigualdade social que assombra a sociedade brasileira, e se tratando de Segurança Pública, a população menos favorecida só conhece a face repressiva e retrógrada da força policial (CRISTINO, 2008).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), após o sequestro do ônibus 174[8], fato de grande repercussão na mídia nacional e internacional, foram tomadas duas importantes medidas para enfrentar a criminalidade.

A primeira medida, em junho de 2000, veio com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), cujo objetivo principal era articular ações repressivas e preventivas à criminalidade no país. O PNSP apresentava uma sequência de 15 compromissos e 124 ações com as quais o Governo Federal se comprometia a atuar efetivamente contra a violência,

[8] Para maiores esclarecimentos acerca desse episódio que comoveu a população, o leitor poderá assistir ao Documentário "Ônibus 174", direção de José Padilha, em 2002.

especificamente, contra a violência urbana que necessitavam de articulação com as autoridades estaduais e municipais (CANO, 2006).

Em 2001, frutos de uma das 124 ações propostas pelo PNSP, foi a instituição do Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência Urbana (PIASP), ligado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e cuja especificidade era a não dependência de recursos próprios (CANO, 2006).

Dessa forma, o PIASP agia como articulador de iniciativas de vários ministérios, com atribuições de prevenção à violência. Era um programa intersetorial que buscava coordenar e maximizar os resultados das diversas agências governamentais (CANO, 2006). Entretanto, a partir do primeiro mandato do governo do ex-presidente Lula esse programa foi esquecido e deixado de lado.

A segunda medida, para respaldar o PNSP, foi à elaboração do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), destinado a gerir recursos para apoiar projetos de responsabilidade nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) do setor em tela (COSTA; GROSSI, 2007).

Segundo Costa e Grossi (2007), a criação do FNSP aumentou consideravelmente os gastos federais com referida política. De 1992 a 2005, o gasto subiu de 1,5 bilhões de reais para 3 bilhões, significando um aumento de 97,5%. Dessa maneira, ainda segundo os referidos autores, os gastos com Segurança Pública, em 2005, superaram as despesas com lazer 0,4 bilhões; cultura 0,5 bilhões; habitação 0,6 bilhões e gestão ambiental 2 bilhões de reais.

De acordo com Bredarioli (2012), apesar de não haver dados concretos atualizados, estima-se que o Brasil gaste o equivalente a R$ 200 bilhões anuais para suprir os custos ocasionados pela violência no país.

Esse custo anual corresponde a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), valor que se pleiteia, por exemplo, para aumentar gastos na área da Educação. A autora destaca ainda que um cálculo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2010 apontou que com segurança o país gastou quase R$ 50 bilhões em 2010, enquanto que, em 2003, esse gasto representava menos da metade (cerca de R$ 22,6 bilhões).

Segundo Bredarioli (Ibidem) esse gasto econômico causado pelo aumento da violência transcende os gastos com Segurança Pública, uma vez que atingem diretamente áreas como a saúde, o judiciário, o sistema prisional, o orçamento das famílias das vítimas e, indiretamente, a economia como um todo.

Os dados expostos mostram a "preocupação" do governo com a Política de Segurança Pública. No entanto e, contraditoriamente, o aumento com os gastos com o referido setor não representou efetivamente a redução dos índices de criminalidade no país.

Os recursos e investimentos na política preventiva de crimes são escassos. Essa realidade é constatada na atuação cotidiana das nossas Polícias Militares (PMs) mediante o despreparo para lidar com a comunidade, em negociações contendo reféns ou mesmo em ações que requerem muita atenção, como por exemplo, a entrada nas favelas.

Na Paraíba a Polícia Militar é o órgão público estadual mais antigo em atividade, pois sua origem data da época do Império. No decorrer de sua história a Corporação passou por diversas mudanças de nomenclatura, como: Corpo de Segurança, Batalhão de Segurança, Batalhão Policial, Regimento Policial, Força Policial, por três vezes, e Força Pública duas vezes. Somente, em 1947, por meio de um dispositivo Constitucional, a Corporação recebeu a denominação de Polícia Militar da Paraíba (LIMA, 2000).

Ao longo dos seus atuais 186 anos de existência (1832-2012), a PM/PB esteve presente nos mais importantes momentos históricos do Brasil e do Estado. Durante o século XX, a PM/PB se sobressaiu, positivamente, nas lutas travadas no território paraibano e em outros Estados como Pernambuco, Rio do Grande do Norte e São Paulo. Dentre estas, podemos destacar: Lutas no Cariri; Combate à Coluna Prestes; Movimento de Princesa; Revolução Paulista; Combates à Intentona Comunista (LIMA, Ibidem).

Conforme o autor, os serviços prestados a população chegam através da Rádio Patrulha (RP), do Choque, da Guarda, dos Guardas de Trânsito, dos Destacamentos, do Canil, da Cavalaria, da Manzuá, do policiamento ostensivo realizado a pé, nas bicicletas ou de motos (ROTAM), das atividades de apoio, enfim, dos os serviços de que dispõem a PMPB.

O 2º BPMPB, localizado em Campina Grande – PB tem sua área de abrangência da cidade de Campina Grande (sede) e se estende aos Distritos e a cidade de Fagundes. O supracitado batalhão é denominado "O Guardião da Borborema" e constituía, em 2012, com um efetivo aproximado de 820 policiais militares, sendo 779 do sexo masculino e 41 do sexo feminino, distribuídos nas seguintes graduações de: Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, 1ºe 2º Tenentes, Aspirante a Oficial, Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargentos, Cabos e Soldados, distribuídos entre a área geográfica que abarca e que diz respeito ao 2º Batalhão (TAVEIRA, 2012).

3. **SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA:** o caso do 2º BPM/PB

A inserção dos profissionais de Serviço Social junto às instituições atreladas à Política de Segurança Pública no Brasil, não é tão recente. De acordo com Lira (2005, apud. Marconssin e Forti, s.d. 2004), a atuação do Serviço Social em delegacias policiais é balizada a partir da década de 1980, direcionada, num primeiro momento, a questão de gênero, e, posteriormente, expandida para áreas de atuação vinculadas à criança e ao adolescente, e aos idosos, configurando-se atualmente como um importante espaço sócio-ocupacional vinculado ao sistema sócio-jurídico do país.

Em especial, no que diz respeito ao Estado da Paraíba, vale ressaltar que em pesquisa realizada em 2004, junta à coletânea de Leis da Polícia Militar da Paraíba, constatou-se que a primeira referência encontrada, com relação à inserção do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, órgão de Segurança Pública, foi expressa na Lei 3.907 de 14 de junho de 1977, que dispunha em seu Artigo 20º sobre a criação de um órgão de Apoio Pessoal denominado de Centro de Assistência Social, cujo objetivo era dar uma flexibilidade a estrutura rígida e historicamente hierárquica do Comando da Corporação (LIRA, 2005).

No contexto geral da Segurança Pública, especificamente, da Polícia Militar da Paraíba, a entrada do Serviço Social dá-se formalmente a partir dos anos 80, quando o então governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Miranda Burity sanciona a Lei 4.316/81[9], instituindo no quadro de servidores civis do 2º Batalhão cinco vagas para assistentes sociais do Comando Geral e uma vaga para cada batalhão do interior.

Cabe pontuarmos que esse ingresso profissional na Polícia Militar é historicamente marcado por uma prática diretamente envolvida com a garantia das funções institucionais e que, para tanto, contribuía no controle social. Entretanto, à medida que a categoria profissional, no curso de sua trajetória busca construir sua imagem e identidade profissional no seio da categoria, e legitimar-se na sociedade, conseguiu adquirir expressões políticas significativas.

Desta forma, o setor de Serviço Social do 2º BPM/PB articula-se com os seguintes setores: Comando; Sub-Comando; Setor de Serviço Social do Comando Geral (João Pessoa); Setor de Psicologia; Setor de Saúde; Caixa Beneficente; Companhias e, por fim, a parceria com

[9] No entanto, a referida Lei não faz nenhuma alusão quanto às atribuições a ser desenvolvidas pelos profissionais do Serviço social na instituição, e desta maneira, os assistentes sociais faziam uso do Código de Ética Profissional e da Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº8. 662/93) como arcabouço teórico norteador de sua prática.

a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para supervisionar estagiárias(os) extra e curriculares do Curso de Serviço Social que se agregam aos programas e setores existentes na instituição. E ainda, tal setor estende suas ações à comunidade, compartilhando às informações de que necessitam (SILVA, 2005).

A prática profissional do Serviço Social, assim, como a de outras categorias profissionais não se desenvolve de forma isolada. Iamamoto (2011) coloca que a prática profissional está intrinsecamente condicionada ao conjunto de fatores que a cercam, desde uma formação profissional competente, até a relação estabelecida com o poder institucional e sua disponibilização de recursos, a apresentação das políticas, objetivos e demandas específicas.

A atuação profissional do assistente social no 2º BPM foi se estendendo, paulatinamente, ao longo do tempo até os dias atuais, de maneira que sua prática interliga-se a outros setores da referida instituição com o objetivo de viabilizar aos policiais militares e seus dependentes, bem como a própria comunidade, o cumprimento de seus direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Segurança Pública configura-se como um tema importante diante de profundas mudanças na dinâmica dos fenômenos sociais, que se diversificam a cada momento, e atinge todas as cidades brasileiras, bem como todas as classes que compõem o tecido social.

Nesse cenário, a “preocupação” do Estado brasileiro com a Política de Segurança Pública se reveste em um modo neoconservador de tratar a criminalidade e a violência através do investimento em armas e na ampliação do contingente policial. Entretanto, este investimento é ineficiente e ineficaz, uma vez que, atua predominantemente no âmbito do imediatismo. Os recursos e investimentos na política preventiva de crimes são escassos.

No que diz respeito a inserção dos assistentes sociais junto às instituições vinculadas à Política de Segurança Pública não se constitui processo recente. Especificamente, da Polícia Militar da Paraíba, a inserção do Serviço Social se deu a partir dos anos 80, inicialmente, marcada por uma prática profissional de garantia das funções institucionais, mas que durante a sua trajetória histórica, buscou construir sua identidade profissional com posicionamentos críticos na perspectiva de garantia dos direitos sociais da população atendida.

Contudo, faz-se necessário ampliar a discussão sobre Segurança Pública e o Serviço Social, especialmente, no contexto de contrarreforma neoliberal com vistas a analisar, criticamente, a implementação da referida política pública e as contribuições que a profissão

pode agregar, no exercício do trabalho profissional, para reafirmar a defesa da cidadania e dos princípios éticos firmados no Código de Ética do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Alana Albuquerque. **Os desafios postos à prática profissional do Assistente Social no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba**. 2011.34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.

BREDARIOLI, Cláudia. **Brasil Econômico (SP)**: Custo da violência ultrapassa R$ 200 bi por ano no Brasil. Disponível em: www.ipea.gov.br/ Acesso em: 19 nov. 2012.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A "Questão Social" no Brasil**: Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; V. 162).

COSTA, Arthur; GROSSI, Bruno C. Relações Intergovernamentais e Segurança Pública: Uma análise do fundo nacional de segurança pública. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 1. N.1, 2007.

CRISTINO, Fernanda da Rosa. Segurança pública e democracia: um novo paradigma. In: **Revista Jus Vigilantibus**, out. 2008.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de Segurança no Brasil: Da ditadura aos nossos dias. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3. N. 5, ago./set. 2009.

GONÇALVES, Lígia Maria Daher. **Política de Segurança Pública no Brasil na Pós-Transição Democrática**: Deslocamentos em um modelo resistente. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, João Batista (cel.). **A Briosa**: História da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa- PB, 2000.

LIRA**,** Maria do Socorro. A Prática Profissional do Serviço Social junto ao 2º Batalhão Polícia Militar no município de Campina Grande – PB: Um estudo acerca da percepção dos usuários. Campina Grande, **mono** UEPB, Agosto/2005. Curso Serviço Social.

SILVA, Mizael Bispo. **Contribuição do Setor Terciário para em Vitória da Conquista**. 2005. Monografia (Especialização) – Fundação Visconde de Cairu. - Vitória da Conquista, 2005.

TAVEIRA, Djailma Maria Lemos. Mulher e polícia militar [manuscrito]: um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba / Djailma Maria Lemos Taveira. – 2012. 84 f. : il. color.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E SEUS DESAFIOS

Ana Patrícia Viana da Silva[1]
Celian Araújo Nóbrega de Sousa [2]
Cláudia Rodrigues de Medeiros [3]
Bruna Karine Sousa Araújo dos Santos [4]
Antônia Gomes Furtado[5]

RESUMO:

A discussão posta no presente artigo explana sobre o trabalho do assistente social na Política de Assistência e seus desafios. Tendo como objetivo fazer uma análise histórica da Política de Assistência, dos problemas que estão presentes em sua materialização atual, das atribuições e competências do assistente social realizadas nos espaços sócio ocupacionais, e abordando os desafios vivenciados pelos assistentes sociais na política de Assistência Social. Para realização deste estudo foi feita uma análise da referida temática, apresentando primeiramente uma revisão bibliográfica, das categorias expostas no artigo, com recurso a abordagem qualitativa dos referencias utilizados.

Palavras - chave: Assistência Social. Atribuições e Competências. Desafios.

ABSTRACT

The discussion put forward in this article explores the work of the social worker in the Assistance Policy and its challenges. The objective of this study is to analyze the Assistance Policy, the problems that are present in its current materialization, the social worker assignments and competences carried out in the social and occupational spaces, and addressing the challenges experienced by the social workers in the Social Assistance policy. For the

[1]Acadêmica do curso de Bacharelado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: anapatricia201614@gmail.com.
[2]Acadêmica do curso de Bacharelado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: celianmel@gmail.com
[3]Acadêmica do curso de Bacharelado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: sempreclaudiarmedeiros@gmail.com
[4]Acadêmica do curso de Bacharelado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: brunakariine@gmail.com.
[5]Professora Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Docente nas Faculdade Integradas
de Patos – FIP. E-mail: antoniafurtado@fiponline.edu.br

accomplishment of this study an analysis of the mentioned subject was made, presenting first a bibliographical review, of the categories exposed in the article, using a qualitative approach of the references used.

Keywords: Social Assistance. Assignments and Competencies. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a realidade profissional do Assistente Social e suas diretrizes de trabalho na Política de Assistência Social, bem como, debater a Política de Assistência Social como um campo de intervenção do Assistente Social, e ainda embasado na literatura, discernir sobre as competências e atribuições destes profissionais. Tal trabalho ainda se propõe a discutir sobre os desafios impostos a estes em diversos contextos, esclarecendo questionamentos sobre quais tipos de demandas norteiam o trabalho do Assistente Social, discursando sobre os limites impostos a eles, que resultam assim em barreiras dificultosas que delimitam a execução de seu trabalho em diversos âmbitos.

Esse tema se torna relevante, pois apresenta uma realidade em todo país dos desafios na efetivação dos serviços sócio assistenciais oferecidos para suprir as demandas, assim como no fazer profissional do Assistente Social na área da Assistência Social. Com a conjuntura neoliberal que permeia desde os anos 90, esses desafios são bem evidentes, no que diz respeito à intervenção da categoria nos conflitos de classe. Nessa concepção é possível visualizar que a precarização da atuação do Assistente Social na Política de Assistência respalda em limites, condicionando a objetividade do trabalho.

A Política de Assistência Social materializada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por ser uma área em que o Assistente Social estar inserido, na qual planeja e executa ações de interesses dos usuários, sofre cada vez mais com a conjuntura de perda de direitos. Isso mostra uma realidade de desmonte nos direitos sociais, que atinge os usuários da política supracitada, como também os profissionais do SUAS. As adversidades são muitas no cotidiano do trabalho do Assistente Social, no que diz respeito ao retrocesso dos direitos sociais obtidos na Constituição de 1988. Isso impacta, nas relações de trabalho, como também nos serviços ofertados para suprir as novas demandas que o capital impõe, exigindo do assistente social respostas qualificadas da realidade.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A gênese da Assistência Social no Brasil tem suas bases centradas na caridade, na filantropia e no apoio religioso, uma vez que, suas práticas centravam-se em atuações paternalistas e/ou clientelistas sob égide do favor e não do direito.

Consequentemente, a Assistência Social era confundida com a ajuda aos necessitados, caracterizando–se como uma prática e não como uma política (SATANA, 2013). Ainda discorrendo sobre, é importante compreender que as políticas sociais em solo brasileiro se deram por intermédio da própria sociedade que lutou através de aglomerações buscando ideais a mercê deste contexto, trazendo assim uma nova roupagem para as políticas sociais brasileiras. Desse modo, de acordo com Santana, podemos destacar que:

> O período histórico, a partir da década de 1980, configurou-se como um divisor de águas no que diz respeito ao campo dos direitos sociais. Ocorreu nesse período um forte engajamento e pressão da sociedade civil no que concerne à discussão das políticas sociais, na qual denotou-se uma ampla articulação dos movimentos sociais, principalmente no campo da Assistência Social. Segundo Rizotti (1998) referenciando-se em Cardoso (1994), os movimentos sociais contribuíram para a conformação dos novos arranjos das políticas sociais brasileiras, fazendo sua inserção tanto na gestão quanto no controle social (SANTANA, 2013, p.03).

A Seguridade Social veio para assegurar os direitos dos trabalhadores a partir da legislação, na medida que propicia a efetivação das Políticas Públicas que a compõe. Com a Constituição Federal de 1988, os direitos humanos e sociais avançaram de maneira considerável, possibilitando aos cidadãos acesso a direitos dos quais não tinham, como a Saúde, Assistência Social, e Previdência Social, que é considerada o tripé da Seguridade Social. Conforme Costa (2017) a definição ampla da Seguridade Social relaciona-se a benefícios e serviços que determinam a diminuição dos riscos inerentes a uma sociedade de mercado. O termo Seguridade Social está, em muitos países, ligado a proteção previdenciária e assistencial. Por fim, a Seguridade Social determina o conjunto de proteção social efetivado pelo Estado no sentido de diminuir os efeitos do desaparecimento da capacidade de trabalho.

É possível destacar que o processo de expansão dos direitos sociais e das Políticas Públicas resultou na organização de medidas de ação que determinariam o Sistema de Proteção Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, conhecido nos dias atuais de tripé da

Seguridade Social, buscando a garantia do enfrentamento das múltiplas expressões da questão social e possibilitando o acesso aos direitos, desse modo, a Assistência Social em sua trajetória histórica foi idealizada como uma das três instituições políticas bases da Seguridade Social superando as definições assistencialistas, filantrópicas ou caridade, levando em consideração ainda as reformulações estabelecidas ao longo dos anos

Dito isto, a literatura abrange esse assunto de maneira a deixar claro, que é compreensível que haja reformulações em diversos contextos com o passar dos tempos, e com isso agrega-se a sentença de que o trabalho do Assistente Social também sofre modificações mediante a política neoliberal, em vista de que a precarização do trabalho é uma estratégia do capital, vislumbrando um reordenamento do sistema capitalista. Essa conjuntura de perda de direitos sociais impacta diretamente na vida dos usuários, na qual exige um profissional mais qualificado para intervir com respostas precisas mediante a realidade. O trecho de Paz a seguir destaca que:

> A reforma orientada pela política neoliberal realiza uma intensa campanha para a redução do Estado, dando a ideia que se deve reduzir a intervenção estatal, passando suas funções para a iniciativa privada, apresentando assim repercussões para o trabalho em âmbito governamental, sempre criticado e pejorativamente chamado pela grande mídia e pelo empresariado brasileiro de cabide de emprego, e apontando como motivo para o "inchaço" do aparelho estatal e ineficiência do Estado, realizando uma intensa campanha para a privatização das empresas estatais e redução das atribuições do Estado, principalmente no que se refere aos direitos sociais, ao passo que enaltece o mercado como esfera de regulação das relações sociais (PAZ, 2015, p. 04).

Como mencionado, todas essas inquietações afetam a operacionalização da política de assistência social e contribuem com a limitação da atuação do profissional assistente social, tendo este, que utilizar de variadas estratégias e mecanismos para realizar a mediação de conflito entre as classes, assim como a materialização dos direitos dos usuários das políticas.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL

A atuação dos profissionais de Serviço Social tem como fio condutor as atribuições e competências realizadas nos espaços sócio ocupacionais, que se pauta em direitos e deveres orientado pelo Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que é dever o cumprimento por parte dos profissionais e das instituições públicas e privadas CFESS, (2011). Segundo as diretrizes da cartilha anteriormente citada, é necessário que haja:

> O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sócioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p. 19).

As competências e atribuições dos/as Assistentes Sociais, na Política de Assistência Social, se materializa através da Lei de Regulamentação da Profissão, sendo assim, é necessário ter uma compreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa visão totalizante, entender que é extremamente importante realizar uma análise histórica de todo o contexto social a ser estudado.

Nesse sentido é necessário considerar o desenvolvimento do capitalismo no país e nas suas regiões, tendo em vista que, analisar o significado social da profissão e seu avanço sócio histórico, permite visualizar ações existente na realidade, conhecer as demandas presentes na sociedade, buscar meios para o enfrentamento da questão social, são de fato competências e atribuições dos Assistentes Sociais.

No âmbito da Política de Assistência Social, existe uma dimensão de abordagens individuais e em grupos, que precisam de mobilizações e organizações populares, que se fundamentam em entender e fortalecer a classe trabalhadora de maneira coletiva para que haja uma expansão dos direitos sociais. Contudo, é interessante levar em consideração que não se trata de algo fácil, as barreiras sempre irão existir e cabe a este profissional buscar meios de driblar e/ou até mesmo vencer desafios impostos, sendo alguns deles a precariedade das Políticas Públicas devido a contemporaneidade do capital.

3.1 Os desafios do exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social

Abordar os desafios vivenciados pelos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social é muito pertinente, visto que, muitos dos usuários correm o risco de ter seus direitos negados, ou muitas vezes desconhece e não tem o atendimento imediato que necessita. O profissional tem muitos desafios para planejar e executar ações para diminuir a desigualdade social que permeia a sociedade.

As políticas sociais a partir dos anos 90, com o direcionamento neoliberal presente na conjuntura política do Brasil, estão cada vez mais sucateadas, isso caracteriza um Estado que objetiva enxugar gastos, afetando diretamente os usuários dos serviços da assistência social, como também os profissionais que trabalham para diminuir a desigualdade social resultante de um sistema opressor de direitos. Conforme afirma Paz (2015):

> Tanto as dimensões subjetivas quanto objetivas condicionam o trabalho dos assistentes sociais, apresentando-se como limites e possibilidades ao exercício profissional, que vai desde a intencionalidade que direciona suas ações, até as condições objetivas de trabalho as quais estão sujeitos (PAZ, 2015, p.03).

Nessa perspectiva o trabalho do Assistente Social está pautado em condicionalidades institucionais, o que de fato respalda em limites na atuação do profissional, provocando uma precarização dos serviços oferecidos.

"A Política de Assistência Social tem se apresentado como um importante espaço de atuação do assistente social, que se encontra inserido desde o planejamento, implementação, avaliação, gestão, assim como também na própria execução nos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) [...]" (PAZ, 2015, p.06). Mas com a atual conjuntura de perda de direitos, os desafios são muitos para o profissional, tem que se deparar com diversas demandas, tendo poucas condições de trabalho, associando o compromisso ético-político. Segundo Ramos et al. (2017), o trabalho dos assistentes sociais nas instituições que integram o SUAS é muito restrito, o que torna o profissional estratégico na hora de intervir nos conflitos e interesses de classes.

4. CONCLUSÃO

No dado instante em que esse profissional se torna capaz de exercer com competência o que lhe é atribuído em seu local de trabalho, é posto em prática de forma criativa um conhecimento previamente elaborado, transformando assim o conhecimento individual em um

conhecimento partilhado, o que proporciona uma assistência social contundente, trazendo notórios benefícios a todos os envolvidos.

É importante ainda ressaltar que, o Código de Ética dá todo um aparato ao profissional da Assistência Social, apresenta a esta profissão ferramentas fundamentais para respaldar o Assistente Social na assistência e em todas as suas dimensões, tanto na prestação de serviços e direitos a população, quanto no planejamento e assessoria dos mesmos. Bem como, agindo na socialização e mobilizando indivíduos a lutarem por melhores condições de vida, de trabalho e de acesso aos direitos sociais, propiciando a participação de usuários no processo de fiscalização da Política Social.

Por tanto, alusivo a isto, a literatura traz que o compromisso do Assistente Social a ética seja por sua vez, acessível a cada uma das nossas ações profissionais, com o intuito de possibilitar uma transformação social, buscando orientar os usuários da política de assistência acerca de seus direitos acobertados por lei no contexto da cidadania e utilizando-se da democracia. Assumindo as responsabilidades que lhe cabem em diversos aspectos enquanto cidadão, traçando uma perspectiva ética de efetivação de direitos.

Contudo, é de suma importância aqui ressaltar que, este profissional enfrenta diversos desafios para conseguir cumprir suas atribuições, por mais, que estes busquem veementemente aparar os cidadãos mostrando-os seus direitos e lutando para pôr em prática suas ações. Com a influência da política neoliberal, o Estado centraliza suas ações voltadas para o âmbito privado desfavorecendo as políticas públicas e consequentemente a Política de Assistência Social.

Porém, pode-se concluir que tais profissionais não devem recuar frente aos obstáculos que são impostos na atualidade, os mesmos necessitam levar em consideração que existem diversas atividades e alternativas que podem ser desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social, na qual o enfrentamento dos obstáculos, resultará em um futuro prévio, na resolução de alguns de muitos dos desafios impostos tanto pelas imposições feitas pela política neoliberal e suas precariedades, quanto pelos desafios que a contemporaneidade do capital expõe constantemente.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº. 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº.290/94 e nº.293/94.

COSTA, Lúcia Cortes. A seguridade social sob a ameaça do ajuste recessivo no Brasil (Social security under threat of recessive adjustment in Brazil). **Emancipação**, v. 17, n. 1, p. 9-21, 2017.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís–MA**, n. 2, p. 1-11, (2015, p. 03)

SANTANA, Eline Peixoto de; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos da; SILVA, Valdianara Souza da. HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. O Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das Lutas Contra a Exploração, a Dominação e a Humilhação**, V. 4, p. 01-10, 2013.

EXTENSÃO E POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: um debate acerca da relação entre universidade, comunidade e poder público no município de Sousa Paraíba

Mônica Almeida Barbosa [1]
Fernanda Valentim Dantas [2]
Hellita Fernandes Nascimento [3]

RESUMO:

A construção do presente trabalho trata-se de uma pesquisa realizada através do projeto de extensão "(RE) conhecendo a rede de atenção psicossocial da cidade de Sousa/ PB: Intersetorialidade e Direitos Humanos". Esse arranjo, pretende analisar a Política de Saúde mental no município de Sousa/PB, a fim de compreender como se gestou a formação e reformulação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da respectiva cidade. Destarte, discutir a importância de trazer o conhecimento cientifico aprendido nos centros de ensino superior para dentro das comunidades, possibilitado a busca pela garantia de direitos desses sujeitos, como também a inserção desses futuros profissionais nesses espaços sociais, pela via da extensão universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Saúde Mental. Direitos Humanos.

ABSTRACT:

The construction of the present work is a research carried out through the extension project "(RE) knowing the psychosocial care network of the city of Sousa / PB: Intersectoriality and Human Rights". This arrangement intends to analyze the Mental Health Policy in the city of Sousa / PB, in order to understand how the formation and reformulation of the Psychosocial Attention Network (RAPS) of the respective city was conceived. To discuss the importance of bringing the scientific knowledge learned in the higher education centers into the communities, made possible the search for the guarantee of the rights of these subjects, as well as the insertion of these future professionals in these social spaces, through university extension.

[1] Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG).
[2] Assistente Social formada pela Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG).
[3] Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG).

KEYWORDS: University Extension. Mental Health. Human Rights.

1. INTRODUÇÃO

Para adentrar na discussão da "extensão universitária", têm-se a necessidade de compreender que ela está inserida em um contexto acadêmico que é *"uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada"* conforme relata CHAUÍ (2001, p.35). Desse modo, podemos apreender que a realidade das instituições de ensino superior no Brasil, está permeada por formas e singularidades bem características, que rebatem no contexto de correlação de forças que está sobre ela inserida.

Este estudo está centrado na análise do atual estágio da política de atenção à saúde mental brasileira, tendo como foco primordial o desenvolvimento da política de saúde mental na cidade de Sousa/ PB, pela via do estudo das estruturas físicas, de seus componentes macroestruturais, relativos ao processo de governança e financiamento, além dos seus mecanismos de avaliação. Inicialmente metodologia utilizada para produção do presente trabalho foi uma revisão literária, bem como documental, através de portarias, informes técnicos, relatórios de conferência, resoluções e decretos. Para além da pesquisa bibliográfica, realizamos visitas às instituições que fazem parte da rede de saúde mental de Sousa, objetivando apreender a partir da realidade concreta vivenciada nesses espaços ocupacionais como se organiza o atendimento nesses serviços.

Partindo desse pressuposto, é primordial ampliar o financiamento da saúde e no caso mais específico da saúde mental, que vem se constituindo como uma política exitosa. O cerne da atual política se mostra anacrônico aos preceitos do modelo psicossocial. Aponta-se a necessidade de ampliação de mecanismos avaliativos.

2. O HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA.

Para tal compreensão, faz-se necessário trazer algumas reflexões históricas, no que concerne as primeiras atividades de extensão. De acordo com Rocha (apud FARIA, 2001), a extensão emergiu no Mosteiro de Alcabaça em Portugal, em meados de 1269, a posteriori foi aderida por colégios religiosos e pelos jesuítas na América Latina, no período colonial. Todavia, essas atividades tinham uma perspectiva assistencialista, caritativa e benevolente.

Trazendo para o recorte particular do Brasil, a extensão teve suas atividades iniciadas por volta dos de 1911 e 1917, CARBONARE E PEREIRA (2012), através dos jesuítas e também pela ação da universidade livre de São Paulo, instituição essa que realizava suas atividades por diligência própria, com intuito de promover semanas e conferências públicas para a realização de debates políticos e *problemas sociais*. No Brasil, essa ação foi certificado após a aprovação do termo *Extensão,* que foi usado pela primeira vez na legislação brasileira em 1931, no Decreto-Lei Nº 19.851 de 11 de abril de 1931, SOUSA (2000), e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, ambas centralizadas na perspectiva assistencialista e meramente reprodutora de conhecimentos.

Destarte, em 1968, com a promulgação da Reforma universitária, a extensão torna-se atividade obrigatória nos centro e instituições de ensino superior, todavia, essa pratica ainda estava restrita a realizações de cursos e serviços prestados a comunidade sem a perspectiva de transformação do real concreto. Ainda nesse período ditatorial, o cenário era de opressão e as manifestações eram contidas de forma rígida, de modo que a colocação do posicionamento ideológico era refutada e exaustivamente reprimida. As amarras deste período forçavam os discentes e docentes a serem guiados por posicionamentos políticos autoritaristas, desvinculando o real objetivo da extensão universitária, que estava centrado na possibilidade de trazer os discentes para dentro da comunidade, em uma perspectiva de integração e socialização do conhecimento científico com o meio social, de modo que haja um processo de construção e desconstrução da realidade objetiva.

Contrapondo-se ao víeis a presentado, a reforma de 1968 e suas transformações possibilitou o crescimento nas instituições de ensino publico e privado, por meio desse progresso foi permitido que ideias revolucionárias fizessem parte dessa categoria acadêmica. A posteriori, nos anos de 1980, com a queda do governo autocrático burguês e com ascensão dos movimentos sociais no cenário político, foi exigido da sociedade e do Estado uma maior articulação para atender a necessidade demandadas pelos centros universitários, visto que, neste momento, o cenário político brasileiro encontra-se em plena transformação e se tem a necessidades de trazer essas transfigurações societárias para dentro do meio acadêmico. Com a

promulgação da Constituição de 1988, foram aprovados simultaneamente os princípios da indissociabilidade do tripé básico da educação: Ensino, pesquisa e extensão.

Conforme CORREA (2007,) em 1999, foi divulgado o Plano Nacional de extensão, que trazia como conceito primordial a perspectiva de "A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade" (CORREA, 2007, p. 11).

Partindo desse pressuposto, alguns eixos vêm materializar e fundamentar a extensão universitária, dentre eles podemos elencar: A direção de cunho transformador, voltada para mediar os interesses e necessidades das comunidades implementando o desenvolvimento regional e de políticas públicas; a estreita relação entre meio acadêmico e a comunidade ,almejando realizar alianças com movimentos sociais, a fim de juntar forças contra as mais diversas formas de desigualdade social, alcançando a troca multa de saberes, rompendo com a proposta hegemônica de modelo universitário . Além de proporcionar indissocibilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Conforme o relatório MEC/SESU (2006, p. 21), os Pró-Reitores de Extensão das instituições públicas, por intermédio do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, fundamentaram a extensão universitária como *"uma práxis educativa, com base no princípio da indissociabilidade, enfatizando a necessidade de um currículo dinâmico, flexível e transformador".* As vistas disso, metodologias alternativas de ensino aprendizagem são utilizadas com intuito de alcançar o real objetivo dessas instituições de ensino superior, uma vez que esse conhecimento repassado para a comunidade possa se tornar um elemento catalisador de luta. Posto isso, uma universidade popular visa :

> A democratização do conhecimento acadêmico; instrumentalização do processo dialético teoria/prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efetiva da comunidade na Universidade; visão integrada do social; relação transformadora entre Universidade e as demais instâncias sociais (BRASIL, MEC/SESu, 2006, p. 22).

Por conseguinte, faz-se necessário pensar em uma a formação universitária/profissional dentro da perspectiva de universalidade e amplitude, que deve ultrapassar os muros acadêmicos a mera reprodução formal de conhecimento científico. A universidade deve ser capaz de capacitar os profissionais para além do conhecimento acadêmico, uma vez que existe a

necessidade que esse conhecimento chegue a comunidade e possa proporcionar a esse/essa estudante um formação profissional um pouco mais crítica e reflexiva .

Para tanto, no presente estudo iremos trazer a importância dessa atividade de extensão para a formação profissional desses/dessas estudantes, dentro de uma realidade do Sertão Paraibano, na perspectiva de cursos que fizeram/fazem parte do programa de interiorização das instituições de ensino superior e também problematizando a importância da extensão no âmbito da política de Saúde mental na Cidade de Sousa, Alto Sertão da Paraíba.

3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA\PB.

Constatou-se que há um reconhecimento de que a Saúde Mental tem experimentado avanços. É perceptível a qualidade dos serviços e ações propostas pelos CAPS e notoriamente pelo CAPS AD Sousa, como também ficam claros os desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social no desenvolvimento de suas atribuições nesta área e este cenário adquire maiores proporções na atuação das políticas neoliberais que reduzem drasticamente a responsabilidade do Estado com a saúde.

Percebeu-se que, inúmeros são os impedimentos vivenciados no cotidiano, como falta de recursos – tanto humanos quanto financeiros, estruturais –, para a realização da ação profissional e considerando a ausência de responsabilidade estatal sobre o gerenciamento, devido às políticas públicas na área de saúde mental. Fica evidente a clara necessidade de uma reflexão crítica sobre um caminho para a superação das dificuldades encontradas na carência estrutural dos serviços e a criação de meios para reestruturar e oferecer um completo serviço aos usuários.

O presente trabalho tem como primordial analisar e contribuir com a Rede de Atenção Psicossocial da cidade de Sousa-PB, através do projeto de extensão (RE) conhecendo a rede de atenção psicossocial de Sousa: Intersetorialidade e direitos humanos. Um estudo que está atrelado a analise do atual estágio da política de atenção à saúde mental brasileira, sua reforma, seus avanços e as suas contrariedades. Inserção social, viabilização do acesso às pessoas com transtornos mentais, fortalecimento de vínculos com familiares e superação de estigmas são os objetivos que protagonizaram o roteiro desse projeto. Que em primeiro momento, por meio de uma inspeção da estrutura física e seus componentes macroestruturais, relativos ao processo de governança e financiamento e aos mecanismos de avaliação, contribuíram com a aproximação

da equipe extencionista com a realidade concreta vivenciada pela saúde mental, juntamente com uma revisão literária e teórico-metodológica, tendo como finalidade a concretização dos seus objetivos para contribuir com a valorização da luta anti -manicomial nas instituições específicas de Saúde Mental da RAPS.

Posteriormente, identificando a realidade vivenciada pela equipe multiprofissional e usuários, atribuindo aos extencionistas uma criticidade sobre a problemática nos inúmeros setores da saúde mental. Entretanto, obteve-se êxito parcial, tendo em vista que foi a primeira aproximação dos acadêmicos com a saúde mental e todas as suas correlações. Correlações estas que ocasionaram maior visibilidade a temática em questão, despertando o interesse dos discentes para coadjuvar na transformação da realidade social, sendo notório que a Reforma psiquiatra no Brasil é um assunto que merece total destaque nas políticas públicas direcionadas a saúde.

Partimos da observação de que há uma perspectiva de necessidade dos usuários criar vínculos com a instituição através de ações que contemplem e estimulem o desenvolvimento psíquico dos usuários do CAPS AD. A observação permitiu identificar minimamente quais as questões e atividades que seriam necessárias desenvolver na intervenção junto ao CAPS-AD compreendendo e refletindo sobre a realidade social dos usuários, por meio de informações teórico/práticas que se explicitou a partir da observação.

Hoje o CAPS AD atende cerca de dois mil usuários de forma irregular, alguns têm atendimento permanente e assíduo, pois, tem consciência que necessitam de suporte, por outro lado existem em sua maioria aqueles que retornam em casos extremos de situação de vulnerabilidade e risco.

As instalações físicas do CAPS AD funcionam em uma residência ao lado da Residência terapêutica, no entanto seria necessário um prédio próprio e com instalações adequadas ao que o Ministério da Saúde preconiza.

Este trabalho pretende apresentar um projeto que interfira, auxilie e contribua para a autonomia dos usuários do CAPS-AD, no sentido de promover uma maior efetivação de atividades que atendam as demandas dos usuários através de oficinas.

Para SARACENO (1999) a reabilitação psicossocial precisa contemplar três vértices da vida de qualquer cidadão: casa, trabalho e lazer. A associação das oficinas terapêuticas, do trabalho e a reabilitação podem apresentar inúmeras variações na prática ou no contexto onde é operacionalizada, mas dificilmente há contradição na ideia de que o trabalho é um instrumento de reabilitação.

A importância do trabalho das oficinas artísticas torna-se positiva quando uma de suas funções é também o de intervir no campo da cidadania. Assim, atuando no âmbito social, contribui como possibilidade de transformação da realidade no que diz respeito ao tratamento psiquiátrico.

RAUTER (2000, p. 271) faz uma reflexão quando diz que,

> as oficinas, o trabalho e a arte possam funcionar como catalisadores da construção de territórios existenciais (inserir ou reinserir socialmente os ”usuários”, torná-los cidadãos...), ou de “mundos” nos quais os usuários possam reconquistar ou conquistar seu cotidiano... de cresse que está se falando não de adaptação à ordem estabelecida, mas de fazer com que trabalho e arte se reconectem com o primado da criação, ou com o desejo ou com o plano de produção da vida.

Rabelo (2006) mostra que as ações realizadas nos CAPS visam à potencialização e valorização de formas de livre criação dos usuários, melhora da autoestima e desenvolvimento do equilíbrio emocional.

Ciornai (2004) vem dizer que a arte,

> [...] permite ao usuário a liberdade de expressão, a autonomia criativa, proporcionando seu desenvolvimento emocional e social propondo resgatar o homem em sua totalidade por meio de métodos de autoconhecimento e transformação.

TOMMASI (2005) aborda em seu livro “Arteterapia e loucura” que a arte sempre esteve vinculada à existência humana, como meio de diálogo, interação social, registro histórico, desenvolvimento da estética, do belo e harmônico. A importância da arte, sobretudo do desenho e da pintura, incide na relação do homem com o mundo, e de como os estímulos externos agem no imaginário humano.

Portanto pode-se perceber que a arte seja ela qual for é um meio de estimulação à expressão individual, proporcionando aos que dela recorrem se auto-observar, gerando reflexões sobre o desenvolvimento pessoal, aptidões, preocupações e conflitos.

Assim, consideramos importante aplicar a intervenção neste âmbito, por meio de oficinas de arte, visando colaborar com o fortalecimento da autonomia dos usuários inseridos na instituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação no Projeto *(Re) conhecendo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Sousa: Intersetorialidade e direitos humanos* possibilitou aos discentes a oportunidade da efetivação do tripé de ensino: extensão, pesquisa e ensino, que é essencial para uma construção acadêmica sólida na perspectiva de desenvolvimento na relação teoria e prática dos estudantes.

A inserção dos discentes nas diferentes instituições da rede municipal de atenção psicossocial no município de Sousa, permitiu uma aproximação com a concentricidade da realidade vivenciada nesses espaços, com as formas de operacionalização e oferta dos serviços públicos de atenção a pessoas com transtornos mentais no município de Sousa/PB. Além de apreender em quem condições se efetivam as ações dos profissionais frente aos limites que são impostos pelo município, como citado fora no discorrer do presente texto, uma vez que essa política vem sofrendo com os intensos de processos de precarização, com o contingenciamento do orçamento público, ausência de capacitação profissional.

A apreensão desse movimento, permite a construção de formação acadêmica mais crítica e comprometida com a garantia dos direitos fundamentos desde sua base, fundamentada em uma formação para além dos muros da academia. Portanto, a formação desses profissionais estará centrada na análise da própria realidade concreta, fugindo de respostas imediatas e superficiais, partindo da premissa de uma análise crítica e propositiva vivenciada no dia a dia desses profissionais. Esse processo, por conseguinte, permite entender que as formas de oferta dos serviços públicos, não somente na área de saúde mental, mas em toda a rede de políticas públicas, necessitam de profissionais com qualidade na formação, com comprometimento ético e posicionamento político, frente à busca por serviços públicos que visem o atendimento concreto das demandas provindas da sociedade, com objetivo de viabilizar os direitos sociais, almejando uma melhora na qualidade de melhor qualidade de vida e de justiça social para todos.

Nesse sentindo, é de suma importância destacar a extensão universitária tendo em vista, que a mesma oportuniza uns dos primeiros contatos de forma mais efetiva com a prática profissional permitindo compreender e analisar a realidade e os desafios que serão alvos das práticas profissionais dos extensionistas. Logo, é uma prática enriquecedora na formação crítica e na capacitação desses profissionais, além de um desenvolvimento acadêmico humanizado, se contrapondo apenas a lógica de mercado, se propondo a lutar pelo o fortalecimento e garantia dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação (MEC) /Secretária de Educação Superior (SESu). Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão
da extensão. Porto Alegre; UFGS, Brasília,2006. Discurso.Autor: Edison José

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Unesp,2001.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhhardt; **PEREIRA**, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade,2007. Disponível em: **<http://sare.unianhguera.edu.br/index.php/reduc/article/view.** PDF Interstitial/ 207/ 205.

CIORNAI, Selma (org.). Percursos em Arteterapia: Arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia e supervisão em arteterapia. São Paulo: Summus, 2004. **Correa**. Edison José. Disponível em:<http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/conferencias/discursoedsoncorrea .pdf.

RABELO, I. V. M. & Torres, A. R. R. (2006). Os significados da reforma psiquiátrica para trabalhadores de saúde mental de Goiânia. *Estudos de Psicologia,* 23_(3),219-228.

RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. *In*: AMARANTE, P.(Org.). **Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade**.Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. cap.12, p. 267-277.

SARACENO, B.A reabilitação como cidadania. In:Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: TeCorá, 1999. cap. 5, p.111-142.

TOMMASI, Sônia Maria Bufarah. Arte- terapia e loucura- uma viagem simbólica com pacientes psiquiátricos. São Paulo: Vetor, 2005.

O AUTISMO NO CAPSI DE CAJAZEIRAS – PB: limites e possibilidades

Cristiany Keroly Gonçalves Pereira[1]
Ana Maria Magalhães de Sousa[2]
Mayéwe Elyênia Alves dos Santos[3]

RESUMO:

O autismo é reconhecido, na contemporaneidade, como pertencente aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Nesse sentido, uma das principais discussões públicas que envolvem o autismo consiste na definição do serviço público adequado para seu tratamento/cuidado, o qual – ainda pela controvérsia em sua própria definição – ocorre nos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Assim, esse estudo foi desenvolvido a partir da perspectiva crítico-dialética e tem como objetivo analisar as atividades desenvolvidas pelo CAPSi de Cajazeiras – PB a partir da concepção dos profissionais e responsáveis pelas crianças autistas. Os resultados vislumbraram limites nas atividades desenvolvidas no serviço em questão, haja vista que não são especializados no tratamento/cuidado do autismo e não dispõem do suporte adequado e necessário, o que exige atenção do estado para estudos e pesquisas acerca do mesmo, no sentido de garantir a esse público o seu direito de ser assistido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de forma democrática e com qualidade.
Palavras-chave: Saúde Mental. CAPSi. Autismo

ABSTRACT:

Autism is recognized, at the present time, as belonging to the Global Developmental Disorders (PDD). In this sense, one of the main public discussions that involves autism is the definition of the adequate public service for its treatment / care, which - still by the controversy in its own definition - occurs in the Child and Youth Psychosocial Care Centers (CAPSi). Thus, this study was developed from the critical-dialectic perspective and aims to analyze the activities developed by the CAPSi of Cajazeiras - PB from the conception of professionals and responsible for autistic children. The results showed limits in the activities developed in

[1] Assistente Social. Bacharela em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de cajazeiras (FAFIC).
[2] Graduando em Serviço Social – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, *anamm4ry@gmail.com.
[3] Professora Mestre do curso de Serviço Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC). E-mail: mayewe_pb@hotmail.com.

the service in question, since they are not specialized in the treatment / care of autism and do not have adequate and necessary support, which requires the attention of the state for studies and research about autism, in the sense of guarantee this public their right to be assisted by the Unified Health System (SUS) in a democratic and quality way.

Keywords: Mental Health. CAPSi. Autismo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo problematizar a relação entre o Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil (CAPSi) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), no sentido de entender se as atividades desenvolvidas neste serviço de saúde são suficientes para responder às necessidades da pessoa com TEA.

É fruto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito da graduação em Serviço Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), que teve como objetivo analisar as atividades desenvolvidas pelo CAPSi de Cajazeiras – PB para as crianças autistas. Assim, a pesquisa foi realizada tendo por fundamento o método crítico-dialético, o qual estuda a realidade através de uma visão crítica para melhor compreender o seu objeto. Nesse sentido, lançamos mão da pesquisa do tipo exploratória, de campo e bibliográfica, a partir de uma abordagem qualitativa para seu desenvolvimento.

A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPSi[4]) de Cajazeiras-PB através de um roteiro de entrevista junto a onze sujeitos, dos quais cinco são profissionais[5] que atuam no CAPSi de Cajazeiras (Assistente Social, Psicóloga, Psicopedagoga, Fonoaudióloga e Terapeuta Ocupacional) e seis são responsáveis pelas crianças e adolescentes autistas usuários do mesmo centro.

Compreendemos que a realização de estudos dessa natureza possa contribuir para que os pontos negativos ou ineficazes do tratamento sejam identificados e possam ser reelaborados, de forma a ser realizados sob novas perspectivas e produzir efeitos melhores. Ademais, constitui-se bandeira de luta dos Assistentes Social um atendimento de qualidade, longe de

[4] O CAPS é uma instituição que se destina a atender pacientes em sofrimento psíquico ou transtornos mentais como é mais conhecido, visando à integração familiar e social do mesmo, procurando desenvolver a sua autonomia oferecendo atendimento médico, social e psicológico. Sua principal função é substituir as internações em hospitais psiquiátricos, acolher o paciente em situação de crise e cuidar do processo de reabilitação. Acolhe crianças, adolescentes e jovens até 25 anos de idade, com transtornos mentais severos e persistentes.

[5] Acerca dos profissionais, havia um universo de 7 profissionais e a proposta era entrevistar todos. Todavia, dois deles (médica e psicóloga) se recusaram a participar. Já em relação aos responsáveis, utilizamos uma amostra de 25% em um universo de 24 pessoas.

preconceitos e estigmas, o que só é possível mediante a luta coletiva, sendo estes estudos e publicações instrumentos para tanto.

2. OS DESAFIOS DO CAPSI NO TRATAMENTO/CUIDADO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES AUTISTAS

O Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenis (CAPSi) tem um importante papel no tratamento/cuidado de crianças e de adolescentes no âmbito da saúde mental, como também, daqueles que sofrem do espectro do autismo, tendo em vista ser este serviço o único que atua diretamente com esse perfil de público no SUS.

É necessário destacar também que o autismo ainda necessita de estudos e pesquisas, uma vez que não existe consenso quanto a sua compreensão, o que dificulta consideravelmente o seu tratamento, sendo, inclusive, elemento de discórdia quanto ao seu alcance pela rede de saúde mental.

O autismo ocupa posição de destaque entre os transtornos mentais em razão de se manifestar ainda nos primeiros anos do indivíduo e pela influência que apresenta na constituição dos laços sociais, refletindo na qualidade de vida dos seus familiares e pessoas próximas. Assim, por acolher os autistas e oferecer assistência e acompanhamento para o usuário e seus familiares, o CAPSi pode ser considerado uma das primeiras iniciativas de inclusão dos autistas, **ainda que não tenha especialização no tratamento dessa síndrome** (LIMA et al., 2014).

Em 2012 foi sancionada a Lei 12.764, conhecida como Lei Berenice e que apresentava uma política de proteção aos direitos das pessoas com espectro autista (TEA) e colocada na lista do Código Internacional de Doenças - CID, o que lhes garantia acesso a políticas e benefícios sociais. Após esse reconhecimento, o TEA passou inclusive a ser atendido pelo Sistema Único de Saúde - SUS (ROMERO, 2016).

Além da Lei Berenice, a rede SUS de assistência, através do Ministério da Saúde, no ano de 2013, também publicou outros dois documentos que tratavam sobre a “Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e seus Familiares na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde” e as “Diretrizes de Atenção à Reabilitação das Pessoas com o Transtorno do Espectro do Autismo” (TEA). Ambos os documentos tiveram

suas disposições elaboradas em conjunto por especialistas, pesquisadores e entidades civis que tratassem inclusive da assistência a pessoas com autismo e seus familiares.

Entre as demandas recebidas e atendidas pelo CAPSi e seu respeito e cumprimento aos princípios que norteiam os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, esse serviço também oferece assistência ao autismo e a psicose infantil, que estão inseridas no grupo de Transtorno do Desenvolvimento Psicológico. No entanto, é necessário perceber o desafio enfrentado por essa instituição no tratamento ao autismo, **haja vista que essa não é sua especialidade** e que o próprio tratamento é desafiador, pois trabalha principalmente com as dificuldades de linguagem e interação do sujeito, sem deixar de observar o respeito aos seus direitos previstos no ECA (OLIVEIRA, 2012).

O CAPSi compõe os serviços que estão entre as estratégias da RAPS, devendo possuir uma equipe interdisciplinar de saúde mental e articular-se com os outros serviços de saúde da rede pública.

Desse modo, o CAPS, relacionado ao TEA, é definido como:

> [...] um dos serviços de referência para o cuidado às pessoas com transtornos do espectro do autismo, independentemente de sua idade. Também é função do CAPS ofertar apoio matricial às equipes de saúde da família e aos pontos de atenção às urgências, apoiando e subsidiando o processo diagnóstico, o acompanhamento direto das situações graves e se corresponsabilizando pela atenção às urgências. A equipe dos CAPS é composta por diferentes profissionais de saúde, entre psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, fonoaudiólogos, pedagogos, psiquiatras, clínicos gerais, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, agentes sociais, entre outros, que desenvolvem suas ações a partir do acolhimento de demandas espontâneas e/ou referenciadas, pautadas no vínculo com os usuários e suas famílias e articuladas a projetos terapêuticos singulares (PTS). Além disso, a possibilidade de atenção em tempo integral ou parcial pode ser necessária em muitas situações (BRASIL, 2015, p. 98).

No entanto, como ainda salienta Oliveira (2012), a função dos serviços oferecidos no CAPSi acolhem demandas incontáveis e intermináveis, que não possuem fórmula fixa e definida de como serem tratadas, apresentando em cada caso, a aplicação de uma estratégia de tratamento diferente. No caso dos autistas, os profissionais devem descobrir as potencialidades apresentadas por cada criança para que possam explorá-la de forma positiva, como afirma Stevens (2003):

> Os que intervêm na instituição devem, portanto, estar prontos para acolher essas invenções de cada sujeito. Mas não se trata de apoiar qualquer coisa, nem de qualquer jeito. Há uma regulagem necessária. Não se diz sim a tudo, mas, somente àquilo que pode amarrar um momento da história da criança. O lugar essencial do dispositivo institucional volta, assim, à reunião clínica semanal. Todos participam à formalização dos casos clínicos, todos podem tirar deles consequências no cotidiano, todos podem agir com seu estilo pessoal na clínica. Mas a reunião clínica serve para precisar o cálculo de nossas intervenções caso a caso: dar todo o seu valor a um ponto de capitonê encontrado pela criança, decidir apoiar essa descoberta ou, pelo contrário, considerar que ela não é favorável, ou ainda limitar a sua abrangência assim como propus ao rapaz que gostava de ficar na vitrine (STEVENS, 2003, p 22).

Entretanto, atualmente, ainda existem discussões sobre o lugar mais apropriado de acolhimento dos sujeitos com autismo, caso seja no CAPSi ou nos serviços especializados na atenção a crianças com deficiência. E, ao analisar as inúmeras pesquisas que discutem o tema, Lima *et al* (2014) afirma que a atual situação enfrentada na busca pelo atendimento na rede pública pode se deparar com duas hipóteses: a verificação de alguns resultados positivos apresentados pelas crianças autistas em atendimento no CAPSi ou o encaminhamento desses pacientes para serviços especializados em razão dos gestores de determinada unidade do CAPS compreender que não é responsabilidade desse serviço essa espécie de atendimento.

Diante dessa realidade, Nunes (2003, p. 2) afirma que:

> Associações formadas por pais e familiares reivindicam a construção de centros de atendimentos específicos para autistas, sob o argumento de que os Centros de Atendimento Psicossocial não apresentam resultados clínicos efetivos ao atender, em um só local, pessoas com as mais diferentes - doenças mentais, sem que os autistas, por sua vez, recebam enfoque especializado, dada a heterogeneidade da síndrome [...]. Ademais, haveria a predileção por métodos de abordagem comportamental, em oposição à psicanálise, entre os projetos de instauração destes centros de atendimento.

Nenhuma legislação estabelece definitivamente sobre **qual serviço seria o real responsável** em acolher e tratar os sujeitos autistas, havendo somente a vaga previsão de que eles têm direito à atenção integral à saúde assegurados. Nesse cenário, **alguns pesquisadores e especialistas afirmam que o tratamento do autismo no CAPSi pode ser considerado inviável**, mesmo que ele represente apenas o serviço de acolhimento inicial antes de encaminhar o paciente a um atendimento especializado (FRANCO, 2017).

Campos (2012) afirma ser realmente necessário repensar sobre a clínica dos serviços públicos de saúde mental, buscando compreender melhor as práticas dos profissionais nesse cotidiano dos pacientes que recebem o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação.

O documento que trata sobre a Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde afirma que não é possível destinar uma abordagem diferenciada ou privilegiada aos sujeitos com TEA. Assim, o documento recomenda que seja procurado o serviço que ofereça a melhor abordagem, de acordo com a singularidade de cada indivíduo (BRASIL, 2015, p. 80).

Para as instituições, o mesmo documento ainda recomenda:

> Considera-se fundamental que cada ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) se responsabilize em oferecer diversificadas possibilidades de acesso e diferentes modalidades de cuidado para compreender e responder às necessidades das pessoas com TEA em seus contextos de vida. Isto significa convocar todos os pontos de atenção da RAPS e os profissionais que no cotidiano dos serviços de saúde desenvolvam ações nos campos de puericultura, desenvolvimento neuropsicomotor, intervenção precoce, atenção psicossocial, reabilitação e atenção às situações de crise para a conformação de uma grande e potente rede de saberes e ações, com vistas a responder à complexidade das demandas das pessoas com TEA e suas famílias, as quais, historicamente, sem encontrar respostas nas políticas públicas, têm assumido solitariamente este desafio. (BRASIL, 2015, p. 91).

Outro fator que também demonstrou importância no CAPSi é a falta de capacitação apontada por algumas equipes, que afirma que um serviço de diretrizes multiprofissional necessita que seus profissionais interajam, compartilhando seus conhecimentos de modo que possam otimizar seus atendimentos e aperfeiçoas as habilidades já existentes de cada profissional (SILVA, 2016).

Mesmo a formação acadêmica de **alguns profissionais do CAPSi é questionada quanto a sua capacidade para trabalhar com TEA**, pois a maioria é introduzida ao serviço público através de concursos, que não abordam síndromes específicas ou mesmo a doença mental. Essa insegurança na formação, associada a falta de capacitação mesmo após se incluírem no serviço, também prejudica o tipo de assistência oferecida a esses sujeitos (SILVA, 2016).

Os serviços de saúde, principalmente os que lidam com saúde mental, devem possuir recursos suficientes para acolher as singularidades de cada sujeito, dependendo de cada caso e

considerando a diversidade das necessidades de cada realidade. Dessa forma, esse ambiente também deve ser capaz de acolher uma criança que, até então, vem apresentando características que pressupõem a existência do autismo. E, não apenas o lugar físico deve ser suficiente, mas a formação dos profissionais e sua preparação para lidar com as adversidades.

No CAPSi de Cajazeiras – PB – lócus do nosso estudo -, segundo os responsáveis, as crianças e adolescentes autistas participam de atividades desenvolvidas por Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudióloga, Psicóloga e Psicopedagoga, os quais contribuem para o "desenvolvimento físico e intelectual" (RESPONSÁVEL 05) e "[...] é uma forma de trabalhar a atitude [...] e melhorar a questão da ecolalia[6]." (RESPONSÁVEL 06).

As especialidades acima sinalizadas realizam atividades de forma "individual, coletiva" (PROFISSIOANAL 01), como também desenvolvem "acompanhamento psicoterapêutico" (IDEM), cujo início se dá a partir de anamnese psicossocial. Segundo o profissional 03, "de início é observado em que nível a criança está, para após direcionar as atividades que vão desde psicomotricidade (fina), recorte e colagem como a utilização do ABA." (PROFISSIONAL 03).

Um dos profissionais relata um dado de extrema pertinência para reflexão acerca das atividades desenvolvidas pelo CAPSi para crianças e adolescentes autistas: "não tem coisa especifica para o autismo [...]" (PROFISSIOANAL 05). Como sinalizamos no início deste trabalho, não existe consenso quanto à compreensão do autismo, o qual é por vezes chamado de transtorno, doença mental, doutras é visto como uma síndrome, o que afeta o desenvolvimento de ações voltadas a esse público.

Ademais, destaca-se a falta de capacitação para a equipe multiprofissional, cujos profissionais entrevistados, afirmaram, de forma unânime, que nunca receberam qualquer tipo de capacitação por parte da administração pública.

> A gente que tem que buscar por nós mesmo, existe discussões, movimentos, que são importantes também, mas não vem a ser uma formação/capacitação (PROFISSIONAL 02).
>
> [...] eu sinto vontade que tenha, porque lidar com pacientes com transtorno, com limitações assim é bem complicado, você precisa estudar e se rebolar muito para dar conta, necessita de muita pesquisa (PROFISSIONAL 04).

[6] Hábito ou mania de fazer rimar palavras, falando ou escrevendo.

A capacitação é um importante instrumento na qualificação da ação profissional e a falta dela pode afetar essa qualidade, tendo em vista que a sociedade está em constante transformação a qual implica no processo saúde-doença, uma vez que a saúde é resultante dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

> A capacitação e o treinamento contínuo dos técnicos e equipe de apoio, responsáveis pelo cuidado de pessoas com transtornos da saúde mental, visando uma mudança de atitude, dos valores, dos objetivos e das habilidades que devem destacar-se em todos os princípios de reorientação das políticas de saúde mental, supõem envolver os usuários na execução dessas políticas (SILVA *et al*, 2014).

Ademais, no que tange especificamente ao Autismo, a formação contínua não é só importante, mas necessária, uma vez que este exige uma olhar cauteloso dada a dificuldade de seu diagnóstico e os critérios minuciosos para o desenvolvimento da pessoa. Nessa perspectiva, os profissionais relatam as dificuldades enfrentadas em lidar com crianças e adolescentes autistas em razão da falta de capacitação:

> A dificuldade que eu percebo é em termo da minha atuação, e que eu especificamente além de recentemente estar trabalhando com esse público, que antes eu só trabalhava com adultos, eu estou me adaptando e me formando, vou estudando e praticando. E também entra a parte da atuação especifica da capacitação/especialização, que é necessário e na região não tem" (PROFISSIONAIS 02).

Dessa forma, compreendemos que a falta de capacitação se vislumbra como um dos determinantes das fragilidades e limites do CAPSi em relação à crianças e adolescentes autistas, uma vez que essa inexistência impossibilita a equipe de traçar estratégias necessárias para a melhoria da qualidade de vida desses usuários como também o seu desenvolvimento, o qual é possível e apresenta um bom prognóstico quando iniciado o tratamento de forma precoce.

Destarte, questionamos aos profissionais se desenvolvem atividades diferencias para o autista e os demais usuários: todos responderam que as atividades são desenvolvidas indiscriminadamente. Um dos profissionais aborda que

> infelizmente não tem como ser diferenciada para cada público **porque é muita demanda**, são **muitas patologias**, então vem de tudo um pouco. Só consigo ter a especificidade em um atendimento individual, pois dou mais ênfase a demanda que vem para o grupo, então a demanda do grupo são problemas

> sociais, respeitar regras e comandos simples. Eu não foco na patologia da criança, eu foco nas demandas que a patologia está me trazendo (PROFISSIONAL 05).

Como se percebe na fala do profissional, outro determinante que contribui para fragilização e limitação do CAPSi para o tratamento de crianças e adolescentes autistas é a extensa demanda para o número de profissionais, fenômeno que expressa o contexto atual das políticas sociais brasileiras, as quais são focalizadas e cada vez mais resumidas no atual contexto de contrarreforma do Estado que tem inviabilizado o SUS com a restrição dos recursos públicos, sobretudo a partir da aprovação da Emenda Constitucional Nº 95/2016 (EC 95/16), que institui o novo regime fiscal, congelando por vinte anos os gastos do estado com as receitas primárias, na qual faz parte a política de saúde.

Na perspectiva de compreender o conhecimento dos profissionais diante ao espectro autista, foi questionado sobre o que eles entendem por autismo. Dessa forma, destaca-se as seguintes falas:

> O autismo é uma **síndrome**, que era encaixado dentro de várias características, até chegar no TEA, que é **transtorno do espectro autista**, e que cada criança vai apresentar o autismo de forma diferenciada. E o que mais caracteriza é justamente os comportamentos, as desordens cognitivas, biológica que elas apresentam (PROFISSIONAL 02).

> Ele é considerado dentro da perspectiva diagnostica CID – 10, que é considerado um **transtorno**, **não especificamente um transtorno mental, é um transtorno do desenvolvimento**, entra na perspectiva do desenvolvimento infantil e vai para o desenvolvimento da vida toda, então, a doença da criança autista é porque ela vai nascer assim e vai morrer assim, então não existe uma cura para o autismo, mas o desenvolvimento que a gente consegue através das estimulações, por isso que é importante o diagnóstico precoce, pois quanto antes conseguir diagnosticar a criança, melhor ela vai ser estimulada e vai ter um melhor trabalho para conviver em sociedade, porem dentro das limitações dela, porque não adianta a gente querer quebrar alguns comportamentos ou querer dizer para ela não agir de tal forma, pois é a forma como ela funciona, devido algumas ter comportamentos estereotípicos, porém, a gente vai trabalhar com ela para que não se tenha tantos comportamentos repetitivos, e em cima disso se tem um trabalho. É um transtorno que envolve aspectos cognitivos e comportamentais e muitas vezes não há déficit intelectual, no entanto, quando se fala em doença mental geralmente associamos algum déficit intelectual.” (PROFISSIONAL 02).

Assim, os profissionais compreendem o autismo como um transtorno que pode apresentar um bom prognóstico quanto ao desenvolvimento da criança ou adolescente de

tratado precocemente. Outra questão interessante destacada pelo profissional 02 é que o autismo "não é especificamente um transtorno mental", ou seja, seria o CAPS o melhor serviço a atuar junto a esse público?

Nesse sentido, questionamos aos profissionais se este serviço é preparado para atuar com o TEA e a maioria dos sujeitos destacou que compreendem existir essa preparação, uma vez que o CAPSi dispõe de "[...] um leque de profissionais excelentes." (PROFISSIONAIS 04). Todavia, nenhum dos profissionais entrevistados consegue relacionar as atividades desenvolvidas e o TEA, no sentido de compreender se tais ações responderiam as necessidades das crianças e adolescentes autistas usuários do CAPSi.

Em face disso, questionamos aos responsáveis das crianças e adolescentes com TEA se as ações do CAPSi são efetivadas como deveriam ou há necessidade de melhoria. Assim, a maioria respondeu que "precisa de melhorias na parte do espaço, atendimento, entre outras coisas" (RESPONSÁVEL 01). Afirmaram, ainda, que "o CAPSi precisa melhorar sem por cento (100%) [pois está] sem planejamento, sem ambiente adequado, sem profissionais preparados, etc" (RESPONSÁVEL 03).

Questionamos também aos responsáveis se as ações desenvolvidas pelo CAPSi abarcam a família e a maioria respondeu que não, o que demonstra a falta de estratégias para trabalhar a importância da família nesse processo. Nesse sentido, questionamos se os responsáveis a participação da família como contribuição para a melhoria no tratamento da criança ou adolescente, com isso, todas afirmam que sim:

> Sem dúvidas, a participação da família exerce uma enorme influência no desenvolvimento da criança com os cuidados e proteção, aceitação, compreensão, proporcionando um bom acompanhamento, saber lidar com a criança melhorando a qualidade de vida, etc. (RESPONSÁVEL 03).

> Pois a família aprende mais a lidar com as crianças e a respeitar seus limites." (RESPONSÁVEL 05).

Os profissionais, corroborando com as falas dos responsáveis, também destacaram que não existe nenhuma atividade que englobe usuário e família, "somente nas datas comemorativas [...]" (PROFISSIONAL 01).

Assim, percebe-se a importância da família para o desenvolvimento da criança e do adolescente autista e, portanto, sua participação nas atividades do CAPS para esse público é necessária.

Os profissionais destacaram que, para melhorar o atendimento das crianças e adolescentes autistas no CAPSi é necessário "realizar capacitação, criar mecanismo adequados para crianças autistas e um espaço melhor" (PROFISSIONAL 01). Outro profissional assinala que é importante melhorar o trabalho "não só dos autistas, mas de todos" e completa:

> a gente precisa de mais profissionais, pois T.O só tem eu, está começando a lotar agenda, e ficando cheia demais, ai não vou ter como dar de conta de todos, então eu precisaria de outra T.O, precisaria de duas FONO, que também está começando a ficar com agenda lotada, precisaria de outra psicopedagoga, como tem duas psicóloga, e também aqui não existe uma gama de recursos como a gente precisa, porem essa é uma realidade que existe no nosso país." (Sujeito 05)

Assim, observa-se algumas fragilidades e limitações no trabalho desenvolvido pelo CAPSi para crianças e adolescentes autistas, as quais, entre outras consequências, apresentam a não inserção social dos usuários. Segundo os responsáveis,

> Não tem um tratamento especifico para o autismo, não existe um preparo nesse atendimento, para estar no meio da sociedade deveria ter bastante trabalhos em grupos, e **também ensinar as mães a lidar com essas crianças**, falta profissionais capacitados para esse alvo (RESPONSÁVEL 01)

Em outros termos, o CAPSi apesar de ser hoje a instituição responsável por prestar assistência à pessoa com transtorno do espectro autista, não consegue responder de forma qualificada a essa problemática. Como destacamos no decorrer do nosso trabalho, o autismo ainda requer muitos estudos e pesquisas e a melhoria desse atendimento pelo CAPSi passa por essas questões – que são estruturais – e por outras imediatas como capacitação e melhor estrutura física e pessoal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta do autismo, suas características, formas de manifestação e tratamento são informações que foram sendo adquiridas de forma gradativa, através de observações e pesquisas. Assim, o conhecimento sobre essa síndrome é algo que está em constante modificação, sendo indispensável que a ciência e a sociedade estejam sempre dispostas a aceitar e se readequar ao convívio com os autistas.

Nesse cenário, ao fazer parte do rol de doenças mentais, ainda que seja apenas uma síndrome, o autismo confere aos seus portadores também o direito de terem acesso ao diagnóstico, que quanto mais precoce, melhores resultados irá produzir; ao tratamento adequado e humanizado e a busca por qualidade de vida.

Entretanto, em razão de apenas terem sido definidos como subgrupo de um grupo ainda maior (doença mental), o TEA praticamente não possui disposições legais específicas sobre seus direitos, incluindo-se, por analogia, nas disposições que englobam portadores de deficiência.

O que se percebeu com os resultados dessa pesquisa é que a ausência dessas disposições tem tornado o tratamento oferecido aos autistas apenas um paliativo. Em outros termos, atualmente, os centros que mais atendem os autistas são os CAPS. Entretanto, em razão da ausência de definição sobre qual centro é o real responsável por essa demanda, há uma ampla discussão sobre a obrigatoriedade de os CAPS receberem esses usuários ou poderem imediatamente encaminhá-los a outros serviços.

Adicionado a isso, ainda há o despreparo dos funcionários e profissionais dos CAPS para trabalhar com TEA, haja vista que eles não recebem capacitação específica para isso e, por vezes, nem mesmo viram o assunto durante suas formações acadêmicas, fator que claramente influencia no tratamento que será disponibilizado.

Todavia, reconhece-se todas os avanços que já ocorreram no tratamento do autismo e na sua definição. Porém, a maioria delas tem cunho muito mais científico, do que prático, haja vista que o desenvolvimento observado relaciona-se a percepção de como ela se manifesta em cada sujeito e como poderia ser tratada, por exemplo, mas não observando-se o desenvolvimento de políticas que proporcionem esses tratamentos.

Assim, diante de tudo que foi exposto até aqui e dos resultados observados na pesquisa de campo, conclui-se que muitos ainda são os caminhos a serem trilhados para que os indivíduos diagnosticados com autismo possam realmente ter acesso a tratamentos eficazes durante seu desenvolvimento, suficientes para possibilitarem que esses sujeitos consigam desenvolver suas habilidades a ponto de conviver em interação com a sociedade com qualidade de vida.

No momento, é urgentemente necessário que os serviços públicos de saúde capacitem-se e capacitem seus profissionais para lidarem com o TEA e com as especificidades de cada sujeito, tendo conhecimento do tratamento que devem desenvolver ou para onde devem encaminhar esses usuários.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2015.

CAMPOS, R. O. **Clínica: a palavra negada (sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de saúde mental).** In R. O. Campos, Psicanálise e Saúde Coletiva: interfaces (pp. 97-116). São Paulo, SP: Hucitec. 2012.

FRANCO, M. H. da C. **Qual é o lugar da criança com diagnóstico de autismo na rede de atenção psicossocial? uma "rapsódia" clínica.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Especialização em Intervenção Psicanalítica na Clínica da Infância e Adolescência. 2017.

LIMA, R. C. et al. **Indicadores sobre o cuidado a crianças e adolescentes com autismo na rede de CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, L. R. **Linguagem e Comunicação Alternativa:** Uma introdução. Em L.R. Nunes (Org), Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidade educacionais especiais (pp. 1-13). Rio de Janeiro: Dunya. 2003.

OLIVEIRA, J. G. C. de. **Autismo, política de saúde mental e a psicanálise: (des) encontros possíveis.** Psicologia & Saberes, 2012.

ROMERO, P. **O Aluno Autista. Avaliação, Inclusão e Mediação.** Rio de Janeiro: Wak, 2016.

SILVA, L. C. e. **Elaboração e implantação de um modelo de capacitação para profissionais de CAPSi na assistência a crianças com transtornos do espectro autista.** 2016.

STEVENS, A. **A instituição: prática do ato**. in Revista da Escola Brasileira de Psicanálise. Ano 10. n° 4. Rio de Janeiro. 2003.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: a influência social-liberal

Palloma Maria Gomes Jácome[1]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[2]

RESUMO:

A Política de Assistência Social no Brasil, em seu marco legal – processo que se configura imerso a desafios e contradições - de avanços e retrocessos, se constitui sobre a influência do Social-liberalismo. Esse pode ser compreendido como uma segunda fase do neoliberalismo e é resultante de uma nova direção estratégica do capital frente à sua crise estrutural, defendendo uma intervenção mais ativa do Estado nas expressões da Questão Social, mas garantindo a legitimidade do modo de produção capitalista, apresentando conceitos desconexos à sociabilidade do capital, a exemplo do risco e da vulnerabilidade sociais, os quais caem em terreno fértil na Política de Assistência Social. Nessa perspectiva, refletiremos, neste artigo, a influência do social-liberalismo na política social de forma a compreendermos sua atual condição nesse contexto de contrarreforma.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Assistência Social. Neoliberalismo. Social-liberalismo.

ABSTRACT:

The Social Assistance Policy in Brazil, in its legal framework - a process that is confined to challenges and contradictions - of advances and setbacks, is constituted on the influence of Social-liberalism. In this, it can be understood as a second phase of neoliberalism and is the result of a new strategic direction of capital facing its structural crisis, defending a more active intervention of the State in the expressions of the Social Question, but guaranteeing the legitimacy of the way of capitalist production. Disclosed concepts to the sociability of capital, such as social risk and vulnerability, which fall into fertile ground in the Social Assistance Policy. From this perspective, we will reflect, in this article, the influence of social-liberalism on social

[1] Mestranda em Serviço Social do Programa de pós-Graduação em Serviço social da Universidade Federal da paraíba (UFPB). Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC).
[2] Doutora em Serviço Social. Docente do programa de Pós-Graduação em Serviço social da Universidade Federal da paraíba (UFPB).

policy in order to understand its present condition in this context of counter-reform.
Keywords: Social Assistance Policy. Neoliberalism. Social liberalism.

1. INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social brasileira tem sido chamada, na contemporaneidade, a administrar a pobreza, numa espécie de gestão da "questão social", sob a sentinela de um discurso de cunho "humanitário". Conceitos como exclusão, vulnerabilidade e risco sociais permeiam a política social pública, que foi assim constituída há trinta anos com a promulgação da constituição cidadã, em 1988.

O ardil dessa política pode ser explicado a partir dos desdobramentos que o capital tem realizado para se reinventar e permanecer em pleno desenvolvimento. Em outros termos, a ação astuciosa exigida da política de Assistência Social frente ao contexto de aviltamento das expressões da "questão social" é resultante de um novo momento de reação burguesa à crise estrutural do capital, o qual é compreendido pelos estudiosos críticos como social-liberalismo, a segunda fase do neoliberalismo.

Assim, o presente artigo busca refletir acerca do social-liberalismo, bem como sua influência na política de Assistência Social brasileira. Compreender essa relação tem caráter de relevância, porque sinaliza o conjunto de interesses por parte do Estado com a classe trabalhadora, o qual, desresponsabilizando-se com a centralidade na família, espraia na culpabilização no indivíduo por sua condição de vida; trata as expressões da questão social por meio de estratégias de gestão e de administração, minimazando, assim, a desigualdade social.

2. DISCURSO CAPITALISTA "HUMANISTA" VIA POLÍTICAS SOCIAIS: neoliberalismo e social-liberalismo

Em vista de compreender a conjuntura política e econômica em que as Políticas Sociais estão submetidas, particularmente, a Assistência Social, torna-se imprescindível apreender os desdobramentos que o capital realiza para reinventar-se e permanecer em pleno desenvolvimento. Para tanto, resgata-se, sucintamente, o tempo histórico de suas crises e

apogeus, entendendo que por essa via se determinam as mudanças, os posicionamentos, avanços e recuos políticos e econômicos em que a sociedade capitalista se desenvolve.

A princípio, anuncia-se o período denominado de "anos dourados" ou as "três décadas gloriosas", no pós-segunda Guerra Mundial (1939/1945) - o capitalismo vivencia uma fase única em sua história, quando apresenta resultados econômicos nunca vistos[3], em decorrência da articulação e organização entre o grande capital – com investimentos na produtividade e consumo, e o Estado que gerencia acordos salariais, direitos trabalhistas, ampliação do emprego formal, gastos sociais com seguridade social, forjando assim à consolidação efetiva do que chamados de fordismo - keynesianismo.

O Estado, nessa fase dos "anos dourados", assume sua função de intervenção em que, ao tempo que garante a manutenção dos lucros do capital, assegura, viabiliza direitos e financia políticas públicas – socializando, assim, os custos da reprodução da força de trabalho. Entretanto, o referido "capitalismo democrático", no final dos anos setenta do século XX, despede-se dos seus "anos de glória" e emerge em mais uma de suas crises econômicas.

Nesse lapso de tempo - final dos anos sessenta e setenta, a economia entra numa profunda depressão; a taxa de lucro declina rapidamente com a quebra no ciclo da produção/consumo; provoca o colapso no ordenamento financeiro mundial; o preço do petróleo entra em choque com a alta dada pela Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP); eleva o índice de desemprego; acentuam-se os movimentos reivindicatórios por melhores condições salariais e por uma nova organização de produção, além de novos vetores culturais que aparecem na cena dessa crise, como o movimento estudantil e o movimento feminino (NETTO & BRAZ, 2008).

Como resposta a esses impasses, o modo de produção capitalista promove uma restauração no capital, a partir do "tripé de estratégias": a *reestruturação produtiva*, a *ideologia neoliberal* e a *financeirização*, (NETTO & BRAZ, 2008). No entendimento de Iamamoto (2008, p.13), essas estratégias materializam-se pelas "[...] profundas alterações nas formas de produção e gestão do trabalho [...], em um contexto de internacionalização do capital orquestrada não mais pelo capital industrial, mas pela financeirização da economia", imprimindo, assim, transformações societárias deletérias.

[3]Esta expansão econômica se dá pela organização e gestão do trabalho a partir do modelo taylorista-fordista que tem como principais características: produção rígida/em massa, de forma homogeneizada e verticalizada; racionalização do tempo para o aumento no ritmo do trabalho; trabalho especializado, parcelar e fragmentado, com o objetivo de reduzir a dimensão intelectual do trabalho operário com atividades repetitivas e com a clara separação da elaboração e execução (NETTO; BRAZ, 2007).

De acordo com Netto (1993), essas modificações se dão em todos os níveis da sociedade (econômico, político, cultural) e, por consequência, no nível social, através do agravamento das expressões da "questão social". Nesse contexto, concentra-se na Assistência Social: com a expansão intensiva da zona urbana e consequentemente das periferias; o crescimento das atividades de terceirização; a modernização familiar; a inserção das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho e segmentos desprotegidos da cobertura social, como "aposentados com pensões miseráveis", crianças e adolescentes em vulnerabilidade, "minorias e\ou migrantes, doentes, estigmatizados" e trabalhadores "excluídos" do mercado de trabalho.

Nessa conjuntura que a ideologia neoliberal – identificada como segunda estratégia de solução para a crise econômica - torna-se a mais nova forma de governo adotada pelos Estados Nacionais. Para Anderson, o neoliberalismo "trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo á sua imagem e em sua ambição estrutural e sua extensão internacional" (ANDERSON, 1995, p. 22).

Anderson (1995 p.11) elucida, que "[...] uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas", ou seja, a desigualdade é tida como fundamental e positiva para a taxa de lucro voltar a crescer. É relevante destacar a centralidade do papel do Estado na condução do "tripé de estratégias" para enfrentamento da crise, pois esse quadro sustenta-se justamente por meio de medidas governamentais tomadas para viabilizar ao capital seu processo de superação, omitindo-se de suas responsabilidades sociais.

Considerando as particularidades da formação sócio-histórica do Brasil, a ideologia neoliberal encontra terreno propício para desenvolver-se e consolidar-se. No país, promoveu-se o desmonte dos direitos sociais e plasmou a organização sindical, ou seja, a negação das conquistas mais importantes da classe trabalhadora, através dos cortes cada vez maiores nos gastos públicos; privatizações dos setores considerados socais como, educação, saúde, transporte, habitação; incentivo à filantropia; o assistencialismo, o voluntariado, a execução de programas socais precários, fragmentados e seletistas em que somente os "miseráveis dos miseráveis" tem direito ao acesso, entre outros desdobramentos (IAMAMOTO, 2008).

Retomando às discussões sobre o "tripé de estratégias" adotadas para estabilização macroeconômica como medidas de recuperação dos lucros com o fim da "onda longa expansiva dos anos dourados", destaca-se a análise de alguns estudiosos que afirmam as "estratégias" não corresponderem às expectativas da consolidação do capital frente à crise. De modo contrário, "[...] as contas públicas continuaram deficitárias, as atividades econômicas não foram retomadas, a inflação não foi controlada, *e principalmente, os índices de pobreza e*

desigualdade social pioraram drasticamente" (CASTELO, 2008, p.02, grifo nosso), ocasionando uma grande regressão social para a humanidade, e de forma mais extensa para a classe trabalhadora.

Diante desse quadro deveras recessivo para os trabalhadores, despertou-se a necessidade de reformas de ajustes na ideologia neoliberal, de modo que fosse dada uma nova "direção estratégica" à condução da crise estabelecida, mas sob o mesmo embasamento da supervalorização do capital.

Nesse contexto, alguns intelectuais, instituições e governos, devidamente empenhados, estudam outras possibilidades de estabilização do capital, apresentando propostas de cunho social-liberal - propagado como "segunda fase do neoliberalismo" que surge como fase posterior dessa ideologia neoliberal, a fim de recuperar os índices de lucro e estabilidade econômica, que o neoliberalismo não correspondeu ao que se propôs economicamente a resolver.

Essa realidade provoca a necessidade de novas alternativas, entretanto, na mesma perspectiva de manutenção da ordem do capital. Dessa vez, revestido sob um prisma "humanizado" sobre as expressões "questão social", mascarado pela "suposta ética da esquerda", em uma tentativa de tornar as medidas adotadas com face humanitária, para tanto se utilizando de conceitos como justiça social, solidariedade, equidade, empoderamento, inclusão social, conforme se constata o discurso da proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que se trata nesse artigo.

Sob essa perspectiva, Fontes (2006) assevera que o Estado no neoliberalismo era tido como liberal, não interventivo, com mínimas interferências no mercado – mas, sabe-se que não passa de falácia, para não identificar o Estado como burguês - na regulação das atividades financeiras/econômicas, na oferta de políticas e serviços sociais focalizados, emergenciais e de caráter assistencialista.

Nessa segunda fase neoliberal, adota-se como medida dessa nova faceta do capital "uma intervenção mais ativa deste Estado na área social". Em torno dessa investida, Castelo (2008, p. 02) tece a seguinte critica: "[...] os ideólogos neoliberais foram subitamente tomados de assalto por um tipo de humanismo, dotando os seus planos de ajuste macroeconômico de condicionamentos sociais".

Ainda de acordo com Castelo (2008, p. 05), essas medidas podem ser sintetizadas de social-liberalismo, o qual "deve ser visto não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista".

Cabe ressaltar que entre o neoliberalismo e social-liberalismo, o agravamento provocado em nível mundial pelo ideário neoliberal, conforme Castelo (2008) alertou os movimentos sociais à luta por todo o mundo contra essa ideologia que assola a humanidade, expressando-se em protestos contra as organizações financeiras, diante do adensamento progressivo das expressões da "questão social" em favor do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

Em face desse contexto, engendra-se por parte do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), sob acordos ideológicos, um novo reformismo no receituário neoliberal, com recorte e preocupações humanistas, mediante uma retórica de solidariedade, sensibilidade diante das situações agravantes de pobreza. Contudo, salienta-se que esse reformismo não se dá em reconhecimento das reais necessidades da classe trabalhadora ou pelo interesse de modificar/transformar essa situação de pauperismo absoluto e relativo por meio de medidas como distribuição da renda e da riqueza socialmente produzida, mas como medida adotada de cunho conservador como coesão social.

2.1 Ecletismo na Política de Assistência Social

O agravamento das expressões da "questão social" por meio das medidas adotadas no neoliberalismo gerou demandas cada vez mais densas, em que a procura pelo acesso às Políticas Sociais são incompatíveis com as restrições realizadas pelo ajuste neoliberal, - que tem como estratégia e disseminação – a descentralização, a privatização e a focalização, "[...] a ideia é a de que os gastos e os serviços sociais públicos e estatais passem a ser dirigidos exclusivamente aos pobres. Ou seja, somente aqueles comprovadamente pobres, via 'teste de pobreza'" (SOARES, 2000, p. 102).

Na entrada nos anos 2000, de acordo com Iamamoto (2008), configura-se no cenário brasileiro, o crescimento do desemprego como relativamente o maior da América Latina; o aumento na proporção dos empregados sem carteira assinada – destituída dos direitos trabalhistas; jovens que encontram dificuldades de ocupação; mulheres que registram taxa de desemprego superior a dos homens e menores salários para mulheres e negros em relação aos homens e brancos; persistência do trabalho infantil; elevada desigualdade de renda; separação e desigualdade acentuada entre urbano e rural; altos índices de analfabetismo; baixa escolaridade e precariedade do ensino básico; elevadas taxas de mortalidade infantil e materna;

aumento da violência de todos os tipos; alta taxa de homicídios; e alta escalada do crimes organizado.

Esse acirramento das expressões da questão social decorre, segundo a supracitada autora, das medidas tomadas para sustentar os superlucros dos rentistas e os interesses econômicos dos detentores de poder que geram nada mais do que expressões da "velha questão social" sob novas roupagens. Com base na reflexão de Iamamoto (2008), os atuais segmentos das classes trabalhadoras, marcados pelas expressões da questão social, passam a ser vistos e tratados pela sociedade como excluídos, vulneráveis e "sujeitos ao risco social", criminalizados pelo Estado penal ou assistidos pela Assistência Social.

A adoção desses termos - sob influência de teorias liberais - cai em terreno fértil da Política de Assistência Social. Os sentidos de "risco" e "vulnerabilidade social" na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) ganham muito mais que destaque, ganham "resolutividade", tendo como ponto de partida esses conceitos para desenvolver as ações da Política junto aos usuários, que expressam a situação de pobreza e de outras necessidades dos usuários. São expressões que desconhecem a sua causa estrutural por traduzirem um significado provisório, transitório e de responsabilidade pessoal. Desse modo, para sair da condição de risco e vulnerabilidade social, cabe ao indivíduo através de seu esforço, conforme discurso do Estado, aceitar as alternativas oferecidas por meio das ações da Política de Assistência Social.

Alguns estudiosos afirmam que os conceitos de risco e vulnerabilidade social surgem com o acirramento do desemprego, conforme o empobrecimento da classe trabalhadora no contexto europeu com a crise da sociedade salarial. Nesse contexto, autores como Rosavallon (1998), Castel (1997), Paugam (2003), dentre outros passaram a denominar de "nova questão social" e/ou "nova pobreza",

Para Castel (2005), o desemprego e a precarização do trabalho provocam a perda de integração na sociedade, o que leva aos riscos e a vulnerabilidade das massas. Esse autor chama de "processo de desfiliação", ou seja, compreende como o agravamento da "questão social" pelo desemprego, o que leva o indivíduo a não possuir seu salário, consequentemente não ocupar mais o seu "lugar social reconhecido".

O conceito de vulnerabilidade para o referido autor é tido a partir da crise salarial, que para ele ocasiona a instabilidade entre "integração e exclusão". Nesse entendimento, considerada uma zona intermediária entre esses dois expoentes[4], ou seja, "[...] é a

[4] Castel aponta o caminho mais específico pra a exclusão, e assim delimita: *zona de integração* – relações de trabalho e por isso inserção relacional estável; *zona de vulnerabilidade* – relações de trabalho precarizado e assim

vulnerabilidade que alimentam a grande marginalidade ou desfiliação" (CASTEL, 1997, p. 26) de indivíduos que estão fora das relações sociais de trabalho.

Para Paugam (2003), ao analisar as contribuicões de Rosavallon (1998), parte da vivência dos indivíduos no processo de exclusão social, resultante da ausência e/ou precarização do trabalho, na qual reflete na perda de sentido como trabalhador e como membro familiar, interferindo na sua vivência familiar, nos seus vínculos familiares. Nessa situação, evidencia-se a importância desses vínculos familiares na prevenção *dos mais pobres e fragilizados em situação de desemprego*, em que as Políticas Sociais podem fazer o papel de "integrar" estes nos sistemas de proteção social.

Nessa concepção, denomina-se esse público como *fragilizados* – dificuldades de inserção no trabalho; *assistidos* – dependência com os serviços sociais, desistência com o trabalho e ruptura com os vínculos sociais; e *marginalizados* – recaem na miséria e na exclusão social, restando apenas os vínculos de parentesco e de solidariedade.

Portanto, para os autores mencionados acima, o enfraquecimento dos laços familiares e comunitários estaria na base do "individualismo contemporâneo", tornando as pessoas menos protegidas e mais suscetíveis à "desfiliação".

É nesse contexto que as Políticas Sociais exercem um papel de destaque, no qual essas concepções se aplicam, mais especificamente, à Política de Assistência Social, em que tange em administrar a pobreza, evitando o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio da proteção social.

Com essa nova abordagem de proteção social a partir do risco e vulnerabilidade social, pode-se correlacionar ao conteúdo do Relatório emitido pelo Banco Mundial em 2000, que discutia como administrar a pobreza, isto em resposta às críticas quanto ao sistema de proteção social.

O social-liberalismo, frente às Políticas Sociais, enfatiza a negação do indivíduo em depender do Estado, e dessa feita com mais um agravante, o Estado burguês reveste-se de um teor humanista e desenvolve discurso de que oferece condições para o "êxodo" do indivíduo da pobreza para a ascensão desta.

Desse modo, observa-se que os fundamentos que embasam a Política de Assistência Social – vulnerabilidade, risco, empoderamento – estão ligados às concepções liberais, em

fragilidade de apoio relacional; *zona de desfiliação* - ausência de trabalho, que resulta no isolamento relacional e configura-se no processo de exclusão (Castel, 2005).

contradição com o caráter universal e de direitos da proteção social, baseado na garantia de direitos universais e dever do Estado. Nessa interpretação, "[...] debitada à política de assistência social o papel de intervir na perspectiva de reduzir os efeitos dos estados de carência, de pobreza que levam o indivíduo ao isolamento social ou a desfiliação" (IAMAMOTO, 2008. p.07).

O debate sobre a teoria do "Risco Social" tem como percussor o alemão Ulrich Beck, para o qual (2011, p. 42), a noção de risco social ao se referir a acontecimentos futuros – oportunidade e perigo – significa o risco como antecipação da catástrofe. "É uma profecia que se auto refuta e impõe a prevenção como um dever". Defende ainda, que "[...] os risco não são decorrentes do fracasso do capitalismo ou de sua crise, mas sim do êxito dessa civilização".

A sociedade do risco, de acordo com esse autor, existe para além das posições e classes sociais, porque os perigos globais - os riscos ecológicos, terroristas, e os riscos de finanças afetam a todos indistintamente, ricos e poderosos, pobres e miseráveis. Igualando todos aos mesmos riscos, "[...] mobilizações sociais novas, soldando alianças mutáveis entre Estado, movimentos da sociedade civil e grandes corporações." (BECK, 2008, p. 65).

Na mesma perspectiva, o inglês Giddens (1991) compreende que não existe crise do capital, a qual é avessa à teoria do risco, que não há crise do capital, mas sim impasses, contradições do êxito, sucesso, avanço da modernidade na era da globalização, e que podem ser administrados – pela proteção social – "gestão do risco" e não como contradições inerentes ao capital, o adensamento de sua crise, dos agravos que a sociedade sofre em vista desses avanços e modernizações.

A estratégia em relação à "sociedade de risco" é atribuir aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade de se protegerem contra esses riscos – a partir de manejos ofertados pelo Estado e pela iniciativa privada.

Enfatiza-se a discussão sobre proteção social como alternativa viável – "trampolim" ou "tábua de salvação" – para que as pessoas possam mudar de vida, crescer, sair da condição de pobreza, de desemprego, de miséria, em que a noção de sociedade de risco possa se expandir por todas as áreas e para que todas as pessoas inseridas na "extrema pobreza" encontrem formas de adaptar-se e/ou melhorar condições através dos incentivos do governo e da própria capacidade que tem em enfrentar esses riscos[5].

[5] Por isso que é reflexiva, é individual, pessoal, passa pela consciência e cria o desejo de mudar, transformar, a partir de si mesmo, criando "meios de conciliar diferentes interesses e também de equilibrar os diferentes riscos." (GIDDNES, 1997, in GIDDNES e PIERSON, 200, p. 141).

Entretanto, o conceito de risco social não pode ser dado como fundamento para a proteção social, pois embasa o discurso, como mencionado, de apenas gerir e administrar a pobreza, a "questão social", responsabilizando o indivíduo por sua própria condição de vida, descaracterizando a condição universal e totalitária da sociedade capitalista, distanciando cada vez mais as estratégias da superação da exploração e da desigualdade social.

Como menciona Martins (2012, p. 90), "[...] a teoria do Risco Social articula-se a esta discussão, à medida que oferece a sustentação a uma intervenção pública voltada para as situações de exceção e para uma focalização das ações nos segmentos pauperizados da sociedade". Muitas das apreensões parcializadas do conceito de risco, vinculadas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, foram incorporadas pelos governos, intelectuais e por trabalhadores da área social, e acabam reforçando o abandono da proteção às relações familiares e comunitárias.

Reafirma-se, por conseguinte, a proteção do Estado como focal, pontual e mínima e negam-se as concepções de proteção e universalização firmadas no âmbito jurídico. Essa concepção causa um efeito de culpabilização e responsabilização ao indivíduo de seus problemas, encarados dessa forma como particulares/pessoais, assim como suas resolutividades.

Assumir a proteção social sobre essas diretrizes significa rotular e estigmatizar o sujeito como dependente, incapaz de sair de sua condição de pobreza por incapacidade, imprimindo um caráter moralizador sobre o direito. Nesta acepção, os programas ofertados acabam por ser ainda mais limitados, excludentes, favorecendo que as ações sejam apenas pontuais, focalizadas e descontínuas.

Embora perpassada por todos esses vieses desviantes, considera-se a Assistência Social como política protetiva e centralidade na Seguridade Social. Nessa acepção, essa Política assume a condição não apenas de articuladora e mediadora de acessos para as demais políticas, mas como política estruturadora, como estratégia de inclusão. Desse modo, não corresponde a sua função social, mas desenvolve-se em responder as exigências do capital que se utiliza nessa conjuntura atual da Política de Assistência Social, para provocar tentativas de estabilização econômica, disseminando a separação das classes sociais, promovendo uma "falsa" solidariedade, a harmonia social através do convívio e do fortalecimento de vínculo e imprimindo o discurso de oportunidades iguais para todos.

3. CONCLUSÃO

A partir das reflexões tecidas neste artigo, o que se vislumbra, de forma embrionária, é que há, no marco legal contemporâneo da Política de Assistência Social brasileira, uma interlocução com o pensamento social-liberal, o qual se confronta o comprometimento do direito à assistência social uma vez que os conceitos social-liberais descontextualizam as necessidades sociais dos indivíduos da relação de classes.

A centralidade na família se expressa, como se as desigualdades sociais partissem apenas da dificuldade de fortalecer os vínculos e a convivência familiar, conformando uma rotulação e estigmatização do sujeito como dependente, configurando um caráter moralizador sob o direito.

Pode-se, mesmo que ainda, de forma preliminar, identificar o lastro conservador que perpassa a Assistência Social, reatualizada na contemporaneidade entre o marco legal da Política e os dias atuais. Os conceitos social-liberais indicam o retorno ao Conservadorismo na Política de Assistência Social em tempos de retrocessos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON. P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILLI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo.** As políticas sociais e o Estado Democrático**.** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, nov.2004.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a " desfiliação". In**: Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: http//WWW.cadernocrh.ufba.br/ viewartcle.php?id=193.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELO BRANCO, P. Crescimento econômico e equidade social: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a questão social. In: **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas/UFMA, 2007.

CASTELO BRANCO, R. **O Social Liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO BRANCO, R. O social-liberalismo e a globalização da "questão social". In: **Anais da IV Conferência Internacional "La obra de Carlos Marx y lós desafio Del siglo XXI".** HAVANA: Instituto de Filosofia de La Habana, 2008.

FREIRE. S. M. O fetiche do enfrentamento da pobreza no Brasil: nem direitos nem humanos. In: FREIRE, Silene de Moraes**. Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007, p. 145-157.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, A; PIERSON, C. Conversas com Anthony Giddens. **O sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Gétulio Vargas, 2000.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS. A. C**.** Risco Social: terminologia adequada para a proteção social e garantia de direitos. In. **Em Pauta** – n. 29, v.10.p. 85-99. Rio de Janeiro, 2012.

MOTA, A. E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In. MOTA, A. E. (org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução critica. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO. J. P. **A crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo. Editora: Cortez, 1993.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social:** repensando o Estado providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SOARES, L. T. Ajuste no Brasil; a entrada retardatária. In: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: um estudo de caso

Roberta Cléfia Malaquias de Oliveira[1]
Anarita de Souza Salvador[2]
Káttia Gerlânia Soares Batista[3]

RESUMO

O presente trabalho apresenta as discussões sobre a análise da dimensão técnico-operativa do exercício profissional do Serviço Social, no Hospital Geral de Taperoá – PB, assim como a materialização das ações profissionais desenvolvidas neste âmbito, compreendendo as atribuições e competências privativas frente as demandas imediatas que se materializam neste serviço. Esta pesquisa busca também abordar o contexto em que pauta-se as condições de trabalho das/os assistentes sociais a partir da compreenssão e implementação do Sistema Unico de Súde (SUS), instituído em lei desde a década de 90 tendo como referência o Movimento de Reforma Sanitária. Para atender os objetivos propostos, este artigo se configura enquanto produto de um estudo de caso, como procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, a partir do método crítico dialético e a luz de referênciais teórico-metodológicos que elucidarão as categorias de análise. Para tanto, coletamos os dados desse estudo através da pesquisa com a profissional do Serviço Social, baseando-se também na observação participante do estágio supervisionado vivenciado na intituição supracitada, buscando assim, maior aprofundamento da realidade que se apresenta no cotidiano do HGT. A aplicação de entrevista semi-estruturada sobre o respaldo da análise crítica, vem a desvelar a importância da profissão para esta unidade pesquisada e a necessidade de mais profissionais assistentes sociais, a fim de fortalecer a categoria, proporcionando formas de viabilização de direitos mais efetivas, permitindo assim mais respalto político, ideológico e material a esta profissão.

Palavras-Chaves: Serviço Social. Exercício Profisssional. Política da Saúde.

[1] Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP) E-mail: robertacmoliveira@gmail.com
[2] Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP) E-mail: anaritasalvador@gmail.com
[3] Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP) E-mail: kattiagsb@hotmail.com

ABSTRACT

This study aims to analyze the technical dimension of the professional practice of Social Work at Taperoá General Hospital - PB, as well as the materialization of the professional actions developed in this scope, including the privileged tasks and competences in front of the immediate demands that appear in this service. This research also seeks to address the context in which the working conditions of the social workers are based on the understanding and implementation of the Unified System of Health (SUS), instituted in law since the 1990s with reference to the Movement of Health Reform. In order to meet the proposed objectives, this article will be set up in a case study, as a methodological procedure it is a qualitative field research, based on the critical dialectical method and the light of theoretical and methodological references that will elucidate the categories of analysis. Therefore, we collected the data from this study through the research with the Social Work professional, based also on the participant observation of the supervised stage experienced in the aforementioned institution, thus seeking a deeper understanding of the reality that presents itself in the daily life of HGT. The application of a semi-structured interview on the backing of the critical analysis reveals the importance of the profession for this research unit and the need for more professional social workers in order to strengthen the category, providing more effective forms of rights, thus allowing more political, ideological and material support for this profession.

Keywords: Social Work. Professional Exercise. Health Policy.

1. INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado busca analisar a dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito hospitalar, para compreendermos a materialização da profissão frente a consolidação do exercício profissional, pautado nas dimensões teórico-metodológico e ético-política. Em decorrência de que o exercício profissional dos/as assistentes sociais diz respeito a determinantes históricos, estruturais, e conjunturais da sociedade e que possuem em sua gênese múltiplas determinações, ou seja, se constituem como elementos diversos, e por meio desses determinantes é que as ações profissionais irão se materializar cotidianamente.

Mediante os achados da pesquisa, oriundo da prática profissional no âmbito hospitalar, no que diz respeito a realização de um estudo de caso, assim como, a realização da entrevista semiestruturada com a profissional do lócus da pesquisa, observação participante, e do diário de campo, evidenciamos questões de análise crítico reflexível sobre a vivência cotidiana que perpassam neste serviço.

Ressaltamos que, a participação da assistente social ocorreu-se mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo garantido a entrevistada total anonimato e sigilo das informação coletadas, primando-se pelo livre acesso aos resultados da pesquisa, conforme estabelece os quatro princípios da bioética: autonomia, justiça, beneficência e não-maleficência, sobre o respaldo da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Este trabalho contou com a avaliação do comitê de ética das Faculdades Integradas de Patos - FIP

Como arcabouço teórico utilizamos os Parâmetros do CFESS para a atuação dos/as Assistentes Sociais na saúde, o Código de Ética Profissional (1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n° 8.662, de 07 de Junho de 1993, bem como, análises de autores renomados que discutam as temáticas debatidas.

A estrutura deste artigo encontra-se distribuída em três seções assim compreendidas, na primeira abordarmos as dimensões do exercício profissional do assistente social, desvelando um olhar sobre a materialização da prática, e a pratica profissional do/a assistente social na atenção hospitalar.

O segundo item diz respeito a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e o atendimento nos serviços de média e alta complexidade: desafios postos à categoria do serviço social, o Serviço Social diante da flexibilização/terceirização do trabalho no contexto hospitalar, e o direcionamento das demandas do Serviço Social diante da rede socioassistencial.

Na terceira e última seção, trataremos das reflexões sobre a prática profissional do serviço social no HGT a partir de um estudo de caso, e a dimensão técnico-operativa na unidade pesquisada.

E por fim, apresentamos as considerações finais as quais chegamos com a realização desse estudo, as referências que nortearam a sua formulação. Registrando-se que este trabalho não tem a pretensão de esgotar a temática, mas sim, de poder contribuir para as reflexões sobre a questão abordada. Buscamos fomentar discussões futuras sobre a temática aqui apresentada contribuindo assim, para a construção do conhecimento científico acerca do exercício profissional na saúde e dos desdobramentos frente às expressões da questão social, cuja

materialização reflete diretamente no desenvolvimento das ações desenvolvidas no âmbito hospitalar, em especial para o Serviço Social.

2. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HGT, A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO[4]

A atuação dos assistentes sociais na saúde é produto histórico, perpassado por todas as contradições inerentes a essa categoria, esta atuação também sofre influência direta das relações políticas e econômicas presentes em um determinado momento histórico.

Compreendendo esses elementos que subscrevem o significado social da profissão, o CFESS sistematiza e divulga os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde[5] que tem como objetivo referenciar a intervenção dos/as profissionais de Serviço Social na área da saúde.

As orientações presentes nesse instrumento para a saúde são norteadas e guiadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional (1993) e Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n° 8.662, de 07 de Junho de 1993. (CFESS, 2010). Esse conjunto de documentos regulamentam a profissão e dão materialização para a efetivação de instrumentais para o exercício profissional de assistentes sociais, mas, não somente estes, a atuação de tais profissionais também são guiadas por meio de ações e atitudes refletidas da análise crítica posta na imediatidade da realidade dos serviços. A instrumentalidade perpassa todo um contexto de determinantes históricos e cultuais, objetivos e subjetivos, em virtude da realidade a qual está inserida o profissional.

Guerra (2000) descreve que a instrumentalidade no Serviço Social,

> [...] possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (Guerra, 2000, p.54).

[4]Segundo (Yin 1989, p. 23 *apud* Bressan 2000) "O estudo de caso é uma aquisição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, o estudo de caso se caracteriza pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências documentais, artefatos, entrevistas e observação."

[5] Constitui-se como produto do Grupo de Trabalho "Serviço Social na Saúde", instituído pelo CFESS em 2008, que incorporou nas suas discussões e sistematizações as deliberações do 36º e 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS. (CFESS, 2010)

Por meio da observação participante, nota-se que o setor de Serviço Social na instituição se materializa por meio de atendimentos diversos, tais como: acolhimento aos usuários, escuta qualificada, orientação aos usuários/as e aos seus familiares/acompanhantes; contato com familiares de internos que estejam sem acompanhantes; mediação entre usuários e equipe de funcionários; realizando diariamente visitas nas enfermarias para o repasse de informações sobre o HGT, direito e benefícios sociais, tais como seguros sociais, Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias terrestres (DPVAT), licenças trabalhistas, Benefício de Prestação Continuada (BPC). O acolhimento é um modo de operar os processos de trabalho em saúde de forma a atender a todos que procuram os serviços de saúde, ouvindo seus pedidos e assumindo uma postura capaz de acolher, escutar e dar respostas adequadas aos usuários. Ou seja, requer prestar um atendimento com responsabilidade e resolutividade, quando for o caso de orientar o usuário e a família para a continuidade da assistência em outros serviços, requer o estabelecimento de articulações com esses serviços para garantir a eficácia desses encaminhamentos.

Observa-se também articulação com a rede de saúde para transferências e liberação de ambulância para realização de exames de usuários internos fora da unidade hospitalar; orientação e apoio em casos de óbito; presta orientações educativas no processo de promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde, bem como, trabalha dentro da política de humanização; realizando palestras e orientações na "sala de espera" - com os pacientes do pré e pós cirúrgicos.

Para entendermos a legitimidade de tais ações e serviços, trouxemos uma citação de Guerra (2013, p. 26), que versa sobre os instrumentais do exercício profissional de um/a assistente social, a citar, "*O instrumental técnico-operativo ultrapassa as técnicas e os instrumentos, pois inclui o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando alcançar uma dada finalidade".* Em decorrência disto, as ações profissões deve-se pautar num viés propositivo, reflexivo e investigativo nas suas ações e serviços a serem desenvolvidos.

Mas, conforme o apreendido, tais instrumentais e técnicas esbarram em condições históricas, pessoais, subjetivas e culturais da região, cuja finalidade perpassa a hierarquização posta em decorrência da burocratização dos serviços, que são apresentadas como demandas institucionais aos profissionais, visto que na realidade o que se realiza segundo a entrevistada do estudo de caso são *"[...]as escutas qualificadas por meio do diálogo."* (Assistente Social do HGT).

Percebe-se, diante da vivência de Estágio Supervisionado no HGT, que não apenas a escuta qualificada irá atender as demandas postas expressas no cotidiano profissional do Serviço Social, visto que, existem diversas expressões da questão social que se manifestam e demandam ações mais propositivas e investigativas, utilizando-se de outros aparatos instrumentais como documentações, encaminhamentos para a rede socioassistencial dentre outros, ampliando assim as formas de sanar as demandas que se apresentam de forma espontânea ou veladas.

É necessário compreendermos, que os instrumentais e técnicas são resultados da capacidade criativa e da compreensão da realidade social. Para que as intervenções possa ser realizadas com eficácia, responsabilidade e competência profissional, é indispensável uma atuação pautada nas três dimensões: teórico–metodológico, ético-político e técnico-operativa, frente à imediaticidade a qual este campo socioocupacional está submetido, no sentido de compreendê-lo para além do que se é posto como demanda pelos usuários/as.

A dimensão técnico-operativa diz respeito à forma como se apresenta e é reconhecida a profissão, de modo a expor o elo de ligação que une a articulação com as demais dimensões, ético-político e teórico-metodológico, ambas são indissociáveis e devem atuar em junção para a efetivação da materialização do exercício profissional, seja para quaisquer espaços sócio ocupacionais, aqui especificamente sendo o da saúde, no âmbito hospitalar.

A dimensão técnico-operativa deve ser compreendida como um componente consciente e sistemático do trabalho do assistente social acerca do objeto a intervir, que diz respeito a questão social e suas expressões de modo a atingir os objetivos demandamos no cotidiano. Para tanto, faz-se necessário uma interlocução com as dimensões teórico-metodológica e ético-política de forma a apreender o alcance e direcionamento dessa intervenção, como ressalta a ABEPSS a seguir, que

> As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p.14).

Para tanto, é preciso ter clareza da necessidade ao articular as três dimensões, visto que tais ações irão implicar diretamente numa atuação profissional comprometida e eficiente, pois

é na junção destas dimensões, juntamente com a formação, que são expressos a materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano, alinhadas diretamente com o Código de Ética que rege a profissão.

Contudo, ao analisarmos os dados da pesquisa na condição de um estudo de caso, por meio da interpretação dos achados em face da observação participante, desvelamos que a realidade se apresenta de modo mais amplo do que se apresenta na vivência,

> Entendendo que o trabalho deve-se posicionar politicamente diante da realidade, para que possamos intervir, sabendo a direção a ser seguida, e para tal necessitamos do conhecimento do nosso código de ética... Partindo desse princípio, o nosso trabalho tem que ter um embasamento teórico, metodológico e cientifico, para não corrermos o risco de trabalharmos o senso comum mais a cientificidade, ou seja, criando formas efetivas de transformar a realidade do usuários/as respeitando sua especificidade. (Entrevistada 01)

Diante do posicionamento da entrevistada, nota-se que há um conhecimento acerca do que é demandado ao exercício profissional, visto que, referencia-se o Código de Ética e os posicionamentos recorrentes ao cotidiano do serviço, porém, durante a vivência do estágio observou-se muitas das ações recorriam a práticas imediatistas, assistencialistas e focalistas, não permitindo viabilizar aos usuários uma possível emancipação sociopolítica ao que tange aos direitos sociais, bem como fugindo muitas vezes dos princípios organizativos e doutrinários do SUS, recorrendo ao fatalismo e ao esgotamento de ações, esbarrando também em limites hierárquicos e institucionais.

Estando não como um caso a ser analisado apenas a partir da fala de uma assistente social, mas para ser visto como questões macro estruturais oriundos de uma conjuntura política e econômica que se faz pertinente entender a importância do Serviço Social no âmbito hospitalar em circunstância que,

> É um trabalho essencial de grande importância, onde as ações e estratégias são direcionadas para um público que necessita dessas intervenções, e consequentemente torna-se uma referência para o usuário/a e familiares, como também um facilitador no sentido de viabilizar o acesso a informações, direitos e deveres dos usuários/as. (Entrevistada 01)

Embora a fala diga respeito à importância da profissão para o âmbito hospitalar nota-se que tais serviços esbarram em condições objetivas institucionais e operacionais, visto que reflete em um conhecimento acerca das necessidades coletivas que demandam ao profissional

de Serviço Social nesse espaço, ocasionando por vezes que essa importância se resume ao discurso da profissional, mas não se materializa no cotidiano do serviço.

A atuação do/a assistente social no SUS, mas especificamente no âmbito hospitalar é indispensável a sua rotina, observando que este profissional trata das expressões da questão social que envolve o contexto saúde-doença, sendo responsável pelo enfrentamento dessas expressões, viabilizando direitos e promovendo assim a universalidade, equidade e integralidade que são princípios que norteiam o Sistema Único de Saúde.

As ações profissionais do assistente social devem-se pautar para além da imediaticidade no que tange as demandas postas a serem executadas, uma vez que o caminho percorrido e os desdobramentos atuais são amplos e diversificados.

Segundo (CFESS 2010)

> As ações que predominam no atendimento direto aos usuários/as são as ações socioassistenciais, as ações de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativas. Essas ações não ocorrem de forma isolada, mas integram o processo coletivo do trabalho em saúde, sendo complementares e indissociáveis. (CFESS 2010, p. 42)

Reafirmando o entendimento de que as questões colocadas são possíveis em decorrência de uma trajetória histórica da profissão, por se considerar que as ações profissionais atuais incorporam e aprimoram práticas realizadas ao longo do tempo, é necessária a atualização constante num processo de formação continuada para que o conhecimento e a prática profissional não se tornem obsoletas.

As atribuições profissionais deveriam ocorrer em meio da interdisciplinaridade, para que haja o reconhecimento da profissão neste espaço socio-ocupacional, tornando-se assim sua atuação politizadora frente a outras categorias profissionais que estão inseridas no trabalho coletivo em saúde. Os demais profissionais precisam reconhecer a importância dos/as assistentes sociais, para que suas ações e serviços se legitimem de modo integrado e potencializado.

Outra demanda que se coloca, é a necessidade de articulação do exercício profissional com o que Guerra (2013, p. 49) se utiliza*, "na definição sobre o que e como fazer tem que ser articulada ao porque fazer, ao para que fazer e ao com o que fazer."* Ou seja, diz respeito à compreensão de como se está posto as condições objetivas e de trabalho ao que cada problemática (individual ou coletiva) se insere mediante suas especificidades.

Devido à presença de apenas uma assistente social no quadro profissional do HGT, observa-se que não há condições de união de categoria do Serviço Social, ficando esta profissional isolada e condicionada a exercer funções que não condizem com as atribuições do assistente social na saúde. Diante de tal percepção, compreende-se que há necessidade urgente de ampliação do número de profissionais do Serviço Social na instituição supracitada, ressaltando ainda que o plantão noturno, feriados e finais de semana ficam descobertos sem a presença de nenhum assistente social para atender as demandas diversas dos usuários que surgem nesses períodos referenciados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desse Artigo representa um contínuo desafio, diante do que envolve a discussão sobre a dimensão técnico–operativa do Serviço Social no âmbito hospitalar mediante a materialização do estudo de caso exposto, ao qual se propõe discutir, em meio a um resgate histórico que permeia o exercício profissional de assistentes sociais na saúde desde Constituição Cidadã de 1988, legitimado com o SUS sobre as divergências que cercam a realidade objetiva desta política pública.

Contudo, este estudo torna-se importante pois possibilita assimilarmos como o exercício profissional de assistentes sociais se legitima no âmbito do Hospital Geral de Taperoá, sendo esta instituição um hospital de médio porte situado no cariri do Estado da Paraíba, com as particularidades que esse tipo de serviço a saúde possui. Visto que, as questões postas devem ser compreendidas dentro de uma conjuntura política e econômica macro estrutural, nunca isoladamente, entendendo quais são as demandas postas ao setor e as respostas imediatas ou não, produzidas pelo Serviço Social dessa instituição.

As condições objetivas a qual se pauta as possibilidades de trabalho de assistentes sociais inseridos no âmbito hospitalar deste porte nos direciona a compreendermos que as dificuldades ao exercício profissional são oriundas de questões permeáveis por todos os outros espaços sócios ocupacionais. Ressalta-se que embora tenhamos profissionais devidamente capacitados/as, emancipadas/os, as situações físicas e objetivas esbarram em condições políticas, institucionais e operacionais.

A vivência do estágio supervisionado no HGT possibilitou a ampliação da visão minuciosa acerca de uma atuação profissional enviesada que não possibilita a materialização dos Parâmetros do CFESS para atuação na saúde, devido a imposições administrativas, bem

como de forte presença assistencialista da prática profissional, o que limita a efetivação de direitos emancipatórios dos usuários. Embora haja ciência por parte da profissional sobre tais questões, percebe-se um anseio de melhor atuar em favor dos usuários, porém isso é limitado pela hierarquização institucional.

A fragilidade percebida no tocante a prática profissional se dá também em função de a instituição só dispor de uma profissional do Serviço Social, não encontrando apoio da categoria de assistentes sociais para fazer frente às determinações administrativas. E para tanto, faz-se necessário a presença de mais profissionais para unir-se neste serviço, assim como, uma ligação direta com os conjuntos CFESS/CRESS, sob um respaldo como órgãos fiscalizadores da profissão.

Embora se saiba do comprometimento de tais mecanismos de controle profissional, o conjunto CFESS/CRESS não consegue materializar sua fiscalização de forma efetiva, visto que, mesmo mediante denúncias realizadas em função do descumprimento dos parâmetros do CFESS, há uma dificuldade a mais no tocante de uma atuação presente e mais pontual dos referidos órgãos para estar acompanhando e fiscalizando instituições como o HGT, que é gerido por empresa terceirizada.

Inclui-se nessa visão a forma de gestão dos setores públicos onde surgem as organizações sociais, responsáveis por administrar os serviços de saúde, segundo respaldo da lei de nº 9.637 de 1998 no que tange a inserção de empresas privadas na administração da esfera pública sem fins lucrativos. Mas, o que é explicito no dia a dia dos serviços é que não se efetiva uma devida fiscalização dos recursos financeiros e humanos, visto que mesclam diretamente entre a esfera pública e privada.

Com base na observação participante, entende-se que as demandas que chegam aos profissionais assistentes sociais devem ser sanadas por ações propositivas, e conscientes em defesa do projeto ético-político que rege a profissão do Serviço Social, visto que, lhes cabe mostrar as demais categorias profissionais suas habilidades e importância frente as expressões da questão social, visando sempre a promoção do bem estar dos usuários no processo saúde-doença. Salienta-se que é por meio da dimensão técnico–operativa que a profissão se materializa em suas ações, já que esta é a dimensão em que a profissão se faz reconhecer e se apresentar no cotidiano dos serviços, como uma profissão interventiva.

Evidenciamos com este estudo o que existe na realidade está para além do que deveria ser a atuação profissional do Serviço Social no HGT, e tais desafios acabam se tornando uma prática profissional fatalista, onde a instituição limita por vezes as ações desenvolvidas pela

profissão do Serviço Social, considerando que diversas atividades desenvolvidas neste âmbito não são atribuições e competências privativas da profissão, o que as coloca num patamar subalternizado de autonomia fragilizada frente às demandas institucionais.

O presente trabalho nos possibilitou um conhecimento crítico-reflexivo da realidade profissional apresentada no cotidiano do Serviço Social no HGT através dos achados no estudo de caso realizado, maturando uma visão da profissão quanto a necessidade de seu fortalecimento de categoria para efetuar de forma potencializada o reclamo de seus direitos frente aos órgãos de fiscalização, a citar o conjunto CFESS/CRESS.

Com base na vivência do estágio supervisionado apura-se também que esta realidade profissional não ocorre apenas no HGT, e para tanto, a união e o fortalecimento da categoria é fundamental para que se tenha avanços quanto ao empoderamento profissional para que os/as assistentes sociais tenham mais possibilidades de atender as demandas dos usuários de forma viabilizadora de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS**. Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AGUIAR, Zenaide Neto. **SUS**: Sistema Único de Saúde - antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2ed. São Paulo: Martinari, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. As ideologias da contrarreforma e o serviço social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília: CFESS, 2010.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, **R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, p. 29-105, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. IN: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sócias- Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta Continuada à distância, 2000.

MOTA, Ana Elizabete**. As ideologias da contrarreforma e o serviço social.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de/ **Serviço Social, ética e saúde:** reflexões para o exercício profissional / Maurílio Casto de Matos. – São Paulo: Cortez, 2013.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social**: **temas, textos** e **contextos**. 2.ed. **Rio** de **Janeiro**: **Lumen** Ju- ris, 2012 .(Coletânea Nova de **Serviço Social**).
VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 4ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O/A assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teóricos – práticas / Ana Maria Vasconcelos. 1. ed. – São Paulo: Cortez,2015

OS REFLEXOS DA CRISE DO CAPITAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: demandas e desafios para os/as assistentes sociais

Adriana Teotonio Borges[1]
Geany Leite Pereira[2]
Darlania Pinheiro Leandro[3]

RESUMO:

O presente artigo se propõe a fazer uma breve explanação sobre a Política de Assistência Social no Brasil, apontar seus propósitos, assim como seus retrocessos após os avanços legais conquistados através de processo de lutas emergidas ao longo da história. A pesquisa é de cunho bibliográfico, a partir de material publicado em revista científicas da área, produzido por diversos pesquisadores. Os resultados demonstram que com a grave crise econômica, que o mundo está enfrentando, além de contribuir para o aumento desenfreado das sequelas sociais na sociedade contemporânea dos beneficiários da política de Assistência Social como também profissionais são submetidos às múltiplas dimensões do trabalho, tais como: precarização, terceirização, subcontratação e flexibilizado, acarretando profissional desmotivado e insatisfeito, diante das condições precária de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Cras. Crise do Capital.

ABSTRACT:

This article proposes to give a brief explanation about the Social Assistance Policy in Brazil, to point out its purposes, as well all the backspace, after the legal advances achieved through processes of struggles that have emerged throughout history. Regarding the methodology, the research was of the bibliographic type, because materials were used subjects that make up the theme. With this study it was possible to identify that with the current economic crisis, the demands in the scope of the Social Assistance policy have been increasing uncontrollably, nevertheless the resources of the Federal Government have been diminished, bringing rebuttals in the life of the users and the professionals inserted in the politics in question. They are

[1] Bacharela em Serviço Social p pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFIC). Pós- graduanda em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional, pela UFCG, campus Sousa-PB E-mail: adrianafafic@gmail.com

[2]Bacharela em Serviço Social p pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFIC). Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e o Trabalho em Comunidade, pela Faculdade Kurios- FAK pólo Juazeiro do Norte/CE). Pós-graduanda em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional, pela UFCG, campus Sousa-PB. E-mail: geany.thomas@hotmail.com .

[3] Mestre em Serviço Social pela UFPE; Graduada em Serviço Social pela UEPB; Docente do Curso de Serviço Social da FAFIC. E-mail: darlaniaplb@gmail.com

submitted to the multiple dimensions of work, such as: precariousness, outsourcing, subcontracting and flexibilization, causing unmotivated and unsatisfied professionals, in the face of precarious working conditions.

Keywords: Social Assistance. Cras. Crisis of Capital.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetivou fazer uma breve análise teórica sobre a Política de Assistência Social no Brasil, apontar seus propósitos, assim como seus retrocessos após os avanços legais conquistados através de processo de lutas emergidas ao longo da história. Assim como, colocar em pauta os rebates atuais da crise do capital nas demandas dos assistentes sociais inseridos no âmbito dá proteção social básica, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É inegável que, de forma geral, as políticas de Assistência Social tiveram evolução conceitual, organizacional, prático e de alcance. Deixa a lógica de benfeitoria para a lógica de direito universal. No entanto as Políticas de Assistência Social (e outras políticas sociais) estão no centro do conflito de forças (capital, classe trabalhadora e excluídos, partidos, etc.). Sabe-se que por vezes, ainda é usada como instrumento de coerção popular, ferramenta eleitoral e descrita como favor até hoje. Em alguns casos, os excluídos ainda são considerados desajustados. Isso ocorre porque mesmo a Assistência Social tendo sido fundada nos princípios de universalidade, gratuidade, e não contributiva apresenta-se de forma seletiva (BOSCHETTI, 2000).

Sendo assim, torna-se alvo da política de assistência à parcela da população que não tem suas necessidades atendidas pelo mercado. É sabido que, na maioria das vezes os benefícios pagos pela política de assistência, através dos programas de transferência de renda, acabam assumindo um importante peso na renda familiar, isso quando não é a única renda, mas precisamos ter em mente que as políticas sociais dentro de um Estado neoliberal não têm como objetivo emancipar os sujeitos, e sim, civilizá-los não muito diferente das antigas "PoorLaws".

É por isso que a política de assistência até hoje é alvo de preconceitos, marginalizam os usuários da assistência social por acreditar assim como no século XIX que a pobreza é um

atributo individual dos que não se esforçam para superá-la. Não compreendem que a pauperização é inerente ao sistema capitalista, e que se faz necessário à existência dessa camada pobre para que possam lucrar em cima destes.

Cabe frisar que o nosso intuito é fomentar a luta por uma política assistência, fundada sob a ótica de cidadania e garantia de direito, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e demais legislações que reafirma a Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: AVANÇOS E RETROCESSO NO BRASIL

A política de Assistência social durante anos foi marcada por ações puramente caritativa, benesses e da solidariedade religiosa, da qual era focado nos interesses de uma determinada classe social, configurada como paternalistas e/ou clientelistas do poder público, resultando numa pratica de "ajudar aos pobres e necessitados", consequentemente caraterísticas como essas contribui para a não ideia de proteção social, mas de assistencialismo, focada na ajuda, descaracterizando o verdadeiro objetivo da construção da política (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013, P.3).

Para tanto, a primeira tentava de romper com a visão assistencialista, foi em 1938, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), como um dos primeiro órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, buscando, assim firmar relação entre Estado e protagonista da sociedade "por meio da avaliação de concessão de auxílio financeiro do Estado a organizações da sociedade civil", com o desígnio de conseguir concretizar trabalhos sociais, o CNSS passa a ser instituído como a primeira forma de presença da Assistência Social na burocracia do estado brasileiro (Brasil , P.8, 2014).

Em seguida foi instituída a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), considerada a primeira grande instituição de assistência social, tendo sua origem marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo. Seguindo os pensamentos da (BRASIL, 2014, *apud* SPOSATI, 2004 p. 20).

> Em Outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para "congregar as organizações de boa vontade". Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania.

Desse modo, o primeiro-damismo ganhou destaque na assistência social, a partir da LBA, desenvolvendo um trabalho voltado atender a ocorrências de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. Visto que a ação da LBA ocasiona para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, sobretudo marca a trajetória da assistência social (SPOSATI, 2004).

Conforme as analise de Brasil, (2014), a LBA em 1969 foi transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, desta feita, passando ampliar sua estrutura e contar com novos projetos e programas, da qual seu desígnio era apoiar o governo.

Dando continuidade o processo de luta por uma política pública, em 1º de maio de 1974, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que tinha na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, de caráter consultivo, considerada como órgão-chave na elaboração de uma política de combate à pobreza (BRASIL, 2014).

Diante do cenário de caridade, clientelismo, filantropia, os rebatimentos na assistência social, foram no sentindo de não materializar como um sistema de proteção social que estava previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, cuja finalidade era permancer ancorada no clientelista, que esta política social carregou por séculos. Por conseguintes, foram muitos percalços para tornar política pública, direito do cidadão, compondo o tripé da seguridade, após a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ocorrendo de fato a "a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) após processos de disputas e interesses num longo debate impresso no âmbito da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003" (LEANDRO, 2015, p.24).

A assistência social perpassar por grandes mudanças que atinge diretamente a população beneficiaria do sistema, e com isso vem desqualificando o sistema com implantações de programas pautados na lógica de ajuda, assistencialismo, desmitificando uma política pública baseada na lógica do direito, que durante década foi considerada a "prima pobre", por estar atrelada ao conformismo, mudanças que exige alterações de culturas e processos historicamente fundados e que propõem novas estruturas de atenção direta e de gestão dos serviços e programas de proteção social.

Realizado todo o movimento político e social, traçado de lutas e conquistas no âmbito da política da Assistência social, como explicita a tabela a baixo significativo para que pudesse desmitificar as caraterísticas de Assistencialismo, damismo para que pudesse

constitucionalmente torna-se política pública, logo "significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção" (PNAS, p.13, 2004).

Tabela 1 – PERCURSO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

1993	LOAS
1998	PNAS
2004	PNAS
2005	NOB/SUAS
2006	NOB/RH
2009	Tipificação dos serviços
2010	Decreto 7.334 Censo Suas
2011	Lei 12.435 SUAS
2012	NOB / SUAS

Fonte: PNAS, 2004 (Elaboração própria).

Nesse sentido, com a implantação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, de caráter não contributivo por meio do poder público que é pressionado pelas diretrizes da LOAS universaliza e dar acesso aos direitos sociais. Delineado nas instâncias,a Política de Assistência social integra-se as demais políticas setoriais em meio a um sistema descentralizado e participativo, da qual sua estrutura engloba as instâncias articulação política de avaliação e proposição de diretrizes de deliberação, de pactuação respeitando as diretrizes de participação popular e controle social (PNAS, 2004).

A Norma Operacional Básica-NOB/98 determinou estratégias, princípios e diretrizes para operacionalização da Política Nacional de Assistência Social sugerindo a criação de espaços de negociação e pactuação de discussão quanto aos aspectos operacionais da gestãodo sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, consequentemente, a nova Política de Assistência tem como objetivo promover a proteção à vida, reduzir danos, monitorar a população em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade por meio da rede sócio assistencial formadas pelo poder público e sociedade civil, conforme rege a PNAS(2004).

Neste contexto a política de Assistência Social se configura como:

> Direito do cidadão e dever do Estado, são política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integral de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (SIMÕES, 2008, p.288).

Deste modo, a Assistência Social passa a ser incluída no âmbito da Seguridade Social, estando em consonância com a lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) como política pública, iniciando sua trajetória para inserir no campo do direito, bem como incluir no sistema do bem-estar social brasileiro, desta feita, proferindo nas diversas políticas sociais.

A nova política de assistência social brasileira se pauta numa nova regulação, que nasce na Constituição de 1998 e se consolida no Sistema Único da Assistência Social, definindo novas funções e são determinadas as estruturas de serviços e de gestão mais descentralizada e participativa. Apresenta ainda os instrumentos e recursos de gestão preconizados pelo SUAS, que estimulam a participação e cultura cívica na atenção à população mais castigada pelos agravos sociais do modelo econômico-social em que vivemos.

3. OS REBATE DA CRISE DO CAPITAL NA DEMANDA DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CRAS

Desde os anos 1970, o sistema capitalista vivencia uma crise, que implantou na fase madura, repercutindo na redução da acumulação e expansão da produtividade, na qual fora tomada medidas interventiva finalidade amenizar a crise, entretanto, novas roupagem vem marcando este novo fenômeno de crise precedente de um extenso processo de reestruturação do capital com o intuito de voltar a ser destaque na economia, implicações que atinge diretamente os trabalhadores. Consequentemente, a crise traz caraterísticas distintas para o "sistema globalizado do capital". Tendo em vista, as mudanças no mundo do capital alteram a totalidade do sistema e "as suas dimensões, na produção, na circulação e no consumo" com isso a crise vai além de um processo de perda para o sistema vigente, mas atingindo todas as dimensões que resulta no colapso econômico (SILVA, CAMPOS; SANTOS, 2014).

Frente a este contexto de exploração da força de trabalho, subordinada a uma lógica de produto desconhecido, mas contribuinte do processo de enriquecimento do capital, trabalho alienado, sem consciência de classe, decorrente do fator preponderante do capital, acumulação do capital, enquanto o homem não reconhece sua produção, mas um instrumento de desenvolvimento do sistema hegemônico, atrelado ao ajuste neoliberalismo, que visa à

privatização das políticas sociais e torná-las dispendiosa. É a partir da expansão contínua da produção e reprodução social no curso do desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas, que se processa "a subordinação real do trabalho ao capital" (MARX, 1996a, p. 139 *apud* SILVA, CAMPOS; SANTOS, 2014).

A atual conjuntura do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) demarcado por um contexto limitado por uma política neoliberal que viola até mesmo o trabalho do Assistente social, profissional assalariado, submetido "as múltiplas dimensões de precarização do trabalho contemporânea" realidade que nas últimas décadas do século XX vem sendo caracterizado pelo retraimento, corrosão do trabalho contratado e regulamentado, advindo da era taylorista e fordista. Frente a este contexto social de transformações no mundo do trabalho, identificamos diversas modalidade de "flexibilização de vínculos trabalhistas, com o decréscimo dos direitos, interferindo diretamente no fazer profissional" (RAMOS et al , 2017, p.2).

Seguindo analise de Alves (2007), a precariedade do trabalho "é uma condição histórico-ontológica do trabalho vivo sob as condições do capital" (ALVES, 2007, p. 115). Ou seja, "a precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento da mercadoria no mundo social do capital." Visto que, à medida que amplia os espaço sócio ocupacionais para os assistente sociais no âmbito do SUAS, o trabalho aparece em condições precário, informal, desvalorizando o profissional que viabiliza as ações para atender as demanda da população, pautada nos ideários do sistema capitalista de fragmentar as relações de trabalho , consequentemente a "diminuição de trabalho estáveis e aumento de contratados temporariamente, percebendo seus impactos nas políticas sociais, na ampliação/restrição dos direitos" (RAMOS et al , 2017, p.6).

> [...] as principais tendências identificadas na constituição do novo e (precário) mundo do trabalho no Brasil são plenamente perceptíveis em outros países capitalistas, seja do centro orgânico do sistema do capital, o denominado Primeiro Mundo; seja da borda periférica industrializada, como é o caso da América Latina. Enfim, o que existe hoje é um sistema mundial de exploração do trabalho vivo e da força de trabalho que tende cada vez mais a assumir uma conformação global de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais (ALVES, 2007, p. 277).

É necessário entender que as políticas sociais são instituídas como estratégia de combate à pobreza, porém em momento de crise as políticas sociais, tem perda em sua objetividade, em

virtude das sequelas desastrosas do sistema do capital. Especificamente a classe trabalhara que é a principal vítima da crise econômica em forma de retaliações como “desemprego estrutural crescente, desregulamentação das relações de trabalho e cortes orçamentários em políticas sociais que reduzem direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistados” (ABRAMIDES, p. 2, 2017).

Desta feita, vivemos um nefasto ataque do sistema neoliberalismo aos direito sociais que vem sendo intensificado desde 2013, ataque este que tem por finalidade desorganizar “o processo de organização da classe trabalhadora na luta pela manutenção de seus direitos sociais e trabalhistas”, busca especialmente implantar trabalho privado dos meios de produção, do trabalho alienado, desmitificado os ideários da classe operaria de uma sociedade “emancipada, igualitária e libertária comum a todos, a que Marx denominou comunista”.

Baseada na lógica de correlações de forças, da qual os trabalhadores são coercitivada dos a uma demanda de contradições e medidas destrutivas, decorrentes das transformações do mundo do trabalho e pela ação de “acumulação flexível” das quais o trabalho vigora pelo viés da terceirização, precarização, flexibilidade. Além disso, ocorre uma ameaça aos interesses do sindicado com a avalanche do neoliberal no Brasil nos anos 1990, persistindo até os quinze primeiros anos do século XXI.

Nessa atual conjuntura de ameaça aos direitos sociais, limitações, restrições, os assistentes sociais enquanto categoria assalariado estão travando uma verdadeira guerra nos espaços sócios ocupacionais, sobretudo nos Centro de Referência da Assistência Social CRAS) por este espaço lidar com “Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social”(Brasil, p.15, 2014). Diante disso, ou seja, diante da crise que o país está enfrentando as principais vítimas são os beneficiários dos programas sociais à medida que o governo diminuir os recursos ou até ameaça corta.

Os dados apontam que o governo federal reduziu em mais de 458 milhões os recursos para co-financiar o Suas nos 5.570 Municípios brasileiros, da qual esta queda gerou uma perda de mais de 19% de recursos para manutenção e continuidade dos serviços, do ano de 2016 para 2017, por conseguinte as ações e os serviços socioassistenciais de caráter continuado e apoio á gestão do SUAS, corre risco de não ter investimento no âmbito da política pública da Assistência social, repercutindo diretamente na vida dos usuário, visto que, contribui

diretamente no aumento desenfreado das mazelas decorrente do corte e ou/diminuição dos recurso federal nos serviços (BRASIL, 2017).

Enfatiza-se que, os serviços ofertados nos Centro de Referência de Assistência Social serão os mais atingidos pelo corte no âmbito da Proteção Social Básica,uma queda de 15%, cerca de 227 milhões. De um lado acredita que por trata-se de ação gravenos serviços ofertados nos (Cras), existentes em mais de 99% dos Municípios brasileiros.

Figura 1 – RETRATO DO ORÇAMENTO 2016-2016 PARA O SUAS

Descrição	Código	Descrição	2016	2017	Corte	Valores (R$)
Programa	2037	Consolidação do Suas	Serviços	Serviços	2016 x 2017	
Ação	2A60	Proteção Social Básica	1.499.082.593	1.272.023.105	-15,15%	227.059.488,00
	2A65	Proteção Social Especial de Média Complexidade	488.842.102	376.022.448	-23,08%	112.819.654,00
	2A69	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	278.625.423	209.357.047	-24,86%	69.268.376,00
	8893	IGD-SUAS	141.863.780	92.015.441	-35,14%	49.848.339,00
	Total		2.408.413.898	1.949.418.041	-19,06%	458.995.857

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração Própria.

De acordo com a confederação, existe possibilidade dos corte do orçamento, do valor de 458 milhões, ter sido utilizado/remanejado para custear a implantação e a implementação do novo programa federal, como (Primeira Infância no SUAS e Criança Feliz), da qual teve previsão orçamentária autorizada de R$328 milhões para 2017 (BRASIL, 2017).

Diante desta conjuntura, marcado por corte reajuste nos programas federais, isso implicará no trabalho dos assistentes sociais, uma vez que limita os recursos para desenvolver as ações nos espaços sócios ocupacionais, por conseguinte havendo o agravamento da "questão social" que repercute no campo dos direitos, no ambiente da família, do trabalho e do "não trabalho", assim como é salientado pelo parâmetro de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (p.11, 2009).

> da saúde, da educação, dos (as) idosos (as), da criança e dos (as) adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia, entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos os mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social.

Frente a este contexto de política pública sucateada, limitada, onerosa, os assistentes sociais brasileiros travam uma verdadeira batalha nos diversos espaços sócios ocupacionais

para defender e reafirmar direitos e políticas sociais, lógica que busca pela consolidação do projeto societário que visa uma sociedade igualitária.

Para tanto, os assistentes sociais desempenha suas atribuições e competências não voltado aos interesses de determinado segmento social, mas "no reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; na ampliação e consolidação da cidadania" (parâmetro de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, p.16, 2009). Buscando desta feita, desmitificar a imagem de pobre merecedor da caridade, de dependentes de programas sociais, mas tornar cidadão capaz de superar a situação de vulnerabilidade e risco social.

A partir dessa perspectiva, de superação de vulnerabilidade e risco social, o Centro de Referência de Assistência Social tem grande importante na contribuição de tal objetivo, por desenvolver ações que visa:

> - Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
> - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
> - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
> - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
> - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
> - Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, p, 15, 2014).

Acrescenta-se que, o CRAS[4] tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, da qual são oferecidos serviços voltados à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências com finalidade de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades.

[4]O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais da política de assistência social (PNAS, p.36, 2004).

Neste contexto de oferta de serviços no CRAS, vale salientar que existem "na Região Sudeste 34,5% dos CRAS, Nordeste 32,1%, Região Sul 18,4% das unidades e o Norte empatam com o Centro – Oeste com 7,5%" (MDSA, 2016).

Neste sentido, o Assistente Social é de grande relevância no Centro de Referência de Assistência Social, haja vista que, atua com famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; bem como aquelas que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas, ou então vive situação de vulnerabilidade em consequência de problemas vivenciados por algum de seus membros. Por outro lado acompanha pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social tipificação p, 15" (CFESS, 2009 p.7) isso significa que o profissional deve desenvolver suas atribuições sob os princípios que rege o Código de Ética.

As atribuições e competências do Assistente Social são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei 8,662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) devendo ser respeitados, tanto pelos (as) profissionais, quanto pelas instituições empregadoras, cabendo aos profissionais mediante a violação ou a falta de respeito que impeça seu desenvolvimento nos espaços sócio ocupacionais procurar os devidos conselhos que zela pela proteção do profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises partiram de um estudo a cerca da Política de assistência que durante anos foi marcado pela filantropia, benesse e caridade focada na ajuda, sendo ações desenvolvido na pratica do paternalismo, coronelismo.

Outro desafio se evidência na materialização da Assistência social é a diminuição dos recursos financeiro Federal, consequentemente aumento da demanda nos espaço sócio ocupacionais reflexo da crise econômica que o pais está enfrentando, isso também vem dificultando o trabalho dos assistente social especialmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por ser um território que lidar com família em situação de vulnerabilidade e risco pessoal, ocasionando o aumento da pauperização.

Consta-se a partir dos estudos, que além do aumento desenfreado das sequelas sociais na sociedade contemporânea consequências da crise econômica que vitimiza tanto os beneficiários da política de Assistência Social como também profissionais, que são submetidos

às múltiplas dimensões do trabalho, tais como: precarização, terceirização, subcontratação e flexibilizado, acarreta profissional desmotivado e insatisfeito, diante das condições precária de trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora:** reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017. http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0366.pdf. Acesso em 05/Fev./18.

BRASIL, Confederação Nacional de Municípios (CNM). Desenvolvimento Social: Assistência Social na Gestão Municipal. – Brasília, 2014. Disponível https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Assistencia%20Social%20na%20Gest%C3%A3o%20Municipal%20(2014) pdf. Acesso em 05/Fev./18.

BRASIL, disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/04/numero-de-centros-de-assistencia-social-aumentou-em-2016 , acesso em 05/Fer./18.

BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pd. Acesso em 05/Fev./18.

BOSHETTI, Ivonete Salete Ferreira. **As políticas brasileiras de seguridade social.** 2. Ed- São Paulo: Cortez, 2000.

CFESS, Conselho Federal De Serviço Social. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a Assistente Social,** Brasília, 2011.

LEANDRO, Darlania Pinheiro, Desafios à participação e ao controle social nos conselhos Municipais de Assistência social na Região do Alto Sertão Paraibano Recife 2015. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/heandro%20Vers%C3%A3o%20Final%20Dep%C3%B3sito%20CONFERIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24/Dez.17.

Parâmetros para atuação do Assistente Social na assistência CFESS, Brasília, 2009.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.

RAMOS. et al As Múltiplas Faces Da Precarização Do Trabalho: Uma análise do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. III seminário Nacional de serviço social, trabalho e politica sociais universidade Federal de santa Catarina Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180216/101_00517.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20/out.17.

SILVA, M. R.; CAMPOS, J. P; SANTOS, M. L.; O. UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL CONTEMPORÂNEA. II SERPINF seminário Regional politica publicas intersetorial e família: formação e inervação profissional ISBN: 978-85-397-0584-2. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/serpinf/2014/assets/11.pdf. Acesso em 02 Dez.17.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito de serviço social**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

A INEXISTÊNCIA DA CULTURA DE DOAÇÃO DE SANGUE NO BRASIL E O PÚBLICO JOVEM COMO POTENCIAIS DOADORES

José Ilson Lourenço dos Santos[1]
Diogo Marcio Gonçalves dos Santos[2]
Silas Santos Carvalho[3]
Josimeire de Omena Leite[4]

RESUMO:

A hemoterapia brasileira advém de um longo processo, tornando o país numa referência não só na América Latina, mas até em outras partes do mundo. No entanto, ainda hoje no Brasil há uma necessidade por parte dos hemocentros em captar doadores de sangue, tendo em vista o crescimento da demanda pelos serviços ofertados nos hemocentros e a não adesão por parte da grande parcela da população em não ser doadora voluntária. Assim, o objetivo deste artigo é descrever a inexistência de uma cultura de doação de sangue no Brasil e o papel do público jovem diante desse cenário. Quanto ao percurso metodológico, trata-se de um estudo descritivo e prospectivo, desenvolvido com 120 alunos do ensino médio de uma escola estadual da cidade de Maceió (AL). O desfecho esperado foi identificar qual palavra melhor os jovens associavam ao ato de doar sangue tal como saber os motivos principais pela não doação. Incipiente tem sido a participação dos jovens na doação de sangue e a pretensão em se tornar doador num futuro próximo. Apesar de não se constituírem doadores, os estudantes com idade de 14 e 15 anos apresentaram maior disposição para o ato da doação. Dessa forma, debater essa temática junto aos estudantes faz-se necessário por entender que o ambiente escolar pode promover um fortalecimento da conscientização da necessidade da doação sanguínea, dirimindo dúvidas e preconceitos socialmente arraigados e presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Doadores de sangue, Participação da comunidade, Brasil.

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas e Egresso do Pet Conexões de Saberes Serviço Social.Email: ilsonlourenco-7@hotmail.com ;
[2] Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas e Egresso do PET Conexões de Saberes Serviço Social E-mail: diogomarcio.dm@gmail.com;
[3] Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. E-mail: ssc.macademico@hotmail.com;
[4] Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e tutora do PET Conexões de Saberes Serviço Social. E-mail: meireomena@hotmail.com

ABSTRACT:

The brazilian hemotherapy comes from a long process, making the country a referência not only to Latin America but even in other parts of the world. However, nowdays in Brazil, the blood centers has the need to get blood donators because the demand growth for their offered services and because the major part of population chooses not to be a voluntary donator. Therefore, the objective of this article is to describe the non existence of a blood donation Culture in Brazil. As for the methodological path, it is a descritive and perspective study, realized with 120 High school students from a Maceio's public school. The expected result, was to identify wich word the teenagers associat to blood donation, as much as to know the main reasons why not donating.The participation of the teenagers in blood donation, and it's intention on becoming a future donator, its in the beggining level. Despite the fact of not being able to be a donator, the students on 14 and 15 has showed a bigger disposition with the act of donation. Therefore, the discussion about blood donation with the students it's necessary for understanding that the school enviroment can promote a strengthening of awareness of the need for blood donation, decreasing doubts and some prejudicar, socially ingrained in the Brazilian Society.

Keywords: Blood donors, Community participation, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo o conhecimento adquirido pelo homem na área da saúde pôde promover significativos avanços para situações que outrora seriam impossíveis de serem resolvidas. Foi assim com a doação de sangue. Se antes havia todo um estigma por trás do uso do mesmo, a ciência no decorrer da história elucidou todo e qualquer caráter místico que o envolvia. Dessa forma, a hemoterapia foi sendo cada vez mais aprimorada e assim, tais progressos possibilitaram muitos avanços quanto ao entendimento do uso do sangue, como o conhecimento sobre a incompatibilidade entre os diversos tipos de sangue humano (Sampaio, 2008).

Todavia tal progresso no âmbito do uso do sangue não possibilitou nem a ciência e nem a tecnologia uma ferramenta que fosse capaz de desenvolver outro elemento que possa substituir o sangue em sua totalidade. Sendo assim, caberia aos hemocentros atentarem para a necessidade de ações que vislumbrassem assegurar o sangue em sua quantidade e qualidade

necessário para uma melhor prestação de serviço à sociedade, já que existe um cenário complexo quando o assunto é a doação voluntária de sangue, e isso não apenas a nível de Brasil, mas sim mundial, uma vez que as doações não têm acompanhado o aumento das transfusões (Borges *et al.*, 2013).

No Brasil, a Lei de nº 10.205 de 21 de março de 2001 pôde estabelecer diretrizes que assegurassem a todo e qualquer cidadão direitos acerca do uso do sangue, como por exemplo a proibição de renumerar o doador.Porém, grande parte da população brasileira não se constitui como doadores, uma vez que "atualmente apenas 1,8% da sociedade brasileira doa sangue" (Portal do Brasil, 2016) e levado em consideração a extensão territorial tal como o censopopulacional da nação brasileira, percebesse que tal percentual não atende as estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) que sinaliza para uma taxa populacional de doadores de 3% a 5% (Barrucho, 2015).

Dessa forma, a busca por doadores voluntários tem se constituído um grande dilema para os hemocentros, uma vez que a doação de sangue tornasse crucial para que os mesmos possam desenvolver seus trabalhos. O que faz com que o ato da doação não seja visto apenas como um ato solidário, mas como um ato cidadania também, uma vez que as motivações que movem determinados doadores estão intrinsicamente ligadas às necessidades de familiares e/ou amigos.

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2014), os jovens têm se apresentado como peça fundamental nas estatísticas de doadores, os mesmos correspondem a 50% das doações realizadas. Porém, mesmo sendo um público com grande potencial no tocante a doação de sangue, há uma necessidade de se desmitificar os mitos, tabus e preconceitos em torno do ato da doação e fomentar a Política Nacional de Sangue e Hemoderivados junto aos jovens para que assim, as campanhas de doações possam abranger cada vez mais esse perfil (Caram *et al*., 2010; Giacomini, 2007).

Descrever a inexistência de uma cultura de doação de sangue no Brasil e o papel do público jovem diante desse cenário. Assim, contribuir para uma leitura de como os jovens enxergam o ato da doação e identificar os reais motivos pelos quais os mesmos nunca doaram sangue.

2. METODOLOGIA

Trata-se de estudo descritivo, com delineamento prospectivo e que foi desenvolvido junto aos alunos do ensino médio de uma escola estadual da cidade de Maceió/AL. A amostra investigada constou de todos os questionários preenchidos pelos alunos que estiveram presentes no dia da ação educativa que ocorreu no mês de maio de 2017.

A escolha deste período se deu devido ao fato do mês subsequente ser o mês em que se comemora o Dia Internacional do Doador de Sangue, sendo uma forma de mobilizar os jovens para essa atitude tão importante e significativa. No total foram 120 questionários preenchidos,que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: serem pessoas de ambos os sexos e alunos devidamente matriculados na instituição de ensino e que já realizaram ou não alguma doação de sangue.

Não houve riscos para os participantes da pesquisa. O desfecho esperado foi identificar qual palavra melhor os jovens associavam ao ato de doar sangue tal como saber os motivos principais pela não doação. Outras variáveis analisadas foram idade, gênero e quantas vezes as pessoas entrevistadas já doaram sangue. A coleta de dados foi feita através da técnica da entrevista. O estudo foi autorizado pela diretora da escola, sendo liberada a ação através de um documento que permitia que a coleta dos dados ocorresse de forma que se obtivesse veracidade.

3. RESULTADOS

Fizeram parte do estudo 120 alunos de ambos os sexos, sendo 53 (44,17%) do sexo masculino e 67 (55,83%) do sexo feminino. Também foram analisadas a idade dos alunos; o percentual de quem já realizara alguma doação de sangue e o de quem nunca realizou; a pretensão de quem manifestou doar no futuro; os motivos pelos quais os jovens nunca doaram sangue e o percentual da palavra que melhor os jovens associam ao ato da doação de sangue.

No tocante à idade dos alunos da referida escola (Tabela 1), destaca-se um predomínio de público muito jovem. Quando questionados sobre quem já tinha realizado alguma doação de sangue na vida, o percentual das respostas mostra o quão incipiente tem sido a participação dos jovens quanto a essa prática (Tabela 2).

TABELA 1 – IDADE DOS ALUNOS PARTICIPANTES DA PESQUISA (N=120). MACEIÓ-AL, 2016.

Idade	Total
14	08

15	19
16	24
17	31
18	24
19	05
20	03
21	04
22	01
30	01
Total	**120**

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

TABELA 2 – PERCENTUAL DE SANGUE NA AMOSTRA DE ESTUDANTES (N=120). MACEIÓ-AL, 2016.

Variável	n (%)
Já doou sangue	
Sim	05 (4,17)
Não	115 (95,83)
Total	120 (100)

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Entre aqueles que relataram nunca terem doado sangue, alguns manifestaram pretensão em se tornar doador num futuro próximo (10%), porém esses dados revelam que faz-se necessário realizar uma mobilização social a fim de que o público jovem abrace a doação como uma prática corriqueira. A tabela 3 revela o quão baixo tem sido esse interesse e que os jovens entre 14 e 15anos, apesar de não se constituírem doadores, apresentam uma maior disposição para o ato da doação (5%). Também é observado que o sexo feminino apresenta maior interesse para tal prática.

TABELA 3 – PERCENTUAL DE ALUNOS PRETENDENTES À DOAÇÃO DE SANGUE, SEGUNDO A IDADE E SEXO (N=12). MACEIÓ-AL, 2016.

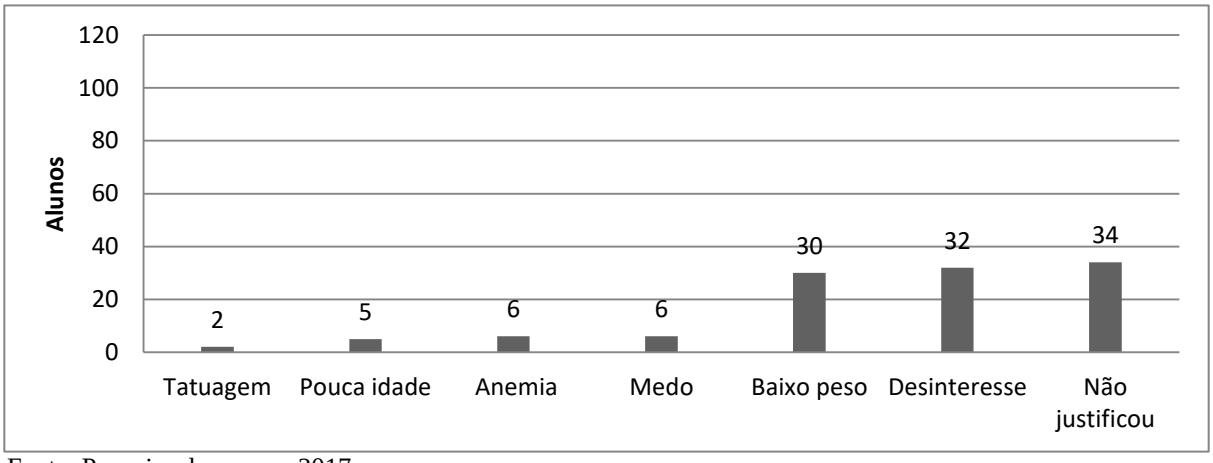
Variável	n (%)
Idade	

14 – 15 anos	06 (50)
16 – 17 anos	04 (33,3)
18 – 30 anos	02 (16,7)
Sexo	
Feminino	07 (58,33)
Masculino	05 (41,57)
TOTAL	12 (100)

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Para uma análise mais sólida dos motivos pelos quais os jovens nunca doaram sangue, os alunos puderam dissertar suas repostas de forma livre e posteriormente, as mesmas foram categorizadas. Esses dados podem ser observados na Figura 1.

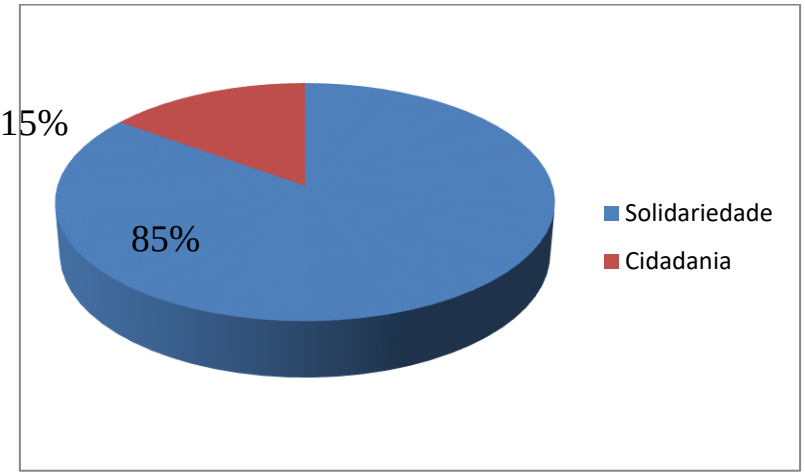
FIGURA 1 – MOTIVOS DA NÃO DOAÇÃO DE SANGUE RELATADOS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA (N=115). MACEIÓ-AL, 2016.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quando questionados sobre qual palavra melhor representava o ato da doação, foram disponibilizadas duas alternativas: solidariedade e cidadania. Os participantes do estudo, em sua grande maioria (102 alunos), relacionaram o ato da doação como sendo um ato solidário (Figura 2).

FIGURA 2 – PALAVRA QUE MELHOR ASSOCIA AO ATO DA DOAÇÃO DE SANGUE PARA OS PARTICIPANTES DA PESQUISA (N=120). MACEIÓ-AL, 2016.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

4. DISCUSSÃO

A doação voluntária de sangue é primordial para que os bancos de sangue possam manter seus estoques num nível, consideravelmente,estável (Araújo *et al*., 2010). Todavia, captar doadores tem sido uma tarefa árdua, dada às mistificações, tabus, mitos e preconceitos que, infelizmente, ainda são determinantes para a não realização desse ato (Giacomini, 2007; Pereima *et al*., 2007; Rodrigues; Reibnitz, 2011). Assim, com relação ao público jovem,desmitificar essas informações e promover um interesse dos mesmos quanto à doação pode aumentar satisfatoriamente os índices de doação no Brasil.

Salienta-se que com relação ao processo de captação e seleção de doadores na triagem dos hemocentros, há critérios que tem por finalidade garantir a segurança da doação, a qualidadee a quantidade do sangue coletado, e, dessa forma, livrar os indivíduos envolvidos de qualquer risco (Araújo *et al*., 2010; Consentino *et al*., 2012).

Com relação aos jovens participantes do estudo, foi observado um baixo índice (4,17%) de doadores entre o público jovem que participara da intervenção, e 95,83% dos jovens relataram que nunca realizaram uma doação ao longo da vida. Isso é preocupante, uma vez que, segundo os entrevistados, uma das justificativas é o desinteresse da causa. Percebe-se que os jovens não têm se atentado para a real importância do ato da doação de sangue. Dessa forma, investigar o que está convergindo para tal desinteresse é fundamental para que estudantes, futuramente possam ser doadores.

O fato de apenas cinco participantes terem efetuado alguma doação de sangue ao longo da vida, retrata o baixo senso de corresponsabilização dos indivíduos. Assim, destaca-se que a

motivação para a doação sanguínea depende da segurança e da satisfação durante o atendimento do processo (Borges *et* al., 2005).

Embora os sujeitos de 14 e 15 anos não sejam doadores em potenciais devido à idade, já que a legislação brasileira estabelece que apenas a partir dos 16 anos e acompanhado de um responsável seria possível efetuar uma provável doação sanguínea (Portal do Brasil, 2014), trabalhar a desmitificação da doação é imprescindível tanto quanto torná-los possíveis agentes multiplicadores da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, fazendo com que os mesmos venham promover essa temática no meio de seus grupos sociais. Nesse trabalho foi possível identificar que, mesmo não tendo o aparato da lei para uma possível doação, os alunos de 14 e 15 anos demostraram interesse em serem doadores.

Uma vez que tal público demonstrou certo interesse, percebe-se que ações que objetivem divulgar a Política Nacional de Sangue e Hemoderivados são de extrema importância dentro do universo escolar, já que o desejo de doar sangue pode estar arrolado ao aspecto social do sujeito e ao senso de responsabilidade coletiva (Borges *et al*., 2005). Outro fator determinante para promover uma maior adesão por parte dos jovens à doação voluntária de sangue está intrinsecamente ligado às campanhas vinculadas por parte do governo que não têm obtido tanto êxito na convocação desses jovens para a doação sanguínea (Caram *et al*., 2010).

Percebe-se nitidamente que, por não haver ações que visem elucidar as dúvidas e até mesmo os mitos que cercam a doação de sangue, muitos jovens tendem a acreditar que jamais poderiam ser doadores. Isso fica explícito quando os mesmos mencionam que possuem tatuagem, condição esta que não se configura como impedimento definitivo de serem doadores. No entanto, pela inexistência de campanhas educativas e informação, a população desconhece que depois de um ano da realização de uma tatuagem, é possível ir ao hemocentro a fim de ser doador (Caram *et al*., 2010; Monteiro; Comparsi, 2015).

Quanto aos motivos de nunca terem doado sangue, verifica-se que, quando mencionado “pouca idade” e “baixo peso”, existe a falta de informação entre os estudantes de que menores de 16 anos podem doar sangue, desde que acompanhado por um responsável e que o peso mínimo para ser doador se dá mediante a relação peso *versus* altura do candidato. Ou seja, muitos falaram ter pouco peso, porém não sabem que existe tal relação. Ao mencionarem que possuem anemia, essesjovens acreditam que o fato de estarem nessa condição não podem doar. No entanto,após o tratamento da anemia, os indivíduos podem se dirigir ao hemocentro e manifestar interesse em doar normalmente (COSTA, 2016).

Não obstante, outros fatores podem ser representativos para o jovem não doar sangue: a ausência de tempo, o modo do atendimento dos profissionais do hemocentro e a demora da espera para realização de triagem (Borges *et al*., 2005).

Por fim, quando os 85% dos jovens afirmam que percebem a doação como um ato solidário, pode-se apontar uma das justificativas pelas quais os hemocentros muitas vezes encontram dificuldades em manter seus estoques de sangue, pois ao tratar a doação de sangue apenas como um ato de solidariedade, os jovens acabam indo aos hemocentros ou se mobilizando para possíveis doações mediante a fatores e/ou situações de extrema subjetividade, tais como: doações restritas apenas a familiares, amigos e conhecidos ou doações movidas por comoções para vítimas de acidentes que a mídia expõe (Malheiros *et al*., 2014).

5. CONSIDERAÇÕES

A partir dos resultados, ressalta-se que o cenário da doação sanguínea no Brasil não é favorável, e, portanto, é relevante o incremento de campanhas que sensibilizem, fidelizem e promovam a mobilização de doadores por meio de abordagens sobre os critérios e a segurança dos procedimentos que circundam esse ato, de forma a atender à demanda e contribuir para a melhoria da qualidade do sangue a ser transfundido.

Sabe-se que a doação de sangue é exercício altruísta e desprendido de interesse. Dessa forma, nota-se que no público jovem há uma falta de entendimento quanto a esses conceitos. Os estudantes apontaram a prática da doação de sangue como ato solidário, apesar de demonstrarem insegurança com o processo. Todavia, se a palavra solidariedade em seu significado remete-se para uma responsabilidade recíproca, para os jovens a mesma é concebida como ajuda mútua e apoio.

Assim, mesmo em um contexto no qual os jovens se apresentam como grandes potenciais em serem doadores de sangue, desvela-se o ato de cidadania por parte dos mesmos. Percebe-se que um dos fatores que influenciam os índices de doações por parte desse segmento da sociedade diz respeito a ausência de uma cultura de doação, que não se restringe apenas aos jovens, mas a população como um todo.

Por fim, destaca-se a importância de se debater essa temática de forma mais acessível junto aos estudantes por entender que o ambiente escolar pode promover um fortalecimento da conscientização da necessidade da doação de sangue, dirimindo assim os mitos, tabus e preconceitos socialmente arraigados e presentes na sociedade brasileira. Não apenas isso, mas

apontar para a compreensão de que mais do que um ato solidário, a doação de sangue precisa ser entendida como um ato cidadão.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, R.S; REIBNITZ, K.S. Estratégias de captação de doadores de sangue: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Texto & Contexto** – Enfermagem 2011; 20:384-91.

ARAÚJO, F.M.R, *et al.*,Doadores de sangue de primeira vez e comportamento de retorno no hemocentro público do Recife. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia 2010**; 32:384-90.

BARRUCHO, L. G. O que falta para o Brasil doar mais sangue? **BBC BRASIL.** 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_sangue_doacoes_brasil_lgb>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

BORGES, V.L, *et al.,* Avaliação da fidedignidade de um instrumento voltado à satisfação do doador de sangue. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2005 Jun [2017 Out 25];8(2):177-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n2/10.pdf>.

BORGES, R. L, *et al.* Promoção da doação voluntária de sangue e medula óssea. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Técnico em hemoterapia**: livro texto. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. p. 47-55.

BRASIL. **Lei Nº. 10.205, de 21 de março de 2001**. Brasília; 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10205.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

_____. Ministério da Saúde lança nova campanha de doação de sangue. **Portal da Saúde**. 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agenciasaude/13355-ministerio-da-saude-lanca-nova-campanha-de-doacao-de-sangue>. Acesso em: 25 jun. de 2017.

CARAM. C, *et al*. Distribuição espaço temporal dos candidatos à doação de sangue da Fundação Hemominas, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, nosanos de 1994 e 2004. **Revista Cadernos de Saúde Pública 2010; 26:229-39.**

COSENTINO SF, *et al*., **Biosecurity and adherence standards by health professionals at a blood center.** J Nurs UFPE on line [Internet]. 2012 May [2017 jun 25];6(5):1009-15. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/2403/pdf_1190>. Acesso em: 25 de Jun. 2017.

COSTA, J. E. **Antinomias do doador de sangue fidelizado: representações sociais polêmicas e transversais de um conceito em construção**. [Tese de Doutorado]. Natal:

Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2016.

GIACOMINI, L. **Elementos para organização do trabalho em hemoterapia com vistas à fidelização do doador voluntário de sangue.** [Tese de Mestrado]. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Fundação Universidade Federal do Rio Grande; 2007.

MALHEIROS, G.C, *et al.* Fatores associados à motivação da doação sanguínea. **Revista Científica da FMC**. Vol. 9, nº 1, 2014.

MONTEIRO, D. K; COMPARSI, B. Principais Fatores Associados À Inaptidão Temporária E Permanente De Candidatos À Doação De Sangue. **Rev. Sau. Int., v.8, n. 15-16 (2015)**
PEREIMA,R.S.M.R, *et al.* Projeto Escola do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina: uma estratégia de política pública. **Revista Texto & Contexto** – Enfermagem 2007; 16:546-52.

PORTAL BRASIL**. Campanha alerta para importância de doações de sangue durante todo o ano.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2016/11/campanha-alerta-para-importancia-de-doacoes-de-sangue-durante-todo-o-ano>. Acesso em 25 de junho de 2017

_____. **Confira requisitos básicos para doar sangue.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/11/confira-requisitos-basicos-para-doar-sangue>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

SAMPAIO, D.A. Cenário político, social e cultural da hemoterapia do Brasil. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Técnico em hemoterapia**: livro texto. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.p.07-17.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS NECESSIDADES BÁSICAS HUMANAS: uma análise a partir de pesquisa desenvolvida com beneficiários no município de Teixeira-PB

Jéssica Maria de Lira Batista[1]
Anarita de Souza Salvador[2]

RESUMO:

O presente artigo científico é fruto de uma pesquisa quali-quantitativa desenvolvida em junho de 2016 no município de Teixeira-PB, e estabelece uma análise acerca do Programa Bolsa Família (PBF), correlacionando-o com as necessidades básicas humanas. A produção foi realizada com vistas a constituir o trabalho final do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e decorreu do interesse em analisar a temática, visto que existem discordâncias acerca da utilização do valor que as famílias recebem do referido programa de transferência de renda. O trabalho aborda aspectos inerentes à política de Assistência Social a partir de 1988, aos Programas de Transferência de Renda (PTR's) no Brasil, ao PBF e às necessidades básicas humanas. Por fim, são apresentados resultados da entrevista desenvolvida com usuários que possuíram seus benefícios bloqueados no período compreendido entre Novembro de 2014 e Novembro de 2015, onde constatou-se que que os mesmos tendem a destinar o valor recebido para ações que busquem sanar as necessidades básicas da família.

Palavras-chave: Assistência Social. Bolsa Família. Necessidades básicas.

ABSTRACT:

This scientific article is the result of a qualitative and quantitative research developed in June 2016 in the city of Teixeira-PB, and establishes an analysis about the Bolsa Família Program (PBF) correlating it with the basic human needs. The production was carried out in order to constitute the final work of the Specialization Course on Public Policies and Management of the Single System of Social Assistance – SUAS, and was based on the interest in analyzing the issue since there are disagreements

[1]Assistente Social. Graduada pelas Faculdades Integradas de Patos FIP.
[2] Orientadora. Assistente Social. Docente do curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

about the use of the amount received by the families from this income transference program. The paper deals with some aspects related to the Social Assistance policy since 1988, the Income Transference Programs (PBTs) in Brazil, the PBF and the basic human needs. Finally, results of interviews with beneficiaries who had their benefits blocked during the period between November 2014 and November 2015 were presented; there were found that they tend to allocate the amount received for actions that seek to remedy the basic needs of the family.

Keywords: Social Assistance. Bolsa Família. Basic needs.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo científico visa estabelecer uma análise acerca do Programa Bolsa Família (PBF) atrelado à questão das necessidades básicas humanas, partir de uma pesquisa quali-quantitativa desenvolvida no município de Teixeira-PB, com indivíduos que estavam com o benefício bloqueado devido ao descumprimento de condicionalidade referente à educação.

Tais sujeitos fazem parte do Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, estando habilitados a participar do quadro de beneficiários do PBF, programa de transferência de renda criado no ano de 2003 com vistas de combater a pobreza e a desigualdade social no país.

O Ministério do Desenvolvimento Social (2018) preconiza que o Programa Bolsa Família abrange três eixos: complementação de renda, acesso a direitos, e articulação com outras ações. Além disso, aponta que ele é destinado a famílias que possuem renda *per capita* de até R$ 85,00 mensais e famílias que recebem entre R$ 85,01 e R$ 170,00 mensais por pessoa, havendo crianças ou adolescentes enquadrados na faixa etária entre 0 e 17 anos.

Neste sentido, para que tenha acesso à transferência monetária, os indivíduos devem cumprir condicionalidades tanto na esfera da educação quanto da saúde. Com a desobediência às normas estabelecidas, há o gradativo bloqueio do benefício, desde a advertência, perpassando pela suspensão e podendo alcançar o cancelamento.

É importante salientar que existe o hábito de rotular o destino do valor recebido referente ao benefício, onde afirma-se que grande parte dos membros não busca suprir as necessidades básicas e passa a adquirir itens que não possuem relevância para a sobrevivência da família.

Mediante o exposto, pretende-se refletir a temática a partir de respostas concedidas por 28 (vinte e oito) beneficiários que participaram da pesquisa através de um roteiro de entrevista semi-estruturado, e baseando-se em diversos autores, como Mercadante (2006); Silva, Yazbek e Giovanni (2007); Suplicy (2002); Pereira (2012); e Mota (1995). Além disso, houveram referências contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Política Nacional de Assistência Social (PNAS), bem como consulta ao portal do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DE 1988

Antes de 1988, onde ocorreu a criação da Carta Magna, a Assistência Social possuía um cunho filantrópico e não era considerada como política e/ou direito, mas benesse e favor, provida por voluntários que a vislumbravam ações solidárias e, conseqüentemente, assistencialistas.

Havia uma forte presença da Igreja, onde o direcionamento era dado aos indivíduos considerados pobres, doentes e com outras expressões de vulnerabilidade. De acordo com Raichelis (*apud* Andrade, 2011), antes da década de 1930 o Estado não atuava no tocante às questões de ordem social e a assistência resumia-se ao voluntariado, ocasionando o clientelismo e troca de favor.

Ainda neste contexto, é importante ressaltar que os sujeitos eram culpabilizados pela pobreza a que estavam acometidos, e somente com a Revolução de 1930 – onde Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil – foram dadas novas atribuições ao Estado.

No espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1930 e 1988, houveram várias ações, entre elas a implantação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que destinou serviço aos pobres e familiares de soldados escalados para a Segunda Guerra Mundial; a instituição do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Habitação (BNH) e Programa Nacional do Leite.

A partir de 1987 iniciou-se o processo de formulação da nova constituição, sendo concluído no ano seguinte, mediante uma considerável participação popular. Neste sentido, a Assistência Social começou a integrar o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, e passou a ganhar visibilidade não como ação correlacionada à

benemerência, mas como um direito a ser assegurado pelo Estado através da promoção de políticas.

A Constituição Federal, no artigo 203, aponta os direcionamentos a serem dados por meio da Assistência Social, e anteriormente à instituição da Carta Magna, a referida política estava focalizada para os cidadãos que possuíam vínculo com o mercado formal de trabalho, e a partir de então os pauperizados passaram a ter a efetivação dos seus direitos, bem como o Estado a assumir sua devida responsabilidade.

Couto (2006) aponta que apenas no final de 1993 ocorreu a aprovação da Lei nº 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) -, vindo regulamentar a Assistência Social como política social pública e definindo a mesma como

> [...] direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Tardiamente, apenas em 2004 aconteceu a promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com o intuito de materializar as proposições contidas na Constituição Federal e na LOAS, através de "definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação" (BRASIL, 2004).

Deste modo, no ano subseqüente foi estabelecido o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com vistas a consolidar os objetivos da PNAS e delimitar meios de gestão e materialização dos serviços, trabalho dos profissionais, bem como a avaliação e monitoramento da política em questão, que passa a atuar na Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

3. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Os Programas de Transferência de Renda consistem em estratégias que visam amenizar problemáticas como a pobreza e a desigualdade social. Neste sentido, Mercadante (2006) aponta que por meio das tais ações tem-se a possibilidade de reduzir os índices de problemáticas oriundas pela má distribuição monetária.

As idéias iniciais a respeito da renda mínima encontram-se na obra de Thomas More, intitulada Utopia (1516), onde aponta para o debate a respeito da relevância de se assegurar o mínimo para os indivíduos, visando melhoria na sobrevivência.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007), a idéia inicial acerca de programa de transferência de renda no Brasil remonta ao ano de 1991, e é inerente ao Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), proposto pelo projeto de Lei n° 2.561 de dezembro de 1991, cuja autoria era pertencente ao senador Eduardo Suplicy. Tal idéia se propunha a beneficiar cidadãos com idade superior a 25 anos, e que possuíssem renda inferior a 2,25 salários mínimos.

Suplicy (2002) atenta para o fato de que tais programas favorecem os indivíduos, uma vez em que reforçam o direito à vida através do usufruto da riqueza produzida. O referido projeto de Lei não foi efetivado, no entanto constituiu-se em um meio propulsor acerca da consideração destes programas aliado a um processo de redistribuição de renda no país.

Posteriormente, em 1995 retomou-se a discussão acerca destes programas e diversas experiências ocorreram no país, mesmo com teor diferenciado do que foi proposto no início. Surgia a ideia de programas de transferência de renda condicionada (PTRC), onde o beneficiário deveria realizar a sua contrapartida, e não apenas estar inserido em critério de renda.

Alguns exemplos de programas de transferência de renda ocorreram em localidades como Campinas - SP, Santos - SP, Ribeirão Preto - SP e Brasília – DF, intitulados Programas de Garantia de Renda Familiar Mínima. De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007), nesta época já estava inserido o programa Bolsa Escola, que consistia em um repasse financeiro de R$ 15,00 referente a cada criança com faixa etária entre 06 e 15 anos de idade, inseridas em famílias que possuíam renda *per capita* abaixo de R$90,00. Além disso, a frequência escolar era monitorada e deveria alcançar o mínimo de 85%.

Até o ano de 2003, 07 (sete) programas estavam ativos no país, sendo eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social, Cartão Alimentação e Auxílio Gás (SIQUEIRA 2008 *apud* LEMOS E RIBEIRO, 2012).

Ainda neste aspecto, frisamos que em 2005 ocorreu a aglutinação dos programas Bolsa Família e PETI, uma vez em que diversos aspectos de ambos eram semelhantes. Em 2012 os demais unificaram-se, onde havia o objetivo de que o valor dos recursos aumentasse, bem como o do benefício.

Em 2003, com o início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva observa-se a adoção de uma prática neodesenvolvimentista, onde não houve rompimento imediato com as medidas neoliberais do antecessor Fernando Henrique Cardoso, porém na segunda gestão, iniciada em 2007, percebeu-se melhoria no que diz respeito ao crescimento econômico, e uma grande expansão do PBF que alcançou cerca de 28 milhões de indivíduos (PEREIRA, 2012).

Atrelado à questão dos programas de transferência de renda, é importante mencionar a respeito do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que passa a ser uma forma de trabalho com as famílias consideradas de baixa renda a partir da identificação e caracterização das mesmas, onde obtém-se conclusões acerca da realidade econômica dos sujeitos envolvidos.

Sendo assim, a inclusão no CadÚnico é exigência para usufruto de benefícios relacionados a diversos programas, como Minha Casa Minha Vida; Bolsa Verde; Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos; Água para Todos; Bolsa Família; entre outros.

4. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS NECESSIDADES BÁSICAS HUMANAS

O Programa Bolsa Família consiste em um programa de transferência de renda determinado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e instituído pela Medida Provisória (MP) nº 132, de 20 de outubro de 2003. Ele foi criado com vistas a aglutinar os programas já citados anteriormente, e assim promover autonomia aos cidadãos, bem como um decréscimo da fome e desigualdade social.

De acordo com dados contidos no portal do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no mês de julho de 2018, um total estimado de 13.700.000 famílias recebeu o benefício do programa. Destas, 504.492 estão na Paraíba, cujo valor repassado para o Estado é correspondente a um total de mais de R$ 97.000.000,00.

Silva e Lima (2014) apontam que o PBF prima por combater “a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado a garantia do acesso aos direitos sociais básicos”, bem como pela defesa da autonomia dos beneficiários e inclusão social.

Por outro lado, é importante ressaltar que o programa evidenciado repassa uma significativa quantia de recursos, e promove a transferência monetária diretamente para a conta de cada beneficiário, além de possuir uma gestão descentralizada. Neste último caso, tem-se

que a União, Distrito Federal, Estados e Municípios possuem as suas devidas responsabilidades, especificamente.

O valor do benefício não é fixo, e subdivide-se em quatro tipos: Benefício Básico, correspondente ao valor mensal de R$ 85,00; Auxílio Variável, que destina-se a cada membro familiar entre 0 e 15 anos, e diz respeito a R$ 39,00; Auxílio Variável Jovem, pagando R$ 45,00 por cada jovem com idade entre 16 e 17 anos; Benefício para Superação de Extrema Pobreza, destinado a famílias cuja renda *per capita* não ultrapassa o valor de R$ 85,00 (MDS, 2018).

Por ser um programa de transferência de renda condicionada, para possuir um dos benefícios o usuário deve cumprir as devidas condicionalidades que são propostas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, porém estão presentes nos âmbitos da saúde e educação, onde vislumbra-se o acesso aos direitos sociais básicos determinados pela Constituição Federal de 1988.

De acordo com o MDS (2018), tais condicionalidades correspondem aos seguintes procedimentos: os responsáveis familiares possuem a incumbência de matricular as crianças e adolescentes com faixa etária entre 06 e 17 anos na escola, e os que possuem entre 06 e 15 anos devem cumprir 85% de freqüência, sendo que aos jovens com idade entre 16 e 17 anos cabe o percentual de 75%; no âmbito da saúde, os responsáveis devem primar pela atualização do cartão de vacinação, bem como da pesagem e medida das crianças menores de 07 anos. Quanto às gestantes, a estas cabe realizar o pré-natal, assim como consultas nas unidades vinculadas à Atenção Básica.

Ao tempo em que tais condicionalidades não são cumpridas pelos usuários, existem punições que são efetivadas, iniciando pela advertência e podendo ocasionar o bloqueio do benefício. Quando advertido e havendo repetido descumprimento, ocasiona-se o bloqueio no período de um mês, podendo ser sacado posteriormente; após este período, se houver nova atitude similar, o valor é suspenso por dois meses, sem direito a ressarcimento. A medida mais drástica refere-se ao cancelamento, porém inspira-se cuidado ao realizar, onde o contínuo descumprimento impõe a possibilidade de uma maior vulnerabilidade social (MDS, 2018).

É importante ressaltar que a transferência de renda condicionada, ao fazer o repasse monetário, pode instigar os beneficiários ao consumo de itens que não devem ser considerados como prioridade, mediante a situação financeira a que estão acometidos. Sendo assim, Mota (1995) preconiza que as necessidades básicas tornam-se fatores secundários.

No que diz respeito a estas necessidades mencionadas, Batista (2016) aponta que "ao falarmos nesta temática, remontamos ao aspecto pertencente ao indivíduo e que não está desvinculado ao social, no intuito de prover políticas racionais e eficazes no tocante à qualidade de vida e cidadania das classes desprotegidas." Assim, tais políticas possuem a função de prover programas, serviços e demais ações que têm caráter de proteção social.

Além disso, Doyal e Gough (*apud* Pereira, 2002, p. 68) asseguram para a presença de dois tipos de necessidades básicas, que visam a participação e autonomia dos sujeitos. A *saúde física* "advém de uma alimentação adequada, moradia digna, saneamento básico, renda suficiente, entre outros fatores condicionantes que estão atrelados ao acesso a bens e serviços essenciais" (BATISTA, 2016). A necessidade de *autonomia*, por sua vez, faz com que os sujeitos possuam oportunidade de realizar as próprias escolhas, bem como sejam responsáveis pelas mesmas.

Em *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*, Pereira (2002) explicita onze categorias essenciais para que as necessidades humanas sejam efetivadas e, consequentemente, o direito social, por meio da proteção que deve ser efetivada pelo Estado e materializada através de políticas públicas eficazes.

Tais políticas constituem-se em direito dos cidadãos e dever do Estado. Contudo, com a prática neoliberal o mercado sobressai e compromete as ações de cunho focalizador, direcionadas aos indivíduos comprovadamente pobres. Neste sentido, Pereira (*apud* Batista, 2016) direciona para o fato de que não somente existem necessidades físicas, as quais não têm sido sanadas através da focalização de renda.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa, de cunho quali-quantitativo, foi desenvolvida no mês de junho de 2016, no município de Teixeira-PB. Tal atividade culminou em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que visou analisar os meios de sobrevivência desenvolvidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, durante o período de bloqueio ocasionado pelo descumprimento da condicionalidade da educação.

Foram entrevistados 36 sujeitos, entre eles: profissionais que atuam na Gestão do PBF (03), diretores escolares (05), usuários que possuíam benefícios bloqueados no período compreendido entre Novembro de 2014 e Novembro de 2015 (28). Aqui, nos deteremos a três categorias de respostas dos beneficiários, através de um roteiro de entrevista semi-estruturado.

No que diz respeito ao questionamento "*há quanto tempo está inserido(a) no PBF?"*, entre os 28 sujeitos entrevistados, 06 (21,42%) afirmaram que estão inseridos no Programa Bolsa Família entre um período compreendido entre 11 e 20 anos; 07 (25%) declararam que fazem parte do programa há um intervalo de tempo entre 01 e 10 anos; 01 (3,6%) beneficiário apontou estar no PBF entre 01 e 11 meses; e um total de 14 (50%) assegurou que não faz ideia de há quanto tempo recebe o benefício.

Com isso, é fundamental destacar o grande número de beneficiários entrevistados que não sabe há quanto tempo faz parte do programa, o que nos remete à deficiência também no que diz respeito ao conhecimento do que é o PBF. Durante o processo de entrevista, o grupo em estudo também demonstrou desconhecimento em relação a outros aspectos, a exemplo da definição de condicionalidades, e de acordo com as falas faz-nos refletir acerca do trabalho educativo que deve ser feito por parte dos profissionais que integram a equipe gestora do programa, bem como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

No roteiro foi apresentado o questionamento: *"Qual o valor que recebe do benefício?",* explicitado a seguir:

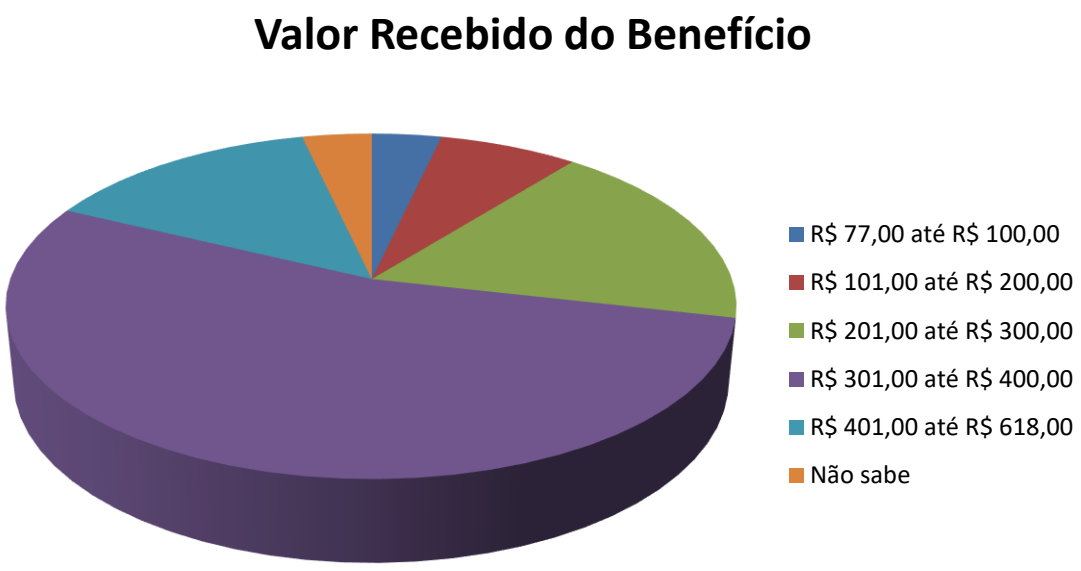


Gráfico 1 – Valor Recebido do Benefício, Teixeira, 2016
Fonte: Primária

Conforme a representação acima, apenas 01 (4%) usuário declarou receber entre R$ 77,00 e R$ 100,00; 02 (7%) entrevistados disseram que mensalmente recebem o valor compreendido entre R$ 101,00 e 101,00 e 200,00; 05 (18%) afirmaram que o valor gira em

torno de R$ 201,00 e R$ 300,00; 15 (53%) beneficiários recebem entre R$ 301,00 e R$ 400,00; 04 (14%) usufruem de valores compreendidos entre R$ 401,00 e R$ 618,00; apenas 01 (4%) afirmou que não sabe quanto a família acessa mensalmente.

Deste modo, verifica-se que o maior valor transferido para as famílias gira em torno de R$ 301,00 até R$ 400,00. Considerando a variável *per capita* de R$ 85,00, tem-se que a formação destas varia entre 04 e 05 membros cadastrados no programa.

Por fim, os usuários foram indagados acerca do manuseio do valor que é recebido mensalmente, referente ao Programa Bolsa Família.

Tabela 1 – UTILIZAÇÃO DO VALOR RECEBIDO

Resposta	**Nº de entrevistados que respondeu a alternativa**	**Nº de entrevistados %**
Aquisição de alimento	23	82
Aquisição de medicamento	07	25
Pagamento de prestação	01	3,6
Pagamento de conta de energia	07	25
Aquisição de calçado	03	11
Aquisição de material escolar	03	11
Aquisição de roupa	07	25
Pagamento de aluguel	02	7
Pagamento de conta de água	02	7
Aquisição de fralda	01	3,6
Aquisição de fardamento escolar	01	3,6
Compra de botijão de gás	02	7

Fonte: Primária (2016).

Mediante a tabela acima, pode-se concluir que os entrevistados tendem a buscar suprir as necessidades básicas da família, uma vez em que, dos 28 participantes, 23 afirmaram que com o valor recebido adquirem alimentos. Assim, os resultados comprovam as tipologias de necessidade básica definidas por Doyal e Gough (*apud* Pereira, 2002).

Além da compra de alimentos, foram mencionadas outras ações que enquadram-se tanto na necessidade de *saúde física* quanto na de *autonomia* e comprovam o aporte teórico já referenciado neste trabalho, bem como resultados de uma pesquisa desenvolvida por Rego e Pinzani (2014) nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Piauí, Maranhão e Pernambuco, demonstrando que no período compreendido entre 2006 e 2011 a maioria dos entrevistados

também declarou utilizar o valor monetário da transferência de renda para as necessidades básicas da família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou refletir acerca do Programa Bolsa Família e o fator das necessidades básicas humanas, traçando um paralelo entre o valor recebido pelos entrevistados e a utilização do mesmo. Para isso, foi abordado sobre a política de Assistência Social a partir de 1988, os programas de transferência de renda, o PBF e as necessidades básicas humanas.

Em face dos resultados obtidos, é fundamental destacar a atual conjuntura do país, que apresenta cortes significativos do número de beneficiários do Programa Bolsa Família desde o início do governo do atual presidente Michel Temer. Existem fortes reflexos destas medidas, que impulsionam os indivíduos a buscar outros meios de sanar as necessidades, a exemplo do trabalho em ruas de cidades de médio e grande porte.

É perceptível a necessidade de conscientização dos profissionais que atuam na área e possuem contato direto com as famílias, para que os mesmos estejam instruídos e as orientem acerca do programa a que estão inseridas, bem como a sua finalidade, uma vez em que existem inúmeras situações onde apenas os indivíduos são culpabilizados.

É importante ressaltar ainda a omissão estatal para com os sujeitos, a partir da ineficiência na concessão de políticas públicas capazes de sanar e/ou amenizar as problemáticas existentes, bem como retardando e até mesmo privando a autonomia dos sujeitos e consequente garantia de direitos. Além disso, é necessário pontuar acerca do enorme decréscimo no que diz respeito aos investimentos destinados às políticas sociais, que têm afetado os cidadãos de modo direto.

Em suma, tem-se que a discussão não pode ser encerrada a partir deste trabalho, mas existem muitas outras problematizações correlacionadas que merecem ser expostas e analisadas, visto que a atual conjuntura tem sido preocupante e requer um olhar crítico da realidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabrício Fontes de. **A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira**. Serviço Social em Revista, v. 13, n.2, p. 19-44, jan.jun. 2011. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8110/9118> Acesso em: 05 de abril de 2018.

BATISTA, Jéssica Maria de Lira. **Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Teixeira-PB:** formas de sobrevivência frente ao bloqueio do benefício por descumprimento de condicionalidade na área da Educação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdades Integradas de Patos, Patos, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/abril/mds-repassa-r-2-4-bilhoes-aos-beneficiarios-do-bolsa-familia-em-abril>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito social e assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

LEMOS, Lorena Torres de; RIBEIRO, Marciele Vieira. **As estratégias de manutenção das famílias durante o bloqueio do Programa Bolsa Família devido descumprimento de condicionalidades**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MERCADANTE, A. **Brasil:** Primeiro Tempo – análise comparativa do Governo Lula. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social:** Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: n. 112, p. 729-753 , out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/07.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

REGO, Walkíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** Autonomia, dinheiro e cidadania. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANINI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda.São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. da S. e; LIMA, V. F. S. de A. **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania:** a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2010: o estado da arte das dissertações de mestrado vinculado à área de Política Social

Lucicleide Cândido dos Santos[1]
Angela Kaline da Silva Santos[2]
Bernadete de Lourdes Figueiredo De Almeida[3]

RESUMO: Este artigo objetiva-se analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Politica Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 1982 a 2010. O percurso histórico brasileiro dessas três décadas, contextualizadas pelos influxos da crise do capitalismo em meados da década de 1970, corresponde aos "trintas anos perversos" (1980 – 2010). Essas determinações macrossocietárias infletem sobre o Serviço Social, materializadas na produção do conhecimento. Em termos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização do estado da arte para mapeamento analítico das tendências que tipificam o universo das dissertações investigadas, com uso de instrumentos e técnicas quanti-qualitativas de coleta e de análise dos dados. Os resultados atestam que à área de concentração da Política Social compõem 78,2 (183) das dissertações de mestrado defendidas, tendo prevalência nas produções do PPGSS/UFPB em relação à área de concentração Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social com 21,7% (51). Revelando, assim, um interesse investigativo dos assistentes sociais em entender a realidade a qual estão inseridos em seus campos de atuação.

Palavras – chave: Produção do conhecimento; Serviço Social; Política Social.

ABSTRACT:

His article aims to analyze the Master's dissertations related to the Social Policy area, defended in the PPGSS / UFPB from 1982 to 2010. The Brazilian historical trajectory of these three decades, contextualized by the influxes of the crisis of capitalism in the mid-1970s , corresponds to the "perverse years" (1980 - 2010). These macro-social determinations influence Social Service, materialized in the production of knowledge. In methodological terms, it is characterized as a bibliographical and documentary

[1] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: Lucicleidec1@gmail.com.
[2] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: s.social.angela@gmail.com.
[3] Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: blfalmeida@uol.com.br.

research using the state of the art for analytical mapping of trends that typify the universe of dissertations investigated, using quantitative qualitative instruments and techniques of data collection and analysis. The results show that 78.2 (183) of the Master's theses defended were concentrated in the Social Policy concentration area, with a prevalence of PPGSS / UFPB in relation to the Social Work Theoretical-Practical Rationale with 21.7% (51). Thus revealing an investigative interest of the social workers in understanding the reality that they are inserted in their fields of action.

Keywords: Knowledge production; Social Service; Social Policy.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1982 a 2010. Esse universo encontra-se distribuído em 51(21,7%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 183 (78,2%) na área de Política Social. Este trabalho circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 183 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social.

A referida pesquisa objetiva a analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Politica Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 1982 a 2010. Para tanto, objetiva-se identificar e analisar as tendências e categorias temáticas que perpassam o processo de produção de conhecimento no Serviço Social a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social no período de 1982 a 2010.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho histórico-crítico marxista. Justifica-se a adoção dessa perspectiva teórico-metodológica não apenas por se constituir o marxismo no aporte hegemônico da produção do conhecimento do Serviço Social, como também por esse aporte que melhor elabora e fundamenta a crítica à ofensiva pós-moderna, como expressão neoconservadora.

Para analisar as dissertações, utilizou-se o estado da arte que, segundo ROMANOWSKI e ENS (2006, p. 39) as pesquisas são denominadas de estado da arte "[...] quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções".

Por se tratar da produção do conhecimento em Serviço Social, entende-se que este se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como

contexto histórico o desenvolvimento capitalista industrial, a expansão urbana e a exploração do trabalho, gerador de múltiplas contradições. Trata-se das expressões da "questão social", objeto da atuação dos assistentes sociais através das políticas sociais, que têm sido fonte de pesquisas e produção de conhecimento no Serviço Social. Mota (2013, p. 19) assevera que, "[...] as produções dirigidas às formulações de politicas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social e são reveladoras das contradições em processo que marcaram e marcam a sua existência".

A produção de conhecimento em Serviço Social brasileiro inicia-se em 1970, sobretudo, impulsionada com a criação dos Programas de Pós-Graduação. Esse processo espraia-se nos anos de 1980, consolidando-se nas décadas seguintes com a publicação das Teses e Dissertações sob a forma de livros e artigos além da criação de periódicos na área. O Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e reconhecida pela agencias de fomento à pesquisa e pós-graduação, como CNPq, Capes e Finep.

Sobre as produções na área de concentração de Politica Social, conforma-se como uma área em crescente expansão, especialmente ao articular essa temática ao âmbito da intervenção profissional, conforme explicita Mioto e Nogueira. (2013, p.62)

> Com referência a intervenção profissional, observa-se que a inclusão da política social no debate da profissão permitiu situar mais concretamente os seus objetivos na sociedade capitalista. Pôde-se sobrepor, no campo da intervenção, a questão do "por que fazer" à do "como fazer". Com o aprofundamento da investigação sobre a interrelação política social e Serviço Social nas bases da teoria social crítica, pôde-se avançar o conhecimento em direção ao "para que fazer".

2. CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: um olhar das tendências a partir da Ditadura Militar

A ditadura militar (1964 – 1985) expande a cobertura da política social no Brasil, numa dinâmica de expansão dos direitos sociais e restrição dos direitos civis e políticas, caracterizada como um processo de modernização conservadora. Tendo um sistema dual de políticas sociais: pública e privada. Esse é o período de crescimento econômico, o chamado "milagre brasileiro", com a introdução da produção em massa de bens de consumo duráveis, que vinha acontecendo desde 1955, para um consumo de massa restrito. Behring e Boschetti (2011, p. 135) elucidam que,

> apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para diante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados "anos de ouro".

A partir de 1974, apresentam-se os primeiros sinais de esgotamento da ditadura militar, e os anos pós-74 são marcados por uma abertura lenta e gradual do regime no caminho para uma transição democrática. Esse se torna o contexto que marcará os anos de 1980, um período de conquistas democráticas, mas também conhecido como a "década perdida" do ponto de vista econômico, por conta da crise do endividamento externo, que marca os países da América Latina, causando um empobrecimento generalizado, crises dos serviços públicos por conta do aumento da demanda e desemprego, além de um processo altamente inflacionário.

> A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.144).

Na Nova República (1985/1989), instaurada logo após a ditadura militar, as políticas sociais mantêm a característica compensatória, seletiva, fragmentada, marcada por iniciativas baixas no enfrentamento da "questão social". Um exemplo é o Programa do Leite, que foi criado durante o governo Sarney, deixando de implementar propostas de reestruturação das políticas públicas. Esse período é pautado por um grande debate acerca do desenho institucional das políticas publicas. Tendo destaque o Movimento de Reforma Sanitária, que influenciou a Assembleia Constituinte no processo do redesenho da Política Social da Saúde. O texto constitucional foi aprovado em outubro de 1988 e "[...] o complexo da seguridade social foi o que apresentou maiores avanços legais, considerando as tentativas de integrar os sistemas de saúde, previdência e assistência social". (POCHMANN, 2004, p.88).

A vitória de Fernando Collor de Melo na primeira disputa presidencial direta em 1989 após o regime militar, marca a implementação dos ajustes neoliberais no Estado brasileiro. Todavia, esse processo é intensificado a partir de 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que ratificou a confrarreforma do Estado.

Enquanto um conjunto de ideias conservadoras, o neoliberalismo, expande a liberdade e expansão do mercado, diminui o tamanho Estado, e aprofunda as desigualdades sociais. O

Estado com vistas a contribuir com os interesses do capital cada vez mais passa a prosseguir no movimento de desresponsabilizarão social sob o discurso de que a implementação de Políticas Públicas ocorre de forma ineficiente, passando a legitimar as organizações da sociedade civil na gestão dos Programas de Proteção Social.

Em resumo, nos anos de 1990, as Políticas Sociais tornam-se privatizadas, focalizadas, seletivas e descentralizadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) em um contexto em que crescem as demandas sociais em face do aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.

O novo desenvolvimentismo surge no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento. As diretrizes estratégicas do neodesenvolvimentismo são o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Alinhado a esse processo, os anos 2000 em toda América Latina vivenciaram a acessão dos governos ditos progressistas.

No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder central significou um marco histórico para o país, onde um ex-operário alcança a presidência. Essa ascensão de Lula ao poder central se inscreve num momento de retrocesso da organização da classe trabalhadora, e contou com alianças políticas que representam interesses diferentes. Esse governo continua com posições que reafirmam o processo ocorrido durante o governo FHC, segundo Cantalice,

> A defesa da estabilidade econômica, o compromisso do orçamento com a sustentação dos liames do capital financeiro e, por outro lado, apesar do alarme midiático do governo acerca do gasto na área social com suas políticas compensatórias, os registros do parco investimento direto em políticas sociais demonstram nitidamente a direção político-econômica desse governo. (2009, p. 10).

A marca das políticas sociais nesse período são a fragmentação, a seletividade e a centralidade da intervenção da extrema pobreza, mesmo com os avanços na proteção social com a Constituição Federal de 1988, e por alguns estatutos e legislações sociais. O que começou com FHC, foi intensificado com Lula, tendo como carro chefe de seu governo o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Nos governos petistas, o discurso adotado expressa a união entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social como mecanismo de enfrentamento das expressões da "questão social". Embasa-se na expansão do emprego e, em decorrência, a expansão do

consumo. Assim, ao passo que os governos petistas investiam na economia e na livre circulação do mercado, tentaram promover programas sociais, com destaque os programas de transferência de renda, conferindo centralidade à Política de Assistência Social, cuja Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 traz uma nova arquitetura e organização para essa política e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse contexto, as demais políticas sociais tornam-se alvos de transformações que as colocam como produto mercantil do capital, por meio das privatizações institucionais desde a década de 1990 e intensificadas nos anos 2000, como o sucateamento da educação básica e a privatização do ensino superior.

No item seguinte, passa-se a analisar os dados das dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social durante os anos de 1982 a 2010.

2. ANÁLISES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DE POLITICA SOCIAL DO PPGSS NOS ANOS DE 1982 A 2010

A primeira Tabela, a seguir, traz os dados gerais referentes às dissertações de Mestrado Acadêmico, vinculadas às duas áreas de concentração: Fundamentos Teóricos – Prático do Serviço Social e Política Social, defendidas durante os anos de 1982 a 2010 no PPGSS/UFPB.

Tabela 1 - Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nas áreas de concentração Fundamentação teórico-prática do Serviço Social e Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Área de Concentração	Anos 80		Anos 90		Anos 2000*		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Fundamentação Teórico-prática	11	**37,9**	15	**22,4**	25	**18,1**	51	**21,7**
Política Social	18	**62,1**	52	**77,6**	113	**81,8**	183	**78,2**
Total	29	**100**	67	**100**	138	**100**	34	**100**

* Nota: os anos 2000 correspondem às obras defendidas nos 2000 até 2010.

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 a 2010.

Conforme demonstra os dados da tabela 1, verifica-se a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) dissertações defendidas, e consequentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico – Prático do Serviço Social. Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPB expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se.

Essa aproximação do processo do conhecimento em Serviço Social no campo das Políticas Sociais contribui para o amadurecimento intelectual e metodológico dos assistentes sociais frente às múltiplas expressões da "questão social" que se apresentam durante as três décadas contempladas nesta pesquisa, perpassadas pelas mudanças e transformações que a sociedade tardo-burguesa sofre, repercutindo na reprodução da vida social e trazendo novas temáticas para a profissão.

De acordo com o procedimento metodológico do estado da arte, adotou-se a utilização de dois indicadores analíticos, a saber: a) os indicadores referentes à área do conhecimento; b) e os indicadores temáticos derivados dos objetos de estudo.

2.1 Indicadores Áreas do Conhecimento

Esse indicador é analisado a partir dos campos das Políticas Sociais.

Tabela 2 – Frequência de ocorrências dos campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado, vinculadas à Área Politica Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Campos da Política Social	**Anos 80**		**Anos 90**		**Anos 2000**		**Total**	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Política da Saúde	01	**5,5**	05	**9,6**	23	**20,3**	29	**15,8**
Política da Criança e Adolescente	-	-	10	**19,2**	17	**15**	27	**14,7**
Política da Assistência Social	-	-	07	**13,4**	18	**15,9**	25	**13,6**
Política da Educação	03	**37,5**	07	**13,4**	09	**7,9**	19	**10,3**
Políticas Agrárias	02	**11,1**	10	**19,2**	04	**3,5**	16	**8,7**
Política da Habitação	04	**22,2**	03	**5,7**	01	**0,8**	08	**4,3**
Política da Pessoa Idosa	-	-	-	-	08	**07**	08	**4,3**
Política da Pessoa com Deficiência	-	-	-	-	07	**6,1**	07	**3,8**

Política de Saúde Mental	-	-	01	**1,9**	05	**4,4**	06	**3,2**
Política Social	03	**16,6**	01	**1,9**	01	**0,8**	05	**2,7**
Política sobre Drogas	-	-	-	-	04	**3,5**	04	**2,1**
Política para a Família	-	-	-	-	03	**2,6**	03	**1,6**
Política de Saúde do Trabalhador	01	**5,5**	01	**1,9**	01	**0,8**	03	**1,6**
Política da Previdência	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política da Segurança Pública	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política para Mulher	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política para Juventude	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política Cultural	-	-	01	**1,9**	-	-	01	**0,5**
Não Identificado	03	**16,6**	06	**11,5**	08	**07**	17	**9,2**
Total	18	**100**	52	**100**	113	**100**	183	**100**

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Na Tabela 2 analisam-se os campos de atuação da Política Social, pesquisados no PPGSS/UFPB. Com a maior incidência, destaca-se a Politica de Saúde com o total de 15,8% (28) obras, sendo: em 1980, uma dissertação defendida; nos anos de 1990, são 05; e nos anos de 2000 há um crescimento considerável com a defesa de 23 dissertações. Em seguida, aponta-se Política da Criança e Adolescente com um total de 14,7% (27), sendo que: não há dissertação defendida nos anos de 1980; nos anos de 1990, foram 10; e, na década de 2000, com 17. Seguidamente, tem-se a Politica de Assistência Social com o total de 25, sem nenhuma incidência anos de 1980; nos anos de 1990 com 07 dissertações; e anos 2000, com 18, constatando o crescimento dessa Política, principalmente na Era Lulista com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. A seguir, a Politica de Educação com um total de 19, sendo 03 nos anos 1980; 07 nos anos de 1990; e 09 dissertações defendidas nos anos 2000.

Logo após, tem-se o campo das Políticas Agrárias com um total de 16 dissertações, sendo: 02 na década de 1980; nos anos de 1990 há um crescimento com 10 obras; e anos 2000 essa incidência diminui drasticamente com 04 dissertações defendidas. Em seguida, cita-se a Política de Habitação com um total de 08 dissertações, com maior incidência dos anos de 1980 com 04 dissertações; nos anos de 1990, essa incidência diminui para 03; e nos anos 2000 com apenas 01 dissertação defendida. A Politica para a Pessoa Idosa indica um total de 08 dissertações defendidas apenas nos anos 2000, portanto, sem nenhuma incidência nos anos de 1980 e 1990. A seguir, a Politica da Pessoa Com Deficiência com 07 dissertações defendidas apenas nos anos 2000. A Politica da Saúde Mental apresenta um total de 06 dissertações defendidas, sendo 01 na década de 1990; e 05 nos anos 2000.

Em seguida, registra-se o foco investigativo na Politica Social com 05 dissertações que trazem uma discussão mais geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. Nos anos de 1980, incide 03; tem-se uma diminuição nos anos 1990 com apenas uma; e também uma dissertação nos anos 2000.

As políticas com menor incidência são: Politica Sobre Drogas 2,1% (04) obras; a Politica para a Família com 1,6% (03); a Política de Saúde do Trabalhador também conta com 1,6% (03); com 0,5% (01) dissertação cada uma das seguintes políticas: a Politica da Previdência, Politica de Segurança Pública, Politica para a Mulher, a Politica para a Juventude e a Politica Cultural. Registra-se 17 dissertações defendidas em que não foi possível identificar o campo da Politica Social.

As politicas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

2.2 Indicadores Temáticos

Esse indicador passa a ser investigado à luz das temáticas que perpassam a análise das Dissertações defendidas sobre as Políticas Sociais.

Tabela 3 - Frequência de Ocorrências das categorias temáticas analisadas nas Dissertações de Mestrado vinculadas à área Politica Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Categorias Temáticas	**Anos 80**		**Anos 90**		**Anos 2000**		**Total**	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Gestão / Avaliação	01	**5,5**	04	**7,6**	20	**17,6**	25	**13,6**
Trabalho	01	**5,5**	07	**13,4**	15	**13,2**	23	**12,5**
Assistência (Termo amplo)	-	-	11	**21,1**	10	**8,8**	21	**11,4**
Gênero	01	**5,5**	05	**9,6**	11	**9,7**	17	**9,2**
Movimentos Sociais	07	**38,8**	08	**15,3**	-	-	15	**8,1**
Saúde	-	-	02	**3,8**	06	**5,3**	08	**4,3**
Questão Social	01	**5,5**	-	-	06	**5,3**	07	**3,8**
Inclusão Social	-	-	-	-	07	**6,1**	07	**3,8**
Proteção Social	-	-	-	-	07	**6,1**	07	**3,8**
Criança e Adolescente	-	-	01	**1,9**	05	**4,4**	06	**3,2**
Estado e Sociedade Civil	02	**11,1**	03	**5,7**	01	**0,8**	06	**3,2**
Terceiro Setor	-		-	-	05	**4,4**	05	**2,7**

Família	-		-	-	04	**3,5**	04	**2,1**
Questão agrária	-		03	**5,7**	01	**0,8**	04	**2,1**
Sindicalismo	01	**5,5**	02	**3,8**	-	-	03	**1,6**
Educação	-		02	**3,8**	01	**0,8**	03	**1,6**
Juventude	-		-	-	03	**2,6**	03	**1,6**
Pobreza	-		-	-	02	**1,7**	02	**01**
Preconceito	-		-	-	02	**1,7**	02	**01**
Desenvolvimento Rural	02	**11,1**	-	-	-	-	02	**01**
Violência	01	**5,5**	-	-	-	-	01	**0,5**
Religião	-	-	01	**1,9**	-	-	01	**0,5**
Psicologia	-	-	01	**1,9**	-	-	01	**0,5**
Segurança Pública	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Seguridade Social	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Não Identificado	01	**5,5**	02	**3,8**	05	**4,4**	09	**4,9**
Total	18	**100**	52	**100**	113	**100**	183	**100**

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

A análise dos resultados da Tabela 3 demonstra as categorias temáticas abordadas nas dissertações, derivadas de subáreas das Politicas Sociais. Os dados indicam que a maior incidência recai na temática gestão/avaliação com o total de 13,6% (26) dissertações, sendo: 01 nos anos de 1980; 07 nos anos de 1990; e 20 nos anos 2000, sendo esse crescimento explicado pelo processo de descentralização que as politicas sociais passam após a Constituição Federal, principalmente a Politica de Saúde e Assistência Social. Em seguida, destaca-se a temática trabalho com um total de 12,5% (23) dissertações, tendo: 01 incidência nos anos de 1980; aumentando significativamente nos anos de 1990 com 07; e nos anos 2000 aumenta a incidência para 15 dissertações. Logo após, observa-se a temática da assistência (nas subáreas, como assistência estudantil, assistência ao idoso, etc.) com o total de 11,4% (21), não tendo registro na década de 80; nos anos de 1990 apresenta 11 dissertações; e nos anos 2000 com 10 obras.

Em sequência, destacam-se as dissertações que analisam a temática gênero. Os objetos dessa temática tratam da percepção da mulher na sociedade, saúde da mulher, masculinidade, criança e adolescentes e relações de gênero, etc. com um total de 9,2% (17) de incidências, sendo: nos anos de 1980 com 01 dissertação; 05 nos anos 1990; e de 11 nos anos 2000. A seguir, anota-se a temática movimentos sociais com um total de 8,1% (15) das dissertações. Conforma-se como uma temática que se expressa, sobretudo nos anos de 1980 com 07 dissertações por ser esses anos o contexto em que "[...] reaparecem no cenário político forças sociais que recuperam os espaços vedados a partir de 64 e se expressam através dos movimentos sociais urbanos e rurais [...]" (SPOSATI et al, 1998, p. 21); em 1990, permanece ainda essa tendência com 08; contudo, não se apresenta mais nos anos 2000. Em seguida, mostra-se a temática saúde

com um total de 4,3% (08) dissertações; não se apresentando nos anos de 1980; nos anos 1990 com 02; e nos anos 2000 aumenta para 06 dissertações defendidas.

Em sequência, inscreve-se a temática questão social com um total de 3,8% (07) "[...] cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social" (IAMAMOTO, 1997, p. 14), tendo: uma incidência nos anos 1980; sem incidência nos anos 1990 e aumenta com 06 nos anos 2000. Com o mesmo total de 3,8% (7) inventaria-se a temática inclusão social e proteção social, com incidência apenas nos aos 2000 com 6,1% (07).

Quando as demais temáticas identificam-se: Criança e Adolescente/ Estado e Sociedade Civil com 3,2% (07); Terceiro Setor com 2,7% (05); Família/ Questão Agrária / Sindicalismo/ Educação/ Juventude com 1,6% (03); Pobreza/ Preconceito/ Desenvolvimento Rural com 1% (02); Violência/ Religião/ Psicologia/ Segurança Pública/ Seguridade Social com 0,5% (01). E destaca-se um percentual de 4,8% (09) de dissertações cujas temáticas não foram identificadas.

As temáticas estudadas e investigadas sofrem alterações conforme as determinações conjunturais, pois, cada época produz suas categorias temáticas de acordo com a dinâmica da sociedade (KOWARICK, 1995).

3. CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, constata-se que a produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas, a partir do surgimento dos programas de pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

No tocante ao PPGSS/UFPB pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Verificou-se o crescimento das dissertações de mestrado vinculadas à área de concentração da Política Social. Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos das três décadas contempladas nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços ocupacionais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro:** as teses da crise, da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *In*: **Debate** n. 6. Fortaleza: CRESS–CE, 1997.

KOWARICK, Lucio. "Investigação Urbana e Sociedade". *In*: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter. (Orgs.) **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *In*: **Revista Katálysis**, Florianópolis v.16 nº.esp. p.61-71, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *In:* **Diálogo Educacional** - Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98 (Acesso em 11/08/2017).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** uma questão em análise. – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

DEMOCRACIA E ESTADO NO BRASIL: considerações após o golpe de 2016 e seus impactos no Serviço Social com o avanço (neo)conservador / (neo)liberal

Clairí Madai Zaleski Rebuá[1]

RESUMO

A partir de uma abordagem teórico-analítica a respeito da democracia no Brasil e o papel do Estado, trataremos do impacto da conjuntura pós golpe de 2016 no Serviço Social, tendo como cerne de nosso problema, o debate sobre a democracia que estamos vivenciando e os porquês a respeito do processo democrático tendencioso e articulado ao regime capitalista neoliberal. Valendo-nos metodologicamente da análise qualitativa e da pesquisa bibliográfica, tendo como leme o conceito de Felipe Demier: *democracia blindada*, além da contribuição teórica de autores do Serviço Social e conceitos gramscianos. As percepções mais enfáticas desse breve estudo emergem do fato que o processo democrático no Brasil se dá para atender aos interesses do Estado-burguês e suas alianças mercadológicas, funciona como um mecanismo hegemônico para manutenção do poder das elites capitalistas. A democracia blindada instaurada como um sistema político viabilizador de pautas neoliberais se difere potencialmente da democracia popular, esta, tornaria os sujeitos individuais em sujeitos públicos com responsabilidades coletivas, viabilizando a construção de uma comunidade social ético-política baseada em princípios de direitos e igualdade. A conjuntura pós golpe de 2016, revela um cenário de retrocessos e ataque aos direitos sociais, num processo célere de desmonte e ruína de políticas públicas sociais afetando diretamente a atuação dos assistentes sociais nos espaços socio-ocupacionais. Como estratégia de enfrentamento se dá a organização da categoria em contínuos debates teóricos na produção científica consciente e sobretudo em estratégias que levem esses recursos aos espaços socio-ocupacionais e aos usuários.

Palavras-chave: Democracia; Estado; Golpe; Direitos Sociais.

ABSTRACT

Based on a theoretical-analytical approach to democracy in Brazil and the role of the State, we will deal with the impact of the post-coup crisis of 2016 on Social Service, having as its core problem

[1] Assistente Social graduada pela Unian – Niterói - RJ.

the debate about democracy we are experiencing and the why about the tendentious and articulated democratic process to the neoliberal capitalist regime. Methodologically we value the qualitative analysis and the bibliographical research, having as helm the concept of Felipe Demier: *armored democracy*, besides the theoretical contribution of authors of the Social Service and Gramsci concepts. The more emphatic insights of this brief study emerge from the fact that the democratic process in Brazil is given to serve the interests of the bourgeois state and its market alliances, it functions as a hegemonic mechanism for maintaining the power of the capitalist elites. The armored democracy established as a political system capable of neoliberal guidelines differs potentially from popular democracy, it would make individual subjects into public subjects with collective responsibilities, making possible the construction of an ethical-political social community based on principles of rights and equality. The post-coup crisis of 2016 reveals a scenario of setbacks and attacks on social rights, in a rapid process of dismantling and ruining social public policies directly affecting the performance of social workers in socio-occupational spaces. As a coping strategy, the organization of the category in continuous theoretical debates in the conscious scientific production and above all in strategies that take these resources to the socio-occupational spaces and to the users.

Keywords: Democracy; State; Coup; Social rights.

1. INTRODUÇÃO

> A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.
> [Eduardo Galeano citando Fernando Birri]

Antes de qualquer tentativa de análise conjuntural do cenário político brasileiro, principalmente quando se trata de profissionais do Serviço Social, há que se avaliar e refletir sobre nossa capacidade de vislumbre da utopia[2] e energia para a revolução[3], para além da carga poética desses termos. A fim de que não sejamos tomados pelo pessimismo e que não caiamos em análises e reflexões prolixas, tristonhas e fatalistas talvez seja essencial que nossos artigos

[2] Trata-se do uso do termo para designar vislumbre de uma nova ordem social que priorize a equidade.
[3] Procuraremos substituir o termo "luta" por revolução, esta no sentido de mudança onde todos os esforços se encaminhem para alterações estruturais e profundas, dadas as circunstâncias conjunturais.

se vistam de luta, que nossa caminhada seja com os olhos na utopia e que a revolução esteja presente nos espaços socio-ocupacionais[4] em que atuamos.

Nossa intenção nessa abordagem é refletir sobre o papel do Estado, analisar a experiência democrática no Brasil, debater os impactos da conjuntura no Serviço Social. Num contexto de desmonte de direitos sociais, repressão às manifestações e decisões afastadas de consulta popular, é fundamental debater que democracia é essa que estamos vivenciando e porquê o processo democrático é tendencioso e articulado ao regime capitalista neoliberal?

Utilizaremos como aparato metodológico a pesquisa bibliográfica qualitativa sobretudo reflexões da obra "Depois do Golpe - A dialética da democracia blindada no Brasil" (DEMIER, 2017) nos valendo do conceito de *democracia blindada*. Além de conceitos gramscianos e abordagem teórica de autores do Serviço Social.

Como aponta Behring (2017), a crise brasileira em curso abarca uma forma de reprivatização do Estado pela burguesia e suas faces do capital portador de juros. O Estado burguês encorpa-se para implementar medidas regressivas, além de expansão se sua face penal, encarceramento e criminalização, sobretudo de negros e pobres, criminalização de movimentos sociais. Demier (2017), atenta para a transição brasileira da ditadura militar para a democracia liberal, com forte influência neoliberal, mas matizada com aspectos reformistas expressos na Constituição Federal de 1988, destacando alguns direitos sociais, além da construção de importantes instrumentos de luta para os trabalhadores como a ascensão de movimentos sociais.

A agenda neoliberal vai se consolidando no Brasil, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PT chega ao poder e mantém tal agenda com algumas mudanças importantes, mas que não se caracterizam efetivamente como rupturas. Demier destaca que diante da crise do capital a burguesia brasileira abandona o projeto petista. "Tudo isso foi incrementado com o discurso da judicialização e criminalização das lutas sociais com o suporte da mídia" (BEHRING *apud* DEMIER, 2017, p. 12).

É fato que a democracia enquanto regime político apresenta fortes contradições dentro do sistema capitalista que a democracia que experimentamos limita-se a um processo com demasiada influência do mercado e tendência de privilégios. O Estado nesse contexto, age em consonância com os interesses do capital, parafraseando Marx em famosa citação que associa o Estado burguês a um comitê de negócios.

[4] São os espaços onde atuam profissionalmente os assistentes sociais, podem variar de acordo com o contexto social, criação ou extinção de políticas públicas.

> Autores como Trotsky e Gramsci procuraram analisar a democracia liberal a partir de uma discussão acerca das formas assumidas pela dominação de classe exercida pelo Estado capitalista, as quais se expressariam em diferentes regimes políticos que, em dosagens variadas, fariam sempre uso de elementos de repressão, concessões (reformas) e ideologia – em linguagem gramsciana, todos os regimes lançariam mão, com teores distintos dos elementos de consenso e coerção . em todos esses regimes, o Estado seria, essencialmente um Estado de classe. A democracia seria, portanto, uma forma assumida por esse Estado de classe e, por conseguinte, seria um regime de classe (DEMIER, 2017, p. 25).

Nesses termos, podemos considerar que uma plenitude democrática só seria possível em outra ordem social onde direitos igualitários fossem prioridade. A democracia como se apresenta hoje acaba por representar uma nova forma de dominação política. Nesse cenário, o avanço do neoconservadorismo ganha cores vivas no golpe de 2016 onde inúmeros retrocessos se apresentam a partir do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

De acordo com Zaleski (2017) os moldes neoconservadores e neoliberais representam ataque aos direitos, destruição gradativa sobretudo de saúde, educação, direito à cidade. Um mergulho profundo em pautas conservadoras contra jovens, negros, mulheres, imigrantes e LGBTs encontra reverberação na sociedade com o apoio da mídia, numa difusão de preconceito e ódio de classe.

Tal situação requer atenção do Serviço Social uma vez que o ataque às políticas sociais representa influência direta no modo de agir profissional do assistente social, o desmonte dos equipamentos de atendimento aos usuários, o corte de verbas, descaso com a assistência social entre outros retrocessos. Todo este cenário faz emergir o debate e as estratégias de enfrentamento, que abordaremos nesse texto na tentativa de levar a luz do debate teórico para os caminhos, hoje obscuros da prática profissional.

2. O PAPEL DO ESTADO

A concepção gramsciana de Estado Ampliado, de acordo com nosso entendimento, ajuda a elucidar a maneira como articula-se o processo político e democrático, trazendo mais clareza ao tratar do comportamento estatal suas alianças e posturas. Para Gramsci (2007), o Estado define-se ao se afirmar sob inclusão de elementos que remetem à noção de sociedade civil. O Estado seria a soma dialética de sociedade política com a sociedade civil:

> Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Nesses termos, para Acanda (2006), a sociedade civil em Gramsci é a arena privilegiada da luta de classes. É o terreno onde ocorre a luta pelo poder ideológico, a disputa pelo consenso, a essência da hegemonia. Trata-se de um momento do Estado e também do mercado, onde esferas da sociedade política e da sociedade civil se interpenetram.

De acordo Coutinho (2007) a sociedade civil emerge no processo de socialização da política (Séc. XIX), quando o voto e a associação de grupos subalternos ampliam o espectro da política. Nesse sentido, outros podem fazer política, ampliando assim o Estado restrito (Liberal ou Absolutista). A sociedade civil é composta pelos aparelhos privados de hegemonia, chamados assim porque a adesão a eles é voluntária. De acordo com Bianchi (2015), a sociedade política abarca o Estado no sentido restrito, o equipamento governamental responsável pela administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem. Seus organismos são chamados de aparelhos repressivos de Estado – o aparato policial militar e a burocracia executiva.

A categoria gramsciana de hegemonia, entendida como a articulação da coerção e do consenso, compreende contínuas e sensíveis negociações, acordos, renúncias, concessões por parte dos grupos dirigentes que almejam a hegemonia. Portanto, para o alcance do consenso não se pode desconsiderar os “de baixo”. A hegemonia é um processo histórico lastreado sempre por um equilíbrio instável/estável de forças, uma vez que nunca é algo integral. Vale ressaltar que não há hegemonia se a liderança ideológico/cultural de uma classe não se dá de maneira consensual, ou seja, se não possui sustentação e é legitimada no modo de pensar dos indivíduos.

A intenção de uma “abertura” democrática se deu para sustentar a hegemonia do capital, e todas as artimanhas ideológicas se articulam nesse sentido para o alcance do consenso, mantendo os interesses capital/mercadológicos da democracia liberal.

3. A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO BRASIL

Buscaremos elucidar o processo democrático no Brasil e a edificação neoliberal intrínseca a ele, nos valendo do conceito trabalhado por Felipe Demier o qual nomeia *democracia blindada.* Na perspectiva do autor, juntamente com o projeto neoliberal elaborado na década de 1970, amadurecido na de 1980 e mais amplamente implementado nas décadas de 1990 e 2000, elaboram-se e implementam-se as democracias liberais, processos aquém de participação popular.

Na Europa e Estados Unidos elaborava-se a construção da democracia liberal com intuito de reduzir gastos públicos e abrir espaço para investimentos ao capital por meio de privatizações e mercantililização dos serviços sociais. Na América Latina ditatorial começam a se efetivar mudanças nos sistemas políticos a fim de implementar democracias de cunho restrito. "Desse modo, as cúpulas dirigentes dos regimes ditatorial-militares deveriam, elas mesmas, iniciar e conduzir de forma gradual transições políticas que permitissem a construção de regimes democráticos – liberais" (Ibidem, p. 54).

No cenário brasileiro os dirigentes da ditadura militar começaram também a considerar uma transição controlada para uma democracia restrita, ainda sob o atroz governo do general Médici (1969-1974). Esse formato político mostrava-se ideal para atender ao mercado capital multinacional. Os sucessivos governos ditatoriais foram evidenciando essa liberação política.

A reorganização da classe trabalhadora através de um novo sindicalismo, a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores em 1983, e em 1984 a criação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra reavivou a sociedade civil, "o que se expressou pela proliferação dos aparelhos privados de hegemonia[5], tanto no campo das classes dominantes, quanto no das dominadas" (DEMIER, 2017, p. 57).

A partir das demandas populares o projeto de construção desse regime "democrático" baseado nas maiorias eleitorais conservadoras, não conseguiu sua plenitude, e a Constituição Federal de 1988 retrata em seu conteúdo uma mistura de aspectos progressistas e conservadores, revelando as contradições desse momento histórico brasileiro.

Os governos que sucederam mantiveram em curso a construção do regime político democrático-liberal que apesar de baseados na democracia blindada tinham que "lidar" com expedientes reformistas os quais se esforçavam para remover rapidamente para formatar a

[5] Os aparelhos privados de hegemonia são as organizações materiais que compõem a sociedade civil moderna, são chamados de privados porque a adesão a eles é voluntária e para distingui-los da esfera pública do Estado.

política brasileira aos padrões de acumulação capitalista. O regime democrático burguês se intensifica ao longo da década de 1990 sob a égide neoliberal.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a estrutura do Estado brasileiro adequa-se mais incisivamente ao modelo neoliberal, juntamente com mudanças nos setores representativos do movimento popular, os quais abandonam suas propostas reformistas e combativas às políticas neoliberais. A CUT e o PT revelam traços de mudança e abandono de seu projeto.

> Foram aderindo progressivamente à lógica que embasava a plataforma política das socialdemocracias europeias a partir dos anos 1980 na qual a defesa de uma regulação social do capitalismo por meio, entre outros aspectos, de direitos sociais universais, deu lugar à defesa de contrarreformas cujos resultados deveriam ser amainados por meio da expansão de políticas sociais focalizadas (Ibidem, p. 61-62).

Ao chegar ao poder, com Lula da Silva, o PT investe em algumas políticas contra a desigualdade, e alcança avanços significativos, porém, atua sobretudo com medidas sociais compensatórias dando vez a um projeto de "concertação social" em detrimento de um projeto de pacto social verdadeiramente. Para Demier, esse contexto contribui fortemente para a blindagem do regime democrático-liberal no Brasil, cada vez mais resistente às pressões populares.

4. IMPACTOS DA CONJUNTURA NO SERVIÇO SOCIAL

> Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles.
> — Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada dos textos que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos.
> [Machado de Assis]

Como apontam Alcoforado; Ramos (2018), as mudanças peculiares à dinâmica capitalista atingem para além do mundo do trabalho e seus sujeitos; refletem diretamente em definições quanto ao papel do Estado nas políticas sociais "exigindo novos perfis de trabalhadores, novas requisições e demandas ao mundo do trabalho para a formação e o exercício profissional do assistente social" (Idem, p. 66).

A partir do golpe de 2016, percebemos em velocidade recorde uma série de medidas que impactaram diretamente nas políticas sociais e no trabalho do assistente social, incluindo

extinção de equipamentos e retirada de verbas arbitrariamente, como os vermes citados na epígrafe, começaram a roer.

Na tentativa de esclarecer as artimanhas políticas do golpe Demier (2017), atenta para o fato que a direita brasileira, sobretudo o PSDB, percebe na crise econômica uma chance de retomar o poder e ser novamente protagonista da titularidade da classe dominante. Dedicou-se a criar cenários de instabilidade política onde se tornava inviável a reversão da crise econômica, diga-se: a alta lucratividade do capital. A retirada do PT do poder tornou-se necessária para a burguesia retornar à tranquilidade política. Volta-se então à pequena política[6] com prioridade econômica e lixo para o social.

O governo Temer através do PMDB (atual MDB), instaura um tempo de contrarreformas e ajuste fiscal da forma mais rápida possível. Uma máquina de retirada de direitos com a face nada constrangida da democracia blindada.

> A democracia liberal brasileira se converte, finalmente, num arranjo político voltado centralmente para a retirada de direitos democráticos. Sem nunca ter gozado de suas virtudes, a democracia brasileira compartilha de todos os males das democracias europeias do tempo presente, as quais, desde os anos de 1980, se esmeram em concretizar o histórico projeto liberal de apartar a *demos*, blindando as instituições do regime diante da pressão e participação populares (DEMIER, 2017, p. 98).

Os direitos sociais previstos em Lei no Brasil são natimortos, o modo democrático brasileiro os atinge fatalmente ainda no útero Constitucional, sendo inúmeros esforços para matar o que ainda não nasceu. A dimensão social do texto Constitucional se faz o pior inimigo do Estado-burguês-capitalista que dissipou os vislumbres de igualdade social mais agressivamente após o golpe.

No intuito de aprovação das pautas neoliberais, se avança num movimento social destrutivo de preconceito e opressão reacendendo e reafirmando machismo, racismo, homofobia, militarismo e apolitismo. Temperado com um ódio de classe advindo de uma burguesia amargamente afastada do povo.

> Por meio de todos os poderes do Estado, os direitos democráticos são atacados evidenciando uma amálgama entre uma plataforma economicamente

[6] Nos termos de Antonio Gramsci, enquanto a grande política assume como horizonte "a fundação de um novo Estado" e a "luta pela defesa e conservação de uma determinada estrutura social e política", expressando ao nível da política uma nova visão de mundo, a pequena política reduz os conflitos às escaramuças parlamentares e às lutas pelo predomínio "no interior de uma estrutura já estabelecida". BIANCHI, Álvaro. "Hegemonia da pequena política: uma fórmula errada que deu certo", 2015, *Blog Junho.* Disponível em: http://blogjunho.com.br/hegemonia-da-pequena-politica-uma-formula-errada-que-deu-certo. Acesso em jul de 2018.

> neoliberal, politicamente reacionária, e profundamente conservadora no âmbito comportamental. Depois que o sufrágio universal foi devidamente cassado, os gastos com Saúde e Educação devem ser congelados, os salários rebaixados, a idade para a aposentadoria aumentada, a jornada de trabalho expandida, o pensamento crítico censurado, as manifestações reprimidas, e o fundo público deve se converter em um patrimônio exclusivo dos rentistas e seus asseclas (Ibidem, p. 99).

O Serviço Social, desde o Movimento de Reconceituação[7] se posiciona contrário ao conservadorismo e às políticas neoliberais, afirmando seu compromisso com a classe trabalhadora mobilizando-se em seu fazer profissional em defesa dos direitos sociais. Não livre das contradições que envolvem o fato de tratar-se de um trabalhador assalariado inserido num contexto político-social de morfologia neoliberal.

Os espaços socio-ocupacionais possibilitam a atuação e a intervenção social nas mais variadas esferas com diversas estratégias de enfrentamento das mazelas sociais – seja na saúde, educação ou assistência social -, com vistas e prioridade ao acesso do usuário por meio de políticas públicas sociais. Ao experenciarmos um "desgoverno" que rói e rui os direitos sociais, mesmo os legais previstos na Constituição Federal (ainda que historicamente mambembes), percebemos a assustadora retirada da matéria prima do Serviço Social. Retração e extinção de políticas fundamentais deixam os profissionais de mãos vazias para uma atuação interventiva minimamente satisfatória.

É quase irresistível para a categoria, adoecida física e mentalmente, valer-se dos termos "luta" e "desafios", sobretudo nos artigos científicos, seminários e congressos. Não é nossa intenção de forma alguma desdenhar desses termos e do que eles representam, ao contrário, nosso intuito é elevá-los a outros patamares a fim de que se fortifiquem e materializem-se para além do debate teórico.

Há que se revolucionar em tempos de opressão à luta, e o caminho mais viável nesses tempos sombrios emerge justamente da organização da categoria num incansável debate teórico, na produção científica consciente e principalmente em estratégias que levem esses recursos aos espaços socio-ocupacionais e aos usuários. A revolução a partir do conhecimento científico moldada e articulada nas ruas para tomar o que é nosso e buscar mais, transformando luta em revolução.

[7] O Serviço Social mobiliza-se junto aos movimentos sociais e altera sua perspectiva rumo à ruptura com o conservadorismo, visando superar o autoritarismo e o psicologismo que marcaram a sua trajetória. Os Códigos de Ética são reavaliados em 1986 e 1993, adequando-se as necessidades ético-políticas e profissionais (ZALESKI, 2017, p. 49).

5. CONCLUSÃO

Diante de nossa abordagem neste artigo, podemos destacar em termos de conclusão, porém com vislumbres para um estudo continuado, que o processo democrático no Brasil atende a interesses burgueses mercadológicos apresentando uma democracia controlada e articuladora de consensos. O Estado em sentido ampliado, participa da trama enquanto gerenciador e articulador dessa complexa trama política. A compreensão desse processo aponta para estratégias de enfrentamento que exigem organização e disposição revolucionária no âmbito da classe trabalhadora.

O Serviço Social tem se deparado, após o golpe de 2016, com a dissolução acelerada dos meios de intervenção nos espaços socio-ocupacionais, extinção de direitos sociais, cortes de investimentos e abandono da assistência social. É justamente no campo dos direitos sociais, onde atuam os assistentes sociais , que o regime democrático blindado aponta sua pesada artilharia, como aponta Demier (2018). Há um avanço sobre a eliminação do "sujeito de direitos" e da igualdade, mesmo em seus sentidos meramente ideológicos, uma avalanche sobre as possibilidades de cidadania concreta e gozo de direitos efetivamente.

Os pilares de esperança se edificam na possibilidade de organizar-se para recriar o processo democrático em novas bases. De acordo com Semeraro (2002) é necessário promover e reconhecer o protagonismo político das organizações populares e seu direito de guiar o poder público.

> Ao se tornar obra de todos e de cada um, o público deixa de ser confundido simplesmente com os aparelhos do Estado e a burocracia. Na óptica da democracia popular, ser público é diferente de agir em público, de entrar na esfera pública, não se limita a ser interlocutor de uma razão comunicativa liguisticamente correta. Além das demonstrações verbais administrativas, o público popular é o conjunto das práticas sociais que criam uma comunidade ético-política onde se superam concretamente as injustiças, a exploração, a exclusão e se reparte o trabalho, a produção, a distribuição dos bens do planeta, o acesso igualitário ao conhecimento mais avançado (Ibidem, p. 222).

A democracia pela qual lutamos não se trata apenas de um sistema político, mas uma prática que evidencia o povo enquanto sujeito; os indivíduos tornam-se sujeitos públicos e politicamente ativos, socializados e com responsabilidades coletivas. A democracia que se apresenta sobre bases capitalistas-burguesas-liberais é apenas um método de manutenção hegemônica. Há que se lutar pela democracia popular pautada em novos prismas, urgentemente.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALCOFORADO, Elizabeth; FIRMINO PEREIRA RAMOS, Lydia Vitória. "O adoecimento do profissional de serviço social face às transformações societárias". In: FRASÃO DE VASCONCELOS, Diva Helena; ALCOFORADO, Elizabeth; FERREIRA, Fábio Alves (orgs.). **Crise política e social**: ofensiva neoconservadora e neoliberal, estratégias de enfrentamento. 1. ed. Recife, PE: Edupe, 2018. p. 66-80.

BEHRING, Elaine Rossetti. "Prefácio". In: DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017. p. 9-13.

BIANCHI, Alvaro. **Conservadorismo-liberal**: uma nova linhagem do pensamento político? Blog Junho, 2015. Disponível em: http://blogjunho.com.br/conservadorismo-liberal-uma-nova-linhagem-do-pensamento-politico/ . Acesso em: jul. 2018.

BIANCHI, Álvaro. "Hegemonia da pequena política: uma fórmula errada que deu certo", 2015, ***Blog Junho***. Disponível em: http://blogjunho.com.br/hegemonia-da-pequena-politica-uma-formula-errada-que-deu-certo. Acesso em jul de 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Estado e a política. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SEMERARO, Giovanni. Recriar o público pela democracia popular. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 213-223.

ZALESKI, Clairí Madai. **Múltiplos** Arranjos Familiares e Proteção Social: Uma análise sobre o Estatuto da Família. Trabalho de Conclusão de Curso defendido na UNIAN, Niterói-RJ, 2017.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALAR: uma análise a luz dos(as) seus(as) usuários(as)

Mylena Christiê Santos Menezes[1]
Jaciara dos Santos Silva[2]

RESUMO

A política de saúde na atualidade vem passando por um severo desmonte, em que o Sistema Único de Saúde (SUS) sistematicamente vêm sendo fragilizado, sucateado e terceirizado, colocando em risco a saúde da população. Diante desse contexto, a partir das dificuldades postas para a materialização da Política de Saúde, enquanto política universal e pública observa-se a negação de direitos, bem como, a fragmentação do SUS. O presente estudo investigativo teve como objetivo avaliar os serviços de saúde de um Hospital Público do Município de Patos/PB, à luz de seus usuários (as). Para tanto, a pesquisa avaliativa utilizou os critérios de efetividade, eficácia e qualidade dos serviços prestados no Hospital. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de campo, junto a 20 (vinte) usuários (as) internos no Pavilhão da Clínica Cirúrgica, cuja coleta de dados ocorreu no mês de junho de 2017. No tocante aos instrumentos de coleta de dados, utilizamos o formulário semi-estruturado, o diário de campo e a observação sistemática. Na análise dos dados recorremos à metodologia de análise de conteúdo, conforme orientação de Bardin (1977) após a codificação e tabulação dos dados empíricos. Dentre alguns dados resultados, a pesquisa constatou que 75% dos (as) entrevistados (as) se declararam do sexo masculino; 30% com faixa etária entre 21 a 28 anos. Ao se referir à avaliação dos serviços de saúde, 35% consideraram bom e 30% péssimo; embora 70% apontaram que suas necessidades de saúde, (que segundo os (as) usuários (as) dos serviços, referem- se aos procedimentos cirúrgicos) foram atendidas pelo Hospital.

Palavras-Chave: Avaliação de Programas de Saúde. Política de Saúde. Usuários (as).

ABSTRACT

[1]Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: menezesmyllena5@gmail.com
[2]Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: jaciarasilva@fiponline.edu.br

The current health policy has been going through a harsh dismantling, in which the principles governing the Unified Public Health System (SUS) have been systematically weakened, scrapped and outsourced, putting at risk the health of the population. In view of this context of denial of rights and collapse of the SUS, the present investigative study had as an objective to evaluate the healthcare services of a Public Hospital in the municipality of Patos/PB, in the light of its users. For this purpose, the evaluative research used the criteria of affectivity, efficiency and quality of the services provided at the Hospital. Methodologically, it is a field research, with 20 (twenty) users admitted at the Surgical Clinic Pavilion, whose data collection took place in the month of June 2017. This investigative study has a critical slant, having as a basis contemporary Marxist Concerning the instruments for data collection, a semi-structured form, field diary and systematic observation were used. In the data analysis, the content analysis methodology was used, according to Bardin (1977) after the codification and tabulation of the empirical data. Among some data results, the research found that 75% of the interviewed were of the male gender; 30% in the age group raging between 21 to 28 years and 80% affirmed that they lived in another municipality. When referring to the evaluation of the healthcare services, 50 35% considered them as good and 30% as terrible; although 70% indicated that their healthcare needs (surgical procedures) were metby the Hospital.

Keywords: Evaluation of Health Programs. Health Policy. Users.

1. INTRODUÇÃO

O Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, assim como, a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), representaram marcos na forma de se pensar e construir a política de saúde no país, tendo em vista a perspectiva do viés democrático da saúde, sob a lógica pautada no acesso universal e gratuito, tendo o Estado, o dever de garantir.

Conforme autores contemporâneos que discutem a política de saúde brasileira, como Bravo (2006; 2013), Paim (2012), Silva (2014) dentre outros, observa-se que desde os anos de sua formulação (1990) o Sistema Único de Saúde (SUS) vem passando por um processo de "desmonte" e precarização dos seus serviços, em virtude do projeto privatista e/ou mercadológico imposto pela política neoliberal e pelo processo de contrarreforma em curso, mediada pelas orientações dos organismos financeiros internacionais, a exemplos do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mediante esse contexto de focalização, precarização, terceirização, negação de direitos e de colapso que o SUS vem passando, o presente estudo investigativo tem como objetivo avaliar os serviços de saúde do Hospital Regional Deputado Janduhy Carneiro, na cidade de Patos/PB, segundo a visão de seus usuários (as). Para tanto, a pesquisa avaliativa utilizou os critérios de efetividade, eficácia e qualidade dos serviços prestados no Hospital.

O interesse nessa temática surgiu durante a minha inserção no Estágio Supervisionado II, do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos, realizado no Hospital supracitado, localizado na cidade de Patos/PB, em virtude das minhas observações a respeito da insatisfação dos (as) usuários (as) frente aos serviços oferecidos pela instituição hospitalar.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de campo, cuja coleta de dados ocorreu no mês de junho de 2017, junto a uma amostra de 20 (vinte) usuários internos no Pavilhão da Clínica Cirúrgica do Hospital Regional Deputado Janduhy Carneiro. Essa demonstração foi construída com base no universo de 170 (cento e setenta) usuários (as) atendidos (as) mensalmente no Hospital, o que corresponde a um total de 11,76% de atendidos.

No tocante aos instrumentos de coleta de dados, utilizamos a entrevista, o diário de campo, a observação sistemática e o uso do formulário semi-estruturado. Na análise dos dados recorremos à metodologia de análise de conteúdo, conforme orientação de Bardin (1977), após a codificação e tabulação dos dados empíricos.

2. TECENDO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

A trajetória da Política de Saúde no Brasil, conforme ressalta Bravo (2006), sempre esteve articulado às determinações sócio-históricas e econômicas dos antecedentes da ação estatal aos dias atuais, tendo o movimento de Reforma Sanitária Brasileira (RSB) como marco em relação às mudanças e transformações no âmbito da saúde pública no país.

A expressão ‘reforma sanitária’ aparece no país a partir dos anos de 1970, não apenas como um projeto, mas, como um processo que fez parte da história das políticas de saúde no Brasil e que desembocou na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) em 1986, como parte das lutas sociais para a melhoria das condições de vida e de saúde de todos os brasileiros.

Nesse sentido, a 8ª CNS assumiu um modelo amplo de saúde colaborando para o processo de desenvolvimento da RSB para além de uma reforma administrativa e financeira[3]. É relevante destacar que o processo se colocava para além, no sentido do que propunha a RSB.

Bravo (2006) afirma que o processo da Constituição Federal de 1988 introduziram avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais, incapaz de universalizar direitos, tendo em vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes.

De acordo com Polignano (2001), no Art.198 da referida Constituição é definido o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de procedimentos e práticas de rede pública, formulando um sistema baseado em três diretrizes: Descentralização (direção única em cada esfera de governo); atendimento integral (com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais) e participação da comunidade. No parágrafo único deste mesmo artigo é abordada a forma na qual o sistema único será financiado, sendo os recursos do orçamento da seguridade social (União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes).

Conforme observa o autor supracitado, o SUS tem seu desenvolvimento atrelado na forma de saúde voltado as necessidades da população, em que é imprescindível recuperar o comprometimento do Estado para com o bem-estar social, principalmente na saúde coletiva a qual, estar ligada a um dos direitos da cidadania.

Vale salientar que o SUS só obteve regulamentação em 19 de setembro de 1990 através da Lei Orgânica da Saúde (LOS), composta pelas Leis n°8.080 (princípios e diretrizes) e n°8.142 que decreta a participação popular e financiamento na saúde[4]. A LOS estabelece que os recursos direcionados ao SUS, são provenientes do Orçamento da Seguridade Social.

O processo de privatizações e terceirização das políticas sociais iniciou-se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através do Projeto de Reforma Administrativa Gerencial do Estado, na qual realça as iniciativas de privatizações e terceirizações das políticas sociais, através das Organizações da Sociedade Civil de Interesses Públicos (OSCIP), deixando para o Estado a atribuição de reger o mercado como objetivo obter o lucro (SOUZA, 2013 *apud* ALENCAR, 2016).

[3] Essas transformações são necessárias na área da saúde, na qual determinam uma reformulação mais ampla, sendo aprofundada no próprio conceito de saúde, referindo-se a proteção, promoção e recuperação da saúde, estando de acordo com o que diz a Reforma Sanitária. (Brasil, 1987, p. 381, *apud* Paim, 2012, p. 11).

[4] O Decreto 7508/11 regulamentou a lei 8.080/90, no que tange o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa. A Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 aprovou as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

Diante das afirmações de Alencar (2016) *apud* Bravo (2007) no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, já foi possível verificar a falta de compromisso com o Projeto de Reforma Sanitária, no entanto, suas ações não davam resolutividade as principais questões da seguridade social, da política de recursos humanos, gestão do trabalho, educação em saúde e saúde do trabalhador. Com isso o presidente desenvolveu Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) e a Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares (EBSERH), cujos objetivos eram relacionados à área lucrativa. Assim sendo, pode-se perceber a lógica de valorização do capital financeiro, deixando o Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Deste modo, verifica-se a fragmentação para com a área da saúde, bem como, a política pública obtém dificuldades para a realização do processo de universalidade. Essas atitudes comprometem a saúde da população, bem como, à violação de direito.

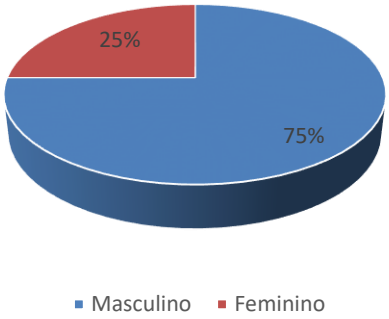
Em 2011, houve a posse da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014, 2015-2016)[5], em que o Ministério da Saúde divulgou, no dia 28 de junho desse mesmo ano, o "Decreto 7.508, publicado no DOU de 29 de junho de 2011, que regulamenta a Lei n° 8080 de 19 de setembro de 1990" (BRAVO, 2013, p. 38). Ainda nesse ano foi realizada Conferências de Saúde que culminaram na XIV Conferência Nacional de Saúde, tendo como temática: "*Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social- Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro*" e o eixo "*Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS*". (BRAVO; MENEZES 2013).

O processo de desmonte do SUS, conforme ressalta Campos *et al* (2017), é afetado com a entrada do governo anti SUS[6], seguindo da aprovação do Projeto de Lei 55, que tem como objetivo frear os gastos públicos, em que ressalta um SUS de caráter focalizado-seletivo, impondo limites nos recursos de educação, saúde e previdência durante o percurso de 20 anos.

Passamos a apresentar os dados coletados junto aos usuários/as entrevistados/as que compõem seu perfil socioeconômico e demográfico.

Gráfico I - Identidade de Gênero dos (as) usuários (as) entrevistados (as) no Hospital Regional de Patos/PB. Patos/PB, 2017.

[5]Entre 2011 a 2014 ocorreu o primeiro mandato da presidenta, já em 2015 a mesma foi reeleita para governar até 2019, mas no ano de 2016 ocorreu seu *impeachment.*
[6]Governo Michel Temer, assumiu após processo de *impeachment* da presidenta *Dilma* Rousseff, ocorrido em 2016.



Fonte: Primária, 2017

De acordo com o Gráfico ilustrado acima, verifica-se que a maioria (75%) dos (as) usuários (as) entrevistados (as) no Hospital Regional de Patos/PB se declarou do sexo masculino. É relevante observar que tal resultado é consequência da necessidade de procedimentos cirúrgicos[7], em que, no referido Hospital, o acesso a Clínica Cirúrgica é constituído predominantemente pelo sexo masculino. No entanto, podemos observar a presença do homem na média e alta complexidade.

Ainda acerca dos dados acima analisados, de acordo com a Pesquisa do Departamento Nacional de Trânsito (Detran), realizada em 2012, as mulheres estão menos presentes em acidentes de trânsito, e que geralmente os acidentes são causados pelos homens, o que justificaria a maior presença desse segmento nos leitos hospitalares. A supracitada pesquisa também verificou que "[...] Para cada 10 mil mulheres, apenas 1,31 teve registro em acidentes fatais em 2011. Entre os [homens], o índice foi de 5,94" (BERNADES, 2012, s/p).

É de conhecimento que as mulheres procuram muito mais assistência médica dos que os homens, a esse respeito, a Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, verificou que as mulheres brasileiras vão mais ao médico do que os homens, e que as mulheres buscam os serviços de saúde mais que os homens. Essa pesquisa também verificou "[...] que 71,2% dos entrevistados haviam se consultado pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores à entrevista. Entre as mulheres, o índice foi de 78%, contra 63,9% dos homens" (JORNAL ESTADÃO, 2015, s/p).

A pesquisa também verificou que a maioria (80%) dos (as) usuários (as) entrevistados (as) no Hospital Regional de Patos/PB possuem faixa etária entre 16 anos a 40 anos, em plena idade produtiva. Em relação aos entrevistados com idade acima de 50 anos, refere-se às

[7] Os tipos de procedimentos cirúrgicos disponibilizados no Hospital Regional de Patos/PB são ortopédicos (próteses, placas, pinos, fraturas, entre outros) e urológicos.

internações decorrentes de queda, em que na maioria das vezes, os idosos se tornam vítimas de acidentes domésticos, o qual chega a necessitar de procedimentos cirúrgicos.

Com relação ao estado civil dos (as) usuários (as) entrevistados (as), os resultados demonstram a predominância de solteiros (as) com 70%. Em relação ao nível de escolaridade dos (as) entrevistados (as), os resultados revelam um dado muito preocupante, pois 25% destes (as) são analfabetos (as) funcionais, 10% não chegaram a concluir o ensino fundamental, 5% possuem o ensino médio incompleto, 20% concluíram o ensino fundamental, sendo que apenas 40% dos (as) entrevistados (as) concluíram o ensino médio.

No tocante a inserção dos (as) entrevistados (as) no mundo do trabalho os dados demonstram que 75% estão inseridos, contra 25% que estão fora do mercado de trabalho, o que remete no atual contexto conjuntural o qual o país vem passando por uma grave crise política e econômica.

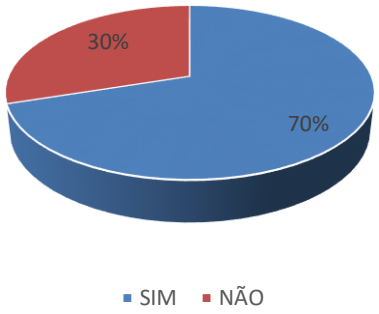
2.1 Avaliação dos serviços de saúde a partir da percepção dos (as) usuários (as) entrevistados

Segundo Cohen; Franco (1993) a avaliação geralmente surge a partir da percepção de algum problema, no entanto é recolhida as informações para que se possa tomar decisões de melhor enfretamento da questão. Sendo assim, são realizadas ações contribuintes para os ajustes futuro, refletindo sobre o que é considerado certo e errado, colaborando para o ajustamento das ações posteriores.

Os autores supracitados asseveram ainda que a avaliação faz parte do processo de planejamento da política social, na qual gera uma retroalimentação que apoia a escolha de vários projetos referente à eficácia e eficiência, tendo como objetivo expandir a eficácia dos programas para sua consecução.

Passamos a apresentar a análise teórica acerca da avaliação dos serviços de saúde do Hospital Regional de Patos/PB.

Gráfico II - Necessidades de saúde atendidas no Hospital Regional de Patos/PB.
Patos/PB, 2017.



Fonte: Primária, 2017

A nossa análise sobre esse percentual elevado (70%) se traduz pelo acesso aos procedimentos cirúrgicos, tendo em vista o caráter de urgência ao serviço, como apontam os fragmentos de fala a seguir:

> *‘“Sim, porque quando cheguei tive os primeiros procedimentos atendidos”.*
> (Formulário n° 04)
>
> *“Sim, porque teve medicação pra mim e fiz a cirurgia* [...]*”.*
> (Formulário n° 07)
>
> *“Sim, porque eu fiz a cirurgia que eu queria”.*
> (Formulário n° 09)

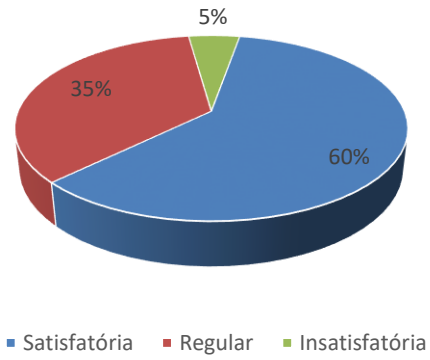
Quanto aos usuários que afirmaram não terem suas necessidades atendidas (30%), apontaram as seguintes justificativas:

> *“Não, porque não consegui fazer minha cirurgia”.*
> (Formulário n°02)
>
> *“Não, porque a ausência do médico prejudica o meu tratamento* [...]*”.*
> (Formulário n°11)
>
> *“Não, porque estou precisando urgentemente da cirurgia”*
> (Formulário n° 19)

Esses rebatimentos na área da saúde ocorrem devidos o processo de precarização dos serviços, posto que, o projeto de saúde encontra-se relacionado com o mercado, atuando como modelo assistencial privatista, onde tem como objetivo a redução de gastos com o setor público,

ou seja, para reforçar os recursos da esfera privada, o governo deixa de lado a área pública, sendo que esses gastos poderiam fortalecer o SUS, como ressalta o CEBES (2014).

Gráfico III - Avaliação acerca da qualidade dos serviços do Hospital Regional de Patos/PB. Patos/PB, 2017.



Fonte: Primária, 2017.

Para Cohen; Franco (1993, p. 73), "[...] avaliar é fixar o valor de uma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com o critério ou padrão determinado".

De acordo com o Gráfico acima, fica evidente a satisfação (60%) dos (as) usuários (as) entrevistados (as) com os serviços ofertados pelo Hospital Regional Patos/PB. Esses dados conduzem com a particularidade de cada caso, pois é uma área que estar relacionada com a imediaticidade do atendimento, no entanto, ao se referir a Clínica Cirúrgica, percebemos que todos (as) os (as) usuários (as) que estão inseridos nessa área possuem a necessidade de procedimentos cirúrgicos.

Por outro lado, 40% dos (as) usuários (as) consideram que a qualidade dos serviços é regular e/ou insatisfatória. Esse dado contrário traduz em virtude das dificuldades que os mesmos tiverem em conseguir realizar procedimentos cirúrgicos. É notório que "[...] muita gente não consegue ter acesso ao SUS. Em algumas cidades, principalmente nos grandes centros, é longa a fila de espera para consultas, exames e cirurgias (BRASIL/MS, 2003, p. 18).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual conjuntura política e econômica vivenciado pelo país, a política de saúde, vem sofrendo enormes rebatimentos, sobretudo, no que tange ao desmonte do SUS

presente na Constituição Federal de 1988, onde seus serviços estão cada vez mais fragilizados, sucateados e privatizados, deixando a saúde da sociedade em risco.

O atual processo de terceirização/precarização dos serviços de saúde vem impossibilitando o acesso ao atendimento, bem como, dificultando o princípio da integralidade da Política de Saúde conforme assevera o SUS. Esses processos são decorrentes do Projeto de Lei 55, na qual, possui como objetivo o congelamento dos gastos da saúde durante o período de 20 anos, no entanto esse projeto contradiz com os aspectos da RSB e da Constituição Federal vigente, onde assegura o direito de todos e dever do Estado (CAMPOS, *et al*, 2017). Deste modo, a avaliação de programas e serviços na área da saúde permitiu aferir o grau de efetividade e impacto desses serviços junto aos usuários da unidade hospitalar pesquisada, no intuito de conhecer e compreender como se efetivam esses serviços.

É relevante salientar que o resultado apresentado na pesquisa em relação a satisfação dos serviços por parte dos (as) usuários (as) entrevistados (as) se deu em virtude da realização dos procedimentos cirúrgicos, não levando em consideração a precarização dos serviços oferecidos pelo Hospital.

Diante desse contexto observa-se também a negação de direitos dos (as) usuários (as) entrevistados (as), principalmente para os (as) usuários (as) que não realizaram os procedimentos cirúrgicos, na qual é possível verificar diante dos fragmentos de fala dos entrevistados (as), como se verificou no Gráfico 3.

Por fim, ressalta-se que essa realidade apontada pela pesquisa evidencia um desconhecimento por parte dos (as) usuários acerca da conjuntura atual da Política de Saúde pública, pautada pelo desmonte do SUS e pelo projeto privatista presente na contemporaneidade, que vem e virá afetar cada vez mais a população usuária dos seus serviços.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Nayanna Alves Bezerra leal de. **Privatização da Saúde em Mossoró-RN:** A compreensão dos usuários do Sistema Único de Saúde. Mossoró: UERN/FASSO/PPGSSDS, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 1977.

BERNADES, Adriana. Pesquisa do Detran comprova que mulheres estão menos presentes em acidentes. In: **Correio Braziliense**. Cidades. 2012. Disponível

em:<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/08/interna_cidadesdf,292445/pesquisa-do-detran-comprova-que-mulheres-estao-menos-presentes-em-acidentes.shtml>Acesso em: 26 Set 2017.

BRASIL/MS. **O SUS pode ser seu melhor plano de Saúde**. Brasília, 2003. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/sus_plano_saude.pdf Acesso em: 10 out. 2017.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Serviço Social e Saúde.** São Paulo: OPAS/ OMS/ Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, Aline Rayanne de Sousa; SOARES, Geisa Kelly Alexandre; MEDEIROS, Luana Andreia de; SILVA. Jaciara dos Santos. Análise dos impactos do projeto de lei 55 sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). In: **Congresso Saberes Integrados 2017**. *Saberes Científicos e Interação Social: Desafios e Possibilidades. Patos: Faculdades* Integradas de Patos, 2017. Disponível em: <https://doity.com.br/saberesintegrados> Acesso em: 29 abr. 2017.

CEBES. **Por que defender o Sistema Único de Saúde**? Diferença entre Direto Universal e Cobertura Universal de Saúde, 2014. Disponível em: <http://cebes.org.br/> Acesso em: 29 abr. 2017

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

JORNAL ESTADÃO. **Mulheres vão mais ao médico que homens, mostra IBGE** (2015). Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-vao-mais-ao-medico-que-homens--mostra-ibge,1698459> Acesso em: 26 set. 2017.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **História das políticas de saúde no Brasil**: uma pequena revisão. Faculdade de Medicina da UFMG [2001]. Disponível em: Fonte: <http://www.medicina.ufmg.br/dmps/internato/saude_no_brasil.rtf> Acesso em: 02 mai 2017.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a importância dos serviços de atenção as vítimas.

Edjavane Da Rocha Rodriques De Andrade[77]
Felicidade Dayana Monteiro Dias[78]
Luís Eduardo Lima[79]
Jailma Da Costa Batista[80]
Ranyellen Félix De Souza[81]

RESUMO:

Este trabalho objetiva apresentar o serviço de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência do estado situado no hospital da capital da Paraíba, com ênfase na violência sexual, o serviço de Ambulatório a Vítimas de Violência e Acidentes (AMVIVA) e fomentar o debate sobre a necessidade de expansão deste atendimento para os municípios mais afastados da região metropolitana. Para tanto iniciamos a discussão trazendo o resgate histórico do trato com o infanto-juvenil no Brasil e a construção dos aparatos legais na defesa do direito para essa parte da população, contudo verificamos que mesmo com as legislações em vigor é que crianças e adolescentes ainda são vítimas de violência e maus-tratos, assim apresentamos Rede de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração de Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba (REDEXI), em nosso estado nesta empreitada de combate à violência para incluir ao debate o AMVIVA e os dados destes serviço. Para construção deste trabalho metodologicamente se realizou pesquisa em documentos e material bibliográfico que contempla elementos importantes para o estudo proposto utilizando de uma perspectiva crítica para apresentação do estudo. Apontando como conclusão a necessidade com o cuidado a proteção desses usuários a exemplo do AMVIVA.

Palavras-chave: Violência. Criança e Adolescentes. Serviço de Atenção.

ABSTRACT

This work aims to present the service of children and adolescents victims of violence in the state located in the hospital of the

[77] Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba.
[78] Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba.
[79] Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba.
[80] Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba.
[81] Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba.

capital of Paraíba, with emphasis on sexual violence, the Ambulatory Service for Victims of Violence and Accidents (AMVIVA) and to promote the debate about the need to expansion of this service to the most remote municipalities of the metropolitan region. In order to do so, we began the discussion bringing the historical rescue of the treatment of children and adolescents in Brazil and the construction of legal devices in defense of the right for this part of the population, however we verify that even with the legislation in force is that children and adolescents are still victims of violence and ill-treatment, we present the Network of Abuse and Exploitation of Children and Adolescents of the State of Paraíba (REDEXI), in our state in this effort to combat violence to include the AMVIVA and the data of these services . For the construction of this work methodologically, a research was carried out on documents and bibliographic material that contemplates important elements for the proposed study using a critical perspective to present the study. Aiming as conclusion the need with the care the protection of these users like the AMVIVA.

Keywords: Violence. Children and Adolescents. Attention Service

1. INTRODUÇÃO

A trajetória da criança e adolescente no Brasil foi marcada por diversas privações e dificuldades. Vários foram e ainda são os problemas enfrentados por elas, tais como, maus tratos, abusos sexuais, mortalidade infantil, miséria, entre outros. Por muitos anos a criança foi vista como adulto, sem distinção alguma, tendo que trabalhar para sustentar a si mesmo e contribuir com a renda familiar, sendo abusada e explorada por múltiplos aspectos.

No Brasil, a história da construção da assistência a jovens pobres, passou por diversos momentos, para Otenio *et al* (2008), a promulgação do código de menores em 1927 foi um marco que incorporou a noção de proteção, seguindo uma tendência internacional. A Constituição de 1937 ampliou o âmbito da proteção à infância e colocou a assistência nos casos de carência do menor a cargo do Estado.

Em 1964 é editada a Lei n.º 4.513/64, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), uma política assistencialista que visava à padronização das ações sobre o menor através de órgãos executores, uniformes em conteúdo, método e gestão. A Constituição de 1988 também englobou o tema em seu conteúdo. A ideia do poder familiar foi modificada e, nesta

nova ordem, a criança e o adolescente passaram a ocupar posição especial na Carta Constitucional, que oferece a estes, direitos fundamentais como à vida, à saúde, à alimentação, à educação, o lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em 1990, adveio heroicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da Lei n.º 8.069. Segundo Oliveira (2013) o ECA surge para servir como instrumento válido com o intuito de resguardar crianças e adolescentes, instituindo um sistema participativo de formulação, controle e fiscalização das políticas públicas entre Estado e sociedade civil por meio dos conselhos (SOUSA 2000, *apud* OTENIO 2008).

Apesar de toda mudança ocorrida no cenário nacional e internacional, regadas por significativas conquistas, principalmente no que se refere às proteções legais e amparo constitucional, o que visualizamos é que muitas crianças e adolescentes ainda são vítimas de violência e maus-tratos e poucos são os serviços ofertados adequadamente para atende-las.

Por muito tempo, os direitos da criança e do adolescente era algo que parecia inalcançável. Não só no Brasil, como em todo o mundo, houve um progresso jurídico desses direitos, a qual percorreu longo e difícil caminho, até ganhar lugar na sociedade atual. Sabe-se que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis, por este motivo é imperioso que sejam asseguradas uma atenção especial a estes.

Dentre as violências acometidas contra as crianças e adolescentes no nosso país, uma das mais expressivas é a violência sexual, que pode trazer outras sequelas além do trauma. Para que haja redução dessa violência, é fundamental a parcela de contribuição da sociedade quanto a não se omitir diante das injustiças e atrocidades a que são submetidos diariamente.

Desde a década de 1990 a sociedade civil e o governo federal tem se debruçado sobre a violência sexual, como está preconizado na Constituição Federal/1988 e na Convenção Internacional sobre Direitos da Criança e no ECA, além da realização dos Congressos Internacionais, como tema prioritário na agenda governamental, como também, a criação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINASE) – do Ministério da Saúde, com o intuito de coordenar as notificações a nível universal.

> A notificação da Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências foi implantada no SINAN em 2009, devendo ser realizada de forma universal, contínua e compulsória nas situações de violências envolvendo crianças, adolescente, mulheres e idosos. (WAISELFISZ, 2012)

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um pouco do serviço de atendimento a criança e adolescente vítimas de violências no estado, em especial a violência sexual, o serviço de Ambulatório a Vítimas de Violência e Acidentes (AMVIVA), como também, fomentar o debate sobre a necessidade de expansão deste atendimento para os municípios mais afastados da região metropolitana.

A pesquisa se justifica pela importância do serviço de atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes, bem como, das famílias que estão inseridas, tendo em vista que, casos de violência, em especial a violência sexual, pode acarretar danos físicos e emocionais que necessitam de acompanhamento por equipe multiprofissional.

Este trabalho buscou descrever como acontece o atendimento Ambulatorial as crianças e adolescentes vítimas de violência e a importância deste para a recuperação das vítimas e de suas famílias. Assim, a construção deste artigo desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica. Nesta direção, apresentaremos índices de violência contra crianças e adolescentes, especialmente a violência sexual através dos dados do serviço de Ambulatório a Vítimas de Violência e Acidentes (AMVIVA)

2. BREVE RELATO DOS AVANÇOS NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência tem seus fatores multifatoriais, é um fenômeno histórico na constituição da sociedade brasileira com profundas raízes culturais. É uma calamidade social que traz para o poder Público a responsabilidade de desenvolver políticas públicas de segurança para o resguarde da sociedade. A violência se apresenta nas mais variadas formas e pode ser caracterizada como violência contra a mulher, o idoso, violência política, violência contra uma coletividade, contra a criança e adolescente, dentre outros.

As garantias constitucionais são muito claras ao direcionar a responsabilidade de proteção destas crianças e adolescentes aos seus familiares, a sociedade e ao Estado, em sentido macro de proteção, por meio de políticas públicas e de todos envolvidos neste processo. Entre as violências, as mais comuns são a violência sexual, violência física, violência psicológica, negligência e a violência institucional. Desta forma, é importante destacar o contraponto do papel e desempenho do Estado perante esta situação.

Alguns marcos legais, históricos e conceitos compõem a proteção a vulnerabilidades que podem acometer as crianças e adolescentes em nosso país, como por exemplo: a Política Nacional de Assistência Social, o Serviço de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes vítima de violência, de abuso e exploração sexual, os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), entre outros. É possível perceber a salutar intenção da soma de todos os programas assistenciais voltados para esta temática, com propostas de proteger em sua totalidade a saúde, educação e assistência social deste público.

Alguns dispositivos constitucionais somados entre si contemplam esta temática e somam forças no intuito de tirar as crianças e adolescentes da condição de vulnerabilidade, assim com nossa Constituição prevê em seu artigo 227.

Neste artigo verificamos uma sinopse panorâmica de direitos que são inerentes a criança, ao adolescente e ao jovem, além de mencionar a tríade: Família + Sociedade + Estado, no tocante a responsabilidade coletiva que todos têm no resguardo de seus direitos.

Um elemento constitucional importante é o (ECA), pautado na Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, o qual retrata preocupação integral com as crianças e os adolescentes até os 18 anos e aos 21 anos para alguns casos. Esta Lei em seu art. 131 traz ainda a definição de Conselho Tutelar "[...] é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei". A relevância deste órgão é sua abrangência, sendo de alcance municipal, a resolução e medidas se tornam mais ágeis, seja em medidas de aconselhamentos aos pais ou responsáveis, no processo de tomada de decisão e representações a autoridades judiciais de outras instâncias. Sua atuação encurta barreiras e auxilia na agilidade de soluções, em situações que por sua delicadeza e seriedade necessitam serem resolvidas o quanto antes, visando a proteção social das vítimas.

Dentre as instituições que visam a proteção e se inclinam para defender esta causa, temos também os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que oferecem Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como escopo a proteção imediata às crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violação e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), na intenção de promover a proteção dos usuários, para que estes não venham ter seus direitos violados, contam com a presença de equipe multiprofissional para o atendimento e acompanhamento individual ou coletivo (familiar).

Outra importante Lei a citar é a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de dezembro de 1993 traz pontos fortes e importantes a serem considerados, em seu Art. 2° afirma que a Assistência Social tem por objetivo "I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice". Neste trecho é possível perceber sua amplitude, pois ela abarca em sua totalidade desde a família que é o "embrião" o início de formação do ser humano em um meio social, partindo para algo mais amplo, permeando assim por todas as fases em que passamos ao longo da vida.

Aqui no estado da Paraíba, desde 1995 formou-se uma Rede, denominada Rede de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração de Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba (REDEXI), que nasceu da indignação dos casos de abuso e exploração sexual, esta é formada por diversas entidades da sociedade civil, pessoas que trabalham com esses público, governo e universidade, tem como objetivo:

> [...] articular e integrar ações entre as filiadas; identificar e denunciar as situações de violência sexual; lutar por implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes; divulgar os direitos das crianças e adolescentes previsto no ECA; formular e propor mudanças na legislação nas três esferas de poderes; subsidiar ações de interesse das entidades; acompanhar a violência sexual no Estado da Paraíba – sendo este último aprovado no seminário da REDEXI em 2010. (PLANO DECENAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENES DO ESTADO DA PARAÍBA, 2012, p.10)

Dentre tudo acima descrito, e todos estes elementos constitucionais citados, é possível perceber que numa relação temporal, a temática ganhou espaço e visibilidade não apenas no seio familiar e na sociedade, mas no congresso. Contudo, ainda estamos distantes de chegar a um modelo ideal de proteção integral a nossas crianças e adolescentes. Investimento em educação de base, políticas públicas e em proteção integral no que diz respeito à segurança, a saúde, ao preparo da família para o convívio com o novo ser e o respeito às regras constitucionais e suas garantias, contribuiriam no sucesso do modelo ideal de sociedade inclusiva e igualitária. Porém, não há o que negar, ao longo dos anos, passos largos foram dados, sendo importante o despertar da consciência da sociedade, e o que está em pauta, não apenas é de responsabilidade do Estado, mas de todos nós cidadãos, da família, ou seja, da sociedade como um todo.

Ainda, mesmo com o amparo da legislação, existem muitos desafios quanto a proteção e cuidado com as crianças e adolescentes, vítimas de violência, seja por omissão do Estado,

pela precarização dos serviços de atenção, ou pela falta de descentralização do serviço de acompanhamento, pois esta problemática não se limita apenas ao diagnóstico ou comprovação da consumação da violência, mas ao tratamento continuado e especializado por profissionais qualificados.

Outrossim, deve-se estar atento a todas as nuanças desta problemática, pois as consequências destas nas vítimas, podem tomar proporções tão graves e sequelas mais complexas que a própria agressão. Desta forma, reafirmamos o importante serviço que temos como referência no estado da Paraíba, o serviço Ambulatorial de Atenção a Vítimas de Violência e Acidentes (AMVIVA), o qual abordaremos a seguir, que orientar, encaminha e acompanha as crianças e adolescentes, como também, suas famílias.

2.1 Serviço de atenção a vítimas de violência e acidentes - dados do AMVIVA.

A violência é um fenômeno histórico, marcado desde o momento de colonização do Brasil até os dias atuais, estas marcas se refletem atualmente e suas causas possuem diversas origens e fatores. Dentre as causas de violência que podem ser submetidas as crianças e adolescentes como outrora mencionamos está a violência sexual, deixando ou não marcas físicas e emocionais. Nestes termos, é inadmissível qualquer comportamento contra a criança e adolescente que venham lhes trazer algum tipo de dano, pois a violência pode ter como resultado, jovens com traumas que terão dificuldades de seguir suas vidas, com fragilidades emocionais, muitas vezes tendo que recorrer a tratamentos psiquiátricos e psicológicos.

Por outo lado, é necessário que seja ofertado serviços de atenção a essas vítimas, com equipe multiprofissional qualificada e capacitada, para evitar que sofram outros tipos de violência, como por exemplo a institucional, caracterizada pelo atendimento equivocado do profissional não qualificado do assunto retratado pela vítima, causando a repetição do relato, que pode trazer sequelas de ordem emocional, além do constrangimento. Outro fator grave que ocorre em muitas instituições, é a falta de local apropriado e reservado, que atenda a ética profissional e o direito da vítima em ter uma escuta social e psicológica qualificada, tendo em vista a fragilidade que a mesma já se encontra, considera-se um contrassenso a não observância deste quesito.

Observa-se que, em relação aos tipos de violência contra crianças e adolescentes, a sexual aparece em segundo lugar, perdendo apenas para violência física, com significativa

expressão de registros de dados e acontecimentos, estes números são confirmados não apenas no cenário nacional brasileiro, mais registrado também no estado da Paraíba.

De acordo com o mapa da violência contra crianças e adolescentes de 2012, no Brasil ocorreram 10.425 casos de violência sexual, no Estado da Paraíba em 2011 foram registrados 1.266 casos de violência de todos os tipos, e com relação aos responsáveis por estas violências 39,1 % foram cometidas pelos pais. Assim, visando a prevenção e a redução da violência contra Crianças e Adolescentes algumas políticas e serviços foram desenvolvidos, tais como:

> [...] o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, a Política Nacional de Redução da Morbi-Mortalidade de Acidentes e Violências como instrumento direcionador da atuação do setor saúde nesse contexto, o Manual para Orientação dos Profissionais, o manual "Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde". (MARTINS; JORGE, 2009)

A violência contra criança e adolescente é definida por (DESLANDES 1994, p. 13 *apud* RIBEIRO, FERRIANE, REIS 2004):

> [...] como "*todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança ou o adolescente com o intuito de estimulá-las sexualmente ou utilizá-las para obter satisfação sexual*".

Nesta direção, o espaço doméstico é um onde ocorre o processo de domínio e poder estabelecido pelas regras sociais, fazendo com que os agressores com laços consanguíneos ou de parentescos encontrem um ambiente propício para que perpetrem o tipo de violência sexual chamada de intrafamiliar. As consequências desta violação para as vítimas, são de grandes proporções como cita RIBEIRO et al. (2004, p.457):

> Nas vitimizações sexuais, além das lesões físicas e genitais sofridas, as pessoas tornam-se mais vulneráveis a outros tipos de violência, aos distúrbios sexuais, ao uso de drogas, a prostituição, à depressão e ao suicídio. As vítimas enfrentam ainda, a possibilidade de adquirir doenças sexualmente transmissíveis, o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e o risco de uma gravidez indesejada decorrente do estupro.

A violência sexual concentra grande possibilidade de ramificações a vítima, principalmente quando esta não alcança ajuda, as sequelas podem ser drásticas, acompanhando a vítima durante toda sua vida, por meio de distúrbios comportamentais, sociais e chegar até ao

suicídio. Pesquisadores acreditam que apenas 10% dos casos de violência são notificados, o que dificulta a identificação da disseminação deste fenômeno dentro da nossa sociedade.

Deste 1990 o Sistema de informações agravos e notificação (SINAN), vem sendo implementado no Brasil, sendo disponível para todos os municípios em 1998. Este tem como objetivo "[...] o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, [...]" (Site: IBGE). Este tem sido um valioso sistema para identificar os agravos e evidências de epidemias nas federações, como também, como instrumento para implementação de políticas públicas, inclusive como fonte para identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Problemática esta que merece atenção não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo, a família precisa estar atenta para mudanças no comportamento da criança, por isso é importante a divulgação e debate deste problema dentro dos lares brasileiros. Contudo, os indicadores são importantes fontes para a tomada de decisões de qualquer governo, auxiliando na identificação da área em que a sociedade mais tem demandas e as urgências destas frente as necessidades sociais. O processo de tomada de decisão requer antes de tudo conhecimento, dados e análise dos fatos, em especial se o resultado incidir diretamente sobre a coletividade. Pois, conforme relata Ribeiro et al. (2004)

> A violência é hoje uma das grandes preocupações em nível mundial, afetando a sociedade como um todo, grupos ou famílias e ainda, o indivíduo de forma isolada. Fazendo parte da chamada questão social, ela revela formas de dominação e opressão desencadeadoras de conflitos. Como um fenômeno complexo, polissêmico e controverso [...]. (RIBEIRO et al. 2004, p. 456)

O índice de violência contra crianças e adolescentes no estado da Paraíba não é tão diferente dos dados estatísticos em âmbito nacional, pois apresentam as mesmas características, principalmente quanto ao maior índice ser crianças que sofreram violência serem do sexo feminino, a faixa etária mais violentada corresponde dos 7 aos 11 anos, e os agressores em sua maioria serem pessoas da própria família ou próximos da criança, dados que correspondem aos encontrados no AMVIVA.

Os dados que apresentaremos foram extraídos a partir do serviço ofertado no Ambulatório do Complexo de Pediatria Arlinda Marques (CPAM), pesquisados e compilados por Silva (2017). O Complexo situa-se na cidade de João Pessoa/ PB e por ser um Hospital Estadual, atende crianças de todo o Estado. Exporemos os dados do serviço Ambulatorial a Vítimas de Violência e Acidentes (AMVIVA), o qual teve seu início em novembro de 2009, e

hoje é referência no atendimento. Entre janeiro de 2010 a maio de 2017, o AMVIVA atendeu 177 meninas e 73 meninos em situações suspeitas de violência sexual.

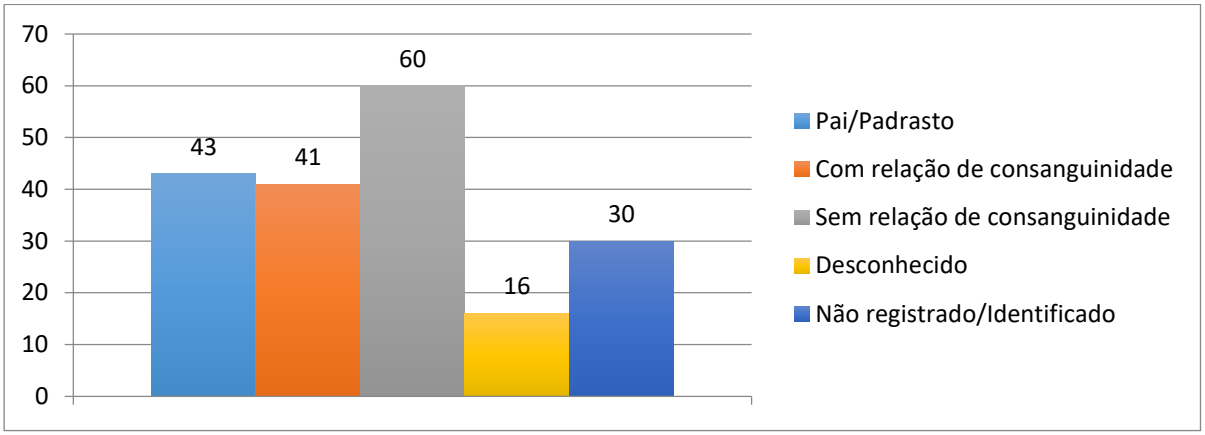
Pelos números apontados é possível perceber a condição de vulnerabilidade maior para o sexo feminino, com relação percentual 61,58 % para meninas e 38,42 % para meninos. Com relação a faixa etária em que o abuso foi cometido, dos 07 aos 11 anos de idade encontra – se no rol de maior alvo de violência, foram 76 crianças ou adolescentes, representando 40% dos números dos atendimentos, os que se encontram com idade superior a 14 anos são 29 adolescentes, representando 15,26% do total. As crianças e adolescentes, em especial do sexo feminino são as mais acometidas por violências, e Ribeiro et al. (2004) esclarece um pouco esse motivo:

> Não é apenas o desejo sexual o fator pro eminente na motivação dos agressores sexuais, mas também o gênero, pois crianças e adolescentes fazem parte da categoria dominada e sujeita ao poder exercido pelo mais velho sobre o mais novo e do masculino sobre o feminino. Dessa forma, crianças e adolescentes como seres em desenvolvimento, psicológica e moralmente imaturos, não conseguem resistir a um familiar adulto que lhes impõe sua autoridade transformando-os em objetos sexuais [...] (RIBEIRO et al. 2004, p. 456)

A vulnerabilidade em que se encontram as crianças, pelo fato de estarem em processo de amadurecimento, deveria ser mais dos motivos pelo qual precisariam serem protegidas e acompanhada de perto, por familiares, sociedade e instituições as quais estão inseridas.

O gráfico a seguir nos mostra a violência de acordo com os possíveis autores, se somarmos o quantitativo de Pais/Padrastos e pessoas com relação consanguínea, veremos que os maiores agressores são pessoas próximas da vítima, os dados nacionais, mostram que conforme a idade da vítima vai aumentando mais distante o agressor é da vítima. Assim, a violência contra criança e adolescente é muito difícil de ser denunciada, pois aqueles que deveriam protege-las, são os que mais as agridem.

Gráfico 1 - Situações de violência de acordo os possíveis autores, 2010 a 2017.



Fonte: AMVIVA/Serviço Social. (SILVA, 2017)

Sobre a natureza dos tipos de violência registradas, a sexual foi a que de forma majoritária se encontrou registrada, sendo 139 casos ou 73,16% do total e em menor intensidade os não registrados/identificados em número de 6 ou 3,16% do total.

As situações de suspeitas de violência registrados por município no atendimento do AMVIVA, João Pessoa foi o município que maior índice, do total de 190 atendidos, 119 deles são moradores da cidade de João Pessoa (62,63%), da região metropolitana que compreende cidades mais próximas a capital o registro foi de 43 crianças ou adolescentes (22,63%) e outros municípios o registro foi de 28 crianças ou adolescentes (14,74%), isso não significa que quanto mais distante da capital menos abuso ocorrerá, o que pode estar acontecendo é que quanto mais distante da capital, há menos serviços especializados, menos informação e mais forte as relações marcadas pela a antiga dominação e medo.

O sexo como condição da natureza destas violências é fator preocupante que precisa de medidas a serem pensadas e executadas tanto pelas famílias como pelo Estado, a fim de resguardar as vítimas. Neste sentido, aspiramos políticas públicas de atenção a violência infanto-juvenil descentralizada, amplamente divulgadas e serviços com profissionais qualificados e espaços adequados para atendimento e orientação quanto ao cuidado e proteção das violências contra crianças e adolescentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da reflexão apresentada e dados expostos, é possível perceber que a problemática se apresenta em âmbito nacional de forma semelhante no Estado da Paraíba. As origens destas problemáticas são variadas, mas de ramificações semelhantes, é de comum acordo entre

pesquisadores, Estado e Sociedade Civil que a violência, mas especificamente a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma refração da questão social importante, fazendo parte da prioridade do Governo.

É fato que muito foi feito para criação de políticas públicas com o intuito de promover a efetivação e atender as vítimas de violência. Contudo, ainda é preciso mais para alcançar e acompanhar todas as crianças, inclusive as do meio rural, pois como os Serviços de Atenção à vítimas de violência é gestado em cada estado separadamente, muito pouco se tem de uniformidade em âmbito nacional, cada federação oferece o Serviço de Atenção com base em algumas diretrizes, mas não uniformizada, o que faz com que a concentração de serviços nas capitais seja um problema.

Neste sentido, é necessário capacitar os profissionais desta área, com vista a atender as crianças e adolescentes e suas famílias, como intuito de amenizar o sofrimento causado pelos traumas. O cuidado e proteção deve estar direcionado a estes, para que eles amadureçam superando as sequelas, e vislumbrem uma vida social saudável e não passem de vítimas a se tornarem adultos agressores. Isto aponta para a importância do serviço de atendimento ambulatorial, como o exemplo do AMVIVA, pois ao mesmo tempo que cuida das vítimas, elimina-se a potencialidade de possíveis agressores desta ou de outras violências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dispositivos Constitucionais Pertinentes Lei Federal nº 8.069/1990 Legislação Correlata. Brasília, DF: [sn], 1990.

_____, **Constituição (1988),** artigo n° 227. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n°1/92 a 58/2011, pelo decreto legislativo n° 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão n° 1 a 6/94, Brasília-2012, p. 128.

_____Congresso. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispositivos Constitucionais Pertinentes Lei nº 8.742 de dezembro de 1993. Publicada no DOU de 08/12/1998.

GUIA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - Atenção Primária à Saúde. Belo Horizonte – MG, 2013. Disponível em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=protocolo_crianca_adolescente_vitimasviolencia.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.

IBGE: Disponível em: < https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/sistema-de-informacoes-de-agravos-de-notificacao-sinan.html>. Acesso em 22 out 2017.

MARTINS, Christine. JORGE, Maria Helena. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 18(4):315-334, out-dez 2009**.**

RIBEIRO, Márcia Aparecida. FERRIANE, Maria das Graças Carvalho. REIS, Jair Naves. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2):456-464, mar- abr, 2004.

OLIVEIRA, T. C. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase ri**http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_24.pdf > Acesso em 16 out. de 2017.

OTENIO, C. C. M. *et al*. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇA NO BRASIL: O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL E DA SAÚDE**. Estação Científica Online. Juiz de Fora, n. 06, Ago./Set. 2008.

SILVA, Jesimiele Vanessa. **AS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA:** um estudo no Ambulatório de Atendimento a Vítimas de Violência e Acidentes (AMVIVA). 2017. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2012 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL**. Rio de Janeiro, 2012.

ANÁLISE ACERCA DA SAÚDE DA MULHER: em uma maternidade pública do Sertão Paraibano

Thaís de Oliveira Lima[82]
Jaciara dos Santos Silva[83]

RESUMO

Com base nas decorrentes conquistas e avanços em direitos sociais que tange a política de saúde no Brasil, é valido ressaltar os impactos e retrocessos que esta vem sofrendo, mais especificamente com a implantação do modelo neoliberal no país a partir dos anos 1990, que visa um Estado parco em gastos públicos. São mediantes estes fatores que é cada vez mais comum os avanços em terceirizações e privatizações no setor público, que se propõe a minimizar a responsabilidade do Estado para com a população, indo de contra-avanço ao que assegura a Constituição Federal de 1988, que ressalta em seu Artigo 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista consolidada por lutas pela população para garantir a uma saúde pública universal e de qualidade, mas desde sua implantação até os dias atuais vem sofrendo uma série de ataques aos seus serviços. Diante disto, o presente estudo investigativo tem como objetivo identificar os desafios postos para a materialização dos princípios doutrinários do SUS na Maternidade Dr. Peregrino Filho, *locus* do nosso estudo. Por tanto, realizamos uma pesquisa de campo junto a uma amostra de 21(vinte uma) mulheres internadas no referida instituição nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano. Em termos metodológicos, configura-se enquanto uma pesquisa de cunho quali-quantitativa. Enquanto instrumento de coleta de dados utilizou a entrevista, o formulário, a observação sistemática e o diário de campo. Na fase de análise de dados, recorremos em um primeiro momento à tabulação, codificação e elaboração estatística dos dados, e posteriormente, a análise dos dados, mediante orientação de Bardin (1977).

Palavras-Chave: Política de Saúde. Saúde da Mulher. Materialidade.

ABSTRACT

[82] Aluna de Graduação do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: thhais.thais@hotmail.com
[83] Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: jaciarasilva@fiponline.edu.br

Based on the resulting achievements and advances in social rights that pertains to health policy in Brazil, It is important to point out the impacts and regressions that it has suffered, more specifically with the implementation of the neoliberal model in the country from the years 1990, pursuing a state that moderates its public spending. It is because of these factors that outsourcing and privatization in the public sector is increasingly common, which proposes to minimise the responsibility of the State to the population, going against what ensures the Federal Constitution of 1988, which It points out in his article 196 that health is the right of all and the duty of the state. The single Health System (SUS) is an achievement consolidated by the efforts made by the population to ensure a universal and quality public health, But since its implantation to the present day it has been suffering a series of attacks on its services. Thus, the objective of this investigative study aims to identify the challenges posed for the materialization of the doctrinal principles of the SUS in the Dr.Peregrino Filho maternity hospital, locus of our study. Therefore, we conducted a field survey along with a sample of 21 (twenty one) women in the aforementioned institution in January and February of the current year. In methodological terms, it is configured as a qualitative-quantitative research. As data collection tools we use the interview, form, systematic observation and field journal. In the data analysis phase, we resorted to the tabulation, coding and statistical elaboration of the data, and subsequently, the analysis of the data, through guidance from Bardin (1977). Among some results we found that 33% of respondents have an age range between 26 and 30 years of age; 57% stated that they were not included in the labour market; 48% have monthly household income less than 01 (one) minimum wage. As regards the quality of services offered by the research institution 86% classified the services satisfactorily, although, 57% of respondents pointed dissatisfaction during the childbirth, and 24% claim that they had complications during or after childbirth.

Keywords: health policy. Women's health. Materiality.

1. INTRODUÇÃO

No que tange a política de saúde no Brasil, compreende-se o movimento de Reforma Sanitária como um processo decorrente de lutas e reivindicações por direitos sociais, este

acarretou a uma série de avanços e conquistas para a saúde pública no país. Tais aspectos contribuíram para consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurado e materialização pela Constituição Federal de 1988.

Desde sua implantação até os dias atuais o SUS sofre incontáveis ataques a seus serviços. Com o avanço das políticas neoliberais implantadas no Brasil a partir dos anos 1990[84] de forma feroz e com o discurso ideológico de redução de gostos e despesas reforçando um Estado Mínimo, tais preceitos refletem mais do que nunca na atualidade tendo em vista a adaptação a este processo pelos demais governos sucessores, alguns de forma mais sucinta como adotado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, porém não deixando de remeter aos impactos, posto que, houve a diminuição dos investimentos e recursos destinados às áreas de saúde, educação e previdência social.

O atual cenário político brasileiro é de desmonte total de direitos, o então presidente da república Michel *Temer, vem proporcionando uma serie de ataques ao SUS, tendo em vista a* Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, atual Projeto de Lei 55, que visa um congelamento de 20 anos nas despesas primarias com saúde e educação. Não satisfeito, o atual governo ainda incentiva a criação e implantação de planos "acessíveis" de saúde pela rede pública para a população usuária.

O processo de desmonte em curso do SUS se faz cada vez mais forte, tendo em vista a "naturalidade" na qual esse processo vem se tornando e sendo visto por grande parte da sociedade por meio, sobretudo, da mídia ligada aos interesses do capital, que atua mediante a desvalorização do público e super valorização do privado. O que se apresenta é o avanço das privatizações e terceirizações do setor público, com a proposta ilusionista de redução dos gastos do Estado. Porém quando esta responsabilidade do setor público é transferida ao mercado é importante ter em mente que este visa o maior lucro possível que se possa adquirir de seus serviços, configurando a saúde como mercadoria e não como direito constitucional.

Para a construção desse estudo investigativo utilizamos os autores contemporâneos críticos que discutem as temáticas abordadas ao longo desse artigo científico, tais como: Bravo (2009), Paim (2012), Polignano (2001), Silva (2014), Silva (2003), Souto (2008), dentre outros.

Mediante o contexto exposto, o nosso estudo investigativo tem como objetivo analisar como se efetiva o processo de materialização dos princípios doutrinários do SUS na

[84] Inicia-se no governo de Fernando Collor de Mello, gestão (1990 a 1992), quando ocorreu seu *impeachment*, assumindo o então vice Itamar Franco (1993-1994).

Maternidade Dr. Peregrino Filho, junto às usuárias entrevistadas a partir do processo de desmonte do setor público de saúde.

Para tanto, trata-se de uma pesquisa de campo, com uma amostra de 21 (vinte e uma)[85] usuárias internas na acima mencionada, *locus* investigativo do nosso estudo, cuja coleta de dados ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano.

No tocante aos procedimentos metodológicos, adotamos metodologia quali-quantitativa, com a utilização de autores contemporâneos de viés marxistas, conforme já mencionado anteriormente, que contribuíram diretamente para a construção deste estudo. Com relação aos instrumentos de coleta de dados empregamos a observação sistemática, o diário de campo e o formulário semi-estruturado. No primeiro momento se teve a transformação em dados estatísticos, adiante, a interpretação dos dados, à luz da metodologia de análise do conteúdo.

2. TECENDO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL A PARTIR DO MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

Conforme ressalta Bravo (2009), são inúmeras as transformações ao longo dos anos na trajetória da Política de Saúde no Brasil, para tanto, o presente artigo parte do movimento de Reforma Sanitária Brasileira (RSB), que representou um processo de conquista e consolidação de direitos na saúde com a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS)[86] materializado na Constituição Federal de 1988.

Mediante salienta Paim (2012), foi a partir do CEBES, vinculado aos movimentos sociais, nasce o Movimento da Reforma Sanitária[87], na qual defende a saúde como direito universal de todos os brasileiros e, impulsiona a necessidade de se organizar uma prestação de serviços de saúde mediante uma nova perspectiva, uma mudança concreta, que proporcionasse um impacto na vida da população.

[85]Este número equivale ao percentual de 10% do total aproximado de 210 (duzentas e dez) usuárias atendidas mensalmente na Maternidade Dr. Peregrino Filho, conforme informações coletadas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) da instituição.
[86] Mais adiante abordaremos a respeito do SUS.
[87]O termo Reforma Sanitária não é unívoco. Designa as mais variadas experiências de reformulação normativa e institucional no campo da assistência à saúde dos cidadãos, em países do primeiro e do terceiro mundo, como a Itália, a Espanha e o Brasil, como ainda em sociedades semiperiféricas, como Portugal. Dentre essas experiências foi à italiana que mais fortemente marcou e inspirou o movimento da Reforma Sanitária no Brasil [...] (COHN, 1989, p.123.)

Dentre as conquistas que a Reforma Sanitária possibilitou podemos mencionar o agrupamento dos serviços de saúde, a participação da sociedade e a expansão do acesso a serviços de qualidade. Na contemporaneidade e decorrente ao atual cenário político e econômico, as conquistas fundadas referentes à Reforma Sanitária sofrem um processo de retrocesso, uma regressão de direitos sociais, estes conquistados e consolidados por meio de lutas e reivindicações da classe trabalhadora. (*Ibid*).

Com base em Paim (2012), e voltando para à passagem da década de 1970 à 1980, houve no país uma ampliação dos movimentos sociais, sendo estes instigadores da democracia na área da saúde, do Estado e da sociedade. A concretização da redemocratização ocorreu especificamente a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), na qual se agrupou as reivindicações do movimento sanitarista, que diferentemente de outras reformas recomendadas pelo Estado, surge da sociedade civil organizada com o objetivo de não se limitar apenas ao setor saúde, mais se estender a transformação social.

Conforme aborda Polignano (2001), na década de 80, mais especificamente em 1988, estabeleceu-se a nova Constituição Federal Brasileira, que assegura no Capítulo II da Seguridade Social. Seção II da Saúde, em seu Art. 196 que "A saúde é direito de todos e dever do Estado", e no Art. 198 as seguintes diretrizes: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade, para tanto, sendo financiado pelos recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios além de outras fontes. Como salienta o autor supracitado, o Sistema Único de Saúde - SUS foi regulamentado em setembro de 1990 através da Lei Orgânica de Saúde (LOS), [88]composta pela Lei nº 8.080 e a Lei nº 8.142.

Conforme ressalta Silva (2014), no começo do novo sécul, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república, surge uma nova esperança de um governo que se distanciasse das políticas neoliberais implementadas por seus antecessores. No entanto, como observa Pereira (2012), o governo Lula em seus dois respectivos mandatos[89] deu continuidade aos conceitos neoliberais, de uma forma mais inerente, adotando uma postura ambígua, na qual buscava servir a dois senhores ao mesmo tempo, a classe burguesa e a classe trabalhadora, na perspectiva de conciliação de classe.

[88]De acordo com o Ministério da Saúde (2012), A Lei 8.080/90, no que tange o planejamento da saúde, a assistência á saúde e a articulação inter federativa. A Resolução nº 453 de 10 de maio 2012 aprovou as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

[89]Em 2003 *Luiz* Inácio Lula da Silva assume o mandato de presidente da República sendo reeleito em 2006 no qual se manteve até 2010.

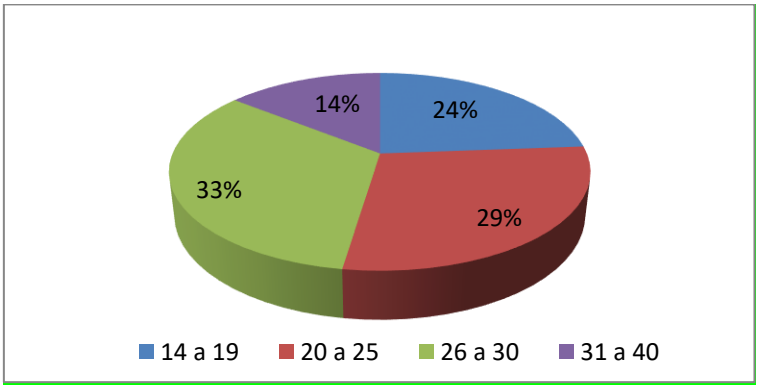
No que tange o *Governo Dilma* Rousseff (2011-2016), Bravo; Menezes (2011) salientam que já nas suas primeiras intervenções a uma parceria estabelecida com o setor privado na área de saúde. Contudo, os autores Mendes; Santos (s/d) asseveram que tanto no governo Dilma, como o governo Lula seu antecessor, foram adotadas medidas na qual seus impactos recaem sobre as políticas sociais, estes visam à diminuição de investimentos e recursos nas áreas da saúde, educação e previdência social. Na área da Saúde está realidade ainda é mais impactante. Em 31 de agosto de 2016 ocorreu o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, passando a assumir a presidência da República seu vice, o atual presidente, Michel Temer. O presente governo estabelece no país medidas o qual julga pertinente a retomada no crescimento econômico, tais como: "[...] o aumento do preço do combustível, o atraso na substituição das frotas no transporte coletivo, as privatizações dos ativos energéticos e a crise na educação [...]" (DAMASIO, 2017, s/d). O autor ainda assevera estas "reformas" como soluções temporárias, vez que, o Estado sobrepõe à população o total peso da crise econômica no país.

De acordo com Dominguez (2016), uma nova ameaça contra o SUS se torna mais forte no atual governo, o mesmo trás a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, atual Projeto de Lei 55, que tem como intuito traçar um limite referente às despesas primaria com a saúde e a educação, congelando os gastos por 20 anos. Não se limitando apenas na paralisação dos gatos, mas reduzindo também significativamente os investimentos, conforme não considera o crescimento populacional e a inflação oficial do setor. (*apud* REVISTA RADIS, 2016)

São constantes as ameaças contra o Sistema, dentre elas podemos destacar ainda a proposta de implantação de planos "acessíveis" de saúde pela rede pública para a população, tendo os recursos direcionados a hospitais de regiões com porte significativo, bem como, de maior renda. (*Ibid*).

Passamos agora a analisar os dados coletados junto às usuárias. O primeiro indicador social analisado refere-se à faixa etária das usuárias, como podemos identificar no Gráfico abaixo.

Gráfico 01 - Faixa Etária das usuárias entrevistadas na Maternidade Dr. Peregrino. Patos/PB, 2018.

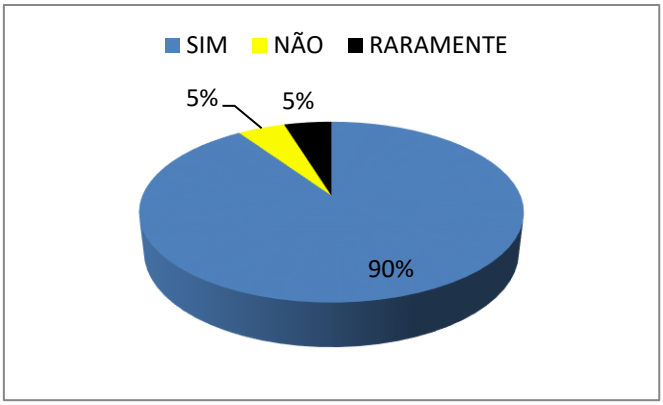


Fonte: Primária, 2018.

Com base na leitura do Gráfico 01, identificamos um percentual de 62% de mulheres na faixa etária de 20 a 31 anos de idade. Esse indicador evidencia uma significativa diminuição do número de adolescentes grávidas. A esse respeito, dados do Ministério da Saúde (2017, *apud* PORTAL BRASIL, 2018) apontou uma queda de 17% no número de adolescentes grávidas no país, bem como, dados levantados pelo Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) estipulam uma queda na natalidade entre mães com a faixa etária de 10 a 19 anos. Vale ressaltar que a região Nordeste ainda é a que apresenta o maior índice de adolescentes grávidas, uma estimativa de 180 mil nascidos, ou seja, 32% do total em relação a demais regiões. (SINASC, 2017, *apud* PORTAL BRASIL, 2018).

Ao serem indagadas a respeito do seu estado civil, 43% das usuárias entrevistadas na Maternidade Dr. Peregrino Filho afirmaram serem casadas, e 38% em união estável com seus respectivos companheiros.

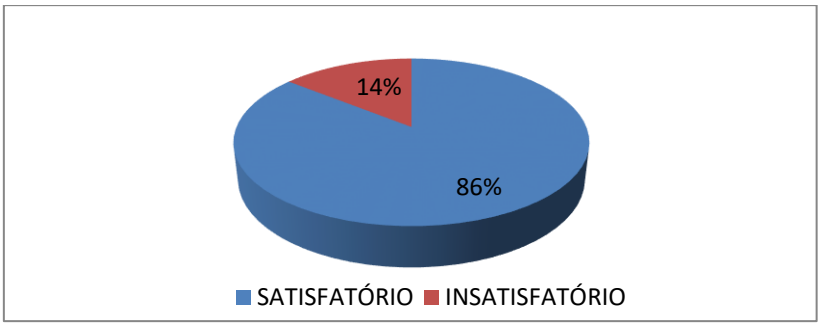
Gráfico 02 – Acesso aos serviços de saúde do município de origem segundo as usuárias entrevistadas na Maternidade Dr. Peregrino Filho. Patos/PB, 2018.



Fonte: Primária, 2018.

A leitura dos dados acima vislumbra que 90% das usuárias entrevistadas relataram ter acesso aos serviços de saúde do seu município, de forma a se considerar os mesmos de fácil acesso, para tanto, apontaram os seguintes serviços de saúde: Programa Saúde da Família (56%); Hospital (26%), Maternidade (9%) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) (9%). Pode-se identificar a efetivação da Rede Cegonha, está por sua fez de acordo com o (PORTAL BRASIL, s, d) tem a finalidade "[...] De estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País [...], gradativamente, em todo o território nacional, iniciando sua implantação respeitando o critério epidemiológico, taxa de mortalidade infantil e razão mortalidade materna e densidade populacional. Conforme o (PORTAL BRASIL, s, d), são quatro os componentes que constituem a Rede Cegonha. "I - Pré-natal; II - Parto e nascimento; III - Puerpério e atenção integral à saúde da criança; e IV - Sistema logístico (transporte sanitário e regulação)."

Gráfico 03 - Nível de percepção dos serviços ofertados pela Maternidade Dr. Peregrino Filho, segundo as usuárias entrevistadas. Patos/2018.



Fonte: Primária, 2018.

Conforme a leitura do Gráfico acima, a maioria (86%) das usuárias entrevistadas consideram satisfatórios os serviços ofertados pela Maternidade Dr. Peregrino Filho.Vale salientar que a Instituição pesquisada é terceirizada pelo Instituto GERIR[90]. Deste modo é importante destacar o processo de terceirização e suas conseqüências dentro do âmbito público principalmente no que tange o trabalhador.

Na contemporaneidade, de acordo com BardanachvillI, *apud* Bravo (2018), é explicito a excursão de dois projetos na saúde, "[...] O da Reforma Sanitária dos anos 1980, que defende

[90] De acordo com o site da instituição, o GERIS "[...] é uma organização social que tem o objetivo de levar [...] práticas da gestão privada para a administração pública. Com sede em Goiânia, o Gerir é formado por uma equipe multidisciplinar [...] e humanizada de unidades públicas de saúde em diversas cidades do país. Disponível em: <http://gerir.org.br/quem-somos/> Acesso em 31 mar 2018.

a saúde como direito de todos e dever do Estado, e o projeto privatista vinculado ao mercado [...]". Dentre estes dois o primeiro reforça a democracia, tendo em vista a promoção dos direitos sociais, já o privatista englobasse ao capital, proporcionando o afastamento do Estado nas atribuições e competências para com a população, "Estado mínimo" e preservando a valorização do capital.

A autora acima referida ainda ressalta inúmeros retrocessos dentro deste processo. "[...] Um SUS público, estatal [...]". A mesma ainda aponta como agravante a eliminação do concurso público, outro retrocesso no que tange as direitas sociais. (BARDANACHVILLI, *apud* Bravo (2018, s/p).

Com relação aos serviços de saúde oferecidos nos seus municípios de origens, como, PSF, Hospital, UPA, dentre outras que variam consideravelmente do acordo com o porte do município. 76% das usuárias afirmaram que estão satisfeitos, contra 24% que consideram os serviços insatisfatórios.

Seguem a seguir alguns fragmentos de fala, quanto ao nível de satisfação:

> [...] *Por que a agente de saúde sempre comunica* [...]
> (Formulário n.10)
>
> [...] *Quando tem exames sempre me informam* [...]
> (Formulário n.01)
>
> [...] *Atende bem, sempre que fui tinha médico* [...]
> (Formulário n. 06)

Como já identificado pelas usuárias entrevistadas, no que tange ao não acesso a serviços de saúde, o transporte é um dos fatores mais considerados por elas, e quanto ao nível de insatisfação, as usuárias entrevistadas apontaram os seguintes fragmentos de fala:

> [...] *No postinho não tem nada, quando procuro médico não tem* [...]
> (Formulário n.21)
>
> [...] *Não por que o atendimento público nunca é 100%* [...]
> (Formulário n.15)
>
> [...] *Nem sempre, depende muito, às vezes quando têm exames eles chamam, mais tem vezes quando precisa de médico não tem* [...]
> (Formulário n. 11)

Indagadas durante a pesquisa se sentiam bem representadas como cidadãs de direitos acerca dos serviços de saúde que são implantadas em seus municípios, é notório que mesmo

identificando os demais serviços de saúde ofertados no município as usuárias relatam apenas o PSF como referência de serviço de saúde.

Por último foi indagadas as usuárias a quem cabe a responsabilidade a saúde, a quase totalidade informaram que ao Estado/município e 10% ao próprio cidadão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no processo de construção da Política de Saúde no Brasil, o Movimento de Reforma Sanitária é um marco no que tange sua formação.

A política de Saúde no país é marcada por incontáveis lutas por direitos sociais. Com a Constituição Federal de 1988 surgi um novo modelo de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) que assegura no Art. 196 “A saúde é direito de todos e dever do Estado”.

Na atual conjuntura o cenário é de desmonte e sucateamento do setor público. As privatizações e terceirizações são cada vez mais comuns, conforme leituras de autores mencionados ao logo desse artigo, o Estado passa a transferir a responsabilidade para com a população ao setor privado.

Tal perspectiva faz parte dos princípios neoliberais que visam um Estado parco em investimentos públicos, e uma super valorização do setor privado. Como já salientado no corpo deste estudo investigativo, tais atribuições refletem num momento frustrado no que tange conquistas e direitos sociais, um retrocesso no que se tem por democracia.

O presente estudo investigativo teve como objetivo identificar junto às usuárias entrevistadas na Maternidade Dr. Peregrino Filho, os impactos dos novos modelos de gestão no que tange a materialização dos serviços ofertados pelo SUS. Desta forma foram entrevistadas uma amostra de 21 (vinte e uma) usuárias, que se encontravam internas nos pavilhões superior e inferior da supracitada instituição. De antemão podemos identificar uma satisfação acerca dos serviços ofertados pela Maternidade, visto que 86% das entrevistadas classificam satisfatórios os serviços.

É corriqueiro conforme a fala das usuárias dificuldades no acesso aos serviços de saúde, tendo em vista na maioria dos casos a falta de transporte ou/e insuficiência destes contribuem para o não ou/e difícil acesso das usuárias aos serviços ofertados pela rede pública de saúde. É relevante salientar que apenas 05 (cinto) das usuárias entrevistadas residem no município de Patos/PB, 76% moram em municípios que em sua maioria são de pequeno porte, desta forma é necessário o deslocamento para cidades que dispõem de serviços de saúde mais amplos.

Ainda mediante a fala das usuárias identificou-se que em diversos casos a gestão pública de seus respectivos municípios fornece transporte público para facilitar o acesso, porém em muitos casos este não é o suficiente para sanar as necessidades da população, tornando-se assim cada vez mais complexo a garantia de um atendimento descentralizado.

Por fim, é valido ressaltar que a realidade sociopolítica desta pesquisa é desconhecida por ampla parte das usuárias entrevistadas, tanto percebida durante as observações realizadas no Estágio Supervisionado, como nos dados coletados na pesquisa. Aliado a esse fator, temos a forma exposta pelos grandes veículos midiáticos do país, sob a égide do capital, em que apontam uma leitura distorcida acerca do SUS, cujos rebatimentos acabam recaindo e absorvidos por boa parte da população usuária e trabalhadora do país.

Este resultado, mediante outros apresentados ao longo do estudo sinalizam a não corroboração da hipótese firmada na construção do nosso Projeto de Pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDANACHVILLI, Eliane. **A Reforma Sanitária trazida à tona.** Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/reforma-sanitaria-trazida-tona>. Acesso em: 30 Mar.2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 1977.

BATALHA, Elisa. Terceirização é precarização. In: **Revista RADIS**. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/176/reportagens/terceirizacao-e-precarizacao>. Acesso em: 19 Mar.2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Descentralização**. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 19 Mar.2018.

BRASIL/MS. 71% dos brasileiros têm os serviços públicos de saúde como referência. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/06/71-dos-brasileiros-tem-os-servicos-publicos-de-saude-como-referencia>. Acesso em: 02 Mar 2018.

BRASIL/MS. Lei 8.080 de 19/09/1990. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm>. Acesso em: 07 Mar. 2018.BRASIL/MS. Rede Cegonha. Disponível em: < http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_rededecegonha.php>. Acesso em 02 Jun.2018.

BRAVO, Maria Inês Souza. Serviço social e Reforma Sanitária: lutas socias e práticas profissionais. São Paulo: Cortez, 2011.
BRAVO, Maria Inês; MENESES, Juliana S. Bravo. A Política de Saúde na atual conjuntura. In: SILVA, Batista Letícia; RAMOS, Adriana. (Orgs.) **Serviço Social**, saúde e questões contemporâneas. São Paulo: Papel Social, 2014.

COHEN, Amélia. **Caminhos da Reforma Sanitária.** Disponível em: < file:///D:/Users/Pessoal/Downloads/caminhos%20da%20reforma%20sanit%C3%A1ria%20(1)%20(1).pdf>. Acesso em: 09 Mar.2018.

DAMASIO, Leandro. **O impeachment e suas consequências.** Independente. Disponível em: <http://independente.jor.br/o-impeachment-e-suas-consequencias/>. Acesso em: 09 de Mar.2018.

GERIR. 2015. Disponível em: < http://gerir.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 23 Fev. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional.3ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MATERNIDADE DR. PEREGRINO FILHO. 2015. Disponível em: <http://www.maternidadeperegrinofilho.org.br/>. Acesso em: 23 Fev. 2018.

MENDES, Cleide Ana Rodrigues; SANTOS, Patrícia Jobim. **O ajuste neoliberal**: impactos na política de saúde no brasil. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/f7/f7816e0b-7840-425f-b887-2b106e785800.pdf>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

MOROSINI, Liseane. **Recursos em disputa.** In: Revista RADIS. N° 179. Rio de Janeiro: Fiocruz, agt 2017. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis-179_web.pdf> Acesso em 18 out. 2017. Acesso em: 24 Fev.2018.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

PEREIRA, PotyaraAmazoneida. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Alessandra Ximenes da. **Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da Reforma Sanitária Brasileira**. Recife: UFPE/CCSA/DSS, 2013. (Tese de Doutorado) Disponível em:
< http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11466> Acesso em: 20 Fev de 2016.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **História das políticas de saúde no Brasil**: uma pequena revisão. Faculdade de Medicina da UFMG [2001]. Disponível em: Fonte: <http://www.medicina.ufmg.br/dmps/internato/saude_no_brasil.rtf> Acesso em: 22 Fev 2017.

REVISTA RADIS. **SUS. Esvaziado**. Nº 169. Rio de Janeiro: Fiocruz, out 2016. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis_169_web.pdf> Acesso em 07 out.2017

OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Francielly Jácome Gonçalves[91]
Juliana de Lacerda Sousa[92]
Lidiane Rodrigues da Nobrega[93]
Vanusa Nunes de Oliveira[94]

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo discutir os desafios da participação dos usuários nas instâncias de controle da Política de Assistência Social. Desse modo, o estudo se configura como pesquisa bibliográfica e traz reflexões críticas acerca da participação dos usuários. Levando-se em consideração o percurso histórico e o marco jurídico legal da Constituição de 1988 que deram legitimidade a Política de Assistência Social, assim como os demais dispositivos legais: LOAS (1993), PNAS (2004) e SUAS (2005). Estes se tornaram ferramentas primordiais para a implantação e implementação dos espaços de controle social das políticas públicas, sabendo que eles fortaleceram a luta contra a ofensiva neoliberal, diante de uma disputa entre os dois projetos societários: o projeto neoliberal e o projeto democrático-popular, este representa a luta por direitos sociais no Brasil e promove a participação dos usuários nas discussões das instâncias deliberativas: Conselhos, Conferências e Fóruns; Aquele tende a minimizar a participação dos usuários e a desarticular as ações dos sindicatos. Contudo, apesar de muitos ganhos conquistados por meio de lutas e intensas mobilizações, ainda se evidencia a fragilidade e a quase inexpressividade dos representantes da sociedade civil, em virtude da falta de formação e organização política, como também do reconhecimento dos seus próprios direitos.

[91] Pós-graduada em Políticas de Proteção Social e Serviço Social pela Faculdade São Francisco da Paraíba- FASP. Pós-Graduanda na Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande -UFCG. Email: francielly-jacome@hotmail.com

[92] Aluna da especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e assistente social estatutária do CRAS do município de São Bento - PB. Email:julianalacerdass@hotmail.com

[93] Especialista em Programa de Saúde da Família pela Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande- FCC. Pós-Graduanda na Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Assistente Social do CRAS I do Municipio de Sousa-PB. Email: lidysza@hotmail.com

[94] Especialista em Saúde Mental pela Faculdade Integrada de Patos-FIP. Pós-Graduanda na Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. .Email:nusanunes@hotmail.com

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Usuários. Controle Social.

ABSTRAC:

This article aims to discuss the challenges of user participation in the instances of control of the Social Assistance Policy. Thus, the study is configured as a bibliographical research and brings critical reflections about the participation of users. Taking into account the historical background and legal framework of the 1988 Constitution that gave legitimacy to the Social Assistance Policy, as well as other legal provisions: LOAS (1993), PNAS (2004) and SUAS (2005). These have become prime tools for the implementation and implementation of social control spaces of public policies, knowing that they have strengthened the struggle against the neoliberal offensive, in the face of a dispute between the two societal projects: the neoliberal project and the popular democratic project, this represents the struggle for social rights in Brazil and promotes the participation of users in the discussions of the deliberative instances: Councils, Conferences and Forums; It tends to minimize the participation of users and disarticulate the actions of the unions. However, despite many gains achieved through struggles and intense mobilizations, the fragility and almost inexpressiveness of representatives of civil society, due to lack of training and political organization, as well as the recognition of their own rights, is still evident.
Keywords: Social Assistance Policy. Users. social control.

1. INTRODUÇÃO

A participação popular nos espaços de controle social das políticas públicas de Seguridade Social **s**omente efetivou-se com os dispositivos legais da constituinte de 1988 período este marcado por intensas lutas e mobilizações da sociedade civil em prol de reconhecimento e de ter garantido o seu direito de participar das decisões governamentais que lhe diz respeito. No tocante a efetivação desses espaços de controle social no âmbito da Política de Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2005), foram dispositivos legais primordiais para a construção e ampliação desses espaços deliberativos. Para isto, o trabalho será dividido em três tópicos:

O primeiro tópico apresentará análises sócio-históricas pós Constituição Federal de 1988 trazendo para as discussões os principais dispositivos legais da Política de Assistência Social (LOAS, PNAS, SUAS) que asseguram enquanto direito de cidadania, a participação

popular no processo de construção, fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas públicas.O segundo ponto aborda a disputa entre os dois projetos societários: o projeto neoliberal e o projeto democrático-popular, trazendo também para análise, de forma mais específica às reflexões acerca da participação social nos espaços deliberativos: Conselhos, Conferências e Fóruns.

E por último, discute acerca dos desafios vivenciados pelos usuários da Política de Assistência Social no tocante a sua participação nesses espaços de controle social. A perspectiva da gestão pública brasileira partindo do pressuposto do SUAS nesse contexto de ofensiva neoliberal, reitera a luta por um estado democrático de direito que seja capaz de ampliar os direitos de cidadania, priorizando as políticas públicas que favorecem a direitos universais permeáveis a participação popular e que proporcionam a equidade e a justiça social.

Partindo do método de análise crítico dialético, o presente trabalho tem como objetivo discutir os desafios da participação dos usuários nas instâncias de controle social da Política de Assistência Social, buscando contribuir com o debate acerca do controle social, na busca esclarecer e reforçar o projeto democrático-popular.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Marco do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil

A assistência social era vista como práticas caritativas e filantrópicas, como a ajuda aos pobres e necessitados. A partir da Constituinte de 1988, a Assistência Social passou a ser uma política pública, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Essa nova fase, integra-se ao Sistema da Seguridade Social, sendo este formado por três esferas fundamentais e reconhecidas como status de políticas públicas de proteção social, no âmbito da Assistência, Saúde e Previdência (ZANIRATO, 2000).

Diante dos avanços constitucionais, a década de 90 é palco para ajustes e discussões políticas, na qual a assistência ganha destaque em seus movimentos de avanço e também de retrocesso, especificamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso onde foi instituído o Programa de Comunidade Solidária, voltado à esfera do voluntariado e refilantropização da assistência. Em resistência, a categoria de profissionais da assistência lutou e participou

ativamente, dos espaços de deliberação de conferências, fóruns, atuação dos conselhos, e dentre esses espaços surgiram novas redefinições da Política de Assistência Social.

Em 07 de dezembro de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (lei 8.742/93), LOAS, que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 88, onde foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política. Fato este importante para o avanço da Assistência Social como política pública e de direito, e enfrentamento da questão social.

A Assistência Social passa assumir o caráter de política pública e se descreve como política de proteção social, voltada à garantia de direitos e de melhores condições de vida. Segundo o primeiro artigo da LOAS, dispõe que: a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento ás necessidades básicas. (BRASIL, 1993, p.7)

Conforme está prevista no art.194 da Constituição Federal/1988, a assistência constituí uma política inserida na seguridade e com a LOAS foram definidos os serviços assistenciais a população em situações de vulnerabilidade e risco social.

> Segundo a lei, assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla (SIMÕES, 2009, p.283).

Contudo, desde sua criação tem travado um caminho muito árduo para ser percorrido frente às tendências de focalização, fragmentação e seletividade nas ações, comprometendo seus princípios. Frente a isso as intensas lutas exigem “diversas ações e iniciativas de atendimento à população, deixando o campo do voluntarismo e passando a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado, tornando-se um direito do cidadão” (FAQUIM, 2011, p.3).

Em 2004 a Resolução n.145/04 (Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social), tem o intuito de concretizar as concepções já existentes, e tratam de implementar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que foi construída a partir de discussões realizadas em todos os estados brasileiros por meio de fóruns e conferências (FREITAS; GUARESHI, 2014). Segundo aponta Behring e Boschetti (2011), a PNAS estabeleceu-se, como forma de

concretizar o conteúdo da LOAS e numa promessa de realização do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

> O Sistema de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não contributivo, narra Brasil (2005), descentralizado que tem por incumbência a administração do conteúdo especial da Assistência Social na área da defesa social brasileira. Sua norma operacional básica foi aprovada em 2005. Ele se constitui como um modelo de gestão descentralizado e participativo, que regula e organiza em todo território nacional as ações socioassistenciais, tendo como eixos estruturantes: a matriz familiar; a descentralização político-administrativa, a territorialização; novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; controle social; política de recursos humanos; informação, monitoramento e avaliação (EPIFANIO, 2017, P.6)

Após muitas discussões, no ano de 2004, conseguiu-se implementar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS que busca operacionalizar a Assistência Social em todo o território nacional. Sua gestão tem funções assistenciais de: "a proteção social, vigilância social e a defesa dos direitos sócioassistenciais" (SIMÕES, 2009, p.303). Descrevendo e editando seu processo de descentralização político administrativa, a participação popular em instâncias representativas, que de forma democrática na qual pode ser avaliado, definido e regido pela sociedade civil, são os chamados Controle Social, mais precisamente "participação popular" que pretende ampliar a democracia representativa e participativa.

Essa política vem com aspectos fortalecidos e organizados, tanto na sua estruturação como na implementação, pois a nova política de Assistência Social que institui o SUAS, define dois patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir a segurança de sobrevivência, acolhida e convívio ou vivência familiar modo a garantir proteção.

Em acréscimo de mais considerações advindas do SUAS Faquim (2011) afirmam em sua fundamentação teórica, e apresenta eixos estruturantes, sendo um deles o controle social cujo objetivo é o fomento da participação dos usuários e a efetivação da Assistência Social como direito. O controle social seria, neste entendimento, uma forma de fiscalização que parte da sociedade civil em relação ao Estado, para que haja a garantia de direitos e cumprimentos dos deveres do Estado, de suas propostas e programas.

No item a seguir, abordaremos de forma mais detalhada o conceito de controle social e participação popular.

2.2 Participação e Controle Social: Particularidades da Política de Assistência Social

Com o marco da Constituição Federal de 1988, tem-se a legitimidade da Seguridade Social, que fortaleceu a luta contra a ofensiva neoliberal, diante de uma disputa entre os projetos societários: o projeto neoliberal e o projeto democrático-popular, representando a luta por direitos sociais no Brasil. Nesse sentido, segundo Neves (2014, p 234) evidenciamos a participação da sociedade civil no sentido de fortalecer os "sujeitos políticos coletivos" e as lutas sociais em torno de direitos para reforçar o projeto democrático popular, marcando na literatura o conceito de controle social.

Em um sentido mais amplo, a partir do materialismo histórico dialético, o ' controle social' é do povo sobre o Estado para a garantia da soberania popular. Para algumas análises marxistas, "a burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social" (Iamamoto & Carvalho, 1988, p. 108).

A Carta Magna de 1988 consagrou o princípio da participação social como forma de afirmação da democracia. Desde então houve uma proliferação de instâncias de controle social dentre algumas temos: os Conselhos sendo importantes espaços permanente de participação social na administração pública, e promovem a integração da sociedade aos debates governamentais sobre políticas públicas; as Conferências de assistência social como instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ademais, o Controle Social como fortalecimento da Política de Assistência Social, é o acompanhamento e avaliação da gestão, estão nas discussões como sinônimo de participação social, espaços democráticos de construção de estratégias para fomentar reivindicação e defesa dos direitos pelos usuários e trabalhadores nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência social e de outras políticas públicas. Segundo Neves (2014), espaços estes que venham expressar a possibilidade de ampliação da participação popular na construção de uma nova cultura política participativa.

É preciso compreender que a probabilidade de exercer o controle democrático da sociedade civil contra o Estado, no sentido de defender os interesses coletivos, envolve um processo de redemocratização da sociedade, numa realidade antagônica entre os dois projetos políticos, o neoliberal e o democrático-popular, onde o primeiro prioriza o capital, com o recrudescimento dos retrocessos sobre as políticas públicas e o segundo, particulariza os sujeitos coletivos buscando garantir a universalização dos direitos, assegurados pelo Estado.

De outro modo, como afirma Pereira (2008, p.94): é através da ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo. É dessa forma, que as políticas públicas devem existir para além de reformas governamentais, uma vez que cabe ao povo o poder de decidir sobre as prioridades do governo.

Outro desafio é pensar no controle democrático a partir da ampliação dos direitos e a sua relação histórica na Assistência Social, com a inserção dos assistentes sociais, os profissionais, o Estado e a sociedade civil organizada, fruto de um movimento mais amplo que tenha como horizonte o protagonismo e luta do conjunto da classe trabalhadora. Esses espaços de controle vêm contribuindo de forma correta na aplicação dos recursos públicos, na fiscalização, no sentido de fortalecer os sujeitos políticos coletivos e as lutas sociais em torno dos direitos para reforçar as necessidades da sociedade, para que sejam atendidas de forma eficiente.

No entanto, o desafio maior reside na representatividade dos sujeitos coletivos em entidades, muito embora, essas entidades historicamente estejam marcadas pelo trabalho de corte assistencial e benemerente, bem diferentes do sentido de controle social, sendo em outras formas organizadas através de lutas sociais, representadas pelos interesses coletivos, diante dos embates sócio políticos, e todas disputam espaços de participação no SUAS.

No âmbito da Política de Assistência Social, a representação tem sido indireta dos usuários, de outra forma, a representatividade tem sido de forma benemérita, com forte influência de prestadores privados, porém a partir do SUAS, essa realidade vem sendo vista diferente, uma vez que, vem assegurando participação e representatividade. Segundo a Resolução CNAS N º 24, de 16 de fevereiro de 2006, onde preconiza:

> Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estruturalmente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Para que esses usuários se tornem capazes de exercer o controle social, precisam se incorporar de formação política de conhecimentos e capacidades que utilizem os instrumentos para o exercício de suas funções. Logo, esses espaços de participação popular são capazes de contribuir para a construção dessa formação política de efetivação dos direitos, mesmo diante

de muitas dificuldades encontradas para o exercício do poder deliberativo. Dificuldades estas, que serão abordadas no tópico seguinte.

2.3 Usuários/as do SUAS: desafios à participação cidadã e ao controle social

A inclusão da participação popular nos dispositivos legais da constituição de 1988, bem como já foi discutido anteriormente nesse estudo, se deu a partir de muitas lutas e mobilização da sociedade civil, pois mesmo não sendo prioridade dos governantes ouvir a voz da sociedade como elemento primordial para o delineamento e execução das políticas públicas, nesse momento da história, a vontade popular se sobressaiu e foi preciso ceder e reconhecer a sociedade como detentora de direitos de cidadania, principalmente no que diz respeito a garantia de exercer o Controle Social das políticas públicas de Seguridade Social.

A Política de Assistência Social, fazendo parte do tripé da Seguridade Social conseguiu alcançar o estatuto de política pública, assegurado na LOAS, enquanto direito, a participação popular nos espaços de controle social, como os conselhos, fóruns e conferências, de forma a inserir a população "no processo de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos" (SILVEIRA e VIEIRA, 2013 p.2).

Apesar de muitos ganhos conquistados nesse período de redemocratização, ainda estamos longe de alcançar a tão estimada soberania popular. No âmbito da Política de Assistência Social, encontramos inexpressíveis avanços no que tange a participação dos usuários[95] nesses espaços de controle social. Isso se dá muitas vezes, mediante a falta de conhecimento do que representa esses espaços e principalmente dos próprios direitos enquanto cidadãos usuários dos serviços, programas e projetos da Assistência Social.

Segundo Raichelis (1998, p.93):

[95] O termo usuário aqui utilizado é instituído pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004 Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

> Os denominados *usuários* dos programas e serviços de Assistência Social são as camadas empobrecidas da população trabalhadora, geralmente definidas a partir de indicadores da pobreza absoluta, critério que, aliás, acabou prevalecendo nos textos legais, por meio da definição de grupos restritos de destinatários dos benefícios desta política e do vergonhoso corte de renda, além dos vexatórios critérios de seleção a que são submetidos.

Nesse ínterim, para além dos critérios de renda que segundo a autora definem vexatoriamente o perfil da população usuária dos serviços e programas da Assistência Social, a pobreza na sua visão é também relação social "que define lugares sociais, sociabilidades, identidades. É fundamentalmente carência de direitos, que se expressa também pela ausência nos espaços públicos" (RAICHELIS, 1998, p.93).

Nessa mesma linha de pensamento Campos (2009, p. 21 e 22) segue argumentando:

> Os usuários da assistência social, segundo a NOB/SUAS, são cidadãos e grupos em condições de vulnerabilidades e riscos. As vulnerabilidades são, em grande parte, decorrentes do lugar social que ocupam. [...] Estas pessoas e famílias se comunicam com as instâncias do SUAS na condição de beneficiário e de assistidos, pois não estão constituídos em corpus político, dotados de representatividade.

Além das vicissitudes do lugar social, observamos vários aspectos que limitam a participação dos usuários nesses espaços, porquanto nas Conferências é utilizada linguagem técnica, na qual não alcança a compreensão dos usuários, nos conselhos não é favorecida a participação uma vez que não é divulgado as reuniões, e com horários dificultosos. Outro apontamento é quando a gestão governamental, interfere, dificulta e não incentiva a participação da sociedade civil, fazendo com que a autonomia das ações sejam desestimulada frente à participação popular. Por mais que ocupem a representatividade e a quase inexistência dos movimentos organizados dos usuários, eles acabam sendo refletidos na inexpressividade de acesso dessa população nas instâncias de controle social.

Campos (2009, p.23) ainda apresenta como contributo a este estudo, a presença de dois riscos no processo de inclusão do usuário nessas instâncias:

> o primeiro, diz respeito às possibilidades de cooptação política que se expressa na inclusão subalterna; o segundo, é a incorporação artificial que desconsidera a representatividade dos atores e exponencia o simbolismo da presença. Todavia, tais riscos não podem servir de obstáculos para elidir a participação desse segmento nas instâncias que se ocupam de avaliar a execução de política e propor diretrizes para o aprimoramento do sistema.

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas para acesso desses usuários nas esferas de controle social, não se pode desistir, nem muito menos deixar de lutar pela ampliação desses

espaços públicos de tomadas de decisões. Os Conselhos e as Conferências, como espaços privilegiados de participação dos usuários por serem instâncias descentralizadas (federal, estadual, distrital e municipal) e constituídos por representantes governamentais e da sociedade civil, configuram-se em campos estratégicos de embates importantes para publicização e ampliação da Política de Assistência Social.

Para que isso ocorra, de acordo com a Cartilha de Orientação acerca dos Conselhos e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social (2006, p.21) é esperado do conselheiro da sociedade civil:

> [...] que não usem o espaço do conselho para defender os interesses das entidades que representam, mas que sejam capazes de trazer as contribuições dos segmentos que representam em favor da política pública, alimentadas também pelos debates e discussões próprias da sociedade civil, como os fóruns, movimentos sociais, etc. Com a participação forte de ambos, governo e sociedade civil, os conselhos podem, de fato, compartilhar informações e decisões. Só assim a paridade numérica terá a força que lhe deu origem. Ou seja, que o poder político esteja distribuído entre conselheiros para que os direitos das pessoas que demandam proteção social sejam garantidos.

Desse modo, o grande desafio a ser enfrentado, é sem dúvidas, promover e garantir aos usuários da Política de Assistência Social, o acesso a informação e a qualificação necessária para que assim seja possível, a construção de uma verdadeira democracia, tendo em vista que o usuário se reconheça enquanto sujeitos de direitos e que assuma o seu papel de cidadão, sabendo da importância e da responsabilidade que tem em suas mãos ao defender os interesses da sociedade civil, através da sua tomada de decisão. Esse sujeito, segundo Lobo e Sposati (1992, p.372) é aquele:

> que se contrapõe, que tem força e presença para pressionar e ter protagonismo, isto é, ser sujeito, e não sujeitado. Não se trata de simplesmente **mais um,** mas da presença de um pólo de representação que tem capacidade, pela sua posição histórica e social, de se contrapor àqueles que detêm o poder institucional.

Assim sendo, esse sujeito deve assumir uma postura compromissada e política, articulada com os interesses da sociedade civil, de forma democrática, sabendo do lugar social que ocupa historicamente, legitimando assim o projeto democrático popular.

3. CONCLUSÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, temos um salto quantitativo e qualitativo de políticas públicas e de proteção social, dentro de seus princípios, diretrizes, leis e normas que regem a Assistência Social. Com a criação da LOAS (1993), PNAS (2004) e SUAS (2005) podemos visualizar uma normatização, organização e padronização dos serviços prestados, inclusive considerados de acordo com a regionalização de cada esfera governamental.

A participação popular no contexto do Estado democrático de direito tem contribuído de forma limitada ao acesso, a esses espaços de intervenção, por meio do controle social. Partindo do ponto de vista da condição de "igualdade" que é dada a esses sujeitos nos dispositivos legais nas tomadas de decisões e prioridades das políticas públicas, decisões estas que deveriam ser demandadas, de forma coletiva, junto a essas instâncias deliberativas, mas que em alguns casos, a representatividade muitas vezes, acontece somente para cumprir exigências e normativas, uma vez que as decisões na maior parte do tempo são tomadas, apenas pelos representantes governamentais.

Sendo assim, acreditamos que o ponto de partida para efetivar o controle social e a participação do usuário da Assistência Social, se dá por dois caminhos: O primeiro é, sem dúvida, o acesso à informação, a tentativa de desmistificar o conceito de controle social a essa população, deixando claro o quão importante é sua participação no cenário político, promovendo a formação e organização política desses sujeitos, para que se reconheçam, enquanto detentores de direitos de cidadania e capazes de opinar pelos seus interesses.

O segundo caminho a ser traçado, parte do pressuposto defendido por Marx de consciência de classe, sabendo que a representatividade nessas instâncias tem papel fundamental na garantia de direitos, o sujeito que está a frente de um assento no conselho ou em qualquer instância deliberativa, deve ser aquele capaz de pensar na coletividade, trazendo para as negociações os interesses daqueles que estão sendo por ele, representados, ou seja, este é o momento propício para lutar pela ascensão e prevalência do projeto democrático-popular em detrimento do projeto neoliberal, de cunho autoritário, paternalista, clientelista assumindo assim uma postura de sujeitos políticos, coletivos, propositores, inteirados e preocupados com o rumo que as políticas públicas estão sendo delineadas e geridas pelo Estado no nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS**, 1993.

BRASIL Resolução CNAS N º 24, de 16 de fevereiro de 2006. **Regulamenta entendimento acerca de representantes de usuários e de organizações de usuários da Assistência Socia**l.Disponível.em:file:///C:/Users/Vanusa/Downloads/Legisla%C3%A7%C3%A3o_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNAS%20024.2006.pdf Acesso em: 06/04/2018.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Edval Bernadino Campo. **O protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do SUAS**. In: Cadernos de textos: subsídios para debates: Participação e Controle Social do SUAS. Disponível em: http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/Textos_paraVII_Conferencia_Nacional2.pdf Acesso em:23/03/2018.

FAQUIN, Evelyn Secco**. Sistema Único de Assistência social e o Controle Social:** perspectivas de coordenadoras dos centros de referência da assistência social do município de Londrina/PR, 2011.

EPIFANIO, Alex. **A Assistência Social no Brasil à Luz da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3267/1/Alex%20Ferreira%20Epif%C3%A2nio.pdf Acessado: 01.04.2017.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESHI, Pedrinho A. **A assistência social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições**. **Dialogo,** n. 25, abr. 2014.

IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. de. Relações e Serviço no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 6.ed . São Paulo: Cortez/ Celats, 1988.

MOTA, Ana Elizabete. MARANHÃO, Cezar Henrique. SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de assistência, o Suas e a formação profissional. **O Mito da assistência social.** 4. Ed. Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussão conceitual sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Ângela Vieira. Cultura política e assistência social: o desafio do controle democrático. In: SANTOS PAULA, Renato Francisco dos (Org**). Gestão Pública e o Sistema único de Assistência Social (SUAS).** Desenvolvimento e questão social. São Paulo, Livrus, 2014, v.2.

RAICHELIS, Raquel. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, nº 56, p. 77 a 96,1998.

SILVEIRA, Irma Martins da; VIEIRA, Raquel Irinéia. **Participação e controle social dos usuários da política de assistência social**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Publicas. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16impassesedesafiosdaspoliticasdaseguridadesocial/participacaoecontrolesocialdosusuariosdapoliticadeassistenciasocial.pdf Acesso em: 23/03/2018.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social** (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3) 3º ed**.** São Paulo, Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaiza; LOBO. Elza. **Controle Social e Políticas de Saúde**. In: Caderno de SaúdePública.Disponívelem:http://www.ceap-rs.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Controle-Social-e-Politica-de-Saude.pdf Acesso em: 23/03/2018.

ZANIRATO. Silvia Helena. A assistência social no Brasil após a Constituição de 1988. A descentralização e universalização como princípios. Disponível em: http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000060.pdf . Acessado: 02/09/2018.

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - CAPACITÁ SAÚDE MENTAL:

socialização de uma experiência exitosa

Carmen Silva Alves[96]
Glaucia Thais Justiniano[97]
Joanne Days de Sousa Nóbrega[98]
Mariana Montenegro Leitão[99]
Ana Thamyres Gouveia Diniz de Souza[100]

RESUMO: O projeto de extensão foi desenvolvido durante os semestres letivos 2017.2 e 2018.1, e é fruto dos resultados da pesquisa intitulada Saúde mental e intersetorialidade no município de Patos-PB, realizada entre 2016 e 2017, na qual apresentaram-se demandas sugestivas a implementação de medidas que pudessem dar suporte aos profissionais e trabalhadores inseridos na Rede de Atenção Psicossocial do referido município. Para execução dessa proposta, estabeleceu-se uma parceria com o Serviço Escola de Psicologia das FIP (SEP-FIP) e a Secretaria Municipal de Saúde, junto a coordenação municipal de Saúde Mental. As ações se intensificaram com a participação efetiva de profissionais e estudantes extensionistas dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem, agregando o conhecimento de profissionais das áreas de Direito, Medicina, Serviço Social e Psicologia, que contribuíram diretamente na fase de execução dos cursos. Ao todo, foram realizados 05 encontros presenciais, cuja temáticas abordaram os seguintes assuntos: A história da saúde mental no Brasil e a Reforma Psiquiátrica; Saberes Interdisciplinares na Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial; Aspectos legais das políticas públicas de saúde mental e a redução de danos; A importância da Arte-terapia na Saúde Mental; Prática médica na Saúde Mental e intervenções para construção do Projeto Terapêutico Singular; Em todos os módulos obteve-se a assiduidade das equipes dos

[96] Mestre em Serviço Social, coordenadora do projeto de pesquisa Saúde mental e intersetorialidade no município de Patos-PB e do Projeto de Extensão Capacitá-Saúde Mental. Docente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos. E-mail: carmenalves1@fiponline.edu.br
[97] Psicóloga, Supervisora de Estágio no Serviço Escola de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos. Coordenadora do projeto de Extensão Capacitá-Saúde Mental. E-mail: thaiseria@ig.com.br
[98] Assistente Social; Egressa do Curso de Bacharelo em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos. Extensionista do projeto de Pesquisa Saúde mental e intersetorialidade no município de Patos-PB. Colaboradora do projeto de Extensão Capacitá-Saúde Mental. E-mail: joannessocial@gmail.com
[99] Psicóloga, Coordenadora da Saúde Mental do município de Patos – PB. Colaboradora do projeto de Extensão Capacitá-Saúde Mental. E-mail: mlleitao@hotmail.com
[100] Extencionista do Projeto Capacitá-Saúde Mental. Graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos. E-mail: floritasclothing@gmail.com

Centros de Atenção Psicossocial que avaliaram o processo de forma bastante positiva, assim como, a experiência aplicada na cidade de Patos-PB, despertou o interesse de outras cidades do Estado para debater formatos de capacitações à serem executados em seus respectivos municípios.
Palavras-Chave: Projeto. Extensão. Capacitações. RAPS. CAPS.

ABSTRACT: The extension project was developed during the school semesters 2017.2 and 2018.1, and is the result of the search results titled mental health and intersectoral approach in the city of Patos-PB, held between 2016 and 2017, in which demands were presented suggestive measures that could support the professionals and workers entered in the psychosocial care of the said municipality. For implementation of this proposal, initially a partnership with the School of psychology of the FIP (SEP-FIP) and the Municipal Health Secretariat, together with the municipal coordination of mental health. The actions have intensified with the effective participation of professionals and students of extension courses in social work, psychology and nursing, bringing the knowledge of professionals in the areas of law, Medicine, social work and psychology, who contributed directly in the implementation phase of the courses. In alles, was gehou 05 vergaderings wie se onderwerpe het die volgende aspekte aangespreek: die geskiedenis van geestesgesondheid in Brasilië en die psigiatriese hervorming; Interdissiplinêre kennis op geestesgesondheid en Psigososiale sorg netwerk; Wetlike aspekte van openbare beleid op geestelike gesondheid en skade vermindering; Die belangrikheid van kunsterapie in geestesgesondheid; Mediese praktyk in geestesgesondheid en intervensies vir natuurlike terapeutiese projek konstruksie. In al die modules behaal die bywoning van spanne van Psigososiale versorging sentrums wat geëvalueer die proses nogal positiewe, sowel as die Toegepaste ervaring in die Stad van Patos-PB, gewek die belang van ander stede in die staat om te bespreek opleiding formate uitgevoer moet word in hul onderskeie munisipaliteite.
Keywords: Project. Extension. Training. RAPS. CAPS.

1. INTRODUÇÃO

Esse projeto buscou elevar a importância do desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento integralizado, procurando atender a demanda de capacitação de cunho

multidisciplinar e também estabelecer parcerias entre os serviços da saúde mental, espaço acadêmico e a rede sócio assistencial do município. Seu objetivo principal foi capacitar os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Patos-PB, sob a perspectiva da interdisciplinaridade e da intersetorialidade.

A escolha das instituições para participarem do projeto, ocorreu após os resultados de uma pesquisa realizada entre 2016 e 2017 pelo departamento de Serviço Social, vinculada a Coordenação de Extensão e Pesquisa (COOPEX) das Faculdades Integradas de Patos (FIP). A pesquisa intitulada **Saúde mental e intersetorialidade no município de Patos-PB**, apontou diferentes níveis de fragilidades vivenciadas pelos trabalhadores da Rede Sócio Assistencial, perpassada pelos serviços da área da Política de Assistência Social, assim como pelos serviços da Rede de Atenção Psicossocial, tendo como principais dispositivos os Centros de Atenção Psicossocial existentes no município. Essa percepção, adiantou a escolha do público alvo, tendo em vista a necessidade de delimitação e cobertura das ações de uma extensão universitária.

Sendo assim, estabeleceu-se uma parceria com o Serviço Escola de Psicologia das FIP (SEP-FIP) e a Secretaria Municipal de Saúde, junto a coordenação municipal de Saúde Mental, que empreenderam à seleção de estudantes extencionistas, assim como, foram estabelecidas outras parcerias que resultaram na participação efetiva de profissionais das áreas de Direito, Medicina, Psicologia e Serviço Social, os quais proporcionaram expressivos debates diante as temáticas propostas nos encontros.

Este projeto foi executado no decorrer dos semestres letivos de 2017.2 e 2018.1, tendo como público alvo 40 (quarenta) profissionais que atuam nos 03 (três) Centros de Atenção Psicossocial, existentes no município de Patos, e buscou dentre outras finalidades estabelecer laços interdisciplinares para favorecer as relações de trabalho no interior dos CAPS e instigar o desenvolvimento de ações intersetoriais para melhorar a qualidade de atendimento, de forma a repercutir positivamente na vida dos usuários e profissionais da rede.

A proposta metodológica foi elencada no formato modular, sendo propostos 05 (cinco) encontros mensais, cuja temáticas foram discutidas nos seguintes módulos temáticos: módulo I - A história da saúde mental no Brasil e a Reforma Psiquiátrica. Módulo II - Saberes Interdisciplinares na Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Módulo III - Aspectos legais das políticas públicas de saúde mental e a redução de danos. Módulo IV – A importância da Arte-terapia na Saúde Mental. Módulo V - Prática médica na Saúde Mental e intervenções para construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS).

Ao final, conclui-se que o projeto obteve uma repercussão bastante positiva, tendo em vista as avaliações feitas pelos participantes, como também pelo interesse despertado por outros municípios da região, que demostraram interesse para realização de capacitações em seus referidos serviços substitutivos.

2. REFORMA PSIQUIÁTRICA, INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE: NOVAS PERSPECTIVAS DO CUIDADO EM SAÚDE

A Reforma Psiquiátrica que figura no cenário nacional, nasceu num ambiente de lutas elencadas por profissionais de saúde que atuavam em setores e subsetores da psiquiatria tradicional. Esses militantes pioneiros tomam como base o processo da Reforma Sanitária na década de 1970, ambos defendiam uma perspectiva em comum: tornar equânime e universal a transformação dos serviços de saúde e de saúde mental. Essa proposta preza-se pelo desenvolvimento de uma rede de serviços substitutivos, atuando com equipes multidisciplinares no âmbito comunitário e não na segregação de pessoas em campos hospitalares definidos como asilares.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde (BRASIL/MS, 2004), a primeira notificação de manifesto em prol da reforma psiquiátrica data do ano de 1978 com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). Foi o início de um movimento social cujo objetivo era melhorar as condições de trabalho, bem como garantir melhorias na qualidade dos atendimentos aos pacientes psiquiátricos.

A Política de Saúde Mental Brasileira, em vigência desde a promulgação da Lei Paulo Delgado em 2001, expõe uma séria de possibilidades e estratégias para mudanças na gestão manicomial que incentiva a implantação de novas modalidades de atendimento, denominando-se de rede de serviços substitutivos que inicialmente serão instituídos como Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços de Residência Terapêutica (RT) e Programa de Volta pra Casa (PVC). Assim está descrito no primeiro texto da referida lei:

> São direitos da pessoa portadora de transtorno mental: I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e

> exploração; IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas; V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001, p. 17).

Esses serviços prezam pela assistência integral, pelo cuidado especializado e pela reinserção na vida comunitária. Tais instituições são compostas por equipes interdisciplinares como médicos, psiquiatras, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, generalistas, farmacêuticos enfermeiros e monitores sociais. Porém, é importante salientar, que essa mudança nãos e operacionaliza apenas no interior de serviços substitutivos, mas que devem expandissem.

No Brasil, as experiências verificadas na área de saúde mental, apontam para necessidade de estabelecer laços intersetoriais, amarrados através do paradigma da interdisciplinaridade, como elementos que se somam para atender as demandas corriqueiras dos serviços substitutivos, especialmente dos Centros de Atenção Psicossocial, nas suas mais diferentes modalidades.

Dessa forma, tal política nos insere numa realidade que necessita de constantes modificações, remodelagens e de efetivas intervenções, no sentido de implementar as premissas defendidas pela Reforma Psiquiátrica, dentre estas destacamos a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como espaços de mediação entre equipes e serviços, visando subsídios para a efetivação de ações destinadas ao público usuário dos serviços substitutivos no campo da saúde mental. Conforme atesta-se abaixo:

> Nos conceitos apresentados acerca da metodologia que se volta para essa prática, atenta-se para o fato de que com o aprimoramento das análises teóricas o trabalho interdisciplinar mesmo que não tenha consenso enquanto conceito, orienta os serviços adeptos dessa prática como forma de guia na sua efetivação, ressalta-se ainda que essa metodologia se volta para grande área das ciências humanas em suas diferentes facetas e não se limita apenas a questões pedagógicas de cunho educacional, mas orienta para uma aplicabilidade dessa prática para a natureza dos serviços que estejam envolvidos nessa grande área (SOUZA e ALVES, 2015, p. 99).

A gestão descentralizada comporta um importante papel para o desenvolvimento de ações voltadas para a integralidade no campo da saúde, em especial da saúde mental, sob esse aspecto demanda flexibilidade nos processos que favoreçam a parcerias entre serviços, programas e projetos no âmbito sócio assistencial, que entre outras finalidades, envolve toda a

rede de serviços disponível no município. Nesse formato pressupõe-se a (co) existência de uma gestão comprometida com a cidadania.

Assim, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade tem um papel fundamental no âmbito da assistência, o qual diz respeito à defesa e efetivação de atitudes parceiras que favoreçam vínculos no desenvolvimento de ações complementares, interligando os serviços de forma a garantir a integralidade na assistência as pessoas ou cidadãos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Para mudar esse quadro, acredita-se que descentralização de poderes, a formação continuada em saúde possa cooperar para a construção de um consenso na oferta e operacionalização dos serviços. Temos, pois, que o trabalho realizado ou efetivado em rede, supera a fragmentação de ações, levando o indivíduo (ser social) a uma prática democratizadora, no âmbito da garantia de direitos.

2.1 Resultados quantificados mediante o grau de satisfação dos participantes do projeto de extensão Capacitá Saúde Mental.

Inicialmente, a proposta metodológica deste projeto foi elencada no formato modular, listando-se 05 (cinco) módulos temáticos e 01 (um) módulo de avaliação. Porém no decorrer do processo, observamos a importância de realizar a avaliação ao final de cada encontro, e assim, garantir uma expressiva participação dos profissionais em contribuir com o projeto, como também sugerir modificações, elencar sugestões e críticas. Vejamos o quantitativo de inscritos no início do projeto:

Tabela 1 - Profissionais previamente inscritos - projeto de extensão capacitá - 2018

PROFISSÃO	QUANTIDADE
Arte educadora	03
Assistentes Sociais	03
Vigilantes	02
Cozinheira	01
Psicopedagogos	03

Recepcionistas	03
Enfermeiros	06
Educadores Físicos	04
Monitores	16
Coordenadores	03
Psicóloga	01
Fisioterapeuta	01
Total	46

Salienta-se que as vagas para os profissionais foram abertas para qualquer trabalhador dos referidos CAPS, independentemente do grau de formação, pois buscou-se valorizar todas as categorias atuantes, tomando por base o debate interdisciplinar que nortearam a pesquisa realizada, como também a diversidade dos saberes que perpassam o fazer profissional no interior desses serviços. Não havendo obrigatoriedade de participação. O gráfico abaixo, demonstra o quantitativo de participantes em cada módulo temático:

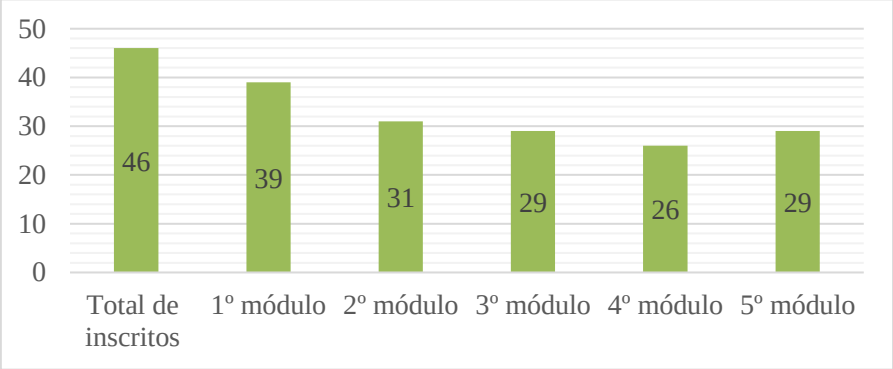


Gráfico 01 – Total de inscritos e participação por módulos

No decorrer do processo, observou-se que as equipes passam por modificações cotidianamente, seja por transferência de setor, seja por desligamento da rede, ou ainda pela própria desistência desses profissionais, que em algumas das vezes, assumem outros postos de trabalho, inviabilizando assim sua frequência na proposta extensionista.

Ao modificar a proposta de avaliação, tornando-a modular, passamos a considerar as opiniões dos participantes, emitidas em formulários específicos, construídos para serem respondidos em cada módulo, sem nenhuma identificação dos participantes.

A transcrição destes dados, ocorreu mediante os formulários de avaliação, que foram distribuídos em cada módulo, nos quais recorria-se aos seguintes questionamentos: Como você avalia este módulo da capacitação? Na sua opinião o tema abordado no módulo contemplou aspectos importantes e do seu interesse? Por favor, justifique sua resposta. Você tem alguma observação ou sugestão a fazer para o próximo módulo?

Salienta-se ainda que, na fase de inscrição no projeto, a todos os inscritos foi apresentado um termo de consentimento e autorização para uso de imagem e som, como também, apresentados os formulários de avaliação, nos quais não consta qualquer forma de identificação, sendo utilizados apenas para o desenvolvimento do projeto como forma de controle e identificação das demandas. Dessa forma, passamos a apresentar os seguintes resultados, distribuídos nas sequencias dos módulos quanto ao nível de satisfação diante as temáticas debatidas:

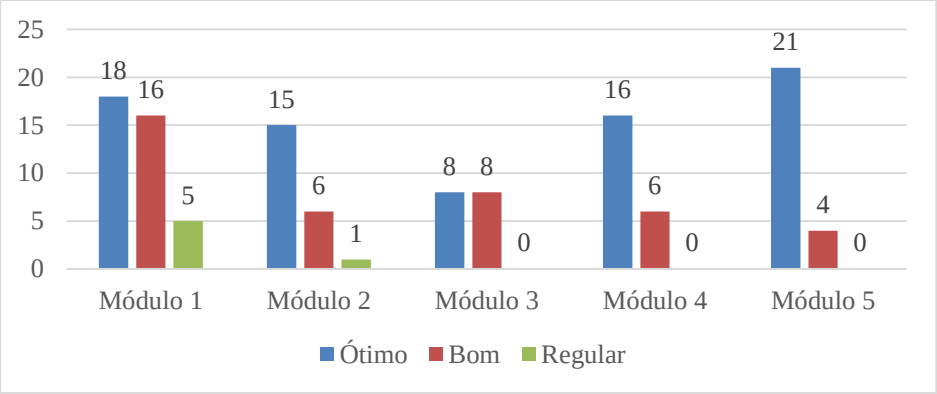


Gráfico 02 – Avaliação dos módulos – Projeto Capacitá-SM/2018

Nos 05 (cinco) módulos realizados, contabiliza-se 123 (cento e vinte e três) formulários respondidos. Como pode-se perceber no gráfico a cima, na maioria das respostas obtidas correspondente ao questionamento: como você avalia este módulo da capacitação? Destaca-se a conceituação nomeada como ótimo, apresentando-se uma paridade nas respostas apenas no terceiro módulo.

Sobre o diminutivo das participações no 3º módulo, o qual buscou discutir a legislação que versa sobre os direitos dos usuários no âmbito da saúde mental, trazendo à tona os direcionamentos postos pelo sistema nacional de políticas sobre drogas, buscando entender os aspectos não proibicistas, relacionadas a Redução de Danos, justamente neste módulo, houve um certo distanciamento das equipes, apesar de participarem do debate, nota-se ser uma temática de maior dificuldade para ser trabalhada no âmbito da saúde mental e

consequentemente, essa realidade rebate nas limitações postas as equipes e a própria Rede de Atenção Psicossocial.

1.2 Avaliações por módulos temáticos: considerações das equipes a respeito do desenvolvimento do projeto

O primeiro módulo do projeto foi realizado em 23 de março de 2018 e teve como temática: História da Saúde mental no Brasil e Reforma Psiquiátrica. A exposição foi feita pelas coordenadoras do projeto. A organização, dinâmicas e monitoramento foi realizada pela equipe de colaboradores e extensionistas.

A equipe vivenciou algumas dificuldades para execução do primeiro encontro, como: a sala indicada para a realização do 1º encontro não foi adequada, pois não comportava o número de participantes, sendo necessário fazer um deslocamento para outro bloco da unidade 01 das FIP; A unidade parceira não disponibilizou o *coffee break* conforme combinado, sendo necessário a própria coordenação de Saúde Mental tomar outras providências; Uma colaboradora e uma extensionista apresentaram problemas de saúde, não sendo possível fazerem as exposições previamente agendadas.

No entanto, essas impossibilidades não impediram a participação de 39 profissionais que comparecerem mediante as inscrições previamente realizadas, como também, foi possível coletar as opiniões sobre a temática proposta, vejamos algumas considerações:

> Sim, o assunto abordado trouxe uma visão geral da "loucura" através do tempo e uma reflexão se nós realmente estamos progredindo no quesito tratamento.
>
> Sim. Acredito que foi bastante produtiva e esclarecedor, principalmente para as equipes dos CAPS que lidam direto com os usuários muitos deles não têm formação que aborde essa temática.
>
> Sim, principalmente no aspecto onde devemos tratá-los no meio social e não (nunca) excluí-los pelo fato da loucura. Procurar aprender a conviver com a loucura ao invés de procurar curá-lo da loucura.

Devemos salientar que a avaliação positiva nos instigou a produção de temáticas relevantes, levando em consideração a própria opinião dos participantes, conforme descreveram:

> Gostaria que fosse abordada as perspectivas teóricas de diferentes formações acerca da relação família-transtornos mentais [...]; debater as ideias do senso comum acerca da temática; discutir mais a questão da interdisciplinaridade dos profissionais.

> Gostaria de ver nos próximos módulos, alternativas de abordagem para evitar evasão dos usuários [...] e quais os meios de cuidados e convivência como os nossos usuários [...].

Um dos quesitos importantes deste projeto, especialmente para os organizadores foi avaliar até que ponto as temáticas e os momentos planejados nos encontros podiam contemplando o interesse dos profissionais, ao passo em os participantes responderam, praticamente em todos os módulos, apontando assim, as possibilidades de ampliar o debate, incentivando a manutenção e a elaboração de cada encontro.

O segundo módulo foi realizado no dia 13 de abril de 2018, propôs como temática: Saberes Interdisciplinares na Saúde Mental, uma prática de muitos. Teve como objetivo principal: conjugar os saberes interdisciplinares para agregar conhecimento e refletir sobre atribuições e competências das diferentes categorias de trabalho que atuam nos CAPS.

A temática foi exposta a partir de 02 exposições intituladas: As ciências e suas contribuições para a saúde mental: articulando saberes e compondo a interdisciplinaridade[101]. E a segunda exposição debateu acerca das metodologias para desenvolvimento do trabalho interdisciplinar[102]. Esses momentos foram intercalados por dinâmicas, oficinas e participação dos profissionais cursistas, que procederam as seguintes avaliações:

> Este modulo tratou das particularidades e importância de cada profissional do serviço CAPS, e como a interdisciplinaridade entre os mesmos é de fundamental importância.

> A abordagem sobre sair do conforto, foi muito interessante, bem como a exposição da professora [...] que foi pertinente para o serviço.

> Por que trabalhou ferramentas de trabalhos essenciais para o trabalho em saúde mental, desmistificando percepções enraizadas e culturais, trazendo novas perspectivas e instrumentos de trabalho.

O terceiro módulo foi realizado em 27 de abril de 2018 e tratou dos Aspectos legais das políticas públicas de saúde mental e Redução de Danos. Objetivou debater sobre a legislação que especifica os direitos dos usuários no âmbito da saúde mental, além conhecer os direcionamentos postos pelo sistema nacional de políticas sobre drogas (Lei 11.343/2006) e

[101] Exposição realizada pela coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social das FIP; assistente social, professora e mestre Anarita de Souza Salvador.
[102] Exposição realizada por Mayara Cristina de Araújo Dantas - Psicóloga - Coordenadora de Responsabilidade Social do Curso de Psicologia das FIP.

entender os aspectos não proibicistas, relacionadas a Redução de Danos, valorizando a autonomia do usuário, ressaltando os aspectos éticos ante as condutas dogmáticas.

As temáticas foram tratadas em dois momentos: no primeiro, foi exposto sobre Álcool e Outras Drogas na Saúde Mental: uma abordagem diferenciada aos sujeitos de direito[103]. No segundo momento, o debate colocou em foco a Redução de Danos: uma prática entre muitos[104]. Sendo chamados a mesa os coordenadores, extensionistas e trabalhadores cursistas, de forma voluntaria. Sobre esse módulo temos as seguintes avaliações:

Neste módulo participaram 29 profissionais, sendo que apenas 16 responderam ao formulário de avaliação, destas, 08 pessoas classificaram o módulo como bom, e 08 como ótimo, as quais adicionaram o motivo de se sentirem contempladas com as discussões, conforme algumas colocações abaixo:

> Os temas abordados foram de indiscutível relevância para reflexão, aprendizado e desconstrução de preconceitos, o conhecimento nos aproxima e melhora a nossa atuação. A escolha dos profissionais está sendo muito bem-feita, de qualidade impecável. Gratidão pela oportunidade!
>
> Tema bem exposto, de forma bem coerente, de modo que contemplou aspectos essenciais para o trabalho dentro e fora dos serviços e impulsionou um melhor desempenho e engajamento da equipe.
>
> Foi muito pertinente, principalmente por que veio sanar muitas dúvidas referente ao direito.
>
> Por que discutiu sobre a política de redução de danos e alguns aspectos legais referente a prática.

O quarto módulo foi realizado no dia 25 de maio de 2018 e buscou promover a importância da arteterapia para as vivências dos usuários e profissionais. Teve como tema: Cuidando do Cuidador: contextualização histórica a respeito da arterapia[105]. Esse módulo foi bastante dinâmico, promovendo momentos de aprendizado e relaxamento com a produção de mandalas pelos participantes do projeto, a partir da utilização de materiais recicláveis, promovendo um ambiente descontraído e ao mesmo tempo interativo, sendo a experiência

[103] Expositor: Igor de Lucena Mascarenhas – Advogado, mestre e professor do curso de Direito das FIP. Associado-Colaborador da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE), e do Instituto de Direito Civil Constitucional (IDCC) e CONPEDI. Atua com temas relacionados ao Direito a Saúde.
[104] Expositora: Joanne Dayse de Sousa Nóbrega - assistente social, egressa do curso de Serviço Social das FIP, atuou como estagiária no CAPS infantil (Patos/2016); Participante da Pesquisa: Saúde Mental e Intersetorialidade no município de Patos-PB (2015-2017).
[105] Expositor: Pierre Gonçalves de Oliveira Filho; Psicólogo, mestrando, especialista em Arteterapia Junguiana; Professor do Curso de Psicologia das FIP.

socializada ao final da oficina de arterapia, momento esse que os participantes verbalizaram e descreveram a avaliação sobre o módulo, conforme segue abaixo:

> A arterapia é o coração do "novo pensar" acerca da saúde mental e deve ser explorado pelas equipes ao máximo. A aula foi muito relevante e a vivência nos fez aprender sobre arterapia na prática.
>
> Momento imensamente construtivo aonde abordou as nossas praticas, além de fazer a equipe refletir sobre o processo de trabalho de forma prática, na construção coletiva de uma linda mandala.
>
> A arte como forma de terapia é muito importante, pois é através dela que, pessoas que não verbalizam, podem transmitir suas emoções e pensamentos.

O módulo descrito a cima teve 26 participantes, destes 22 responderam a avaliação, sendo que 16 classificam como ótima e 06 como bom. O que, evidencia a importância do projeto junto aos trabalhadores dos CAPS.

O quinto e último módulo foi realizado em 08 de junho de 2018 e trouxe à tela, a discussão em torno da Prática médica na saúde mental e intervenções para a construção do Projeto Terapêutico Singular[106]. O objetivo principal buscou historicizar a construção da psiquiatria, expondo os ganhos históricos dessa especialidade, assim como, os danos praticados mediante a institucionalização dos grandes e extintos manicômios, a partir da democratização dos saberes e a intercessão dos múltiplos atores que participaram e participam da luta antimanicomial.

Neste módulo tivemos a participação de 29 profissionais, dos quais 25 responderam ao formulário, sendo que 21 sinalizaram a discussão como ótima e 04 como boa. Selecionamos algumas considerações em relação ao seguinte questionamento: "o tema abordado contemplou aspectos importantes para seu trabalho? " Ao passo em que responderam:

> Sim. Totalmente. O PTS, é dentre outras uma ferramenta de extrema importância para um bom andamento do serviço na tentativa de ajudar o usuário a saber lidar (principalmente) com o seu transtorno e com o mundo a sua volta.
>
> Um profissional de excelência, nos deu a honra de transmitir muito conhecimento que nos enriqueceu ainda mais como profissionais.
>
> Sim. Abordou de uma forma teórico-prática pontos importantes relacionados ao processo de trabalho desenvolvido nos CAPS.

Como podemos perceber, o enfoque principal versou sobre novas possibilidades da prática interdisciplinar que traz consequências bastante positivas para serem trabalhadas e

[106] Expositor: Dr. Rodolfo de Melo Porto - médico/psiquiatra, professor da CLINFIP – Patos.

socializadas no interior dos serviços substitutivos, como é o caso da construção coletiva do Projeto Terapêutico Singular (PTS), utilizando-se do mesmo como um potencial instrumento de cuidado aos usuários e da própria organização dos serviços.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esse processo, analisamos como de forma bastante positiva, tendo em vista a realização das metas propostas. Consideramos como de fundamental importância a parceria firmada com a Coordenação Municipal de Saúde Mental do município, pois mostrou-se extremamente proveitosa tendo em vista a manutenção da articulação com os três CAPS e assim, garantiu-se a participação das equipes nas atividades propostas pelo projeto, sendo estabelecidas 40 vagas para estas equipes.

Infelizmente, observamos a evasão de uma parte dos profissionais nos módulos subsequentes. Esse fato, foi justificado pela coordenação de saúde mental e demais coordenações dos serviços como relacionados ao contexto político do município, onde evidenciou-se a entrada de novos profissionais, aos mesmo tempo em que, no decorrer do processo de capacitação, solicitaram afastamento dos seus cargos, alegando assumirem outros postos de trabalho como profissionais efetivos.

Acima disso, o município passou por um período de paralização de profissionais efetivos, o que também repercutiu negativamente, refletindo na evasão de alguns profissionais. No geral manteve-se na capacitação com mais de 50% de participantes contemplados como público alvo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental: 1990-2002** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5ª Ed. Ampliada. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

SOUZA e ALVES. A interdisciplinaridade na saúde mental. **Revista Interdisciplinar em Saúde;** Cajazeiras, jan./mar. 2015, p. 99-116. ISSN: 2358-7490.

AS NOVAS TENDÊNCIAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DE CONTRA REFORMA DO ESTADO.

Mônica Almeida Barbosa [107]
Fernanda Valentim Dantas [108]
Hellita Fernandes Nascimento [109]

Resumo: O presente trabalho resulta de uma pesquisa realizad em torno do tema da expansão/ampliação da educação superior no Brasil, partimos da premissa que o processo de Reforma e contrarreforma do Estado e da educação superior atingiu de modo direto as universidades públicas, dando um caráter mais privatista a educação superior, uma vez que tratou com primazia, ao longo das últimas décadas, uma formação acadêmica baseada no aumento de vagas nas instituições privadas, promovendo a mercantilização do ensino, deixando a desejar no tripé básico da educação que é ensino, pesquisa e extensão.

Palavras Chave: Educação Superior, Contrarreforma do Estado, Neoliberalismo.

Abstract: The present results of a research carried out around the theme of the expansion / expansion of higher education in Brazil, we start from the premise that the process of Reform and counterreformation of the State and of higher education directly affected the public universities, giving a character more privatized higher education, since it has given priority over the last decades to an academic formation based on the increase of vacancies in private institutions, promoting the commercialization of education, leaving to be desired in the basic tripod of education that is teaching, research and extension.

Keywords: Higher Education, State Counter-Reformation, Neoliberalism.

1- INTRODUÇÃO

[107] Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)
[108] Assistente Social formada pela Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)
[109] Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

A proposta de pesquisa tem como escopo efetuar uma análise crítica em torno do processo de aligeiramento do Ensino Superior Brasileiro e as novas tendências de ensino na contemporaneidade. Partindo desse pressuposto, busca-se empreender uma problematização do contexto das profundas transformações econômico-políticas e sociais brasileiras, bem como a alteração do papel estatal no tocante a regulação social.

Diante da compreensão da atual conjuntura de desenvolvimento do modelo econômico capitalista, expresso principalmente nas contrarreformas do Estado, da supressão da garantia de direitos sociais, no que tange a precarização do mundo do trabalho dentre outras refrações da questão social. Destacamos a necessidade de ficarmos de "olhos abertos para educação" para discutir e defender os princípios e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem como fortalecer o nosso posicionamento diante do projeto da ofensiva neoliberal e neoconservadora que se torna muito presente na sociedade brasileira, sobretudo após a década de 1990.

No último decênio do século passado, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB) – Lei 9.934/96, com o intuito reduzir a participação/responsabilidade financeira do Estado na educação, substituindo os currículos mínimos por Diretrizes Curriculares, flexibilizando o tripé básico de formação profissional , ensino, pesquisa e extensão, e incentivando cursos seqüenciais, bem como impulsionando uma formação aligeirada, as Instituições de Ensino a Distância EAD'S.De acordo com IAMAMOTO (2000), foi uma lei que gerou fortes impactos dentro do modelo de educação superior do país com viés na política neoliberal.

Ademais, as intensas reconfigurações das políticas de educação superior no Brasil planejadas durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva adentram em um vasto reordenamento do Estado brasileiro, em consonância com LIMA (2016, ONLINE) verificamos que tal reorganização está circunscrita na dissolução das fronteiras entre público e privado, consubstanciado pela desresponsabilização do Estado por via da iniciativa privada. A materialização de tal reorganização perpassou pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a educação deixa de ser uma iniciativa exclusiva do Estado, enquanto um bem público, passando a adentrar em um modelo privativo de educação.

Ressaltamos que a lógica expansiva do capital por via da educação, tem fomentado a precarização/aligeiramento do ensino superior público, popular e de qualidade, donde o aumento crescente das instituições privadas de ensino que, com raríssimas exceções, ministram um ensino de péssima qualidade, na área da graduação/pós graduação. Trazendo dados mais

concretos, isso representa que se, em 2002, do total de 1.637Instituições de Ensino Superior IES, 195 eram públicas e 1.442 instituições privadas, em 2008, esse número cresce demasiadamente , pois do total de 2.252 IES, 235 universidades públicas e 2.016 são instituições privadas. Em 2012, esse número de IES vem se agravando chegando a 2.365, tendo 284 públicas e 2.081 privadas (LIMA, 2013). Destarte, entendemos que esta estratégia precarizante constitui uma política que desde a década de 1990, vem sendo trabalhada, especialmente pelo Banco Mundial, na perspectiva de adoção do governo brasileiro das diretrizes políticas para a educação, oriundas do Banco Mundial, tendo continuidade nas gestões do governo Luis Inácio Lula da Silva (2003- 2006/ 2006-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016) .

Diante do processo de expansão e democratização das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), temos outro fator que substancialmente necessita ser problematizado, no caso, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que objetiva a ampliação, o acesso e a permanência dos/as estudantes na educação superior pública. Dentre suas propostas, estão o aligeiramento do processo de formação tornado-os mais breves preparando mão-de-obra barata e profissionais acríticos. Além do mais, temos a intensificação da interiorização das IES's.

Conforme ZAGO

> Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (2006, p.03).

De acordo com autor supracitado faz-se necessário muito mais que ampliação e democratização do ensino superior, mas a garantia de acesso a um ensino de qualidade e a permanência do corpo discente nas universidades com possibilidade de efetiva participação nos espaços políticos de representação. De modo que, reduzindo os efeitos os altos índices de desigualdades social presente nas mais diversas expressões, possamos ter o ingresso de estudantes provenientes de classes mais pauperizadas da sociedade nos programas de ensino superior público laico, popular e de qualidade.

Ademais, o presente artigo resulta de uma pesquisa monográfica intitulada, ''*a precarização da educação superior no Brasil: a emersão do curso de serviço social no município de sousa/pb"* ,donde buscamos um caminho delineado pelo materialismo histórico dialético, numa perspectiva de totalidade no sentido de tentar compreender as mais diversas

contradições que decorrem do contexto histórico a ampliação/expansão e efetivação das políticas educacionais do ensino superior na contemporaneidade. Consideramos que o "método" nos permite historicizar nosso objeto de estudo no campo das contradições, em um movimento de tentar apreender a realidade concreta e sua dinâmica.

1. DÉCADA DE 90 E O PROCESSO DE PROCESSO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO.

Nos anos de 1970, em consonância com o cenário internacional ainda que apresente algumas especificidades porque nesse momento não vivenciamos no país o Estado de Bem Estar Social. Nosso processo é "tardio", demarcado pela desenvoltura dos impactos nas taxas de lucros do capital, nos pós segunda guerra o capital monopolista perpassa por intensas recessões, haja vista que a conjuntura econômica acompanhava um período de altos índices na inflação. É nesse momento de desequilíbrio econômico do país que os ideários neoliberais adentram o Brasil, objetivando buscar alternativas de reestruturar suas bases elementares.

Com a crise do capital contemporâneo foram criados novas medidas de obtenção de lucros, haja vista que com as recessões que vinham tomando de conta da economia brasileira, faz-se necessário desenvolver estratégias que viabilizem essa reestruturação. Tal processo está pautado no tripé da reestruturação do capital, dentre :Um novo modelo de produção o Taylorismo, a financeirização da economia e advento o da política neoliberal.Desse modo Behring:

> Tal resposta, por sua vez, tem a particularidade de amplificar as contradições e ambiguidades do mundo do capital no sentido da barbarização da vida social. Ou seja, trata-se de reinaugurar um ciclo de expansão da taxa de lucros, num contexto de fragilidade dos trabalhadores, e com um custo social altíssimo. *O capitalismo, portanto, nunca foi tão capitalista e suas contradições nunca foram tão explícitas* (BEHRING, 2011, p. 187, grifo da autora).

Partindo desse pressuposto, a década 80 foi marcado por significativas mudanças no mundo do trabalho e nas relações de produção, com a adoção do modelo toylorista de produção , pautado na flexibilização do capital, além da flexibilização do modelo econômicos temos a flexibilização dos meios de produção. Tal processo está eminentemente ligado a precarização das condições de trabalho, de modo que para que o capital possa se reerguer ele precisa de cortes nos gastos com a produção e aumento das taxas de lucros, consequentemente as condições de trabalhando tornam-se ainda mais suscetível. Ademais, "um novo padrão

tecnológico: a revolução microeletrônica" (BEHRING, 2003, p. 34), mudou solidificação do modelo de produção fordista, tais mudanças está intrinsecamente ligado a forma orgânica de suprir as necessidades de enfrentamento das longas ondas expansivas do capital . Desse modo, a década de 1980 ficou marcada pela necessidade de atender as premissas do processo de acumulação do capitalismo.

O padrão de flexível de acumulação se apresenta, como ponto norteador que explica as mudanças ocorridas no processo de trabalho, oriundas da reestruturação produtiva, e no âmbito público-estatal conduzidas pela ordem neoliberal. Esse modelo está pautado redução de mão de obra, viabilizando a polivalência do trabalho, bem como ampliando as possibilidades de exploração da classe trabalhadora, de modo que se modificam as relações de trabalho. Os ideários neoliberais propõem uma diminuição da intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais do país, bem como incentiva a intervenção da iniciativa privada nos mais variados setores da sociedade. Assim BEHRING, 2003, p. 35

> Contrapondo-se à verticalização fordista, a produção flexível é, em geral, horizontalizada/descentralizada. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes até com perfil semiartesanal e familiar.

Na entrada dos anos 1990 estabeleceu-se, uma reconfiguração do papel do Estado, de modo que o Estado brasileiro transferiu uma parcela suas responsabilidades sociais para a sociedade civil e para o terceiro setor. Esse processo de redefinição demonstra que o Estado continuou voltado aos interesses do capital, objetivando atender os interesses do mercado internacional.

Ademais, as propostas demandadas pelo mercado estrangeiro para a viabilização de políticas sociais caminham no sentido de precarização e privatização dessas ações, de modo que a iniciativa privada passar a assumir responsabilidades que antes era inteiramente do setor público estatal, indo na contramão de propostas estabelecidas pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.

No contexto da realidade brasileira onde os Estados nacionais passam a ser atrativos financeiramente , apoiando empresas da iniciativa privada e colocando-se a favor às demandas do capital , uma vez que apresentavam ―obstáculos em desenvolver políticas industriais (BEHRING, 2003, p. 59). As ações internacionais têm assumido, um papel primordial no processo de reconfiguração do Estado, principalmente no que tange às políticas sociais, basta ver que não existe o interesse por parte da via estatal no investimentos de políticas, causando

ainda mais a precarização dos serviços abrindo espaço para investimentos da via privada nesse setores.

Nada obstante, não podemos desconsiderar o percurso histórico que transcorreu toda história do Brasil, haja vista que desde o período colonial até os dias atuais os brasileiros são exaustivamente explorados, assim Behring afirma que:

> Liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho – diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade; e do fluxo de capitais, na forma de IED e de investimentos financeiros em *portfólio*. Aqui, têm destaque os processos de privatização, reduzindo as dimensões do setor público, para livrar-se de empresas endividadas, mas principalmente para dar ―guarida‖ aos investidores […] (BEHRING, 2003, p. 59, grifos da autora).

A ideologia neoliberal vem construindo uma cultura anti- estatal, de modo que o mesmo vem se desresponsabilizando-se da garantia e viabiliza de direitos sociais e transferindo para as demandas para a sociedade e fomentando um dominação pela via da iniciativa privada. Os ideários neoliberais vêm repercutindo negativamente no mundo do trabalho, reajuste estruturais que atingem diretamente a classe trabalhadora, a flexibilização das relações de trabalho é uma estratégia de diminuir os custos com as forças produtivas aumentando substancialmente o trabalho informal, o processo de terceirização, a fragilização dos movimentos sindicais enfraquecendo e impedindo cada dia mais a luta por melhorias para os trabalhadores.

De acordo com a autora supracitada, vale ainda enfatizar que o que se passou no Brasil foi um processo de contrarreforma no estado brasileiro, correlacionado a um pensamento de política neoliberal, e pautado numa perspectiva de flexibilização do trabalho. Assim, percebe-se que para o neoliberalismo se sustentar, empreendeu uma ostensiva perspectiva ideológica e cultural, que para se:

> [...] constituir uma falsa consciência, a partir da difusão de uma visão de mundo conservadora da ordem existente, segundo a qual o mercado é a grande utopia. Tais estratégias têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento de amplos segmentos e evitar uma radicalização da luta de classes. Para as expressões mais radicalizadas de demandas e insatisfações, restam o isolamento político e a coerção violenta (BEHRING, 2003, p. 65).

Outrossim**,** compreende-se que a contrareforma do Estado dá-se numa perspectiva de Estado liberal, além do mais percebe-se que o processo de desenvolvimento do Estado neoliberal brasileiro representa "[...] as linhas gerais de uma verdadeira contrarreforma [...]"(BEHRING, 2003, p. 58). E, de acordo com a autora o estado brasileiro, "[...] esteve diante

de uma contrarreforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. (BEHRING, 2003, p. 22)". Desse modo a autora enfatiza que :

> [...] Trata-se de uma contrarreforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. [...] As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2003, p. 58-59, grifo da autora).

.

Partindo dessa compreensão e analise a perspectiva ideológica central do processo de contrarreforma do Estado (e consequentemente da educação superior) baseou -se na mercantilização das políticas sociais, que não suprem as reais necessidades da sociedade, sendo cada vez mais focalizadas, seletiva, paternalista o que repercutir ainda mais na desqualificação dos serviços públicos.

2. EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Com a queda da ditadura militar no início dos anos 1980, na qual intensamente debatido e questionado pela da classe trabalhadora da época ,neste momento o país passou vivenciar, a partir do primeiro quinquênio da década, um novo período, marcado pelo processo de democratização da sociedade. A partir a promulgação da Constituição Federal de 1988, novas propostas forma pautadas nos termos legais dos marcos da educação brasileira, posto que tal política seria considerada direito de todos e dever do Estado, bem como da família e da sociedade civil , devendo ser garantida e ofertado gratuitamente ,porém permaneceu também o direito assegurado o ensino da iniciativa privada.

No percurso histórico da educação brasileira, vale ressaltar que as políticas desenvolvidas sempre atenderam uma perspectiva de manutenção e benefícios estratégicos para o capital, haja vista o Brasil tem uma economia pautada no modelo econômico capitalista, sendo assim o mesmo precisar articular meios para que alcance seu auge de lucratividade. Segundo lima (2012, p.12)

> [...] a expansão da educação superior caracterizou-se pela marca de um intocável privilégio social, que começava e terminava nas fronteiras das

> camadas dominantes. No Regime burguês-militar, essa expansão operou uma efetiva ampliação da ação do setor privado, induzida pelos acordos do governo brasileiro com os organismo internacionais do capital.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994/1997e 1998-2002), o país foi marcado pela contrarreforma do Estado brasileiro, consequentemente, um de seus desdobramentos foi processo de contrarreforma do ensino superior. A educação passou a ser vista não mais como um direito do cidadão, mas sim como uma estratégia de crescimento econômico e remodelamento do capital. Desse modo ,os objetivos dessa contrarreforma na educação foi ampliação do ensino, bem como uma adaptação da universidade no quesito de prestação de serviços, enfatizando a flexibilização do processo de aprendizagem, reduzindo a autonomia universitária e estreitando os laços com a iniciativa privada. Em conformidade lima (2012):

> O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos. Em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou de unidades de ensino a ―instituições de ensino de graduação através da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas. Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas ―instituições e/ou unidades de ensino‖ e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento nas IES e/ou unidades com política de pós graduação e pesquisa já consolidada (LIMA, 2012, p. 18).

Destarte, um fato que precisa ser frisado, foi no governo FHC que tivemos a implantação , no ano de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta Lei fundamentou-se perspectiva da política neoliberal e conservadora que assolava o país, de modo que garantiu a existência e o aumento de instituições públicas e privadas de ensino, assegurando um caminho livre para investimentos em educação para o capital financeiro.

A expansão e avaliação do ensino superior encontram-se inserido em um plano de reordenamento do Estado brasileiro, determinado pela materialização e dissolução da estreita relação entre o público e privado, partindo da análise dessa parceira entre Estado e o capital financeiro, temos um grande incentivo por parte da via pública, por de meio incentivos fiscais para essas empresas. A privatização desses espaços está com intuito de reduzir a presença do Estado, enquanto agente promotor e regulador de políticas públicas, desresponsabilizando a

própria figura estatal da garantia e viabilização de direitos garantidos, passando seu papel para iniciativa privada.

A diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos também é aprofundada. Além da estrutura das universidades, centros universitários e faculdades isoladas, a reformulação da política de educação superior apresenta os cursos sequenciais, os cursos de curta duração, as chamadas Ead's, os cursos de formação geral e formação específica e a emissão de diplomas, certificados e atestados de aproveitamento como formas de aligeiramento da formação profissional. Esse processo de ensino e aprendizagem não leva em conta os três princípios educacionais Ensino, Pesquisa e Extensão, precarizando o ensino superior e formando profissionais acríticos.

Portanto, é inegável que a educação tornou-se um meio importante e certeiro do capital para se obter lucro. Essa imagem mercantil da educação é justamente o contrário do seu real valor, onde seu verdadeiro sentido é representado como um direito social e um dever do Estado. Mas não basta contar que é direito na constituição brasileira apenas, se esse direito não se institui na prática, nada vale seu papel. Enquanto isso o avanço da mercantilização da educação continua a crescer, e não vai parar enquanto continuarem alimentando-a.

Desse modo, essas perspectivas os dados de sua expansão aumentaram tão consideravelmente que chegam a assustar. As universidades privadas dominaram o mundo das IES. Dados desde 2010 já revelam uma taxa preocupante quando informa que 74% das matriculas de graduação foram realizadas nas universidades privadas e apenas 26% nas universidades públicas, segundo dados do INEP extraídos do artigo "Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades" (2014), esse dado revelam que a privatização na educação vem sofrendo significativas transformações, onde encontrou no decorrer do seu processo de expansão possibilidades para seu desenvolvimento de uma forma grandiosa e eficaz.

No ano de 2012 para 2013 houve mais aumento na rede privada, segundo dados do INEP do resumo técnico do Censo da Educação Superior 2013, o Brasil marcar em 2013: 7.305.977 matrículas nos cursos de ensino superior, havendo um crescimento nas matriculas do ensino superior de 3,8%, onde 1,9na rede pública e 4,5 % na rede privada, sendo visível que a maior parte desse crescimento está centrado na rede privada, mais especificamente as instituições privadas participam com 74% das matrículas de graduação. Vale destacar ainda, que nesse mesmo ano as instituições privadas representaram 87,4 da IES do Brasil. Sendo assim é possível observar o protagonismo das instituições privadas que se desenrolou e continua a se desenrolar.

Todos esses dados além de demonstrar a mercantilização da educação, foram expressos dessa forma, pois existiu terreno favorável para que eles pudessem se desenvolver, existiu facilidade de criação de IES privadas, para obtenção de muitos lucros, além disso, estratégias contribuíram significativamente para essa realidade, como é o caso do desenvolvimento do PROUNI (Programa de Universidade para Todos), que representa um programa de bolsas de estudos para cursos de graduação em instituições privada, se do FIES(Programa de Financiamento Estudantil) uma maneira de financiar esses curso para facilitar seu acesso.

Sendo assim, a tendência frente a essa realidade era de grandes possibilidades de ainda mais expansão e expressividade dos dados de expansão do ingresso nos cursos das redes privadas. O que era previsto foi o que aconteceu pois em 2014, de acordo com INEP, de um total de mais de 3,1 milhões de alunos que ingressaram em cursos de educação superior de graduação, 82,4% em foram em instituições privadas. Mostrando mais uma vez, que a rede privada demarca uma participação cada vez mais significativa na educação superior, correspondendo 87,4% das instituições de educação superior no Brasil.

Contudo, o capital compreende a educação, não como um direito social, e sim como um mercado de obtenção de lucro, capaz de trazer mais capital, e mais caminhos para aumentar sua acumulação de riquezas. O que se pode observar é que por mais que os dados de expansão de ingressos na educação superior tenham mostrado variações mais ou menos expressivas, eles também revelam que quanto ao ingresso nas instituições privadas, tem se mostrado favorável e positivo nos últimos anos, e encontra-se em constaste aumento.

Essa conjuntura decorre do grau de desenvolvimento do modo de produção adotado pelo capital e da mercantilização que ele realiza na educação. Além disso, das possibilidades que ele cria e encontra para explorar determinado campo e obter ainda mais lucro, transformam a educação numa mercadoria em nome do crescimento financeiro, negando-a como direito do cidadão, tornando a luta por uma educação gratuita, pública e de qualidade ainda mais desafiadora e necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção da presente trabalho, buscamos analisar o processo de expansão/ampliação do ensino superior brasileiro na contemporaneidade. Tais políticas estiveram intrinsecamente ligadas aos interesses dos países centrais, de modo que o Estado brasileiro

estabeleceu com o passar da história uma relação estreita e dependente com o capital internacional/financeiro. Esse contexto proporcionou que a educação pública passasse por um amplo processo de precarização, desvalorização, mercantilização e privatização.

Dentro de um contexto neoliberal vivenciado na atualidade, há um processo fundamentado na reformulação de uma perspectiva moralizadora, psicologizante e culpabilizadora das relações sociais, visto que por diversas vezes as manifestações da questão social são tomadas como responsabilidade única e exclusivamente do sujeito, que devem buscar soluções por meio de seus próprios esforços. A reconfiguração do Estado Brasileiro vem atuando de maneira a atender minimamente as necessidades da população, de modo que prioriza as ações realizadas pela iniciativa privada e pelo terceiro setor, na justificativa que o Estado não comportar atender todas as necessidades da sociedade.

Tais processos estão centrados na perspectiva de metamorfosear os reais e concretos problemas encontrados, vivenciados e oriundos do próprio sistema capitalista. Nesta ótica, o que podemos perceber é uma supervalorização da iniciativa privada e os interesses do capital financeiro sendo atendidos e na contraposição uma intensa precarização, desvalorização e sucateamento dos serviços públicos, uma vez que não existe o interesse de investimento nessas áreas por parte do Estado Brasileiro. Conclui-se, portanto, que na atual conjuntura do país, o Estado assume única e exclusivamente a responsabilidade do papel de agente regular e gerenciador de políticas sociais focalizadas, fragmentadas, precarizadas e celetistas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A reação burguesa:** reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo. In: **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

Censo da educação superior 2013: resumo técnico.– Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

BRASIL.Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Câmara dos Deputados : 1988. 43 p. Brasília-DF | Março 2015

BARROS, Aparecida. **Expansão da educação superior no Brasil:** Limites e possibilidade. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf

ZAGO, Nadir. "Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares". In Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 32, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Reforma no Ensino Superior e Serviço Social.** In: Temporalis /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. V.1. N. 1, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. Pereira, Larissa Dahmer e Almeida, Ney Luiz Teixeira (org) – Serviço Social e Educação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012;

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO BRASILEIRO

Ana Manoela da Silva Lima[1]
Cláudia Maria Costa Gomes[2]

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar os movimentos iniciais da pesquisa em nível de mestrado acadêmico, desenvolvida entre os anos de 2017-2019. A mesma tem como objetivo geral investigar os impactos do financiamento na Assistência Social com foco no Programa Bolsa Família a partir de 2015 e sua composição nos índices de pobreza e desigualdade no Brasil. Advimos do contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pela hegemonia do capital financeiro, com acirramento das disputas em torno do orçamento do fundo público. O que podemos observar é a ocorrência do aumento de transferências desses recursos para o pagamento de juros da dívida pública, em oposição, aos cortes na área social para contenção de gastos e retomada das taxas de lucratividade e juros. Os caminhos da pesquisa pretendem desvelar a importância dessa disputa e destacar as consequências que toda essa conjuntura apresenta para as políticas sociais, em especial para o Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo. Fundo Público. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the initial movements of the research at the level of academic masters, developed between the years 2017-2019. The main objective of this study is to investigate the impacts of social assistance funding focused on the Bolsa Família Program as of 2015 and its composition in poverty and inequality indices in Brazil. We are aware of the context of contemporary capitalism, marked by the hegemony of financial capital, with the intensification of disputes around the budget of the public fund. What we can observe is the occurrence of increased transfers of these resources to the payment of interest on public debt, as opposed to cuts in the social area to restrain spending and resumption of profitability and interest rates. The

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Política e Trabalho (GEPET). E-mail: aninha_manoela@hotmail.com
[2] Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Política e Trabalho (GEPET). E-mail: claudiac_gomes@hotmail.com

research aims to unveil the importance of this dispute and highlight the consequences that all of this situation presents for social policies, especially for the Bolsa Família Program.

Keywords: Contemporary capitalism. Public Background. Family Grant Program.

1. INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado tem por finalidade apresentar os movimentos iniciais da pesquisa em nível de mestrado acadêmico, com inicio no ano de 2017 e com fim previsto para o ano de 2019. A referida pesquisa tem como objetivo geral investigar os impactos do financiamento na Assistência Social com foco no Programa Bolsa Família a partir de 2015 e sua composição nos índices de pobreza e desigualdade no Brasil. Possui caráter teórico de abordagem qualitativa, sendo norteados pelos pressupostos do materialismo histórico-dialético e na crítica da economia política elaborada por Marx.

Partimos do contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pela hegemonia do capital financeiro, em que a disputa pelos recursos do fundo público se torna ainda mais acirrada com o aumento de transferências dos recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é fonte primordial para a remuneração dos capitalistas rentistas. Em oposição, se justifica os cortes na área social para contenção de gastos e retomada das taxas de lucratividade e juros.

Assim, nossa pesquisa parte do pressuposto que a disputa pelo orçamento do fundo público no capitalismo contemporâneo constitui um espaço de luta econômica, política e social. Na investigação, destacamos os cortes para as políticas sociais que compõem a Seguridade Social. Voltamo-nos em especial para o âmbito da Assistência Social com os Programas de transferência de renda, com ênfase no Programa Bolsa Família (PBF), que passam a ser redefinidos com consequências ainda mais drásticas para os milhões de usuários que o acessam, acarretando numa tendência ao aprofundamento da pobreza e desigualdade.

2. CAPITALISMO FINANCEIRO NO BRASIL

Certamente é válido tomar como inicio a caracterização sobre o capitalismo como um sistema que se consolida e se intensifica na contradição entre dois polos antagônicos: de um

lado a classe burguesa que representa a detenção dos meios de produção e a concentração da riqueza; do outro lado temos a classe trabalhadora na qual se encontra a fonte de exploração e enriquecimento dos capitalistas: a força de trabalho.

É essa dinâmica de exploração própria ao MPC, de exploração da classe dominante à classe trabalhadora que expressa a fonte da dinâmica da lucratividade do capital. Caracteriza-se uma maior apropriação do trabalho excedente, e tendências a diminuição do trabalho socialmente necessário.[3]

Os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, aqui considerada como mercadoria e como primordial para concretização desse processo, tende a produzir cada vez mais mercadorias em pouco tempo. Retomando a lógica da modernização das forças produtivas, o que o capital pretende, é diminuir o tempo socialmente necessário e complementar a produção de mais-valia. Assim, o trabalhador recebe uma parte inferior ao que foi produzido em sua jornada de trabalho, enquanto aumenta a taxa de lucro apropriada pelos detentores dos meios de produção.

Sobre o processo de apropriação da mais-valia, coloca-se na obra marxiana que:

> O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 485)

A partir do reconhecimento das classes antagônicas e do processo de reprodução social podemos afirmar que a pobreza nesse modo de produção é diferente da acumulação primitiva. O desenvolvimento do pauperismo, como assim caracteriza Marx, encontra sua dinâmica própria a partir da reprodução do capitalismo. Como nos indica a Lei Geral da Acumulação Capitalista, o que se constata em seu desenvolvimento é uma produção exacerbada, com a apropriação da riqueza socialmente produzida predominantemente pela classe burguesa.

Outra particularidade do capitalismo se destaca com as crises vivenciadas pelo sistema que experimentou ao longo do seu desenvolvimento algumas de forma mais emblemáticas, cada uma com suas particularidades sócio-históricas. Destacamos aqui, a crise dos fins dos anos de 1970 que trouxe consigo profundas transformações societárias, políticas e econômicas. Esta

[3] Segundo Marx (2013, p.162) por trabalho socialmente necessário entende-se "[...] aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.".

considerada como o fim das "trinta décadas gloriosas" ou "anos dourados" do capitalismo, que perdurou do fim da Segunda Guerra Mundial até a década citada.

A crise dos anos 1970 se instaura com o esgotamento do padrão de acumulação fordista e colapso dos preceitos do Welfare State, que segundo Oliveira (1988) foi responsável pela instauração do padrão de financiamento público,

> Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.(OLIVEIRA,1998,p.19-20)

Entre os anos que se sucederam, a reação burguesa impôs, de forma avassaladora, a retomada da lei do valor, ou mais precisamente, aumento da taxa de mais-valia, como resposta que consiste na desvalorização da força de trabalho com fins a recuperação da taxa de lucros utilizando como saída da situação de exceção, a possibilidade de retomada da acumulação em grau mais acentuado.

Recuperamos aqui uma das estratégias utilizadas pelo capitalismo para retomadas do padrão vivenciado no estágio imperialista, sendo esta a financeirização do capital, como parte do processo conhecido por mundialização[4] do capital (CHESNAIS,1996).

O capitalismo contemporâneo se configura a partir da necessidade sistêmica de retorno aos patamares que se instauraram no pós-guerra, interrompidos pela crise de 1970/1980. A partir das análises supracitadas, o que podemos retirar de características centrais desse estágio é o avanço no processo de internacionalização do capital, preponderância do rentismo e dos ganhos especulativos, bem como um maior endividamento com desvios e apropriações do fundo público para pagamento da dívida.

Dessa forma, no capitalismo contemporâneo, predomina-se o crescimento do "capital fictício". A respeito desse movimento, Bretas (2013) afirma:

> As ilusões produzidas pelo capital portador de juros são de diversas ordens. Além dele fazer parecer que o dinheiro se reproduz sozinho, também faz parecer que qualquer rendimento é proveniente de um capital. Este é o caso, por exemplo, dos juros auferidos pelos credores do Estado. Os recursos

[4] Quando falamos em mundialização convém pensar numa nova configuração do capitalismo mundial, bem como dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. Chesnais (1996) afirma que há um "novo capitalismo" de fins do século XX que é caracterizado por um administrador praticamente anônimo de um fundo de pensão de ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares.

> emprestados ao Estado são gastos e, na maioria da vezes, nem mesmo são investidos como capital. (BRETAS, 2013, p.46).

Aos capitalistas rentistas, cabe a posse desses capitais fictícios que tem seus ganhos em valores imaginários, muito embora esse tenha existência real. Ou seja, os ganhos financeiros acabam por - além de um aumento rápido e desenfreado da riqueza – reforçar o caráter da fetichização do dinheiro.

Assim, se configura como marco da financeirização do capitalismo a questão da dívida adquirida pelos países centrais que recaiam sobre os países periféricos, de modo que cabiam a esses últimos aderir propostas de ajustes econômicos com "reformas" recomendadas pelas agências internacionais. A dívida externa desses países ganha novos contornos e dimensões em que as ações culminavam para um fim maior: o pagamento dos juros da dívida.

A dívida pública aparece assim, como os gastos estatais que não são cobertos pelas receitas. Para tanto, é permitido ao Estado a emissão sem lastro, lançar títulos da dívida pública no mercado a juros atraentes para os investidores. O papel da oligarquia financeira é de deter esses títulos, manter os juros elevados e recebê-los. Desta forma,

> A financeirização da riqueza implica em maior pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. [...] Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, pressionando pelo aumento das despesas financeiras do orçamento estatal, o que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais (SALVADOR, 2017a).[5]

O atual sistema de apropriação do fundo público brasileiro decorre de alguns elementos importantes que são analisados por Salvador (2017b). Segundo o autor, o fundo público apresenta grande relevância no tocante a relação entre as políticas sociais e a garantia da reprodução capitalista, no qual diz respeito, em linhas gerais, a utilização dos recursos via Estado para intervir economicamente e em políticas sociais. Uma das principais maneiras de para a realização deste é por meio da extração de recursos advindos sociedade pela via de impostos diretos e indiretos, das contribuições e também da apropriação das taxas da mais-valia.

[5] Citação obtida a partir do minicurso *Seguridade Social em tempos de Contra-reforma* ministrado pelo professor Evilásio Salvador realizado na VIII Jornada Internacional de Políticas Sociais, na Universidade Federal do Maranhão (2017).

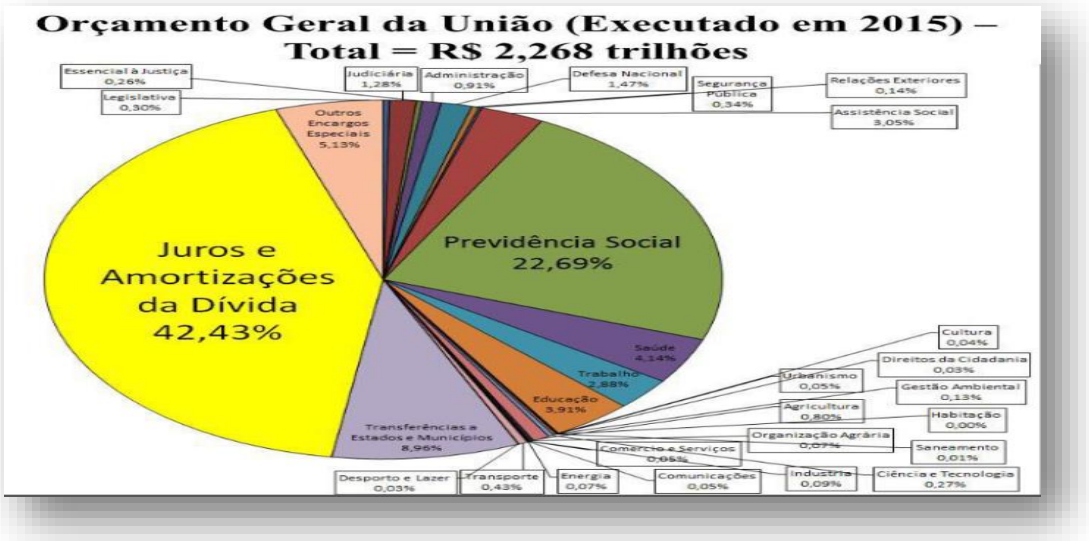
Destaca sobre o debate a importância de considerar o orçamento da Seguridade Social como peça fundamental para entender como se configura essa apropriação do fundo público, afirmando nesse sentido " [...] O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital" (SALVADOR, 2017b, p. 427).

Por conseguinte a despeito do pagamento da dívida, é válido considerar,

> Além de concentrados na União - o ente federativo com maior capacidade de tributação e de financiamento - também há concentração na alocação dos recursos nos serviços da dívida pública- juros, encargos e amortizações-, rubrica com destinação sempre maior que todo o recurso da seguridade social, fora seu impacto para as demais políticas sociais que são financiadas pelo orçamento fiscal, as quais não estão contempladas no conceito constitucional restrito de seguridade do Brasil (BEHRING, 2008, p.50).

Vejamos em números (gráfico 01) o que a afirmação da autora nos revela.

Gráfico 01- Orçamento Geral da União (executado em 2015)



Fonte: Auditoria da divida cidadã, 2016.[6]

Podemos perceber que grande parte do orçamento foi destinado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida, com cerca de 42,43 % total do orçamento. Para as políticas sociais, a área da Previdência recebe o maior investimento com cerca de 22,69%. Para os outros setores, poucos são os que recebem mais de 1% desse total investido, como por exemplo os gastos com agricultura, saneamento, cultura, habitação, direito e cidadania não chegam juntos a esse percentual.

[6] Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/numeros-da-divida-2015/> Acesso 03/07/2018.

Outro elemento de suma importância para essa apropriação é a formação do superávit primário[7], que consideramos como um dos pontos chaves no que diz respeito a retirada do orçamento da seguridade e das contas públicas.

A tendência dos últimos anos, finais do século XX e início do XXI, é de uma política superavitária apresentando percentuais mais altos do que os exigidos pelo FMI, ao passo que cresce a dívida pública paga pelos trabalhadores. Tem assim, um efeito negativo para os recursos da seguridade transferindo-os para o mercado financeiro, uma vez que para as contribuições sociais como fonte de sua formação estão sendo apropriadas para o superávit e pagamento dos serviços da dívida pública.

Segundo Pastorini (2010) desde os anos de 1990 o Banco Mundial:

> [...] seus esforços têm se concentrado em orientar os programas de estabilização econômica nos países latino-americanos (que inclui controle do déficit fiscal, corte nos gastos públicos, reformas tributárias, abertura de mercados), em pensar estratégias para facilitar o pagamento das dívidas externas e monitorar a dívidas externas e monitorar as políticas de ajuste. Essas medidas foram acompanhadas por programas paliativos focalizados para o alívio da pobreza no continente (pobreza reduzida a situação de extrema miséria e fome). (PASTORNI, 2010, p. 77)

Alguns debates sobre o enfrentamento a pobreza e desigualdade foram entrando em maior evidência a partir desse contexto, no qual os governos não só do Brasil como da América Latina, adotaram em suas agendas governamentais propostas que respondessem ao âmbito social que não estivessem longe dos interesses da classe burguesa.

2.2 A Política de Assistência, o Programa Bolsa Família e o Fundo Público

A partir das questões aqui abordadas, nos propomos a entender como todo esse movimento rebate no nosso objeto de estudo, que se propõe a investigar os impactos da dinâmica de apropriação do fundo público, no recorte do financiamento na Assistência Social com foco no PBF, e sua composição nos indicies de pobreza e desigualdade no Brasil, no marco temporal de 2015 à 2018.

[7] Podemos considerar como superávit primário o saldo positivo das receitas (arrecadação) e despesas (gastos) do governo, excluindo os gastos destinados ao pagamento da dívida. Quando as despesas são maiores que as receitas, ocorre o déficit. São peças chaves utilizadas pelo governo para a constituição do superávit: a diminuição de investimentos em políticas sociais; “Reformas” e “ajustes estruturais” que combinam o corte de gastos e as privatizações. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público.

A opção pelo recorte da Política de Assistência social se justifica principalmente por sua relevância nos governos neodesenvolvimentistas e também por ser a política que abarca o Programa Bolsa Família, carro chefe nesses governos, que recebem grande parte do financiamento das políticas sociais, mesmo ainda não tendo se configurado como tal.

Apesar de se consolidar na Constituição Federal o tripé da Seguridade Social- assistência, previdência e saúde- se vem assistindo um maior investimento na área da assistência social, uma vez que as agendas governamentais atribuíram a esta política a funcionalidade do combate à pobreza.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a implementação do ideário neodesenvolvimentista[8] confere a esperança de um novo patamar, através da proposta de progresso social aliado ao econômico. Neste governo apresentam-se como inovações para o âmbito a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, bem como a consolidação do Sistema único de Assistência Social (SUAS) em 2005 e sua Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Os avanços do governo Lula foram relevantes para a afirmação da política social enquanto direito, embora reconhecemos suas contradições e limites.

De acordo com os dados do Relatório do Tesouro Nacional intitulado "Gasto Social do Governo Central 2012-2015" é possível comparar o orçamento destinado às políticas da seguridade e em consonância com o que aqui já exposto demonstrar como a assistência se mostra progressiva ao longo dos anos.

O orçamento do primeiro ano do mandato do ex-presidente Lula estava em torno de um total (gastos diretos e gastos tributários) de 15,9 enquanto no fim dos seus dois mandatos, esse valor sofrera um aumento para 72,0 no ano de 2010. Já com o governo de Dilma, manteve-se o acrescimento apesar dos anúncios de cortes no âmbito social, chegando a uma média inicial de 75,1 e 91,3 em 2015. É importante salientar, que grande parte desse orçamento são destinados aos programas de transferência de renda direta, vinculados a essa política, a exemplo do Programa Bolsa Família e do Beneficio de Prestação Continuada.

Apesar desses avanços em termos orçamentários, não podemos deixar de destacar a questão de fundo no qual se constituiu essa política. Uma vez que ainda é nesta que se situa os

[8] Sobre o Neodesenvolvimentismo destacamos: "[...] a tarefa que traduz a súmula incorporada pelo neodesenvolvimentismo foi combinar crescimento econômico com melhorias no padrão distributivo do país, operado por uma frente política com frações de classe da burguesia do bloco de poder neoliberal (burguesia produtiva interna e fundos de pensões articulados com o capital financeiro), pelo modo de regulação lulo-petista, garantindo a reprodução do capitalismo periférico, com uma matriz econômica que combine investimento público de cariz neokeynesiano, ativismo estatal com vistas a reindustrialização, mais subsídios aos investimentos privados via desonerações, distribuição de renda e redução da pobreza no país." (GOMES, 2018, p.02)

Programas de Transferência de Renda mínima, que se instauraram como o principal mecanismo do combate a pobreza.

Em consonância com Mauriel (2013) que afirma que os programas de combate à pobreza (temporários e focalizados), encontram-se cada vez mais distante do principio da universalidade que defende a proteção, pois a institucionalização desses programas foi acontecendo desarticuladamente do sistema de seguridade social. Os programas de transferência de renda, nesse sentido, se constituíram como carro chefe deste governo no âmbito das políticas sociais, o qual certamente trouxe implicações nas eleições e nos quatro mandatos sob tutela do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, embora considerando que os programas apresentam várias benesses ao governo - com estabilidade política e passivização da classe trabalhadora; estabilidade econômica com a inserção os beneficiários a via do consumo; e pouca estabilidade social - é inevitável mencionar que os PTR trouxeram benefícios para a população assistida e foram os principais contribuintes para a redução do índice de miséria no país, quando se considera o aumento de renda para a superação dessa condição. Deste modo, ao centralizar os enfrentamentos da pobreza com esses mecanismos se desdobra um reducionismo das demais expressões da "questão social" apenas a este fenômeno.

O protagonismo apresentado pelo Programa Bolsa Família passou a ser incrementado com sua inserção no Plano Brasil sem Miséria no ano de 2011.. Em Levantamento feito pela Agência O GLOBO (2015), com base em relatório do Ministério do Planejamento, mostra que nesse mesmo ano, o Bolsa Família concentrou 86,1% dos R$ 30,7 bilhões do Programa Brasil Sem Miséria.

Conjecturamos assim, que com o fim do ciclo neodesenvolvimentista e o recrudescimento do neoliberalismo no país, o Estado brasileiro ajusta suas contas com o capital. Apresenta como uma das suas principais propostas os ajustes que buscam garantir um maior lucro para o capital, com ônus recaindo para a classe trabalhadora que acabam pagando a conta. O que se reserva para o social é uma agenda de cortes, privatizações, e outras medidas que atacam os direitos adquiridos, até mesmo aqueles garantidos na Constituição Federal.

O ajuste fiscal realizado pelo Presidente Michel Temer (2016-2018), reduz drasticamente os investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social, com cortes nos programas bolsa Família, Minha casa minha Vida, Proune, Fies, entre outros. Dados do Ministério de Desenvolvimento Social e agrário, em novembro de 2015, anunciam o cancelamento de 469 mil benefícios e o bloqueio de outros 654 mil, o que representa 8% do total de 13,9 milhões de benefícios do Bolsa Família.

Segundo a Fundação Perseu Abramo (2016), o Programa Bolsa Família (PBF), deixará de atender a 10,5 milhões de famílias pobres que necessitam do benefício, e de R$20,9 bilhões de reais.

Assim, ao voltar-se apenas para os 5% dos mais pobres entre todos os pobres, nem a extrema pobreza será atendida pelo Programa Bolsa Família no governo Temer. Ademais, com a aprovação da PEC do teto, que prevê que os gastos do governo não poderão subir acima da inflação por vinte anos, o impacto no futuro dos programas de transferência de renda, aponta para um maior crescimento da pobreza no país, elevando os índices de desigualdade, assim como uma maior criminalização da pobreza.

Os dados disponibilizados pela ANFIP (2017) com números do ano de 2016 já sinalizam a queda no número de beneficiários do programa. No qual "ao final do ano, houve praticamente um congelamento dos gastos do programa, que aumentaram apenas 2,1% - um percentual inferior ao reajuste concedido aos benefícios do programa em junho de 2016" (p.123).

Segundo o mesmo relatório, o governo, com vista a atender os interesses dos organismos internacionais, adere alguns postulados presente no Relatório do Banco Mundial também do ano de 2017, intitulado *um ajuste justo.* A ANFIP (2017) destaca o relatório citado recomenda uma ampliação do PBF, no entanto, o governo mostra o contrário quando

> [...] Em junho de 2017 foi cancelado o reajuste anual dos valores do programa e na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, aprovada em julho, foi reforçada a diretriz de atenção ao Novo Regime Fiscal – o teto de gastos. O congelamento dos valores do Bolsa-Família tem efeitos adicionais, além da diminuição direta das despesas, ficam igualmente congelados os limites máximos de renda que as famílias precisam para ter direito ao benefício. Se esses limites não se atualizam sequer pela inflação, menos famílias passam a fazer jus aos benefícios. Não é por acaso que o governo vem utilizando recadastramentos que excluem famílias por uma renda marginalmente superior aos limites congelados. Outro efeito desse congelamento, também deletério, é a perda de referência entre a renda per capita das famílias e os valores abaixo dos quais estão identificadas a pobreza e a pobreza extrema. Esses valores não podem ser congelados (ANFIP, 2017, p.122).

Portanto, ante o quadro exposto e os desafios que se colocam para a classe trabalhadora, nos surgiu a necessidade de aprofundar o tema de pesquisa, com vistas a entender a importância da utilização dos recursos do fundo público para o financiamento das políticas sociais, e a sua disputa para a remuneração do capital portador de juros.

Aqui, a ideia é de especificar o caso da alocação de recursos para o Programa Bolsa Família, que demonstra primazia dentro da política de Assistência Social, e desta no âmbito da Seguridade Social. O que pretendemos desvelar é como esse quadro de disputa pelos recursos

do fundo público pode ocasionar efeitos diretos nos indicadores de pobreza e desigualdade no país, trazendo impactos à luta de classes e (re)atualizando a modernização conservadora do Estado brasileiro.

3. CONCLUSÃO

Ao fim do exposto podemos apontar sobre a dinâmica do capitalismo financeiro, que apresenta em seu cerne a busca por maiores patamares de lucro aos capitalistas, sobretudo aqueles que sobrevivem de sua esfera especulativa, os rentistas. Destacamos que apesar de ser propagado a sua face através dos ganhos e lucros fictícios, é válido consideramos que só a partir do trabalho, da sua exploração via retirada de mais-valia é que se consolida a base dessa lucratividade.

Abordamos o contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pela hegemonia do capital financeiro, em que a disputa pelos recursos do fundo público se torna ainda mais acirrada. Considerando o caráter inicial da pesquisa, neste momento é possível constatar que a ideologia neoliberal apresenta como uma das suas principais propostas os ajustes que buscam garantir um maior lucro para o capital, com ônus recaindo para a classe trabalhadora, reservando para o social uma agenda de cortes, privatizações, e outras medidas que atacam os direitos adquiridos.

O que podemos observar é a ocorrência do aumento de transferências dos recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é fonte primordial para a remuneração dos capitalistas rentistas. Em oposição, se justifica os cortes na área social para contenção de gastos e sobretudo o desmonte das políticas sociais, tanto das que fazem parte do conjunto da Seguridade Social como das demais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Análise da Seguridade Social em 2016.** Brasília, 2017.

BEHRING, E. R. **Acumulação capitalista, fundo público e Política Social**. In: BOSCHETTI, Ivanete et all. (Orgs) Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo Cortez, 2008.

BRETTAS, Tatiana. **Capital financeiro, fundo público e políticas sociais:** uma análise do lugar do gasto social no governo Lula**.** Rio de Janeiro, 2013. Tese de Doutorado.

CHESNAIS, François. ***A mundialização do capital***. São Paulo: Xamã, 1996.
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Os Impactos do Plano Temer nas Políticas Sociais: O caso do Bolsa Família.** São Paulo, 2016.

GOMES, C. M. C. **O choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa do lulo-petismo**. Revista Katálysis. v. 21, n. 1. Santa Catarina, 2018.
MARX, K. **Critica da economia politica.**São Paulo, Abril Cultural. V.1, 1985.
_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. "Pobreza, Seguridade e Assistência Social: desafios da política social brasileira." In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2013.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e seguridade Social no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2010.

_____. et al. **Financeirização do capital, Fundo Público e Política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Minicurso Seguridade Social em tempos de Contra-reforma. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2017a.

_____. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017b.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital força de trabalho e fundo público. In: **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis,.- RJ, Vozes, 1998.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. 3ª ed. V.17 – São Paulo: Cortez, 2010.

TEXEIRA, Sandra. Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia. In: SALVADOR, Evilásio et al. **Financeirização do capital, Fundo Público e Política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: o estado da arte das dissertações de mestrado vinculado à área de Política Social

Ângela Kaline da Silva Santos[1]
Lucicleide Cândido da Silva[2]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[3]

RESUMO: Este artigo objetiva-se analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Politica Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 1982 a 2010. O percurso histórico brasileiro dessas três décadas, contextualizadas pelos influxos da crise do capitalismo em meados da década de 1970, corresponde aos "trintas anos perversos" (1980 – 2010). Essas determinações macrossocietárias infletem sobre o Serviço Social, materializadas na produção do conhecimento. Em termos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização do estado da arte para mapeamento analítico das tendências que tipificam o universo das dissertações investigadas, com uso de instrumentos e técnicas quanti-qualitativas de coleta e de análise dos dados. Os resultados atestam que à área de concentração da Política Social compõem 78,2 (183) das dissertações de mestrado defendidas, tendo prevalência nas produções do PPGSS/UFPB em relação à área de concentração Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social com 21,7% (51). Revelando, assim, um interesse investigativo dos assistentes sociais em entender a realidade a qual estão inseridos em seus campos de atuação.

PALAVRAS – CHAVE: Produção do conhecimento; Serviço Social; Política Social.

ABSTRACT: his article aims to analyze the Master's dissertations related to the Social Policy area, defended in the PPGSS / UFPB from 1982 to 2010. The Brazilian historical trajectory of these three decades, contextualized by the influxes of the crisis of capitalism in the mid-1970s , corresponds to the "perverse years" (1980 - 2010). These macro-social determinations influence Social Service, materialized in the production of knowledge. In methodological terms, it is characterized as a bibliographical and documentary research using the state of the art for analytical mapping of trends that

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: s.social.angela@gmail.com.
[2] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: Lucicleidec1@gmail.com.
[3] Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: blfalmeida@uol.com.br.

typify the universe of dissertations investigated, using quantitative qualitative instruments and techniques of data collection and analysis. The results show that 78.2 (183) of the Master's theses defended were concentrated in the Social Policy concentration area, with a prevalence of PPGSS / UFPB in relation to the Social Work Theoretical-Practical Rationale with 21.7% (51). Thus revealing an investigative interest of the social workers in understanding the reality that they are inserted in their fields of action.

KEYWORDS: Knowledge production; Social Service; Social Policy.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1982 a 2010. Esse universo encontra-se distribuído em 51(21,7%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 183 (78,2%) na área de Política Social. Este trabalho circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 183 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social.

A referida pesquisa objetiva a analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Politica Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 1982 a 2010. Para tanto, objetiva-se identificar e analisar as tendências e categorias temáticas que perpassam o processo de produção de conhecimento no Serviço Social a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social no período de 1982 a 2010.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho histórico-crítico marxista. Justifica-se a adoção dessa perspectiva teórico-metodológica não apenas por se constituir o marxismo no aporte hegemônico da produção do conhecimento do Serviço Social, como também por esse aporte que melhor elabora e fundamenta a crítica à ofensiva pós-moderna, como expressão neoconservadora.

Para analisar as dissertações, utilizou-se o estado da arte que, segundo ROMANOWSKI e ENS (2006, p. 39) as pesquisas são denominadas de estado da arte "[...] quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções".

Por se tratar da produção do conhecimento em Serviço Social, entende-se que este se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como

contexto histórico o desenvolvimento capitalista industrial, a expansão urbana e a exploração do trabalho, gerador de múltiplas contradições. Trata-se das expressões da "questão social", objeto da atuação dos assistentes sociais através das políticas sociais, que têm sido fonte de pesquisas e produção de conhecimento no Serviço Social. Mota (2013, p. 19) assevera que, "[...] as produções dirigidas às formulações de politicas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social e são reveladoras das contradições em processo que marcaram e marcam a sua existência".

A produção de conhecimento em Serviço Social brasileiro inicia-se em 1970, sobretudo, impulsionada com a criação dos Programas de Pós-Graduação. Esse processo espraia-se nos anos de 1980, consolidando-se nas décadas seguintes com a publicação das Teses e Dissertações sob a forma de livros e artigos além da criação de periódicos na área. O Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e reconhecida pela agencias de fomento à pesquisa e pós-graduação, como CNPq, Capes e Finep.

Sobre as produções na área de concentração de Politica Social, conforma-se como uma área em crescente expansão, especialmente ao articular essa temática ao âmbito da intervenção profissional, conforme explicita Mioto e Nogueira. (2013, p.62)

> Com referência a intervenção profissional, observa-se que a inclusão da política social no debate da profissão permitiu situar mais concretamente os seus objetivos na sociedade capitalista. Pôde-se sobrepor, no campo da intervenção, a questão do "por que fazer" à do "como fazer". Com o aprofundamento da investigação sobre a interrelação política social e Serviço Social nas bases da teoria social crítica, pôde-se avançar o conhecimento em direção ao "para que fazer".

2. **CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA**: um olhar das tendências a partir da Ditadura Militar

A ditadura militar (1964 – 1985) expande a cobertura da política social no Brasil, numa dinâmica de expansão dos direitos sociais e restrição dos direitos civis e políticas, caracterizada como um processo de modernização conservadora. Tendo um sistema dual de políticas sociais: pública e privada. Esse é o período de crescimento econômico, o chamado "milagre brasileiro", com a introdução da produção em massa de bens de consumo duráveis, que vinha acontecendo desde 1955, para um consumo de massa restrito. Behring e Boschetti (2011, p. 135) elucidam que,

> apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para diante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados "anos de ouro".

A partir de 1974, apresentam-se os primeiros sinais de esgotamento da ditadura militar, e os anos pós-74 são marcados por uma abertura lenta e gradual do regime no caminho para uma transição democrática. Esse se torna o contexto que marcará os anos de 1980, um período de conquistas democráticas, mas também conhecido como a "década perdida" do ponto de vista econômico, por conta da crise do endividamento externo, que marca os países da América Latina, causando um empobrecimento generalizado, crises dos serviços públicos por conta do aumento da demanda e desemprego, além de um processo altamente inflacionário.

> A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.144).

Na Nova República (1985/1989), instaurada logo após a ditadura militar, as políticas sociais mantêm a característica compensatória, seletiva, fragmentada, marcada por iniciativas baixas no enfrentamento da "questão social". Um exemplo é o Programa do Leite, que foi criado durante o governo Sarney, deixando de implementar propostas de reestruturação das políticas públicas. Esse período é pautado por um grande debate acerca do desenho institucional das políticas publicas. Tendo destaque o Movimento de Reforma Sanitária, que influenciou a Assembleia Constituinte no processo do redesenho da Política Social da Saúde. O texto constitucional foi aprovado em outubro de 1988 e "[...] o complexo da seguridade social foi o que apresentou maiores avanços legais, considerando as tentativas de integrar os sistemas de saúde, previdência e assistência social". (POCHMANN, 2004, p.88).

A vitória de Fernando Collor de Melo na primeira disputa presidencial direta em 1989 após o regime militar, marca a implementação dos ajustes neoliberais no Estado brasileiro. Todavia, esse processo é intensificado a partir de 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que ratificou a confrarreforma do Estado.

Enquanto um conjunto de ideias conservadoras, o neoliberalismo, expande a liberdade e expansão do mercado, diminui o tamanho Estado, e aprofunda as desigualdades sociais. O Estado com vistas a contribuir com os interesses do capital cada vez mais passa a prosseguir no movimento de desresponsabilizarão social sob o discurso de que a implementação de Políticas

Públicas ocorre de forma ineficiente, passando a legitimar as organizações da sociedade civil na gestão dos Programas de Proteção Social.

Em resumo, nos anos de 1990, as Políticas Sociais tornam-se privatizadas, focalizadas, seletivas e descentralizadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) em um contexto em que crescem as demandas sociais em face do aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.

O novo desenvolvimentismo surge no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento. As diretrizes estratégicas do neodesenvolvimentismo são o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Alinhado a esse processo, os anos 2000 em toda América Latina vivenciaram a acessão dos governos ditos progressistas.

No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder central significou um marco histórico para o país, onde um ex-operário alcança a presidência. Essa ascensão de Lula ao poder central se inscreve num momento de retrocesso da organização da classe trabalhadora, e contou com alianças políticas que representam interesses diferentes. Esse governo continua com posições que reafirmam o processo ocorrido durante o governo FHC, segundo Cantalice,

> A defesa da estabilidade econômica, o compromisso do orçamento com a sustentação dos liames do capital financeiro e, por outro lado, apesar do alarme midiático do governo acerca do gasto na área social com suas políticas compensatórias, os registros do parco investimento direto em políticas sociais demonstram nitidamente a direção político-econômica desse governo. (2009, p. 10).

A marca das políticas sociais nesse período são a fragmentação, a seletividade e a centralidade da intervenção da extrema pobreza, mesmo com os avanços na proteção social com a Constituição Federal de 1988, e por alguns estatutos e legislações sociais. O que começou com FHC, foi intensificado com Lula, tendo como carro chefe de seu governo o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Nos governos petistas, o discurso adotado expressa a união entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social como mecanismo de enfrentamento das expressões da "questão social". Embasa-se na expansão do emprego e, em decorrência, a expansão do consumo. Assim, ao passo que os governos petistas investiam na economia e na livre circulação do mercado, tentaram promover programas sociais, com destaque os programas de transferência de renda, conferindo centralidade à Política de Assistência Social, cuja Política Nacional de

Assistência Social – PNAS/ 2004 traz uma nova arquitetura e organização para essa política e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse contexto, as demais políticas sociais tornam-se alvos de transformações que as colocam como produto mercantil do capital, por meio das privatizações institucionais desde a década de 1990 e intensificadas nos anos 2000, como o sucateamento da educação básica e a privatização do ensino superior.

No item seguinte, passa-se a analisar os dados das dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social durante os anos de 1982 a 2010.

3. ANÁLISES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DE POLITICA SOCIAL DO PPGSS NOS ANOS DE 1982 A 2010

A primeira Tabela, a seguir, traz os dados gerais referentes às dissertações de Mestrado Acadêmico, vinculadas às duas áreas de concentração: Fundamentos Teóricos – Prático do Serviço Social e Política Social, defendidas durante os anos de 1982 a 2010 no PPGSS/UFPB.

Tabela 1 - Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nas áreas de concentração Fundamentação teórico-prática do Serviço Social e Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Área de Concentração	**Anos 80**		**Anos 90**		**Anos 2000***		**Total**	
	N°	**%**	**N°**	**%**	**N°**	**%**	**N°**	**%**
Fundamentação Teórico-prática	11	**37,9**	15	**22,4**	25	**18,1**	51	**21,7**
Política Social	18	**62,1**	52	**77,6**	113	**81,8**	183	**78,2**
Total	29	**100**	67	**100**	138	**100**	234	**100**

* Nota: os anos 2000 correspondem às obras defendidas nos 2000 até 2010.

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 a 2010.

Conforme demonstra os dados da tabela 1, verifica-se a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) dissertações defendidas, e consequentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico – Prático do Serviço Social.

Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPB expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se.

Essa aproximação do processo do conhecimento em Serviço Social no campo das Políticas Sociais contribui para o amadurecimento intelectual e metodológico dos assistentes sociais frente às múltiplas expressões da "questão social" que se apresentam durante as três décadas contempladas nesta pesquisa, perpassadas pelas mudanças e transformações que a sociedade tardo-burguesa sofre, repercutindo na reprodução da vida social e trazendo novas temáticas para a profissão.

De acordo com o procedimento metodológico do estado da arte, adotou-se a utilização de dois indicadores analíticos, a saber: a) os indicadores referentes à área do conhecimento; b) e os indicadores temáticos derivados dos objetos de estudo.

3.1 Indicadores Áreas do Conhecimento

Esse indicador é analisado a partir dos campos das Políticas Sociais.

Tabela 2 – Frequência de ocorrências dos campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado, vinculadas à Área Politica Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Campos da Política Social	**Anos 80**		**Anos 90**		**Anos 2000**		**Total**	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Política da Saúde	01	**5,5**	05	**9,6**	23	**20,3**	29	**15,8**
Política da Criança e Adolescente	-	-	10	**19,2**	17	**15**	27	**14,7**
Política da Assistência Social	-	-	07	**13,4**	18	**15,9**	25	**13,6**
Política da Educação	03	**37,5**	07	**13,4**	09	**7,9**	19	**10,3**
Políticas Agrárias	02	**11,1**	10	**19,2**	04	**3,5**	16	**8,7**
Política da Habitação	04	**22,2**	03	**5,7**	01	**0,8**	08	**4,3**
Política da Pessoa Idosa	-	-	-	-	08	**07**	08	**4,3**
Política da Pessoa com Deficiência	-	-	-	-	07	**6,1**	07	**3,8**
Política de Saúde Mental	-	-	01	**1,9**	05	**4,4**	06	**3,2**
Política Social	03	**16,6**	01	**1,9**	01	**0,8**	05	**2,7**
Política sobre Drogas	-	-	-	-	04	**3,5**	04	**2,1**

Política para a Família	-	-	-	-	03	**2,6**	03	**1,6**
Política de Saúde do Trabalhador	01	**5,5**	01	**1,9**	01	**0,8**	03	**1,6**
Política da Previdência	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política da Segurança Pública	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política para Mulher	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política para Juventude	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Política Cultural	-	-	01	**1,9**	-	-	01	**0,5**
Não Identificado	03	**16,6**	06	**11,5**	08	**07**	17	**9,2**
Total	18	**100**	52	**100**	113	**100**	183	**100**

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Na Tabela 2 analisam-se os campos de atuação da Política Social, pesquisados no PPGSS/UFPB. Com a maior incidência, destaca-se a Politica de Saúde com o total de 15,8% (28) obras, sendo: em 1980, uma dissertação defendida; nos anos de 1990, são 05; e nos anos de 2000 há um crescimento considerável com a defesa de 23 dissertações. Em seguida, aponta-se Política da Criança e Adolescente com um total de 14,7% (27), sendo que: não há dissertação defendida nos anos de 1980; nos anos de 1990, foram 10; e, na década de 2000, com 17. Seguidamente, tem-se a Politica de Assistência Social com o total de 25, sem nenhuma incidência anos de 1980; nos anos de 1990 com 07 dissertações; e anos 2000, com 18, constatando o crescimento dessa Política, principalmente na Era Lulista com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. A seguir, a Politica de Educação com um total de 19, sendo 03 nos anos 1980; 07 nos anos de 1990; e 09 dissertações defendidas nos anos 2000.

Logo após, tem-se o campo das Políticas Agrárias com um total de 16 dissertações, sendo: 02 na década de 1980; nos anos de 1990 há um crescimento com 10 obras; e anos 2000 essa incidência diminui drasticamente com 04 dissertações defendidas. Em seguida, cita-se a Política de Habitação com um total de 08 dissertações, com maior incidência dos anos de 1980 com 04 dissertações; nos anos de 1990, essa incidência diminui para 03; e nos anos 2000 com apenas 01 dissertação defendida. A Politica para a Pessoa Idosa indica um total de 08 dissertações defendidas apenas nos anos 2000, portanto, sem nenhuma incidência nos anos de 1980 e 1990. A seguir, a Politica da Pessoa Com Deficiência com 07 dissertações defendidas apenas nos anos 2000. A Politica da Saúde Mental apresenta um total de 06 dissertações defendidas, sendo 01 na década de 1990; e 05 nos anos 2000.

Em seguida, registra-se o foco investigativo na Politica Social com 05 dissertações que trazem uma discussão mais geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. Nos

anos de 1980, incide 03; tem-se uma diminuição nos anos 1990 com apenas uma; e também uma dissertação nos anos 2000.

As políticas com menor incidência são: Politica Sobre Drogas 2,1% (04) obras; a Politica para a Família com 1,6% (03); a Política de Saúde do Trabalhador também conta com 1,6% (03); com 0,5% (01) dissertação cada uma das seguintes políticas: a Politica da Previdência, Politica de Segurança Pública, Politica para a Mulher, a Politica para a Juventude e a Politica Cultural. Registra-se 17 dissertações defendidas em que não foi possível identificar o campo da Politica Social.

As politicas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

3.2 Indicadores Temáticos

Esse indicador passa a ser investigado à luz das temáticas que perpassam a análise das Dissertações defendidas sobre as Políticas Sociais.

Tabela 3 - Frequência de Ocorrências das categorias temáticas analisadas nas Dissertações de Mestrado vinculadas à área Politica Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Categorias Temáticas	**Anos 80**		**Anos 90**		**Anos 2000**		**Total**	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Gestão / Avaliação	01	**5,5**	04	**7,6**	20	**17,6**	25	**13,6**
Trabalho	01	**5,5**	07	**13,4**	15	**13,2**	23	**12,5**
Assistência (Termo amplo)	-	-	11	**21,1**	10	**8,8**	21	**11,4**
Gênero	01	**5,5**	05	**9,6**	11	**9,7**	17	**9,2**
Movimentos Sociais	07	**38,8**	08	**15,3**	-	-	15	**8,1**
Saúde	-	-	02	**3,8**	06	**5,3**	08	**4,3**
Questão Social	01	**5,5**	-	-	06	**5,3**	07	**3,8**
Inclusão Social	-	-	-	-	07	**6,1**	07	**3,8**
Proteção Social	-	-	-	-	07	**6,1**	07	**3,8**
Criança e Adolescente	-	-	01	**1,9**	05	**4,4**	06	**3,2**
Estado e Sociedade Civil	02	**11,1**	03	**5,7**	01	**0,8**	06	**3,2**
Terceiro Setor	-		-	-	05	**4,4**	05	**2,7**
Família	-		-	-	04	**3,5**	04	**2,1**
Questão agrária	-		03	**5,7**	01	**0,8**	04	**2,1**
Sindicalismo	01	**5,5**	02	**3,8**	-	-	03	**1,6**

Educação	-		02	**3,8**	01	**0,8**	03	**1,6**
Juventude	-		-	-	03	**2,6**	03	**1,6**
Pobreza	-		-	-	02	**1,7**	02	**01**
Preconceito	-		-	-	02	**1,7**	02	**01**
Desenvolvimento Rural	02	**11,1**	-	-	-	-	02	**01**
Violência	01	**5,5**	-	-	-	-	01	**0,5**
Religião	-	-	01	**1,9**	-	-	01	**0,5**
Psicologia	-	-	01	**1,9**	-	-	01	**0,5**
Segurança Pública	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Seguridade Social	-	-	-	-	01	**0,8**	01	**0,5**
Não Identificado	01	**5,5**	02	**3,8**	05	**4,4**	09	**4,9**
Total	18	**100**	52	**100**	113	**100**	183	**100**

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

A análise dos resultados da Tabela 3 demonstra as categorias temáticas abordadas nas dissertações, derivadas de subáreas das Politicas Sociais. Os dados indicam que a maior incidência recai na temática gestão/avaliação com o total de 13,6% (26) dissertações, sendo: 01 nos anos de 1980; 07 nos anos de 1990; e 20 nos anos 2000, sendo esse crescimento explicado pelo processo de descentralização que as politicas sociais passam após a Constituição Federal, principalmente a Politica de Saúde e Assistência Social. Em seguida, destaca-se a temática trabalho com um total de 12,5% (23) dissertações, tendo: 01 incidência nos anos de 1980; aumentando significativamente nos anos de 1990 com 07; e nos anos 2000 aumenta a incidência para 15 dissertações. Logo após, observa-se a temática da assistência (nas subáreas, como assistência estudantil, assistência ao idoso, etc.) com o total de 11,4% (21), não tendo registro na década de 80; nos anos de 1990 apresenta 11 dissertações; e nos anos 2000 com 10 obras.

Em sequência, destacam-se as dissertações que analisam a temática gênero. Os objetos dessa temática tratam da percepção da mulher na sociedade, saúde da mulher, masculinidade, criança e adolescentes e relações de gênero, etc. com um total de 9,2% (17) de incidências, sendo: nos anos de 1980 com 01 dissertação; 05 nos anos 1990; e de 11 nos anos 2000. A seguir, anota-se a temática movimentos sociais com um total de 8,1% (15) das dissertações. Conforma-se como uma temática que se expressa, sobretudo nos anos de 1980 com 07 dissertações por ser esses anos o contexto em que "[...] reaparecem no cenário político forças sociais que recuperam os espaços vedados a partir de 64 e se expressam através dos movimentos sociais urbanos e rurais [...]" (SPOSATI et al, 1998, p. 21); em 1990, permanece ainda essa tendência com 08; contudo, não se apresenta mais nos anos 2000. Em seguida, mostra-se a temática saúde com um total de 4,3% (08) dissertações; não se apresentando nos anos de 1980; nos anos 1990 com 02; e nos anos 2000 aumenta para 06 dissertações defendidas.

Em sequência, inscreve-se a temática questão social com um total de 3,8% (07) "[...] cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social" (IAMAMOTO, 1997, p. 14), tendo: uma incidência nos anos 1980; sem incidência nos anos 1990 e aumenta com 06 nos anos 2000. Com o mesmo total de 3,8% (7) inventaria-se a temática inclusão social e proteção social, com incidência apenas nos aos 2000 com 6,1% (07).

Quando as demais temáticas identificam-se: Criança e Adolescente/ Estado e Sociedade Civil com 3,2% (07); Terceiro Setor com 2,7% (05); Família/ Questão Agrária / Sindicalismo/ Educação/ Juventude com 1,6% (03); Pobreza/ Preconceito/ Desenvolvimento Rural com 1% (02); Violência/ Religião/ Psicologia/ Segurança Pública/ Seguridade Social com 0,5% (01). E destaca-se um percentual de 4,8% (09) de dissertações cujas temáticas não foram identificadas.

As temáticas estudadas e investigadas sofrem alterações conforme as determinações conjunturais, pois, cada época produz suas categorias temáticas de acordo com a dinâmica da sociedade (KOWARICK, 1995).

4. CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, constata-se que a produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas, a partir do surgimento dos programas de pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

No tocante ao PPGSS/UFPB pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Verificou-se o crescimento das dissertações de mestrado vinculadas à área de concentração da Política Social. Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos das três décadas contempladas nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços ocupacionais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro:** as teses da crise, da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *In*: **Debate** n. 6. Fortaleza: CRESS–CE, 1997.

KOWARICK, Lucio. "Investigação Urbana e Sociedade". *In*: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter. (Orgs.) **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *In*: **Revista Katálysis**, Florianópolis v.16 nº.esp. p.61-71, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *In:* **Diálogo Educacional** - Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98 (Acesso em 11/08/2017).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** uma questão em análise. – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

DESMISTIFICANDO O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Liliane Gomes de Abrantes Andrade[1]
Sonaly Nunes Sena[2]
Maria Romilda Coelho Fernandes[3]

RESUMO: O trabalho ora apresentado se situa na urgente reflexão acerca do falacioso déficit da Previdência Social, cujo objetivo é desmitificar o pseudo déficit orçamentário previdenciário. Considerando que tal discurso não passa de uma estratégia historicamente utilizada pelo Estado associado ao capital para operar a oneração dos direitos dos trabalhadores/trabalhadoras garantidos na Constituição Federal de 1988, e em contrapartida ampliar as áreas e/ou nichos de exploração do capital e, portanto sua lucratividade, sob a égide de um governo eminentemente neoliberal - governo Temer - comprometido em atender os interesses dos organismos internacionais a partir de um conjunto de reformas no âmbito das políticas públicas, em detrimento do atendimento das necessidades básicas e sociais da população brasileira via implementação de políticas públicas e sociais de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social. Previdência Social. Déficit orçamentário. Reforma.

ABSTRACT: The work presented here is based on an urgent reflection about the fallacious deficit of Social Security, whose objective is to demystify the pseudo budget deficit. Considering that this discourse is nothing more than a strategy historically used by the State associated with capital to operate the encumbrance of workers' rights guaranteed in the Federal Constitution of 1988, and in return, to expand the areas and / or niches for the exploitation of capital and, therefore, its profitability under the auspices of an eminently neoliberal government - the Temer government - committed to meeting the interests of international organizations based on a set of reforms in the scope of public policies, to the detriment of meeting the basic and social needs of the Brazilian population through implementation quality public and social policies.

KEYWORDS: Social Security. Social Security. Budget deficit. Reform.

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/CCJS. Atualmente Pós-graduanda em Serviço Social, políticas públicas e Trabalho Profissional na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/CCJS.
[2] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/CCJS.
[3] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/CCJS.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo desmistificar o chamado déficit da Previdência Social brasileira, que vem se perpetuando desde a crise emergida em 1979 no país até os dias que transcorrem. Os debates que permeiam o modelo previdenciário brasileiro nos trazem diversas inquietações, dentre elas o discurso da incapacidade do financiamento futuro da Seguridade Social, donde a mesma está prescrita na Carta Magna de 1988.

No primeiro tópico abordou-se o contexto histórico da Seguridade e, portanto, da Previdência Social no plano macro-estrutural, sinalizando as principais características dos primeiros planos de Seguridade Social adotados pelos países centrais, bem como, o contexto político e econômico em que estes se inserem. Ainda no mesmo tópico situamos as particularidades da política no Brasil, num contexto político adverso, marcado pelo Golpe Militar de 1964.

No segundo tópico discutiu-se a Previdência Social enquanto política inscrita no tripé que constitui a Seguridade Social, apontando às ameaças à sua implementação, a partir da década de 90, sob os arautos do neoliberalismo até os anos 2000, conjuntura essa que envolveu o Brasil em uma política propícia, a um conjunto de privatizações, configurando-se um período de contra reformas.

No ultimo tópico tratou-se do déficit da Previdência Social enquanto um discurso falacioso, que tem se perpetuado potencialmente na sociedade atual, servindo de suporte ideológico para as inúmeras reformas propostas pelo governo, cujo objetivo é usurpar os direitos da classe trabalhadora. Além disso, situamos os principais argumentos que, desmistificam o suposto rombo previdenciário e, portanto, a crise no sistema previdenciário brasileiro.

2. **BREVE HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:** Particularidades no Brasil

Entre os anos de 1883 a 1889, na Alemanha, foi instituído o sistema de proteção social, configurando-se um ordenamento legal sobre Previdência Social, tal qual, foi formulado por Otto Von Bismarck, ficando conhecido como modelo bismarckiano. O modelo pautava-se no seguro social, limitando-se o acesso aos trabalhadores/as assalariados/as e aos seus

dependentes, mediante prévia contribuição, esta por sua vez, de caráter eminentemente proporcional - a cada um/a conforme sua contribuição (SILVA, 2011).

O plano de proteção social supracitado surgiu na perspectiva de conter e/ou trazer a níveis manejáveis as pressões advindas dos movimentos dos/as trabalhadores/as em busca de melhores condições de vida, tendo em vista, o descaso da esfera estatal para com o social. Portanto, o sistema de Previdência Social bismarckiano emerge da necessidade de apaziguar as tensões no cenário político.

Sob a vigência de um contexto político e econômico diverso, marcado pela II Guerra Mundial, William Beveridge publicou na Inglaterra em 1942, o relatório sobre Seguro Social e Serviços Afins, tal qual ficou conhecido como Plano de Beveridge de Seguridade Social, este por sua vez, trás críticas ao modelo bismarckiano e propõe a instituição do WelfareState[4] (BOSCHETTI, 2009).

Ao contrário do sistema de proteção proposto por Bismarck, Beveridge propunha um sistema amplo de direitos, capaz de promover a devida cobertura do atendimento à população.O Plano Beveridgiano tinha como característica a universalidade e a generalidade, pois atendia a todos, por acreditar que tinham direito de acessar tal sistema e ter suas necessidades atendidas.

De acordo com Silva (2011), o modelo beveridgiano surgiu na perspectiva de reorganizar e ampliar um conjunto de medidas dispersas de proteção social já existentes, além de criar novos auxílios, no afã de combater a pobreza, embora tivesse como objetivo maior a manutenção do estado de pleno emprego, pois, o trabalho assalariado figurava como um elemento fundamental para a implementação do Plano, nos marcos do chamado Estado de Bem-Estar Social, somado ao regime de produção taylorista-fordista[5].

Segundo Antunes (2009), o binômio fordismo-keynesianismo se configurava como uma estratégia do capital frente à Crise de 1929. Primou-se por um Estado interventivo e regulatório com fins de incluir a classe trabalhadora na e pela via do consumo e, corroborar para o arrefecimento das taxas de lucro do capital. Gouch (1982) apud MOTA (2011, p. 128), esclarece:

[4] O *Welfare State* aos modos da economia norte-americana é uma espécie de estado de bem-estar social que surge, polarizado pelos interesses de classe, atuando na condição de ente regulador, tanto na esfera social, quanto na esfera econômica, atendendo aos interesses antagônicos impressos na luta de classes – capital x trabalho –, embora seu interesse maior estivesse concentrado na defesa dos interesses da classe hegemonicamente dominante (ANTUNES, 2009).

[5]Trata-se de uma linha de produção rígida que articulava os diferentes trabalhos, interligando as ações individuais, através da esteira, com fins de acelerar o processo de trabalho, dando ritmo e tempo necessário para a execução das tarefas. (ANTUNES, 2009, p. 39).

> [...] é a partir do pós-guerra que, nos países desenvolvidos, os sistemas públicos de Seguridade transformam-se na principal forma de intervenção social do Estado, chegando mesmo a consolidar uma determinada forma de organização conceituada como Estado de bem-estar social (GRIFOS NOSSOS).

Na década de 70, o padrão de Seguridade Social iniciado no período pós-guerra foi fortemente criticado nos países desenvolvidos, acarretando a crise do *Welfare State* (MOTA, 2011), ocasionada pela saturação do regime de produção fordista-taylorista, bem como pela ascensão da luta dos/as trabalhadores/as. Com o objetivo de reestruturar-se, o capital sob o comando dos organismos internacionais, e calcado no ideário neoliberal, adotou um conjunto de medidas, cuja maior inflexão se dá no mundo do trabalho e no âmbito das políticas públicas e sociais, inclusive no sistema de proteção social.

Nesse contexto, a Seguridade Social passa por uma série de reformas, tais quais se expressam na privatização dos programas de previdência e saúde e na ampliação dos programas assistenciais. Segundo Mota (2011), as reformas são operadas sob os argumentos da deficiência orçamentária dos programas de Previdência Social. No que se refere às causas de tais déficits, estão elencadas o desemprego, as questões demográficas das populações, o impacto das contribuições sociais e dos impostos sobre as empresas entre outras.

A Seguridade Social consiste em um dos principais objetos de mudanças, seja nos países desenvolvidos, seja, nos países de economia baixa, demonstrando a centralidade do sistema de proteção social nas relações econômicas (MOTA, 2011). Contudo, os países periféricos, como o Brasil, assumem características particulares, determinadas pela conjuntura política e econômica vigente, as quais serão problematizadas na sequência.

No Brasil a Previdência Social tem seu marco legal na Lei Eloy Chaves, instituída em 1923, que estabeleceu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) nas empresas empregadoras de ferroviários. Posteriormente, as CAPs foram ampliadas, através do Decreto n° 5.109/1926, estendendo a proteção para os portuários, marítimos e empregados ligados à infraestrutura dos serviços públicos (SIMÕES, 2009). Em 1930, as CAPs foram transformadas em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), agora organizados por categorias profissionais (idem).

Os IAPs vigoraram no país até 1966, período em que se vivenciou a ditadura civil militar. O regime ditatorial parametrado pelas exigências do processo de acumulação, pelo apaziguamento dos atos de rebeldia da classe trabalhadora e pela necessidade de atender os anseios do grande capital promove um conjunto de mudanças nas políticas sociais, no afã de

funcionalizar as demandas advindas do mundo do trabalho de acordo com seu projeto político, através da ampliação de alguns serviços sociais (MOTA, 2011).

Em 1967, e sob o argumento da modernização administrativa, criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), além de vários órgãos como; Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); o Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS); o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), (SIMÕES, 2009).

O processo materializa-se com o surgimento do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) em 1977, que abrangia os três órgãos IAPAS, INAMPS e INPS, além dos órgãos: Legião Brasileira de Assistência (LBA); a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e a Central de Medicamentos (CEME). Tal forma de organização perdurou até o processo constituinte (RANGEL, et al$_4$ 2017).

Simultaneamente ao processo de instituição do SINPAS, ocorreu a retração da economia no plano macro, comprometendo o crescimento econômico dos países periféricos, acarretando a chamada crise da Previdência Social no inicio da década de 80.

Nesse cenário, emergiram as lutas dos/as trabalhadores/as pela ampliação dos direitos sociais, sendo estas atendidas em 1988, com a promulgação da CF de 88, que de acordo com Silva (2011), estabeleceu a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Ainda segundo a autora (2011), o significado da Seguridade Social expresso na Constituição Federal de 1988, assemelha-se ao Plano Beveridgiano, visto que, orienta o poder a promoção de um sistema amplo e coeso de proteção social, com o intuito de garantir os direitos relativos ao tripé que constitui a Seguridade Social. Todavia, e em decorrências das inflexões neoliberais emergidas na década de 1990, tais orientações não foram seguidas, sob o argumento de adequação do modelo de Seguridade Social ao contexto econômico do país.

Nesses rumos, a Previdência Social passa a ser organizada sob a forma de regime geral de caráter contributivo e de filiação obrigatória, cuja, contribuição se dá de forma proporcional, á cada um conforme sua contribuição e não conforme sua necessidade. Segundo os neoliberais, trata-se de um direito igual e justo. Tais características assemelham a Previdência Social brasileira ao Plano bismarckiano (SILVA, 2011).

É notório que o contexto político do Brasil (Golpe de 64), imprimiu características particulares e diversas às impressas nos países centrais, dado que, não existiu no Brasil um Estado de Bem-Estar Social, (MOTA, 2011). Enquanto, os países hegemônicos em 1970, assistiam a crise do *Welfare State* e arquitetavam saídas para a crise do capital, a partir do desmonte de direitos, o Brasil nos marcos do regime militar, ampliava a política de Seguridade Social, mercantilizando as políticas de Saúde e Previdência Social.

3. **GESTÃO DA PREVIDÊNCIA**: entre o direito e a contributividade.

O sistema previdenciário no Brasil está inserido no arcabouço da Seguridade Social e, portanto, desempenha um importante papel na sociedade brasileira, atuando como figura central nos aspectos protetivos. Na Carta Magna, os direitos são ampliados e a cobertura ali garantida abrange também os que por algum motivo, estão desprotegidos do vinculo empregatício. Sob a égide da contributividade e da compulsoriedade a Previdência Social brasileira está mais aproximada dos princípios do modelo Bismarkiano. Segundo Bochetti (2009) "As politicas que constituem os sistemas de Seguridade Social em diversos países apresentam as características dos dois modelos [...]" (p. 03. Os grifos são nossos).

Para promover a cobertura de eventos que possam prejudicar a capacidade produtiva e de bem estar da população, a Lei 8.213/91, regulamentou os benefícios previdenciários destinados aos segurados e/ou dependentes. Benefícios como: Aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, salário maternidade, auxilio doença e auxilio acidente, são destinados aos contribuintes que preservam a qualidade de segurados no respectivo evento. Já aos dependentes são assegurados benefícios como: pensão por morte, auxilio reclusão e salário família (BRASIL,2017).

Os anos 1990, foram marcados por uma série de acontecimentos que fizeram com que a Seguridade Social, em pleno processo de universalização, sofresse fortes ataques do projeto neoliberal[6]. No governo Collor, primeiro presidente do Brasil, após 20 anos de eleições diretas, uma série de medidas foram implementadas.

> Este novo governo tinha uma estratégia privatizante, de liberalização financeira, abertura dos mercados e desmonte dos mecanismos de proteção. O

[6] O neoliberalismo é uma corrente teórica difundida em grande escala, desde o consenso de Washington que visa promover no âmbito econômico, o bem estar humano a partir da ampliação do livre comercio, do direito a propriedade privada e da liberdade individual e liberalização do mercado (HARVEY, 2007).

> desequilíbrio fiscal e a expansão monetária foram tomados como alvos a serem combatidos pela política econômica ortodoxa (GENTIL, 2006, p.127).

O então presidente eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) reforçava as medidas privatistas e para tanto empreendia fortes ataques ao sistema de proteção social brasileiro. Tais medidas foram consideradas como uma contra reforma, e vieram no sentido de desconsiderar os direitos socialmente garantidodos na Constituição Federal de 88.

As reformas espúrias nos direitos previdenciários continuaram em meados dos anos 90, quando Itamar Franco, vice-presidente que assumiu a presidência após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo. As propostas de revisão, nesse período, vieram eivadas da politica neoliberal, no sentido de financeirizar e adequar à previdência brasileira aos modelos chilenos e argentinos, que estavam em plena ascensão na América Latina. Nesse primeiro embate as propostas contrarías aos direitos sociais não obtiveram êxito no Congresso Nacional e os benefícios previdenciários saíram ilesos (GENTIL, 2006).

Já o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), retoma as reformas interrompidas com o Impeachment de Collor, implementando uma série de medidas de forma velada, para que os benefícios fossem reduzidos e assumissem um caráter meramente financeirizados.

As mudanças ocorreram, principalmente com a implementação do fator previdenciário[7], que consistia numa medida, arbitraria, para aumentar a idade mínima do segurado e o impedimento da aposentadoria por tempo de contribuição. A medida tinha uma clara tentativa de dificultar que àqueles que já haviam adquirido o direito de aposentar-se, por já ter contribuído os anos necessários, adiassem alguns anos sua aposentadoria, para não verem seu beneficio subtraído pelo fator previdenciário e continuassem a trabalhar e contribuir de forma solidária para a Previdência Social (NEVES, 2015).

Nos governos do PT - Lula 2003-2011 e Dilma Roussef 2011-2016 - o processo de contra reformas é resgatado, na perspectiva de retomar as medidas inacabadas de FHC. É sábido que o Partido dos Trabalhadores (PT), consistia numa das principais frentes de resistência às medidas sorrateiras empreendidas pelos governos do PSDB/PMDB. No entanto, as medidas

[7]O Fator Previdenciário é um índice aplicável na renda mensal inicial da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, criado pela Lei 9.876/99. Após todos os cálculos e definição do salário de benefício, multiplica-se o resultado pelo Fator Previdenciário. Se o índice for menor que 1, funcionará como um redutor do benefício; se o índice for maior que 1, funcionará como um majorador do benefício (BRASIL, 2017).

foram retomadas sob a égide dos governos petistas, ocasionando um conjunto de ataques aos regimes previdenciários, que se dividem em Regime Geral e Regime Próprio, na tentativa de unificar e retirar direitos de categorias específicas, como é o caso dos servidores públicos.

De acordo com as reformas os servidores públicos perderiam a integralidade dos seus direitos, haveria um teto para o valor dos benefícios dos servidores igual ao dos segurados do regime geral. Além disso, prevê entre outras mudanças, um regime complementar obrigatório para os servidores públicos. As mudanças no sistema previdenciário brasileiro implementadas pelos governos Lula e Dilma, tiveram como principal argumento a ideia de insustentabilidade do sistema previdenciário nas bases de financiamento e cobertura, existentes.

O Sistema Previdenciário brasileiro está organizado em três regimes de Previdência Social: Regime Geral da Previdência (RGPS); Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); e Regime de Previdência Complementar. O RGPS e RPPS são regimes administrados pelo poder publico já o RPC é de natureza pública ou privada. No que se refere a gestão financeira, os recursos da Previdência Social são de origem tripartite, composta por: trabalhador, empregador e governo, cujas prestações são gerenciadas pelo Ministério da Previdência Social junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), autarquia federal criada a partir da Lei n° 8.029/90, com a finalidade de administrar os benefícios previdenciários (BRASIL, 2017).

Assim, a Previdência Social como parte integrante do sistema de proteção social além de constituir uma importante estratégia na promoção da protecão e amparo da população brasileira em casos fortuitos e/ou eventos que os impossibilite de executar suas atividades laborativas, constitui também uma estratégia para atender aos interesses do capital (BOCHETTI, 2009). Embora responda minimamente os anseios da classe trabalhadora, busca atender primordialmente os interesses da classe social hegemônica, já que, ao atender as necessidades imediatas dos trabalhadores, contribui significativamente para a reprodução da mercadoria mais valiosa do capital, a força de trabalho, ratificando o seu caráter funcional a manutenção da ordem social vigente.

3. O DISCURSO DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO: Quem paga a conta?

Ao longo dos últimos anos, a Previdência Social no Brasil tem sofrido várias reformas, que em sua maioria não se configuram benéficas para a população. Observa-se que muitas dessas foram embasadas em um discurso antigo, muito embora nunca tenha tido tanta força e

presença em nosso cotidiano como nos dias atuais. O discurso do qual falamos é o chamado déficit previdenciário, que se caracteriza a partir de um rombo nos cofres da previdência, que tem se arrastado ano após ano com um saldo negativo, o que segundo o atual governo Temer tem tornado o sistema insustentável.

No momento, uma reforma em particular tem movimentado o governo e toda a população: o atual Presidente Michel Temer após sua posse teve como um dos seus primeiros feitos, a retirada do status de Ministério da Previdência Social, desapropriando dela o que ainda restava do MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social), dessa forma o órgão responsável por cuidar da maior rede de distribuição de renda do país - a Previdência Social - deixou de ser Ministério para constituir uma mera secretaria.

Na sequencia o atual e ilégitimo governo Temer lançou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 287/2016, também conhecida como a "PEC da Reforma da Previdência", que atualmente se encontra em trâmite no Congresso Nacional.

Essa reforma é proposta sob os mesmos argumentos historicamente apresentados, sendo o principal deles o discurso do déficit orçamentário previdenciário. Além deste outros argumentos vem sendo veementes disseminados, tanto pelo governo como pela grande mídia a serviço do Capital. Dentre os tantos se destacam: o atual perfil da sociedade brasileira, este por sua vez em processo de mudança, ou seja, atualmente os brasileiros vivem mais, e isso aliado a queda do índice de natalidade, provoca uma alteração na proporção de ativos e inativos no mercado de trabalho, o que segundo o governo acaba desencadeando um grande déficit, tendo em vista que a previdência é um sistema intergeracional.

No entanto, de acordo com Gentil (2006) este discurso é falacioso, isto é, não há rombo algum na Previdência Social. Para melhor compreensão de como se é disseminado esse discurso, é preciso de inicio compreender de que maneira os órgãos responsáveis realizam os cálculos previdenciários dos quais permitem chegar à conclusão de que existe um grande déficit na Previdência Social, aponta a autora.

Em 2016 segundo dados oficiais do governo[8] foi registrado um déficit de R$ 151,9 bilhões, o que aponta um crescimento de 59,7% comparado ao ano anterior. Considerando que segundo os dados disponibilizados as despesas com os benefícios tiveram um crescimento chegando a fechar o ano em R$ 515,9 bilhões, o que subtraído do valor arrecadado de R$ 364

[8] Acesso: http://www.previdencia.gov.br/2017/01/rgps-deficit-da-previdencia-social-em-2016-foi-de-r-1519-bilhoes/

bilhões, realmente teríamos um saldo negativo de R$ 149,7 bilhões, que com o passar dos anos tendencialmente tornar-se-ia cada vez maior.

No entanto, segundo Gentil (2006) o chamado déficit da Previdência é na verdade o saldo previdenciário negativo que consiste na soma parcial das receitas advindas das contribuições sobre a folha de salários, e os demais rendimentos do trabalho, juntamente com outras receitas próprias deduzidas das transferências a terceiros, como também dos benefícios previdenciários do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). O calculo baseado nessa estrutura torna-se falacioso por não levar em consideração todas as receitas que são destinadas para a Previdência Social, deixando de fora importantes recursos que estão previstos na Constituição de 1988.

O que possibilita perceber claramente a partir da Constituição Federal, que na realidade os cálculos previdenciários que apontam o déficit não levam em consideração outras formas significativas de recursos que segundo a constituição devem ser destinados a previdência, como o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais recursos sendo destinados adequadamente proporcionam na previdência um superávit, o que consequentemente anula a tese disseminada incisivamente de há um rombo na Previdência Social.

O que na verdade acontece é que estes mesmos recursos não são divulgados para população como sendo próprios da Previdência Social como está disposto na Constituição, e isso é feito com o respaldo da lei. Nos anos 2000 conseguiram sancionar a Lei complementar 101/2000 conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que cria o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, no qual em geral fere o principio da diversificação das fontes de arrecadação como também o de sustentabilidade financeira da Previdência. Tais recursos que antes houvera de ser incorporado e considerando como parte orçamentaria da Previdência passa a ser considerado como sendo "externos ao orçamento da previdência e, portanto, passíveis de serem rotulados como transferências da União" (GENTIL, 2006, p.39).

Todos estes meios são introduzidos como estratégias para que cada vez mais eles possam disseminar em seus discursos a necessidade de reformas em que os trabalhadores e trabalhadoras, perdem paulatinamente os direitos conquistados ao longo dos anos. Com a desculpa de que, com os componentes estruturais do déficit, envelhecimento da população e o desemprego, fica impossível sustentar esse sistema, propaga-se cada vez mais esta falácia, que na medida do tempo tem usurpado da classe trabalhadora os seus direitos mais essenciais.

É verdade que não podemos negar a necessidade, de eventuais e indispensáveis ajustes no sistema previdenciário, mais o que realmente é imoral é que os/a trabalhadores/as paguem uma conta que não os pertencem. E que estas, realmente sejam ajustes, e não a entrega da proteção previdenciária do/a trabalhador/a ao sistema financeiro explorador, por meio das inúmeras falácias que propagam a existência de um déficit já bastante desmistificada por entidades, e estudiosos da sociedade civil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica perceptível que, embora a inserção da Previdência Social na Seguridade, a partir da promulgação da Carta Magna, tenha se configurado enquanto uma conquista para o social, sua implementação se vê ameaçada, em decorrência dos desdobramentos da política neoliberal, que se expressam na privatização dos serviços previdenciários, bem como nas contrarreformas operacionalizadas.

O que se percebe é que em consonância GENTIL (2006), afirma que os recursos do financiamento destinados a Seguridade, são constantemente desviados pela própria União, para serem aplicados em áreas que não atendem a finalidade da Previdência Social, a exemplo dos 30% dos valores arrecadados destinados para o pagamento da dívida externa,que poderiam ser revertidos em serviços relativos a saúde, assistência, que compõem o tripé da Seguridade Social.

No que se refere à proposta de reforma da Previdência do presidente Michel Temer, podemos dizer que, trata de um ataque aos direitos da classe trabalhadora, cuja base de sustentação é o pseudo discurso do déficit previdenciário, não passa de uma estratégia para operar a oneração dos direitos dos trabalhadores/trabalhadoras e em contrapartida ampliar a lucratividade do capital e as áreas de exploração do capital já que, propõe a extensão das contribuições e consequentemente o tempo de permanência do trabalhador no mercado formal de trabalho,flexibilizando ainda mais as condições de trabalho. Além do mais, a inexistência de um amplo debate com a população acerca da temática, expressa o caráter golpista da proposta que visa o desmonte do próprio Estado, bem como da maior arrecadadora de renda do país.

Dito isto, podemos dizer que, reformas e medidas orçamentárias que vão de encontro aos direito dos/das trabalhadores/as nunca foram o objetivo do poder executivo e legislativo, e nem tampouco do atual governo, tal qual imprime em seus direcionamentos a agenda neoliberal, cujo maior objetivo é usurpar os direitos conquistados pelos trabalhadores na CF de 88.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L.C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.2.ed. São Paulo:Boitempo, 2009.

BOSCHETTI, Ivaneti. **Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira**. Psicologia & Sociedade; 15 (1): 57-96; jan./jun.2003.

_____. Seguridade Social no Brasil: Conquistas e limites à sua efetivação. Programa de Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, UnB/CFESS, 2009.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Previdência Social: Reflexões e Desafios. Brasília**: MPS, 2009. 232 p. – (Coleção Previdência Social, Série Estudos; v. 30, 1. Ed.).

_____. Ministério da Previdência Social. **RGPS: Benefícios pagos pela Previdência ultrapassam FPM em 71,8% dos municípios do Brasil**. 2014. Disponível em: < http://www.previdencia.gov.br/noticias/rgps-beneficios-pagos-pela-previdencia-ultrapassam-fpm-em-718-dos-municipios-do-brasil/> Acesso: 17 de fevereiro 2017.

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira** – Análise financeira do período 1990–2005. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação — doutorado. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguraridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf. Acesso em 26/03/2017.

HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. IN:**INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**– v.2, n. 4, Tradução, ago 2007.KIERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário.** 9 ed. Amp. E atual. Jus Podivm. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Márcia Emília Rodrigues. **Crise do capital e os impactos para as políticas de Seguridade Social.** In: 2° Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social. Brasília: CFESS, 2015, p.33-46.

RANGEL, Leonardo Alves, et al[4]. Conquistas, desafios e perspectivas da Previdência Social no Brasil vinte anos após a promulgação da constituição federal de 1988. In: **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/05_capt02_7e.pdf. Acesso em 17 Fev. 2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. A Previdência Social no Brasil no contexto da Seguridade Social: Concepção e financiamento. In: _____ **Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3. ed.São Paulo: Cortez, 2009

GT 3 – TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA

Jessica Pereira Cosmo da Silva[129]
Bernadete De Lourdes Figueiredo De Almeida[130]
Larissa dos Santos Ferreira[131]

RESUMO: O referido estudo trata das transformações em curso no mundo trabalho e sua consequente precarização, analisa ainda os impactos deste processo para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, juntamente com a desproteção a qual esses trabalhadores se encontram frente a negação dos direitos sociais e trabalhista. Esse estudo se dá a partir da realidade dos usuários atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de João Pessoa (CEREST/JP), instituição pela qual se desenvolveu uma pesquisa comparativa entre os anos de 2014 e 2017. Em torno dessa realidade investigativa, adotou-se o método do materialismo histórico-dialético marxista por desenvolver a crítica à contradição basilar da sociedade burguesa: a exploração e a precarização da classe trabalhadora, como fontes de acumulação capitalista. Metodologicamente, tipifica-se como uma pesquisa documental de fontes secundárias (registros dos trabalhadores) e legislações (leis, portarias, normas) referentes à Saúde do Trabalhador, além da pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstram que as precárias condições de trabalho impactam negativamente na saúde do trabalhador, enquanto fator gerador do crescente adoecimento dos trabalhadores, processo que cada vez mais se intensifica no atual contexto, caracterizado pelas inúmeras reformas, inclusive trabalhista, de negação de direitos.
PALAVRAS-CHAVE: Precarização do Trabalho; Saúde do Trabalhador; Negação de Direitos.

[129] Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
[130] Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: blfalmeida@uol.com.br.
[131] Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB

ABSTRACT: This study deals with the transformations that are taking place in the world of work and its consequent precariousness. It also analyzes the impacts of this process on the living and working conditions of the working class, together with the lack of protection to which these workers face the denial of rights social and labor. This study is based on the reality of users served at the Regional Reference Center on Occupational Health of João Pessoa (CEREST / JP), an institution for which a comparative research was carried out between 2014 and 2017. Around this investigative reality, the method of Marxist historical-dialectical materialism was adopted by developing a critique of the basic contradiction of bourgeois society: exploitation and precarization of the working class as sources of capitalist accumulation. Methodologically, it is typified as a documentary research of secondary sources (workers' registers) and laws (ordinances, ordinances, norms) referring to Worker's Health, in addition to bibliographical research. The results show that precarious working conditions have a negative impact on workers' health, as a factor that generates the increasing sickness of workers, a process that is intensifying in the current context, characterized by the numerous reforms, including labor reforms, of denial of rights.
KEYWORDS: Precariousness of Work; Worker's health; Denial of Rights.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo deriva-se das observações e estudos iniciado nos Estágios Obrigatórios I e II do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPB, realizados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/JP), enquanto instituição que objetiva melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, desenvolve ações voltadas no âmbito da promoção, prevenção, vigilância, assistência e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas em torno do mundo do trabalho e sua atual configuração marcada pela precarização, bem como, analisar os reflexos das mudanças ocorridas em torno do trabalho para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, principalmente no contexto da negação dos direitos sociais e trabalhistas.

Historicamente, o atual contexto abaliza-se em profundas transformações no mundo do trabalho e nas consequências desse processo para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, sobretudo diante da intensificação da precarização e da exploração do trabalho. As estratégias de enfrentamento da crise do capitalismo na sociedade tardo-burguesa, expressa

pela reestruturação produtiva e acumulação flexível, implicam em intensas metamorfoses na configuração do mundo do trabalho, que tem como característica principal a precarização.

Diante das características introduzidas no âmbito produtivo, com a reestruturação produtiva do capital de base flexível, o trabalho no decorrer das últimas décadas, mais precisamente a partir de 1970 aos dias atuais, desenvolve um processo de transformação que determina sua consequente precarização.

O trabalho, sob a atual configuração, torna-se ainda mais desregulado e desprotegido por não assegurar aos trabalhadores, condições adequadas para o exercício do labor, além de haver a intensificação da exploração. Conforma-se como uma realidade que impacta negativamente na classe-que-vive-do-trabalho, não apenas em face da precarização das atuais condições do trabalho como na geração de processos de adoecimento do trabalhador.

Dentre as transformações advindas da crise do capitalismo na década de 1970 que produzem reajustes de várias ordens, evidencia-se à adesão ao neoliberalismo, causando sérias perdas e retrocessos no campo dos direitos sociais, principalmente para as Políticas Sociais. Ademais, com as políticas neoliberais têm-se cada vez mais a desregulamentação e a flexibilização das legislações trabalhistas, o que torna o trabalhador ainda mais desprotegido. (PINTO, 2013)

No conjunto de transformações impulsionadas pela crise do capitalismo, Netto (2012, p.417) assinala:

> No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal).

Em razão das transformações em curso, o trabalhador por estar diretamente ligado ao setor produtivo, sofre a dualidade desse processo, são transformações que atingem a totalidade do viver social. Por um lado, têm-se as mudanças e a consequente intensificação da precarização das condições de trabalho, desregulado e desprotegido; por outro, o retrocesso no que tange às garantias sociais e à negação dos direitos.

Com a falta de garantia para o trabalho, ora precarizado, crescem as doenças advindas do exercício das atividades laborativas e, inclusive, crescem os índices de acidentes de trabalho, conforme assevera Abramides (2017, p. 226): “As medidas de precarização do trabalho atingem as condições de vida e saúde dos trabalhadores [..]”.

2 AS ATUAIS TRANSFORMAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR: uma análise sob o contexto de negação dos direitos sociais e trabalhistas

As transformações no mundo do trabalho em curso, a debater derivam do processo de reestruturação econômica combinado de reajustes políticos e sociais, enquanto estratégias de recuperação do processo produtivo, enfraquecido pela crise de 1973.

Esse período demarcado pelo contexto da reestruturação do capital derivado da década de 1970 provoca a emersão de mecanismos flexíveis de acumulação e de parâmetros de precarização no mundo do trabalho que passam a incidir sobre a Saúde do Trabalhador.

Decerto, o processo de trabalho fundamentado nas relações capitalistas sob a forma de organização flexível ampliou o grau de exploração da força de trabalho, elevando a um patamar mais alto as formas de precariedade do trabalho por revelar como um processo que desestabiliza, fragiliza e vulnerabiliza a classe trabalhadora.

De acordo com Mészáros (2009), o modo de produção capitalista enfrenta atualmente uma “crise estrutural do sistema metabólico do capital" que afeta todas as esferas de produção e reprodução social. Assim, “[...] a crise estrutural do capital revela-se, certamente, como a verdadeira crise da dominação em geral”. (MÉSZÁROS, 2014, p.29) Diferente das crises cíclicas já enfrentadas pelo capitalismo desde o século XIX, a crise estrutural envolve toda a estrutura da ordem capitalista, da produtiva ao social, revelando o caráter destrutivo desse modo de produção.

> [...] o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2009, p. 29)

Mészáros (2014) ratifica ainda que a crise estrutural do capitalismo, iniciada na década de 1970, define-se a partir de quatro características: seu caráter é universal; seu alcance é global – sem limitar-se a uma particularidade de países; sua escala temporal é extensa e de acordo com o autor, é permanente, diferente das cíclicas enfrentadas anteriormente pelo capital; e quanto à sua modalidade, é “sub-reptícia”.

As respostas engendradas pelo capital e a emergência da Terceira Revolução Industrial envolvem e transformam, sobretudo, o mundo do trabalho, ao “[...] desencadear um amplo processo de reestruturação produtiva que visava a recuperação de seu ciclo produtivo” (ANTUNES;DRUCK 2013, p.14).

Com a Terceira Revolução Industrial, o processo produtivo tornou-se ainda mais competitivo e acelerado, a partir da introdução da robótica e da informática. Trata-se da era informacional na busca pela recuperação e desenvolvimento econômico, estagnado com a crise dos anos de 1970.

> A emergência da Terceira Revolução Industrial destruiu o anterior padrão de desenvolvimento e relocou problemas novos cujas respostas e caminhos permanecem abertos. Esta ausência de respostas e alternativas é expressão da emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo internacional nas condições de ruptura do compromisso Keynesiano, que gerou não apenas a desestruturação da ordem econômica internacional como também a maior desestruturação do mundo do trabalho[...] (MATTOSO, 1995, p. 117)

Associado à eclosão da Terceira Revolução Industrial, o modelo de Organização Toyotista, conhecido também como a "Acumulação Flexível" (HARVEY, 1992), demarca a terceira fase do Sistema Capitalista – Capitalismo Contemporâneo. A Acumulação Flexível,

> [...]se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.140).

São transformações no mundo do trabalho, objetivadas pelo capital a fim de recuperar seu ciclo produtivo e recuperar seu projeto de dominação societal. Diferente do Fordismo, o Toyotismo, fundamenta-se no estoque mínimo, se produz de acordo com a demanda de consumo, "[...] o melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*" (ANTUNES, 2014, p. 33)[8].

O Toyotismo caracteriza-se "[...] pela implacável perseguição à eliminação do desperdício, representado pela economia da força de trabalho necessária pela ampliação do tempo excedente" (NETO, 2013, p. 131). Nesse sentido, busca encurtar o tempo de produção, com implementação de novo método da superexploração do trabalho associads à intensificação da jornada de trabalho e a introdução do trabalhador multifuncional.

Analisar o processo de flexibilização do processo de trabalho é verificar que as principais características do modelo Toyotista compreendem o conjunto de estratégias atuais do sistema capitalista de superexploração da força de trabalho, pois, nesse modelo de organização institui, no processo de trabalho, o "[...] *kanban*[9]*, just in time,* flexibilização,

terceirização, subcontratação, Círculos de Controle de Qualidade, Controle de Qualidade Total, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos[...]" (ANTUNES, 2014, p. 33).

São elementos que indicam o processo de destituição dos direitos dos trabalhadores, anteriormente conquistados durante o pacto social do *Welfare State*, isso significa que, o processo de flexibilização impacta diretamente nos direitos dos trabalhadores, estes, compreendidos como conquistas na luta pela garantia de melhores condições de trabalho e de vida.

Quanto à destituição dos direitos trabalhistas, esta deriva dos ideais neoliberais, incorporados ao modelo de acumulação flexível a fim de regular a intervenção estatal. De acordo com as afirmações de Pinto (2010, p. 49).

> A conjunção dessas duas vias de transformações, a reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal interventora no movimento de livre mercado têm resultado no aumento da segmentação da classe trabalhadora em dois grupos distintos. Num deles estão os trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige maior participação e polivalência. [...] No outro grupo estão os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os subcontratados como " terceiros", os vinculados à economia informal, dentre outras formas " predatórias de trabalho existentes".

Para os trabalhadores essas transformações significam o desmantelamento e flexibilização dos seus direitos, anteriormente conquistados na Constituição de 1988. Pauta-se na precariedade do trabalho e com baixos salários, no desemprego, na desregulamentação das condições de trabalho – com a adoção do trabalho informal e terceirizado – além do enfraquecimento das suas formas de organização política com a desproteção sindical e sua fragmentação enquanto classe social.

O conjunto atual das mudanças no mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, que vem sendo discutido no decorrer deste estudo, tem penalizado significativamente a classe trabalhadora que se submete ainda mais às condições de exploração do sistema capitalista, com seus direitos negados e destituídos, além da ineficiência do sistema de proteção social que minimize os efeitos das condições precárias de trabalho e de vida, as quais os trabalhadores estão submetidos atualmente. Nesse sentido, o processo de flexibilização acarreta consequências desde os direitos dos trabalhadores à sua forma de organização enquanto classe.

Esses impactos consolidam-se na realidade brasileira a partir da Reforma Trabalhista, contida na Lei nº 13.467/201, sancionada pelo governo Michel Temer, após votação e

aprovação pelo Senado em julho de 2017, alterando a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Essas alterações expressam o avanço da flexibilização que atinge desde a jornada de trabalho, as relações contratuais, o FGTS e as férias à organização sindical. A Reforma Trabalhista passou a vigorar no país em 11 de novembro de 2017, com modificações destrutivas para a classe trabalhadora.

A flexibilização é a marca do atual mundo do trabalho brasileiro, com regras favoráveis à Terceirização e aos acordos entre o empresário e o empregado. O fato de o trabalhador e o empregador passam a negociar através de acordos individuais desde a jornada de trabalho, o banco de horas, o horário de descanso, as férias, demissões, plano de cargos e salários, passam a flexibilizar as legislações trabalhistas com intuito de facilitar as contratações de forma que os acordos se sobrepõem ao legislado.

São reformas que desregulamentam os trabalhadores, os condicionam ao trabalho precário e desprotegem da ação social do Estado frente às suas necessidades de sobrevivência e reprodução social.

2.1 A relação Trabalho/Adoecimento dos trabalhadores atendidos no CEREST/João Pessoa

Como forma de evidenciar as discussões desencadeadas neste estudo apresenta-se a seguir os resultados derivados dos estudos iniciados no Trabalho de Conclusão de Curso, dados advindos da realização dos Estágios I e II no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/JP.

Os dados que seguem foram coletados de 60 (sessenta) fichas cadastrais dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP, 30 (trinta) fichas correspondem aos atendimentos realizados no ano de 2014 e 30 (trinta) referente ao ano de 2017, nesse sentido a pesquisa desenvolvida contém um caráter comparativo entre os dados dos referidos anos.

No que tange ao perfil destes trabalhadores, demonstram a mesma incidência de homem e mulher nos dois períodos da pesquisa, com pequenas alterações percentuais: no ano de 2014, a maior incidência foi do sexo feminino, representado por um percentual de 26,7% do total de 60 trabalhadores; e no ano de 2017, esse mesmo percentual de 26,7% corresponde ao sexo masculino. Percebe-se nas incidências referentes aos dois períodos em discussão que os dados aproximam-se, embora se saliente a atual incidência da mulher no mercado de trabalho e o seu maior adoecimento em razão de duas ou mais jornadas de trabalho.

Sobre a faixa etária no ano de 2017 os dados sinalizam que a maior incidência recai na faixa etária entre os 41 e 50 anos, representado por 12 (20%) das 30 Fichas, em seguida, têm-se os trabalhadores entre 31 e 40 com 16,7% (10). Os percentuais de menor incidência ocorreram nas faixas etárias de 19 a 30 com 10% (6) e os trabalhadores com idade maior que 50 anos com 3,3% (3).

Em comparação com os dados no ano de 2014, a maior incidência sucede em torno dos trabalhadores com a faixa etária entre 31 a 40 anos representando com 25% (15) das 30 Fichas, enquanto no ano de 2017 a maior incidência incide nos trabalhadores com faixa etária entre 41 a 50 anos. Diante desses dados comparativos aponta-se para uma tendência de trabalhadores na faixa produtiva concentrada entre 31 a 50 anos de idade, inseridos no mercado de trabalho. Os dados também expressam outra tendência que é a baixa inserção de jovens no mercado de trabalho, trata-se do desemprego da população jovem no trabalho formal em relação a alta incidência de pessoas com mais idade, até mesmo acima de 50 anos, no mercado de trabalho.

Sobre as condições de trabalho a tabela que segue trata sobre a exigência de esforços físicos difíceis e cansativos durante a jornada de trabalho.

Tabela 01 - Exigência de esforços físicos durante o trabalho segundo os trabalhadores atendidos no CEREST/JP. João Pessoa-PB, 2014/217. N=60

Exigência de Esforço Físico	2014		2017		TOTAL	
	n	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Sim	25	41,7	26	43,3	51	85
Não	5	8,3	04	6,7	09	15
Total	30	50	30	50	60	100

Fonte: CEREST/SMSJP

A leitura desses dados permite atestar, em ambas as pesquisas, que há uma prevalência expressiva quanto à exigência de esforços físicos difíceis e cansativos durante as atividades laborativas 2014 (41,7%) e 2017 (43,3%), cujas somas indicam uma prevalência significativa de 85% dentre os 60 trabalhadores, universo das duas pesquisas.

Dentre os esforços físicos mais recorrentes nos relatos dos trabalhadores estão: os movimentos repetitivos; ritmo de trabalho intenso; flexão e rotação de coluna; levantamento e

carregamento de peso; jornada de trabalho em pé ou apenas sentado; elevação dos braços; pescoço fletido; posições ergonomicamente inadequadas; instrumentos de trabalhos inadequados; agachamento.

Na pesquisa do ano de 2017, evidencia que a maior parte dos trabalhadores que alegaram não realizar esforços físicos difíceis e cansativos durante a jornada de trabalho, o adoecimento não advém das questões físicas, mas de ordem psicológica, devido aos seguintes fatores: as pressões psicológicas; alto nível de estresse no ambiente de trabalho; e ainda, assédio moral. Esses fatores acarretam o desenvolvimento de doenças psicológicas ao trabalhador.

Tabela 02 - Situação atual no trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP. João Pessoa-PB, 2014/2017. N=60

Situação atual no trabalho	2014		2017		TOTAL	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Afastados	25	41,7	20	33,3	45	75
Ativos na ocupação	5	8,3	6	10	11	18,3
Demitidos	-	-	4	6,6	04	6,6
Total	30	50	30	50	60	100

Fonte: CEREST/SMSJP

A leitura desses resultados infirma a situação atual de trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP, de ambas as pesquisas, em que 75% do universo de 60 asseguraram estar afastados em decorrência da doença. Em 2014, 25 dos 30 trabalhadores encontram-se afastados, em virtude de problemas de saúde advindos das atividades do trabalho. Em 2017, 20 dos 30 trabalhadores encontravam-se afastados, também motivados pelo comprometimento da saúde.

Na pesquisa de 2017, os resultados apresentam uma nova realidade: 4 dos 30 trabalhadores, mesmo em processo de adoecimento, foram demitidos diante da capacidade laborativa comprometida. Conforma-se como uma tendência alarmante que passa a integrar a nova organização do trabalho, na qual os trabalhadores adoecidos pelas doenças ocupacionais, ou mesmo lesionados por acidentes de trabalho, são demitidos caracterizando, assim, uma desproteção total do trabalhador que adoecido não tem condições de trabalhar, de se manter, de se reproduzir.

Na análise dos registros de 2017, comprovou-se que mesmo os trabalhadores que estão ativos na mesma ocupação, se encontram acometidos de algum tipo de agravo à saúde. Esses trabalhadores vão ao CEREST/JP em busca do documento comprobatório do nexo causal entre o adoecimento e as atividades do trabalho, bem como a comprovação dos casos de acidente de trabalho. Essa comprovação da relação do adoecimento com o trabalho se dá por meio de emissão da *Comunicação de Acidente de Trabalho* (CAT)[132], em que o trabalhador requer junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) os benefícios previdenciários e o devido afastamento da função.

A maior parte da causa do afastamento, em ambas as pesquisas (2014 e 2017), está ligada diretamente às LER (Lesões Por Esforços Repetitivos) e aos DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), além dos acidentes de trabalho. Lesões afetam músculos, nervos, articulações e tendões e alteram a capacidade funcional da região comprometida, impossibilitando o trabalhador ao exercício da sua ocupação por reduzir sua capacidade laborativa, consequentemente, precisa se afastar do trabalho para realizar os devidos tratamentos ou até mesmo para submeter-se a procedimentos cirúrgicos.

Diante dos dados expostos verifica-se a intensidade do trabalho face a precarização das condições deste, e o consequente comprometimento da saúde da classe trabalhadora dos mais diversos ramos produtivos. O quadro se agrava mais ainda diante da grande retração do Estado e das Políticas Sociais, sobretudo no que diz respeito à proteção social dos trabalhadores em processo de adoecimento. Durante a análise das Fichas Cadastrais dos Trabalhadores, verificou-se que embora os trabalhadores se encontrem adoecidos, os direitos são, comumente, negados.

3 CONCLUSÃO

As transformações em curso têm como características principais a superexploração e a precarização do mundo do trabalho. Consequentemente, os influxos desse processo afetam intensamente a classe trabalhadora frente ao trabalho precarizado, desprotegido e sem garantias. Nesse contexto, o trabalho se materializa, em maior parte, sob condições precárias que não asseguram ao trabalhador sua integridade física e psíquica.

Atualmente, é com a acumulação flexível que surgem e intensificam-se novas formas de exploração. A nova configuração demarcada pelo modelo flexível e precarizado de

[132] Documento emitido pelo CEREST para comprovar junto ao INSS tanto um acidente de trabalho ou de trajeto bem como uma doença ocupacional.

organização do setor produtivo traz para a classe trabalhadora, condições de vida e de trabalho degradantes.

As transformações infletem não apenas no âmbito físico e psicológico das condições de trabalho, espraiam-se sob diversas ordens, inclusive, provocam a negação no campo dos direitos sociais e da proteção social diante da ofensiva do neoliberalismo que impõe enormes restrições na vida em sociedade.

Decerto, o trabalho sob nova configuração é deteriorante para as condições de saúde dos trabalhadores, que adoecidos, encontram, ainda, dificuldades para o devido acesso de benefícios que garantem o afastamento das atividades laborais. Ademais, os dados da pesquisa revelam uma nova tendência: a desproteção total dos trabalhadores com a demissão destes, mesmo acometidos por agravos à saúde.

REFERENCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, Sindicato, Saúde e Serviço Social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. *In:* NAVARRO, Vera Lucia;

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs). **O avesso do trabalho IV: terceirização:** precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 225-243.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra? *In:* **Revista TST.** Brasília, vol. 79, n° 4, out/dez 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**.** São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.467 de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Brasília: Presidência da República, 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Edições Loyola, 1992, p.140-141.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Sritta, 1995, p. 117 – 119.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009, p.14 -16

MÉSZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. *In:* ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.** São Paulo: Boitempo, 2014. p. 25-32.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva** Marxiana. São Paulo. 2013, pág. 127 -138

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc**. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.scielo. br/pdf/sssoc/n111/a02.pdf (Acesso em 07/10/17).

PINTO, Geraldo Augusto**. A Organização do Trabalho no Século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo**.** Expressão Popular. São Paulo. 2010. p.20-75

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: Taylorimo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ESCOLA: ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Maria do Socorro Batista[1]
Maria José Batista de Sousa[2]
Valeska Alves[3]
Ana Paula Ferreira Agapito[4]

RESUMO: Este artigo objetiva desenvolver uma breve reflexão sobre o espaço escolar, dando ênfase à importância da inserção do profissional de Serviço Social no trabalho interdisciplinar. Entendemos que na dinâmica das escolas existem complexas expressões da questão social que recaem na violação de direitos das classes sociais, especialmente a classe trabalhadora. Nesse sentido, é indispensável que a escola seja um espaço de proteção social que além de materializar o direito a educação assegurado na Constituição Federal de 1988, na Lei Nº 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), consiga promover a inserção social. No entanto, observa-se que existe uma realidade sócio educacional fragilizada no tocante a existência de uma equipe multiprofissional para lidar com as demandas da comunidade escolar, dentre estes profissionais cita-se a ausência do assistente social que possui uma formação fundamentada numa teoria social critica marxista. Tal teoria lhe permite compreender as contradições da realidade que perpassam a vida social capitalista, apresentando assim, estratégias de intervenção de maneira propositiva, critica e criativa na perspectiva de responder as demandas nos espaços sócio ocupacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Escola, Demandas, Questão Social.

[1] Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: mariasocbatista@gmail.com
[2] Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: mariajsbatistasousa@gmail.com
[3]Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: valeskaalves8@gmail.com
[4] Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas e Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapto@hotmail.com.br

ABSTRACT: This article aims to develop a brief reflection on the school space, emphasizing the importance of the insertion of the Social Work professional in the interdisciplinary work. We understand that in the dynamics of schools there are complex expressions of the social question that fall on the violation of the rights of social classes, especially the working class. In this sense, it is indispensable that the school be a social protection area that in addition to materializing the right to education ensured in the Federal Constitution of 1988, Law No. 8069/90 - Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB - Law 9.394 / 96), is able to promote social insertion. However, it is observed that there is a fragile socio-educational reality regarding the existence of a multiprofessional team to deal with the demands of the school community, among these professionals is cited the absence of the social worker who has a formation based on a critical social theory Marxist. Such a theory allows him to understand the contradictions of reality that permeate capitalist social life, thus presenting strategies of intervention in a propositional, critical and creative way in order to respond to the demands in the social and occupational spaces.

KEYWORDS: Social service, School, Demands, Social issues.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o espaço escolar e o Serviço Social é de grande importância para compreender a relação da escolar na vida dos sujeitos nela envolvidos, sujeitos estes que ao chegarem à instituição encontram-se subsumidos sobre complexas situações que se orientam na sociedade capitalista com grandes níveis de desigualdades e dificuldades em conseguir materializar direitos sociais. Deficiências enraizadas pelo sistema capitalista vigente que antecedem a própria escola. É o que chamamos de questão Social como conceitua Iamamoto (2011). A questão social são desigualdades, seja de gênero, raciais, econômicas, políticas e culturais das classes sociais, que priva os direitos da sociedade civil, principalmente aos menos favorecidos. Com base nessa reflexão, torna-se necessário que o ambiente escolar seja um espaço a identificar demandas que se manifesta no alunado e interfere na efetivação de uma dinâmica educacional que seja capaz de ultrapassar um intuito de reproduzir teorias a promover a inserção social.

Entendemos que o alunado necessita do apoio de uma equipe interdisciplinar e que esta seja capaz de identificar e trabalhar as demandas presentes no cotidiano. Enfatizamos que o

assistente social possui uma base teórica e metodológica que o qualifica a ser mediador de situações, desmistificando as contradições que determinam as condições de aprendizado do aluno, tendo em vista que as determinações do capital muitas vezes se manifestam superficialmente em: falta de motivação do aluno, dificuldade de aprendizado e diversos fatores socioeconômicos. Se não observados com atenção, podem acarretar em problemas mais sérios como a evasão escolar e com isso a perda da perspectiva de que a escola o instrua a melhores condições de vida. Em claras palavras, os problemas apresentados no interior das escolas podem advir de fatores além da escola, sendo necessário um trabalho voltado não apenas ao aluno, mas a todo o vínculo do mesmo: família, escola, comunidade.

Assim, é justo mencionar a importância dos profissionais centrais da educação, enfatizando a figura do professor em todo o processo de formação do discente. Porém, ao lidar com aquilo que sua função e embasamento teórico não propõem, está inerente a uma sobrecarga imensa com acúmulo de funções, vendo-se cansado, desmotivado e podendo- lhe acarretar desde incapacidade de responder as demandas, ao adoecimento psíquico, visto tratar de múltiplas demandas advindas do ambiente escolar são um peso que deveria ser compartilhado por toda uma equipe multidisciplinar; e isso não se encontra na realidade da grande maioria das escolas brasileiras, principalmente nas escolas públicas.

Nesta perspectiva, norteia-se aqui um debate de cunho reflexivo a fim de colaborar com os estudos do referido tema, dando ênfase a contribuição interventiva do Serviço Social para responder as demandas no âmbito escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Demandas da Escola

Falar em demandas da escola requer que se entenda a trajetória da educação em um período de tempo determinado, tendo em vista que cada momento histórico trouxe consigo um avanço ou consequência para o sistema educacional como um todo. Assim como faz-se mister que se perceba a imbricação existente entre as diversas dimensões do ser humano. Não há como dissociar os aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais do âmbito pedagógico. Caso assim ocorra, e como de costume ocorre, os sujeitos da escola correm o risco de não perceber que as muitas demandas que surgem na escola são, na verdade, frutos do que ocorre na sociabilidade da vida dos estudantes, na sua particularidade familiar ou comunitária. Aqui nos deteremos a fazer uma abordagem dos anos 1960 aos dias atuais.

Alguns estudiosos como Theodore W. Schultz (1975), afirma que na década de 1960 predominava a "teoria do capital humano", onde as poucas pessoas que acessavam o sistema educativo eram direcionadas a aprender conteúdos que contribuíssem apenas para o desenvolvimento econômico e aumento da produção. Neste sentido, a finalidade era apenas formar sujeitos produtivos financeiramente. Posterior a isto, ainda nesta década, as teorias "crítico- reprodutivas" questionavam o papel da escola na sociedade. De maneira que "a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere" (SAVIANI, 1999, p.27). Entre 1970 e 1980 se acentua a prevalência da educação voltada ao desenvolvimento financeiro.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)/1996, o neoliberalismo e as transformações infocomunicacionais da década de 1990, são justapostas novas demandas ao sistema educacional. Manifestam-se "novas" estratégias voltadas a formação dos estudantes de maneira mais holística possível, direcionada a vida em comunidade e ao cumprimento da função social da escola; e não só a mera transmissão de informações. Neste sentido, Cortella (2014, p. 63), de maneira prudente, diz que "informação disponível não significa necessariamente informação qualificada". A maneira como esta informação é transmitida, a fonte de origem ou a clareza de qual sua funcionalidade, faz toda diferença no processo instrutivo. Apesar da quantidade de informação disponível não são todas que são confiáveis ou nos são úteis. Outro aspecto relevante comum ao pensamento de Cortella (2014) e Freire (1996), é a ambientação da exposição do conhecimento de acordo com a realidade dos estudantes, sua capacidade de aprender e ensinar ao mesmo tempo, ou com aspectos do seu cotidiano. Freire (1996) diz que:

> Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdo a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra. (FREIRE,1996, p.28)

Nessa perspectiva, a articulação da instituição é fundamental para direcionar este caminho do aprendizado rumo ao conhecimento e como expõe o autor, não pode deixar que a "politicidade" de sua prática seja esquecida e muito menos que seu papel neutro quanto a percepção do aluno como um ser social dotado de direitos e deveres e que não se limita a ser um depósito de uma ciência que na maioria das vezes não lhe serve na vida em comunidade ou

no mundo do trabalho. É considerar que antes de qualquer coisa aquele estudante que chega a escola desmotivado, cansado, é fruto de uma sociabilidade e de um momento histórico determinado; e que isto faz com que a escola busque estratégias de atendê-lo da melhor forma sendo um suporte e não mais um motivo de desmotivação.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2009), o Estado cria mecanismos mais sólidos colocando especificadamente a educação para crianças e adolescentes, agora assumindo esta categoria como vulneráveis, de responsabilidade do Estado e da sociedade. O que persiste até os dias atuais são as resistências na materialização daqui que o ordenamento propõe.

As demandas históricas da escola são definidas bem por Monteiro 2011:

> Para que o direito a educação seja plenamente assegurado muitas transformações devem ocorrer na área social, já que a realidade de grande parte da população é caracterizada pela pauperização, desemprego, fome, exclusão social. Estes fatores são responsáveis pela fragilização dos processos escolares no Brasil na medida em que a família não tem o suporte necessário para as suas crianças e adolescentes e acabam reproduzindo práticas que se constituem como violação de direitos, a exemplo o trabalho infantil, a exploração sexual da criança e do adolescente, a violência doméstica seja ela física ou psicológica, além de em muitos casos estas crianças e adolescentes presenciarem os pais alcoolizados e conflitos dentro de casa (MONTEIRO, 2011 apud OLIVEIRA,2016).

Vê-se, diante disso, a precarização do idealizado distante do real que se permite palpar. As crianças e adolescentes que chegam à escola são as mesmas demandadas dessas variáveis das expressões da questão social. Expressão de raízes universais que assola vasta realidade das famílias brasileiras.

2.2 O Serviço Social na escola

O assistente social é um profissional que intervém na mediação entre os interesses da classe trabalhadora e da classe burguesa, vislumbrando viabilizar o acesso aos direitos sociais da classe trabalhadora através de políticas públicas e todas as articulações cabíveis. O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2011) é claro ao definir suas atribuições na escola: são ações junto às famílias, aos professores e professoras, e outras categorias que compõem o conjunto de profissionais dos diversos setores da educação, também gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, assim havendo articulações com as redes que compõem

as demais políticas sociais, como as de controle social, movimentos sociais, fazendo essas ações tanto no caráter individual, como coletivo, administrando as ações, organização e investigação com articulação envolvendo todo o corpo escolar. Para que isso aconteça, o profissional mencionado, busca estratégias para superar as contradições que permeiam a política de educação, contribuindo para garantir a cidadania, a democracia, uma educação inclusiva, ultrapassando aquilo que a instituição escolar oferece.

É visto, pois, o direito à educação e a relação escola e Serviço Social em consonância com o próprio Código de Ética do Assistente Social (1993), ao passo que:

> Art. 8º - São deveres do assistente social: a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente; [...]; c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais; e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

Vê-se, diante disso, os deveres éticos do qual o profissional mencionado se orienta para possibilitar aos usuários dos seus espaços sócio-ocupacionais o entendimento como sujeitos de direitos, e posicionar-se diante da violação dos seus direitos, buscando assim, direcionar medidas cabíveis quando o mesmo for negado.

O profissional de Serviço Social não exerce uma ação desarticulada com os demais profissionais, nem tampouco vinculada apenas ao setor educacional, mas são articulações interdisciplinares, interinstitucionais e inter setoriais, um trabalho voltado aos diversos setores, em campo coletivo, cumprindo cada um sua função, de forma a satisfazer o que compete a uma educação de qualidade. Quando se fala em educação de qualidade compreendemos que é ter domínio sobre os instrumentos, habilidades, formação adequada, entre outros atributos, contribuindo e orientando para a construção de valores pautados sobre o respeito, a diversidade humana, na livre orientação sexual, orientação não sexista, não racista, visto à autonomia que os sujeitos têm no uso de sua liberdade e ao mesmo tempo a promover a emancipação humana.

O trabalho profissional é pautado no sentido da mediação, considerando o contexto sócio histórico e as determinações particulares e singulares. Dependendo do cotidiano de cada sujeito, é realizado orientação, acompanhamento, investigação, observando os aspectos singulares, como também os grupais, através da discussão sobre condição de trabalho, de educação, segurança, saúde e outros que influenciam na dinâmica da vida social dos mesmos,

fazendo os sujeitos refletirem sobre suas próprias condições de vida, contribuindo para seres pensantes, e não alienados, mas capazes de transformar a realidade. Desta forma, promover a participação social, dando autonomia nas decisões, seja aos alunos, seja aos pais, pois estes não são meros ouvintes, mas cidadãos capazes de influenciarem a dinâmica social que os envolvem.

Algumas dimensões são consideradas sobre a atuação profissional. A dimensão da intervenção individual é pautada na ação de sujeitos com seus familiares. A estratégia é conhecer através do trabalho profissional as condições de enfrentamento, as situações que podem lhes causar risco, estando ameaçados os seus direitos, considerando o ambiente que vivem, os problemas familiares que podem está determinando a situação de violação do direito seja no âmbito da educação, da saúde ou da assistência, segurança. Sendo identificados, é necessário realizar a inserção dos mesmos nos serviços e programas destas políticas setoriais. Já a dimensão da intervenção coletiva, consiste numa organização junto aos movimentos sociais. Esta dimensão tem como princípio fundamental o reconhecer-se enquanto classe coletiva, mediante aos processos de direitos sociais da classe trabalhadora, orienta a visualizar outras possibilidades de ampliação de direito, pautados nas lutas para superar violações sofridas. Nesta dimensão, o assistente social desenvolve ações no campo da educação, popular uma intervenção profissional que visa contribuir para o processo de organização e mobilização dos usuários na luta pela garantia dos direitos sociais alicerçados na Constituição Federal de 1988, nas Leis e Decretos vigentes.

A dimensão do trabalho profissional dos/as assistentes sociais nos espaços sócios ocupacionais é capaz de transformar, modificar as variáveis ali presentes, possibilitando assim uma aproximação dos estudantes, familiares, professores, professoras aos conselhos da política da educação como também outros espaços na perspectiva de trazer discussões e debates, como forma de interação e troca de conhecimentos necessários para incidir na realidade social diante da violação de direitos.

É claro perceber as dimensões colocadas como fundamentais a compreender o lugar do Serviço Social na escola com todo um embasamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, instruído de uma criatividade propositiva para modificar as variáveis que se expressam no cotidiano do espaço escolar, entendendo que estas variáveis são reflexo das complexas expressões da questão social. E também no trabalho interdisciplinar que envolve a dinâmica multiprofissional, gerando uma interação com conhecimentos diversos sobre as demandas a serem trabalhadas, essencialmente a contribuir para a efetivação da rede de

proteção social, à medida que as demandas serão identificadas e encaminhadas aos demais serviços e programas das políticas setoriais que constituem a rede de proteção.

3 CONCLUSÃO

Permite-se pelo abordado, ver na educação um caminho possível para atingir a transformação social. O assistente social é um profissional que defende um projeto societário aliado aos interesses da classe trabalhadora e, nesse sentido, visa contribuir na luta cotidiana para superação da sociabilidade burguesa e para a afirmação da emancipação humana. Nesse sentido, a categoria profissional busca em suas articulações contribuir para a ampliação de debates, estudos e intervenções na área da educação, pautados num projeto de contra hegemonia.

É nitidamente necessário que estando-nos à mercê de um sistema capitalista, inerente por isso ao peso da contradição, pense-se sobre o modelo de educação a idealizar. Não se quer reproduzir teorias que alimente apenas o que já existe, mas ver um espaço educacional construído para garantir direitos, de fato, uma proteção social que se materialize e que busque meios de aprimorar, tornando-se isso perceptivo aos indivíduos.

Cabe colocar que a mediação é precisamente decisória. Esta, entre direitos e Estado, escola e Estado, sujeitos da escola com suas demandas. É ver na escola um espaço constituído por um conjunto de profissionais com ideais firmes, na luta por uma educação de qualidade, traçando as estratégias de intervenção no cotidiano de trabalho de acordo com aquilo que se expressa no interior das escolas, que embora advinda de contextos externos ela possa instruí-los sobre a garantia de direitos.

Conclui-se que a centralidade de uma educação de qualidade, permeada por processos críticos e reflexivos é fundamental para a formação social, ética, política e cultural dos sujeitos, considerando as devidas mediações entre sua singularidade, particularidade e universalidade. Os sujeitos precisam refletir sobre as relações sociais capitalistas e os meios possíveis para modificá-la, considerando o processo histórico e a ação dos sujeitos na dinâmica de construção e desconstrução da realidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2018

BRASIL. Lei nº 8.662/93, de 7 de junho de 1993. Regulamentação da profissão do Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** 3 série. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf >. Acesso em: 25 de julho de 2018.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes. –** São Paulo: Cortez, 2014.

FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. **Lei federal**, v. 8, 1990. Disponível em <https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/estatuto_crianca_adolescente.pdf>. Acesso em: 18 de Agosto de 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Rios Lidiane de **Serviço Social na educação: uma reflexão sobre a importância da inclusão do assistente social nas escolas.** Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalhoinfantil/colunistas/servico-social-na-educacao-uma-reflexao-sobre-a-importancia-da-inclusao-do-assistente-social-nas-escolas/>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política –** 32.ed. – Campinas, SP: Autores associados, 1999. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5)

SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na Educação.** 2.ed. Campinas, SP: PAPEL SOCIAL, 2016.

SILVA, Alan Robson da; MEDEIROS, Francisca Valkíria Gomes de; FRANÇA, Neide Maria Machado de. **A escola pública diante das demandas do capital financeiro no Brasil.** In: Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antônio Gramsci da UECE, 2016, Fortaleza/CE. Disponível em <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/A-ESCOLA-P%C3%9ABLICA-DIANTE-DAS-DEMANDAS-DOCAPITAL-FINANCEIRO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 05 de Agosto de 2018.

A "QUESTÃO SOCIAL" E O ENCARCERAMENTO FEMININO: uma análise a partir do Centro de Reeducação Feminino "Maria Júlia Maranhão" em João Pessoa/PB

Camila Luana Teixeira Freire[1]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[2]

RESUMO

O presente artigo consiste em uma análise crítica do sistema penitenciário como instrumento fundamental à ordem capitalista, em uma sociedade marcada pela criminalização da "questão social", cujos determinantes sociais tornam-se fatores de inserção das mulheres na criminalidade e dos altos índices de encarceramento feminino no Brasil. Objetiva-se analisar as dimensões particulares do processo de criminalização da "questão social" na perspectiva das políticas penitenciárias dirigidas a setores historicamente excluídos no Brasil, a partir de autores que discutem a questão em tela. Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica em torno da realidade do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, em João Pessoa/ Paraíba, realizado em julho e agosto de 2017.
PALAVRAS-CHAVE: "Questão social". Sistema prisional. Encarceramento feminino.

ABSTRACT

The present article consists of a critical analysis of the penitentiary system as a fundamental instrument for the capitalist order, in a society marked by the criminalization of the "social question", whose social determinants become factors of insertion of women in criminality and high rates of female incarceration in Brazil. The objective is to analyze the particular dimensions of the criminalization process of the "social question" in the perspective of penitentiary policies directed to sectors historically excluded in Brazil, from authors who discuss the question on the screen. This is a documentary, bibliographical research about the reality of the Maria Júlia Maranhão Female Reeducation Center, in João Pessoa / Paraíba, held in July and August 2017.
KEYWORDS: "Social Question",. Prison system. Female imprisonment.

[1] Mestranda em Serviço Social- PPGSS/UFPB. E-mail: camila.luanatx@gmail.com.
[2] Professora Drª do PPGSS/UFPB. E-mail: blfalmeida@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este estudo denominado "A "questão social" e o encarceramento feminino: uma análise a partir do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa/PB" representa uma síntese modificada do trabalho de conclusão de curso "As prisões femininas e as mulheres presas: a materialidade de uma expressão da questão social", apresentado enquanto uma exigência acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Resulta de um processo investigativo realizado no Centro de Reeducação Feminino "Maria Júlia Maranhão", em João Pessoa/Paraíba, no período de julho a agosto de 2017.

A totalidade de problemas do encarceramento feminino é uma realidade subentendida e ainda pouco discutida no cenário nacional. Nos últimos anos, os índices crescentes de mulheres presas no quadro das penitenciárias do país traduz um contexto de criminalização da "questão social" permeado por múltiplas desigualdades e violações dos direitos humanos. De acordo com dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), por meio do documento Levantamento Nacional de Informações Penitenciarias (Infopen) Mulheres 2018, as mulheres que estão no sistema prisional- uma população de 42.355 mulheres presas- são jovens, negras, mães e com baixa escolaridade. Esse número remete a análise dos determinantes sociais como uma porta de entrada para compreender a relação das mulheres com a criminalidade.

Em torno desse cenário, formulou-se o estudo investigativo que aborda a criminalização da "questão social" como fator dos altos índices de encarceramento feminino no país, mais especificamente no CRFMJM, com a finalidade de promover a discussão sobre o perfil socioeconômico das mulheres em privação de liberdade. Objetiva-se analisar as dimensões particulares do processo de criminalização da "questão social" na perspectiva das políticas penitenciárias dirigidas a setores historicamente excluídos no Brasil, com recorte no Centro de Reeducação Feminino "Maria Júlia Maranhão", em João Pessoa/Paraíba. Parte-se da hipótese de que o sistema prisional materializa-se como uma das expressões da "questão social", uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social na sociedade capitalista.

Este estudo configura-se como uma análise histórico-crítica de cariz marxista do sistema penitenciário enquanto instrumento fundamental à ordem capitalista. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, realizada em torno da realidade do Centro de Reeducação Feminino "Maria Júlia Maranhão", em João Pessoa/ Paraíba. O universo da pesquisa é composto por 413 mulheres presas, contudo, formulou-se uma amostra em torno dos 125 prontuários de mulheres

que cumprem pena em regime fechado, para traçar os dados identitários, socioeconômicos e os crimes cometidos pelas mulheres presas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa cuja metodologia se efetivou por meio de uma abordagem quali-quantitativa. A análise documental desenvolveu-se em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados e a interpretação. Após a coleta dos dados, procedeu-se à pré-análise dos dados mediante a organização e sistematização das informações obtidas em torno do perfil situacional, categorizando nas temáticas investigativas, cuja discussão foi realizada por meio de gráficos e quadros com a finalidade de apontar os conteúdos mais relevantes de forma mais clara e de fácil compreensão através da descrição das categorias. Essas análises foram fundamentadas criticamente mediante a consulta a autores que estudam a questão em tela, bem como se recorreu a pesquisas realizadas pelo Infopen.

2 BREVE ANÁLISE DA "QUESTÃO SOCIAL" COM RECORTE ANALÍTICO DO SISTEMA PRISIONAL

Constata-se que no desenvolvimento capitalista, a classe dominante realizou um processo que modificou o comportamento da classe pauperizada, ao passar da condição de proletariado para classes perigosas. De fato, o sistema prisional no contexto capitalista, é o registro das expressões da "questão social", uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social e a realidade atual do sistema prisional brasileiro não oferece condições de dignidade humana, estigmatizando as pessoas em situação de privação de liberdade.

Na contemporaneidade, no início do século XX, a legitimidade da prisão ganhou variações para o controle da sociedade. São destacadas as causas sociais do crime, ocorrendo um estreitamento entre crime e pobreza. Pobreza e desigualdade são apontadas como causas fundamentais da criminalidade. Zaluar (2004) atenta para a importância dessa discussão, no intuito de problematizar as causas da criminalidade, não associando apenas à pobreza, mas compreendendo em seus múltiplos determinantes.

Nessa lógica, as classes dominantes, lideradas pelas ideias neoliberais, empreendem três principais transformações na esfera do Estado que estão intimamente ligadas à: remoção do Estado econômico, a desconstrução do Estado social e fortalecimento do Estado penal (WACQUANT, 2001). Esses elementos combinados complementam-se e, com isso, a prisão retoma a frente das instituições responsáveis pela manutenção da ordem (ibed, 2001). Por

consequência, o objetivo da punição, no sistema penal perpassa a questão do castigo e se constitui uma forma de controle e pacificação das populações marginalizadas.

A "questão social" é um fenômeno identificado a partir do século XIX, período no qual era clara a extensão do pauperismo e das demais desigualdades sociais, provocadas pelos impactos da Revolução Industrial. Nesse contexto, a pobreza se intensificava na medida em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Segundo Netto, a expressão "questão social" e os seus desdobramentos "[...] surge [m] para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra [...] trata-se do fenômeno do pauperismo" (2010, p.4).

Dessa maneira, resultado de uma sociedade desigual, a "questão social" é despolitizada, bem como os conflitos que sua condição produz é desqualificada enquanto questão política e social. O efeito da ideologia neoliberal no Brasil, na década de 1990, intensificou ainda mais esse processo, dada à fragilidade das instituições políticas e a solidez das desigualdades existentes.

Há um agravamento da pobreza absoluta e relativa de grande parte de trabalhadores, contribuindo para o aumento das expressões da "questão social". As propostas de redução das funções do Estado ao mínimo, em termos de políticas sociais, vêm sendo potencializadas na agenda dos governos. Vale salientar que a pobreza, expressão da "questão social", existente nas sociedades pré-capitalistas não tem relação com a pobreza vivenciada nessa conjuntura. O fenômeno da pauperização e das expressões da "questão social" a qual se refere "[...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital" (NETTO, 2011, p. 159).

A conceituação da "questão social" para Santos (2012) se dá em duas bases importantes: a primeira base é a compreensão que esta não corresponde à desigualdade e pobreza indistintamente, mas sim "[...] àquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista" (2012, p. 28), corresponde a uma pobreza e escassez que crescem à medida que a riqueza aumenta. A segunda base de conceituação é que a escassez socialmente produzida, que gera o pauperismo, não comporta a totalidade da expressão da "questão social" (SANTOS, 2012). Ela também é reflexo das relações sociais estabelecidas e seus desdobramentos sociopolíticos. Partir para uma análise que desconsidere essas duas bases, tornariam os processos históricos em meras descrições que minimizam o papel dos "[...] sujeitos políticos organizados neste tipo de transformação social" (SANTOS, 2012, p. 49). Dessa maneira, essa

visão reduziria a possibilidade de superação do modelo de exploração vigente, retirando dos homens sua capacidade de construtores da história.

As expressões da "questão social" aparecem cada vez mais pela sua face violenta e demandante de um controle social punitivo, segundo as intervenções do Estado. As instituições prisionais e a privação de liberdade são notoriamente um espaço de grande contradição, tendo em vista que a pessoa presa está sendo punida pelo Estado por não ter tido acesso aos direitos sociais. Neste sentido, Pedroso (1997) afirma que a história das prisões no Brasil, símbolo da exclusão social, reflete as particularidades da formação histórica da sociabilidade brasileira.

Os determinantes que caracterizam a problemática do sistema penitenciário nacional vêm se intensificando nas últimas décadas, expresso no encarceramento em massa, na violação de direitos e da sua adequada conformação aos objetivos do sistema capitalista para a população mais vulnerabilizada. No que se refere ao encarceramento feminino, há uma omissão dos poderes públicos que se manifesta na ausência de políticas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos, bem como as suas especificidades biológicas advindas das questões de gênero.

2.1 Os determinantes sociais da prisão e o encarceramento feminino

Analisar os determinantes sociais do encarceramento feminino é urgente. Para tanto, as dimensões macro e micro são importantes para essa análise em sua totalidade. Faz-se mister compreender a dimensão macro, que consiste em entender o encarceramento feminino dentro de uma dialética mais ampla de encarceramento, abarcando elementos comuns a toda prisão, bem como os determinantes sociais; e a micro, que leva em conta as particularidades de prender mulheres, considerando-se as características biológicas assinalado com o sexo feminino quanto da identidade de gênero, que carrega as expectativas de comportamento voltadas ao papel social atribuído às mulheres.

Partindo de uma perspectiva macro, um ponto crucial para discussão é o de que a lógica da prisão enquanto espaço de cumprimento de pena de privação de liberdade -retirá-los do convívio social- é válida para o sistema como um todo. Trata-se de um local de privação de liberdade e autonomia, no qual, junto com estas, outros inúmeros direitos são igualmente violados, como a convivência familiar e comunitária, o direito à educação e ao trabalho (mesmo havendo algumas iniciativas nesse sentido, tais direitos não abarcam toda população prisional) e a dignidade humana, quando se considera a

precariedade/insalubridade do aprisionamento no país e o não cumprimento das legislações vigentes tais como a Lei de Execução Penal, a Constituição Federal de 1988 e de tratados e normativas internacionais assinados pelo Brasil, como as regras mínimas para o tratamento dos prisioneiros e as Regras de Bangkok (ONU), específicas para o encarceramento feminino. Isso sem contar as inúmeras violações processuais, como a morosidade do judiciário, o excesso de prisão provisória e o tempo de aprisionamento maior que o estipulado na pena.

É inquestionável a existência particularidades no encarceramento de homens e mulheres, seja em razão da estrutura que distingue os sexos em duas categorias, atribuindo-lhes papéis sociais, dos efeitos sociais dessa divisão ou mesmo das características físicas do corpo feminino. É justamente nesse campo entre sexo e gênero que residem os principais elementos que tecem a análise micro do aprisionamento de mulheres. A categoria gênero é compreendida neste trabalho como construção histórica e analítica e, refere-se à construção social do masculino e do feminino, entendida como uma relação de poder construídos entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004). Nessa concepção, a violência de gênero está intimamente relacionada à violência contra mulher, enfatizando o contexto social, cultural e econômico de desigualdade de poder entre os sexos. A violência de gênero é a forma de dominação masculina em relação às mulheres, que é basilar ao patriarcado.

Traçando um breve resgate histórico acerca das prisões femininas, é correto afirmar que as informações sobre as primeiras prisões femininas no país são insuficientes. Há indícios de que já havia mulheres presas desde o período Imperial, no ano de 1870, na Casa de Correção da Costa, no Rio de Janeiro. Nela, havia um calabouço, que conforme os documentos foram aprisionadas 187 mulheres escravas (SOARES; ILGENFRITZ *apud* HELPES, 2014). A partir desses dados, as primeiras mulheres presas no Brasil que se tem informação eram negras e escravas, o que não mudou muito com o passar dos anos.

Em 1924 foi apresentado um projeto para a construção de penitenciárias femininas, visto que as mulheres ficavam em prisões mistas. Considera-se pertinente uma reflexão acerca do fato das prisões mistas que datam a gênese das prisões femininas, pois estas mulheres eram expostas a todo tipo de violência, seja ela física ou psicológica. A preocupação inicial não estava voltada para as mulheres, mas apenas pelo elemento perturbador que elas representavam aos homens presos. Atualmente, conforme o Infopen Mulheres 2018, a maior parte dos estabelecimentos penais foi projetada para o público masculino. 74% das unidades prisionais destinam-se aos homens, 7% a população feminina e outros 16% são caracterizados como

mistos, o que significa que podem contar com alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino.

Em 1929, as mulheres já ocupavam um espaço separado dos homens na Casa da Corte. A população prisional feminina era constituída por mulheres que cometeram crimes como furto, infanticídio ou aborto, e vadiagem. As mulheres presas por vadiagem eram as prostitutas. Ainda nesse sentido, Helpes (2014) afirma que nos relatórios do Conselho Penitenciário do Distrito Federal de 1929, não havia registro dos julgamentos das mulheres presas por vadiagem, já que no Brasil a prostituição nunca foi considerada crime. Essa autora revela que as mulheres que cometeram crimes como infanticídio ou aborto ficavam juntas com as prostitutas, já que elas eram vistas como as piores criminosas pela sociedade, enquanto umas não estavam voltadas à satisfação sexual do marido, as outras não garantiam a procriação.

As primeiras prisões destinadas às mulheres no Brasil surgem na década de 1940, mais especificamente em 1941, com o Presídio de Mulheres em São Paulo, e 1942 no Rio de Janeiro, a Penitenciária das Mulheres. Nesse contexto, além de presídios separados, as mulheres recebiam tratamento diferenciado quanto aos métodos de recuperação. Concernente à afirmação acima citada, vale destacar que elas (as presas) "[...] deveriam ser *recuperadas* em prol do lar, no sentido de *recuperar a figura doméstica atribuída ao sexo feminino*, ou seja, a mãe, a esposa, a dona de casa" (SOUZA; FERREIRA, 2012, p.139, grifos nosso), enquanto os homens eram "recuperados" em beneficio da sociedade.

Para essa finalidade, a administração interna do presídio passou a ser feita por religiosas da entidade Irmã do Bom Pastor. Na rotina das presas havia normas pedagógicas que visavam à domesticação, transformando-as em mulheres dóceis e educadas, aptas para voltar ao seio familiar e/ou a seguir a vida religiosa. Entretanto, esse método não supriu as expectativas do Estado que alegou a ineficiência do método e passou a administração do presídio novamente para a Penitenciária Central.

Em 1966, a Penitenciária das Mulheres recebeu o nome de "Talavera Bruce", a única penitenciária de segurança máxima feminina do Rio de Janeiro. Considera-se pertinente destacar a história do Talavera Bruce, por ser a primeira penitenciária de mulheres construída no Brasil e por apresentar concepções e aspectos históricos importantes no que diz respeito ao encarceramento feminino.

Esse tratamento dado às mulheres na gênese das prisões femininas reforça a visão de submissão, reafirmando a concepção histórica patriarcal de que as mulheres são inferiores aos

homens, devendo desenvolver apenas funções domésticas voltadas para o lar; a ela (mulher) é atribuído à função de boa mãe e boa dona de casa, e nisso ela é benéfica para toda sociedade.

3 A MATERIALIDADE DA "QUESTÃO SOCIAL" NO CRFMJM

Com base nos dados coletados no CRFMJM, foi possível traçar o perfil das mulheres presas nessa instituição, levando em consideração os dados referentes à faixa etária, escolaridade, etnia e o crime cometido. A partir dos dados coletados, evidencia-se a problemática social que se tornou o sistema prisional brasileiro, no qual o aumento da população carcerária deve-se a uma política repressiva, discriminatória e de criminalização da pobreza. O que se observa é que a realidade social das mulheres privadas de liberdade é atravessada por um histórico de educação precária, inserção precoce na criminalidade e envolvimento com o tráfico de drogas.

Evidencia-se que as mulheres que estão presas em regime fechado no CRFMJM são em sua maioria negras, cerca de 88%. Para fins de comparação, instituem-se mulheres negras e pardas em uma mesma categoria. Merece chamar atenção para o número mínimo de mulheres brancas, em 9%, o que reforça a afirmativa de que o sistema prisional é constituído por pessoas negras. Conforme o Infopen Mulheres (2018), em relação à etnia, ressalta-se a proporção de mulheres presas negras em nível nacional, correspondendo a 62% da população carcerária feminina no Brasil, enquanto 37% são brancas. Esse aspecto se efetiva enquanto violação aos Direitos Humanos, uma vez que as mulheres negras sofrem com o racismo institucionalizado, revelando o abismo existente entre pessoas negras e não negras. A realidade socioeconômica do país evidencia uma escala de segregação racial elevada, em que grande parcela da população negra vive em situação de exclusão social. Tal situação se agudiza quando se realiza o entrelaçamento entre gênero, classe social e etnia, ou seja, para as mulheres negras e pobres, as desigualdades são potencializadas.

Os dados sobre a faixa etária indicam que o CRFMJM é constituído por maioria jovem, são mulheres de 18 a 24 anos que correspondem a 16%, 25 a 29 anos que representam 23% da população carcerária, 26% para mulheres de 35 a 45 anos e 3% representa a faixa etária de 46 a 65 anos. Essa realidade revela a ausência de políticas públicas voltadas para a juventude que constantemente sofrem com as desigualdades sociais. Dessa forma, a negação ao acesso de jovens a bens e direitos básicos restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos, tornando-se fonte de vulnerabilidade e contribuindo para a precária inclusão dos jovens na sociedade e a facilidade de acesso ao crime.

De acordo com dados coletados acerca do nível de escolaridade das presas que cumprem pena em regime fechado, detecta-se que a maioria das mulheres encarceradas é de baixa escolaridade. São 82% que não concluíram o ensino fundamental e 3% concluíram; 9% têm o ensino médio incompleto e 6% têm o médio completo. Dados do levantamento realizado pelo Infopen Mulheres (2018) destacam os estados de Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte pelos mais altos índices de mulheres analfabetas privadas de liberdade no país. Por outro lado, destacam-se os estados da Bahia e Espírito Santo, pelos maiores índices de mulheres privadas de liberdade que acessaram ou já concluíram o ensino médio. Esses dados apontam para o déficit da Política de Educação no Brasil, principalmente no que se refere à educação pública. Mesmo sendo um direito assegurado a todos os cidadãos, verifica-se que a educação é um privilégio de uma pequena parcela da população.

Em conformidade com dados coletados no CRFMJM, assevera-se que os crimes mais cometidos pelas mulheres que cumprem pena em regime fechado no CRFMJM são os de tráfico de drogas e associação ao tráfico com 66% dos casos. Para além das acusações relacionadas ao tráfico de drogas, os crimes contra o patrimônio, roubo e furto, 17% e 5% respectivamente, são os que mais conduzem as mulheres à prisão, em seguida vem o crime de homicídio com 5%. Há também outros crimes praticados em menor expressão: crimes contra criança e adolescentes, 3%; porte ilegal de armas, 2%; formação de quadrilha e estupro com 1% cada.

Os processos socioeconômicos e políticos devem ser considerados fundantes para a compreensão dos altos índices[3] do encarceramento de mulheres em nível nacional e mundial. Nessa realidade, é possível apontar uma entrada cada vez maior das mulheres nos mercados de trabalho, tanto nos formais quanto nos informais e ilegais. Em especial no que se refere às mulheres de baixa renda e jovens, a inclusão nos mercados não vem acompanhada de superação de exclusão social. Dessa maneira, persistem nas camadas periféricas a exclusão social e desigualdade econômica, somadas a questões estruturais mais amplas, como a violência e questões de gênero.

Atesta-se que as atividades desenvolvidas por essas mulheres se caracterizam como trabalhos precarizados e desqualificados, além de considerados extensão do trabalho doméstico que historicamente é atribuído ao sexo feminino. Essa questão remete à divisão sexual do trabalho que é muito latente na sociedade capitalista, que em síntese "[...] segmenta os trabalhos

[3] O Brasil ocupa a quarta colocação no *rancking* mundial, ficando atrás dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478), conforme o Infopen Mulheres 2018.

de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos" Cisne (2009, p. 109).

Declaradamente, a necessidade de complementação de renda é apontada como uma das principais razões de envolvimento das mulheres com o mercado ilícito, mais especificamente o tráfico de drogas, no qual há igualmente divisão sexual do trabalho e às mulheres cabe ocupar postos precários e arriscados, como o transporte de drogas (mulas), bem como outras atividades na linha de frente, em espaços de fácil acesso e maior visibilidade perante o sistema de segurança pública. Nesse cenário, as mulheres pobres e negras, em sua maioria, passaram a fazer parte de forma cada vez mais clara da criminalização da pobreza.

O rigor punitivo do judiciário com a questão das drogas - sob a luz da Lei nº 11.343/2006 de maneira subjetiva, seletiva e desigual - é um importante elemento no encarceramento exorbitante de pessoas julgadas como traficantes, o que afeta diretamente as mulheres. Como o artigo 33 da referida lei não especifica quantidade para que se configure tráfico, tal interpretação fica a critério do sistema de justiça criminal, facilitando ações arbitrárias por parte dos policiais e também de interpretações subjetivas dos juízes promovendo uma explosão nos índices de encarceramento por tráfico de drogas.

Para o pesquisador da *Human Rights Watch Brasil*, César Muñoz, tal lei tem contribuído para o aumento da população carcerária no país nas últimas décadas. Nesse sentido, a população absoluta de mulheres presas cresceu 567% entre os anos 2000 e 2014, dentre esse número, 68% das mulheres estão presas por tráfico de drogas. Muñoz aponta que guerra às drogas e o encarceramento feminino pouco ou nada contribuem para desmontar os mercados ilegais de drogas e melhorar a segurança pública. Pelo contrário, costuma piorar a situação, dificultando ainda mais o acesso a trabalhos legais e formais após saírem da prisão, perpetuando um círculo vicioso de pobreza e envolvimento com mercados de drogas e encarceramento.

Afere-se, que tanto os resultados de pesquisas realizadas em nível nacional como a pesquisa no CRFMJM indicam que as mulheres em situação de privação de liberdade nos presídios femininos vivem uma realidade de negação de direitos, expostas a todos os tipos de violência. A realidade carcerária brasileira é a expressão da violência institucionalizada e seletiva, visto que atinge grupos específicos da sociedade e que nas ultimas décadas vem aumentando consideravelmente o número de mulheres presas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados do CRFMJM, da atual conjuntura da crise do capital e do processo de despolitização e criminalização da "questão social" aponta para emergência do Estado penal em detrimento do Estado social, tanto nos países centrais, como nos periféricos. As particularidades da formação sócio-histórica do país aprofunda a criminalização das classes mais baixas. Emerge como consequência o processo de criminalização dos pobres - regulado pela ideologia das classes dominantes - e o encarceramento de jovens como alternativa no combate a violência.

A análise do perfil socioeconômico das mulheres presas em regime fechado do CRFMJM permitiu identificar que essas mulheres estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade social. Comprova-se que a maioria das mulheres presas, que cumprem pena em regime fechado no CRFMJM, apresenta uma relação com o tráfico de drogas e/ou associação ao tráfico, inserção precoce na criminalidade, associado com baixa escolaridade e qualificação profissional de menor *status* econômico. Os resultados revelam também para o racismo institucionalizado, em que a maior parte da população prisional do CRFMJM é negra, trazendo à tona as diversas violações sofridas por essas mulheres.

Esses resultados afirmam a hipótese desta pesquisa de que o sistema prisional materializa-se como uma das expressões da "questão social", uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social na sociedade capitalista. Destarte, faz-se necessária a intervenção do Estado para que as mulheres não cheguem à realidade prisional, possibilitando-lhes subsídios e acesso as políticas sociais na perspectiva de garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciarias**. Infopen Mulheres–2018. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf (Acesso em 15 de Julho de 2018)

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

HELPES, Sintia Soares. Vidas em Jogos: Um Estudo Sobre Mulheres Envolvidas com o Tráfico de Drogas. Disponível em https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/808/1/sintiasoareshelpes.pdf. (Acesso em 20 de outubro de 2017).

MELO, Juliana Gonçalves. Percepções Sobre o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro a Partir de Narrativas de Mulheres Inseridas na Prisão Como Mulas de Tráfico. In: **Revista Direito**. Disponível em https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/ index.php/revistadireito/ article/view/10550. (Acesso em 22 de outubro de 2017)

MUÑOZ, César. **Dez anos do fracasso da lei de drogas no Brasil**. Disponível em https://www.hrw.org/pt/news/2016/08/28/293489. (Acesso em 10 de outubro de 2017).

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: Anais, **Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie",** 3., Serpa, 30-31,1º nov. 2010.

PEDROSO, Regina Célia. **Utopias penitenciarias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil.** In: Revista de História 136, FFLCH-USP, 1° Semestre, 1997, p. 121-137.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Joseane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

SOUZA, Raissa Gabriela Costa de; FERREIRA, Ana Mônica Medeiros. **O amor atrás das grades:** um estudo sócio-jurídico sobre a maturidade nas prisões. Disponível em http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/297/25. (Acesso em 20 de setembro de 2017).

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**: Pobreza e Tráfico de Drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS NA ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS, PÓS DÉCADA DE 1970.

Guilherme Silva Sousa[1]
Lidiane Cavalcante Tiburtino[2]

RESUMO: O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa intitulado "A Crise estrutural do capital e os rebatimentos nas condições de vida dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Geralda Medeiros, situado no município de Patos – PB" que se encontra em fase de coleta de dados. Porém, nessa fase inicial da pesquisa apresentamos uma análise bibliográfica, acerca das categorias centrais que norteiam a construção do objeto de estudo em questão, com uma análise sobre os elementos que configuram a crise estrutural do capital. Assim sendo, o resgate teórico tem como demarcação temporal o contexto das transformações societárias, advindas das repostas do capital a crise da década de 1970, impetrada a nível mundial, trazendo o movimento da reestruturação produtiva.
PALAVRAS-CHAVE: Crise. Capitalismo. Estado, Neoliberalismo.

ABSTRACT: This article is the result of a research project entitled "The Structural Crisis of Capital and the Reflections on the Living Conditions of Users of the Social Assistance Reference Center - CRAS Geralda Medeiros, located in the municipality of Patos - PB", which is in phase of data collection. However, in this initial phase of the research we present a bibliographical analysis about the central categories that guide the construction of the object of study in question, with an analysis on the elements that configure the structural crisis of capital. Thus, the theoretical redemption has as temporal demarcation the context of the societal transformations, coming from the capital's responses to the crisis of the 1970s, impelled worldwide, bringing the movement of productive restructuring.
KEYWORDS: Crisis. Capitalism. State. Neoliberalism.

[1] Discente do 8º Período do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: guilhermesousa.ss@gmail.com
[2] Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Docente do Departamento de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: lidianetiburtino@fiponline.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa intitulado "A Crise estrutural do capital e os rebatimentos nas condições de vida dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Geralda Medeiros, situado no município de Patos – PB" que se encontra em fase de coleta de dados. Ademais, a referida pesquisa tem como objetivo principal analisar os rebatimentos da crise estrutural do capital nas condições de vida dos/das usuários/as em acompanhamento pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS Geralda Medeiros e as repostas do Estado.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo, com recurso a abordagem qualitativa dos dados, tendo como suporte analítico o materialismo histórico dialético. Nesse sentido, com o processo de coleta, sistematização e análise de dados espera-se chegar à realidade dos sujeitos pesquisados, problematizando os condicionantes que levaram a degradação das condições de vida dos mesmos. Contudo, nessa fase inicial da pesquisa apresentamos uma análise bibliográfica, acerca das categorias centrais que norteiam a construção do objeto de estudo em questão, com uma análise sobre os elementos que configuram a crise estrutural do capital, nos termos de Mészaros (2011), o redirecionamento do Estado, a perca dos direitos sociais e reificação das relações sociais, como uma expressão da subsunção real do trabalho ao capital.

Nesse sentido, o resgate teórico tem como demarcação temporal o contexto das transformações societárias, advindas das repostas do capital a crise da década de 1970, impetrada a nível mundial, trazendo o movimento da reestruturação produtiva, com as transformações no mundo do trabalho e redirecionamento do Estado, em consonância com a orientação do neoliberalismo, bem como, sua ofensiva ideológica lançada pelo capital como forma de legitimação do novo modelo de acumulação flexível, expressando uma reorganização econômica, política e ideológica de dominação da classe – que – vive – do - trabalho[3].

Deste modo, a crise do sistema capitalista que se apresenta a partir da década de 1970 difere das crises cíclicas, que a antecederam, pois está se configura como uma crise estrutural,

[3]A utilização do termo classe-que-vive-do-trabalho, vem de acordo com Antunes (2003), com o objetivo de dar ênfase a noção de ampliada de classe. O autor constrói uma argumentação que demonstra e reafirma a nova composição assumida pela classe trabalhadora hoje, sem negar as profundas transformações que o proletariado passou em seu interior, fundamentalmente nas quatro últimas décadas. Ao contrário, Antunes enfatiza algumas dessas mudanças, sem desconsiderar, no entanto, que a efetividade, processualidade e concretude da classe permanecem vivas.

que afeta diretamente todo o ciclo produtivo como: a produção, distribuição e o consumo, empreendendo mudanças estruturantes no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas, o que extrapola tal esfera, ao rebater de forma dialética na esfera da reprodução social, ou seja, a mesma ao atingir o sistema sociometabólico do capital, a nível global, empreende respostas que tem como norte transformações socioculturais, o que afeta todo o conjunto da vida social.

2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: O TRABALHO SOB OS DITAMES DO CAPITALISMO PÓS – 1970

A partir da década de 1970 se evidencia uma série de transformações no mundo do trabalho decorrentes do contexto da crise estrutural do sistema capitalista a nível mundial, marcando a mais profunda crise do capital em toda a história, atingindo toda a humanidade e todas as esferas que conformam as relações sociais na atualidade.

Conforme Mészáros (1998):

> Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 1998, p.7).

Esse processo imprime uma nova dinâmica no conjunto das relações sociais, marcadas pela radicalização da alienação e a mercantilização da vida social, fazendo emergir o problema axial da vida cotidiana na atualidade, qual seja: a reificação das relações sociais. Nessas condições "a valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo, caracteriza o *ethos* dominante na sociedade contemporânea" (BARROCO, 2014, p. 209), delineando assim o que definimos como reificação das relações sociais, que vem marcar a subsunção real do trabalho ao capital.

Nesse sentido, cabe destacar que a crise estrutural do capital, tem sua expressão mais gritante no exaurimento do padrão de produção e acumulação fordista/keynesiano, caracterizado pela produção em larga escala e pelo pleno emprego, marcando a onda longa expansiva do capital que segundo Behring e Boschetti (2011) entrou para história como os "trinta anos gloriosos do capitalismo". Nestes termos, como assegura Netto (1991) nas análises sobre Przeworki e Mandel:

> Com efeito, em 1974-1975 explode a "primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial". Essa recessão monumental e o que lhe seguiu pôs de manifesto um giro profundo na dinâmica comandada pelo capital: chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as "três décadas gloriosas" do capitalismo monopolista), sustentara, com suas "ondas longas expansivas", o "pacto de classes" expresso no WelfareState. Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de "ondas longas recessivas" não só erodia as bases de toda articulação sociopolítica até então vigente, como ainda, tornava exponenciais as contradições imanentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação. (NETTO, 1996, p. 90).

Ademais, é nesse cenário que se gestam e se desenvolvem as transformações societárias, com destaque para os elementos da reestruturação produtiva, como reação do capitalismo a sua própria crise, dado a queda das taxas de lucros aliada as altas taxas de inflação, com a pedida de redirecionamento do Estado e mudanças no mundo produtivo, em vistas de retomar a prosperidade do desenvolvimento das forças produtivas e do sistema metabólico do capital.[4]

Desse modo, assiste-se a intensas mudanças na organização, gestão e consumo da força de trabalho, avançando na opressão da classe-que-vive-do-trabalho, em nome dos mecanismos materializados pela reestruturação produtiva, o que acarretou na perda de direitos historicamente conquistados. Nestes termos, o capital elaborou suas estratégias de reação para reverter à queda da taxa de lucros, através da mundialização da economia e a ascensão do neoliberalismo, nessa via o capital inaugura uma nova reorganização do seu sistema econômico e de seu sistema ideológico e político de dominação, instaurando a subsunção real do trabalho ao capital (ANTUNES, 2015).

Nesse sentido, a crise do sistema capitalista que se apresenta a partir da década de 1970 se difere das crises cíclicas que a antecederam, pois está se configura Segundo Mészáros (2011) como uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente que atinge o sistema sociometabólico do capital a nível global.

No conjunto das transformações provenientes da reestruturação produtiva, a rigidez alicerçada no modelo de produção fordista vai sendo substituída gradativamente pela flexibilização pretendida pelo modelo de produção toyotista. A começar pela flexibilização dos

[4] Segundo as análises de Perry Anderson (1995), as mudanças não trouxeram a recuperação do sistema produtivo do capital, sendo que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. "Cabe perguntar por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais" (ANDERSON, 1995, p. 6-7).

mercados de trabalho, a produção não vai se processar de maneira verticalizada, toda a produção dentro de um único espaço produtivo. Assim, ocorre à fuga de capitais, o capital vai procurar produzir onde encontrar mão-de-obra e matéria prima barateada, em um processo de especulação com o objetivo de aumentar a extração de mais-valia.

Nesse sentido, afirma Netto (1996):

> O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação "flexível", reestrutura *radicalmente* o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais "flexíveis", do tipo "emprego precário"), seja criando estratificações e novas determinações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia) (NETTO, 1996, p. 92).

Assim, aliado aos ideais "flexíveis" temos a flexibilização dos contratos de trabalho, em um processo de precarização e corrosão do trabalho, com a introdução de novas formas de contratação que não garantem proteção e estabilidade para os trabalhadores, como: a subcontratação, terceirização, vinculo de trabalho informal e temporário. Desta forma, os direitos advindos do trabalho são flexibilizados, de modo a dispor de força de trabalho disponível para as necessidades do mercado.

Ademais, tal processo empreende o enxugamento de trabalhadores dos espaços de trabalho, ocasionando um aumento progressivo do desemprego, resultante dessa nova fase de acumulação que se estrutura com uma quantidade mínima de trabalhadores, como consequência do desemprego amplia-se as condições degradantes de vida, decorrentes do sistema destrutivo dominante.

Desta forma, esta conjuntura traz profundos rebatimentos para a classe-que-vive-do-trabalho, tanto na dimensão material, quanto na dimensão subjetiva. Material porquê de fato, as formas de inserção dos trabalhadores no mundo produtivo mudaram drasticamente. Assim sendo, em razão do novo modelo de produção e com o desenvolvimento da tecnologia, "a automoção, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital" (ANTUNES, 2015. p.33), já na dimensão subjetiva podemos destacar que o capital ao empreender uma série de mudanças estruturantes, captura a subjetividade da classe trabalhadora, destacando o que Gramsci *apud* Simionatto (2011), denomina de revolução passiva, a partir da sua reorganização política e ideológica.

De certo, houve uma grande automação da produção com a introdução da eletrônica no processo produtivo favorecendo a flexibilização pretendida pelo capital, com a chamada

"revolução tecnológica que, desde os anos cinquenta, afeta as forças produtivas" (NETTO, 1996, p. 91).

Por conseguinte, esse processo de incremento tecnológico levou a substituição de grande parte do trabalho vivo pelo trabalho morto, em um movimento de aumento do capital constante em detrimento do capital variável, aumentando a composição orgânica do capital. Assim, ocasionou uma economia do trabalho vivo, expulsando grande parcela de trabalhadores do mundo produtivo, aumentando exponencialmente as taxas de desemprego e a pauperização dos/das trabalhores/as.

Tal contexto leva a um excedente da força de trabalho, no movimento da reestruturação produtiva para atender aos interesses do capital, em virtude disto, extrapolam-se os padrões de exploração da força de trabalho e de precarização das condições de trabalho e de vida.

Como afirma Antunes (2011):

> No meio do furação da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário", "trabalho atípico", formas que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global (ANTUNES, 2011, p. 13).

Nessa perspectiva, o trabalho no modo de produção capitalista à medida que se desencadeia o aumento do desenvolvimento das forças produtivas, através do incentivo às novas tecnologias no âmbito do processo de produção de valores de uso e valores de troca, se instaura necessariamente uma modificação na relação capital x trabalho, sendo ressaltado o protagonismo do capital nessa dada ordem social. Contudo, tal protagonismo não descarta o trabalho e a tensão estabelecida nesse processo de acumulação, tendo em vista que o capital não se reduz a um conjunto de coisas, na forma do fetiche/dinheiro, mercadorias e/ou objetos, na medida em que este só existe ao subordinar a força de trabalho à lógica que lhe dá sustentação se configurando como uma relação social.

Esse processo de construção do capital como protagonista dessas relações se dá mediante medidas empreendidas em consonância com a ideologia neoliberal, que ao regulamentar no âmbito estatal a desproteção ao trabalho, alia-se em âmbito cultural e social a uma satanização das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, o que resulta em processo no âmbito político e social de desmobilização e criminalização das lutas sociais em prol da classe-que-vive-do-trabalho. Assim, com a desmobilização dos movimentos classistas e das

lutas sociais em defesa dos trabalhadores, emergem os novos movimentos sociais com bandeiras de lutas fragmentadas e particularizadas.[5]

Sendo assim, a crise estrutural do capitalismo contemporâneo atingiu todas as esferas da vida social, trazendo a subsunção real do trabalho ao capital. O processo da reestruturação produtiva não atinge somente a esfera da produção, mas também da reprodução social expressando uma reorganização econômica, política e ideológica.

Desta forma, esse processo rebate não só na apropriação do trabalho excedente produzido pelo trabalhador, mas também na "apropriação elitista da cultura e do saber" (SIMIONATTO, 2011, p.55), resultando na apropriação da subjetividade do trabalhador, em que este perde a capacidade de se perceber enquanto um ser pertencente às relações sociais, perdendo sua identidade de classe, em um processo de reificação das relações sociais.

Nesse sentido, conforme Antunes (2015):

> A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade*, e no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (ANTUNES, 2015, p.33).

É nesse sentido que Antunes (2015) afirma que as mudanças atingem a subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho*, alterando a sua *forma de ser*, ou seja, a dimensão subjetiva que foi referida anteriormente. O capital lançou mão de uma ofensiva ideológica como meio de legitimação da nova fase de acumulação flexível, resultando na subordinação econômica, política e ideológica da classe – que – vive – do – trabalho aos ditames burgueses.

Assim, se opera o rompimento do pacto de classes que sustentava o padrão fordista/keynesiano que se caracterizava por uma dupla dimensão: amplo mercado de trabalho para a classe trabalhadora com baixos índices de desemprego "política do pleno emprego" e um Estado interventor que garantia os mínimos sociais.

2.1 O redirecionamento do Estado: da implantação do legado neoliberal a perca de direitos da classe-que-vive-do-trabalho.

[5] O surgimento de novos movimentos sociais está ligado ao enfraquecimento das lutas sociais que tocam na relação capital x trabalho. Com a fragmentação da classe trabalhadora devido às mudanças advindas da reestruturação produtiva, perde-se a consciência de classe social universal de reivindicação pelas conquistas dos trabalhadores.

A que se destacar, conforme mencionado nas discussões anteriores, que foi partir do esgotamento do padrão fordista/keynesiano, que se processou um redirecionamento do Estado, essa expressão da concretude e configuração a crise que se inicia na década de 1970, a nível mundial, dando espaço aos ditames do regime neoliberal, que tem como uma de suas orientações principais, o estreitamento dos gastos destinados às políticas sociais, o que consequentemente ocasiona a perca de direitos dos/das trabalhadores/as.

Outrossim, esse contexto inaugura o exaurimento do chamado "pacto de classes" fordista - keynesiano do pós- II Guerra Mundial, qual seja o contexto dos 30 anos gloriosos de desenvolvimento econômico, tendo como prerrogativa os ideais de pleno emprego, garantia direitos e serviços universais para trabalhadores, por meio do Estado. Contudo, com o citado contexto de crise do sistema capitalista, o Estado de Bem-Estar Social passa a ser alvo de críticas, como afirma Sousa (2014):

> Passa a sofrer ataques e críticas a seu papel estimulador do mercado capitalista. O chamado ideário neoliberal [...] construído nos anos 1940, é resgatado nos anos 1970/80 como a possibilidade de sintonizar o Estado com as novas necessidades de reprodução ampliada do capital (SOUSA, 2014, p.43).

Nestes termos, diante de um contexto de recessão econômica, o capital adere à lógica do neoliberalismo que tem como proposta a crítica e o desmonte ao *WelfareState*, alegando que as gastos destinados ao social estavam em excesso, tornando o Estado oneroso, ou seja, afirmava que havia "gorduras", que precisavam ser cortadas, pois o orçamento estatal não dava conta das despesas, dadas pela intervenção nas políticas socais, culpabilizando o poder dos sindicatos, a medida que os mesmos reivindicavam melhores salários e condições dignas de venda da força de trabalho, como afirma Anderson (1995):

> A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1993, p. 2).

É nesse cenário que o Estado de Bem-Estar Social na sua lógica da proteção é duramente atacado pelo capital, em vista de alinhar o Estado aos interesses da nova fase de acumulação

flexível do capitalismo. Desse modo, a reorientação do Estado no que tange a lógica neoliberal, traz rebatimentos na organização sindical dos trabalhadores, como também abre possibilidades para novas formas de contratação que não garante proteção ao trabalhador. O neoliberalismo foi, sobretudo, "uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar" (ANDERSON, 1993, p. 1).

Nesse âmbito, cabe destacar que no contexto brasileiro, dado sua inserção tardia no sistema capitalista as mudanças de ordem econômica, política e social vão se processar de modo diferente, de acordo com a particularidade brasileira. Na década de 80, o país passava por um momento de efervescência política, devido ao processo de redemocratização. Assim sendo, como fruto desse processo, com a mobilização da sociedade civil através de movimentos sociais, tivemos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe como garantia a seguridade social constituída pelo tripé das políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social.

Nesse sentido, no que tange ao nosso objeto de estudo, cabe ressaltar que o Brasil não chegou a vivenciar um Estado de Bem-Estar Social, a Constituição de 1988, inaugura uma igualdade política – jurídico o que expressou uma possiblidade de materialização dos avanços trazidos na constituinte. Contudo, a partir da década de 1990, ocorreu à inserção do Brasil na economia mundializada, em um contexto de crise, e, assim, ocorre o redirecionamento do papel do Estado para o que dita à política neoliberal, e os avanços conquistados juridicamente com a Constituição Federal se tornam alvo de ataques frequentes pelo grande capital.

Desta forma, a seguridade social brasileira ainda embrionária, antes mesmo de ser regulamentada, foi alvo de desmonte. Sendo assim, podemos destacar a contrarreforma do Estado brasileiro, através do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE, 1995), onde há um redirecionamento do que está posto na Constituição e as políticas sociais, passam a assumir um caráter de focalização e seletividade, aliado a transferência das responsabilidades do Estado para o âmbito privado e para a sociedade civil.

Nesse sentido, a tônica da política neoliberal é a seguinte: o Estado máximo para o capital e mínimo para o social, o Estado não se torna ausente, assume papal de regulador e a serviço do empresariado. "A satisfação das necessidades sociais, muitas delas conquistadas por meio das lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, torna-se responsabilidade das capacidades individuais de se adequar às exigências do mercado de trabalho capitalista" (SOUSA, 2014, p.43).

Conforme afirma Silva (2011):

> Mediante a desresponsabilização do Estado – de garantir políticas públicas para os(as) cidadãos(ãs), com enfoque para o(a) trabalhador(a) – e com a disseminação da ideologia que torna a sociedade civil responsável pela questão social, percebemos a fragmentação e o enfraquecimento das políticas sociais, através da privatização das organizações estatais, e do enxugamento dos gastos públicos, legitimando assim a lógica neoliberal. (SILVA, 2011, p. 4).

Desta forma, quem não consegue acesso aos serviços via Estado e dispõe de condições financeiras recorre à iniciativa privada, quem não dispõe de condições fica à mercê da solidariedade e/ou da politica de assistência social. Em virtude disto é que surge um espaço de atuação da sociedade civil para responder as expressões da questão social que o Estado não demanda respostas, denominado de Terceiro Setor.[6]

Ademais, esse se coloca como um momento de reordenação econômica, politica e ideológica de dominação do capital sob o trabalho. Igualmente, cabe destacar que é através de uma rede articuladas de mecanismos que o capital manifesta sua "capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social" (SIMIONATTO, 2011, p.174, apud GRAMSCI), ou seja, de se estabelecer enquanto classe hegemônica com direção intelectual e moral sobre as demais classes sociais:

> Não se pode perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina "aparelhos privados de hegemonia", incluindo: a escola, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação de forma geral. Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural (SIMIONATTO, 2011, p. 174, apud GRAMSCI).

É nesse sentido que se evidencia a ofensiva ideológica contra o Estado, com a "translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural" (NETTO, 1996, p. 97) através das instituições culturais, considerado por Simionatto (2011) nas análises sobre Gramsci como os "aparelhos privados de hegemonia".

Como afirma Netto:

> Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolve-se hoje uma "cultura política" anti-Estado

[6] "Surgindo" em um contexto de desmonte dos direitos sociais, o pensamento neoliberal justifica – por meio do discurso da "solidariedade social" – a expansão do terceiro setor como resposta alternativa no trato da questão social. (SILVA, 2011, p.1)

> – e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil (NETTO, 1996, p. 100).

Sendo assim, o caso do Brasil, segue toda a tônica da política neoliberal, com suas especificades, de formação sociocultural, politica e econômica. Assim, ocorre o movimento de privatização de empresas nacionais e abertura do Brasil para os mercados internacionais, com recurso ao que os teóricos vêm denominar de neoliberalismo *light*, tendo em vista a ausência de um *Welfare State* a destruir e o clima de efervescência politica.

Desta forma, a justificativa para a adesão a política neoliberal, foi que havia uma crise fiscal do Estado, e sendo assim, se fazia necessário estratégicas para saída desta crise, como a política de ajuste fiscal, que favorece a acumulação do capital e traz o desfinanciamento das políticas da seguridade social.

Nesse sentido, afirma Tiburtino; Fernandes (2015):

> Esse processo repercute diretamente na mercantilização da vida social, onde os direitos passam a serem mediados pela capacidade de compra dos indivíduos, tendo em vista a conversão destes em mercadorias, como exemplo: os seguros de saúde, a educação privada, os planos de previdência. Desse modo, as políticas sociais se transformam em novos nichos de acumulação para o capital, percebe-se dentro dessa lógica o poder que a relação assimétrica tem na conformação dos direitos sociais. (TIBURTINO, FERNANDES, 2015, p. 7).

Diante disto, que se processou e vêm se processando com mais força na atualidade, é que ganha expansão a privatização da saúde, da educação, e da previdência social, com a adoção de medidas coercitivas pelos governos, expressando decisões de cima para baixo, de cortes no investimento destas políticas, levando ao sucateamento das mesmas. Exemplo disto é a Emenda Constitucional do teto dos gastos, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC da reforma da Previdência Social e a reforma trabalhista.

3 CONCLUSÃO

Em suma, o capital lança mão de uma série de transformações em busca de se restabelecer, tais transformações foram materializadas pelo neoliberalismo e pelos imperativos da reestruturação produtiva, ao imprimir o redirecionamento do Estado e do mundo do trabalho.

A crise estrutural do capitalismo contemporâneo atingiu todas as esferas da vida social, trazendo a subsunção real do trabalho ao capital, inaugurando a era da reificação das relações sociais. Sendo assim, cabe ressaltar que o processo da reestruturação produtiva não atinge

somente a esfera da produção, mas também da reprodução social expressando uma reorganização econômica, política e ideológica de dominação do capital, destacando-se o papel dos aparelhos privados de hegemonia nesse processo.

Pode-se destacar que a ofensiva contra o Estado se dá através de sua desqualificação e precarização, em vista de transferir as responsabilidades Estatais para outras esferas, indo de encontro com os ideais neoliberais de privatização dos serviços públicos, onde a seguridade social tem a centralidade na politica de assistência social, em detrimento de uma privatização da previdência e da Saúde.

Por fim, poderemos observar que devido à precarização dos serviços sociais e a falta de uma política de emprego e renda, as famílias se encontrem em situações degradantes de vida, evidenciando o processo de degradação das relações humanas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FÁVERO, Eunice; GOIS, Dalva Azevedo de (Org). Serviço social e temas sociojurídicos: debates e experiências. In: SOUSA, Charles Toniolo de. **Práticas Punitivas e Serviço Social: reflexões sobre o cotidiano profissional no campo sociojurídico**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p.35-51.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** In**: Outubro Revista.** 4. Ed. p. 7-15, 2015. In: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf> acesso em: 04 de maio de 2018.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social.** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº: 50, p. 87-132, abril de 1996.

SILVA, Kleylenda Linhares. **Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social:** entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. In: Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília: p.1-13,2011. In: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf> acesso em: 29 de abril de 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2.ed.rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. FERNANDES, Lídia Libânia da Costa**. DEMOCRACIA E REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL: a constituição dos direitos sociais no cenário brasileiro.** Anais – JOINPP, 2015.

A RELAÇÃO ENTRE A NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O COMPROMETIMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DATRABALHADORA FABRIL: uma análise a partir dos usuários do CEREST/JP

Jessica Pereira Cosmo da Silva[1]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[2]

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar criticamente as atuais condições de trabalho em tempo da nova organização do trabalho, marcada pela acumulação flexível e o consequente processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo da Indústria atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) na cidade de João Pessoa/PB, no período de 2014 e 2017. O presente processo investigativo, fundamenta-se teórica e metodologicamente na perspectiva do materialismo histórico dialético marxista. Metodologicamente, tipifica-se como uma pesquisa documental de caráter analítico, crítico e comparativo dos dados de 100 fichas cadastrais dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP. Os resultados evidenciaram que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras fabris são sexo feminino (66%), com idade entre 31 a 50 anos (84%), inseridos predominantemente nos ramos calçadista (26%) e têxtil (20%).
Palavras-chave: Trabalho. Nova Organização. Adoecimento.

ABSTRACT: This study aims to critically analyze the current working conditions in time of the new work organization, marked by the flexible accumulation and the consequent process of sickness of the workers of the Industry branch attended at the Regional Reference Center on Worker Health (CEREST) in the city of João Pessoa / PB, in the period of 2014 and 2017. The present investigative process, is based theoretically and methodologically from the perspective of Marxist dialectical historical materialism. Methodologically, it is typified as a documentary research of an analytical, critical and comparative character of the data of 100 cadastre records of the workers attending the CEREST / JP. The results showed that the majority of factory workers are female (66%), aged between 31 and 50 years (84%), predominantly in the footwear (26%) and textile (20%) branches.
Keywords: Work. New Organization. Sickness.

[1] Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
[2] Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: blfalmeida@uol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo analisa a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a partir da categoria central o trabalho na nova organização, discutida à luz do processo de acumulação flexível e o consequente adoecimento da classe trabalhadora.

A proposta deste estudo decorreu do processo investigativo realizado na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (2015) que analisou as consequências das atuais transformações no mundo do trabalho sob a perspectiva do trabalho multifuncional, que incidem sobre os agravos à saúde do trabalhador e o comprometimento para o exercício do labor. Deriva da realização dos Estágios Supervisionados I e II, desenvolvidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST[3]/ João Pessoa, junto ao Núcleo de Acolhimento e Assistência.

Com o interesse investigativo de aprofundar e ampliar as análises em torno da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, optou-se em estudar a Nova Organização do Trabalho em torno de algumas categorias estratégicas de superexploração que compõem o Modelo de Organização Toyotista, a saber: a precarização, flexibilização, terceirização e multifuncionalidade do trabalho, e como esse atual processo de trabalho tem refletido negativamente na saúde da classe trabalhadora, ao provocar o adoecimento, com o comprometimento da capacidade laboral.

As atuais transformações no mundo do trabalho, que serão discutidas na construção deste estudo, decorrem da crise dos anos de 1970 que, conforme afirmam alguns autores, trata-se de uma crise sistêmica (NETTO, 2012), uma crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2009), pois afeta a totalidade do MPC que atinge desde o âmbito econômico, perpassando o político e social, além da destrutividade da natureza.

> Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. [...] esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 2009, p.13)

[3]O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - João Pessoa/PB desenvolve ações com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, cujas ações estão voltadas ao âmbito da promoção, prevenção, vigilância, assistência e reabilitação em Saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Suas respectivas respostas, como a reestruturação produtiva sob a égide da acumulação flexível, associada ao avanço tecnológico, com a eclosão da Terceira Revolução Industrial, a financeirização do capital e o aparato ideológico neoliberal determinam as bases do controle social, político e econômico do capitalismo contemporâneo.

2 O MUNDO DO TRABALHO EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO

No decorrer dos anos de 1970 e 1980, o capital desencadeou um processo de reestruturação econômica combinado de reajustes políticos e sociais, enquanto estratégias de recuperação do seu processo produtivo, enfraquecido pela crise do capitalismo de 1973. Como explanado neste estudo, esse período foi marcado pela crise do modelo de organização e acumulação taylorista-fordista, levando o sistema capitalista à adoção de um novo modelo de Organização de Trabalho, reestruturando o processo de acumulação de capital – o Toyotismo.

> O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexo essencial, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado. (ALVES, 2007,p.158).

As mudanças no mundo de trabalho em curso, que se instalaram desde a crise fordista da década de 1970 e com o advento das inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, que se intensificaram com a crise de 2007/2008 a partir do setor imobiliário nos Estados Unidos, referem-se às flexibilização dos vínculos empregatícios, relações contratuais e jornada de trabalho; à precarização da saúde dos trabalhadores; à agudização do processo de alienação das relações sociais, à ofensiva aos direitos trabalhistas e à organização política (sindical) dos trabalhadores. Nesse sentido,

> [...] a precarização das formas de organização do trabalho traduz as condições sócio-históricas atuais de reprodução do capital, fundamentado em uma organização mais complexa e flexível, substancial ao novo padrão de acumulação, no qual a força de trabalho, apesar de necessária ao capital, é por ela mesma desvalorizada e colocada em condições para que possa ser explorada ao máximo. (MARONEZE, 2011, p. 07)

Embora o trabalho precarizado seja um processo inerente ao modo de produção capitalista, cabe evidenciar que "[...] com o novo modelo de reorganização do capital, assumem uma forma mais ofensiva, principalmente com a retomada do pensamento neoliberal que prega

o desmantelamento da legislação social e de políticas voltadas à defesa e proteção social do trabalhador. ” (MARONEZE, 2011, p. 05)

A lógica flexibilizante se verifica, sobretudo, na jornada de trabalho, no tempo da produção (necessária e excedente) de valor. O tempo de trabalho é fator condicionante para o processo de acumulação do capital. A lei absoluta do MPC é a busca pelo valor excedente produzido pela força de trabalho, cujo valor é extraído durante a jornada de trabalho, o mais-trabalho não pago que fundamenta a exploração do trabalho.

As formas como são organizadas as jornadas de trabalho dependem da necessidade do acúmulo do capital, de como o capitalismo organiza as formas de extrair o mais-valor. Rígida ou flexível o trabalhador é condicionado à exploração, mas, a “[...] distribuição flexível até mais do que a rígida, exerce um efeito de fetiche, no qual o trabalho não parece estar presente e o valor tem todo chame de uma criação do nada.” (DAL ROSSO, 2017, p.104)

A redução da jornada de trabalho na lógica da acumulação flexível significa a intensificação do processo de trabalho, “[...] a intensificação laboral ocorre em razão inversa a jornada de trabalho. Quanto mais longa ela for, menor a rapidez de trabalho; quanto menor ela for, maior a aceleração”. (DAL ROSSO, 2017, p.106) Trata-se de flexibilizar a jornada de trabalho para garantir maior produtividade em um curto espaço de tempo. Ademais, a criação do mais-valor relativo[4], na realidade atual conta com o grande avanço tecnológico, e da colocação do trabalhador operador de mais de uma máquina (DAL ROSSO, 2017), de forma que associado a horários flexíveis resulta em maior quantidade de trabalho – a superexploração do processo de trabalho sob a égide da reestruturação produtiva.

Decerto, o mundo do trabalho sob a nova organização comandada pela lógica produtiva que exige flexibilidade em todos os níveis, institui uma intensificação da exploração com altos níveis de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões, desde o tempo do trabalho a um cenário do processo produtivo caracterizado pela informalidade, contrato temporário, intensificação do ritmo de trabalho, aumento da taxa de desemprego, competividade, rotatividade e multifuncionalidade no processo de trabalho.

O trabalho informal não é um fenômeno novo, porém o processo de inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, bem como o processo de reestruturação produtiva, o evidencia como tendência no atual mundo do trabalho, “[...] fica mais fácil negar

[4] A parte relativa da mais-valia se obtém através da diminuição do tempo necessário para a produção e, acrescenta-se no tempo excedente. É o aumento do tempo de trabalho excedente, sem a ampliação da jornada de trabalho, com a redução do valor da força de trabalho, intensificando o ritmo de trabalho (NETTO;BRAZ, 2011)

a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Essa forma de organizar a produção, ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta". (TAVARES, 2002, p. 50)

A informalidade do trabalho apresenta-se como uma resposta ao crescimento do desemprego estrutural, enquanto demanda do próprio processo de reestruturação produtiva. Nesse sentido, "[...] é a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, mediada pelos processos de terceirização, se articula diretamente ao capital". (TAVARES, 2002, p. 51)

Revela-se também como um fenômeno que garante a "autonomia" do trabalhador com relação ao processo de trabalho no Modo de Produção Capitalista, porém, traduz como uma estratégia de exploração, pois além de negar o a produtividade, destitui o trabalhador dos direitos trabalhistas, como o assalariamento formal, configurando-se como um processo de precariedade das condições de trabalho, descaracterizando o processo de assalariamento.

Enquanto consequências para a classe trabalhadora com essa nova forma de organização do trabalho, outra tendência da dinâmica da acumulação flexível, que fortalece a precariedade do trabalho, é a Terceirização. De acordo com Antunes e Druck (2013, p. 16), "[...] ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões."

O trabalho terceirizado tende a precarizar o processo de trabalho, uma vez que nessa forma de contratação tem-se a redução do salário, a rotatividade dos trabalhadores, a intensificação do processo de trabalho, o aumento dos riscos de acidente de trabalho, além da redução ou negação dos benefícios. Segundo Antunes e Druck (2013, p. 220), essas novas formas de organização de trabalho,

> [...] se evidencia(m), através da terceirização, condições de trabalho e salariais que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao de escravo, e em que a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados "terceiros", cuja denominação já revela a distinção ou a condição aparte, de fora, externa.

Com relação à realidade brasileira, o país encontra-se em um grande debate em torno do Projeto de Lei nº 4.330 de 2004 (agora PL 4.302/98), de autoria do deputado Sandro Mabel, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. "Art. 1º Esta Lei regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho

dele decorrentes, quando o prestador for sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa para a execução do serviço". (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2004, p. 1).

Compreendida como um ameaça aos direitos trabalhistas, essa Lei significa para o trabalhador o desmonte dos seus direitos trabalhistas, reconhecidos constitucionalmente, uma vez que libera a terceirização para a atividade-fim - o que não era permitido – ou seja, a sua regulamentação reflete negativamente nos salários dos trabalhadores que passarão a trabalhar mais, pautados na flexibilização, e ganhar menos, já que cada empresa irá retirar seu lucro. Outros impactos que recaem nas condições de trabalho dos trabalhadores terceirzados, referem-se aos serviços de refeições e ambulatoriais, que com a nova Lei de Terceirização, as empresas contratantes não são obrigadas a dispor de refeitórios e nem de serviços médicos aos trabalhadores terceirizados.

Outro fenômeno que imputa precarização ao processo de trabalho é a introdução do trabalhador multifuncional ou polivalente. De acordo com Dal Rosso (2017, p.117)," [...] a característica mais marcante do Toyotismo, e que o diferencia dos sistemas rígidos, é a aplicação prática do princípio da polivalência, pelo qual o trabalhador é flexível para realizar simultaneamente mais de uma tarefa."

O trabalhador multifuncional é aquele que desempenha múltiplas funções, relativas à sua área de trabalho ou não; o trabalhador multifuncional não fica alocado em um posto de trabalho específico, já que o seu método de trabalho está baseado na polivalência e na rotação de tarefas.

Nesse entendimento, o trabalhador multifuncional garante a empresa não só o aumento da produtividade, mas a eficiência da mesma, além de diminuir o número de trabalhadores contratados formalmente e os custos gerados pelo salário.

Em contrapartida, o exercício da multifuncionalidade exige do trabalhador um ritmo de trabalho mais intenso, muita pressão mental e física, dentre outras consequências, o que acarreta grandes riscos e danos à saúde. Afora esses influxos na saúde do trabalhador, cita-se ainda a instabilidade da garantia de direitos, tendo em vista os desvios de funções, sem aparatos legais que protejam o trabalhador na busca da garantia dos direitos trabalhistas. A multifuncionalidade do trabalho, segundo Antunes (2002), desespecializa o trabalhador qualificado, a fim de intensificar o processo de trabalho e diminuir o controle produtivo que tinha o trabalhador qualificado no ciclo da produção.

Ademais, a multifuncionalidade do trabalho conforma-se como uma categoria da superexploração do trabalho inerente ao modo de produção capitalista, em que há um aumento do ritmo do trabalho, e o consequente aumento da produtividade e o rebaixamento salarial.

O conjunto atual das mudanças no mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, que vem sendo analisado no decorrer deste estudo, tem penalizado significativamente a classe trabalhadora que se submete ainda mais às condições de exploração do sistema capitalista, com seus direitos negados e destituídos, além da ineficiência do sistema de proteção social que minimize os efeitos das condições precárias de trabalho e de vida, as quais os trabalhadores estão submetidos atualmente. Nesse sentido, o processo de flexibilização acarreta consequências desde os direitos dos trabalhadores à sua forma de organização enquanto classe.

Conforme discutido, as implicações das mudanças no mundo do trabalho pautadas na flexibilização, terceirização, informalidade e polivalência refletem diretamente na saúde do trabalhador, que passa a ter sua capacidade laboral comprometida ao se inserir em condições precárias de trabalho. Ao adoecerem, os trabalhadores tornam-se disfuncionais ao mercado de trabalho, pois, conforme Abramides e Cabral afirmam (2003, p. 07), " [...] a força de trabalho, considerada mercadoria básica no processo de produção capitalista, é requerida pelo mercado, mas lhe é exigido ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho[...]", e é consumida até o seu total desgaste

2.1 As condições de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP

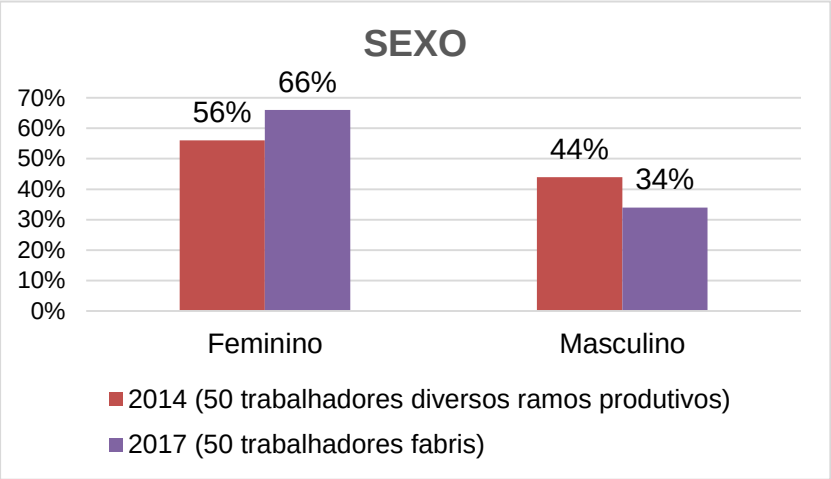
Passa-se a analisar criticamente como as atuais transformações no mundo do trabalho sob a Nova Organização do Trabalho, marcada pelo trabalho precário, flexível, terceirizado e polivalente têm incidido negativamente na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a partir da análise das condições de trabalho e o processo de adoecimento de 100 (cem) trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP, em 2017 e 2014. Cabe registrar que a pesquisa tem caráter comparativo entre 2014 e 2017, sendo 50 (cinquenta) Fichas correspondentes a 2014 e 50 (cinquenta) a 2017.

Com relação ao perfil dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, o gráfico abaixo indica uma significativa diferença percentual do sexo feminino nas duas pesquisas que pode ser explicada pelo aumento da figura feminina no mercado de trabalho. Os

resultados da pesquisa de 2017 demonstraram a predominância do sexo feminino com 66% (33).

Em 2014, os resultados da pesquisa realizada no CEREST/JP despontaram também que dentre as 50 (cinquenta) fichas cadastrais do trabalhador de diversos ramos produtivos, 28 (56%) eram do sexo feminino.

Gráfico 01- Sexo dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST. João Pessoa, 2014/2017. N=100.



Fonte:CEREST/SMSJP

O aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho é motivado tanto pela realização profissional, ou mesmo a necessidade em assumir a responsabilidade, enquanto chefes de família, quanto pelo interesse do capital que se dá pela apropriação das habilidades para algumas funções no ciclo produtivo em que as mulheres desempenham com mais facilidades que os homens.

Por se tratarem de trabalhadores e trabalhadoras fabris, atendidos no CEREST/JP, portanto, trabalhadores adoecidos. Os dados desse perfil indicam que a frequência de ocorrências do processo de adoecimento é maior entre as mulheres. Esse quadro deriva, principalmente, da dupla jornada de trabalho feminino, na qual as mulheres exercem atividades laborais dentro e fora do lar.

No que se refere a estratificação por faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, nos dados referentes à pesquisa de 2017 expressam que a maioria (84%) dos trabalhadores e trabalhadoras fabris têm entre 31 e 50 anos de idade.

Os resultados da pesquisa de 2014 expressam também que o perfil etário da maioria (72%) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP tinha entre 31 e 50 anos. Verifica-se, portanto, que predominante os trabalhadores e trabalhadoras atendidos no referido Centro entre 2014 a 2017 possuem entre 31 a 50 anos de idade.

Quanto à relação empregatícia dos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP no mercado de trabalho assinala a predominância dos empregados, com 84% em 2017 e 80% em 2014.Por outro lado, os dados da pesquisa de 2017 sinalizam que 16% dos trabalhadores e trabalhadoras fabris encontram-se desempregados. Na pesquisa de 2014, 18% estavam desempregados.

A maioria das funções realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP relaciona-se com o ramo industrial calçadista, uma vez que 26% vincula-se a uma empresa da indústria de calçados da Paraíba; seguidos do ramo têxtil (20%), além dos ramos alimentícios (14%) e cerâmicas (6%), entre outros ramos das industrias paraibanas.

No que tange a renda mensal dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP os dados indicaram que 76% (2017) e 70% (2014) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP recebem o valor de 1 (um) salário mínimo.

O fato de a renda mensal dos trabalhadores e trabalhadoras ser em torno de 1 salário mínimo mostra o quanto é precário o salário pago a esses trabalhadores, que exercem funções laborais diretamente relacionadas à criação do valor excedente, realizam atividades com maquinaria pesada e responsáveis pelo aumento da produtividade e garantia da qualidade total dos produtos. É uma renda mensal destinada a manutenção das suas condições de vida, e, por vezes, a única renda para o sustento familiar.

Com relação à carga horária, os resultados atestaram que, em 2017, a maioria (72%) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP trabalha entre 44 e 48 horas. Na pesquisa realizada em 2014 os resultados confirmaram que a maioria (88%) dos trabalhadores usuários do CEREST/JP trabalhavam entre 40 e 48 horas.

A jornada de trabalho, especificamente do trabalhador do chão de fábrica, mostra diante dos resultados uma jornada intensa, ao considerar as funções realizadas e o setor produtivo que evidencia um alto grau de produtividade. São mais que 8 horas diárias, um tempo de dedicação integral, exclusiva aos postos de trabalho. Esse contexto de horas trabalhadas duplica em relação à realidade do trabalho feminino que, conforme se demonstrou neste estudo, as mulheres executam atividades dentro e fora do lar, dentro e fora do espaço produtivo, mas garante fora dele também a reprodução de força de trabalho no âmbito familiar.

Os dados das pesquisas de 2014-2017 também revelaram que os trabalhadores fabris atendidos no CEREST/JP se encontram submetidos a precárias condições de trabalho, submetidos à insalubridade, expostos a agentes danosos à saúde. São trabalhadores e trabalhadoras submetidos durante a execução do labor, à intensificação do trabalho (88%), esforços físicos com levantamento de pesos e em posições inadequadas, além do trabalho repetitivo (90%) e trabalhos multifuncionais (62%).

Sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, elenca-se, a seguir, um quadro com os tipos de agravos à saúde mais frequentes.

Os agravos pertinentes ao grupo CID-10 das Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjunto, as Lesões do ombro (CID-10 M75.0 – M75.9) atingiram a maioria dos trabalhadores fabris usuários do Centro, caracterizando o agravo mais incidente entre os trabalhadores.

AGRAVOS Á SAÚDE	**CID-10**
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	M00-M99
Doenças do sistema nervoso	G00-G99
Doenças do aparelho respiratório	J00-J99
Acidentes no Trabalho	---

Fonte: CEREST/SMSJP

Quadro 01- Tipologia dos agravos/doenças segundo os trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP. João Pessoa, 2014/2017.

As Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjunto são agravos que relacionam com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras inseridos em um contexto de transformações no mundo do trabalho, com inserção de novas tecnologias e nova organização do trabalho que submetem os trabalhadores a execução de movimentos repetitivos, ritmos intensos, esforços pesados, em posições inadequadas, favorecendo o desencadeamento do processo de adoecimento. (SILVA, 2014)

São agravos que, em 2017, levaram ao afastamento de 74% dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP; no ano de 2014, devido aos agravos, 82% afirmaram estar afastados do exercício laboral.

O afastamento é a materialidade do esgotamento laboral dos trabalhadores e das trabalhadoras. Demonstra que o adoecimento que acometeu não é um processo reestabelecido do dia para a noite. É o desgaste que se intensifica a cada jornada de trabalho, a cada rotina diária de esforços que comprometem cada vez a capacidade laboral, impossibilitando o trabalhador de exercer sua rotina de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precariedade do trabalho na égide da acumulação flexível tem propiciado à classe trabalhadora, especificamente aos trabalhadores fabris, o desencadeamento de doenças que comprometem a capacidade laboral, haja vista que os agravos desenvolvidos a partir das condições precárias, são por vezes irreversíveis à saúde do trabalhador.

> O adoecimento laboral é expressão, no plano da singularidade humana, do processo de desefetivação do ser genérico do homem, que, nas condições da crise estrutural do capital, assume dimensão ampla e intensificada com a superexploração da força de trabalho. (ALVES *apud* PRAUN, 2016, p.130)

A pesquisa confirmou que o processo do adoecimento se relaciona com o precário, flexibilizante e polivalente processo de trabalho, pois de acordo com os resultados, os tipos de agravos mais evidentes entre os trabalhadores trabalhadoras foram as LER/DORT que, conforme aludido neste estudo, têm como condicionantes o trabalho repetitivo realizado pela maioria, desenvolvido de forma predominante sob ritmo intenso. Ademais, as condições precárias, polivalentes e multifuncionais de trabalho e o consequente processo de adoecimento levaram ao afastamento de 74% dos trabalhadores e trabalhadoras fabris.

Os trabalhadores e trabalhadoras fabris enfrentam a descartabilidade e substituição da sua força de trabalho por estarem adoecidos, cujos agravos foram acometidos durante o exercício laboral. O presente estudo observou ainda o desmantelamento dos direitos trabalhistas, com o adventos das reformas trabalhistas e as estratégias da nova organização do trabalho que denegam a CLT e a negação do direito à saúde com o desencandeamento de agravos relacionados ao trabalho

Diante desse contexto, a luta de classes torna-se imprescindível para barrar as ameaças às condições de trabalho e vida dos trabalhadores, oriunda de um projeto de acumulação destrutivo sem precedentes, cujos enfrentamentos desdobram-se na busca pela intervenção estatal no trato das desigualdades sociais elevadas a um patamar mais alto no contexto atual.

No campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora necessita ampliar as ações e disseminações voltadas a preservação e garantir a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras; pautar as reivindicações na efetivação dos direitos ao trabalho e a saúde; o fortalecimento do sindicalismo e a busca pelo reconhecimento da condição de humanidade, do ser de cada trabalhador que foi reduzido a mercadoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Regime de Acumulação Flexível e Saúde do Trabalhador.** São Paulo, 2003.

ALVES, Giovanni. **As Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios da Sociologia do Trabalho. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. O Fardo mórbido do tempo histórico do capital global. *In:* LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.). **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social:** estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas: Papel Social, 2016. p. 13-15

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra? *In:* **Revista TST.** Brasília, vol. 79, n° 4, out/dez 2013.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.330 de 2004**. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

DAL ROSSO, Sadi. **O Ardil da flexibilidade:** os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARONEZE. Luciane Francielli Zorzetti. **O Trabalho Docente na Perspectiva das Organizações Internacionais - Banco Mundial, UNESCO e CEPAL**: uma análise das recomendações e das tendências a precarização do trabalho. Disponível em: <congressoalast.com/wp-content/uploads/2013/08/182.pdf>

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009, p.14 -16

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.p. 221-230.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias.In:**RevistaServ. Soc. Soc**., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. (Arquivo PDF)

SILVA. Kleber José. **Saúde, Trabalho e Direito Social:** uma análise a partir dos usuários do centro regional de referência em saúde do trabalhador – João pessoa/PB. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: 2014. UFPB.

TAVARES. Maria Augusta. **Trabalho informal:** os fios (in)visíveis da produção capitalista.São Paulo: Cortez, 2004.p.50-60.

O SERVIÇO SOCIAL E A CATEGORIA TRABALHO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Michelle da Silva Sousa[1]
Millana da Nóbrega e Souza[2]

RESUMO:

Este escrito vem discutir as particularidades que existem nas relações dentro do mundo do trabalho, as quais são constitutivas do ser social pois, influenciam seu modo de vida e a relação com a natureza, bem como a inserção do Serviço Social enquanto uma categoria de especialização do trabalho. Essa incorporação do Serviço Social nas metamorfoses que ocorrem no mundo trabalho acontece devido as inúmeras relações antagônicas entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, as quais geram a "questão social", transformando-a em matéria-prima do trabalho do Assistente Social. Isso vai fazer com que esse profissional atue como mediador nessas relações conflituosas que existem na sociedade capitalista, procurando responder as demandas do capital, como também da classe trabalhadora por meio das políticas institucionais do Estado nos mais variados espaços sócio-ocupacionais. Desse modo, o Assistente Social enquanto trabalhador assalariado também vai sofrer os rebatimentos da doutrina neoliberal, que visa a liberdade de mercado absoluta e o mínimo de investimento possível no campo do social, intensificada nos séculos XX e XIX, cujas relações de empregabilidade se tornaram cada vez mais voláteis e flexíveis causando como consequências a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a terceirização, e a precarização das relações de trabalho, afetando diretamente na formulação e execução das políticas sociais devido o enxugamento dos gastos governamentais, deixando tais políticas sucateadas, precarizadas e focalizadas.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho. Metamorfoses. Serviço Social. Rebatimentos.

ABSTRACT:

[1] Aluna: Michelle da Silva Sousa. E-mail: michellesilvasousa20@gmail.com. Graduanda em Serviço Social (Universidade Federal de Campina Grande- UFCG)
[2] Aluna: Millana da Nóbrega e Souza. E-mail: millanasousa@hotmail.com. Graduanda em Serviço Social (Universidade Federal de Campina Grande- UFCG)

This paper discusses the particularities that exist in relationships within the world of work, which are constitutive of social being because they influence their way of life and the relationship with nature, as well as the insertion of Social Service as a category of specialization of the job. This incorporation of Social Service into the metamorphoses that occur in the world of work occurs due to the innumerable antagonistic relations between the fundamental classes of capitalist society, which generate the "social question", transforming it into the raw material of the Social Worker's work. This will cause this professional to act as mediator in these conflictual relations that exist in capitalist society, trying to respond to the demands of capital, as well as the working class through the institutional policies of the State in the most varied socio-occupational spaces. In this way, the Social Worker as a salaried worker will also suffer the refutations of the neoliberal doctrine, which aims at the absolute market freedom and the minimum investment possible in the field of social, intensified in the 20th and 19th centuries, whose employability relations became each more volatile and more flexible, resulting in the deregulation of labor rights, outsourcing and the precariousness of labor relations, directly affecting the formulation and execution of social policies due to the reduction of government expenditures, leaving these policies scrapped, precarious and focused.

KEYWORDS: Work, Metamorphoses, Social Work, Rebatimento

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo vem abordar a partir de um víes marxista e suas particularidades, a relação do mundo do trabalho e o seu desenvolvimento com o modo de produção capitalista, apresentando a relação a cerca dessa categoria que é constitutíva do ser social, em sua vinculação com a natureza para a partir de sua transformação dialética satisfazer suas necessidades. Além disso, esse processo que possibilitou o salto ontológico do ser social na capacidade de desenvolver as diversas formas de sociabilidade humana e os rebatimentos com a evolução do mundo trabalho.

Desse modo, partimos da supremacia essencial do mundo do trabalho, compreendendo a singularidade, a particularidade e sua universalidade, haja vista que, é essencial para entender

o processos de metamorfoses delineado pela dinâmica capitalista que delinearam novos contornos para o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Os assistentes socias inseridos na ordem burguesa, no marco da divisão sócio e técnica do trabalho, atuando na especialização do trabalho coletivo na condição de trabalhador assalariado, com o desenvolvimento do estágio capitalista em sua fase atual financeira, esse que é permeado por relações desiguais e explorátorias expressos e materializados no agudizamento das expressões da "questão social", intensificado pela barbárie do neoliberalismo nos séculos XX e XIX no mundo.

Esses rebatimentos no trabalho e consequentemente na sobrevivência do homem, com a volta do neoliberalismo ocasionou em sérias consequências como a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a terceirização, e a precarização das relações de trabalho. Todas essas mudanças incidem no trabalho profissional em suas mediações, requisitando do assistente social utilizar-se do seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico- operativo, em buscar de afastar-se de conhecimentos "aparente" e imediatista que se expõe dentro da lógica do capital, agindo de maneira crítica para intervir para a resolução da demanda.

Portanto, todo esse processo que o assistente social é submetido tem em sua base o projeto ético-político, no direcionamento social da categoria, na legítimação de direitos e deveres socias. No entanto, a uma dificuldade imposta pela hegemonia neoliberal da sociedade do capital que influencia a intervenção do assistente social por meio de políticas públicas do estado necessárias para as demandas da popula

O MUNDO DO TRABALHO E SUAS METAMORFOSE

Iniciaremos a discursão sobre o processo de fundamentos, que busca fundamentalizar a profissão do Serviço Social e o mundo do trabalho, e nesse contexto que daremos início a discursão categoria trabalho e a relação com a natureza.

Para Marx apud Netto e Braz (2012) , à uma relação fundamental entre o homem e a natureza, que ela é exercida e concretizada a partir das transformações de materiais naturais que atendem ás necessidades individuais e coletivas dos grupos sociais. Marx ainda ressalta que o trabalho não é apenas uma atividade especifica de homens na sociedade, mas possibilitou o processo histórico pela qual no salto ontológico surge, o ser social.

> (...) o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996, p. 297)

Logo, a relação trabalho e natureza é concretizada a medida em que o homem a modifica, ou seja, a natureza sem mediação do trabalho humano é caracterizada pelo estado puro, a medida em que o homem exerce o trabalho, ela estaria comprometida na ontologia de Marx, entendo essa transformação em um processo dialético. Nesse sentindo, o homem tendo apenas a sua força de trabalho para a sua sobrevivência, com o surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista, as atividades que eram apenas pautadas na satisfação das necessidades, passam agora a serem determinadas por valores, esse denominados de valores de uso e valores de troca.

O mundo do trabalho na sociedade capitalista é atravessados por inúmeras relações antagônicas entre as classes fundamentais, na qual o projeto hegemônico burguês prevalece na exploração da força de trabalho por parte do proletariado, haja vista que o trabalho se tornou uma mercadoria rentável a acumulação do modo de produção capitalista.

As metarmorfoses ocorrida na categoria trabalho nos estágios do capitalismo monopolista e que se intensifica nos séculos XX e XXI revelam as condições de degradação constante que a classe trabalhadora é submetida para sua reprodução social. Segundo Antunes apud Rodrigues (2015) essas metamorfoses é resultante das inovações no modelo de produção implementados como soluções para o enfrentamento da atual crise do capital e tem como principal efeito o desemprego, como ressalta o autor

> O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego desestrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais

> velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2007 APUD RODRIGUES 2015)

O novo redesenho da divisão internacional do trabalho imposto trouxe inúmeras consequências e em particular a empregabilidade da classe trabalhadora, visto, que para além de uma era informacional com o incremento do trabalho morto realizado pelo maquinário em detrimento do trabalho vivo, as relações de empregabilidade se tornaram cada vez mais voláteis e flexívies pautados no just-in-time, kaban, programas de qualidade total, que ocasionam a terceirização e a subcontratação cada vez mais do assalariado.

Desse modo o processo de acumulação capitalista tem como consequências a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a terceirização, e a precarização das relações de trabalho, que exacerbam as diversas multifacetas das expressões da "questão social". É nessa conjuntura que vamos discutir a seguir a inserção do Serviço Social no mundo do trabalho.

O SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO

O Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, está intrisecamente relacionado ao modo de produção capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas. Com o agudizamento da "questão social" pela intensa industrialização, é exigido da classe operária o reconhecimento desta e não mais como caso de polícia. O reconhecimento do Estado a partir de intensas lutas sociais, possibilitou a institucionalização da profissão que se caracteriza como um tipo de especialização do trabalho coletivo na sociedade, tendo em vista que, esse participa da (re)produção das relações sociais contraditórias entre capital x trabalho.

Devido a esse antagonismo, a "questão social" que é fruto das relações conflituosas entre o capital x trabalho vai tornar-se matéria-prima do trabalho profissional, onde esse atua como mediador das relações antagônicas das classes fundamentais, a medida que dá resposta ao capital, como também a classe trabalhadora.

> [...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe

> trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p. 75).

Nesse sentido, apesar de se constituir como uma profissão de caráter improdutivo e abstrato, o profissional se ultiliza por meio de diversos instrumentos para a especialização do seu trabalho nos mais variados espaços sócio-ocupacionais na inserção da divisão do trabalho.

> Ou seja, não é um trabalho que prescinde de formação intelectual, como é o caso daquele de perfil manual. Ao contrário, exige diplomação superior, é legislado e fiscalizado por órgãos públicos e associações dos próprios pares. É uma profissão. Isto significa, em termos clássicos, competência técnica especializada e cientificamente reconhecida, deontologia de serviço e utilidade pública e consequentemente autonomia técnica (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.117)

Desse modo, apesar de ser uma profissão dotada de autonomia técnica, na qual essa na prática é relativa, tendo em vista que sua atuação por meios dos serviços públicos sofre condicionamentos objetivos dos contextos onde atuam, e além disso cumpre funções como qualquer trabalhador assalariado.

Logo, é nessa perspectiva que a intervenção do assistente social por meio das políticas institucionais do estado intervém nas demandas da população. É necessário ressaltarmos o papel do Estado na reprodução das relações sociais, que de acordo com Netto (2011) sendo este o comitê executivo da burguesia, age no estabelecimento da ordem dos interesses dominantes, mas também por meio de políticas públicas focalistas, precarizadas, e seletivas atende apenas os minimos sociais para a reprodução da classe trabalhadora.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar os rebatimentos do capitalismo nas alterações no mundo do trabalho respaldadas pelo ideário neoliberal na realidade brasileira, a partir da década de 1970 que iniciou a contrareforma do Estado.

NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

O processo de reestruturação produtiva do instaurado pelo capital diante da crise do modelo taylorista/fordista, instalou novas formas de acumulação para a manutenção do controle do seu projeto hegemônico. Esse novo padrão toyotista instaurou várias transformações no

mundo do trabalho repercutindo na organização da classe trabalhadora, haja vista, que diferentemente da rigidez do antigo padrão, nesse a flexibilização e precarização ao trabalho submetem a classe trabalhadora a superexploração.

O novo redesenho da divisão internacional do trabalho imposto por esse modelo trouxe inúmeras consequências e em particular a empregabilidade da classe trabalhadora, visto, que para além da era informacional com o incremento do trabalho morto realizado pelo maquinário em detrimento do trabalho vivo, as relações de trabalho se tornaram cada vez mais voláteis e flexívies pautados no just-in-time, kaban, programas de qualidade total, que ocasionam a terceirização e a subcontratação cada vez mais do assalariado.

Essas novas relações trabalhistas são pautadas em acordos que objetivam a produção, assiduidade, redução de custos e parâmetros de qualidade, com vistas no aumento da produtividade e da competitividade mercadológica. Este processo significa insofismavelmente em aumento da intensidade do trabalho, que inclusive incidem nos acidentes de trabalho que se configura na dinâmica do capitalismo como responsabilidade do trabalhador individualmente, que estaria se comportando com insegurança, retirando os problemas de segurança das fábricas, empresas, absorvendo esta reponsabilidade das condições gerais dos ambientes de empregabilidade do trabalho.

Dessa forma, essa nova sociabilidade do capital permeada por políticas neoliberais nas relações socias e trabalhista nas desregulamentação dos direitos, seja pela flexibilidade ou precarização das condições dos postos de trabalho que desencadeia diversas sequelas com o aumento da desigualdade social, pela intensa pobreza que se apresenta dentro do cenário neoliberal que no Brasil nos anos de 1990, por meio de uma Reforma do Estado, que foi traduzido na redução dos serviços públicos, com o enxugamento dos gastos governamentais.

Assim, essa conjuntura reflete diretamente na formulação e execução das políticas públicas brasileiras, as quais são uma expressão concreta das demandas do “cidadão”, e o assistente social sendo um executor terminal dessas políticas situa-se em meio a precarização, o sucateamento, e a focalização através dos serviços sociais, que ganha um nova dimensão com a desresponsabilização do Estado e a responsabilização da sociedade.

Portanto, toda as transformações ocorridas no mundo do trabalho tem fortes impactos no Serviço Social, sendo este um trabalho coletivo especializado e inserido na divisão sócio-

técnica do trabalho, na atuação por meio de políticas públicas a responder as diversas expressões da "questão social" que se agudizam no contexto de barbárie do neoliberalismo.

CONCLUSÃO

Partindo desta análise, procurou-se demonstrar a intrínseca relação do Serviço Social e o mundo do Trabalho, haja vista que, as metamorfoses do mundo do trabalho intensificada nos séculos XX e XIX desencadeia e aumenta o processo de agudização da "questão social" por meio do desenvolvimento das forças produtivas e a intensa industrialização, tornando-se necessário a intervenção nas variadas expressões da "questão social", requisitando a atuação de um profissional para intervir nas consequências desse processo por meio de políticas institucionais, mediando as relações entre as classes antagônicas.

Com isso, para se fazer uma mediação dentro dessas relações, é necessário fazer uma análise crítica e reflexiva acerca da realidade que está posta para o assistente social, pois a mediação não se dá de forma rápida e fácil, visto que desenvolver uma mediação numa perspectiva empirista, é como apoiar a fatalidade e imediaticidade dos fatos. Então, quando o assistente social desenvolve a instrumentalidade dentro da perspectiva da imediaticidade, o profissional corre um risco muito maior de errar, principalmente quando são demandas que expressam a necessidade de um estudo mais apurado daquela realidade.

Sendo assim, o Serviço Social para poder enfrentar minimamente as expressões da "questão social", vai criar projetos na tentativa de atender as necessidades das classes antagônicas e de certa forma apaziguar os conflitos entre elas. Neste intuito, nasce o projeto ético-político do Serviço Social onde se vincula a um projeto societário que propõem a construção de uma nova ordem social. Este projeto busca a socialização da participação política e também, a socialização da riqueza socialmente produzida. Visa também que o profissional possua uma postura investigativa constante, se articulando com os segmentos profissionais que partilhem das mesmas propostas e que priorize uma nova relação sistemática com os usuários dos serviços prestados.

Logo, o assistente social norteado pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como também por meio do código de ética de 1993 e do projeto profissional, vai fortalecer a sua intervenção na busca por uma nova sociedade igualitária e com maior justiça e equidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital.** Pág. 138- 152. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018

MARX, Karl. **O capital- volume 1, livro 1- cap. V - Processo de trabalho e processo de Valorização**. Editora Nova Cultural Ltda. Edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

NETTO, José Paulo. **Economia política : uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012 – (Biblioteca básica do serviço social ; v. 1)

RODRIGUES,Theresa Rachel Mendes da Silva**. Metamorfoses do mundo do trabalho: reflexos na agroindústria canaviera piauiense**. 2015. Disponível em : <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/metamorfoses-do-mundo-do- trabalho-reflexos-na-agroindustria-canavieira-piauiense.pdf > Acesso em : 07 de Agosto de 2018

DE CARVALHO, Márcia Helena. O Serviço Social como Trabalho: afirmação que ainda provoca debates no interior da profissão. Disponível em: < http://cress-mg.org.br/ hotsites/Upload/Pics/45/45362b02-bd65-405d-95d4-d8a37de5c2f1.pdf> Acesso em : 08 de Agosto de 2018

PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB ENTRE OS ANOS 1980 A 2010

Lucicleide Cândido da Silva[1]
Angela Kaline da Silva Santos[2]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[3]

RESUMO: O presente estudo analisa a produção do conhecimento no Serviço Social a partir das influências hegemônicas da Modernidade à emersão da ofensiva pós-moderna. Especificamente, intenta examinar as Dissertações de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB, vinculadas à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social defendidas de 1982 a 2010. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Embasa-se nos fundamentos da teoria social crítica marxista com o uso da metodologia do estado da arte. A pesquisa revelou que as inflexões pós-modernas na produção do conhecimento através das dissertações de mestrado geradas no PPGSS/UFPB ainda são tênues, se considerar a hegemonia dos estudos investigativos macrossocietários, cujas categorias temáticas são analisadas na perspectiva da totalidade advinda do método da teoria social crítica marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do conhecimento, Serviço Social, Modernidade e Pós-Modernidade.

ABSTRACT: The present study analyzes the production of knowledge in Social Service from the hegemonic influences of Modernity to the emergence of the postmodern offensive. Specifically, it tries to examine the Academic Master's Dissertations of the Graduate Program in Social Work of the UFPB, linked to the area of Theoretical-Practical Foundation of Social Service defended from 1982 to 2010. It is a bibliographical and documentary research. It is based on the foundations of Marxist critical social theory with the use of state-of-the-art methodology. The research revealed that the postmodern inflections in the production of knowledge through the masters dissertations generated in the PPGSS / UFPB are still tenuous, considering the hegemony of macro-society research studies,

[1] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: Lucicleidec1@gmail.com.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: s.social.angela@gmail.com.
[3] Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Email: blfalmeida@uol.com.br.

whose thematic categories are analyzed from the perspective of totality derived from the theory method social criticism.

KEYWORDS: Knowledge production, Social Service, Modernity and Post-Modernity.

INTRODUÇÃO

Este processo investigativo analisa a produção do conhecimento na área do Serviço Social, gerada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB), em torno das influências hegemônicas do Projeto de Modernidade à emersão da ofensiva pós-moderna. Tipifica-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, metodologicamente, fundamentada no estado da arte mediante o uso dos instrumentos e técnicas quantitativos e qualitativos. O estado da arte processou-se através do uso de três indicadores: áreas de conhecimento, categorias temáticas e autores.

A metodologia do estado da arte, possibilitou identificar os diferentes objetos investigativos que permeiam a história da produção do conhecimento no PPGSS/UFPB desde o ano da sua implantação (1978) até 2010, bem como verificar a articulação existente entre às produções (Dissertações) do referido Programa com a processualidade histórica que se faz presente no contexto da sociedade brasileira, sobretudo no campo do Serviço Social, a partir da crise do capitalismo, cujo impacto incidiu na produção do conhecimento da profissão através das ideologias pós-modernas. Assim, ao mapear os objetos de estudo do Serviço Social contribuiu para apreender as atuais inflexões das transformações societárias advindas da citada crise do capitalismo e os seus rebatimentos na profissão.

Na fase da coleta de dados, aplicou-se, metodologicamente, a pesquisa eletrônica junto aos sítios do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), a Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES); o acervo da Biblioteca Central e Setorial da UFPB; além do Catálogo das Dissertações do PPGSS/UFPB.

Analisar as produções do PPGSS/UFPB possibilitou deslindar o que foi estudado em cada período, a razão do aparecimento de diferentes objetos em cada período histórico, bem como atestar as similitudes e particularidades.

Nessa perspectiva, a pesquisa indica como objetivo geral analisar a produção do conhecimento na área do Serviço Social, gerada no PPGSS/UFPB, em torno das influências hegemônicas do Projeto de Modernidade à emersão da ofensiva pós-moderna. Especificamente,

objetivou identificar e examinar as Dissertações de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB, defendidas nos anos de 1982 a 2010, e vinculadas à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Para tanto, fundamentou-se nos traços hegemônicos do pensamento moderno e das influências do movimento pós-moderno no atual pensamento social e os seus rebatimentos na produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, em nível de Dissertações de Mestrado do PPGSS.

O projeto societal moderno instala-se na Sociedade Ocidental a partir do século XVIII, cuja inspiração volta-se aos ideais revolucionários da sociedade burguesa. Não obstante, o ciclo histórico das crises do capitalismo coloca em xeque o projeto societal moderno, sendo a atual crise estrutural, a que mais impactou cujas transformações societárias impingem a Pós-modernidade.

Em torno do debate polêmico que permeia o entendimento de Pós-modernidade, Silveira Júnior (2016, p. 1) assevera: "Numa primeira aproximação, a qualificaríamos como um conjunto de determinadas atitudes culturais, um repertório determinado de atitudes perante a cultura e a política ou um movimento intelectual que se sustenta numa referência crítica ao legado da modernidade, particularmente, do iluminismo [...]".

Para a Pós-modernidade, a superação dos problemas sociais oriundos do atual estágio capitalista não parte da coletividade, ou seja, do projeto coletivo construído da luta de classes. No campo das Ciências Sociais e Humanas, os impactos da ideologia pós-moderna se firmam através da ofensiva ao marxismo, sobretudo, na tese de que o materialismo histórico dialético não consegue mais pensar a realidade de modo a responder as novas necessidades sociais. Em outros termos, o discurso da Pós-modernidade assevera o esgotamento do Projeto de Modernidade (Lyotard, Derrida e Foucault) e das metanarrativas do marxismo por não darem conta das questões contemporâneas da humanidade.

Ao considerar a relevância que as produções teóricas de uma determinada área de conhecimento representam para a construção da identidade profissional, é importante salientar que o presente estudo investigativo perquire verificar as implicações das pesquisas realizadas em torno da produção de conhecimento em Serviço Social para o seu projeto profissional na atual conjuntura da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se pertinente a adoção do método materialista histórico dialético para discutir a processualidade histórica que perpassou e, que ainda perpassa a profissão.

2. A CONJUNTURA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1980 A 2010: as transformações societárias derivadas da Crise do Capitalismo Contemporâneo e as suas inflexões no Serviço Social

A crise do capitalismo tardio na década de 1970, a qual derivou da estagnação financeira em nível mundial, afetando em primeira instância, os países da Europa e depois se alastrou por outras partes do mundo, reflete no Brasil a partir de meados dos anos 1980. No entanto, o trinômio neoliberal - focalização, privatização e descentralização - ganha maior evidência na realidade brasileira nos anos 1990, dando continuidade nos anos 2000, cujos impactos estão presentes até os dias atuais.

Em outros termos: as inflexões dessa crise do capitalismo expressam-se em estratégias para o seu enfrentamento que incidem sob a ótica do neoliberalismo mediante a reestruturação do capital mundializado, acumulação flexível, precarização do trabalho, desproteção social, agudizamento da "questão social", barbárie social, dentre outras. Em razão de a sociedade brasileira conviver entre os anos 70 e 80 um processo de efervescência política frente à crise de governabilidade da ditadura militar, os influxos da crise do capitalismo são sentidos, sobretudo, na década de 1990 com a implantação e consolidação do Estado Neoliberal nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e atravessando os governos petistas (Lula e Dilma), embora para alguns teóricos, a Era Petista, compreendida pelos governos de Lula e Dilma (2003-até os dias atuais), adquira novas configurações, como o neodesenvolvimentismo. Ainda que a agenda neoliberal tenha sido adotada por países do 1º Mundo (Estados Unidos e Inglaterra), foram os países periféricos, os maiores afetados por tais transformações, a exemplo do Brasil.

Os anos de 1990 representaram para o Brasil um período de transformações nas relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, onde as bases de proteção social, outrora construídas através de lutas de classes antagônicas, iniciam um processo de modificações representadas pelo desmonte de direitos sociais que apresenta um quadro de crescimento ao passar dos anos.

No contexto dos anos 2000 na América Latina, e no Brasil, não foi diferente, vivenciou a acedência dos governos considerados progressistas, que criam planos e projetos alicerçado em um novo desenvolvimentismo, mesclando o desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento social, intitulado de neodesenvolvimentismo.

> O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos "positivos" do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de descriminação contra o capital internacional – com os aspectos "positivos" do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR, 2012, p.679).

A década de 2000, demarcada pela continuidade dos influxos derivados dos anos 1990, é perpassada pela política regressiva dos direitos sociais universais, contrarreformas, privatizações, precarização do trabalho e desestruturação da seguridade social, bem como caracterizada pelo triunfo do Partido dos Trabalhadores (PT), que promove a ampliação das políticas compensatórias, para enfrentar o agravamento das expressões da "questão social".

As inflexões da crise do capitalismo tardio sobre o agravamento das desigualdades sociais confluem sobre o Serviço Social, sobretudo, na intervenção profissional no atendimento de novas demandas sociais e na produção do conhecimento, marcadas pela ofensiva pós-moderna.

O processo de produção do conhecimento em Serviço Social nos anos 1980 demarca-se pela aproximação à teoria social crítica marxiana e marxista, que culminou no movimento intelectual chamado por José Paulo Netto (1990) de *"intenção de ruptura*". Segundo esse autor, a *intenção de ruptura* aos substratos conservadores da racionalidade moderna ocorre com a adoção da teoria social marxista, materializando o Projeto de Modernidade através da explicitação crítico-racional da sociedade burguesa. Decerto, a incorporação do legado da razão dialética marxista vai embasar o processo de *maturidade intelectual* da categoria profissional dos Assistentes Sociais (GUERRA, 2011), o que possibilitou o desenvolvimento da produção do conhecimento no Serviço Social, hegemônico até a atualidade, independente da ofensiva pós-moderna nos últimos anos.

A discussão dos resultados desta pesquisa fundamenta-se nesse contexto conjuntural e seus influxos no Serviço Social que dimanam novos desafios, dentre elas, a investida do discurso pós-moderno. As inflexões da Pós-modernidade se espraiam no Serviço Social, tanto na profissão como na produção do conhecimento, uma vez que colocam em xeque o seu projeto político, que emergiu no interior da profissão durante a década de 1980, mediante a sua aproximação com a teoria social crítica.

3. INDICADORES DE ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

A pesquisa revelou um universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas de 1982 a 2010. Desse universo, 183 (78,2%) inserem-se na área de concentração de Política Social, enquanto apenas 51(21,8%) investigam os objetos de estudo relacionados à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Em razão deste processo investigativo se direcionar à análise das Dissertações de Mestrado, vinculadas à Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB, este estudo se atém a analisar as 51 (cinquenta e uma) Dissertações defendidas nos anos de 1982 a 2010.

Os eixos analíticos das Dissertações de Mestrado Acadêmico, defendidas no PPGSS/UFPB na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social passam a ser discutidos à luz de três indicadores: temáticos, áreas do conhecimento e autorais.

As categorias temáticas que perpassam a área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social, cuja direção social que orienta a profissão "[...] tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8662 de 07/06/93)". (YAZBEK, 2009, p. 18)

Tabela 01: Frequência de ocorrências dos objetos de estudo das Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016/2017.

Indicadores Temáticos /Objetos de estudo	***1980***		***1990***		***2000***		***Total***	
	n	*%*	*n*	*%*	*n*	*%*	*N*	*%*
Prática Profissional	05	**21**	09	**37**	10	**42**	24	**46**
Formação Profissional	02	**20**	04	**40**	04	**40**	10	**19**
Trabalho do/a AS	-	**00**	01	**14**	06	**86**	07	**13**
Exercício Profissional	01	**20**	-	**0**	04	**80**	05	**10**
Estágio Supervisionado	01	**33**	-	**0**	02	**67**	03	**06**
Identidade Profissional	02	**100**	-	**0**	-	**0**	02	**04**
Trabalho em Lukács	-	**0**	01	**100**	-	**0**	01	**02**
Total	11	**100**	15	**100**	25	**100**	51	**100**

Fonte: UFPB/ CCHLA/PPGSS, 1982-2010.

Quanto aos dados correspondentes às análises comparativas dos indicadores das áreas temáticas, comprova-se que a maioria dos objetos de estudo investigados concentrou-se na temática da *Prática Profissional*, com 46% (24) das 51 obras, seguindo-se de *Formação*

Profissional com 19% (10 obras), *Trabalho do/a Assistente Social* com 13% (07 Dissertações), *Exercício Profissional* com 10% (05 Dissertações), *Estágio Supervisionado* com 6% (3 obras), *Identidade Profissional* com 4% (02 Dissertações) e, por fim, *Trabalho* em Lukács, com apenas uma obra (2%).

É importante considerar que a inserção do Serviço Social no processo investigativo de temáticas vinculadas à Fundamentação Teórico-prática significou um campo profícuo para a produção do conhecimento, embasada no contexto histórico das novas demandas, expressas pelas transformações societárias e suas inflexões nos âmbito econômico, políticos, social e ideológico derivadas do contexto conjuntural da crise do Capital que se amplia entre os anos de 2000 a 2010.

Ao abordar as temáticas da área da Fundamentação Teórico-prática a partir do viés marxista, o Serviço Social afirma-se enquanto área do saber oriundo de ferramentas intelectuais de caráter teórico e político capaz de contribuir com a contestação das expressões ideológicas pós-modernas que na conjuntura contemporânea, com a crise do modo de produção capitalista a partir dos anos de 1970, se fazem presentes na profissão nos dois campos que se imbricam na atuação do Serviço Social: a área de produção de conhecimento e os espaços de intervenção.

Conforme Silveira Junior (2016, p. 168), o atual lastro conservador que perpassa a sociedade se reatualiza no Serviço Social a partir das ideologias pós-modernas que surgem como um "tema espinhoso" à profissão. Para esse autor, as implicações da cultura pós-moderna no Serviço Social na conjuntura atual de crise capitalista tendem a aportar nas matrizes teórico-políticas que alicerçam o seu projeto profissional.

> A pós-modernidade persiste como um tema espinhoso para o Serviço Social brasileiro. A elucidação dos fundamentos e filiações intelectuais pós-modernos requer a cuidadosa apreciação-quase nunca simples – de uma literatura concebida numa polêmica constante, aberta ou velada, com as matrizes teórico-políticas que alicerçam o projeto profissional do Serviço Social, forjado no amplo movimento de recusa do lastro conservador predominante desde suas origens. Todavia, as dificuldades não se mostram apenas no plano ideoteórico; elas se "alicerçam historicamente" nas modalidades concretas de produção e reprodução social vigentes no período de "crise e reação burguesa", transbordando, ademais, para esfera dos embates hegemônicos classistas.

Nesse caso, "[...] reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento é também enfrentar o discurso que desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos sociais, adjetivando-a de "produção acadêmica descolada das necessidades da prática

profissional". (MOTA, 2013, p. 1) Quanto à resistência do Serviço Social às influências pós-modernas no campo teórico e prático da profissão, Mota (Id. Ibid.) assevera:

> Sem desconhecer os desafios práticos operativos da profissão, e reafirmando meu ponto de vista sobre a sua condição de área do conhecimento, penso que esta dimensão, presente no Serviço Social brasileiro, particulariza-se como resistência ideológica e teórica ao conservadorismo intelectual no Brasil dos anos 2000, em face das ideologias pós-modernas e da regressão e do esforço de apagamento da razão crítico-materialista e dialética nas ciências humanas e sociais.

Quanto ao indicador de áreas de conhecimento, verifica-se que à área mais incidente foi a de *Serviço Social*, com 70% (36) do total de 51 Dissertações analisadas. Conforma-se com uma incidência majoritária coerente, uma vez as produções analisadas vinculam-se à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social. Mas, questiona-se também o fato de o Serviço Social não ser a área de conhecimento dominante nas 51 Dissertações pesquisadas, posto que essas produções se vinculam à área de Fundamentação do Serviço Social, conforme se atesta na Tabela 02:

Tabela 02: Frequência de Ocorrências das áreas de conhecimento das Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	***1980***		***1990***		***2000***		***Total***	
	n	**%**	**n**	**%**	**n**	**%**	**N**	**%**
Serviço Social	9	25	11	31	16	44	36	**70**
Educação	2	34	2	33	2	33	6	**12**
Saúde	-	-	1	33	2	67	3	**6**
Filosofia	-	-	1	50	1	50	2	**4**
Direito/Direitos Humanos	-	-	-	-	2	100	2	**4**
Gestão de Recursos Humanos	-	-	-	-	2	100	2	**4**
Total	11	100	15	100	22	100	51	**100**

Fonte: UFPB/CCHLA/PPGSS, 1982-2010.

A incidência de 70% na área de conhecimento do Serviço Social pode ser explicada pela crescente presença dos assistentes sociais frente às políticas sociais, potencializando, dessa forma, o número de produções nessa área. Seguem-se as áreas de *Educação* com 12% (06 obras) das ocorrências e de *Saúde*, com 3 (6%). Registram-se às áreas de *Filosofia*, *Direitos/Direitos Humanos* e *Gestão de Recursos Humanos*, todas com apenas 4% (02 obras) das indicações.

No que tange os indicadores autorais, esses indicadores analisam os autores mais citados nas 51 Dissertações de Mestrado, pesquisadas na área de concentração Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB no recorte temporal de 1982 a 2010, com o total de 544 citações de 11 autores com até 20 citações, conforme indica a tabela 3 abaixo:.

Tabela 03: Frequência de Ocorrências dos autores mais citados nas Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

INDICADORES AUTORAIS								
AUTORES MAIS CITADOS	**Décadas**						**Total**	
	1980	**%**	1990	**%**	2000	**%**	N	**%**
NETTO, J. P.	-	**-**	33	**26,0**	87	**26,3**	120	**22,0**
IAMAMOTO, M. V.	7	**8,0**	19	**15,0**	87	**26,3**	113	**20,8**
ALMEIDA, B. L. F.	-	**-**	27	**21,2**	34	**10,3**	61	**11,2**
FALEIROS, V. P.	28	**32,2**	12	**9,4**	16	**5,0**	56	**10,3**
GRAMSCI, A.	17	**19,6**	7	**5,6**	20	**6,0**	44	**8,0**
MARX, K.	8	**9,2**	17	**13,3**	16	**5,0**	41	**7,6**
IANNI, O.	7	**8,0**	4	**3,1**	14	**4,2**	25	**4,6**
GUERRA, Y.	-	**-**	1	**0,8**	22	**6,6**	23	**4,2**
SILVA, Mª. O. S.	-	**-**	6	**4,8**	15	**4,5**	21	**3,9**
FREIRE, P	20	**23,0**	-	-	-	-	20	**3,7**
BRAVO, Mª. I. S.	-	**-**	1	**0,8**	19	**5,8**	20	**3,7**
TOTAL	87	**100**	127	**100**	330	**100**	544	**100**

Fonte: UFPB/CCHLA/PPGSS, 1982-2010.

Esses resultados apontam que dentre o universo das 544 citações dos 11 autores mais recorridos, destacam-se *José Paulo Netto*, com incidência de 22% (120) e *Iamamoto* com 20,8% (113). Decerto, esses dois autores são as duas maiores expressões literárias e intelectuais do Serviço Social brasileiro e em países latino americanos. Seguem-se os demais autores: *Almeida* com 11,2% (61), docente e orientadora do PPGSS; *Faleiros* com 10,3% (56); ainda citam-se *Gramsci, Marx* e *Ianni* com incidências próximas; além de *Guerra* e *Silva*, com outros percentuais aproximados.

Por fim, citam-se os autores com menor frequência no universo das 544 citações, a saber: *Freire e Bravo*. Justifica-se a baixa incidência dos citados autores, a exemplo de Paulo Freire, considerado um autor muito estudado na área de Serviço Social, sobretudo, no contexto dos anos 1980. Entretanto, nas décadas subsequentes, processa-se a adesão recorrente no Serviço Social da corrente filosófica marxiana e marxista para analisar as dimensões do projeto profissional e outros fundamentos. Quanto à tênue incidência de citações de Maria Inês de Souza Bravo na área de concentração da Fundamentação Teórico-Prática, justifica-se por essa autora ser mais aludida na área de Política Social, especialmente, na Política de Saúde.

Em razão de essa investigação proceder à comparação das Dissertações defendidas no recorte temporal de 1982 a 2010, vinculadas à área de concentração de Fundamentação, passa-se a apresentar a abordagem analítica quantitativa dos resultados desta pesquisa no tocante aos indicadores autorais nas três décadas, a saber: 1980, 1990 e 2000.

No balanço comparativo dos indicadores autorais mais referenciados entre 1982 a 2010, assinala-se *Ricardo Antunes*, que não está referenciado nos dados da Tabela 03, entretanto, esse autor se encontra entre os mais citados nas Dissertações defendidas no período de 2000 a 2010, com 19 frequências do universo de 330 citações; nos anos 1990 com 05 citações; e, nos anos 1980 apenas uma citação. Chama-se atenção para o fato desse autor, nos anos 2000, ter se destacado entre os autores mais lidos na área de Serviço Social, em razão dos estudos sobre o Mundo do Trabalho, sobretudo, com a obra intitulada *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, publicado em 1985. No ano de 2015, foi lançada a 15ª edição comemorativa aos 20 anos dessa obra. Nas palavras do autor: “Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atinge não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e [...] afetou sua forma de ser”. (ANTUNES, 1985, p.15)

Os dados da Tabela 03 apontam para a gritante contradição: o autor Karl Marx, cujas obras são basilares para a totalidade das produções, vinculadas a Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social desde os anos 1980, apresenta um incidência abaixo da média de citações, com 41(7,6%). Esses resultados surpreendem em razão de o Serviço Social possuir um projeto de formação profissional inspirado em Marx e na tradição marxista.

Segundo Netto (1989, p. 97), a aproximação do Serviço Social ao legado marxista realizou-se "[...] sob exigências teóricas muito reduzidas - as requisições que a comandavam foram de natureza, sobretudo ideopolítica, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução". Essa constatação de Netto indica que a aproximação do Serviço Social à tradição

marxista ainda se apresenta de forma "enviesada", não ficou no passado, nos idos de 1980, mas continua até os dias atuais. A quase totalidade das Dissertações vinculadas à área de Fundamentação Teórico-prática assinala adotar o referencial teórico critico marxista, mas, não recorre às obras de Marx e Engels, quando muito, essas produções fazem referência a autores como Gramsci e Lukács, além de autores marxistas do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento. Nesses casos, a citação a Marx não se dá na leitura direta de suas obras, mas, na reinterpretação de outros autores.

Evidencia-se ainda na análise da Tabela 03 que, como exceção de um autor que não é marxista, os demais 10 autores mais citados nas Dissertações, no período de 1982 a 2010, afora o próprio Karl Marx, são marxistas. Esses resultados revelam que mesmo inserida em um contexto societal, marcado pelas fortes influências do pensamento pós-moderno, a produção do conhecimento do Serviço Social ainda se embasa majoritariamente, na ótica da totalidade marxista, embora com aproximações problemáticas.

Acrescenta-se ainda que da listagem de autores citados, a maioria dos autores vincula-se à área do conhecimento em Serviço Social. Assinalam-se ainda a citação de autores ligados à área da Pesquisa Social e Metodologia do Trabalho Científico, como: Minayo, Chizzotti, Gil, Severino, Triviños, Bardin e outros.

A análise dos indicadores autorais também possibilitou constatar a indicação de autores com viés pós-moderno ou mesmo pós-moderno, por incorporarem em suas discussões os "novos" aportes teórico-metodológicos de base neoconservadora, dimanados da ofensiva pós-moderna. Essa constatação é ainda insignificante estatisticamente, nas Dissertações de Mestrado do PPGSS no período de 1982 a 2010. São autores que se afirmam nas variadas expressões da Pós-Modernidade, dentre os quais, citam-se: Boaventura de Souza Santos, Zigmunt Bauman, Jean-François Lyotard, Edgar Morin, Christophe Dejours, Serge Moscovici, Manuel Castells, dentre outros.

Os autores que defendem a Pós-Modernidade em suas obras, adotam a concepção ahistórica da realidade social, descolada da noção de tempo e espaço, passado e presente, singular e universal. Desse modo, "[...] é possível concluir que na ambivalência da pós-moderna a oposição à razão é feita mediante a articulação entre um irracionalismo pautado na intuição e uma racionalidade formal, limitada às dimensões intelectivas" (CANTALICE, 2013, p. 5)

Com base nos dados referentes aos indicadores autorais, observa-se que mesmo diante de um quadro conjuntural marcado pela inserção do pensamento pós-moderno na produção do

conhecimento em Serviço Social, os pensadores marxistas ainda são prevalentes na pesquisa e, consequentemente, na produção do conhecimento no Brasil.

4. CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, o Serviço Social, ao longo dos anos 1980 a 2010, muito avançou na produção do conhecimento e na construção de uma cultura profissional "[...], assumindo uma direção social e estratégica em seu papel profissional, que aponta para: a compreensão do real como totalidade histórico-concreta [...]." (CANTALICE, 2013, p. 1)

Os resultados desta pesquisa indicam que as inflexões pós-modernas na produção do conhecimento através do estado da arte das dissertações de mestrado defendidas no PPGSS/UFPB entre os anos 1980 a 2010 ainda são tênues, se considerar a hegemonia dos estudos investigativos macrossocietários, cujas categorias temáticas são analisadas na perspectiva da totalidade derivada do método da teoria social crítica marxista. Os autores mais referenciados nas citadas dissertações fincam suas bases históricas, teóricas e metodológicas no legado marxista, embora sem grande aproximação à tradição marxiana, afirmando assim a hegemonia do projeto da Modernidade.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**.** São Paulo: Cortez, 1985.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As Inflexões do Pós-moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013. (Tese de Doutorado)

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *In*: **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível pela Internet: www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/2141/1607

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. *In*: **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n.esp. p.17-27, 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO, José Paulo O Serviço Social e a tradição marxista. *In*: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p. 672-68, 2012.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. *In:* **Temporalis**, v. 31, p. 167-187, n. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In:* **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

GT 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS, SUJEITOS E PROCESSOS COLETIVOS

ESTADO CAPITALISTA E REVOLUÇÃO PASSIVA: uma análise gramsciana do caso brasileiro

Ana Karoline Nogueira de Souza[155]
Cláudia Maria Costa Gomes[156]

RESUMO

Este trabalho apresenta parte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, que tem como objetivo principal analisar a particularidade da formação do Estado burguês Brasileiro, verificando se esse processo caracteriza-se pelo conceito gramsciano de revolução passiva. Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se constituíram tardiamente, como é o caso do Brasil. Nesses casos, a dominação da classe burguesa se impõe de forma autoritária, desorganizando e absorvendo continuamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional. Essa pesquisa baseia-se na perspectiva crítica de análise da realidade, possui o caráter qualitativo, de tipo bibliográfica. A partir das aproximações ao objeto supomos que, o processo de constituição de um Estado burguês no Brasil, por meio de uma modernização pelo alto, desdobra-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos, com uma crescente desorganização desses últimos.

Palavras-chave: Estado. Revolução Passiva. Capitalismo brasileiro.

ABSTRACT

This work presents part of an ongoing Master's study, whose main objective is to analyze the particularity of the formation of the

[155] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Bolsista CAPES/ CNPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET/UFPB/CNPq) e do Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político de Antonio Gramsci (UFPB/CNPq). E-mail: karolns10@hotmail.com
[156] Orientadora. Professora Associada da UFPB vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET). E-mail: <claudiac_gomes@hotmail.com>.

Brazilian bourgeois state, verifying if this process is characterized by the Gramscian concept of passive revolution. This type of modernization by the high is characteristic of the states that were established belatedly, as is the case of Brazil. In these cases, the domination of the bourgeois class imposes itself in an authoritarian way, disorganizing and continually absorbing the leadership of the subaltern classes in the state apparatus, preventing them from having greater expression in national politics. This research is based on the critical perspective of reality analysis, it has a qualitative, bibliographic type. From the approximations to the object we suppose that the process of constitution of a bourgeois state in Brazil, through a modernization from above, unfolds in the relation that happens to be established between the ruling class and the subalterns, with a growing disorganization of the latter.

Keywords: State. Passive Revolution. Brazilian Capitalism.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET), vinculado ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFPB,[157] intitulada *Revolução Passiva e Estado Capitalista: uma análise gramsciana do caso Brasileiro nos anos 1930-1945.*

A hipótese que orienta esse trabalho parte da suposição de que o movimento da revolução de 1930 no Brasil propiciou a constituição de um Estado burguês característico de uma revolução passiva, desdobrando-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos. Diante disto, trata-se de perquirir os elementos da conjuntura histórica e política que informam as determinações da problemática desse estudo.

Com o objetivo de extrair os elementos necessários a uma aproximação ao nosso objeto de estudo, buscaremos empreender uma análise histórico-política delineando a gestação da formação do Estado brasileiro, com base na via da revolução passiva. Esse estudo busca elucidar a relação entre o aparelho de Estado, as classes dominantes e as classes subalternas, buscando compreender como se estabelecem os mecanismos de desorganização das classes que colaboram para a manutenção da dominação.

[157] Em interface com o Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político de Antônio Gramsci, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB.

Esse trabalho consiste em fazer uma leitura da singularidade desse momento da constituição do Estado burguês Brasileiro, retomando elementos que já foram analisados outrora por estudiosos da formação social Brasileira, evidenciando os possíveis aspectos que ficaram obscuros. Dito isto, nas páginas que se seguem, busca-se elucidar os elementos fulcrais dessa proposta de pesquisa, com a finalidade de subsidiar a compreensão da problemática que se quer perseguir.

2. A FORMULAÇÃO GRAMSCIANA DO ESTADO INTEGRAL

Analisando a concepção gramsciana de Estado em relação aos estudiosos anteriores ao seu tempo[158], percebe-se que o marxista italiano inaugura uma nova abordagem em torno do Estado Integral.

No CC *6*, podemos encontrar algumas formulações de Gramsci referentes ao conceito de Estado, entre estas, apresenta-se pela primeira vez a concepção de Estado integral no §88, sob a seguinte fórmula,

> Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, CC 6, § 88, p.244).

Compreende-se que em Gramsci aparecem duas análises em torno do Estado: uma no sentido mais específico, identificando - o com o governo e uma nova formulação mais alargada,

[158] Nos teóricos do Jusnaturalismo (Hobbes, Locke e Rousseau), compreende-se que existem dois modelos de Estado que não se relacionam simultaneamente, mas é um posterior ao outro. 1º) "Estado de natureza": os indivíduos vivem de acordo com os seus interesses naturais, e por isto são livres e iguais, mas são isolados. Esse ambiente é analisado como ameaça aos sujeitos por Hobbes e parece de forma pacífica para Locke e Rousseau. 2º) " Estado civil": os indivíduos vivem de acordo com a razão e as regras estabelecidas para a conduta. Colocando-se numa via contrária a essa compreensão, o pensamento de Hegel representa a ruptura com essa tradição jusnaturalista, uma vez que não considera a relação contratual na sociedade como determinante para a origem do Estado. Desse modo, Hegel apresenta uma elaboração mais elevada no tocante ao direito natural, que se apresenta como crítica a toda a tradição jusnaturalista que já foi descrita, desde Hobbes até Rousseau, superando os seus antecedentes. Hegel não considera a vontade da maioria como vontade geral, refutando a concepção de democracia burguesa. Para uma explicação mais aprofundada Cf. HOBBES, T. *Leviatã*. In: WEFFORT, F. *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2006.; LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001; ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2001; HEGEL, G.W.F. *A sociedade Civil*. IFCH/ UNICAMP, Textos Didáticos nº 21, setembro/2000.

de modo que não se restringe ao âmbito político, mas incorpora de maneira dialética a Sociedade Civil. Esta é formada pelas instituições responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, tais como: igrejas, sindicatos, escolas, partidos políticos, organizações profissionais, etc. e a Sociedade Política, que assume a forma própria do Estado, é constituída pelos mecanismos através dos quais a classe dominante exerce a repressão e a violência. Dessa forma, o exercício de poder do Estado é mediado por essas duas esferas.[159]

Esse processo de alargamento da base Estatal apresenta-se como um elemento fundamental para subsidiar a compreensão da forma de dominação que a classe burguesa assume nessa instituição. É justamente na relação entre sociedade política e sociedade civil que se encontra a sua base de sustentação, numa combinação entre coerção e consenso.

A questão do Estado está intrinsecamente relacionada à formulação do conceito Gramsciano de Hegemonia. Nos termos do próprio autor,

> O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também "dirigente".(GRAMSCI, CC 19, §24, p.62-63)

A partir dessa categoria Gramsci lança as bases para a compreensão dos processos da constituição do poder de uma classe social. Nesse sentido, a classe dominante dirige os seus aliados e domina os inimigos inclusive assumindo a tarefa de desorganização política desses setores.

É de suma importância afirmar que em Gramsci o Estado se constitui como uma instituição contraditória e conflituosa, a qual permite que a classe burguesa exerça uma

[159] Essa elaboração gramsciana do conceito de Estado integral vai ser analisada posteriormente pelos seus intérpretes[159] assumindo uma nova nomenclatura, embora permaneça o sentido original no seu conteúdo. Nesse sentido, essa concepção adquire a formulação de "Estado ampliado" na leitura da francesa Christine Buci-Glucksmann. Nas palavras da própria autora, "É verdade que, no curso de seu trabalho, Gramsci distinguirá progressivamente dois conceitos de Estado, ou mais precisamente dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. [...] O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade [...]" (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.127-128)

dominação sobre a classe trabalhadora. Apenas com a construção de uma "ideologia orgânica" a esta classe é que acredita ser possível realizar uma revolução no sentindo de libertar essa classe da dominação burguesa. Assim, "[...] A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado" (BIANCHI, 2006, p. 48).

Ao fazer referência à relação entre o Estado e a Sociedade Regulada, Gramsci indica que,

> O argumento, porém, não deixa de ter valor: ele só pode ser democrático nas sociedades em que a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política for entendida dialeticamente (na dialética real e não só conceitual) e o Estado for concebido como capaz de ser superado pela "sociedade regulada": nesta sociedade, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à "sociedade regulada", na medida em que absorve ambas em si, para superá-las (e não para perpetuar sua contradição), etc. (GRAMSCI, CC 6, §65, p.230)

Desse modo, considerando o processo que resultaria no fim do Estado, como foi mencionado anteriormente, também desaparece o conflito entre as classes sociais fundamentais. A superação do Estado só ocorre na Sociedade Regulada, que em Gramsci se caracteriza como uma sociedade sem Estado, como algo que definha e se extingue.

No processo de apropriação do Estado pelo bloco histórico[160] burguês e a sua consolidação, sem que ocorra um processo revolucionário para este alcance, faz com que a referida classe mude o seu horizonte de luta por meio de uma adesão a ideologia pertencente ao Estado de forma passiva.

Para Gramsci, o Estado ampliado se constitui na conjugação de uma sociedade política (Estado-coerção) com uma sociedade civil (Estado consenso, ou seja, terreno do exercício da hegemonia). Acentuava também o papel dos integrantes dos aparelhos privados de hegemonia,

[160] "[...] bloco histórico, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos." (GRAMSCI, CC 13, § 10, p.26). Gramsci imprime uma leitura muito particular ao conceito de bloco histórico do Francês Georges Sorel, indicando que: "A estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. [...] O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)." (GRAMSCI, CC 8, §182, p. 250). Cabe ainda elucidar que as formas de compreensão em torno do conceito de bloco histórico expressam diferenças entre os intérpretes de Gramsci. Por um lado é entendida como o resultado das alianças de classes e por outro lado como uma totalidade constituída entre a estrutura e a superestrutura.

os chamados "intelectuais orgânicos", na função de estruturadores de uma visão de mundo alternativa ou hegemônica.

Desse modo, não há oposição entre sociedade civil e Estado em Gramsci, pois todos os aparelhos privados de hegemonia no terreno da sociedade civil, [...] encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões." (FONTES, 2010, p. 136).

Assim, o Estado é entendido como o espaço por excelência de exercício do poder político e que está à subserviência dos interesses de uma classe social específica, no exercício de sua dominação. Outrossim, também é considerado como um espaço de correlação de forças e que não está isento dos embates da luta de classes.

A integração dos principais elementos que compõe o Estado permite a visualização da sua intervenção na vida social. É a partir da formação dos Estados nacionais que se inaugura o processo de reflexão e de busca de compreensão da sua estrutura e funcionamento. Portanto, a compreensão do Estado na sua essência, impulsiona novas dúvidas no tocante às estratégias utilizadas pela classe burguesa para alcançar a hegemonia desse aparato. Cabe-nos aqui a tentativa de desvelar esses processos realizando as mediações necessárias para uma melhor elucidação.

3. A VIA PASSIVA DA FORMAÇÃO DO ESTADO BURGUÊS BRASILEIRO

As discussões formuladas em torno da problemática de uma revolução burguesa, não realizada de maneira jacobina no sentido gramsciano de revolução ativa, apresentam-se como consenso na literatura que se produziu com o objetivo de compreender a formação social brasileira desde o século XX. É certo que a compreensão que se alcança é que esse movimento criou uma Burguesia nacional que era inexistente anteriormente.

O que se evidencia nas análises que tratam dessa problemática em estudo é que o desenho das relações entre as classes sociais hegemônicas brasileiras assume um novo contorno a partir da crise econômica de 1929, que funciona como uma espécie de catalisador da correlação de forças na luta de classes.

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2013), o que acontece no processo decorrente da crise de 1929 e que desencadeia com a revolução em 1930 é uma crise de hegemonia. Desse modo,

> [...] estabelecendo-se o chamado "Estado de compromisso", que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e **estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento**. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.160, grifo nosso).

Assim, o que se quer problematizar nesse trabalho é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma "modernização pelo alto" e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador da organização dos setores subalternos.

A partir dos últimos trinta anos do século XX, os intelectuais vinculados à tradição marxista se debruçaram para interpretar a singularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, passando a utilizar como aporte teórico as elaborações de Lênin e de Gramsci. As fórmulas explicativas utilizadas para os casos da Rússia e da Itália, respectivamente, sob a denominação de "via prussiana" e de "revolução passiva", ofereceram os subsídios para a explicação da transição para o capitalismo pela "via não-clássica[161]". Trata-se de fértil debate teórico e histórico sobre o conceito de capitalismo tardio.

Por via prussiana entenda-se o processo por meio do qual,

> conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga "superestrutura"; nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifúndio liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelo democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamenteiros de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas. (LÊNIN. 1982, p. 10)

Nesse sentido, pode-se dizer que para Lênin a via prussiana caracterizava um tipo específico de desenvolvimento do capitalismo que não passa por rupturas revolucionárias. A burguesia emergente vai se integrando às classes hegemônicas do antigo regime, conservando as velhas relações de dominação e exclui as camadas populares.

[161] Entende-se por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado pela realização de uma reforma agrária. Entre os estudos sobre a realidade brasileira, nesse período, essas categorias se apresentavam conjuntamente nas análises de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira.

Com esforço de síntese no que se refere às categorias de via prussiana e via passiva, Coutinho (1988) indica que a chave de explicação pela "via-prussiana" se detém aos aspectos da infraestrutura e não possibilita uma compreensão efetiva dos elementos da superestrutura. Enquanto a via passiva concentra-se no elemento da superestrutura, com destaque para o âmbito político, subsidiando as análises do caminho brasileiro para o capitalismo.[162]

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de transição da república velha (1889-1930) no Brasil, aconteceu conservando as velhas oligarquias no poder, de modo que a burguesia emergente não rompe estruturalmente do ponto de vista das classes hegemônicas. O que se coloca como elemento fulcral desse estudo é o pacto de classes que se realiza no movimento "revolucionário" de 1930 e que resulta na consolidação do Estado burguês. Em outros termos,

> [...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. [...] Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das "especificidades particulares" da expansão do sistema. Ao contrário da revolução burguesa "clássica", a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo "clássico" a crise é na totalidade da economia e da sociedade. (OLIVEIRA, 2006, p.63)

O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (1987) de Florestan Fernandes, constitui-se uma das principais análises sobre a formação da sociedade brasileira. Trata-se de uma caracterização do processo histórico das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram desde o início da consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira. E as condições da dominação burguesa foi determinada pela oligarquia, tal como explica o autor:

> […] entre choques de conflitos de interesse da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, e é nele que repousa o que se

[162] Entre as explicações que foram elaboradas para elucidar essas categorias, com base na tradição marxista, Gramsci considera o significado do conceito de estrutura de maneira histórica e não especulativa, como sendo "[...] o conjunto das relações sociais em que os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da 'filologia' e não da especulação." (GRAMSCI, CC 10, §8, p. 296). Desse modo, por superestrutura compreende-se que "[...] as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas a não ser como herança da inércia e de passividade: elas são geradas não por 'partenogênese', mas pela intervenção do elemento 'masculino' – a história- a atividade revolucionária que cria o 'novo homem, isto é, novas relações sociais" (GRAMSCI, 2011, p.195).

> poderia chamar de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia 'tradicional' (ou agrária) e como oligarquia 'moderna' (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão da dominação burguesa (FERNANDES, 1987, p. 209).

Esse processo histórico de formação do capitalismo no Brasil é marcado pela passagem de uma economia majoritariamente agrário-exportadora para uma economia industrial. Desse modo, em razão da necessidade de aprofundamento do capitalismo, esse momento é marcado pela constante readaptação das formas de espoliação dos trabalhadores e das estratégias de dominação política.

O que fica evidente é a combinação histórica entre os elementos velhos e novos para a conformação do capitalismo industrial. Noutros termos,

> [...] a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. (COUTINHO, 1988, p.106).

Nos Estados que se constituíram através de uma modernização pelo alto - fenômeno concebido por Gramsci como "revolução passiva" - a dominação de classe é mais autoritária, isto é, ela desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional.

Nesse sentido, para compreender as particularidades do processo que resultou na composição de um Estado burguês no Brasil, coloca-se como prerrogativa o estabelecimento das mediações necessárias que configuram tal quadro e não uma leitura mecânica dos acontecimentos nacionais. A exemplo disso é importante considerar as relações políticas fragilizadas que se constituem e se perpetuam.

Os estudos sobre a realidade Brasileira apontam que a modernização do Estado, por meio da qual se configurou efetivamente um Estado burguês, ocorreu mediante um processo histórico e dialético entre a permanência e a mudança. Isso implica que, do ponto de vista político e das relações sociais decorrentes desse acontecimento, remete a uma interpretação gramsciana da revolução burguesa brasileira como revolução passiva, a exemplo do caso da Itália no período do *Risorgimento* Italiano.[163]

[163] Nas notas carcerárias verifica-se que Gramsci não restringe a categoria *revolução passiva* para a explicação do momento da unificação do Estado Italiano e da sua configuração como Estado burguês. Mas, também foi utilizada

Desse modo, uma leitura do Brasil será subsidiada pela via passiva, uma vez que tal categoria qualifica um tipo específico de revolução burguesa, marcada pela ausência de iniciativa popular. Uma vez que se tem percebido esse tipo de revolução acontecer com mais frequência no que se convencionou chamar de periferia do capitalismo.

A conjuntura do período entre 1930-45 no Brasil é marcada por essa conformação, com a consolidação do Estado novo e o processo de industrialização da economia. Esse momento também foi caracterizado pela efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Em decorrência desse processo, outro elemento marca o quadro das relações estabelecidas entre a classe dominante e os subalternos, acontece uma redefinição na relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais. O Estado passa a intervir com a finalidade de garantir a reprodução da hegemonia burguesa, por meio da repressão aos trabalhadores e a desorganização política dos movimentos políticos, ao tempo em que cria um aparato de legislação trabalhista. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013)

Portanto, nosso objetivo é extrair os elementos de estrutura e conjuntura, capazes de revelar quais as estratégias de dominação no Brasil e os seus mecanismos de desorganização das classes subalternas que conformam a relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil.

No Brasil, assim como no caso Italiano, não se verificou no momento de formação de uma burguesia no poder do Estado, o protagonismo decorrente da unificação das camadas populares. No entanto, percebe-se que o progresso aparece como resultado da reação dos dominantes ao subversivismo esporádico e elementar dos grupos subalternos, atendendo certa parte das exigências dessas camadas populares. Ou seja, "[...] uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagônica." (DEL ROIO, 2009, p.100)

No tocante ao papel do Estado, as notas escritas no CC 15 §59 do indicam um fenômeno de grande importância para o conceito de revolução passiva, Gramsci diz "[...] que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o 'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática." (GRAMSCI, CC 15, §59, p.329)

---

para esclarecer acontecimentos como o Fascismo e no âmbito da produção como o caso do Americanismo-fordismo.

Nesse sentido, considera-se que o Estado estaria na condição de subserviência da classe dominante. Mas, deve-se atentar para o fato de que nas notas carcerárias Gramsci evidencia o pensamento que uma classe deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante. Nos termos do autor,

> [...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem "Terror", como "revolução sem revolução", ou seja, como "revolução passiva", para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, CC 19, § 24, p. 63).

Assim, a classe revolucionária precisa está unificada e formar um *front* antes mesmo de ascender ao poder, processo este que não aconteceu com as massas populares no *Risorgimento*, possibilitando que a revolução burguesa no caso Italiano ocorresse sem o uso da força armada e sem o elemento jacobino popular.

Essa formação do Estado Burguês no Brasil assumiu contornos particulares, unindo na mesma cena: burguesia agrária e industrial. Combina-se velhos e novos elementos da produção, extinguindo-se a violência física a qual o trabalhador do campo era submetido, a espoliação assume um caráter novo nas bases capitalistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessas aproximações ao objeto que foram supramencionadas, verificamos que o processo de formação de um Estado a partir de uma revolução burguesa que não ocorre de maneira revolucionária, mas ao contrário modernizam-se pelo "alto" – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – Gramsci caracteriza-o como uma revolução passiva.

Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se modernizaram tardiamente, como é o caso do Brasil, não se restringe apenas a Itália. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

Apresentados os elementos que possibilitam a compreensão das relações que se desenvolveram no Brasil, do ponto de vista político e econômico, após a constituição do que se

nomina de uma classe burguesa interna, é evidente que esses processos assumem uma particularidade. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

O que se evidencia é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma "modernização pelo alto" e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador dos setores subalternos.

Através da unificação entre as velhas e as novas classes burguesas, sem a participação massiva dos subalternos, o elemento insurreicional jacobino foi isento desse processo revolucionário. Simultaneamente, como elemento da revolução passiva, a classe dominante realiza concessões para o atendimento de parte das reivindicações dos subalternos, que resulta no reforço da passivização desses setores, para além da consciência política.

Portanto, considera-se que o movimento dialético entre a inovação e a conservação, bem como a revolução-restauração que foi realizada no Brasil, constitui uma nova identidade nacional. Pois, semelhante à realidade Italiana, os arranjos realizados pelas burguesias internas vigentes forjam o caráter passivo da formação do Estado burguês.

REFERÊNCIAS

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 123-156.

BIANCHI, Álvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.23, n.23, 2006. p: 34-57.

COUTINHO, C.N . "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

DEL ROIO, Marcos T. **A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva** In GUADALUPE, Sueli L.; SILVA, V. P. & Miler, S. (Org.) *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações.* Marília. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, Editores, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1987.

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 v.

IAMAMOTO e CARVALHO. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão Dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GT 5 – SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

CONSERVADORISMO ANALÍTICO: pós-modernidade e Serviço Social

Palloma Maria Gomes Jácome[164]
Bernadete de Lourdes, Figueiredo de Almeida[165]

RESUMO: O conservadorismo enquanto traço constitutivo e constituinte da sociedade capitalista, expressa a necessidade de reproduzir uma determinada concepção de mundo condizente com o imperativo da acumulação e manutenção da ordem. A pós-modernidade, de acordo com alguns autores, vem apresentando-se como um movimento que ganha notoriedade, a partir da idade áurea do capitalismo, em que negam a historicidade dos fatos e afirmam que esta posta a crise dos paradigmas – onde a teoria crítico-dialético não consegue mais explicar as transformações ocorridas na sociedade. Assim, o presente ensaio propõe uma discussão breve sobre o pensamento pós-moderno e suas implicações para do Serviço Social, - visto que este movimento revela-se como uma verdadeira armadilha para o retorno do conservadorismo na profissão, compondo os debates e dilemas enfrentados pelo Serviço Social na contemporaneidade.
PALAVRAS CHAVES: Conservadorismo. Pós- Modernidade. Serviço Social.

ABSTRACT: Conservatism as a constitutive and constituent trait of capitalist society expresses the need to reproduce a certain conception of the world that is consistent with the imperative of the accumulation and maintenance of order. Postmodernity, according to some authors, has been presenting itself as a movement that gains notoriety, since the golden age of capitalism, in which they deny the historicity of the facts and affirm that this crisis poses the paradigms - where the theory critical-dialectic can no longer explain the transformations that have taken place in society. Thus, the present essay proposes a brief discussion of postmodern thought and its implications for Social Service, - since this movement proves to be a real trap for the return of conservatism in the profession, composing the debates and dilemmas faced by Social Service in contemporary times.
KEY WORDS: Conservatism. Postmodernity. Social Work.

[164] Mestranda em Serviço Social do Programa de pós-Graduação em Serviço social da Universidade Federal da paraíba (UFPB). Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC).
[165] Doutora em Serviço Social. Docente do programa de Pós-Graduação em Serviço social da Universidade Federal da paraíba (UFPB).

1 INTRODUÇÃO

O processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil dá-se vinculado às expressões do pensamento conservador, a exemplo da Doutrina Social da Igreja Católica, do Positivismo, do Funcionalismo. Neste sentido, a dimensão interventiva do Serviço Social dá-se estreitamente vinculada aos interesses da burguesia, a fim de preservar a ordem capitalista na perspectiva de adequar o indivíduo ao meio social, à condição de explorado, de resignado condicionalidade que justifica a presença das referidas correntes teóricas conservadoras, ao longo da trajetória histórica da profissão.

É somente, a partir do final da década de 1960, que o Serviço Social, a partir do processo de Renovação Profissional e, de modo específico, da perspectiva da "intenção de ruptura", como denomina Netto (2007), que tem-se a possibilidade de ruptura com o monopólio da matriz conservadora na profissão. Tal possibilidade advém da aproximação e aprofundamento com o pensamento social de Marx, o que possibilita aos assistentes sociais a análise da sociedade através da luta de classes e um repensar sobre o exercício profissional nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional. Contudo, o solo sócio-histórico das denominadas "transformações societárias" e, por conseguinte, suas determinações para o Serviço Social parecem conformar um solo "fértil" para o retorno e intensificação de traços conservadores da profissão.

Numa tentativa de compreender a sociedade capitalista e suas relações sociais em tempos de transformações societárias, busca-se nesse espaço (com certa ousadia) levantar e discutir de forma apenas aproximada o retorno do conservadorismo pela "pós-modernidade" e seus rebatimentos na profissão.

O estudo do tema é tecido em terreno polêmico e de contradições, em que a discussão do movimento pós-moderno, é considerado como heterogêneo e funcional à "lógica cultural do estágio contemporâneo do capitalismo" (Netto, 1996).

Assim, o presente artigo tem o objetivo amadurecer as discussões realizadas nas aulas de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da UFPB/2018. A relevância da temática encontra-se na necessidade que temos de compreender a realidade sob a ótica totalitária, em sua essência, onde a teoria crítica se revela capaz de desvendar o real. O método crítico-dialético é de extrema importância para o Serviço Social, na medida em que sua direção social - ao ter como pressuposto a apreensão de categorias que exprimem um modo de vida de

"indivíduos humanos vivos" (MARX & ENGELS, 2009, p. 34) – está voltada para aqueles se encontram oprimidos por essa sociabilidade capitalista, para os quais está voltada o olhar profissional, seja ele na prática em si ou na realização de pesquisas de nível acadêmico, que, com base em seu projeto Ético-Político, não se contenta com a forma que está organizada essa sociedade.

2 O PENSAMENTO PÓS-MODERNO E SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL

Os desdobramentos das transformações societárias ocorridas em todo o mundo levam alguns teóricos a determinar o fim de Modernidade, mais precisamente na idade áurea do capitalismo, - representada como um grande divisor de águas entre o final da década de 1960 para início dos anos 70 – onde não se deve neste momento histórico perder a sensibilidade da compreensão da totalidade e identificar não uma era "pós-moderna", mas um processo de continuidade e descontinuidade próprio do capitalismo.

Baseado nas considerações de Wood (1999) alguns intelectuais marxistas, situam a "pós-modernidade" numa condição histórica, como uma fase do capitalismo contemporâneo, em que a ação política provoca mudanças nas áreas sociais, culturais e materiais da sociedade, entretanto, "pós-modernismo" diz respeito a outra discussão. O "pós-modernistas" prendem-se ao que podemos tratar como singular, - a linguagem, cultura e 'discurso', rejeitam a categoria "totalizante" do conhecimento e os valores "universalistas", bem como a emancipação humana apreendida pelo marxismo. Desta forma, segundo a autora supracitada, os pós-modernistas enfatizam a 'diferença', identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade: suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e 'conhecimentos' particulares incluindo mesmo ciências especificas de alguns grupos étnicos. (WOOD, 1999, p.12).

Caracterizando-se assim, a "crise de paradigmas" – a superação das teorias sociais, das abordagens pautadas na totalidade e na visão macrossocial, - este fenômeno se dá de acordo com Netto (1996), devido à lógica de consumo, a banalização e a imediaticidade da vida social, e o autor, ainda, acrescenta que "a distinção clássica entre essência e aparência é desqualificada. O efêmero, o molecular, o descontínuo, tornam-se pedra - de - toque da nova 'sensibilidade': dado na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de 'totalitarismo'" (NETTO, 1996, p. 97).

A crise dos paradigmas relaciona-se aos modelos clássicos de conhecimento da realidade e, em especial, ao marxismo, onde profetiza-se o fim do pensamento marxista,

insinuando ser um modelo determinista e insuficiente para captar e explicar as novas tendências da sociedade, que aparecem no símbolo, na subjetividade, no imaginário, nas relações sociais, além de ser entendido, como nos lembra Netto, 1996, como expressões acríticas da ordem tardo-burguesa e críticas da Modernidade, que privilegia o individualismo, o direito à diferença, uma vida não para a sociedade, mas para o indivíduo, - "não há sociedade, só indivíduos".

Quanto ao Serviço Social, a categoria se posiciona contrária às ideias da "pós-modernidade", segundo relato da ABEPSS (2006, p.7) "evidencia-se a opção do Serviço Social pelo projeto de modernidade, pautado na 'razão crítica' na 'apreensão do 'processo histórico como totalidade' a partir de um 'rigoroso trato teórico, histórico e metodológico', partindo do pressuposto, de que a profissão ao longo das décadas vem desenvolvendo-se contra o conservadorismo, e a "pós-modernidade" traz esse ranço conservador, faz esse resgate ao passado.

Os confrontos de debate vão ganhando corpo na categoria e alguns profissionais tornam-se instigados a aprofundarem-se nas teorias "pós-modernas", tanto para criticá-las como para aderi-las as suas práticas profissionais. E isso procede – se, segundo Netto (1996, p. 118), devido às [...] "profundas raízes antimodernas do conservadorismo do Serviço Social que o tornam habilitado a capitalizar e a integrar, na luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas".

É nesse embate, entre o "velho e o novo conservadorismo", que o autor acima citado afirma que, [...] é exatamente aí que o conservadorismo e as proposições pós-modernas se dão as mãos: o combate e a crítica ao ideal da sociabilidade posto pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo. Eis porque, aqui, investir na pós modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo (NETTO, 1996, p. 118).

Pelo fato dos pós-modernos perderem de vista os nexos ontológicos que compõe a realidade social, relacionam-se intimamente ao "novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado". E esta globalização acarreta algumas alterações, como por exemplo, na cultura, que provoca a interação entre povos e nações pelo intercâmbio cultural, e dissemina pela "frenética expansão das redes de comunicação [...] o poder dos grupos manipuladores de informação, contribuindo [...] para comportamentos irracionais e a expansão das formas de alienação" (SIMIONATO, 2009, p.95)[166].

[166] Ainda de acordo com Simionato (2009), a pós-modernidade define-se, a partir da perda de credibilidade das metanarrativas, do abandono as abordagens de totalidade e essência, do enfraquecimento da historicidade, da

Portanto, por mais que o Serviço Social tenha se posicionado contrário ao "pensamento pós-moderno", este permeia, como mencionado acima, a realidade social, impregnando sua ideologia em todas as esferas da vida, - no trabalho, na cultura, na política, na economia, no social, nas relações sociais, na intimidade\identidade dos indivíduos. E com isso, provoca-se alterações nos espaços sócio-ocupacionais e nas condições de trabalho.

As ações profissionais frente a estas novas exigências tendem a se cada vez mais multifacetadas, voltadas à "eficácia-técnica" e a resolução imediata dos problemas sociais que aparecem como demandas em seus espaços de atuação. Ainda, tomando como referência a referida autora, "ao limitar-se à apreensão imediata da realidade, as ações profissionais são reduzidas aos procedimentos burocráticos basilares das relações capitalistas contemporâneas [...] e fortalece a visão acrítica, alienante e fetichizada das relações" (SIMIONATO, 2009, p. 101).

Para que esta abordagem parcial da realidade seja superada, é necessário que o assistente social ultrapasse a realidade imediata, a realidade aparente, através de "conjunto de saberes", como determina Guerra (1995), pautada na razão crítica, para que se compreenda as complexas determinações sociais que se materializam em demandas profissionais.

Diante do exposto até o momento, o que se pode depreender desse processo de transformações societárias, é que o sistema do capital, para tentar superar/administrar a crise estrutural, desencadeada desde meados da década de 1970, aciona todos os mecanismos possíveis para manter a contínua extração do trabalho excedente e barrar a queda tendencial da taxa de lucro. Isso significa noutras palavras, que as esferas política, econômica, social e cultural, precisam estar sob controle daquela classe detentora dos meios de produção.

É somente com a "Intenção de Ruptura" (1970-1980) que o Serviço Social encontra possibilidades de ruptura com o monopólio da matriz conservadora que permeou o exercício profissional até então. Tal possibilidade de "ruptura" que se dá através da aproximação da profissão com a teoria marxista e que embora, inicialmente, se processe de forma enviesada, possibilita ao assistente social analisar a realidade sob o ângulo da totalidade e compromete o

cultura como chave de análise dos fenômenos contemporâneo, dos interesses grupais e localistas, da prioridade pelo privado. Preocupam-se com as representações, o singular, micro, o pontual, o cotidiano, o presente, a intimidade, perspectivas que reatualizam elementos conservadores e que se expressam adversas às teorias sociais. Noutras palavras, "ao negar o percurso de análise que encaminha da parte para o todo, do singular ao universal, da aparência à essência, do objetivo ao subjetivo [...] pensamento pós-moderno detêm-se na sua visão distorcida do real, apanhado apenas em sua manifestação imediata" (SIMIONATO, 2009, p.93).

projeto profissional com um novo projeto societário vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

Dentre alguns destes equívocos da "aproximação enviesada" deve-se destacar a identificação do Estado enquanto bloco monolítico, e, por conseguinte, o "abandono" destes espaços por parte dos assistentes sociais e seu ingresso massivo nos movimentos sociais para defender os interesses da classe trabalhadora (NETTO, 1989).

Nesta perspectiva, a identificação dos assistentes sociais com os movimentos sociais, o despertar para a essência do fenômeno no pensamento social de Marx, durante o processo de democratização do país, - luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo acesso de caráter universal aos serviços e políticas públicas liderados pela classe trabalhadora - compromete estes profissionais com um novo projeto societário.

A luta pela democracia proporciona para a arena profissional, campo satisfatório para a "ruptura" com o "quase monopólio do conservadorismo", - o reconhecimento da subordinação à burguesia como aceitação do que se mostra natural e evidente, - conservadorismo este em que por alguns anos manteve o Serviço Social sob custódia dos interesses do capital, a serviço da classe dominante, o que impediu através das correntes teóricas do positivismo-estruturalismo, o reconhecimento da sociedade permeada de classes.

Estas aspirações populares levam à conquista da elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988, do qual o Serviço Social teve participação efetiva. E a partir desta, levanta a preocupação de rearticular sua prática profissional sob novas perspectivas e demandas.

Dentre os demais avanços, na entrada dos anos noventa, o Serviço Social no plano da formação, insere-se legalmente no nível superior, com unidades de ensino por quase todos os estados; a pós-graduação como responsável pelas pesquisas pioneiras e experiências importantes nos espaços de formação profissional, no destaque pela produção científica, que recebe recursos para incentivo à pesquisa por agências oficiais (a exemplo, o CNPq); na produção teórica, desenvolve bibliografia própria, estendendo-se para outros países, além de receber estrangeiros nos cursos de pós-graduação e encontros no Brasil (NETTO, 1996).

Tem-se neste período o que se chama de "maturação profissional", em que o Serviço Social brasileiro constrói um projeto profissional caracterizado como inovador e crítico, por estar fundamentado na tradição marxista – método crítico-dialético, - em que realiza este movimento real, "da ascensão do abstrato ao concreto, que não é a passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional), é um movimento no pensamento e do pensamento"

(KOSIK, 2011, p. 36 e 37). Este projeto denomina-se de Projeto Ético-Político e materializa-se no conjunto das regulamentações profissionais – também reconhecida como avanço na década de noventa, que são: o novo Código de Ética de 1993, a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão – especialização do trabalho coletivo no marco da divisão sócio-técnica do trabalho; e posteriormente a Lei das Diretrizes Curriculares e Bases da Educação Nacional - que norteiam a formação acadêmica (IAMAMOTO, 2007).

No entanto, as "transformações societárias" empreendidas pelo sistema do capital, nas últimas décadas, para restauração das taxas de lucro, tendem a conformar um cenário propício para, senão uma intensiva invasão conservadora na profissão, um retorno do conservadorismo á sua posição monopolizadora. É neste cenário que tem-se as postulações "pós-modernas" que tendem a constituir uma espécie de armadilha (neo)conservadora quanto às possibilidades de apreensão do real em suas múltiplas determinações, uma vez que a distinção clássica entre essência e aparência é desqualificada. O "efêmero, o molecular, o descontínuo tornam-se pedra - de - choque da nova 'sensibilidade': dado na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de 'totalitarismo" (NETTO, 1996, p. 97). Assim, investir nas postulações "pós-modernas", como referencia o referido autor é "levar água ao moinho do conservadorismo".

3 CONCLUSÃO

Considerando as reflexões realizadas nesse ensaio, concluímos que a necessidade de estarmos cada vez mais atentos e interessados em desvendar o real torna-se incontestável para a nossa profissão, a fim de desenvolver uma prática consciente e crítica vinculada a classe trabalhadora, mesmo diante de todas as dificuldades postas estrategicamente pelo capital, e dos limites próprios desta sociedade capitalista.

É nesse sentido que a referida classe trabalhadora precisa continuar imprimindo uma visão de mundo condizente com os imperativos do "modo de ser burguês" e, para tanto, lança mão de ferramentas analíticas conservadoras, ainda que sob novas roupagens, a exemplo das postulações pós-modernas, cujo objetivo precípuo é sempre a naturalização do social e, por conseguinte, a manutenção da ordem social dominante. Assim, as transformações societárias tornam-se um "solo fértil" para intensificação do conservadorismo na profissão, uma vez que, enquanto assalariado os assistentes sociais não se encontram imunes ao processo de precarização do trabalho nos moldes atuais; a redução de recursos para as políticas sociais universais, como saúde e educação, tendem a eleger o imediatismo como alvo das demandas

para o Serviço Social e a urgência por soluções, hipertrofia uma das dimensões do exercício profissional, qual seja, o "saber fazer".

A grande armadilha que vamos percebendo nos pós-modernismo é o retorno do conservadorismo e suas implicações para o Serviço Social, a profissão que tanto tem avançado ao longo dos anos na apreensão crítica e totalitária da sociedade, vê-se em algumas correntes, conteúdos imbuídos de práticas tecnicistas, imediatas e aparentes, distantes muitas vezes do Projeto Ético-Político que norteia a profissão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Contribuição da abepss para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em serviço social no brasil**, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva; BRITES, Cristina Maria. **A centralidade da ética na formação profissional.** Revista Temporalis, v. 1, n 2, 2000.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. (Trad.: Cecília Neves e Alderico Toríbio). São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina – 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

NETTO, J. P. A **Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea**. In: CEAD módulo 1. Brasília, 1999.

_____.**Transformações Societárias e Serviço Socia**l: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, J. S**. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social** Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007**.**

_____. **Projeto Ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social**. In: Revista Temporalis, Ano VI, n.11, jan-jun. Recife, 2006.

SIMIONATO, I. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.

WOOD, E. M. e FOSTER, J. B. (Org**.). Em defesa da historia: marxismo e pós-modernismo**; tradução, Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1999.

NEOCONSERVADORISMO PÓS-MODERNO E A CRISE DE MATERIALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: análises introdutórias

Hadassa Nyedja Elias Duarte[167]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[168]

RESUMO: A materialidade da profissão deriva da racionalidade moderna crítica do Serviço Social, de cunho marxiano e marxista, atualmente em crise. Essa racionalidade passa a ser questionada sob os influxos pós-modernos na profissão e consequentemente, do neoconservadorismo no Serviço Social. Desta forma, existe a preocupação em fortalecer as bases da materialidade da profissão identificando elementos que possam ameaçar a construção teórico-política coletiva tão cara ao Serviço Social. Sendo assim, como o foco na reflexão sobre a temática, através do diálogo entre autores, serão apontadas as características pós-modernas, e como o Serviço Social pode estar sendo influenciado, também são apresentados elementos da formação profissional como importantes fermentas de fortalecimento do posicionamento teórico, ético e político crítico.

PALAVRAS-CHAVE: Materialidade do Serviço Social; Neoconservadorismo pós-moderno; Serviço Social.

ABSTRACT: The materiality of the profession derives from the modern critical rationality of Social Work, Marxist and Marxist, currently in crisis. This rationality comes to be questioned under the postmodern influxes in the profession and, consequently, of neoconservatism in Social Work. Thus, there is a concern to strengthen the basis of the materiality of the profession by identifying elements that may threaten the collective theoretical-political construction so dear to Social Work. Therefore, as the focus on the reflection on the subject, through the dialogue between authors, the postmodern characteristics will be pointed out, and as Social Work may be being influenced, elements of professional training are also presented as important fermentations to strengthen the positioning theoretical, ethical and critical political.

[167] Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, membro do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS). E-mail: hadassanyedja@gmail.com
[168] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e Líder do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS). E-mail: blfalmeida@uol.com.br

KEYWORDS: Social Work Materiality; Postmodern neoconservatism; Social Work

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social traz em sua trajetória histórica momentos de afirmação ou negação de seus embasamentos teórico-metodológicos, perpassados por determinantes ético-políticos a depender do contexto conjuntural em que se insere. A história da profissão, assim como as demais, é construída a partir de determinações endógenas e exógenas influenciadas pela conjuntura histórica conformada pelas relações de produção e reprodução da vida em sociedade (economia, política, cultura, etc.), esses elementos situam a profissão em contextos específicos durante seu percurso histórico.

A gênese da profissão no Brasil é conservadora, com base religiosa na Filosofia Social da Igreja Católica, posteriormente sustentada pelo referencial neopositivista. A profissão fundamentou-se nos pensamentos e teorias conservadoras tanto para criar legitimidade profissional quanto para atingir os objetivos colocados à profissão em plena sociedade marcada pelo capitalismo monopolista.

O Brasil, a partir da década de 1960, sofre profundas alterações históricas juntamente com os países latino-americanos que tiveram regimes autoritários no mesmo período. Nesse contexto, a profissão é incentivada a repensar sua função e seu posicionamento político e social influenciada também pelo movimento de Reconceituação que se estabelecia na América Latina.

Na década de 1970, em pleno processo de crise de governabilidade da ditadura militar, inicia-se o movimento de redemocratização do país que perpassa toda a sociedade brasileira. Esse processo incide sobre o Serviço Social de forma crítica cujos rebatimentos na década de 1980, passa a assumir posição politicamente a favor da classe trabalhadora, com pensamento crítico e preocupado em romper com as determinações impostas pelos padrões desenvolvimentistas que institucionalizaram a profissão nas décadas anteriores, no período de "modernização conservadora".

Historicamente, o Serviço Social constrói sua materialização a partir da base da racionalidade moderna, com suas particularidades que influenciam os movimentos de procura por uma identidade profissional e pela "cientifização" da profissão. Essa aproximação à base de sustentação da sua materialidade ocorre com a adoção às concepções neopositivistas e só mais tarde se estabelece com o materialismo histórico-dialético, proveniente do pensamento

marxiano e marxista. Mas, a questão que se coloca é: até que ponto o Serviço Social rompe com o conservadorismo, e se não rompe totalmente, como ele tem se expressado atualmente?

Os elementos da Pós-modernidade circundam esses questionamentos e conduzem o neoconservadorismo[169] para o Serviço Social. A própria criação da profissão e sua institucionalização demarcam o conservadorismo enquanto inerente à esse período histórico, uma vez que o foco do Serviço Social era a manutenção da ordem capitalista e a adequação dos indivíduos aos padrões da sociabilidade burguesa. Sendo assim, a relação do Serviço Social com o conservadorismo/neoconservadorismo tem fortes influências, uma vez que são culturalmente estabelecidas demandas e incorporadas ideologias que desde a sua gênese interferem na formação e no exercício profissional, como também na legitimidade da profissão.

É importante destacar que não se quer afirmar que o Serviço Social seja plenamente conservador, sem resistência crítica por parte da categoria profissional, uma vez que anularia as últimas décadas históricas de lutas travadas pela profissão. Mas é necessário compreender que o cariz conservador da profissão não é apenas uma característica da gênese do Serviço Social ou de seu período de institucionalização, porque incide até os dias atuais nas bases do exercício profissional.

2 A CRISE DE MATERIALIDADE E AS INFLUÊNCIAS PÓS-MODERNAS NO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Silva (2015), no século XIX surge a ideologia conservadora representando os interesses da burguesia para legitimar a sociedade capitalista, ao defender a indispensabilidade do capitalismo. Trata-se de uma ideologia política que vai perpassar a sociedade capitalista até os dias atuais. Essa ideologia se corporifica no Serviço Social através do legado positivista e do cariz religioso que nortearam a profissão em seu surgimento.

A vinculação à Igreja Católica é um dos elementos que incidem na profissão enquanto base conservadora, mas se adensa ainda aos aportes neopositivistas, funcionalismo, o psicologismo, entre outras influências que marcam determinados períodos históricos do Serviço Social revisitadas atualmente.

A partir da aproximação com a teoria crítica marxista, a profissão renova diametralmente sua postura política e teórico-metodológica ao se colocar contra a sociedade de

[169] O conservadorismo remete às características de um pensamento que se aproxima das influências positivistas e de cariz religioso que marcaram o início da profissão, já o neoconservadorismo aponta para as novas tendências caracterizadas pelos elementos constitutivos da Pós-modernidade.

classes e assume um papel de luta por uma nova proposta de sociedade. No entanto esse processo de renovação não ocorre de forma uniforme, o cariz conservador ainda se apresenta, mas revisitado sob novas inflexões próprias do capitalismo tardio frente a sua crise estrutural.

No século XX, surge um novo discurso conservador que estabelece distanciamento da ciência crítica que busca a análise da totalidade da sociedade. Esse discurso propaga a legitimidade da sociedade capitalista, mas dessa vez longe da razão moderna. Traduz-se no neoconservadorismo que influencia o Serviço Social atualmente, mediante os influxos do movimento pós-moderno, reconhecido pela ausência de elementos históricos de análises críticas e de enfrentamento à sociedade de classes, enfim, distancia-se dos princípios que embasam o projeto ético-político profissional.

A formação crítica ensejada desde os anos 1980 junto aos graduandos dos cursos de Serviço Social possibilita criar caminhos de ultrapassagem ao conservadorismo na profissão. Destaca-se, assim, a importância da formação crítica para uma prática profissional alinhada ao projeto ético-político profissional.

A formação profissional, sobretudo implementada nas universidades públicas e comunitárias (as Pontifícias Universidades Católicas), foi e é um campo significativo para a fundamentação teórica e política crítica do Serviço Social. Nessas arenas foram organizados importantes grupos de resistência ainda no período ditatorial, como também, são desses espaços que surgem as produções basilares da profissão, os debates acadêmicos, os cursos de pós-graduação e as consequentes pesquisas na área, entre outros elementos de construção coletiva. Desse modo, é inquestionável o significado que o ambiente universitário produz na categoria, além do seu papel formador através das disciplinas ofertadas, das extensões e pesquisas que constituem a formação dos assistentes sociais nas universidades públicas.

Em Netto (2011), são apontados os principais aspectos que justificam a importância do espaço universitário para a profissão, mais precisamente na intenção de ruptura com o conservadorismo. O autor afirma que este se tornou um ambiente significativo de troca e construção de conhecimento para o período político em que o país estava, também era possível o diálogo entre assistentes sociais e outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais, por exemplo, além da convicção de ser o ambiente universitário estratégico para a formação de novos perfis profissionais.

Porém, nos últimos anos, esses espaços têm sofrido duros golpes, seja no encolhimento do financiamento na área das pesquisas e na diminuição do investimento no ensino público, seja no incentivo às faculdades particulares, frutos do padrão neoliberal, adotado pelo Estado

brasileiro desde os anos de 1990. Nesse contexto, cabe chamar atenção aos ataques neoliberais de cariz conservador às Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social baseadas na proposta curricular, formulada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)[170] em 1996, após diversos encontros da categoria, expressando a compreensão coletiva sobre a formação profissional dos assistentes sociais.

A aprovação dessas Diretrizes ocorreu em uma conjuntura de correlações de forças entre ABEPSS e Conselho Nacional de Educação/MEC, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em dezembro de 1996, traz para a educação superior marcas da flexibilização e despolitização próprias dos padrões neoliberais, alterando elementos significativos das Diretrizes construídas pelo Serviço Social. Ademais, a LDB cria as modalidades de Educação à Distância (EAD), cursos sequenciais e outros mecanismos de ensino que provocam novos debates e críticas na profissão que defende a formação presencial e sem alijeiramento pautada na crítica da sociedade capitalista.

Silva (2015) aponta para a dificuldade da profissão, em tempo de maior superposição do capital ao trabalho, em manter-se alinhada aos princípios do projeto ético-político profissional e em enfrentar os desafios contemporâneos baseados na direção social crítica do Serviço Social, que a partir de uma demanda forjada do interior do capitalismo monopolista, busca afastar-se do ranço conservador de sua gênese, porém, mesmo avançando em relação à sua autonomia se defronta com novas determinações que reatualizam o conservadorismo profissional.

De acordo com Silva (2015), há algumas características dessa tendência neoconservadora da profissão, são elas: perspectiva reformadora, sem compreensão da inserção da profissão na reprodução das relações sociais; rebaixamento do conhecimento teórico na defesa do prático, como se este último fosse suficiente para respaldar o exercício profissional; conhecimento teórico eclético, não vinculado a paradigmas ou normatizações, evidenciando o pensamento pós-moderno, sem normatizações ou enquadramentos teóricos; verdade relativa que deslegitima o debate crítico; e a dificuldade em definir os limites e possibilidades construídos pela profissão.

Conformam-se como elementos estruturantes da Pós-modernidade que têm ocupado cada vez mais espaço na atuação profissional, como também na produção do conhecimento,

[170] A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), fundada em 1946, possui essa denominação até 1998 quando em Assembleia Geral Extraordinária, passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (Abepss)

segundo Cantalice (2013). Essa autora revela que as tendências pós-modernas estão presentes nas produções da pós-graduação da profissão o que se constitui uma constatação preocupante.

A análise de Cantalice mostra que direta ou indiretamente, nas metodologias e métodos de estudo ou ausências destes, as produções têm se afastado do método materialista histórico-dialético, ora por falta de apropriação do próprio método, ora por acreditar que esta não é o melhor para a análise do real, utilizando-se muitas vezes do sincretismo. A autora, em texto recente afirma que,

> De uma forma ou de outra a ideologia pós-moderna adentra no campo das leituras e elaborações do Serviço Social, imprimindo nessas a forma particular de visão de mundo pós-moderna e, o mais grave, inflexionando a prática no interior de nossa profissão – já marcadamente eclética e sincrética – à sua direção difusa, desarticuladora, consternadora, compartimentalizada. (CANTALICE, 2016. p.252)

Tal constatação traz preocupações para a profissão por indicar uma tendência contrária ao que, de forma tão cara, defende posicionamento crítico, ancorado na teoria marxista que explica as relações sociais na sociabilidade capitalista e, consequentemente, as expressões da "questão social".

Ao adotar o posicionamento acrítico frente às expressões da "questão social", o objeto da profissão, o Serviço Social apequena-se por analisar a totalidade social em que as bases do entendimento da "questão social" estão no âmbito da modernidade em suas determinações históricas, econômicas e políticas.

Como se aludiu, a concepção de uma "nova questão social" surge na profissão a partir das contribuições de Rosanvallon(1998), Castel (1998) e outros que reproduzem o entendimento a-histórico dessa concepção uma vez que o desvincula do modo de produção capitalista, inserido na lei geral da acumulação capitalista.

Mota (2008) aponta uma preocupação quanto ao uso desse novo conceito e sua dimensão política uma vez que rebate na análise superficial das determinações postas na sociedade capitalista, o que é danoso para o Serviço Social que tem a "questão social" como seu objeto.

Esse discurso de uma "nova questão social" carrega elementos do pensamento pós-moderno e ao inferir nas bases do que se denomina objeto do Serviço Social acaba por deslindar uma gama de elementos neoconservadores, além de outros aspectos forjam a reatualização do conservadorismo na profissão.

A "questão social" enquanto uma das bases de materialidade da profissão tem sofrido duros golpes. Decerto um dos marcos do Serviço Social foi o momento de afirmação do seu objeto de intervenção e a partir daí seu engajamento no campo científico e formativo para compreender ainda mais esse objeto e formar profissionais capacitados para atuar junto às expressões da "questão social". Serra (2010)[171] traz a discussão da crise de materialidade na profissão e de forma significativa aponta para determinações conjunturais.

Essa autora concebe as bases de materialidade da profissão na institucionalização do Serviço Social em organizações estatais para atuação nas políticas sociais, campo este de ampla absorção de assistentes sociais e que abre espaços de legitimação e reafirmação de sua posição na divisão sócio técnica do trabalho. Essa discussão é fruto de estudo realizado na década de 1990 a partir da crise do capital e suas implicações para os setores estatais, derivadas do neoliberalismo e das transformações no papel do Estado.

Serra (2010) coloca a crise de materialidade do Serviço Social atrelada à crise dos serviços sociais prestados por organizações estatais, uma vez que a partir da conjuntura global neoliberal, as políticas sociais se fragmentam e se fragilizam, trazendo mecanismos de minimização da pobreza ao mesmo tempo que o caráter assistencialista é ampliado. Dessa forma, os assistentes sociais têm ameaçado o seu principal campo de atuação.

Outro aspecto importante da obra dessa autora é a apresentação de tendências na inserção de assistentes sociais nos campos de atuação profissional, a qual pontua setores que estavam em expansão e que hoje se pode comprovar essas antecipações.

Serra (2010) ao passo que registra preocupações para a profissão, aponta também possíveis saídas, mas não sem perdas e lutas, o que leva a terminar seu livro com uma reflexão acerca da importância da formação profissional que deverá atentar para essas tendências que surgem, sendo capazes de formar profissionais alicerçados em um projeto político pedagógico, a importância das Diretrizes Curriculares e da composição crítica dos espaços formativos, sempre tendo em vista à contribuição para uma nova sociedade.

Netto (2016), indica limitações no campo da produção do conhecimento em relação ao estudo dos atuais determinantes que incidem sobre o Serviço Social, uma vez que há poucos trabalhos produzidos sobre a história da profissão, o que se torna prejudicial para o Serviço Social enquanto registro e análise reflexiva sobre as inflexões contemporâneas e os caminhos que a profissão está trilhando.

[171] Referência ao livro Crise de Materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional da autora Rose Mary de Sousa Serra.

Esse autor enfatiza que atentar para o passado e atestar as conquistas e jornadas percorridas, é algo importante porque se faz necessário que esse exercício seja para a construção de novas jornadas a partir do que se faz hoje. Sendo assim, depara-se com essa ameaça: a falta de uma história atual que reafirme a configuração contemporânea do Serviço Social que fortaleça as bases da profissão e, interiormente, reitere o posicionamento político, ético e teórico da categoria.

Tem-se na produção do conhecimento um importante "termômetro", pois é nela que se identifica as características da formação profissional, as tendências emergentes e as fragilidades. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social (1996), com base no currículo mínimo da ABESS, observa-se a preocupação com uma formação abrangente, firmada em posicionamento teórico-político, em torno dos seguintes núcleos de fundamentação da profissão:

> - Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
> - Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
> - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (ABESS,1996)

Esses núcleos compreendem os movimentos históricos da sociedade e são imprescindíveis para uma profissão que atua nas contradições da sociedade capitalista e sofre os influxos das determinações oriundas dessas relações sociais, entretanto quando interferências de um pensamento conservador incidem em toda a sociedade, a profissão acaba por sofrer rebatimentos dessa realidade. Essa assertiva é abordada por Silva (2015) ao apontar as características que a profissão adquire alinhada ao pensamento pós-moderno.

A autora apresenta de forma objetiva as características de um profissional enquadrado nas determinações e demandas da sociedade capitalista atual, uma vez que a centralidade não está no indivíduo enquanto integrante da classe trabalhadora, ser pensante e capaz de construir conhecimento, mas o foco é o aperfeiçoamento técnico individual e a capacidade de adaptar-se às novas demandas dinâmicas do mundo do trabalho que estão cada vez mais audazes no sentido de envolver os trabalhadores com o discurso desenvolvimentista e modernizador.

Também se torna necessário compreender outras concepções acerca dos rebatimentos do pensamento conservador na sociedade de classes e, consequentemente, na profissão. Silveira Júnior (2016) trata da natureza e significado da Pós-modernidade e as interfaces que os processos histórico-sociais e culturais possuem com o Serviço Social.

Para esse autor, os pós-modernos (como Lyotard, Derrida, Baudrillard, Bauman e outros) afirmam que o Projeto de Modernidade não alcançou seus objetivos nem conseguiu estabelecer seus principais fundamentos e colocam em xeque as grandes narrativas como o Iluminismo e o Marxismo desvinculando a realidade das determinações históricas produzidas pela sociabilidade capitalista que impedem a plenitude desse projeto.

Santos (2007) corrobora com o pensamento de Silveira Júnior (2016) e assevera que a hegemonia ideo-cultural do capitalismo contemporâneo e suas implicações na sociedade, tanto na produção quanto nas questões políticas e sociais, fortalecem a concepção que nessa fase do capitalismo ocorre uma significativa desvalorização dos elementos constitutivos do Projeto de Modernidade.

Os elementos apontados por essa autora sobre as transformações ocorridas na atual fase do capitalismo são: o capital especulativo com a desregulamentação da economia e as alterações do Estado de Estado-nação para Estados múltiplos. Outro elemento refere-se aos processos produtivos flexíveis que geram metamorfoses no mundo do trabalho; e, por último, destacam-se as transformações no Estado, marcadas pelos ajustes neoliberais, além da fragilização da organização dos trabalhadores em decorrência do descrédito dos sindicatos e o surgimento de novos movimentos sociais.

A “Cultura da Crise”, um termo utilizado por Santos (2007) para explicar as atuais determinações culturais da sociabilidade capitalista, é marcada por uma literatura irracionalista e acrítica. Essa autora também destaca o fundamentalismo religioso que gera uma massa de fiéis consumidores desse nicho de mercado que oferece vários tipos de produtos que prometem benefícios que vão da cura à salvação da alma. É possível citar como parte dessa cultura uma juventude conservadora, expressada nos estilos de música mais populares, como também o pastiche da moda, a pintura, a arquitetura, o cinema, entre outros aspectos da cultura contemporânea.

Ademais, evidencia-se ainda a mídia e os meios de comunicação como fortes reprodutores dessa “cultura da crise” que produz uma busca incessante por algo que traga prazer e esperança, mesmo que sejam ilusórios e acríticos, deixando para trás os fundamentos da Modernidade ao serem capturados pelo movimento pós-moderno.

Santos (2007) levanta outro ponto significativo acerca da Pós-modernidade e a crítica à Modernidade: o positivismo como teoria que respalda uma racionalidade sem o caráter universalizante proposto pelo projeto de modernidade. A autora assevera o neoconservadorismo como inerente a esse movimento, uma vez que legitima o *status quo* e impossibilita uma análise crítica da realidade, uma vez que a totalidade é subjugada e a subjetividade e singularidade são evidenciadas.

Na produção do conhecimento, como na área da pós-graduação do Serviço Social, assinala-se a relação entre o exercício profissional conservador com concepções forjadas no Projeto de Modernidade e da Ilustração, como também estudos que afirmam que a prática profissional vem sofrendo influências conservadoras advindas da Pós-modernidade. Nesse sentido, Iamamoto (2014) afirma que a profissão mesmo pautada em estudos, teoria e concepções do pensamento social derivado do Projeto da Modernidade, sofre atualmente influxos pós-modernos.

Para Silveira Júnior (2016, p. 179) existem duas implicações da Pós-modernidade no Serviço Social, "primeiro, o empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao Projeto Ético-Político; segundo, a maior imantação dos posicionamentos *individulizantes e despolitizadores*" (grifo do autor).

Essas características se proliferam facilmente no interior da profissão uma vez que encontram raízes conservadoras, mesmo que seja de forma sutil e não generalizada, que afetam a base da Modernidade do Serviço Social e o posicionamento crítico profissional. Dessa forma, evidencia-se a crítica realizada aos influxos pós-modernos na profissão, que reforçam o neoconservadorismo, propício aos interesses atuais do capitalismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, podemos perceber que o movimento engendrado na sociedade capitalista em sua fase atual impõe novas formas de socialização e determina relações sociais potencialmente mais danosas, proporcionando mais dificuldades para um posicionamento crítico e comprometido com a emancipação humana, o que obstaculiza os caminhos que a profissão determina para os assistentes sociais.

A pós-modernidade é intrínseca da lógica capitalista em sua faze mais feroz, elas amplia as ações, uma vez que incide com mais veemência na cultura e na socialização cotidiana dos indivíduos. A partir das características assinaladas no decorrer do texto, percebe-se que toda a

sociedade, as instituições e estruturas sofrem rebatimentos pós-modernos e com o Serviço Social isso não é diferente.

Desta forma, se faz necessário reafirmar, desde a formação profissional, as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa críticas do Serviço Social, sendo imprescindível reconhecer que essas tendências estão influenciando a profissão. As condições objetivas e subjetivas dos profissionais estão inseridas neste contexto, porém, deve-se salientar que o Serviço Social é uma profissão de caráter contraditório, que se apresenta contrária à sociedade capitalista, o que cabe aos profissionais, coletivamente, construir estratégias para não erodir com a base de materialidade construída a partir do projeto de Modernidade.

Desde a Renovação do Serviço Social no Brasil existe a discussão sobre o distanciamento do cunho conservador da profissão, porém, o conservadorismo sempre esteve presente na profissão, não com total intervenção, mas sutilmente apresentada em práticas ou discursos pontuais. Porém, o neoconservadorismo pode ser uma tendência no Serviço Social, uma vez que as novas formas que o conservadorismo tem se apresentado já começam a inferir nas ações do serviço social, como vimos nas ponderações de alguns autores durante a exposição do trabalho.

Desta forma, é imprescindível a contínua discussão, estudos, socialização de pesquisas, construção de espaços que possibilitem a reflexão sobre o tema e a preocupação com o fortalecimento das bases da materialidade do Serviço Social, não permitindo que o sincretismo e o pensamento acrítico ganhe espaço na profissão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.** Resolução nº 15, de 08 de novembro de 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331113816637721O.pdf

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. In: **Temporalis**, Brasília DF, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. p.231-259. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199.

_____. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro In. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001.

MOTA, Ana Elisabete. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário**. In: O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008, p. 21-57.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In.: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína (Org.) **Serviço Social no Brasil:** história de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In.: MOTA, Ana Elizabete [et al]. (org). **Serviço Social e saúde.** 4ed. São Paulo: Cortez, 2009

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo. Cortez, 2007. (Coleção Questões da nossa época; v132).

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A Cultura Pós-Moderna no Serviço Social em Tempos de Crise. In.: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31 jan/jun. 2016. P.167/187. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/temporalisarticle/view/ 11853/10105.

SILVA, José Fernando Siqueira. Crise do Capital, Neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. In: **Em Pauta**, Rio de janeiro _1ºSemestre de 2015. N. 35, v.12, p. 99-125.

SERRA, Rose Mary de Sousa . **Crise de Materialidade no Serviço Social:** repercussões no mercado profissional**.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

A CATEGORIA TRABALHO NAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO SERVIÇO SOCIAL: análise dos eixos temáticos

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima[172]
José Rangel de Paiva Neto[173]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida[174]

Resumo: O presente estudo buscou aproximar-se da realidade do Serviço Social, por meio da dimensão teórico-metodológica, em uma pesquisa realizada nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil. O recorte teórico que nos liga a totalidade é a Categoria Trabalho, pois a análise centrou-se nos Programas com linhas e áreas em Trabalho, com Dissertações que tinha por objeto de estudo o Trabalho. O objetivo principal desse estudo trata-se da análise sobre a produção do conhecimento do Serviço Social referente a Categoria Trabalho a partir do eixo de análise. A investigação tem o marco temporal delimitado entre os anos de 2010 a 2015. Realizou-se o estudo das temáticas referentes à Categoria Trabalho, na qual totalizam cento e quarenta e duas (142) dissertações. Esta pesquisa tem como direcionamento metodológico o materialismo histórico dialético, pela fiel leitura ao método em Marx e no construto teórico realizado pela tradição marxista.

Palavras-Chaves: Serviço Social. Trabalho. Produção do Conhecimento

THE CATEGORY WORK IN MASTER'S DISSERTATIONS OF THE SOCIAL WORK: analysis of the thematic axes

Abstract: The present study sought to approach the reality of Social Work, through the theoretical-methodological dimension, in a research carried out in the Post-Graduation Programs in Social Work of Brazil. The theoretical section that connects us with the totality is the Work Category, since the analysis focused on the Programs with lines and areas in Work, with Dissertations that had the object of study the Work. The main objective of this study is the analysis about the production of knowledge of Social Work referring to Labor Category from the axis of analysis. The research has the time frame delimited between the years 2010 to 2015. The study of the themes related to the Labor Category, in which a total of one hundred and forty-two (142) dissertations

[172] Assistente social, graduada pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Email: ingridylima17@gmail.com
[173] Psicólogo, graduado pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Email: rangelneto@live.com
[174] Professora Doutora em Serviço Social e Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

were completed. This research has as methodological direction the dialectical historical materialism, by the faithful reading to the method in Marx and in the theoretical construct realized by the Marxist tradition.

Keywords: Social Work, Work, Knowledge Production

1 INTRODUÇÃO

A Categoria Trabalho é pilar indispensável à compreensão da realidade social, econômica e cultural, pois se trata de uma Categoria ontológica, de formação do ser social, a qual dá sustentabilidade à contradição que rege essa sociedade, na medida em que o capitalismo produz e se reproduz pela e na exploração extraída pelo trabalho não pago à classe trabalhadora.

Decerto, ao passo que o Serviço Social passa a compreender os problemas sociais como sendo expressões de um processo contraditório, oriundo da discrepante relação entre burgueses e trabalhadores, a análise da Categoria Trabalho se faz necessário.

O estudo da Categoria Trabalho pelo Serviço Social passou, diante do processo de Renovação, a ser defendido pelas instâncias organizativas da categoria, sendo postulado como de suma relevância na composição de disciplinas nos Projetos Pedagógicos, em nível de graduação e na formulação de áreas de concentração e linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação.

As elaborações teóricas que seguem é o resultado da pesquisa desenvolvida no mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, vinculada a linha de pesquisa sobre "Serviço Social, Trabalho e Política Social". Tem por objetivo a compreensão da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, a qual parte do pressuposto de que o Serviço Social vem sofrendo inflexões advindas do processo de reorganização do capitalismo, a partir da crise estrutural iniciada em 1970, que se agravam diante do atual giro capitalista, com o enaltecimento do conservadorismo e das ideias fascistas.

Observou-se os eixos de análise e áreas temáticas, a partir do materialismo histórico dialético, destacando a importância da Categoria Trabalho para o Serviço Social A pesquisa foi desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação vinculados a área base do Serviço Social, com linhas e/ou áreas vinculados a Categoria Trabalho. O período de análise é da produção mais

recente disponibilizada nos sites dos Programas de Pós-Graduação. Refere-se aos anos de 2010-2015, no total de 142 dissertações.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O debate sobre Trabalho no Serviço Social

O debate da categoria Trabalho tem sido realizado nas mais diversas áreas do conhecimento, seja em seu sentido ontológico, baseado na tradição marxista, seja sobre a sua funcionalidade na sociedade capitalista a serviço da ordem burguesa.

No Serviço Social, os estudos em torno da Categoria Trabalho passam a interessar a profissão durante o processo de Renovação, especificamente, na perspectiva de "intenção de ruptura", devido à aproximação da categoria com o campo crítico.

Desse modo, a primeira síntese analítica, resultante desse processo, realizada pelo Serviço Social, tratou da obra de Iamamoto e Carvalho, intitulada "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil", publicada em 1981.

A obra de Iamamoto e Carvalho, significa o esforço de uma pesquisa realizada pelo Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS)[175], que expressa os frutos do processo de Reconceituação do Serviço Social latino- americano e da Renovação no Brasil. Inaugura-se uma nova fase histórica, que compreende a profissão fundamentada nas relações sociais societárias, de produção e reprodução da sociedade capitalista, na qual a Categoria Trabalho era/é imprescindível.

O Serviço Social passa a compreender a "questão social" não mais como expressão individual, mas como fruto da contradição que rege a sociedade capitalista. A "questão social", nas suas mais variadas expressões, passa a ser objeto de intervenção da profissão. A contradição Capital X Trabalho torna-se o campo de ação prático-operativa e teórico-metodológico, em uma perspectiva que exige a compreensão do real como orientação para intervenção prática. (TAVARES, 2007).

À medida que o Serviço Social passa a se compreender e compreender o seu objeto de intervenção, a Categoria Trabalho passa a ser necessária no campo investigativo, sendo incorporada como estudo no currículo da profissão a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

[175] Configura-se enquanto um organismo civil, sem fins lucrativos, dedicado a investigação e promoção de desenvolvimento social da América Latina. Para mais ver: http://celats.blogspot.com.br/p/prueba.html.

A pesquisa realizada por Kameyama entre os anos de 1975 a 1997 com o objetivo de traçar um panorama da Produção do Conhecimento do Serviço Social, mostra as principais temáticas produzidas nesse contexto. A categoria Trabalho apresentava-se nos estudos em torno do "Processo de Trabalho".

Com a chegada dos anos de 1990 a Categoria Trabalho é discutida pelo Serviço Social com mais afinco, constituindo-se, atualmente, como um dos principais campos de análise da profissão. Em 1996 o CEDEPSS, por meio das professoras Marina Abreu e Ivete Simionatto, realizou uma pesquisa intitulada "A situação da pesquisa em Serviço Social nas Unidades de Ensino de Serviço Social nos anos de 1990-1996". Essa pesquisa tinha por intuito mapear os estudos desenvolvidos pelo Serviço Social. A Categoria Trabalho já se encontrava como um dos temas polarizados da pesquisa, abordando os seguintes recortes temáticos: geração de emprego e renda, inovações tecnológicas e organizacionais no campo empresarial, tecnologias alternativas e trabalho domiciliar feminino, trabalho infantil, acidentes de trabalho, doenças profissionais e mercado de trabalho do/a assistente social (ABESS,1997).

Em 2008, evidencia-se a Tese de Doutorado do Professor Ricardo Lara, a qual trata da produção do conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho. O objetivo do trabalho de Lara foram os estudos elaborados pelos teóricos da área sobre a Categoria Trabalho.

A pesquisa de Lara (2008) demostrou os principais campos de investigação do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho. Possibilitou visualizar a compreensão e defesa da categoria profissional por essa Categoria de análise, apontando algumas tendências que poderiam vir a ser desenvolvidas, mediante o decurso da história.

Para exemplificar as temática dentro da Categoria Trabalho encontradas na pesquisa de Lara (2008) citam-se: Trabalho e Política Social; Transformações do Mundo do Trabalho e Reestruturação Produtiva; Precarização do Trabalho, Informalidade e Desemprego; Serviço Social de Empresa; Trabalho Infantil; Trabalho, Sindicalismo e Lutas; Processo de Trabalho e Serviço Social; Centralidade do Trabalho; Trabalho Feminino; Trabalho e Qualidade de Vida; Trabalho e Subjetividade; Trabalho e Ética; e Trabalho e Pessoas com Deficiência.

Para Lara (2008), o livro de Gorz, lançado em 1970 sob o título "Adeus ao proletariado" e os estudos de Clauss Offe publicados em 1980, teriam também, vigorado os estudos sobre Trabalho que tiveram repercussão sobre a aproximação do Serviço Social com essa temática.

Uma pesquisa realizada entre os anos de 2009 e 2011 pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, revelou a existência de 103 grupos de pesquisa sobre Trabalho, vinculados as diversas áreas do

conhecimento. Desses 103 grupos, 22 vinculam-se a área do Serviço Social que discutem a Categoria Trabalho nas mais variadas temáticas, desde o sentido ontológico, centralidade, até a avaliação das expressões decorrentes da contradição Capital X Trabalho.

A tese defendida por Cantalice em 2013 reforça a predominância da pesquisa sobre a Categoria Trabalho pelo Serviço Social. A presente pesquisa trata as inflexões do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento do Serviço Social e a Categoria Trabalho apresenta-se como a segunda temática, mais incidente, ocupando 25% entre as Teses e Dissertações como será demostrado a seguir.

2.2 A Categoria Trabalho nos eixos de análises do Serviço Social

A ABEPSS passou a analisar a Categoria Trabalho por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), os quais foram criados em 2010, durante o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Dentre os GTPs, a Categoria Trabalho apresenta-se, especificamente, no grupo "Trabalho, Questão Social e Serviço Social", o qual objetiva monitorar a Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre esse eixo temático, observando projetos de pesquisa, teses e dissertações.

Entre os anos de 2010-2012, o grupo temático investigou 29 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Sobre as Dissertações e Teses relacionadas à temática do Trabalho, constatou a presença da análise formulada a partir do Serviço Social, observando-se o espaço sócio ocupacional, enquanto expressões da contradição capitalista. Comprovou também a presença das discussões sobre Economia Solidária, Geração de Renda, os Fundamentos Ontológicos e Sociohistoricos do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Políticas Sociais, a relação entre Trabalho e Educação, Trabalho e Gênero, Trabalho e Serviço Social, Sindicalismo, Trabalho e Questões Urbanas, Trabalho, Questão Social e Representações, dentre outras.

O Grupo ainda apontou algumas tendências que são de suma relevância à compreensão da produção do conhecimento, por revelar inclinações existentes na profissão, as quais expõem as alterações societárias no pós-crise de 1970 e os impactos que enaltecem a herança conservadora no Serviço Social.

Como disposto pela referida pesquisa, as tendências apresentam:

> - Expressivo número de pesquisas sobre os espaços sócio ocupacionais do assistente social em suas diferentes áreas de atuação, com ênfase na intervenção profissional;

> - Aprofundamento de estudos sobre o trabalho e questão social nos marcos da tradição marxista;
> - Significativa incidência do debate sobre a pobreza relacionando à inclusão social a partir de estudos sobre programas de geração de renda, empreendedorismo e qualificação para o mercado de trabalho;
> - Grande preocupação das pesquisas para enfrentar as expressões fenomênicas da questão social por meio de políticas sociais, com concentração nas análises sobre a política de assistência social;
> - Considerável número de produção teórica de apreciação acrítica dos temas cooperativismo, economia solidária, empreendedorismo e qualificação para o mercado de trabalho;
> - Insuficientes mediações sobre o trabalho e questão social no marco das particularidades sócio-histórica brasileira;
> - Tratamento teórico-metodológico das categorias trabalho e questão social como argumentação geral e pressuposto de pesquisa e fragilidade nas análises;
> - Influência de heterogêneas ideologias pós-modernas na produção teórica, perpassando desde tendências da gestão empresarial ao debate da nova questão social e as "novas capacidades e capital humano". (ABEPSS, 2015, p. 525-526).

Nesta pesquisa, a análise das áreas temáticas, atestam-se algumas das tendências apresentadas na pesquisa da ABEPSS. Uma delas, especificamente, chama atenção, a qual trata das inflexões do pensamento pós-moderno, que também é apresentada nas análises do Lara (2008) e Cantalice (2013).

Para a realização da análise das áreas temáticas foram avaliados 142 Dissertações, entre os anos de 2010 a 2015, que expressão a produção do conhecimento de 13 Programas de Pós-Graduação vinculados à área base do Serviço Social, com linhas vinculadas à Categoria Trabalho. Os Programas são vinculadas às seguintes Universidades: UECE; URFN; UNESP; UFPB; PUC-RS; UERJ; PUC-RIO; UFPA; UFSC; UFPE; UFAL; FUFSE e UFRJ.

O estudo teve como parâmetros: a análise do objeto de estudo, identificação do eixo analítico e área de atuação, o que permitiu proceder levantamento dos eixos temáticos referentes à Categoria Trabalho.

Diante do que foi analisado nas 142 Dissertações, de modo organizativo, elencamos os seguintes eixos analíticos: Serviço Social e Trabalho, Processo de Trabalho, Política Social/Política Pública e Trabalho, Trabalho Feminino, Processo de Reestruturação Produtiva e as Transformações no Mundo do Trabalho, Organização da Classe Trabalhadora, Legislação Trabalhista, Centralidade do Trabalho, Trabalho e Subjetividade, Trabalho e Território, Trabalho infantil, Trabalho e Terceiro Setor, Trabalho e Direitos Humanos.

De modo sistematizado, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 01- *Eixos Temáticos Sobre a Categoria Trabalho nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2010-2015.*

EIXO DE ANÁLISE	N	%
Serviço Social e Trabalho	45	31,6%
Processo de Trabalho	35	24,6%
Política Social/Política Pública e Trabalho	26	18,3%
Trabalho Feminino	10	7,04%
Processo de reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho	08	5,6%
Organização da Classe Trabalhadora	06	4,2%
Legislação Trabalhista	04	2,8%
Centralidade do Trabalho	02	1,4%
Trabalho e Subjetividade	02	1,4%
Trabalho e território	01	0,7%
Trabalho infantil	01	0,7%
Trabalho e Terceiro Setor	01	0,7%
Trabalho e Direitos humanos	01	0,7%
Total	142	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2017.

A análise que segue permite apontar os eixos analíticos sobre a categoria Trabalho. Especificamente foram identificados cinco principais eixos temáticos, quais sejam: Serviço Social e Trabalho, Processo de Trabalho; Política Social/Política Pública e Trabalho, Trabalho Feminino e o eixo Processo de Reestruturação Produtiva e as Transformações no Mundo do Trabalho.

Encontrados em menor expressividade atestou-se ainda os eixos seguintes: Organização da Classe Trabalhadora, Legislação Trabalhista, Centralidade do Trabalho, Trabalho e Subjetividade, Trabalho e Território, Trabalho Infantil, Trabalho e Terceiro Setor, Trabalho e Direitos Humanos, apresentam uma discussão pontual e sucinta com fragilidade temática.

Nas análises seguintes abordar-se, especificamente, os cincos eixos que sinalizam maior incidência na análise investigativa realizada por esta pesquisa.

No eixo Serviço Social e Trabalho analisa-se o exercício profissional, as condições de trabalho, as relações de contrato, a materialização dos princípios éticos da categoria profissional, a divisão sexual do trabalho, dentre outras dimensões.

Verificou-se preocupação investigativa em torno da compreensão do trabalho dos assistentes sociais nos mais diversos campos de atuação das Políticas Sociais, com destaque

para a análise da atuação profissional do Serviço Social na Política de Assistência Social e na Política de Saúde. Ademais, citam-se: Trabalho do Assistente Social no Programa de Medidas Socioeducativas e na Política de Educação.

Averiguou-se, também, a preocupação em analisar as novas demandas impostas ao Serviço Social pelo processo de reestruturação produtiva do capital. Algumas já existentes, mas que passam a ser aprofundadas a partir de 1970-1990. Destacam-se: Trabalho do Assistente Social em empresas, o Trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor, o enfrentamento da categoria com relação ao Assédio Moral, Trabalho dos Assistente Social na Educação Ambiental e o Trabalho do Assistente Social junto a Gestão de pessoas.

As transformações no mundo do trabalho inflexionaram duramente o Serviço Social, o espaço ocupacional do Serviço Social é completamente dinamizado pelo cenário da reestruturação produtiva, inclusive com a expansão do trabalho flexibilizado, materializado pelo capitalismo financeiro.

Apesar dos impasses conjunturais, o Serviço Social chega aos anos 2000 com um arcabouço político, social e jurídico consolidado. O período de alento, vivenciado pela política brasileira, a partir da ascensão dos governos liderado pelo Partido dos Trabalhadores, fez com que a organização política da classe trabalhadora estivesse apaziguada frente a realidade social, que travestia-se em uma aparência representativa, por meio da política do consenso.

Isso adentra a profissão, que passa a organizar-se de modo a defender os seus direitos conquistados e a não mais se deter, exclusivamente, como foi no período de renovação, a formulação de mecanismos que viessem a fortalecer o já existente, Projeto Ético Político. Justifica-se, assim, a perceptível timidez no trato das contribuições teóricas que envolvem o trabalho do assistente social junto aos movimentos sociais, bem como também as contribuições sobre a efetivação do Projeto Ético Político da profissão. Os estudos, que se materializam pelas dissertações investigadas, na verdade, apresentam a fragmentação em que coloca-se as análises realizada por esta categoria que ocupa-se a investigar questões fracionadas, por grupos identitários, sem a realização da análise da totalidade, com as mediações necessárias para o acompanhamento da realidade social.

Isto reverbera, também, em modestos estudos que relacionam o exercício profissional e a teoria crítica do marxismo, ou seja, a compreensão dos espaços sócio-ocupacionais nos processos contraditórios, advindos da relação desigual da sociedade capitalista. A longo prazo, o distanciamento e a despreocupação pela teoria social crítica pode nos custar a perda de direção

política, fazendo com que o profissional do Serviço Social se torne um mero executor de políticas, perdendo-se a perspectiva generalista, em prol de uma formação puramente tecnicista.

No que tange o Eixo sobre o Processo de Trabalho, compreende-se os estudos que envolvem análises em torno do processo de trabalho, ou seja, as análises relacionadas ao campo de atuação da classe trabalhadora, com enfoque para as condições de produção e reprodução do trabalhador.

Distingue-se do Eixo relacionado ao Trabalho e Serviço Social, por apresentar discussões relacionadas a outras categorias profissionais, atentando para as condições de trabalho e adoecimento da classe trabalhadora, com ênfase ao adoecimento mental.

Compreende a análise sobre a precarização do trabalho, a informalidade e o desemprego que assola os trabalhadores, envolvendo as discussões sobre o trabalho produtivo e improdutivo. Compreende, minimamente, estudos sobre o processo de trabalho na cooperativa, na agricultura familiar, com análises voltadas para o trabalho social.

Este eixo reflete as atuais condições em que encontra-se o/a trabalhador/a, representando o real cenário do processo de trabalho na contemporaneidade, mediada por um Estado à serviço da burguesia, em uma liberação explicita da precarização do trabalho, que – na realidade brasileira – tende a ser agravada, com a proposta de (contra) reforma trabalhista.

Política Social e Trabalho, constitui-se o terceiro eixo de análise tratando dos estudos desenvolvidos entre a relação da Política Social/Política Pública e a Categoria Trabalho. Centra-se em estudos que buscam o entendimento da efetivação de determinadas Políticas Sociais/Públicas por meio do trabalho de diversos setores/categorias de trabalhadores.

A Política Social é historicamente o principal campo de atuação do Serviço Social, por ser o mecanismo de enfrentamento das expressões da "questão social", nas sociedades capitalistas democráticas. As discussões que envolvem a Política Social ganham maior expressão no Brasil a partir do processo de redemocratização política em 1990, após o exaurimento formal do golpe de 1964. (BEHRING e BOSCHETTI, 2016).

Deste modo, os eixos compreendem a análise da Política de inserção no mercado de trabalho e a política de cotas, bem como o acesso dos trabalhadores as diversas políticas, com enfoque para a política de Assistência Social, devido o acesso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Politica previdenciária, pelo acesso aos benefícios e aos direitos trabalhistas.

Há análise em torno da Política de Saúde e as inflexões para o acesso dos trabalhadores, voltando-se para a formação das equipes multiprofissionais na Política de Saúde do Trabalhador

e em programas/políticas educacionais para efetivação e inserção no mercado de trabalho, relacionando com a economia solidária e com as medidas socioeducativas.

A aproximação com as Políticas de Previdência, Assistência Social e Saúde, como campo de investigação do Serviço Social, se dá pela inserção dos/as assistentes sociais junto a formulação e implementação destas políticas, que passam a ser campo de atuação majoritariamente destes profissionais, o que justifica a modéstia no trato do trabalho desenvolvido junto a política de habitação e o incentivo às políticas de microcréditos para os trabalhadores, por serem estes campos de atuação profissional ainda restritos ao Serviço Social.

No eixo Trabalho Feminino focaliza estudos sobre a compreensão das condições de trabalho feminino. A utilização do termo feminino ao invés de gênero se dá pelo fato das temáticas presentes nas dissertações centrar suas análises apenas na questão da mulher trabalhadora.

Observou-se que os estudos abordam o processo de trabalho feminino, analisando as condições de trabalho, processo de produção e reprodução feminina pelo trabalho. Apresenta preocupação sobre a compreensão da divisão sexual do trabalho e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Encontra-se ainda, estudos relacionados a prostituição feminina, apontando esta atividade como campo de trabalho.

Na pesquisa realizada por Cantalice (2013) as análises referentes a gênero – que englobam também o trabalho feminino – constituíam-se entre as temáticas de maior expressão nas análises realizadas pelo Serviço Social. A intelectual atentava para as inflexões do pensamento pós-moderno nesta temática, pelo fato de expressar um campo permeado por um movimento feminista de base pós-estruturalista, ancorando os estudos nas discussões sobre representação social, desarticulado do caráter de classe.

Reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, último eixo de destaque, é emblemático, pela sua particularidade em estar presente, de modo indireto, nos demais eixos temáticos. Todavia, condensa discussões que foram inauguradas a partir do processo de reestruturação produtiva e as transformações ocasionadas por este processo. A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho são tratadas, enquanto objeto de estudo e não como marco temporal, como encontrado nos demais eixos.

É importante frisar que os dados encontrados seguem a tendência apontada nos estudos realizado por Lara (2008), no qual a abordagem dos eixos se deu a partir das mudanças ocasionadas no mundo do trabalho a partir da crise estrutural do capitalismo iniciada em 1970. Tratam-se de análises que abordam elementos próprios do processo de reestruturação produtiva,

que resultou em transformações no mundo do trabalho, como observa-se nas seguintes temáticas: Racionalidade produtiva, política e econômica estabelecida por este processo; as novas atribuições profissionais e a constante necessidade de qualificação para a operacionalização do novo modelo acumulativo flexível, que tem na sua centralidade a "linguagem" materializada na tecnologia.

Além disso, encontram-se ainda discussões referentes as formas de controle nos padrões contemporâneos de organização do trabalhador, a automação e o resultado para a saúde do trabalhador. Assim como também observa-se que a polivalência é temática presente, nos estudos sobre a flexibilização do trabalho, junto as formas de incentivo ao empreendedorismo e a qualificação profissional, que reverbera nas discussões sobre a gestão empresarial e as novas formas de organização do trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES

Os eixos analíticos revelaram a existência da preocupação do Serviço Social sobre a sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, nos mais variados campos de atuação. A investigação dos eixos apresenta as temáticas que vêm sendo trabalhadas pelo Serviço Social, o que ocasiona preocupação, por não haver expressividade em algumas discussões que ao meu ver são essenciais para o direcionamento crítico da profissão. Me refiro as seguintes temáticas: Organização da Classe Trabalhadora, Centralidade do Trabalho, Trabalho e Direitos Humanos, entre outras.

A respeito da falta do debate que envolve a Organização da Classe Trabalhadora, Lara (2008, p. 245 grifos do autor) já havia apontado como uma problemática em sua pesquisa, na qual destacou que apesar do momento conjuntura ser difícil para a organização "[...] não podemos nos contentar em produzir um saber sobre a principal contradição da vida social [...] e nos satisfazer com breves denúncias da degradação do trabalho, sem ter como pressuposto a busca da *potência revolucionária do trabalho*".

No mais, a pesquisa mostrou a preocupação da Produção do conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, expresso nos eixos de análises. O Trabalho é visto como pressuposto para o entendimento da "Questão Social", o que assegura a vitalidade da tese de Iamamoto e Carvalho (2013).

REFERÊNCIAS

ABESS. Formação profissional: trajetórias e desafios. In: **Caderno Abess**, n.7, Cortez: São Paulo, 1997.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

AMARAL, A. S.; NEVES, D.; PERUZZO, J. F. *et al.* Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, "Questão Social" e Serviço Social. In: **Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n.30, jul./dez. 2015.**

CANTALICE, L. B. O. **As inflexões do Pós-Moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 39º ed. São Paulo, Cortez, 2013.

KAMEYAMA, N. A Trajetória da Produção do Conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências. In***: Cadernos ABESS*** (nº 8). São Paulo: Cortez, 1998. p. 33-76.

LARA, R. **A Produção do Conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. (Tese de Doutorado) Franca/SP: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 2008.

TAVARES, M. Questão Social e Serviço Social em debate. In*:* **Temporális – Diretrizes Curriculares do Curso de serviço Social – Julho a Dezembro de 2007.**

GT 6 – SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES E GERAÇÃO

MULHER NA POLÍCIA: um estudo em Campina Grande/PB

Djailma Maria Lemos Taveira[176]
Thaísa Simplício Carneiro Matias[177]
Ana Raquel Dantas de Azevedo[178]
Ana Paula Ferreira Agapito[179]
Aliceane de Almeida Vieira[180]

RESUMO

O presente artigo versa sobre a mulher na Polícia Militar, especificamente, do 2º Batalhão de Campina Grande/PB. Objetiva analisar os motivos que levaram as policiais optarem pela referida profissão. Trata-se de um estudo explicativo com enfoque qualitativo, junto a 20 Policiais Militares femininas, por meio de entrevista semiestruturada. Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Salientamos que o estudo se encontra em conformidade com os preceitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. A partir dos dados obtidos, constatou-se que a estabilidade financeira e/ou profissional, a influência de parentes ou pessoas próximas, vontade, sonho e admiração pela instituição, foram os fatores que contribuíram para as pesquisadas escolherem esta profissão. Os resultados do estudo corroboraram para a análise de que, frente à flexibilização do trabalho e de suas relações, as mulheres migram em busca de estabilidade financeira e profissional entre outras garantias trabalhistas.

[176] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Patos/PB. E-mail: djailmamaria_mima@hotmail.com
[177] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UEPB. E-mail: thaisasimplicio@hotmail.com
[178] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-graduada em Políticas Públicas e Gestão do Sistema Único de Assistência Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP; Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Patos/PB. E-mail: raquel-kel25@hotmail.com
[179] Bacharela em Serviço Social e Especialista em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: anaagapto@hotmail.com
[180] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alicealvieira@gmail.com

Palavras Chave: Gênero. Trabalho. Polícia Militar. Segurança Pública.

ABSTRACT

This article deals with women in the Military Police, specifically, the 2nd Battalion of Campina Grande/PB. It aims to analyze the reasons why the police opted for this profession. This is an explanatory study with a qualitative approach, working with 20 Military Police Officers, using a semi-structured interview. To analyze the data, the technique of content analysis was used., We emphasize that the study is in accordance with the precepts of Resolution 196/96 of the National Health Council. From the data obtained we verified that the financial and/or professional stability, the influence of relatives or close people, desires, dream and admiration by the institution were the factors that contributed to the people choosing this profession. The results of the study corroborated the analysis that, in face of the flexibilization of work and its relations, women migrate looking for financial and professional stability among other work guarantees.

KEYWORDS: Gender. Job. Military police. Public security.

1. INTRODUÇÃO

As lutas e conquistas das mulheres ao longo da história foram bastante árduas. Em determinados momentos de ampliação dos direitos e avanços democráticos, as mulheres não foram favorecidas da mesma forma que os homens.

Todavia, no que tange ao mercado de trabalho, o desenvolvimento tecnológico e o avanço das economias estatais propiciaram a criação de novos postos de trabalho para as mulheres, principalmente, no setor terciário[181]. Aumentou, significativamente, a demanda de trabalho feminino nos espaços burocráticos, na área do ensino, da saúde, dentre outros[182]. Aos poucos, as mulheres ocuparam postos de trabalho que até então eram eminentemente masculinos, sobretudo, nos períodos de guerra.

O presente trabalho buscou analisar os motivos que levaram as policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB a optarem pela profissão. Para tanto, foi

[181] O setor terciário abrange todos os serviços em geral: o comércio, serviço de armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviço de água e esgoto e administração pública (SANDRONI, 1999 apud SILVA, 2005, p. 19).

[182] Neste sentido, "essa entrada no espaço público trouxe experiências significativas de liberdade e de responsabilidade a essas mulheres, aumentando sua autoestima e, consequentemente, reduzindo as barreiras entre trabalhos masculinos e femininos" (BETIOL, 2000 apud CAPPELLE; MELO, 2010, p. 77).

proposto nos objetivos específicos traçar o perfil socioeconômico e cultural das Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM); identificar o tipo de trabalho exercido por essas profissionais na instituição; verificar os desafios enfrentados pelas Policiais Militares no exercício profissional, bem como analisar as contribuições do seu trabalho para a instituição.

Utilizamos como método de abordagem o dialético-crítico, uma vez que se trata de um estudo explicativo com o enfoque qualitativo, por este se preocupar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2011).

Na amostra da pesquisa, elegemos 10 policiais femininas que executam trabalhos administrativos e 10 que executam trabalhos operacionais, correspondendo a 50% do contingente feminino da instituição. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista do tipo semiestruturada e após autorização das pesquisadas, as entrevistas foram gravadas para garantir maior fidelidade na análise dos dados. Após a tabulação dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo com vistas à melhor compreensão e interpretação dos dados coletados.

2 RELAÇÕES DE GÊNERO: mulher, desigualdade e mercado de trabalho

Discutir a categoria gênero é importar da história elementos que contribuíram (e ainda contribuem) para a sustentação, ao longo do tempo, de um sistema de dominação, opressão e supressão dos direitos e do reconhecimento da mulher na sociedade.

De acordo com Lamas (2000), gênero corresponde às ideias que fazem partem de uma cultura sobre o que é "próprio" dos homens e "próprio" das mulheres, de maneira que permite compreender que não é a anatomia (biológico) que posiciona homens e mulheres em hierarquias diferentes, mas sim, a simbologia que a sociedade atribui a esses.

Ainda vivemos em uma sociedade, cujos valores e normas transmitidos são predominantemente de cunho machista e repressor, aos quais a mulher tem que se submeter, caso não queira transgredir os costumes. (GUIRALDELLI; ENGLER, 2008). Assim, o feminismo surge como movimento emancipatório e questionador das bases que sustentam a exploração das mulheres no tecido social. Questiona, pois, os grilhões que oprimem, produz e reproduzem a condição de submissão e subalternidade dada às mulheres ao longo da história.

O desenvolvimento das cidades, entre os séculos XVIII e XIX, impulsionado pelo capitalismo industrial nascente, atraiu as mulheres à procura de trabalhos remunerados. Tem-

se, então, abertura de postos de trabalho para mulheres nas fábricas como forma de atender as necessidades do novo modo de produção.

A estratégia do capitalismo, com a entrada em massa de mulheres (e crianças) era explorar o trabalho de toda a família de maneira a provocar o rebaixamento dos salários, sobretudo, do trabalho masculino, gerando e incentivando a competição entre homens e mulheres alargando, assim, as desigualdades de gênero.

Conforme Santos e Oliveira (2010), o Modo de Produção Capitalista (MPC) foi e continua a ser favorecido pela opressão vivida pelas mulheres, tanto no quesito ideológico (através da reprodução do papel conservador da família e da mulher), quanto no aspecto da inserção precária da mulher no mercado de trabalho.

Diante do exposto, constatamos que o ingresso feminino no mundo do trabalho constituiu-se como uma via de mão dupla, posto que se por um lado possibilitou avançar no processo de emancipação feminina (minimizando a dominação do âmbito doméstico), por outro, permitiu que esse sistema ampliasse a exploração da força de trabalho através do trabalho feminino.

Para Santos e Oliveira (Ibidem) o mundo produtivo pode desvendar relações de desigualdades, uma vez que as relações existentes entre gênero e classe nos permitem constatar uma construção social sexuada do trabalho, na qual os homens e as mulheres são qualificados e capacitados para o mercado de trabalho de formas diferentes.

Bruschini e Puppin (2004) na pesquisa "*Trabalho de mulheres executivas no Brasil no fim do século XX*" constatou que há um perfil idealizado para os homens e mulheres assumirem a direção ou presidência de uma grande empresa e/ou multinacional[183]. A pesquisa apontou que poucas entrevistadas ocupavam cargos de direção e, as que ocupavam, se concentravam em áreas tradicionalmente femininas, como a social, cultural ou da saúde.

O estudo exemplifica a distinção na qualificação e capacitação destinada para homens e mulheres no mercado de trabalho (uma vez que os homens são preparados para ocupar cargos de liderança), bem como permite visualizarmos a ocorrência dessa divisão sexual do trabalho. Contudo, na virada do século XIX para o XX ocorreram avanços significativos das conquistas das mulheres na sociedade por meio da forte presença do Movimento Feminista[184] (MF) que tornou a luta das mulheres mais organizada e sistematizada.

[183] As entrevistadas da pesquisa supracitada trabalham em algumas dessas empresas: Banco do Brasil; Wella; Editora Record; Coca-cola Company; Empresa de Telefonia (ATL); dentre outras.
[184] O movimento feminista despertou em fins do século XVIII, momento de difusão das teorias iluministas; no entanto, o marco das experiências do movimento em tela se deu entre os séculos XIX e XX. De acordo com Sales,

3 A MULHER NA POLÍCIA MILITAR

O ingresso das mulheres na polícia relaciona-se com a iniciativa de aproximação com a sociedade e se coaduna, sobretudo, com a crise da própria instituição no que tange a organização de trabalho (CALAZANS, 2005).

A inserção da mulher nas polícias brasileiras ocorreu a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, por questões internas da própria instituição (NASCIMENTO, 2010). Este ingresso coincide com o período pós-ditatorial quando o Estado procurava legitimar-se perante a sociedade e o país buscava uma abertura política, uma redemocratização estrutural.

O estado de São Paulo teve papel expressivo para a criação dos contingentes femininos não somente nas Polícias Militares, mas também, nas Forças Armadas do país. A incorporação de mulheres na PM não derivou de movimentos reivindicatórios. Nesse sentido, o trabalho idealizado para as mulheres na PM tinha um cariz assistencialista, voltado a grupos geracionais dentre outros demandas (NASCIMENTO, 2010).

Para Calazans (2004 apud CAPPELLE; MELO, 2010), as instituições policiais apenas promoveram um processo de "feminização" sem que houvesse uma discussão sobre esse fato, atendendo apenas a uma tendência do mundo do trabalho.

No país o marco legal para consolidar a incorporação de mulheres aos quadros regulares da PM foi o Decreto Lei nº 667, de 2 de Julho de 1969. No Estado, o contingente feminino[185] na PM é regulamentado no Art. 5º da Lei Estadual nº 7.165/2002[186]. O 2º BPMPB, denominado "O Guardião da Borborema", encontra-se situado no município de Campina Grande – PB. À época da pesquisa, o efetivo da Corporação era aproximadamente 820 policiais militares (779 do sexo masculino e 41 do sexo feminino) e ocupavam as seguintes graduações: Coronel,

Amaral e Esmeraldo (2000), o movimento feminista apresentou-se como um movimento social que interferiu profundamente no cenário político e social do ocidente, posto que o mesmo se constituiu como um movimento de resistência e crítica das normas sociais postas. No centro do projeto estava a "multiplicidade, a pluralidade do político e a impossibilidade tanto da unificação quanto da hegemonia do universal nas sociedades divididas pelas relações sociais de sexo e de gênero, entre outras" (SALES; AMARAL; ESMERALDO, 2000, p. 15-6).

[185] O trabalho das mulheres na PM consiste em: missões de policiamento ostensivo, policiamento de trânsito, bombeiros, choque, polícia florestal, ciclo patrulha, Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), rádio patrulhamento, policiamento escolar e no serviço de administração, saúde e banda de música. Dessa forma, elas estão integradas operacionalmente em todas as atividades da Polícia Militar (SECOM, 2008).

[186] A Polícia Militar disporá de um efetivo policial militar feminino, até 5% (cinco por cento), do seu efetivo total (PARAÍBA, 2002 apud NASCIMENTO, 2010).

Tenente Coronel, Major, Capitão, 1º e 2º Tenentes, Aspirante a Oficial, Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargentos, Cabos e Soldados.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada entre 17 de agosto a 15 de setembro de 2012. A amostragem equivaleu a 50% do contingente feminino da instituição, onde entrevistamos 10 que trabalham na burocracia (B) e 10 do serviço operacional (OP), por meio de entrevista semiestruturada, utilizando um gravador para viabilizar a captação das falas, mediante o consentimento. Em seguida, os dados foram analisados por de análise de conteúdo. Pontuamos que o estudo encontra-se em conformidade com os preceitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, considerando as questões éticas, diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos.

Quanto ao perfil socioeconômico e cultural das entrevistas, 5% das policiais tinham idade entre 46 a 50 anos e 15% tinham entre 41 e 45 anos, constatando que o ingresso das mulheres na PM foi tímido tendo em vista a abertura desse campo de trabalho somente no final da década 1980.

As policiais com idades entre 31 a 35 anos e entre 36 a 40 anos representavam 30% e 10% das profissionais, respectivamente. A partir dos dados coletados, constatou-se que o contingente do 2º BPM era formado por jovens, visto que 15% tinham entre 20 e 25 anos e 25% tinham entre 26 e 30 anos.

Com relação ao estado civil, foi verificado que 55% das entrevistadas eram casadas, mães e se revezam entre o trabalho profissional e doméstico. Apenas 5% eram divorciadas e houve um percentual considerável de policiais solteiras (40%). Verificou-se que todas, independentes do estado civil, buscavam conquistar seu espaço e respeito profissional, tanto dos colegas de profissão quanto dos familiares, revelando o desejo de conseguir independência financeira.

No quesito escolaridade, 40% possuíam o ensino médio, 35% tinham ensino superior completo e que 25% possuíam ensino superior incompleto. Quanto à ocupação dos cargos, a maioria (45%) eram Soldados, 25% Cabos, 10% Sargentos e 15% eram Tenentes. Contatou-se que as policias de alta patente ainda eram minoria, apenas 5%, eram Capitães.

Com relação à renda mensal das entrevistadas, verificamos que a maioria (40%) das militares recebiam entre 2 e 3 salários mínimos; 25% recebiam entre 3 e 4; 15% recebiam entre

4 e 5 e que a proporção das que recebiam entre 1 e 2 salários e acima de 5 eram iguais, equivalentes a 10%.

No que se refere ao tempo de serviço na instituição, foi observado que as policiais que tinham entre 5 e 10 anos eram maioria (35%) e, em seguida, as que tinham entre 20 e 25 anos com 30%. As que ingressaram na instituição de 6 meses a 1 ano eram 25% e entre 10 a 15 anos equivaliam a 10% do contingente feminino institucional. Diante dos dados apresentados, constatou-se que a maioria das profissionais estavam há mais de 25 anos na Corporação, apesar disso, não havia discussão de gênero na referida instituição, tão pouco planejamento para recebê-las.

Ao indagarmos sobre quando e porque as entrevistadas decidiram ingressar na profissão, foram identificadas cinco tendências. A primeira versou sobre uma *vontade/sonho* de ser militar, onde 04 entrevistadas afirmaram ter sido essa a motivação, conforme a fala E10: "Desde pequena eu tinha esse pensamento de ser policial. [...] Porque eu acho uma profissão tão bonita, apesar de ser tão difícil [...]. Agora quando eu ingressei na policia foi em 1990".

A segunda tendência revelada apontou uma *admiração* pela instituição, na qual apenas 01 das indagadas respondeu:

> Eu sempre tive admiração pelo militarismo em si. Pela hierarquia, a disciplina, eu sempre admirei. [...] Achava bonito, admirava a profissão. [...] Então, quando foi no ano de 2002, eu fiz meu primeiro concurso que, no caso, era um curso de Oficiais, onde era disponibilizadas 5 vagas, mas infelizmente eu não passei. Aí no ano de 2004 houve um novo concurso para o curso de soldados, eu fui aprovada e estou até os dias de hoje (E8).

A terceira tendência tratou de uma *curiosidade* e apenas 01 respondeu conforme essa tendência. Segundo a entrevistada (E4), "Foi assim, por acaso. Vi a inscrição, aí resolvi fazer [...] Foi só por curiosidade, aí deu certo". A quarta tendência encontrada apontou à *influência de parentes ou pessoas próximas*. De modo que 05 responderam a esse respeito, conforme a fala da entrevistada E12: "Devido à influência do meu pai. Porque meu pai era militar, e eu sempre convivi com o militarismo em casa e sempre tive a vontade de fazer".

A última tendência apareceu com maior frequência e versou sobre a *estabilidade profissional/financeira*. Foram 09 as entrevistadas que indicaram essa tendência, exemplificada na fala de E14: "Estabilidade profissional. [...] Na realidade, foi só um concurso a mais. [...] Aí passei. [...] eu nem imaginava que fosse ser chamada, aí fui convocada e vim; mas não era um sonho. Foi mais por estabilidade profissional mesmo".

Como observado, a busca por uma estabilidade profissional e financeira conduziu às mulheres a ocupar os diversos espaços de trabalho. Assim, diante da retração dos direitos sociais e do quadro insegurança do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras veem nos concursos públicos uma garantia de obter estabilidade tanto profissional quanto financeira.

Quando interpeladas sobre qual a impressão que tinham da instituição, antes e depois do ingresso na polícia, 08 responderam ter uma impressão positiva tanto antes quanto depois de se tornarem policiais.

As que tinham uma impressão positiva e se transformou em uma impressão negativa foram 02. A impressão negativa, atribuída à instituição se revelou pelas condições de trabalho na PM, de modo que foi destacada a questão da precarização do ambiente de trabalho e ausência de estrutura:

> Antes de entrar? Que era perfeita. [E hoje?] Que não é perfeita (risos). Quando a gente vê de fora um determinado setor, um determinado local, a gente pensa que tudo nele funciona como deveria funcionar. Que a gente vê o policial lá, todo fardado, todo bonitinho e tudo aquilo ali é o governo quem dá. [...] Que tem toda uma estrutura por trás de toda aquela preparação, mas quando a gente entra aqui, a gente vê que na realidade não é. Que essa estrutura na realidade não existe, que o policial ali, fardado, bonitinho é ele está pagando do bolso dele para ficar daquele jeito. Essas coisas... (E9, OP).

Das 05 entrevistadas que reconheceram ter uma visão negativa da polícia inicialmente, mas hoje a vê com outros olhos (positiva), a Entrevistada 11 (B) exemplifica essa afirmativa ao discorrer que:

> Não conhecia o interior dela, [...] mas com o tempo eu via até de uma forma pejorativa. Depois eu fui vendo que [...] para tudo que a gente tinha um argumento negativo, existia um argumento positivo. Eu passei a ser o outro e eu entendi porque todas as negativas que a polícia tinha.

Há ainda 05 que afirmaram não ter nenhuma impressão ou perspectiva com relação à instituição, a exemplo da Entrevistada 20 (OP) que "nem observava. Não sabia nem como era" ou conforme a Entrevistada 15 (OP) ao relatar que "não tinha impressão nenhuma".

Ao perguntarmos se as policiais *consideravam seu trabalho respeitado pela instituição,* das 20 entrevistadas, apenas 04 responderam que não se consideram valorizadas pelos serviços prestados e os motivos desse desrespeito são diversos.

As policiais apontaram a falta de companheirismo dos colegas em determinadas situações; falta de compreensão por parte da instituição; desvalorização da pessoa humana. Dessa maneira, além da desconfiança constante da população sobre a instituição a qual representam essas policiais ainda convivem com a não valorização do seu trabalho pela instituição policial e pelos demais órgãos da Segurança Pública. Sobre esse fato, a Entrevistada 11 (B) nos revela que seu trabalho é respeitado pela instituição, entretanto:

> Pelos órgãos públicos não. Os maiores, tipo o governador, que não passa o Plano de Cargos e Carreira, entendeu? E, às vezes até a própria população também não entende uma atitude, não minha, burocrática, mas uma atitude fim de um policial que está ali estressado, que tem que trabalhar 12/24[187], entendesse? Que está todo dia na rua, não tem tempo de estar com a família. Suga um pouco da pessoa, do tempo, entendeu?

Perguntamos se ao ingressarem na instituição, perceberam diferenças no trabalho entre homens e mulheres? Do total das entrevistadas, 11 disseram que há e 09 negaram a existência de diferenças.

Foram apontados, pelas entrevistadas, diversos elementos que elas atribuíram à diferença de trabalho ou direcionamento do mesmo. Algumas colocaram que o treinamento durante o curso é o mesmo; o trabalho é o mesmo; que as mulheres podem optar tipo de serviço (burocrático ou operacional); mas que há resquícios de machismo na instituição.

Algumas entrevistadas afirmaram que não houve ou não há um direcionamento do trabalho para as mulheres, Entretanto, 01 das entrevistadas disse ter havido direcionamento do trabalho e, ainda, que certos colegas acreditam ser desnecessária a presença da mulher na instituição militar.

> (Silêncio seguido de risos!) Sim. Sim. Quando eu entrei a maioria das mulheres que faziam parte da minha turma que queriam ir para o serviço operacional não tinha autorização na época. [...] o Comandante que estava à frente do Batalhão designou que todas fossemos para o serviço burocrático porque a necessidade, segundo ele, era maior e, dessa forma, todo mundo ia ser empregado na burocracia. E assim, uma das que conseguiu sair, ela teve que lutar muito para poder ir para o serviço operacional no ano de 2006, quando a gente voltou do curso. Então teve essa diferença sim (E8, B).

[187] Na Polícia Militar os dias de serviço são determinados por "escala". No 2º BPM, para os que trabalham na atividade *fim* (serviço OP) a escala de serviço é 12/24; ou seja, trabalham 1 dia e folgam 2.

No tocante ao fato dos colegas não quererem trabalhar com mulheres ou mesmo entenderem que é desnecessária a presença destas na instituição Polícia Militar, o que podemos constatar é que, mesmo as mulheres recebendo o mesmo treinamento que os homens e adentrando na instituição da mesma forma (via concurso público), estes ainda não sentem firmeza em trabalhar com as mulheres no serviço ostensivo, no serviço operacional, de rua.

Ao indagarmos se os colegas diferenciam o tratamento pelo fato de serem mulheres, a maioria (12 entrevistadas) afirmaram não haver essa distinção. Para estas ocorre que "Eles tem mais cuidado, na rua. Eles tem mais cuidado. São mais zelosos" (E15, OP).

Uma das entrevistadas associou a visão negativa que boa parte dos colegas tem sobre as policiais ao fato de que, quando a mulher pode optar pelo tipo de trabalho, a maioria escolhe trabalhar na burocracia.

Entretanto, cabe salientar que, conforme os dados do perfil, 55% são casadas, mães e isto também contribui para explicar o fato de tal opção. De acordo com Cappelle e Melo (2010) a questão da maternidade é um dos motivos que fazem a policial se afastar do trabalho nas ruas, operacional, pelos perigos que esse tipo de trabalho oferece.

Tal fato é comprovado na fala da Entrevistada 15 (OP), quando ela afirma que o seu desafio é "sair de casa todo dia e deixar o meu menino e vim sem saber se vai voltar pra casa ou não". Por essa razão, muitas abrem mão da carreira operacional em virtude da praticidade oferecida pelo serviço burocrático em conciliar vida profissional e pessoal.

Diante de uma profissão na qual se convive diariamente com o risco de morte, interpelamos as policiais sobre qual o maior desafio que elas já enfrentaram (ou enfrentam) no exercício do seu trabalho. A este respeito obtiveram-se respostas bastante diversificadas. Entretanto, os mais apontados foram com relação à estrutura física (03) e conciliar vida profissional/pessoal (06).

Sobre esse último, Cappelle e Melo (2010) revelam que a mulher que trabalha fora de casa convive com uma sobrecarga de trabalho, pois as tarefas domésticas ainda são, integralmente, responsabilidade apenas das mulheres, uma vez que os companheiros que ajudam em casa ainda são exceção à regra.

Segundo Butler (1981 apud CAPPELLE; MELO, 2010), as mulheres tem quebrado seus próprios estereótipos, vencendo seus medos na perspectiva de diminuir a "culpa" por ficarem pouco tempo com a família em prol da sua inserção no mercado de trabalho.

Sobre como as policiais percebem a contribuição do seu trabalho para a instituição: 07 relacionaram com a contribuição dada à instituição e junto aos superiores; 06 afirmaram que o

seu serviço contribuiu com a sociedade, com a manutenção da ordem pública, pela prevenção de crimes; 03 disseram que a importância se dá pela sua disciplina e dedicação ao trabalho e 03 acreditam contribuir elevando o nome da instituição.

Apenas 01 das entrevistadas disse não haver contribuição do seu trabalho ao 2º BPM, pois a instituição nega o reconhecimento ao trabalho do policial e por isso não percebe essa contribuição. "Não tem não. Esse reconhecimento à polícia não dá o reconhecimento ao policial, só dá se for uma coisa que vá exaltar demais o Comando, entendeu?" (E20, OP).

Indagamos ainda sobre o que elas acham das mulheres ocuparem cargos na PM: os adjetivos foram os melhores e mais variados. Todas acreditam ser interessante a mulher ocupar mais esse espaço de trabalho, de quebrar preconceitos, estigmas, de mostrar competência e buscar uma equidade no mercado de trabalho.

De acordo com 05 entrevistadas, as mulheres ocupando cargos na PM, é algo normal, legal, o máximo, incrível, é um avanço; 02 disseram ser maravilhoso; 02 apontaram ser ótimo; 03 acham importante; 03 afirmam ser excelente e 05 colocaram como algo bom.

Foi identificado que as policiais consideram uma conquista o ingresso das mulheres na PM, uma quebra de barreira, de limites e que com o avançar da história e das necessidades do mercado de trabalho é normal que a mulher ocupe espaços que até então eram eminentemente masculinos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a história das mulheres é feita de luta, conquistas e desafios. Vem sendo construída a partir de relações de poder e de dominação de um sexo sobre outro. Trata-se de uma correlação de forças que tentou por muito tempo (e ainda hoje consegue) controlar, dominar e silenciar a presença da mulher no espaço público.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, as transformações do MPC trouxeram a necessidade de incorporação da mulher ao mundo do trabalho. Todavia, esse ingresso se deu em espaços precarizados, informais e ligados ao terceiro setor. Em um contexto de retração de direitos, as mulheres migraram em busca de empregos que garantisse estabilidade financeira e profissional, fatores que contribuíram, por exemplo, para o ingresso em espaços que antes eram exclusivamente masculinos (como a PM).

Dessa forma, pudemos constatar que a entrada de mulheres na PM foi um avanço, uma conquista. Muito embora, as relações de poder, típicas das organizações com alto grau de

hierarquia e disciplina, às vezes revelam o "preconceito velado" que ainda há, por mais que não se admitam.

O nosso estudo revelou a falta de reconhecimento profissional e pessoal dos que compõem a Corporação, a ausência de estrutura física, assim como a incompreensão a que estão submetidas, cotidianamente, esses profissionais, tanto pela instituição, quanto pela sociedade.

É necessário aprofundar a discussão sobre na Segurança Pública, com vistas a analisar, criticamente, às lacunas na implementação da política em tela. Nesse sentido, cabe ao Serviço Social apropriar-se tanto da discussão sobre gênero, quanto sobre a temática da Segurança Pública, visto que há uma apatia da categoria profissional em afundar-se no debate sobre esta política, tendo em vista que nos próprios congressos da categoria, são escassas as publicações referentes ao tema.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

CALAZANS, M. E. de. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. **La Salle** - Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 10, n. 2, 2005.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Ram, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, Edição Especial, p. 71-99, mai./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n3/a06v11n3.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GUIRALDELLI, R.; ENGLER, H. B. R. As categorias de gênero, raça e etnia comoevidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008.

LAMAS, M. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Proposta**, n. 84/85, mar./ago. 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, I. O. **Mulheres nas instituições policiais militares do Brasil**: reflexões contemporâneas, 2010. Mimeografado.

SALES, C. de M. V.; AMARAL, C. C. G. do; ESMERALDO, G. G. S. L. (Orgs.). **Feminismo:** memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

SANTOS, S. M. de M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010.

SECRETARIA DE COMUNICA DO ESTADO DA PARAÍBA (SECOM). **Mulheres já são quase 600 na Polícia Militar da Paraíba**. 2008. Disponível em: <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=61121> Acesso em: 4 dez. 2011.

SILVA, M. B. **Contribuição do setor terciário para em Vitória da Conquista**. 2005. 75 f. Monografia (Especialização em Controladoria) – Faculdade de Ciências Contabéis, Fundação Visconde de Cairu, Vitória da Conquista, BA, 2005.

Resumos

GT 1 - ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL - RESUMOS

A EFETIVAÇÃO DA REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: desafios para a garantia do direito à convivência familiar

Mirelly Martins de Souza[1]; Antônia Gomes Furtado[2].
[1]Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos. [2]Mestre em Serviço Social (UFPB, 2013). Docente do Curso de Serviço Social das FIP. Pesquisadora GEPAC/UFPB.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de um projeto com maior abrangência, focalizado no estado da Paraíba, tratando-se da "Violação de direitos e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e famílias no Estado da Paraíba e as políticas de enfrentamento", sendo este o pilar que está subdividido em diversos eixos, dentre estes, o eixo que serviu como base para essa abordagem tem como título: "Estudo com análise e avaliação específica dos serviços e programas desenvolvidos no Estado da Paraíba". O projeto está sendo realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com as Faculdades Integradas de Patos (FIP), na qual a aluna referente integra tal projeto como voluntária.

Portanto, esse estudo vem tratar da reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizadas no sertão da Paraíba. O foco da pesquisa deu-se pela sua importância quando se trata da garantia dos direitos da criança e do adolescente, pois este segmento deve ser protegido em todos os âmbitos de sua vida, permitindo um desenvolvimento adequado, principalmente quando se trata do direito à convivência familiar. O estudo acerca dessa perspectiva é importante e viável, visto que esse direito deve ser mais discutido pelos profissionais e pelas famílias.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

O direito à convivência familiar é preconizado à criança e ao adolescente através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo explicitado em seu artigo 19, onde

apresenta-se que toda criança e adolescente tem o direito de ser criado e educado no âmbito de sua família e, na falta desta, em família substituta, pois entende-se que este é o ambiente adequando para o seu desenvolvimento.

No mesmo artigo, § 1º, o Estatuto afirma que em casos de Acolhimento Institucional, a situação da criança e do adolescente deve ser reavaliada a cada seis (06) meses, com o objetivo de decidir a possibilidade de reinseri-lo na família ou, em casos excepcionais, em família substituta. Porém, a aplicação da Lei nº 13.509/2017 estabeleceu novos prazos para a realização da reintegração familiar, sendo reavaliada a cada três (03) meses a situação desses sujeitos, assim como o prazo máximo para a realização da reintegração, que antes era de dois (02) anos e no momento passou a ser de dezoito (18) meses, ou seja, um ano e meio.

Torna-se necessário discutir essas mudanças, pois tendo em vista a situação na qual as famílias encontram-se e as diversas motivações que causam a aplicação da medida protetiva de Acolhimento, o período estipulado, em alguns casos, pode não ser suficiente, compreendendo que não havendo um trabalho efetivo com os responsáveis, expõe-se as crianças e adolescentes a um possível retorno ao Acolhimento Institucional.

É necessário conhecer a realidade da família, se esta encontra-se em condições de receber as crianças e/ou os adolescentes e se os problemas que causaram a institucionalização foram superados, devendo-se levar em consideração, a garantia dos direitos fundamentais que devem ser garantidos à esses indivíduos. Porém, o dever de garantir direitos e protege-los não cabe somente a família, o artigo 227º da Constituição Federal de 1988 dispõe que:

> Art. 227°: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e á convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998, p. 72).

Assim sendo, essa nova legislação impôs ao Estado e à sociedade obrigações e deveres que resultaram em uma rede de proteção social para crianças e adolescentes. Subentende-se, a partir disso, que essa obrigação deve se estender à toda família, pois como se trata do âmbito no qual esses indivíduos irão desenvolver-se, deve ser um local de proteção, que não deve ser provido somente pelos responsáveis, mas também pelo Estado e pela comunidade.

O acompanhamento às famílias e o apoio deve ser priorizado, pois segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (2013), os principais motivos que causam a institucionalização

são negligência por parte dos pais ou responsáveis, correspondendo a 81%, e dependência química por parte dos mesmos, sendo equivalente também a 81% do universo pesquisado.

Tendo em vista que, em situações nas quais as famílias também encontram-se negligenciadas pela omissão do Estado, torna-se inviável a possibilidade de garantir os direitos fundamentais preconizados às crianças e adolescentes.

> As pessoas só são passíveis de ser responsabilizadas por negligência quando possuírem as condições para atender às necessidades daqueles que estão aos seus cuidados e voluntariamente se omitirem. Esses cuidados estão relacionados às necessidades básicas fundamentais, que podem ser materiais, psicológicas e sociais (BAPTISTA; VOLIC, 2005, p. 151 *apud* TEXEIRA; CRONEMBERGER, 2018, p. 284).

Portanto, os impasses e desafios para a efetivação da reintegração familiar encontra-se não somente no âmbito da família, pois a superação das situações que implicaram na violação de direitos, pode estar sendo causada pela omissão do Estado, através de política públicas concretas, possibilitando assim, a proteção da família e de suas crianças e adolescentes.

O trabalho realizado pela equipe do Acolhimento, em relação à reintegração familiar, é de extrema importância, cabendo a estes o acompanhamento das famílias e da criança e adolescente acolhido.

Se comprovada que existe a possibilidade do retorno para a família de origem, o trabalho inclinasse para uma preparação para o retorno a mesma família na qual esses sujeitos já estão habituados, sendo necessário realizar uma ressocialização, pois entende-se que estes passaram por um processo doloroso de rompimento de vínculos e necessitam de acompanhamento durante esse retorno.

Em situações em que não haja possibilidade de retornar para a família de origem, o ECA dispõe que a criança e o adolescente devem ser inseridos em família substituta. Assim sendo, o trabalho se dá de forma diferente, pois deve existir uma aproximação gradativa entre os sujeitos acolhidos e as famílias nas quais estes serão inseridos, levando em consideração que estes não estão habituados com a nova situação.

METODOLOGIA

Nesse estudo a abordagem será de ordem qualitativa, que se valerá de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, o mesmo englobará a perspectiva do direito à convivência familiar no processo de institucionalização, com foco na efetivação da reintegração.

OBJETIVO

Analisar o processo de reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional, com vistas a compreender os desafios para a garantia do direito à convivência familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de pesquisa com maior abrangência, citado acima, possibilita a discussão acerca de diversas temáticas, tendo em vista a sua dimensão, assim como o eixo que faz parte dessa totalidade. O mesmo encontra-se em fase de análise de dados, considerando a amplitude da coleta, esse processo necessita de atenção, pois trata-se de temáticas de grande importância, assim como a garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

A percepção acerca do processo de reintegração familiar, apesar da pesquisa ainda encontrar-se em andamento e até o momento não possuir dados conclusivos, indica-se como uma categoria que requer análise e observação aprofundada com relação aos inúmeros desafios que implicam na negação do direito à convivência familiar, tendo em vista que a institucionalização acaba gerando o afastamento desses indivíduos e suas famílias, sendo em alguns casos, determinada a separação integral.

A garantia do direito à convivência familiar, assim como está preconizado no ECA, deve ser priorizado em situações em que a criança e o adolescente encontrem-se acolhidos, pois o serviço caracteriza-se como um espaço de proteção, por se tratar de uma medida excepcional, mas não substitui a necessidade do convívio familiar.

Portanto, a realidade que se apresenta, onde o Estado coloca-se como insuficiente em relação ao social e, dessa forma, deixa as famílias a mercê, sem apoia-las e protege-las, acaba se configurando como um desafio para a reintegração familiar de forma efetiva, que desconstrua

o possível retorno ao Acolhimento Institucional em um curto período de tempo, situações que acabam afetando diretamente o vínculo e a saúde psicológica desses indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade do Estado frente a garantia dos direitos das crianças e adolescentes deve ser considerada e imprescindível, desconstruindo a crescente e acrítica culpabilização das famílias pela situação na qual encontram-se, pois compreende-se que estas não conseguem, sem a assistência do Estado, superar o cenário de violações em que permanecem.

A garantia do direito a convivência familiar, tendo a sua devida importância na construção e desenvolvimento das crianças e adolescentes, deve ser mais valorizada e discutida, pois este é frequentemente violado e ignorado pelo Estado, sendo possível perceber através dos diversos dados que apontam para a longa permanência de crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional.

Portanto, os desafios são inúmeros, devendo-se pensar em possibilidades que transformem essa realidade permeada por violação de direitos, onde esses sujeitos encontram-se, muitas vezes, desassistidos e sem perspectiva de transformação. Possibilidades que, em situações em que as crianças e adolescentes estejam sob medida protetiva de Acolhimento Institucional, viabilizem a realização de um trabalho efetivo com as famílias desses indivíduos, não se esgotando no momento da reinserção familiar, para que permita a autonomia da família diante das adversidades que se apresentam no cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Reintegração familiar. Convivência familiar. Acolhimento Institucional. Criança. Adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude** – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, 2013.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com famílias nos serviços de Acolhimento institucional infanto-juvenil.** In Argumentum. v. 10, n. 1, p. 276-292, jan./abr. 2018.
São Paulo: Hucitec; 2011. p. 15-24.

GT 2 - POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL - RESUMOS

CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIO COM DESTAQUE NO MELHORAMENTO DA DEPRESSÃO EM CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS

Edvaldo de Sousa Costa Neto[1]; [1]Graduando em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – Email: edvaldo.od@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais tanto na infância quanto na adolescência consiste um problema social e de saúde pública, pelos efeitos na vida do paciente e de seus familiares, o que acaba requerendo uma atenção maior dos vários setores da sociedade (COUTO; DUARTE; DELGADO, 2008).

Várias mudanças ocorreram após o movimento da Reforma Psiquiátrica, no Brasil, especialmente no que se refere ao cuidado em saúde das pessoas com transtornos mentais. Estas mudanças estão descritas nas diretrizes e derivadas da atual política nacional de saúde mental. Os transtornos psiquiátricos na infância e adolescência são extremamente prevalentes, afetando aproximadamente 1 em cada 10 crianças brasileiras (Anselmi et al., 2010, Fleitlich-Bilyk; Goodman, 2004). Além disso, é também a principal causa de incapacidade relacionada à saúde nessa faixa etária com efeitos duradouros ao longo da vida. As demandas de saúde mental de crianças e adolescentes são largamente negligenciadas, especialmente em países de baixa renda (Kieling et al., 2011).

Mângia e Nicácio (2001) relatam que as redes de serviços de saúde mental buscam a integralidade e humanização do cuidado e colocam como objetivo de suas ações a promoção de saúde e a melhoria da qualidade de vida a partir do desenvolvimento de projetos terapêuticos orientados para a promoção da participação dos sujeitos e familiares e integrados aos valores e crenças das comunidades alvo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Silva e Sadigusky (2008) afirmam que com a Reforma Psiquiátrica no Brasil, os usuários de saúde mental permanecem mais tempo em casa, tendo maior contato com seus familiares. Desta forma, após a remodelação da assistência em saúde mental, destaca-se a importância do reconhecimento dos familiares como cuidadores, contemplando a reinserção social do usuário (ROSA, 2005). Entende-se que não é difícil os cuidadores esquecerem- se de si mesmos, de suas necessidades básicas e da vontade de viver, devido à presença constante de emoções positivas e também negativas, aflições, medo, insegurança e desordens psicológicas, todas desencadeadas pela presença de sobrecarga decorrente de um cuidado continuo.

OBJETIVO

Avaliar a ocorrência de depressão em cuidadores de crianças e adolescentes com transtornos mentais antes e após um programa de intervenção interdisciplinar.

MÉTODOS

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de corte transversal, com abordagem quantitativa. A realização da pesquisa ocorreu em uma Clínica Escola de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Patos-PB, onde funciona um programa de acompanhamento a esses cuidadores, no segundo semestre de 2016, após aprovação do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos. Participaram da pesquisa 20 cuidadores do projeto de acompanhamento aos cuidadores de criança e adolescentes com transtornos mentais, totalizando 100% dos cuidadores. Para a coleta de dados foi utilizado antes e após 6 meses de atividades, o Inventario de Depressão de Beck. O programa baseou-se no Projeto Terapêutico Singular e contou com os cursos de: Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Nutrição, Biomedicina, Serviço Social e Psicologia, onde foram implementadas ações como: sessões de fisioterapia dermato-funcional, pilates, massoterapia, consultas psiquiátricas, atendimentos odontológicas, orientação nutricional e dietética, exames laboratoriais, palestras, rodas de conversas e atividades recreativas. Os dados obtidos foram cotados utilizando-se o programa estatístico Statistica lPackage for the Social Sciences (SPSS 22.0). O projeto foi aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integras de Patos – FIP, sob nº: 1.239.193 e seguiu as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 20 cuidadores, em que dezenove (95%) cuidadores eram mulheres, 9 (45%) concluíram o ensino fundamental, 10 (50%) eram donas de casa, 8 (40%) eram casados e 12 (60%) eram católicos. Observou-se que antes do projeto o índice de cuidadores sem depressão a depressão leve de acordo com a Escala de Beck correspondiam a 50% (n=10), depressão leve a moderada a 25% (n=5), depressão moderada a depressão grave a 15% (n=3) e depressão grave a 10% (n=2). Após intervenção do projeto durante 6 meses, constatou-se que não houve alteração no número de cuidadores que estavam classificados no quesito sem depressão a depressão leve, havendo diminuição dos níveis de depressão moderada a depressão grave, que corresponde a 10% (n=2), em conseqüência disso, houve aumento de depressão leve a moderada, indicando 35% (n=7) e regressão no quadro de depressão grave a 5% (n=1). A partir de análise dos valores brutos verificou-se média inicial de 14,75 com desvio padrão de 13,38 e média final de 12,20 com desvio padrão de 10,41, com nível de significância estatística de 0,004. Campos e Domitti (2001) afirmam que o Projeto Terapêutico Singular surge na perspectiva de agrupar a noção interdisciplinar que recolhe a contribuição de várias especialidades e de distintas profissões para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cuidadores de crianças e adolescentes com transtornos mentais apresentam um grande impacto na qualidade de vida, sendo propensos a doenças físicas e psíquicas, necessitando de cuidados especiais. Após intervenção interdisciplinar de 6 meses foi possível observar melhora dos níveis de depressão dos cuidadores, em que a interdisciplinaridade vivenciada no projeto apresentou um importante papel na melhoria do bem estar físico e mental dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: depressão; interdisciplinaridade; saúde mental; transtornos mentais.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad Saúde Pública. 2001 Fev; 23(2):399-407.

COUTO, M. C. V.; DUARTE, C. S.; DELGADO, P. G. G. A saúde mental infantil na saúde pública brasileira: situação atual e desafios. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 390-398, 2008.

Rosa, L. C. S. (2005). A inclusão da família nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental. Psicologia em Revista, 11(18), 205- 218.

SILVA, M.B.C; SADIGURSKY, D. Representações sociais sobre o cuidar do doente mental no domicílio. Rev Bras Enferm. Brasilia,vol.61, n.4, p.428-434, 2008

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: de Colônia a Republica

Clara Gerônimo de Freitas[1]; [1]Graduanda em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da pesquisa em andamento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A efetivação do direto à convivência familiar e comunitária no acolhimento institucional de crianças e adolescentes de patos – PB: entre a garantia e a (des) proteção do Estado”

Dessa forma, trazemos um resgate histórico acerca do processo de institucionalização no Brasil, partindo do século XVIII, contexto em que a filantropia e a caridade protagonizavam o cenário da infância no país. Neste sentido, propomos um aprofundamento teórico sobre o referido tema, trazendo uma reflexão da construção histórica da politica da criança e do adolescente e as determinações sociais, econômicas e políticas que suscitaram o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentação teórico-metodológica, utilizaremos as discursões de Rizzini (2011), Berger (2005), Junior e Silva (2016), Pilotti e Rizzini (2009), Câmara (2014) e entre outras referências. Os referidos autores abordam debates acerca do processo de institucionalização da criança e do adolescente no Brasil.

OBJETIVO

Compreender o processo histórico de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil;

METODOLOGIA

O referido trabalho será de natureza exploratória e se efetivará por meio de pesquisas bibliográfica, de cunho teórico, com materiais bibliográficos, livros e artigos acadêmicos e científicos. De acordo com Gil (2010), "(...) é elaborada com base em material já publicado, tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos". Utilizando de caráter qualitativo, de natureza exploratória, baseada no método crítico dialético,

DISCUSSÃO

Para compreender os limites para efetivação do direito à convivência familiar e comunitária para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento, se faz necessário um resgate histórico acerca da construção da institucionalização no Brasil.

Partindo do século XVIII, onde não se tinha uma política de proteção para crianças e adolescentes no Brasil, a atenção dada a esses indivíduos era por meio de entidades filantrópica e da igreja, ou seja, a criança e o adolescente por muito tempo foi tido como um sujeito desprovido de direitos. Criou-se então, neste contexto, a Roda dos Expostos[188], essa medida perpassou por mais de um século, originada das práticas antigas dos portugueses.

A Roda dos Expostos surgiu na Europa e evitou que as crianças fossem abandonadas nas ruas, pois as mães usavam esse método com o objetivo de ocultar, o que era visto como desonra na época, a geração de um filho fora do casamento ou que não se tinham condições de cria-lo. Dentro das Santas Casas que acolhiam essas crianças eram contratadas amas-de-leite, já que havia um alto índice de mortalidade, a amamentação artificial era bastante arriscada.

Porém, essa medida começou a causar uma superlotação dentro das instituições, pois além de filhos ilegítimos também eram colocados filhos de mães conhecidas. A partir de 1805, com o objetivo de diminuir a superlotação das instituições, foram implantadas novas medidas de regulamentação onde foram pesquisados dados sobre o nascimento das crianças e os seus familiares, porém, muitas famílias não se dispuseram a ter as crianças de volta tanto por sua

[188] Espécies de cilindros que giravam de fora para dentro das instituições, onde as crianças eram colocadas de um lado e giravam o cilindro para que fossem para dentro da instituição sem que as pessoas de dentro conseguissem ver quem era os indivíduos que depositavam as crianças, para eles era de extrema importância resguardar a identidade dos mesmos.

condição financeira como por apatia, já que as crianças possuíam alguma deficiência ou eram bastardos e assim, elas continuaram a viver nas instituições.

Com as mudanças no cenário politico no Brasil em 1824, onde o país deixa de ser colônia e passa a ser um império, é instaurada a primeira Constituição Federal, que trouxe consigo quatro anos depois a Lei dos Municípios que colocava as Casas de Misericórdia a serviço do Estado.

O governo imperial cria então as Escolas de Aprendizes dos Arsenais de Guerra e as Instituições de Aprendizes de Marinheiros que recebiam os meninos órfãos e aqueles que eram recolhidos nas ruas, além deles, homens que eram recrutados para os serviços e voluntários. Já as meninas, eram levadas para instituições criadas pela Igreja e lá aprendiam diversas funções de trabalho domestico e tinha o mínimo de contato possível com o exterior. A maioria das meninas era destinada a trabalhar como criadas em casas de famílias e não recebiam nenhuma remuneração por o serviço.

Nessa fase, o capitalismo concorrencial[189] emergia, fazendo com que o desenvolvimento fabril com auxilio de maquinas ganhasse mais espaço. A aceleração do processo de industrialização produziu diversas expressões da "questão social" para a população; como o aumento do desemprego, as condições de trabalho precárias, aumento da carga horaria e do trabalho infantil.

Importa assinalar que as expressões da "questão social" são frutos da contradição capital X trabalho, onde a classe burguesa, dona dos meios de produção, explora a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para sua sobrevivência.

> Usa-se a expressão questão social para expressar o conjunto das expressões políticas, sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista (Netto, 2006, p. 17).

A burguesia, com o intuito de cada vez obter mais lucro, ofereciam condições precárias de trabalho e renda para a classe trabalhadora, de modo que a mesma era obrigada a trabalhar por horas exaustivas com condições insalubres e salários irrisórios.

[189] O capitalismo concorrencial alcançou seu ápice entre 1860 e 1870. A sua superação ocorreu após fortes crises econômicas que marcaram o final do século XIX e o início do século XX. Uma de suas principais características foi a sua sistemática regida pelo Mercado, ao mesmo tempo em que o Estado atuava apenas como garantidor da propriedade privada e da livre concorrência.

A mão de obra feminina e infantil eram mais baratas, ou seja, os empregadores pagavam menos e consequentemente geravam mais lucros. Além das condições precárias de trabalho onde as crianças eram expostas á acidentes e diversas doenças, as crianças eram castigadas caso não cumprissem com o que lhes era atribuído.

No período pós-proclamação da Republica (1889) os asilos de crianças e adolescentes continuaram com o seu modelo higienista[190,]

> Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de "salvar" a infância brasileira no século XX (RIZZINI, 2004, p. 28).

Foi nessa época que os debates acerca da institucionalização ganharam mais ênfase, com a interferência do Estado no processo de organização da assistência infantil e a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, em meio a dividas externas e dos grandes avanços na tecnologia, a assistência infantil começa a ganhar novas formas:

> (...) a República herda do Império 16 intuições asilares para a infância no Rio de Janeiro, e entre 1889 e 1930, são criadas 14 instituições de tipos asilos, abrigos, orfanatos, escolas para abandonados e seis instituições ligadas à saúde da criança (...). As demais instituições são mantidas por organismos religiosos e contribuições, tanto particulares, como do Estado. (Rizzini, 2011, p. 42)

Em 1920, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Proteção a Infância, logo após surge o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores que resultou no primeiro Código de Menores em 1927 que foi a primeira legislação brasileira direcionada a infância.

O Código de Menores veio firmando as leis de assistência e de proteção à infância, com a aprovação desse código sugerido por Mello Mattos é que surge o primeiro Juízo de Menores, que tinha dentre outras funções que manter a vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre os assuntos relacionados às crianças e adolescentes. Porém, esse sistema não durou muito,

[190] Como tática de organização do contexto social, nesse modelo, o Estado dá mais atenção à saúde no sentido de erradicação das doenças e tenta dá soluções imediatas aos problemas enfrentados na época, com isso o internamento dos *menores* era tido como forma de controle social.

em poucos anos a demanda posta foi além do que esperado pelas instituições e os juízes já não conseguiam dar conta de todos os casos que chegavam até eles.

Com a criação do Departamento Nacional da Criança em 1940 muitos avanços aconteceram, o principal objetivo desse departamento era a proteção aos infantes e a conscientização social sobre o cuidado com os mesmos. Em 1941 surge o Serviço de Assistência ao Menor – SAM que funcionava com um órgão de inspeção das instituições, sabendo que as instituições abrigavam não só os órfãos mais também crianças com deficiências e medida socioeducativa, o SAM era responsável por fazer exames e uma espécie de triagem para colocar cada criança na instituição que supriria suas necessidades.

Foi quando em 1942 criou-se Legião Brasileira de Assistência – LBA que juntamente com os demais órgãos fortaleceu o departamento de crianças que tinha a função de organizar e criar novas metodologias para o processo de institucionalização dos menores.

Através da lei 4.513/64, que instituiu a Política de Bem-Estar do Menor, o SAM foi extinto após fortes críticas acerca da forma de tratar os infantes, que era através da repressão e do cárcere correcional, Surge então a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM de cunho assistencialista, a fundação veio com o intuito de fortalecer o bem-estar do *menor*.A FUNABEM tinha fortes laços com as entidades privadas e além de trazer fortes traços culturais do SAM, surgiu no período de ditadura militar e trazia um sistema de reeducação de modo tecnocrático e autoritário, pois segundo a instituição esse regime “fazem deles homens bons, homens úteis” (FUNABEM, 1984, p.42).

No período ditatorial, ocorreu uma reformulação no código de menores, na tentativa de incluir elementos da Declaração Universal dos Diretos Humanos, porém o governo não aprovou as mudanças ofertadas. Nessa gama de acontecimentos para que a criança e o adolescente fossem vistas como sujeitos de direitos surge um marco muito importante na vida destes que foi à constituição federal de 1988 que introduzia mudanças no que diz respeito aos direitos para aqueles

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Art.227)

Diante disso, várias instituições se articularam na luta pela consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que iria caracterizá-los de fato como sendo eles sujeito de direitos e de deveres, e não apenas institucionalizá-los sem a garantia de nenhum atendimento e de uma convivência com a sua família como enfatiza Santos (2013):

> O ECA institui novas concepções sobre a infância e a juventude compreendendo que crianças e adolescentes devem ter o direito de conviver e serem protegidos em suas famílias de origem independentemente da situação financeira destas, pois a pobreza não pode acarretar na perda ou suspensão do poder familiar. (Santos, 2013)

Em um contexto pós-ditatorial, o Brasil passava por altos níveis de inflação e com o atraso nos avanços industriais o Estado procurava maneiras de se estabilizar, com isso no governo do presidente Collor de Mello foram idealizadas várias mudanças nas leis trabalhistas, além da abertura do mercado nacional ocorreriam às privatizações estatais, porém, sob acusação de corrupção o presidente sofreu um impeachment em 1991 e não pode executar suas ideias. Ainda em 1991 é criado o Conselho Nacional de Crianças e Adolescentes – CONANDA que fortaleceu a ideia de implantação do ECA, a parti disso, as crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos providos de diretos. Importante salientar que as mudanças legislativas não implicam na mudança imediata da realidade por depender de vários fatores de reestruturação, ou seja, são mudanças gradativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, portanto, os impasses para a efetivação da Politica da Criança e do Adolescente, que a maior parte do tempo foi tratado pela filantropia e caridade, sofrendo diversos abusos, deixando evidente que a omissão do Estado na efetuação dos serviços, ao invés de proteger, acaba desprotegendo esses indivíduos que já estão em situação de vulnerabilidade social, privando-os de direitos que se fazem bastante importantes para o desenvolvimento da vida social da criança e do adolescente. A partir da promulgação do ECA, as medidas sócio protetivas ganham um novo olhar com a criação dos Acolhimentos Institucionais, disposto no art. 92, colocando diversos desafios no que se refere a efetivação e garantia de proteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalização. Criança e Adolescente. Politica social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

NETTO, José Paulo**. Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; Rizzini, Irma; **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL:** percurso histórico e desafios do presente. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Ana Maria Augusta dos. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. CRESS, 6° Região. Belo Horizonte, 2013.

LIMITES E DESAFIOS ENFRENTADOS POR PACIENTES RENAIS CRÔNICOS:

reflexões numa perspectiva social

Bruna Nunes Guedes Liberal[1]; Ana Paula Ferreira Agapito[2]
[1]Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: brunanunesguedesliberal@gmail.com; [2] Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapto@hotmail.com.br

INTRODUÇÃO

Entende-se por Doença Renal Crônica (DRC) um resultado de constantes lesões irreversíveis naquele órgão, levando a um progressivo problema ao se realizar suas funções básicas de filtragem e regulação do corpo. (COUTINHO; TAVARES, 2011)**.** A doença renal crônica tem como principal alvo os idosos onde os mesmos possuem uma média de idade de 57 anos, contudo, atualmente ela vem atingindo a população mais jovem com uma faixa etária de 18 á 40 anos (ALMEIDA; ALVES & SILVA, 2012) chamando atenção de diversos profissionais de saúde, uma vez que é uma doença que alcança e traz óbitos para todas as faixas etárias, tornando-se um desafio para a Saúde Pública. (MARTINS; CEZARINO, 2005). Os fatores predominantes que ocasionam essa doença segundo Silva (2010) são: a Diabetes e Hipertensão Arterial, essas por sua vez levam ao quadro de Insuficiência Renal Crônica (IRC).

Os pacientes que se submetem ao tratamento em hemodiálise encontram-se privados e limitados a uma máquina como meio de garantir sua sobrevivência, interferindo consequentemente em sua qualidade de vida. De forma análoga, os familiares que os acompanham no sistema hospitalar, vivem em uma busca constante de adaptação devido as rotinas da instituição, pois sabem que o tratamento fornecido por ela é executado por uma equipe técnica especializada e treinada que são: enfermeiros, técnico de enfermagem, médico, farmacêutico, nutricionista , assistente social e biomédico para realização de tamanho procedimento (MORENO, 2008).

A atuação do assistente social na saúde, especialmente no atendimento ao portador de Insuficiência Renal Crônica (IRC), tem como finalidade dar assistência integral ao mesmo, de modo a utilizar instrumentos técnico-operativos que são: palestras, escuta qualificada, encaminhamentos para serviços que venha suprir a necessidade daquele paciente, declarações,

ofícios, evoluções, visitas institucionais, inclusão de pacientes que sofrem de insuficiência renal crônica nas listas de espera para transplante, solicitação de agendamento da 1° consulta no Centro de Transplante como forma de encaminhar o paciente para se inscrever na lista de espera para transplante renal de modo fundamental para intervir na mediação de conflitos do paciente e sua família **(**CENTENARO, 2010**).** Com relação ao fator socioeconômico, vale salientar que o portador de IRC não consegue dar continuidade ao trabalho, tendo dificuldade de cumprir a jornada de trabalho solicitada, em desenvolver atividades exigidas pelo ambiente e isso acontece devido ao período que esses pacientes passam conectados a uma máquina de hemodiálise e também aos efeitos e reações que o tratamento provoca **(**SARQUIS; LARA, 2004)**.**

OBJETIVO

Promover, através de uma revisão de literatura, uma breve reflexão sobre os fatores que determinam as dificuldades socioeconômicas enfrentadas no âmbito familiar do portador de Doença Renal Crônica (DRC) a partir de uma perspectiva social.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica na base de dados Scielo, devido ao auxílio da ferramenta Google Acadêmico, onde passado um processo de refinamento foram encontrados e utilizados oito artigos publicados nos anos 2004 a 2015. Já que eles compuseram de forma integral todas as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Coutinho & Tavares (2011) destaca na sua amostra de 330 pacientes em tratamento hemodialítico um percentual de 49,1% de pacientes que recebem benefício subsidiado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), evidenciando assim o difícil acesso dos pacientes a efetivação do direito, deixando em muitos casos um estado de vulnerabilidade social. Vale ressaltar que 63,9% recebem entre 1 e 2 salários mínimos devido a renda por benefício ou até

mesmo por aposentadoria podendo levar a um quadro de incapacidade e/ou gerar um sentimento de inutilidade do paciente devido o mesmo não poder se inserir no mercado de trabalho.

Segundo Lara & Sarquis (2004), temos 67% dos pacientes com nível educacional baixo tendo sido obtido o ensino fundamental completo. Devido a isso, essas pessoas apresentam dificuldades para buscar as orientações que são prestadas pelos profissionais de saúde, como: o início do tratamento até a realização do transplante renal. Enfatiza-se que o assistente social desempenha um papel profissional importante, auxiliando diretamente no atendimento de suas necessidades como o direito de acessar a lista de espera para o transplante renal, a aposentadoria por invalidez, o auxílio doença, o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Com base na pesquisa desenvolvida por Lara & Sarquis (2004), constatou-se que 54,55% das pessoas que fazem tratamento de hemodiálise não trabalham porque apresentam condições físicas fragilizadas para realizar quaisquer atividades laborais. A ausência de condições físicas para o trabalho desencadeiam sentimentos de improdutividade dentro da família principalmente se o mesmo compuser a renda familiar, ou seja, os chefes de família. Devido a esse quadro o paciente juntamente com a família muda o estilo de vida, já que uma vez iniciado o tratamento temos mudanças nos hábitos familiares, promovendo assim um quadro de penúria (COUTINHO; TAVARES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreendemos que uma pessoa portadora de Insuficiência Renal Crônica (IRC) que se submete a hemodiálise vive uma constante transformação na sua vida alterando significativamente seus hábitos de vida, o que os fazem viver com muitas restrições em seu âmbito familiar já que o mesmo não poderá mais desempenhar de forma integral todos os afazeres que tinha antes do tratamento.

Entretanto, a família tem um importante papel no auxílio ao paciente portador dessa doença, já que a mesma estará presente no decorrer do tratamento. Com isso, o assistente social ao trabalhar com a família dentro desse serviço buscará fortalecer os vínculos familiares, esclarecendo o processo de tratamento onde nessa etapa o paciente será submetido a diversas sessões de hemodiálise, consequentemente desencadeará uma rotina exaustiva, fazendo que o paciente tenha diversas limitações diárias promovendo, portanto, uma maior necessidade de

apoio da família, levando assim uma reflexão dos aspectos sociais que envolvem a vida do paciente (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, diante dos resultados obtidos concluímos que uma parte dos pacientes passam por muitas dificuldades para acessar e assegurar seus direitos, fazendo que o mesmo desista do tratamento podendo ocasionar danos maiores na sua qualidade de vida.

PALAVRAS CHAVES: Doença Renal Crônica. Hemodiálise. Assistente Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bonifácio Antônio; ALVES Fátima de Verônica; SILVA da Caetano Donizete Sandro. **Qualidade de vida do paciente renal crônico em hemodiálise.** Revista de Iniciação Científica da Libertas, v.2, n.1, p.83-93, 2012.

CENTENARO, Augusta Grizy. **A intervenção do serviço social ao paciente renal crônico e sua família.** Ciência & Saúde Coletiva, v.15, n. supl 1, p.1881-1885, 2010.

COUTINHO, Silva Portela Nair; TAVARES, Henrique Clotilde Maria. **Atenção ao paciente renal crônico, em hemodiálise, sob a ótica do usuário**. Caderno Saúde Coletiva, v.19, n.2, p. 232-239, 2011.

LARA, de Alves Eli; SARQUIS Mansano Maria Leila. **O paciente crônico e sua relação com o trabalho.** Cogitare Enfermagem, v.9, n.2, p. 99-106, 2004.

MARTINS, M. R. I; CESARINO C. B. **Qualidade de vida de pessoas com doença renal crônica em tratamento hemodialítico**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.13, n.5, p.670-676, 2005.

MORENO, Vânia. **Familiares e pacientes de pacientes em hemodiálise: convivendo com condição crônica de saúde**. Revista da rede de enfermagem do nordeste, v.9, n.4, p. 49-56, 2011.

OLIVEIRA, J.L. **Paciente renal crônico do HUOL e o Serviço Social**: uma análise a partir dos parâmetros da política de humanização do SUS. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/monografias/handle/1/309> Acesso em: 13/07/2018.

SILVA, Márcia Cristina Freitas. **O impacto social da hemodiálise para classe trabalhadora.** Universidade Estadual Paulista, Franca, 201f, 2010.

GT 5 – SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL - RESUMOS

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: os impactos na formação e trabalho dos assistentes sociais

Edvânia Teieira dos Santos[1]; Mariana de Lucena Felipe[2]; Lidiane Cavalcante Tiburtino[3].
[1] Graduanda em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: edvaniasje@gmail.com; [2]Graduanda em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos –FIP. E-mail: mariana172712@gmail.com; [3]Professora Mestra em Serviço Social e Docente do Departamento de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: lidianetiburtino@fiponline.edu.br

INTRODUÇÃO

O fio condutor que deu origem ao referido estudo, centra-se na necessidade de compreender como o processo das transformações societárias, iniciadas na década de 1970[191], impacta na estruturação da formação e do trabalho profissional das/dos assistentes sociais. Tal iniciativa é suscitada, a partir dos estudos desenvolvidos na graduação em Serviço Social, com destaque para as disciplinas de Fundamentos do Serviço Social, especificamente Fundamentos do Serviço Social III, bem como Trabalho e Sociabilidade e Instrumentalidade e Serviço Social.

De antemão, é preciso destacar que a estruturação da ação profissional passa pela interligação das três dimensões que compõem a profissão, quais sejam, a dimensão teórico metodológica, ético – política e técnico operativa, sem sobreposição das mesmas ou redução de uma a outra. Desse modo, reafirma-se que o desenvolvimento das atribuições e competências profissionais passa por um processo de articulação dessas dimensões na intervenção e apropriação da realidade social, que vem configurar as mais diversas expressões da questão social. Tal debate, sinaliza para o Serviço Social a necessidade de compreender os rumos que a profissão vem tomando, bem como as novas configurações que se apresentam na sociabilidade do capital.

Nesse sentido, o fio da meada centra-se na compreensão do movimento de complexificação das Classes Sociais e sua relação com Estado, endógeno da profissão, a partir

[191] Esse período tem uma expressão concreta na crise do modelo fordista de produção quando todo o mundo capitalista entra em uma onda longa de estagnação, resultando em uma acentuada queda na taxa de lucro e baixas taxas de crescimento dando abertura aos ideais neoliberais e a reestruturação produtiva como resposta a citada crise. (Anderson, 1995).

dos sujeitos sociais que compõem esse corpo profissional, seguido da análise da condição de trabalhador/a assalariado/a e das requisições profissionais, impostas pelo Estado Neoliberal, no contexto de Crise Estrutural do Capital.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre as transformações societárias implica na apreensão e análise das mudanças empreendidas no desenvolvimento das forças produtivas e assim, na relação capital x trabalho. Ainda aqui, podemos sumariar que essas mudanças vêm se expressar de forma diversificada na estruturação do ambiente político, econômico, social e cultural, sinalizando uma reorganização do sistema econômico, ideológico e político de dominação do capital, ou seja na estruturação das relações sociais em sua totalidade.

Nesse sentido, destacamos em meio esse emaranhado o agravamento das expressões da questão social, desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho, tendo como marco temporal o advento da crise em 1970, que teve como expressão mais concreta a alteração do ciclo produtivo rígido para o flexível, inaugurando a reorganização do sistema sociometabólico do capital, sumariada linhas atrás. Desse modo, cabe destacar que:

> O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação "flexível", reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais "flexíveis", do tipo "emprego precário"), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). (NETTO, 1995, p.92).

Nesse campo, a reestruturação produtiva e aliada ao neoliberalismo cria um novo e precário mundo do trabalho que rebate na forma de organização da classe trabalhadora e produz as mais diversificas expressões da questão social. Ademais,

> A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mais teve profundas repercussões na sua *subjetividade*, [..], afetou a sua *forma de ser (*ANTUNES, 1953, p.23).

Dentre essas transformações cabe destacar as formas de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, como a terceirização e subcontratação, resultando em precarização, superexploração e desproteção do/da trabalhadora. No que tange ao âmbito social, tais mudanças no mundo do trabalho rebatem diretamente na estruturação das classes sociais e da família, bem como no perfil das cidades a partir do aumento da expansão urbana e, por conseguinte, de segmentos desprotegidos, podendo citar: os idosos, crianças e adolescentes, entre outros.

Ademais, destaca-se que essas mudanças resultantes do fenômeno da reestruturação do mundo do trabalho, não aconteceriam sem um ambiente político favorável a tais prerrogativas, sendo assim destacamos a reorganização do sistema ideológico e político de dominação do capital, que ganha respaldo nos ideais do Neoliberalismo, na sua "cultura anti-Estado", que desqualifica a ação do Estado com apelo à privatização e satanização das organizações históricas da classe trabalhadora, empreendendo um movimento de estagnação das lutas sociais. Aqui as mudanças no ambiente cultural cumprem uma funcionalidade ao se presenciar "a valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo, o que caracteriza o *ethos* dominante na sociedade contemporânea" (BARROCO, 2014, p. 209). Nesse termos, segundo Netto (1995, p. 97), podemos destacar que:

> Mesmo que a sociedade tardo-burguesa esteja longe de ser uma "sociedade de consumo", a cultura que nela hoje se afirma é uma *cultura do consumo* [...] ela cria a "sensibilidade consumidora" que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideias – e, nela, a própria distinção entre realidade e signos se esfuma: numa semiologização do real, o signo é o real.

Sendo assim, as alterações no âmbito econômico refletem obviamente as mudanças no plano político, social e cultural que visa garantir a reprodução social do capital, regulando as relações sociais para aumentar o lucro capitalista, sendo assim, destacamos as mesmas dentro de um movimento dialético, que interliga o econômico, o político e o social e cultural.

No que tange a especificidade do Brasil, evidenciamos a chegada das transformações societárias em meados dos anos oitenta, "mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista e pelas particularidades da sua formação econômico-social" (NETTO, 1995, p. 103), ressaltando de forma mais drástica os impactos sofridos pela classe trabalhadora, onde se insere o Serviço Social, enquanto especializações do trabalho coletivo.

De tal modo, demonstramos a condição dos/das assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora, que vendem sua força de trabalho a diferentes empregadores e sofrem com a

precarização nos e dos espaços ocupacionais, bem como os baixos salários, a partir do contexto supracitado, em meio assim surge ainda, a necessidade de qualificação permanente como uma estratégia para compreensão da estruturação das relações sociais no atual cenário, a fim de desenvolver competências e atribuições profissionais, como forma de garantir sua contemporaneidade e direção social estratégica.

OBJETIVO

Analisar como o processo das transformações societárias, iniciadas na década de 1970, impacta na estruturação da formação e do trabalho profissional das/dos assistentes sociais.

METODOLOGIA

O método que orienta o referido estudo trata-se do materialismo histórico dialético. Tratamos aqui de um estudo inicial da referida temática, apresentando uma pesquisa do tipo bibliográfica, com revisão de literatura das categorias expostas no estudo. Ademais, utilizaram-se categorias: trabalho, transformações societárias e Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observar-se que foi no seio do capitalismo tardio que emergiu as transformações societárias no decorrer da década de setenta, estendendo-se as demais décadas de oitenta e noventa, como estratégia capitalista para sair da crise de superprodução, atingindo diretamente a divisão social e técnica do trabalho, principalmente a partir da nova reestruturação produtiva que resultou em implicações profundas e precárias para o mundo do trabalho, impactando na estruturação da formação e prática profissional dos/das assistentes sociais, tanto por atingir o processo de produção e reprodução das relações sociais, onde se desenvolve as expressões da questão social, quanto pela sua condição de trabalhador assalariado na atualidade.

Ademais, de acordo a revisão de literatura, que versa acerca do tema, pode-se afirmar que o exercício profissional dos/das assistentes sociais, assim como a formação acadêmica se deparam com limites, dados no contexto de sucateamento das instituições públicas de ensino e expansão do ensino privado (presencial e à distância), bem como a redução das políticas sociais ao princípio neoliberal da seletividade, em meio a pauperização exacerbada da população.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Por meio desse estudo foi possível compreender que as particularidades presentes na formação ídeopolítico dos assistentes sociais e a dicotomia entre teoria e prática é fruto de uma série de complexificações históricas ocorridas na sociedade, principalmente, com a mudança no papel do Estado e das classes sociais, a partir da expansão do capital monopolista e crise estrutural do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Transformações Societárias. Trabalho. Serviço Social.

REFERÊNCIAS

NETTO, P. J. **Transformações societárias e Serviço Social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. nº 50. ed. Cortez. Abril de 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. -15. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética:** fundamentos sócio históricos. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. – 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo.** In: SADER, E; GENTTILI, P. (Org.). Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PROJETO DE INTERVENÇÃO: grupo de estudos e discussão em saúde

Samuel Lopes dos Santos[1]; Tatianne Alves Xavier[2].
[1]Aluno do 7° período do Curso de Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos. Graduando em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos. E-mail: samuellopespb@gmail.com; [2]Assistente social da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - Patos - PB. Graduada em Serviço Social - UFPB, Especialista em Políticas de Proteção Social. E-mail: xavier.tatianne@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente projeto de intervenção ora intitulado: Grupo de Estudos e Discussão em Saúde destina-se aos assistentes sociais que atuam na Unidade de Pronto Atendimento – (UPA) 24h, serviço de alta complexidade que compõe a rede de atenção das urgências e emergências. Objetiva em primeiro momento, articular e promover espaços de debates e estudos entre os profissionais que estão envolvidos na dinâmica do serviço, discutir a importância de capacitação e formação continuada entre os profissionais para o enfrentamento das expressões da questão social no âmbito da urgência e emergência, como também melhor aproveitamento do espaço de trabalho enquanto atividade do fazer profissional, haja vista que esse espaço tem sido de tensionamentos entre gestão, profissionais e usuários colocando o Serviço Social na mediação direta de conflitos muitas vezes sem um respaldo positivo para a população que buscou pelo serviço.

O projeto de intervenção desenvolvido compõe o currículo obrigatório do Estágio Supervisionado I e II do Curso de Bacharelado em Serviço Social das FIP, buscando discutir entre os profissionais e todos que estão atrelados ao Serviço Social da UPA 24h, no que diz respeito ao exercício profissional, uma vez que, a partir de um olhar crítico sobre a realidade do campo no qual o profissional está inserido busca intervir através de ações que reduzam os rebatimentos das expressões da questão Social. A partir da vivência no campo de estágio no

[1] Aluno do 7° período do Curso de Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos. Graduando em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Patos. E-mail: samuellopespb@gmail.com
[2] Assistente social da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - Patos - PB. Graduada em Serviço Social - UFPB, Especialista em Políticas de Proteção Social e Assistente Social da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - Patos - PB. E-mail: xavier.tatianne@gmail.com

referido local, percebeu-se a necessidade de promover espaços de debates e estudos entre os profissionais que estão envolvidos na dinâmica do Serviço Social, pelas dificuldades que permeiam a realidade do serviço.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o advento do Sistema Único de Saúde (SUS), revela-se no Brasil a instalação e organização dos serviços públicos de saúde, instituído pela lei n° 8.080/1990, de 19 de setembro de 1990, a partir de então se efetivando política pública. Pouco antes de sua instituição a carta magna preconizou que "Saúde é direito de todos e dever do Estado!", assegurando no Art. 196. Assim como a Constituição Federal promulgada em 1988, o SUS também foi conquistado através de lutas históricas da classe trabalhadora articulada junto as suas entidades representativas, como movimentos sociais e populares, centrais sindicais, partidos políticos de esquerda, igreja católica na vertente teologia da libertação, e tantos outros, em espaços de tensionamentos políticos ideológicos e embates intransigentes frente a interesses antagônicos, muitos deles galgados com mais vigor pelas classes dominantes que respondem aos interesses do capital.

É relevante considerar que as expressões da questão social na atualidade são múltiplas, como ausência de moradia, saneamento básico, desemprego, etc. No qual exige do profissional de Serviço Social um olhar crítico dessa realidade. Dessa forma, considerar os determinantes e condicionantes que levou o usuário ao processo de adoecimento e assim articular com os demais serviços no intuito de viabilizar direitos é essencial para que esse profissional se integre no quadro de profissionais de uma Unidade de Pronto Atendimento-UPA.

Nesse sentindo, alguns impasses em relação à operacionalização do serviço é fator preponderante para a não garantia do direito básico à saúde, pois com a ausência de concursos públicos e terceirização de pessoal, observa-se a precarização das condições de trabalho, gerando dificuldades quanto à estabilidade de profissionais, sendo admitida por processo seletivo com baixos salários, ausência de plano de cargos e carreiras. Outra fragilidade é o pouco espaço de debate existente entre os profissionais num todo. Dessa forma, ressalta-se a importância da aquisição de conhecimentos e debates que nem sempre são apreendidas na formação acadêmica durante a graduação, e por se tratar de um serviço de alta complexidade, automaticamente demanda para o Serviço Social todas essas funcionalidades.

OBJETIVO

Promover momentos de encontros para estudos e discussão com estagiários, assistentes sociais e coordenação do Serviço Social que atuam na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, de forma articulada, abordando temas voltados para a política de saúde.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse projeto trabalharemos com profissionais da área do Serviço Social. Pretende-se desenvolver com as seguintes metodologias participativas: Exposições dialogadas; rodas de conversas, e oficinas temáticas com dinâmicas voltadas para os temas dos encontros. As temáticas serão abordadas em três momentos e os temas propostos comtemplam: Gestão Financeira e Orçamentária do SUS; atualização sobre Especificidade e Interfaces do SUS, e atualização sobre a Organização e oferta dos Serviços de Urgência e Emergência e seus rebatimentos para o Serviço Social. Os encontros acontecerão de forma presencial, com carga horária de 2 horas/aulas totalizando 6 horas no total. Decidiu-se realizar de forma integrada entre Coordenação do Serviço Social da instituição, profissionais do Serviço Social e estagiários do Curso de Bacharelado em Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos, que lidam diretamente com os usuários da UPA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final dos encontros de formação espera-se ter conseguido concretizar os objetivos desse projeto como estimular os (as) profissionais a darem continuidade em programas de pós-graduação lato sensu, oferecer aos recém-egressos dos cursos de Serviço Social formação continuada para intervir nas demandas da UPA 24h, promover discussões sobre as questões do dia a dia das práticas de saúde e os processos de trabalho, e despertar nos estagiários de Serviço Social o interesse em desenvolver produções científicas como artigos, resumos, pesquisas, entre outros, a partir do campo de estágio.

A avaliação do processo de intervenção se dará através de quatro momentos; o primeiro se dará ao longo do próprio processo de intervenção ao termino de cada uma das oficinas temáticas com os presentes nas formações, onde observaremos cada elemento que incidiu

positivamente e negativamente. O segundo momento será respondendo a um formulário avaliativo entregue no final dos momentos de formação, como também a exposição pessoal e/ou grupal a cerca de cada percepção de como avalia os encontros. E o ultimo momento de avaliação será junto com supervisão acadêmica de estágio e/ou coordenação de estágio onde discutiremos os pontos positivos e negativos, sendo realizada uma avaliação geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões da questão social na atualidade são múltiplas e precisam de uma resposta do Estado. Logo, os serviços de saúde recebem demandas que sobrecaem diretamente para o Serviço Social, sendo problemáticas que surgem na sociedade necessitando de sua intervenção. Na UPA, essas expressões estão interinamente ligados à saúde, pois recorrem ao serviço em forma de atendimento. Assim sendo, foi planejado formulação de novas estratégias voltadas para o fortalecimento da categoria dando subsídios aos profissionais na sua atuação profissional, levando em consideração que todas as expressões da questão social são visíveis e perceptíveis e que merecem um olhar crítico e a intervenção dos profissionais diante de situações de violências em suas diferentes formas que afetam diretamente à saúde do usuário.

PALAVRAS-CHAVE: Discussão; Política pública; questão social, Serviço Social.

REFERÊNCIAS

BRAVO. Maria Inês de Souza. **Política de Saúde no Brasil**. In: MOTA. Ana Elizabete. [et al], (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS. Ministério da Saúde. Cortez. 2006. p.88-110.

BRAVO. Maria Inês de Souza: MATOS. Maurílio Castro de. **Projeto Ético-Político e sua Relação com a Reforma Sanitária**: Elementos para o Debate. In: MOTA. Ana Elizabete. [et al], (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS. OMS, Ministério da Saúde, Cortez, 2006. p.197-217.

CEFSS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br> acesso em: 06 de dezembro de 2018.

COSTA. Maria Dalva Horácio da. **O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos (as)Assistentes Sociais.** In: MOTA. Ana Elizabete. [et al]. (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS. OMS. Ministério da Saúde. Cortez. 2006. p. 304-351.

MATOS, Maurílio Castro de. Serviço Social, **Ética e Saúde. Reflexões para o exercício.** São Paulo: Cortez, 2013.

Necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de equipes de saúde da família da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500035. Acesso em: 26 de maio de 2018.

Você sabe o que é e qual a função da UPA? Disponível em: <http://www.gepron.org.br/2011/web/noticias.php?noticia=0099>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Mairla Formiga de Araújo[1]; Ana Paula Ferreira Agapito[2].
[1]Graduada em Serviço Social pelas FIP; Doutoranda em Serviço Social pela UFRN e docente do Curso de Serviço Social das FIP- Patos/PB

INTRODUÇÃO

O presente resumo relata o processo de desenvolvimento do projeto de intervenção de estágio, no período de 14 de setembro a 30 de novembro de 2017 na Escola Municipal Manoel Jackson Nicácio Alves, do município de Igaracy/PB, intitulado "Importância da relação Família e Escola: limites e possibilidades para o trabalho do profissional de Serviço Social". Destaca-se que a participação da família na escola é indispensável, esta parceria contribui para a formação do indivíduo e para sua inserção no meio social, sendo um impulso para o desenvolvimento dos educandos tanto em qualidade de aprendizado, quanto como ser humano.

É necessário considerar que, o ser humano vive em um constante aprendizado, desde seu nascimento, adolescência, fase adulta, até o seu envelhecimento. A escola sozinha não pode transformar ou repassar todo conhecimento necessário para o ser humano como cidadão, a família tem papel essencial, pois no ambiente familiar têm os passos iniciais para se adquirir o respeito e adaptar-e ao cumprimento de regras.

A educação vincula-se aos processos ocorrentes na sociedade, esta composta por uma população de classes e valores distintos, determinada por um sistema capitalista no qual predomina o consumismo, a obtenção de lucros e a introdução de novas tecnologias, fazendo com que os seres humanos procurem se adaptar a cada um destes conceitos, e infelizmente é visível que o índice de pobreza se agrava de maneira cada vez mais rápida no século XXI.

REFERENCIAL TEÓRICO

O modelo tradicional de família vem se modificando com o decorrer do tempo, "atualmente não se ver apenas a figura de um pai que mantém a casa, da mãe que cuida de atividades domésticas, e sim famílias em processo de separação, famílias homoafetivas, pai e mãe assumindo diferentes papéis, como posições no mercado de trabalho" (ARAÚJO, 2018, p.

44), acompanhando consigo a necessidade de intervenção do assistente social em âmbito escolar e familiar.

Diante disto, Santos (2014, p.87), ressalta sobre a necessidade de atuação de assistentes sociais no âmbito escolar, considerando sempre as profundas mudanças que tem ocorrido na constituição familiar, e tais modificações seja social, econômico ou cultural, pode implicar diretamente no espaço escolar, no que tange o processo de ensino e aprendizagem dos educandos e com isso surge um novo desafio para as escolas, pois seu papel não se direciona apenas ao ensino da leitura e escrita e sim preparar as crianças e adolescentes para a realidade da sociedade capitalista. Ver-se desta forma ser imprescindível a presença do Serviço Social no espaço escolar, estando apto para contribuir na formação dos cidadãos além de traçar estratégias de intervenção profissional para responder as multifaces da questão social.

De acordo com Mioto (2000, p. 219), as relações no âmbito familiar se encontram muitas vezes relacionada a contradições e também expectativas que são impostas pela sociedade capitalista, ou seja, aquele modelo que esta sociedade julga ser certo, com isso as famílias tentam atender a essas exigências, entretanto na maioria das vezes não são capazes de ser realizada, família não se forma apenas através de pai, mãe, filho, se forma através de afeto, respeito, erros e acertos, conflitos e reconciliações. “Assim, a proposição de cuidados a serem dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas espaço de cuidados, mas, principalmente, espaços a serem cuidados.” (MIOTO, 2000, p. 219-220).

Levando-se em consideração esse conceito de família como um espaço a ser cuidado, pode-se relacionar com o trabalho a ser desenvolvido pelo assistente social, no qual é capaz de propiciar o fortalecimento entre as famílias e comunidade escolar, por diversas vezes depara-se com o termo família desestrutura, usado nas escolas, por muitos membros da sociedade, contudo, estas apresentam sinais de sofrimentos, e trazem consigo o termo de desestruturação como um rótulo. “Muito se diz do que elas não fazem. Muito pouco se diz dos recursos (materiais, sociais, afetivos) que são disponibilizados para se manterem vivas; muito pouco se diz das estratégias utilizadas para responderem as demandas que lhe são impostas” (MIOTO, 2000, p. 223).

Portanto para promover o fortalecimento entre família e escola, o Serviço Social torna-se indispensável, o mesmo atua no processo de acesso e permanência dos alunos na escola, buscando viabilizar o acesso ao direito à educação para todos, além de intervir diretamente junto às famílias que se encontram em situação vulnerável, a falta da participação das famílias

no âmbito escolar pode está ligada a diversos fatores não apenas por falta de interesse para com seus filhos.

Para Mioto (2000, p. 221), para que seja possível serem atendidas as demandas das famílias em situação de vulnerabilidade é necessário que o trabalho do assistente social ocorra de forma articulada e avaliativa diante das políticas sociais, que tenha comunicação e articulação de serviços, ou seja, que se tenha um trabalho em rede para que seja efetuada uma intervenção qualificada.

OBJETIVO

O objetivo do projeto de intervenção de estágio, intitulado "Importância da relação Família e Escola: limites e possibilidades para o trabalho do profissional de Serviço Social" foi contribuir para o fortalecimento da relação família, escola e Serviço Social, sensibilizando as famílias para participarem das atividades e projetos realizados pela escola no processo de ensino aprendizagem dos seus filhos.

METODOLOGIA

Acerca dos procedimentos metodológicos, fundamentaram-se por meio do agendamento de reuniões, foram realizadas três reuniões mensalmente, na primeira foi feita a apresentação do projeto para alguns profissionais, diretora, assistente social, psicopedagoga às 13h30, na segunda reunião iniciou-se as intervenções através de um encontro com os pais as 13h30, e a terceira reunião às 13h00, intervenção com os alunos de duas turmas do 4º ano do turno da tarde, infelizmente devido ao calendário escolar e disponibilidade dos pais pelo fato alguns morarem na zona rural, não foi possível um novo encontro com os mesmos, porém, foi realizado um encontro com os alunos, ou seja, os filhos destes respectivos pais. Foi previsto a participação de 30 pais, e alunos de duas turmas do 4º ano, sendo um total de 34 alunos, por apresentarem maior número de demandas para o Serviço Social.

Nestes encontros foram realizadas palestras apresentando a importância e os objetivos do projeto de intervenção de estágio. E também distribuição de folders, realização de rodas de conversa, apresentação de vídeos educativos e dinâmicos, sempre relacionando ao tema família e escola, todas estas ações contaram com a participação não apenas da estagiária, como também

da Assistente Social, Diretora e Psicopedagoga onde puderam expor sobre suas atribuições e trabalho desenvolvido na instituição.

Tais procedimentos metodológicos utilizados trouxeram um aprofundamento no conteúdo apresentado sobre a importância da parceria família e escola, a função que cada um tem na vida das crianças e adolescentes, não apenas no que diz respeito ao rendimento escolar, mas também no meio social que estão inseridos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das atividades desenvolvidas, observou-se que o número de familiares participantes foi inferior ao quantitativo de alunos, a falta de participação da família no âmbito escolar, isso foi comprovado através das falas de alguns profissionais, relatos das crianças bem como da participação de poucos pais, apenas 11 participaram do encontro realizado.

Com a vivência no referido campo de estágio nota-se que alguns dos desafios para o exercício profissional do assistente social é dispor apenas um dia de trabalho na instituição, muitas vezes se sobrecarregando com o acúmulo de demandas, então este profissional conta com a colaboração da equipe técnica para responder as demandas, além do desconhecimento da comunidade escolar sobre a atuação do Serviço Social na Educação, isso pode ocorrer justamente pelo fato do profissional está pouco tempo na instituição, pois atende as três escolas municipais de Igaracy/PB, estando um dia em cada instituição, vale lembrar que isso interfere diretamente no trabalho interdisciplinar, sendo que sua ausência pode refletir na precarização das ações profissionais impedindo a execução de um trabalho critico, interventivo e interdisciplinar.

Constatou-se que, através da aproximação entre família e escola, é possível o fortalecimento da perspectiva de educação como dinamizadora no processo de formação dos cidadãos, o processo educativo se inicia através do convívio e relacionamento familiar, e esta parceria contribui gradativamente para a efetivação do Serviço Social na escola, numa perspectiva atuante na viabilização de acesso aos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, foi imprescindível desenvolver uma intervenção direcionada ao tema em questão, tratar sobre o termo família é delicado, pois não se tem um modelo padrão, cada uma tem sua formação, maneira de agir, de enfrentar as diferenças. Em relação à participação no ambiente escolar, foi notório nos momentos das intervenções do projeto a atenção que os pais e filhos apresentaram, fortalecendo a expectativa de contribuição do projeto para o fortalecimento da relação entre família e escola, estando ativos na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, sendo esta direito de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Família. Trabalho do Assistente Social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO; Mairla Formiga. **Serviço Social na educação:** reflexões sobre o exercício profissional do assistente social na escola municipal Manoel Jackson Nicácio Alves do Município de Igaracy/PB. Patos/PB, 2018.

MIOTO; Regina Célia Tamaso. **Cuidados Sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis.** UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Cadernos capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD, 2000. mod. 4

SANTOS; André Michel. **As práticas socioeducativas do assistente social inserido na política de educação.** In: SILVA, Marcela Mary José. **Serviço Social na educação:** teoria e prática. 2. Ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA DE TARIFA SOCIAL DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

José Ilson Lourenço dos Santos[1]; Julianna Maria Andrade Sutareli[2]; Claritiana Janaína dos Santos Pereira[3]; Fátima Maria Pimenteira Thomaz; Maria Helena Cavalcanti de Holanda.
[1]Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas e Estagiário da Companhia de Saneamento de Alagoas.Email: ilsonlourenco-7@hotmail.com; [2]Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas e Estagiária da Companhia de Saneamento de Alagoas.Email: julimcz@hotmail.com; [3]Assistente Social da Companhia de Saneamento de Alagoas. E-mail: claritiana.pereira@casal.al.gov.br; Assistente Social da Companhia de Saneamento de Alagoas. E-mail: fatima.pimenteira@casal.al.gov.br; Assistente Social da Companhia de Saneamento de Alagoas. E-mail: helena.cavalcanti@casal.al.gov.br

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a ciência e a tecnologia propuseram ao homem um significativo avanço nas mais diversas áreas do conhecimento. No entanto, tal avanço ao passo que elevou a sociedade a patamares até então inimagináveis, teve como um dos efeitos negativos a exploração desenfreada dos recursos naturais da terra e as contradições sociais provocadas mediante a relação homem e natureza. Diante disso, Santos (2007) nos sinaliza que a atuação profissional da/o assistente social em questões de relevância ambientais se torna crucial, uma vez que tais contradições se acentuam de forma veemente na sociedade capitalista.

Diante disso, na discussão entre a exploração ambiental e o sistema capitalista "[...] os assistentes sociais estão cada vez mais inseridos nas discussões à medida que são chamados para intervir em projetos relacionados à proteção do meio ambiente e na defesa de direitos sociais (PEREIRA, ROESLER 2014, p.1), ou seja, a ligação entre o que é ecológico e o que é social acaba por ser indissociável. Porém, é preciso observar que "se faz necessário que a/o Assistente Social esteja atento para esse novo campo de trabalho sempre voltado para a interdisciplinaridade" (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 393).

Partindo desse entendimento, o Serviço Social da Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) tem desempenhado um importante papel na efetivação de direitos à população em vulnerabilidade social na cidade de Maceió, assumindo seu compromisso "[...] com os princípios defendidos pelo Código de Ética Profissional de 1993 e que se vincula a um

projeto societário" (SANTOS, 2007, p. 45), ou seja, a/o assistente social comprometido de fato com o projeto ético-político defendido pela categoria acaba, através da ação profissional, produzindo não apenas ações de cunho social e/ou educacional, mas também ambiental.

De acordo com Pereira e Roesler (2014), posicionamentos como este tendem por proporcionar e propor "[...] reflexões acerca da referida temática num processo de construir um novo pensamento socialmente justo e sustentável" (PEREIA, ROESLER, 2014, p. 5).

Assim, o fazer profissional da/o assistente social ao estar vinculado a este projeto societário pensará na criação, implementação e no acompanhamento de projetos e/ou programas que responderá de forma direta temáticas pouco exploradas pela profissão.

Com isso, em 24 de maio de 2014 é criada pela Resolução do Conselho de Administração (RCA) da CASAL de nº 03/2004 o Programa de Tarifa Social que surge com a premissa de assegurar o direito ao acesso das famílias com renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio, a obterem uma taxa reduzida de 50% de desconto no valor do consumo mensal em suas faturas. Além disso, o Programa também materializa através da operacionalização de atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, a sensibilização da população em fazer uso racional da água, com o intuito de preservar esse recurso natural imprescindível para nossa existência e de contribuir para a redução do alto índice de inadimplência dos usuários junto à instituição.

Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência profissional das assistentes sociais e estagiários em Serviço Social da CASAL e o impacto da criação e execução do Programa de Tarifa Social da referida instituição.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo com análise qualitativa, a fim de relatar as experiências vivenciadas no estágio em Serviço Social ocorridas no período de Dezembro de 2017 a Agosto de 2018. Busca-se, com isso, apreender a correlação intrínseca entre o fazer profissional comprometido com os valores ético-político defendidos pela categoria.

RESULTADOS

Implantado em 75,49%[194] dos municípios do estado de Alagoas, o Programa de Tarifa Social tem conseguido por meio do Serviço Social de forma significativa atender as demandas das famílias em vulnerabilidade social, contribuindo com que a população tenha acesso a uma melhor de qualidade vida por meio do recebimento de água tratada e a um baixo custo. Assim, a água potável que chega até os usuários com o desconto de 50% acaba por ser crucial quando pensado a diminuição de possíveis doenças provenientes da falta de tratamento da água e a condição socioeconômica da população mais carente.

De acordo com a RCA nº 01/2015 que substitui a anterior, a qual trata dos critérios e condições tanto para cadastro como para recadastro da Tarifa Social da empresa, para que o usuário possa usufruir do benefício, o mesmo precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e/ou ser beneficiário do Programa Social Bolsa Família, Possuir o imóvel com uma área inferior a 60 m^2, Consumir até 10m^3 de água no mês e estar sem débito junto a empresa e quando o solicitante não tiver como comprovar renda, o Serviço Social atua de forma a fazer o levantamento socioeconômico da família.

Dessa forma, no tocante ao levantamento socioeconômico realizado pelo Serviço Social, os instrumentos técnico-operativos tornam-se cruciais na concessão do benefício. Guerra (2002) chama a atenção para o fato da operacionalização de tais instrumentos atenderem de fato ao que se deve, assim:

> [...] se o produto final do trabalho do assistente social consiste em provocar alterações no cotidiano dos segmentos que o procuram, os instrumentos e técnicas a serem utilizados podem variar, porém devem estar adequados para proporcionar os resultados concretos esperados. Para tanto, as ações instrumentais - Mobilização de meios para o alcance de objetivos imediatos - são não apenas suficientes como necessárias. **Contudo, não pode prescindir de um conjunto de informações, conhecimentos e habilidades que o instrumentalize** (GUERRA, 2002, p. 157 - grifos nossos).

E dentre os instrumentos utilizados pelo Serviço Social da Companhia, a visita domiciliar torna-se um importante instrumento, pois amplia essa possibilidade de acesso ao benefício. Com isso, a observação, a entrevista e o parecer social também se configuram como instrumentos fundamentais nesse processo de viabilização de direito. Os últimos dados tabulados pela Companhia, faz menção a mais de 12.633 famílias/lares beneficiados em todos

[194] Essa porcentagem diz repeito aos municípios do estado que são atendidos pela Casal, ou seja, dos 102 municípios alagoano, apenas 75 são abastecidos pela Companhia.

os municípios atendidos, o que representa um universo de cerca de 50.532 pessoas (CASAL, 2015).

DISCUSSÃO

O programa de Tarifa Social promovido pela CASAL vem para reafirmar aquilo que já consta como princípio e valores da instituição. Assim, quanto ao Serviço Social ao promover a qualidade de vida da população alagoana através da ética, da responsabilidade social e com sustentabilidade socioambiental ratifica que o Programa é muito mais do que um mero "benefício" ofertado, ele estimula o consumo consciente da água.

Salienta-se que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei do SENADO (PLS) nº 505 de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o qual cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências. Nele, a Tarifa Social é ofertada com descontos inversamente proporcionais ao consumo, para famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e estabelece um abatimento de até 40%, para quem utilizar até 10 m³ de água por mês (BRASIL, 2018). Tal projeto em sua atual situação – 07 de Fevereiro de 2018 – encontra-se remetida à Câmara dos Deputados para votação.

Assim, compreender a importância de uma atuação profissional pautada numa perspectiva que efetive direitos sociais mesmo num contexto tão paradoxal como é a sociedade capitalista, torna-se fundamental no combate às expressões da Questão Social, uma vez que ela "circunscreve-se num campo de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes sociais na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos como direitos, no âmbito da cidadania" (SILVA, YASBBEK, 2006. p. 23), ou seja, as expressões dessas desigualdades sociais que são oriundas da sociedade capitalista é que vai dar significado ao conceito do que é a Questão Social.

CONSIDERAÇÕES

O fazer profissional da/o assistente social ao promover programas e/ou projetos sociais é de grande importância, já que ao longo da história do Serviço Social, tal profissional pôde apreender um conjunto de técnicas, metodologias capazes de compreender a realidade com uma visão crítica, visando meios que viabilize direitos e beneficiem o desenvolvimento social.

A própria Lei que regulamenta a profissão do assistente social — Lei n. 8.662/9 de 7 de junho de 1993, explicita no art. 4º (nos incisos de I a XI), as competências pertinentes ao profissional e entre tais competências que constituem uma atividade privativa do assistente social está elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos juntamente com a sociedade civil.

Deste modo, apontamos que o Serviço Social possui um importante papel no que tange a sua atuação profissional acerca dos direitos voltados à população em vulnerabilidade social, pois a/o profissional será responsável por democratizar informações e viabilizar tais direitos sociais. Além disso, a/o assistente social deve nortear sua atuação mediante o projeto ético-político defendido, hegemonicamente, pela categoria o qual vislumbra uma sociedade emancipatória, que garanta a dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, quanto ao trabalho da/o assistente social é importante mencionar que o protagonismo profissional deve ser registrado não apenas em atendimentos imediatistas que buscam resolver minimamente as mazelas da Questão Social, deve-se ir para além das barreiras postas, e o cunho educativo e informativo da profissão deve ser evidente em atividades, projetos e programas como este.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS. **Casal encerra recadastramento da Tarifa Social com mais de 12 mil beneficiados.** Alagoas: 20015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Lei da Regulamentação da Profissão. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Brasília, 1993.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado Nº 505 de 2013. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=115630> Acesso em: 11 de Ago. de 2018.

GUERRA. Y. **A instrumentalidade do serviço social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, B.T; ROESLER. M. R.B. **A necessidade de integrar o social e o ecológico:** a prática do assistente social no âmbito ambiental. XXIII Semana Acadêmica de Serviço Social. Disponível em: < http://cac-php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao_anterior/Pereira_Roesler.pdf> Acesso em: 11 de ago. de 2018.

SILVA, M. O; YASBEK, M. C., DI GIOVANNI, G. (2006). **A Política Social Brasileira no Século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo, Brasil: Cortez

SANTOS, R. **Serviço Social e Meio Ambiente**. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SAUER, M; RIBEIRO, E. M. Meio Ambiente e Serviço Social: desafios do exercício profissional. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo sobre o movimento de reconceituação.

Géssica da Nóbrega Pereira; Eliene Nair de Araújo Dantas; Francisca Marta Sousa Firmino Alves; Larissa Ferreira Santana e Maria do Socorro Mascêna.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: Os Fundamentos do Serviço Social: um estudo sobre o movimento de reconceituação. O serviço social no Brasil surgiu com o processo de industrialização na década de 1930, e tem sua origem segundo Iamamoto (1981), vinculado à iniciativa da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operaria.

A partir do movimento de reconceituação busca-se uma grande mudança, no sentindo de desvinculação do conservadorismo e de suas técnicas do Serviço Social Norte-Americano.

E com essa iniciativa, apresentar o contexto histórico em que se desenvolveu esse movimento, e seu processo de renovação do Serviço Social, que teve como objetivo, construir novos métodos e técnicas para as necessidades da população, junto a sua a realidade social.

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de renovação configura um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideo-política distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se, de onde a dificuldade de qualquer esquema para representá-lo. (NETO, P.198, 2015).

A ruptura foi sendo construída no processo de aprofundamento das premissas e propósitos do movimento de reconceituação. Seu desenvolvimento crítico, adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na sociedade brasileira, criou as condições daquela ultrapassagem.

Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e nos fundamentos do conservadorismo assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão. (IAMAMOTO, p.218, 2015)

OBJETIVO

Analisar o processo histórico de reconceituação do serviço social no Brasil.

METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica, a fim de ter subsídios e base teórica para desenvolvimento do referido tema. Buscando um aprofundamento no assunto, a partir de uma revisão de literatura em livros.

RESULTADOS E DISCURSÃO

O Movimento de Reconceituação foi um processo de ruptura com o conservadorismo e uma busca por um método crítico e investigativo, buscando-se uma compreensão a realidade social apresentada.

Com o golpe de Estado em 1964, se instaurar uma ditadura militar, e com os conflitos existentes entre as forças sociais, a repressão e a violação de direitos para a manutenção da ditadura, nasce algumas possibilidades para a perspectiva critica da categoria. Tendo em vista a instauração de um Estado antinacional e antidemocrático, que passa a enfrentar a questão social não apenas com repressão, mas também com políticas sociais compensatórias.

A partir de pressuposto do movimento politico-militar de 1964, Iamamoto (2013) coloca que essas manifestações são isoladas e obrigadas a fluir, reaparecendo apenas décadas seguintes.

No Serviço Social brasileiro, o processo de renovação, apresentando tem três direções profissionais. Que são segundo Netto (2015) perspectiva modernizadora, que busca adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado, que tem como seus grande monumento os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis, e que é marcado pelas perspectivas funcionalistas, sistêmicas e positivista.

O autor também coloca como a segunda perspectiva a reatualização do conservadorismo, que se trata de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, e tem inspiração na fenomenológica, e aparece nos seminários de Sumaré e Alto de Boa Vista. A terceira e ultima perspectiva, é a intenção de ruptura que ao contrario das anteriores, como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional, recorrendo progressivamente à tradição Marxista. (NETTO, p. 200, 2015)

O elemento central na construção da ultima perspectiva foi o Método Belo Horizonte – Método BH, que representa a primeira elaboração de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo e demonstra uma preocupação com critérios teóricos, metodológicos e interventivos.

Segundo Silva (2016) O Congresso da Virada em 1979, proporcionou ruptura com o pensamento conservador e o profundo impacto na mudança de paradigma da formação e do trabalho profissional e no âmbito de organização das entidades da categoria.

Dessa maneira, a partir da década de 1980, o Serviço Social é marcado por um período de maioridade intelectual, pois, é a partir de sua consolidação acadêmica, que se percebe uma aproximação e comprometimento com a perspectiva ontológica original de Marx. Contudo, o Serviço Social se apropria das teorias marxistas, pois se acreditava em uma mudança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluímos que a intervenção profissional pode contribuiu para a autoimagem da profissão, tendo como proposta a defesa dos direitos, e proporcionando a transformação de uma nova sociedade, por meio dos projetos societários.

E que a partir do exporto, a década de 1980, com o legado da reconceituação, a vertente da ruptura do processo de renovação, o código de ética profissional de 1986, e seus avanços, o serviço social brasileiro pode iniciar um novo estágio no seu etos profissional.

Pois, o movimento de reconceituação representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social, e foi também um saldo qualitativo para profissão, no interventivo ao combate as desigualdades sociais.

É com esse processo que o profissional de Serviço Social, reconhece a relevância que o agir profissional critico tem diante da realidade social, no decorrer do rompimento com o tradicionalismo, e na pratica comprometida profissional.

Portanto, o Movimento de Reconceituação vem reformular a prática dos assistentes sociais, propondo uma prática sistemática e científica, tornando-se o ponto de partida para um Serviço Social crítico, a qual tem grande influência no exercício profissional na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Movimento de Reconceituação; Processo de Ruptura; Conservadorismo.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 17.** Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA. Maria Liduína de Oliveira (Org). **Serviço social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

___. **Renovação do conservadorismo no serviço social: ensaios críticos.** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.